# REVISTA

DO

# INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO

# BRASILEIRO

# REVISTA

DO

# INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO

# BRASILEIRO

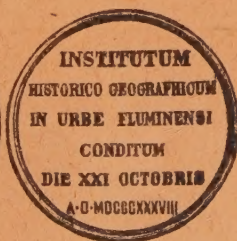
Fundado no Rio de Janeiro em 1838

**TOMO 86 — VOL. 140**

(1919)

Hoc facit, ut longos durent bene gesta per annos
Et possint sera posteritate frui.

DIRECTOR

*Dr. B. F. Ramiz Galvão*

❋ ❋ ❋ RIO DE JANEIRO
IMPRENSA NACIONAL ❋ 1921

# ANTIQUALHAS E MEMORIAS

## RIO DE JANEIRO

Durante muitos annos escreveu o saudoso patricio dr. José Vieira Fazenda, tractando de assumptos historicos e usos e costumes, monumentos e tradições do Rio de Janeiro, — cidade onde elle nasceu, da qual nunca se afastou, e que lhe mereceu affecto desvelado e constante.

Nesses curiosissimos e doutos escriptos derramou o dr. Fazenda immensa cópia de noticias e apreciações bebidas, em meio seculo de estudo, na consulta meticulosa de archivos e de velhos documentos mal conhecidos, que fizeram o encanto e a grande preoccupação de toda a sua vida.

Como valioso subsidio historico, e ainda como homenagem prestada a esse laborioso Brasileiro e preclaro bibliothecario do Instituto, julgamos indispensavel reproduzir esses trabalhos na nossa *Revista*.

No presente volume encontrará o leitor os primeiros 86 artigos, dispostos em ordem chronologica, taes como appareceram, e apenas expurgados de uma ou outra leve mácula, devida certamente á pressa e á despreoccupação, com que pela maior parte foram escriptos *currente calamo*. Em volumes subsequentes da *Revista* daremos aos estudiosos o seguimento desta vasta e preciosa contribuição historica.

Não pareceu conveniente tirar aos trabalhos do auctor certo sainete humoristico, com que elle costumava amenizar a narrativa ou o argumento. Com esse character, justo é que se conservem, taes e quaes os traçou a penna do historiador archeologo.

Compõe-se a collecção: dos primeiros artigos que em 1896 publicou sob o titulo geral *Au jour le jour*; da longa serie de folhetins escriptos desde 1901 até 1913; e de alguns trabalhos do mesmo genero estampados pelo dr. Fazenda em várias revistas.

Só deixaremos de incluir os 38 artigos intitulados *Os Provedores da Sancta Casa de Misericordia*, publicados de Outubro de 1908 a Junho de 1909; esses se acham já reunidos em volume, que veio á publicidade em 1912, por justa iniciativa da Provedoria daquella Irmandade.

Sendo variadissimos os assumptos tractados pelo auctor, e havendo ás vezes materias diversas num mesmo artigo, desistimos do proposito de os grupar de outra fórma. O indice por materias, com que se rematará esta publicação, compensará o inconveniente da ordem chronologica adoptada, e prestará, segundo cremos, bom serviço aos cultores da Historia patria, que se interessem por estas preciosas antiqualhas.

DA DIRECÇÃO.

# SANCTA TERESA

## A NOVA LINHA

Conversemos sôbre a inauguração da ferro-carril Carioca. Uns fallarão da festa, descreverão toilettes; outros informarão sôbre a amabilidade dos directores da Companhia; estes, pondo em contribuição as obras da electricidade, dirão os milagres della em pról da civilização e do progresso; finalmente alguns mais practicos provarão as vantagens da tracção electrica sôbre a do gado muar neste tempo em que o milho e a alfafa andam pela hora da morte, graças ás oscillações do cambio!

Nada d'isso. *Paulo majora canamus*, como diz o poeta. Como o leitor gosta de historias do tempo da Maria Castanha do Vidigal e do philosopho do Cáes, vou entretê-lo com algumas cousas antigas que vem de molde em dia de tantas galas, quando o foguetorio e as bombas de dynamite rebentam com sacrificio das posturas municipaes e dos ouvidos do proximo.

Senta-te, pois, leitor, em um dos bancos dos commodos carros electricos, accende um charuto e ouve-me, emquanto o motorneiro não faz mover a geringonça, dando o signal de partida e pondo-nos em movimento.

**Suppõe que estás no começo do seculo XVII.**

Aqui, onde fica a elegante estação ornada de *vitraux*, [illegible] infecta lagôa, onde um tal Philippe Fernandes e o senhor seu pae tiveram cortume, no qual *prepararam o seu pellame*. Allí, onde campeia o edificio da Typographia Nacional, esteve o humilde hospicio, em que se abrigaram os Franciscanos em 1608, quando, tendo abandonado o sitio de Sancta Luzia por questões com os Jesuitas, obtiveram o Monte do Carmo, hoje Sancto Antonio, que fôra doado aos Carmelitas por Chrispim da Costa, os quaes o desprezaram (*scilicet, o monte*).

Como menos tolos, os filhos de S. Francisco passaram a perna nos filhos do Carmelo; e é por isso que nos edificios

mais tarde construidos no referido monte verás a cada passo pintadas as armas do referido S. Francisco. Alli existiu um bello cruzeiro de marmore, que o tempo ou antes o progresso destruiu.

Ao nosso lado direito, onde mais tarde foi edificada a Carioca foi cemiterio de escravos, que por christã caridade eram sepultados pelos Franciscanos. Faze o *pelo signal* em memoria desses pobres pariás, que tendo com o suor do rosto, como se diz em linguagem biblica, desbravado os matagaes desta nossa Capital de S. Sebastião (que os nossos intendentes não querem ver *nem pintado*) iam dormir o somno derradeiro, envolvidos em immundas esteiras, unica mortalha que seus senhores lhes concediam! Felizmente, para honra do Brasil, depois de 13 de Maio tudo isso acabou.

Aqui, fica este immenso casarão de pedra chamado a *Carioca,* obra monumental, sem elegancia, que substituiu o pequeno chafariz, construido em tempo de Aires de Saldanha, fonte que podes vêr pintada nas obras de Debret ou no *Ostensor Brazileiro*.

Apezar de tudo, essa mole de granito não tem rachas, tendo sido feitos os seus alicerces com cal do reino; que te digam os engenheiros da Companhia, os quaes tiveram de suar o topete para poder destruir o tanque de pedra, bebedouro do gado cavallar e vaccum, quando a rua do Ouvidor era percorrida pelos carros puxados a bois. Bons tempos em que não eram conhecidos o hypnotismo, o somnambulismo, as eleições, o parlamentarismo *et reliqua,* e em que as balas do Parto constituiam o melhor presente que namorados mandavam ás suas bellas!

Lá se põe o trem em movimento.

Entremos neste corredor em fórma de garganta, occupado outr'ora pela ladeira por onde subiu para esconder-se Agostinho Barbalho Bezerra, fugindo áquelles que queriam por fôrça elege-lo governador em logar de Salvador Correia em passeio pelas terras de S. Paulo. Hoje esse toleirão seria o primeiro a votar em si mesmo, voto o mais certo e seguro, como diz um amigo nosso, que segue esse bom systema. Aqui ao lado ficou conservada a caixa em fórma de torre, como diz em suas obras o conego Perereca, reservatorio

onde se junctavam as aguas alimentadoras do chafariz. Não quero amolar-te sôbre os célebres buracos de Sancto Antonio, chegando-se a nomear uma commissão, que nunca deu signal de si, nem informou si os taes buracos iam ao Castello, a Villegagnon ou ao Pão de Assucar.

Por baixo de uma ponte de madeira dá volta o bonde, e nós vamos rodando em direcção ás ruinas da ermida de Sancta Barbara e Sancta Catharina, muito sympathica ao coronel dr. Santos, director da Ferro Carril, que na ilha da referida Sancta Barbara fez brilhaturas, curando de variola ou bexiga os miseros mortaes, e que por uma coincidencia veio encontrar aqui em ruinas a capella da advogada das trovoadas. Isso não lhe demoveu o animo, nem elle tomou tal facto como máu agouro.

E a prova temo-la nós na Ferro Carril, esse dente (de cavação) que vai prender o morro de Sancta Teresa, verdadeira esmeralda, na phrase do Macedo, engastada no diadema da cidade.

Olhando para o lado opposto, ahi tens a vasta frontaria da egreja da Penitencia, em cujo tecto o Driendl fez brilhaturas, restaurando o magnifico painel do artista brasileiro José de Oliveira; e a do convento de Sancto Antonio, em cuja portaria lá está a lanterna, que desde 1710 se accende em louvor do Sancto. A que vês é nova e, segundo diz o velho Praxedes guardião do convento, custou ha dias 50$ dados por um devoto. A antiga vai ser guardada *ad perpetuam rei memoriam*. A'quellas janellas quantas vezes Mont'Alverne, Sampaio, Lado de Christo não se chegaram para respirar as frescas brisas da tarde, contemplando o bello panorama da cidade!

Alli naquelle paredão, juncto á casa do commandante do 7° batalhão, onde existiu a portaria dos pobres, sitio em que os Franciscanos davam aos desfavorecidos da fortuna as sobras de seu refeitorio, armava-se pelo Natal, como melhor te contará o Mello Moraes, um lindo presepe, só excedido pelo do conego Philippe — no morro do Livramento — de lendaria memoria.

Olha; alli ha um terraço, em cujo pavimento inferior estava a cafua dos frades recalcitrantes, que não tinham para

quem appellar, pois nesse tempo não se havia posto em práctica o recurso do *habeas-corpus*. Aquelle lance do Convento que se salienta em direcção á rua da Guarda Velha era a infermaria dos monges, theatro da caridade mais evangelica, posta em práctica por um simples leigo, durante mais de 50 annos, leigo que morreu com fama de sanctidade, e que curava molestias de olhos com a agua de um velho moringue, quando a Ophthalmologia não estava descoberta no Rio de Janeiro, nem se conhecia o Pires Ferreira, o Hilario, o Moura Brasil, o Neves da Rocha, e se curavam erysipelas com chá de picão da praia e com o classico fedegoso.

Olha: alli está o portentoso original, que viste reproduzido pelo Victor Meirelles no seu primeiro panorama.

Ahi tens a magnifica Guanabara, com todos os seus contornos, bellezas e magnificencias, narradas pelo general Fausto e cantadas em prosa e verso por prosadores e poetas, desde o mavioso Velho da Silva até o celeberrimo poeta Garcia, desde o grande S. Carlos, na sua *Assumpção*, até o Maranhense.

Vamos passando pelos fundos do quartel do Corpo de Policia, lembrando-nos de Polydoro, Caxias, Assumpção, Andrade Pinto, antigos chefes desse batalhão. Aqui vês a capellinha de N. Senhora das Dores, que substitue a antiga ermida dos Barbonos, na qual se enterrou o poeta Antonio Diniz da Cruz e Silva, auctor do poema *Hyssope* e membro da alçada que veio julgar os inconfidentes de 1789. — Cruz e Silva, tão rigoroso para esses martyres da Republica, tão máu para seu collega o mavioso Gonzaga, poeta e magistrado como elle!

Tira o chapéu em memoria ao chanceller da Relação João Alberto Castello Branco, que alli na horta dos Barbonos plantou os dous primeiros pés de café, por elle trazidos do Maranhão!

Cousas desta terra. João Alberto não tem o seu nome numa esquina de rua, quando illustres desconhecidos o têm nas principaes desta cidade!

Fallei-te do primeiro panorama de Victor Meirelles; pois fica sabendo que esse auctor da *Primeira Missa no Brasil*, está pintando outro, que fará grande successo.

Imagina tu, que saltando de um bonde alli no largo do Terreiro da Polé, ou rocio do Carmo, ou largo do Paço, e depois de percorrer um corredor escuro da rotunda, cuja permanencia tem incommodado a tanta gente, te achas sem gastar um nicolau em bote, falúa ou bonde maritimo, em plena fortaleza de Villegagnon, tendo á vista a nossa soberba bahia, no dia da entrada da esquadra legal.

Ahi tens o Pão de Assucar com o primitivo assento da cidade, que faz recordar o nome de Estacio de Sá. Alli a praia de Sancta Cecilia, ou de Martim Affonso, onde está o Hospicio dos Alienados, monumento erguido por José Clemente. Lá a Gloria, com sua capella toda garrida, que nos faz lembrar o Alencar no primeiro capitulo da sua *Luciola*.

Eis-nos chegados ao *clou* da situação: a passagem do bonde por cima dos arcos do Bobadella, erguidos em 1750. Não tenhas algum tremelique. Os arcos, construidos sôbre o terreno de uma lagoa, destinados a ligar Sancto Antonio a Sancta Teresa, pódem supportar perfeitamente o trafego da Ferro Carril. Isso jurou por seu gráu o Castro Barbosa e tambem outros engenheiros. Pódes ficar tranquillo. Ahi caminha o bonde mais devagar, *ad cautelam*, apezar dos parapeitos, que obstam qualquer desastre.

Olha acolá a casa de vivenda da grande chacara das Mangueiras, alli no começo da ladeira do Desterro, tal qual como era em 1752 ! Nesse ponto um frade de nome Francisco Santos á frente de duzentos paisanos, deu pancada de cégo nos Francezes commandados por Duclerc, dando-lhes o panno de amostra do que lhes ia em breve acontecer: a completa derrota. Isso foi em 19 de Septembro, dia de S. Januario, que pela folhinha do tempo era feriado dentro dos muros da cidade, os quaes se extendiam do morro da Conceição até o do Castello, seguindo a direcção da antiga rua Pedro da Costa, depois da Valla, e hoje da Uruguaiana.

Fica para outra vez o contar-te quanto custou essa obra do aqueducto. Eras capaz de dormir quando eu te citasse os alvarás, cartas régias e portarias dirigidas aos governadores desta cidade, desde Thomé Corrêa de Alvarenga até ao nosso Gomes Freire de Andrada, cujo retrato está collocado na sala

do Conselho Municipal, tendo o Bobadella na mão uma cousa que parece um oculo ou um *protocollo* enrolado.

Aqui nos fica á esquerda o convento de Sancta Teresa, no logar da ermida fundada em 1628 por Antonio Gomes do Desterro, onde esteve sepultado o supracitado Bobadella, protector da Madre Jacintha, cujas miraculosas façanhas tão bem descriptas foram por Balthazar Lisboa, e cujo nome (da Madre Jacintha) se liga á capellinha do Menino Deus, situada na antiga chacara da Bica, ou Mata-Cavallos, hoje em ruinas, apezar de uma subscripção, que se liga á questão do Christo no Jury.

Vê aqui os fundos do Hospital do Carmo, com seus magnificos jardins e a sua monumental caixa d'agua.

Olha alli o valle, onde vês as ruas do Resende, Lavradio, Riachuelo, Silva Manuel, Senado, etc.

Vê os bondes que parecem carrinhos de crianças. Vê o povo embasbacado, deante d'este bonde que nos leva sem ser puxado por burros.

Não verás os classicos *Dous Ermãos*. Foram destruidos pelas conveniencias do traçado da linha.

Deves estar caceteado com tanta bacharelice.

Não te importunarei mais. Contempla em silencio e á vontade todas essas paizagens que se desenrolam a teus olhos.

Medita sôbre tudo isso, e dize-me si pode na *terra haver cousa egual*, como dizia o Jacques Arago, auctor da *Gargalhada*, peça na qual se immortalizou o nosso João Caetano!

O resto conversarei em casa. Chega o jornal, e este annuncia aos seus leitores que tudo isso custa a modica quantia de mil réis (ida e volta); amanhã será um Deus nos acuda no largo da Carioca, em frente da casa, onde se toma leite de Minas. Conta tudo isso, e a Companhia Ferro Carril se tornará em breve um colosso.

Olha, que ir a Sancta Teresa em vinte minutos, quando no tempo das adagas de gancho se gastava um dia, e isto por dez tostões, já é uma pechincha!

1 de Septembro de 1896.

# AU JOUR LE JOUR

Deixem passar o francezismo do titulo, que hoje começa a figurar nesta página... A nova secção será sempre uma chronica, que se relacione com um facto, ou que o exponha; e o leitor verá de experiencia propria o valor dos seus collaboradores...

# A EGREJA DA PENITENCIA — A FESTA DAS CHAGAS

*Eamus ad montem* — Põe o chapéu e vamos, alli, ao morro de Sancto Antonio, apreciar a restauração da egreja da Penitencia e admirar o célebre painel do pintor José de Oliveira. E' hoje o dia da festa das Chagas, e, antes que o templo se encha de povo, vamos lá num pulo.

Evitemos a mme. Fauchon; o Fontenay e o Fernando seriam capazes de com suas amabilidades costumeiras demorar-nos a viagem.

Dobremos a esquina da rua dos Latoeiros: ao longe verás o Palacio de Crystal, tão célebre nas chronicas de outro tempo. Conta-se, que chegando aqui uma familia extrangeira e ouvindo fallar d'este *estabelecimento*, desejara muito admirar as curiosidades que deveriam existir lá dentro. Por motivos muito decentes não foi possivel satisfazer tão innocente desejo. Para mim, segundo um palpite, está alli o sobradinho em que morava o ourives Domingos Fernandes da Cruz e onde foi preso o Tiradentes.

Olha a casa das *Bichas monstro;* dizem ter morado nella o mavioso poeta Gonçalves Dias, e por isso a rua mudou de nome; — tambem já não havia latoeiros. Vê a antiga casa do collegio Victorio, onde aprendi o *a-b-c* e tive a honra de ter como contemporaneo o Lulú Senior. Atravessamos a rua do Cano e o largo da Carioca; — aqui existia uma columna de pedra ou antes um chafariz, no qual tomavam agua as célebres carroças de pipas. Eis-nos em frente da magnifica escadaria.

que terá á direita o monumental Hospital da Ordem 3ª da Penitencia. Lá iremos algum dia; subamos.

No meu tempo a escada era menos larga e mais comprida, pois não havia o grande pateo logo em seguida ao portão; para compensar, a escadaria era bordada de um lado e de outro por pequenas grutas e fontes, bancos de marmore ornamentados de bellos trabalhos de conchas, obras naturalmente do Xavier. Atravessemos este pequeno portão construido em 1800, e entremos na ladeira. Por ahi descia a célebre procissão de Cinzas, que levava treze andores.

Pergunta á tua sogra, que, naturalmente foi de anjo muitas vezes, o que era essa ceremonia religiosa, a qual faz vir lagrimas aos olhos dos devotos, que não se podem conformar com o positivismo de hoje e com a separação entre a Egreja e o Estado, sem lembrar que essa procissão já no tempo do Imperio, isto é, desde 1860 ou 1862, não fazia o costumado trajecto.

Nunca me lembro da quarta-feira de Cinzas, que não me venha á mente um episodio da minha vida de menino. Eis o caso: um parente meu, depois de encher-me de doces na confeitaria do Philippe José Gonçalves (que tinha de proposito decepado um dedo para não servir no exercito da sua terra), e querendo obsequiar minha familia, deu-me a segurar uma esplendida empada de palmito e camarão.

Alli pela altura da egreja do Parto deu-me a tentação de com a unha furar a casca da referida empada, para tomar-lhe o gôsto. Ao chegar á casa vi com surpreza que o caldo havia transmigrado para a minha calça e jaleco novos, feitos a capricho pelo velho Severo, ex-escravo da casa do avô do nosso amigo Juca Figueiredo.

De levar uma tunda escapei, mas fui condemnado a não provar da petisqueira e vêr os outros saborea-la. Mais tarde comprehendi que esse era o supplicio de Tantalo, e quando ouço ou leio empregada essa figura lembro-me sempre da célebre empada de quarta-feira de Cinzas.

O terreno em que está edificada a egreja da Penitencia custou em 1653 a *fabulosa* quantia de 50$, e cada braça dessas muralhas a quantia de 5$, pagas ao constructor Paulo Ribeiro, em 1714.

A Ordem 3ª foi fundada em 1618 na capella da Conceição, dentro da egreja vizinha de Sancto Antonio por Luiz de Figueiredo e sua mulher.

A primeira festa teve logar em 17 de Septembro de 1622, e a inauguração do novo templo em 4 de Outubro de 1773. Não te conto hoje a historia dessa respeitavel confraria, cujos serviços á Religião e á Caridade são assaz conhecidos. O tempo é pouco para admirarmos o grande quadro da apotheose de S. Francisco, pintado pelo artista brasileiro José de Oliveira, cujo dia de nascimento e morte são completamente ignorados.

Deante desse quadro do discipulo de frei Ricardo do Pilar se extasiavam todos quantos visitavam outr'ora o templo do patriarcha de Assis.

O grande pintor francez Debret aponta-o a seus discipulos como uma obra prima, e Manuel Araujo Porto Alegre não cessava de tecer encomios — *á sciencia da perspectiva, á valentia do claro escuro* e á riqueza de *imaginação poetica* que formavam o apanagio daquelle grande quadro.

Em 1732 contractou a Ordem com Caetano da Costa Coelho a pintura da egreja, bem como todo o douramento della, pela quantia de 6:100$, e é por isso que nos livros dessa corporação não figura o nome de José de Oliveira, conservado todavia pela tradição e pelo testimunho dos contemporaneos, como muito bem explica o referido Porto Alegre: o empreiteiro tomava a si a obra e convidava os outros artistas de que carecia. Sendo preciso retocar o grande quadro, foi chamado por João Antonio Turco o pintor João Gonçalves, o *Aleijadinho*, que no pensar de Moreira de Azevedo não ousou tocar no primor do grande artista e só se limitou a restaurar os paineis das paredes lateraes do templo.

Com o andar dos annos o quadro de José de Oliveira estava completamente ennegrecido, bem como todo o dourado.

Tinha-se quasi completamente perdido a esperança de resuscitar as bellezas primitivas desse grande trabalho, quando em boa hora a Mesa Administrativa da Ordem, tendo

á sua frente como ermão ministro o sr. Rodrigo Venancio da Rocha Vianna, e tendo conhecimento das habilitações provadas do conhecido artista Thomaz Driendl, commetteu-lhe a empreza de restaurar tantos primores. Por escriptura lavrada em 8 de Julho de 1895, acceitou Driendl a difficil quanto honrosa incumbencia, da qual se saïu por maneira brilhante, e da qual é testimunho tudo isto que estás devorando com olhos de quem sabe apreciar essas cousas.

Confesso que na Europa poucas cousas ha equivalentes á egreja da Penitencia da minha terra; tal é pelo menos a opinião do nosso illustrado Ferreira Vianna, que, como tu, tambem tem viajado muito.

Armados os andaimes, deu comêço Driendl ao seu trabalho; sôbre elles collocou trilhos, por onde corria um grande tablado, onde o pintor tinha a sua caixa, tinha o seu *atelier*, para o qual encanou o gaz. Ahi passava longas horas do dia em incessante trabalho, e mesmo de noite se levantava inspirado e como por milagre parecia ser o proprio José de Oliveira, que, passados tantos annos, recompunha o que fizera, fazendo reviver a sua querida obra, o mais bello sonho da sua mocidade de artista.

Tanta dedicação caro custou ao Driendl.

Uma noite sentiu-se vivamente incommodado; tal era a força dos ingredientes empregados, que o artista julgou ir morrer envenenado. Descer anhelante da sua gigajoga, abrir a porta da egreja, e vir respirar cá fóra um ar mais oxygenado, foi obra de um instante.

Depauperado por algum tempo, Thomaz abandonou o trabalho, a conselho do medico, e foi retemperar as fôrças longe desta capital. Voltou mais forte; com força de vontade tomou de novo os pinceis e deu por finda a sua gloriosa tarefa.

Tantos sacrificios foram plenamente coroados pelos applausos dos entendidos, pelos elogios da imprensa e pela admiração do povo desta cidade, o qual em continua romaria tem vindo aqui apreciar o que póde o talento unido a uma singeleza de espirito e a uma modestia ultrá-franciscana.

Por processos chimicos conseguiu dar ao dourado da egreja, o primitivo brilho, e ella ostenta hoje os primores esculpturaes do estylo barrôco em voga nos nossos templos.

De escuro, que dantes era, o templo tornou-se claro, e, quando aberta a porta principal, a luz entra a jorro, é indescriptivel; não se descrevem as impressões sentidas, e a gente curva-se maravilhado deante da realidade — do bello e do sublime. O que admira é o facto de, não havendo escholas nos tempos passados entre nós, o Brasil tenha produzido artistas como os que figuraram na galeria da antiga Eschola de Pintura fluminense.

Com José de Oliveira produziram obras notaveis: Muzzi, Raimundo, Leandro Joaquim, Manuel da Cunha, José Leandro, João de Sousa, e tantos outros.

Não nos faltam nem faltarão aptidões, como bem no-lo provou o meu amigo Pires de Almeida ainda ha pouco, em todos os ramos das artes, das lettras e das sciencias, em um longo e bem elaborado estudo estampado nas columnas do *Jornal do Commercio.*

Confessa, meu caro leitor, que não perdeste o teu tempo, e orgulha-te de ser brasileiro.

Dizem que no Brasil tudo é grande, excepto o homem; eu direi que elle é pequeno, porque quer.

Não mais, Musa, como disse o Camões.

Basta; ficam para outra vez os dados historicos, ácerca da Ordem da Penitencia e de seu grande hospital.

A festa vai começar, promette ser brilhante, e as harmonias instrumentaes me fariam não ser ouvido por ti; mesmo porque, si continuassemos a palestra, corriamos o risco de ser postos no ôlho da rua como dous *gyras* ou perturbadores da ordem. Nada d'isso. Nada de conflictos.

Rio, 18 de Septembro de 1896.

---

## UMA VICTORIA DE ESTUDANTES

Completam-se hoje 186 annos que os estudantes desta cidade deram uma prova completa de seu patriotismo, de sua valentia e da mais alevantada coragem em frente do inimigo invasor da patria; e a commemoração de tão altos feitos têm pleno cabimento, quando nestes ultimos tempos a

mocidade das nossas academias tem mostrado por maneira eloquente como sabe conservar as gloriosas tradições de seus antigos predecessores.

E' sabido como em 10 de Septembro de 1710, os Francezes, capitaneados por Duclerc, invadiram o Rio de Janeiro e foram derrotados.

Alli na rua Primeiro de Março, onde hoje está o monumental edificio da Praça do Commercio, onde estiveram o Correio e a Caixa de Amortização, e antes a Casa dos Contos, e em epochas mais antigas esteve o palacio dos governadores, — no predio de que foi dono o provedor da Fazenda, Pero de Sousa Pereira, deu-se uma renhida peleja, onde se distinguiram os *estudantes*, sob o commando do capitão Bento do Amaral Gurgel.

Já havia caïdo no campo da honra o valente Gregorio de Castro Moraes, nas proximidades do antigo portão da Alfandega, em frente ás casas que foram de Salvador Corrêa; a lucta prolongava-se, quando, afinal, os sinos da cidade festivamente annunciaram a victoria dos nossos, devida á intervenção da briosa mocidade daquelles tempos.

E que estudantes eram esses que davam assim arrhas de tanto patriotismo?

Por muitos annos os historiadores, tractando desse facto historico, deixaram pairar dúvidas sôbre o espirito dos que se dão ao estudo de taes antiqualhas...

Não se sabia, ao certo, a que cursos pertenciam esses jovens, e isto lembra-nos uma renhida questão havida ha cêrca de trinta annos, em que alguns contendores affirmavam ser isso um engano ou talvez utopia dos nossos antigos chronistas; entretanto, si elles tivessem recorrido ao Archivo Municipal, onde se guardam importantissimos documentos, teriam no livro-traslado do copiador de 1730 a 1752 a decifração do enigma: os estudantes dos *Pateos* do Collegio dos Jesuitas formavam uma *companhia de infanteria de ordenança*, commandada por um capitão, o qual em 1710 era Bento do Amaral, que exercia esse posto em razão de seus fóros de nobreza.

Foi o illustrado dr. Pires de Almeida, quem em sua importantissima obra — *A Instrucção Publica no Brasil*, —

(escripta em francez) deu á luz a correspondencia trocada, em 1735, pelo governador José da Silva Paes e a Camara de então, ácerca da escolha ou nomeação de capitão dos estudantes, logar vago pela molestia incuravel, de que informara o capitão José da Costa Freire. Na missiva do governador, em dáta de 1.º de Julho, ordenava elle que se enviassem á Camara os nomes de tres individuos que fossem de origem nobre, sôbre um dos quaes pudesse recaïr a escolha desse alto posto.

Em obediencia ás ordens superiores a Camara escolheu: primeiro, Antonio Proença Coutinho, filho do coronel Bernardo Soares de Proença; segundo, Antonio de Vargas Pizarro, filho de José de Vargas Pizarro; terceiro, Luiz Gago Machado, filho de Antonio Pacheco Barreto. Tendo-se excusado o primeiro, foi nomeado o segundo.

Os estudantes protestaram contra essa escolha, allegando em carta de 23 de Julho não poder ser commandante delles Antonio de Vargas Pizarro, *porque nunca* tinha cursado as aulas dos *Pateos* do Collegio, requisito necessario para occupar o posto de capitão da *companhia dos estudantes*.

Attendido o protesto, foi afinal nomeado Philippe Soares Louzada e Castro, graduado em Philosophia. E o que é mais notavel é que Vargas Pizarro era filho do secretario da Camara, o qual naturalmente se empenhára pela nomeação do filho!

Pelo exposto fica provado que os estudantes de 1710 foram uma realidade, de cuja existencia não é licito mais duvidar.

Como é sabido, o dia 19 de Septembro foi considerado sanctificado dentro dos *muros da cidade*, e por muitos annos S. Januario foi considerado protector do Rio de Janeiro.

Para concluir: porque os nossos academicos, unidos aos preparatorianos, não tomarão a si celebrar de maneira condigna essa data gloriosa?

Isso serviria para apertar os laços da confraternidade, que entre elles deve existir, e fortalecer-lhes os brios pa-

trioticos, innatos nos peitos juvenis dos nossos estudantes, que devem sempre estar ao serviço das grandes e sanctas causas da Patria. E' apenas uma idéa... Ella ahi fica.

20 de Septembro de 1896.

---

# A CANDELARIA

Foi hontem permittida a entrada de visitantes na egreja de Nossa Senhora da Candelaria, que se acha em reconstrucção.

Vimos alli entrar, successivamente, grupos e grupos de pessoas, que iam admirar aquelle vasto templo, de uma magnificente construcção e de elevada riqueza.

Eis um monumento que, no seu genero, se póde defrontar com os mais citados das principaes cidades européas.

O guarnecimento de suas paredes é todo de marmore, na parte superior branco e no sopé preto raiado; assim como de marmore são os altares, as columnas e o côro. Foi a casa Cresta, desta cidade, que se encarregou da importação e fornecimento desta pedra da Italia.

O corpo da egreja tem seis altares, tres de cada lado, e na nave central, vastissima e elegante, existem mais dous, sendo o da esquerda destinado ao Sanctissimo Sacramento e o da direita a Nossa Senhora das Dôres.

Todos os altares são de marmore branco, tendo duas columnas de talhe perfeito. Sôbre os dous da nave central, salientam-se as cupolas, douradas, com quatro escudos cada uma, onde sobresaem, em alto relêvo, figuras de sanctos, em busto, todas prateadas.

O zimborio, que jorra flócos de luz sôbre aquella nave, illumina esplendida e artisticamente differentes pinturas, em tamanho mais do que natural para a altura em que se acham, representando assumptos biblicos, e que guarnecem não só o tecto do mesmo zimborio, como o da capella-mór. Aquella luz, incidindo sôbre esses quadros, faz-lhes resaltar os dourados e as côres vivas e verdadeiras que os animam.

A capella-mór, grande e sumptuosa, tem de cada lado duas tribunas, cuja balaustrada, formada por columnatas de um torneado difficil e elegante, lhe imprime feição characteristica.

O altar-mór, sumptuosissimo, fórma, á frente, como que um pórtico sustentado por duas grossas columnas, as quaes, por seu turno, sustentam um frontão, que é, talvez, a obra mais admiravel que vimos naquelle conjuncto de cousas admiraveis.

Pena é que a figura de anjo, que encima o frontão, não esteja em relação com os outros dous anjos, que estão dos lados, num plano bastante inferior e mais saliente. Estes, que são de uma esculptura irreprehensivel, representam figuras de menor dimensão do que aquelle — o que não devia ser. Além disso o anjo, que parece acaçapado, (permitta-se-nos o termo), tanto por estar mesmo de encontro ao tecto como pelo modelado do pescoço e da cabeça, tem esta de um tamanho enorme, relativamente ao corpo.

Este e o das pinturas ou quadros do zimborio foram os unicos defeitos com que deparámos na rapida visita que fizemos ao formoso templo da Candelaria, cujas obras, salvo incidente inesperado, deverão estar concluidas em 1898.

Vamos agora dizer duas palavras sôbre os quadros que hão de decorar a nave central e o côro, e que são devidos ao pincel do célebre e distincto professor João Zephyrino da Costa.

Dos esboços que vimos achamos que não podiam ser melhor escolhidos os assumptos, nem estes aproveitados com mais arte e mais distincção.

O primeiro quadro representa a partida dos fundadores da primitiva capella da Candelaria, da ilha de Palma para as Indias, em 1630.

O segundo, a tempestade, a promessa e o milagre, em alto mar, na mesma epocha.

Neste destaca-se a cabeça e o rosto de Antonio Martins de Palma, de uma brilhante concepção.

O terceiro, representa o desembarque, no Rio de Janeiro, no referido anno. Aqui chama a attenção o grupo que, ao

desembarcar, dá graças a Deus, sendo admiraveis as duas mulheres que estão de joelhos.

O quarto é a inauguração nesta cidade e no mesmo anno, da capella da Candelaria, em cumprimento do voto.

O quinto, a benção da primeira pedra do actual templo, no Rio, em 1775. Neste quadro, de um trabalho soberbo e attrahente, não foi descuidado o mais insignificante detalhe; desde o prelado, que vem lançar a benção, até ao servente de pedreiro, tudo perfeito. Que bello conjuncto, em que ha tanta verdade e tanta arte!

O sexto apresenta-nos a primeira parte do actual templo e a trasladação das imagens para o mesmo em 1811.

O septimo, é a coroação da virgem.

O oitavo, a invocação de Sancta Cecilia: este maravilhoso trabalho, de uma acariciante poesia, merece um estudo e uma descripção especiaes.

E' admiravel o que o esbôço nos representa; é admiravel a perspectiva do quadro. Aguardamos, pois, a téla, com seus coloridos; aguardamos essa deslumbrante obra, quando completa, para d'ella dizer a grata impressão que nos causou, para dizermos como nos deleitou a vista.

Aguardaremos... si Deus quizer.

* * *

Pretendem muitos que a fundação da egreja da Candelaria foi em 1630; mas essa pretenção, ainda agora revelada nos quadros hontem expostos, parece errada.

A lenda diz que Palma fizera o voto de erigir a capella *logo que chegasse ao primeiro porto*. Ora, não é natural que elle só tractasse de o cumprir em 1630, quando em 1613 já estava no Rio, e tão conhecido era, que foi nomeado, nessa epocha, para commissão que só se dava a homens bons e abonados.

E' o que se prova com a cópia do seguinte documento, tirado de uma obra intitulada «O Tombo ou cópia fiel da medição e demarcação da Fazenda Nacional de Santa Cruz, segundo foi havida e possuida pelos padres da Companhia de Jesus, por cuja extincção passou á nação» — 1829 —. Typographia de Lessa e Pereira.

Convém notar que o dr. Mello Moraes viu esse documento, citando-o apenas perfunctoriamente em um dos seus trabalhos sôbre a Candelaria.

Damo-lo por extenso para servir de base ás investigações dos que houverem de escrever ainda sôbre a origem e fundação desse templo visitado pela imprensa desta capital, hontem, quando foi admirar os cartões do eminente mestre brasileiro, o pintor Zephyrino da Costa.

«Aos quatorze dias do mez de setembro do anno de mil seiscentos e treze, pelo Reverendo Padre Procurador da Companhia de Jesus, Matheus Tavares, foi dada a mim Escrivão esta petição com o despacho nella conteudo, para que citasse a Balthazar Borges para uma medição, que ia fazer aonde chamão Guaratiba, e eu dito escrivão logo no dia dito citei a Baltazar Borges, e o notifiquei para a dita medição e me disse que não tinha duvida a se fazer a medição, que se fizesse mui embora e de como assim se passa na verdade, fiz este termo e eu Manoel da Rocha, Escrivão das medições o escrevi — *Manoel da Rocha*.

«Em os desasete dias do mez de setembro de mil seiscentos e treze, em Guaratiba, nos corraes dos Reverendos Padres da Companhia, aonde chamão Santa Cruz, eu Manoel da Rocha, Escrivão das medições, dei juramento dos Santos Evangelhos a Antonio Martins da Palma, conforme o despacho atraz para que bem e verdadeiramente fisesse a medição de que era encarregado e o dito Antonio Martins assim o prometteo fazer de que eu dito Escrivão fiz este termo que assignei com o dito Antonio Martins da Palma. — *Manoel da Rocha da Ilha. — Antonio Martins da Palma.*»

22 de Septembro de 1896.

—— 0 ——

## A HORA NO RIO DE JANEIRO

Quando de uma feita me metteram na mão a Artinha do padre Antonio Pereira, fiquei tão intrigado, como no dia em que me pediram escrevesse alguma cousa sôbre A HORA NO RIO DE JANEIRO.

Não podia nesse tempo comprehender como *horae* queria dizer da hora, como *ad horam* significasse para a hora. Hoje não sei como dissertar sôbre o thema ou charada, que me deram para decifrar. Quererão saber o modo pelo qual se regulam os habitantes desta outrora heroica e leal cidade ?

Entendem deva eu occupar-me da historia dos relogios, dos chronometros e dos gallos das torres ?

Desejam saber como os nossos avoengos passavam os seus dias e as suas noites ?

Em todo caso ahi vai esta verdadeira salada, que offereço «por conta de quem a encommendou», aos meus leitores. Si não estiver ao paladar delles, a culpa é de quem me metteu nestas funduras. Resolver problemas da vida privada de um povo, penetrar nesse sanctuario de ordem social não é cousa facil e exige cautela.

Conheço as boas horas (quando se tira a sorte grande): as más horas (quando perdemos no jogo... dos bichos, ou nos pisam no melhor dos callos); as quarenta horas (dedicadas ao Sacramento); as horas canonicas (tão conhecidas dos padres); as Horas Mariannas, (livrinho muito estimado pelas devotas); ás horas mortas (apreciadas pelos poetas e trovadores); a hora do ponto (horror dos empregados publicos); a hora da morte (a peior de todas); a hora regimental (verdadeira utopia nos nossos parlamentos): a hora eleitoral (regulada muitas vezes a dedo); e, além de outras, finalmente, a hora do peixe pegar (que tem applicações tão varias !). Dormir com as gallinhas, para accordar cêdo com a estrella d'alva, tal parece ter sido o *desideratum* dos primeiros povoadores desta terra. Elles haviam mistér de repouso, depois das fadigas diurnas, de entregar-se a um somno reparador e que, valha a verdade, não poderia ser muito tranquillo pela perseguição dos borrachudos e pernilongos, que aqui existiam, e pelos máos colchões em que dormiam esses companheiros de Mem e de Estacio de Sá. Já vê o leitor que venho *ab ovo*. Diz Simão de Vasconcellos, que Anchieta dormia pouco, — o que vai com vistas ao Instituto Historico.

Pelo roteiro dos septe capitães conquistadores dos campos dos Goitacás fica provado o que avancei: á hora em

que a leitora volta dos bailes, isto é, pela madrugada, já elles se achavam a pé para encetar a jornada, em demanda de novas regiões e promptos para galgar montanhas, atravessar rios caudalosos, sempre com o ôlho nos caboclos, que podiam fazer-lhes alguma das suas.

E não havia nesses tempos relogios de algibeira e muito menos de parede. Os Jesuitas, homens practicos e mestres da vida, introduziram os relogios do sol. Na entrada do Hospital dos Lazaros encontram-se os restos de um, que conserva muito apagada esta significativa inscripção:

*Currentem solem certant mostrare columnae:*
*Sed tibi crux fixi solis adumbrat iter.*

Vi ha pouco tempo outro, em poncto pequeno, no paredão da egreja da Penitencia, alli no morro de Sancto Antonio. Por esse meio perfeitamente se regulavam os nossos antigos, e a ponctualidade era apanagio dos velhos Cariocas, os quaes faziam disso poncto de honra.

Hoje, apezar do observatorio do Castello e do classico signal do meio-dia (o balão), dou-te um doce si encontrares dous relogios que regulem harmonicamente. Segundo nos refere A. Herculano, o signal de recolher ou de colhença era dado ás *Ave-Marias*, por tres badaladas; fóra dessas horas era prohibido ao zé-povinho andar nas ruas, e quem ousasse transgredir essa postura tinha de pagar uma pesada multa ao juiz almotacé ou ir parar com os ossos nos *sotãos da Alcaçova,* si não tinha *cum quibus.* Esse uso foi introduzido mais tarde, entre nós, de sorte que ás dez horas da noite era noite velha, e já os nossos avoengos tinham dormido o primeiro somno.

Isso se vê nas posturas dos Conselhos e na leitura attenta dos autos de correição feitos pelos antigos ouvidores, os quaes eram muito rigorosos com os escravos e indios, que não podiam pôr o pé em ramo verde. *Lenha verde mal se accende; quem muito dorme pouco aprende* — era um rifão muito conhecido, para denotar que o rapazio devia dormir cêdo para cêdo tambem acordar.

Cantava-se egualmente uma modinha, cuja primeira quadra era assim:

S. Bento deu uma hora,
O Collegio já deu duas;
Vêde que horas são essas,
Qu'eu por ti ando nas ruas!

Tambem que fazer nas ruas, quando não havia theatros, vellodromos, rua do Ouvidor, bailes e saráos, manifestações obrigadas a retratos a oleo, nem bondes simples e bondes Krupps!

A gente desse tempo rezado o terço quer em casa, quer nas esquinas das ruas, onde havia os celebrados oratorios, ou ia á novena ou jogava o gamão ás portas das boticas, ou nos ultimos tempos tomava fresco no chafariz do largo do Paço, ou no terraço do Passeio Publico, e, por excepção, ia aos fogos do Espirito Sancto, á missa do gallo, ao theatro do padre Ventura.

Havia a missa do tiro de peça, que se celebrava na velha egreja de S. José, pr'as bandas da varzea de Nossa Senhora do O', nas vizinhanças da Cadeia (em linguagem moderna, praça Quinze de Novembro e Camara dos Deputados).

O tiro de peça — que era e ainda é para muita gente um bom relogio — para os caixeiros de venda, açougueiros, donos de kiosques e de botequins e para as bahianas do mingáo, soava como ainda hoje ás 5 horas no inverno e no verão ás 4 1|2, e á noite ás 9 horas no verão e ás 8 no inverno.

Os gallos, meu caro leitor, eram tambem muito bons relogios, que nunca se atrazavam ou paravam, desde que se lhes desse a competente corda — o milho. Ha por ahi muito pretinho velho, cujo unico relogio é o seu gallinho, que canta a primeira vez á meia noite, a segunda ás 2 horas da madrugada, e a terceira annuncia infallivelmente o romper da aurora. E, por fallar em gallo, fica sabendo que o da torre de Sancto Antonio marca perfeitamente as alternativas do bom e do máo tempo. Não ha morador do largo

da Carioca que não saiba que quando elle está com o bico para S. Francisco de Paula é signal de um bello dia; mas quando volta a cauda para a Tijuca, é contar com vendaval desfeito. Lucram os leitores mais esse conhecimento util.

Quanto ás nossas patricias, ninguem lhes punha a vista em cima, enclausuradas dentro de casa, e quando saïam á rua eram encapotadas nas célebres mantilhas, dos pés á cabeça. Isso felizmente acabou; as poucas que usavam esse traje foram alcunhadas de baratas e eram em geral *pobres, velhas* e *feias*. Pois si até houve um bispo, que prohibiu a conversa nos adros das egrejas e a entrada das senhoras nos templos depois de Ave-Maria, e isso sob pena de excommunhão maior!

Coitadas dellas; as casas eram guarnecidas das célebres grades de páo e gelosias, em que havia pequenos postigos, por onde apenas podia passar a cabeça da mucama, para chamar os vendedores de fructas ou os apregoadores do afamado e refrescante *aloá,* sorvete daquelles tempos, em que não tinham nascido o Francioni, o Schroeder, o Guimarães, o Carceller e muito menos o Brito do Cascata.

Dessa clausura, má á primeira vista, resultavam porém as doçuras do lar domestico, o estreitamento dos laços da vida de familia, a veneração pelos paes, a verdadeira fraternidade entre ermãos, e todos os characteristicos dessa bondade, dessa dedicação, que para felicidade de todos nós e para honra de nossos costumes constitue ainda hoje o characteristico da familia brasileira. Já o disse alguem, que não ha melhor felicidade do que a *gente* estar em casa com sua mulher e seus filhos.

Os actos religiosos acabavam cedo, pois era expressamente prohibido estar o Sacramento exposto depois do occaso do sol.

Não havia carros, nem bondes, nem *coupés,* mas as *celebres cadeirinhas,* das quaes existem ainda alguns especimes em uma casa da rua da Imperatriz.

Houve nesse tempo tres relogios afamados: — o do Castello, que quando hoje toca parece um tacho rachado, o de S. Bento, muito apreciado pelos maritimos, e o de Sancto Antonio, que regulava perfeitamente até ha bem pouco tempo.

Mais tarde vieram o de S. Francisco de Paula, o do Carmo ou Capella Real. O Senado da Camara tinha a sua sineta para convocar os *homês bons do povo* para decidir dos *importantes negocios da Republica*, como se dizia então. Por esses relogios regulavam-se as horas das refeições. O almoço era ás septe horas, o jantar ao meio-dia e a ceia ás seis horas.

Do meio-dia ás duas fazia-se a sésta, e muita gente dormia para fazer o *chylo*. Em compensação os sinos das egrejas trabalhavam todo o dia. O Rio de Janeiro podia ser chamado a cidade das badaladas, como hoje o é dos pianos; tocavam para matinas, para missas de defuntos nos dias uteis e para as missas conventuaes nos dias de preceito; tocavam para baptisados, casamentos, enterros, e até quando as senhoras estavam de parto dava-se o signal da Sé.

Si *havia bom successo*, quando o pimpolho recem-nascido era do sexo feio davam-se nove badaladas; quando do sexo amavel, apenas septe. As *comadres* se incumbiam do aviso, recebendo os sacristas uma pequena gorgeta — *quatro* ou *seis vintens!* E tal era a inferneira na vespera de finados que por occasião da primeira epidemia da febre amarella, a Policia acabou com tanto repica-sino.

Os nossos antigos moleques e capadocios eram insignes nesses concertos de instrumentos *de corda*. Hoje só fazem excepção á regra os sineiros do Carmo ou de S. Francisco. Quando ha festas nessas egrejas — façam-me o favor! — é um supplicio para os moradores das vizinhanças! E o célebre carrilhão de S. José, que moe e remóe a *Maria Caxuxa*, o *Vem cá Bitú* e por excepção a *Dalila*, o hymno de d. Luiz e o Nacional? Quando havia incendio, tocavam a rebate todas as egrejas, e andavam os *quadrilheiros* a gritar para que se puzessem luminarias, afim de facilitar o serviço das carroças ou pipas d'agua. Isso foi uma ordem dada por Luiz de Vasconcellos em 1788; a proposito, si querem ficar sabendo como se fazia o serviço de extincção de incendios, vão á egreja do Parto e peçam ao Sampaio para mostrar os quadros do incendio do Recolhimento, que estão á espera de um Driendl, para os restaurar.

Tempos depois, appareceram no Rio de Janeiro os relogios de parede. Os mais antigos que conheço são os das sacristias dos conventos de S. Bento e Sancto Antonio, o que até ha pouco funccionou na Camara dos Deputados (e que, segundo diz o Horacio Reis, pertenceu ao antigo Senado da Camara), o do Senado e o da Misericordia.

Com o *progredir da civilização* modificou-se a hora do Rio de Janeiro, os costumes mudaram; concorreram para isso a inauguração do Passeio Publico, a abertura da rua das Bellas Noites, a cidade elevada a residencia do vice-rei, a chegada da Familia Real, a coroação do rei d. João VI, o casamento do principe d. Pedro, a Independencia, etc., etc. Agora é o que vemos. Não ha horas certas; cada qual tem a sua e a que mais lhe convém. Hoje no Rio de Janeiro quasi se póde dizer que se troca a noite pelo dia.

Antes de terminar — e já é tempo — lembrarei o toque do Aragão, muito sabido de todos nós, convindo apenas aqui mencionar por extenso o nome do intendente de Policia, que em 1825 ordenou esse signal de recolher: foi o desembargador Francisco Alberto Teixeira de Aragão. Quando davam dez horas e o Aragão começava a tocar, era um fecha-fecha em toda a cidade, pois, para os caixeiros que estavam promptos á primeira badalada, o sino de S. Francisco era como o *maná que chovia no deserto*.

Vinte minutos antes do Aragão, tocava tambem um fanhoso sino de Sancta Teresa. Perguntando ás freiras porque o relogio dellas andava sempre adeantado, respondiam: Fazemos de proposito, para que os pretinhos tenham tempo de correr para as casas de seus senhores, e não sejam pilhados pelos pedestres. Ainda hoje, apezar do 13 de Maio, essas religiosas conservam esse toque, que serve de hora fixa e certa para os moradores das vizinhanças do convento de Sancta Tereza.

Basta de tanta hora. Já não só o relogio da Cathedral, parado desde o dia 15 de Novembro, já não se escuta o do Arsenal de Guerra.

Temos ainda, além dos mencionados, o da Estrada de ferro, o da Conceição, o das barcas, o da Candelaria, o da rua do Senador Dantas, o novo de S. Francisco de Paula,

inaugurado este anno, o da Pendula Fluminense, o do Roskell, na rua Primeiro de Março, reputado infallivel, o da Eschola de S. José, no largo da Mãe do Bispo, sempre parado, apezar de marcar as phases da lua, e o do Gaz, com a célebre inscripção *ex fumo dare lucem*. Tive um collega que embirrava solemnemente com esse verso, creio que da Arte poetica de Horacio, e dizia-me sempre que só na casa do Diabo se podia escrever *fumo e lucem* com v !

Si quereis ter um bom relogio, ficae no meio da rua do Ouvidor, que tem o seu fluxo e refluxo como as marés da nossa bahia: — o primeiro das 8 1|2 ás 11 e 20, e o segundo das 3 ás 5 horas da tarde. Si, como diziam os Jesuitas, os ponteiros de um relogio symbolizam a vida, estes não se atrazam nem se adeantam.

*In medio tutissimus ibis.* Desconfie-se porém no primeiro caso dos relogios das padarias, e no segundo caso do de certas corporações (e isto digo ao ouvido), em cujas actas se falla em meio-dia, quando em toda a parte é 1 hora da tarde. E' o que se póde chamar um cúmulo.

25 de Septembro de 1896.

---

# JARDIM DA PRAÇA DA REPUBLICA

Este magnifico parque, tão mal apreciado pela nossa população, que lhe prefere a rua do Ouvidor, é, como se sabe, devido á iniciativa do ex-ministro do imperio e conselheiro João Alfredo, e foi inaugurado em 1873. A área, occupada em sua grande parte por esse immenso horto, é que, segundo o dr. Pimentel, tem 630 metros de comprimento e 341 de largura, é desmembramento do antigo Campo da cidade, campo de S. Domingos, campo de Sancta Anna, campo da Honra, campo da Acclamação, hoje praça da Republica.

Nos primeiros tempos da cidade a zona, que se extendia da rua hoje de Uruguaiana (antiga da Valla e antes de Pedro da Costa) para o interior, era vagamente conhecida,

cómo se vê de documentos antigos, por sertão. Na direcção da rua da Alfandega (antiga do Governador), existia um sinuoso trilho — o caminho de Capueruçú, o qual se dirigia a buscar a lagôa da Sentinella e ia ter ás propriedades dos Jesuitas, sitas no Engenho Velho, que faziam parte da grande sesmaria por elles obtida em 1567 de Estacio de Sá, e anterior á da Camara Municipal. Nas questões havidas entre essa corporação e o governador Vahia Monteiro sôbre o muro da cidade já essa superficie do terreno era conhecida por Campo da Cidade; isso se vê pela descripção de viajantes que estiveram no Rio de Janeiro nos principios do seculo XVII, taes como os citados pelo barão do Rio Branco, e conforme consta das memorias de Duguay Trouin.

Fundando-se a egreja de S. Domingos, teve o nome desse sancto o campo, de que nos occupamos, e tanto era assim que no archivo da Ordem do Carmo se conservam os documentos de uma grande chacara denominada do Campo de S. Domingos, que se extendia do caminho de Fernão Gomes (hoje rua do Senhor dos Passos) á rua do Conde, sendo suas faces lateraes por um dos lados a hoje rua de S. Jorge, e pela face oriental a praça hoje da Republica. Essa chacara foi perfeitamente descripta pelo dr. Alvaro Caminha em muito eruditos artigos escriptos na *Gazeta de Noticias*, a proposito do logar da execução de Tiradentes e em resposta ao sr. Miguel Lemos.

Com a fundação da egreja de Sanct'Anna, e já se havendo retalhado em muitas chacaras o territorio apontado, ficou a parte sita nas proximidades desse templo com a denominação de Campo de Sanct'Anna, que em 1831 foi chrismado com o nome de Campo da Honra, em memoria dos acontecimentos de 7 de Abril. Cumpre todavia notar e lembrar a denominação de Acclamação, dada em 1822 em vista dos acontecimentos da nossa Independencia e a coroação do primeiro imperador. O último nome dado ao antigo campo é por demais sabido e refere-se aos factos de 15 de Novembro de 1889.

Não escrevendo para os eruditos, mas para leitores, que não podem fazer acquisição de obras caras e muito raras, nem frequentar as bibliothecas, cumpre-nos dizer que a idéa

de ajardinar o Campo de Sanct'Anna cabe a Paulo Fernandes Vianna, o qual, em frente de seu palacete, na esquina da rua hoje de Frei Caneca (antes Conde d'Eu, Conde da Cunha e Quebra-Canellas), no edificio onde esteve a Camara Municipal, mandou fazer um pequeno jardim que se extendia até á frente da rua do Alecrim, occupando o espaço, onde estão hoje o antigo Museu e as casas dos Araujos.

Esse jardim era um logar de passatempo para os nossos avós, mas foi destruido pela prepotencia de Pedro I, o qual, não vendo com bons olhos o valimento de que dispunha juncto de d. João VI o prestimoso Paulo Fernandes, logo que em 21 de Abril de 1821 regressou o velho rei para Portugal, veio ao campo e destruiu o jardim, ajudado por operarios do Arsenal.

Foi tão grande o golpe soffrido por Vianna, que dias depois succumbiu, sendo sepultado num carneiro da egreja de S. Francisco de Paula. Paulo Fernandes foi um benemerito e prestou importantes serviços a esta capital, em que exerceu o cargo de intendente de Policia, serviços esses que podem ser melhor apreciados no relatorio por elle escripto e que se acha impresso em um dos ultimos numeros da *Revista do Instituto Historico*.

Por occasião das festas da acclamação de d. João VI, construiu-se um palacete, que permaneceu por muitos annos e foi destruido completamente em 1841 por uma explosão, da qual muitos velhos ainda se recordam. Esse facto é narrado por Moreira de Azevedo com toda a minudencia.

Houve para os lados da egreja de Sancta Anna um grande chafariz construido no tempo do rei. Foi destruido. Não fallarei dos magnificos fogos do Espirito Sancto, que se festejava na egreja supra mencionada, e tão bem descriptos pelo Almeida no seu romance *Memorias de um sargento de milicias*, onde é protagonista o célebre Vidigal, que entretanto foi um militar distincto, foi um grande cooperador da nossa Independencia. Miguel Nunes Vidigal era o seu nome, e não deve confundir-se com Francisco Pereira Vidigal, commandante da escolta que foi prender o

Tiradentes, occulto no sotão da casa de Domingos Fernandes da Cruz, na rua dos Latoeiros.

Não me occuparei tambem do Theatro Provisorio, depois Lyrico, que daria assumpto para largas observações, do Museu fundado pelo ministro Thomaz de Villa Nova Portugal, do Paço do Senado ou do conde dos Arcos, pertencente em tempos anteriores ao negociante Anacleto Elias da Fonseca, da egreja de S. Gonçalo Garcia, fundada em terrenos do conego Gomes Xavier, nem do edificio da Intendencia Municipal, nem do Quartel General, em cuja esquina, juncto á estação da Estrada de Ferro Central, se construiu o *Imperio* ou palanque, onde ficava o imperador do Divino e sua côrte.

Deixemos a Casa da Moeda, o predio d'onde saïu o marechal Diodoro para proclamar a Republica, propriedade do meu amigo João Pedro de Miranda, as chacaras do Manuel Casado Vianna, e outras particularidades, que ficarão para outra occasião, bem como o sitio dos Cajueiros e das Pitangueiras.

Para concluir: o jardim que a cidade póde com orgulho mostrar aos extrangeiros e cuja descripção foi feita no artigo que precede a estas linhas, escriptas *currente calamo,* foi em tempos passados um vasto esterquilinio, depósito de materias fecaes, onde á noite passeiavam impunemente *tigres,* que foram supprimidos pela actual companhia City Improvements.

Que esse serviço lhe seja levado em conta.

1º de Outubro de 1896.

---

# O PASSEIO PUBLICO

De uns antigos autos, propriedade de um distincto capitalista desta cidade, os quaes dizem respeito a uma demanda que durou onze annos sôbre certos terrenos da praia de Sancta Luzia, e da leitura de escripturas pertencentes ao tombo do Convento da Ajuda, resulta a certeza do facto

narrado pelos chronistas: que o actual Jardim do Passeio Publico foi formado por aterros feitos sôbre a lagôa do Boqueirão da Ajuda, antigamente conhecida por LAGOA GRANDE, assim assignalada nas sesmarias concedidas aos primeiros habitantes do Rio de Janeiro.

Entre essa lagôa e a de Sancto Antonio, que se extendia pelos terrenos hoje occupados pelo largo da Mãe do Bispo, rua da Guarda Velha, Senador Dantas e largo da Carioca, existia um estreito caminho do Desterro, e mais tarde *estrada dos Arcos Velhos da Carioca;* espaço que é hoje occupado pela rua dos Barbonos, actualmente Evaristo da Veiga.

Esses arcos, que não se devem confundir com os actuaes construidos por Bobadella em 1750, costeando uma aba do morro das Mangueiras, passando pelos fundos da chacara dos Esmoleres do Sancto Sepulcro, terminavam no campo da Ajuda, onde em 1731 existia um reservatorio edificado pelo Senado da Camara, em terreno *aforado* ao respectivo proprietario.

Sendo vice-rei Luiz de Vasconcellos e Sousa, cujo retrato existe na sacristia da egreja do Parto, e havendo-se propagado nesta cidade a epidemia Lamperini, da qual foi affectado o proprio vice-rei, tanto que deixou por algum tempo de assignar os papeis da Conjuração Mineira, tendo os practicos d'então dado como causa dessa molestia a permanencia da lagôa do Boqueirão, resolveu Vasconcellos, á custa do monte das Mangueiras, aterrar esse infecto pantano, construindo sôbre elle um jardim público.

Desse facto nos dava noticia exacta a inscripção do chafariz das Marrecas, destruido ha pouco tempo, e que ficava em frente á rua das Bellas Noites, hoje do Barão do Ladario.

Não sei onde pára essa pedra, bem como as estatuas de Echo e Narciso, que ornavam aquella fonte pública.

As marrecas, felizmente, estão sendo conservadas pelo meu amigo dr. Mello Moraes, que as guarda com todo cuidado no Archivo Municipal, do qual é muito digno director.

Com auxilio de alguns artistas desse tempo, entre os quaes o célebre mestre Valentim da Fonseca e Silva, do Xavier das Conchas, do Xavier dos Passaros, conseguiu em quatro annos Vasconcellos vêr realizado o seu nobre intento, e em 1783 abriu-se ao povo desta cidade esse logar de recreio, tão apreciado pelos nossos avós e tão frequentado ainda hoje pelos habitantes do Rio de Janeiro.

Quem quizer melhor conhecer a historia do Passeio lerá com proveito as magnificas descripções feitas por Macedo, Moreira de Azevedo, F. Octaviano, pelos redactores do *Ostensor Brazileiro* e por viajantes extrangeiros, entre os quaes poderiamos citar grande número.

Quem não conhece os jacarés fundidos na casa do Trem por Valentim, o menino *Sou util inda brincando*, os *dous torreões*, a varanda modificada no começo deste seculo pelo engenheiro Aureliano de Sousa Coutinho (pae do visconde de Sepetiba, e bis-avô do dr. Moncorvo de Figueiredo), e mais tarde reconstruida pelo general Rangel de Vasconcellos? Quem não aprecia as duas pyramides seculares, nas quaes Vasconcellos mandou inscrever os distichos *Saudade do Rio*, *Amor do publico*, como para significar os sentimentos que nutria por este povo, no meio do qual viveu por mais de dez annos e a quem prestou inolvidaveis serviços?

Quem não viu o bello medalhão, onde estão esculpidos os bustos da Maria I e seu marido Pedro III?

Quem nas tardes calmosas não tem gosado dos melhoramentos introduzidos e das modificações operadas pelo Fialho em 1861, no bello gradil que substituiu o muro antigo que defendia a frente do Passeio?

Isso tudo daria assumpto para largas considerações e alongaria a ligeira descripção ao correr da penna, que me foi pedida por um amavel jornalista.

Ha cêrca de dous annos, esteve o Passeio Publico arriscado a perder parte de sua área, sob pretexto de alargamento da rua. A imprensa desta cidade protestou contra similhante profanação, e o sr. prefeito Valladares em boa hora desistiu de similhante intento. Manda tambem a justiça que antes de terminar citemos com louvor o nome de

Glaziou, illustre botanico, a quem o Passeio Publico tanto deve.

Não menos digno de nossos encomios é o dr. Furquim Werneck, actual prefeito, que, no seu relatorio de 10 do passado, menciona os melhoramentos postos em práctica no jardim, provando desse modo quanto s. ex. ama as tradições da cidade, cujos habitantes tanto apreciam aquelle pequeno mas elegante horto botanico, onde tantas festas populares se têm realizado, e ao qual se liga de um modo perpetuo a lembrança da boa governação do vice-rei Luiz de Vasconcellos e Sousa.

2 de Outubro de 1896.

---

# JARDIM BOTANICO

No circulo de montanhas, que separado da bahia de Guanabara pelo contraforte do Corcovado, formando a ponta extrema da Copacabana, se extende até os Dous Ermãos, vem se abrir um valle, o mais pittoresco daquellas cercanias. Um regato travesso, descendo do massiço da Tijuca, desperta os echos com a sua garrulice e conserva á vegetação o viço e a frescura. Uma lagôa, ora communicando com o mar, ora fechada pelas arêas, como as suas ermãs da costa, vem completar o quadro.

Foi alli que, seduzido pela belleza do logar, apezar do pouco amor instinctivo ás graças da natureza herdado da raça, Rodrigo de Freitas plantou uma fazenda, que poz sob a protecção e padroado de Nossa Senhora, para a qual construiu uma capella sob a invocação de Nossa Senhora da Lagôa.

Depois de vicissitudes diversas, o oratorio servia de depósito para uma fábrica de polvora estabelecida por d. João VI, quando lhe occorreu a falta de um horto, que servisse á acclimação das riquezas vegetaes, de que ainda carecia o Brasil.

Foram escolhidos esses terrenos; e, mais tarde, constituiram o nosso actual Jardim Botanico.

Apezar da interrupção causada pelos acontecimentos, que precederam e accompanharam a Independencia, os principios do Jardim Botanico foram uteis e gloriosos. Para consagra-lo, para assim dizer, d. João VI, que o visitava seguidamente, quiz nelle plantar uma palmeira, recentemente introduzida das Antilhas, com as suas proprias mãos reaes. E o Jardim ainda conserva, como reliquia historica, a alterosa palmeira, mãe daquellas todas que hoje pullulam no Brasil, e que bem merece, pela sua altura e porte, os nomes de Gloria da Montanha (*Oreodoxa*) e de Palmeira Real, que lhe deram os naturalistas e os colonos que a descobriram, nome este que a cortezanice applicára a d. João e mudára mais tarde em Imperial, em honra aos nossos monarchas.

Numerosos foram os serviços alli prestados, menos platonicos do que esse. Em meiados deste seculo achámos no Jardim uma verdadeira colonia chineza, cultivando e preparando um chá de excellente qualidade com as plantas, que importaram; é esse mesmo chá, apreciado e procurado pelo consumo local, e adoptado pelo commercio.

*Mirabile dictu !*

Depois, seguiu-se um periodo de decadencia. O Jardim, restituido á independencia da matta, mas ai ! sem virgindade, era principalmente célebre pelos *gostosos pic-nics*, que proporcionava.

A actual direcção moralizou-o e sujeitou-o de novo á cultura. Os esforços feitos foram grandes, e o seu effeito visivel. Por infelicidade o sólo, esterilizado, não alimenta mais a magnifica vegetação de outr'ora. Os velhos troncos estão quasi todos despojados da sua frondosa copa.

Em compensação, rica e viçosa collecção de palmeiras, sinão unica no mundo, pelo menos das mais completas, revela as sympathias justificadas do botanico, cujo nome é auctoridade na materia.

Sejam-nos, entretanto, permittidas umas ligeiras observações.

A tendencia actual da cultura, na parte franqueada ao público, do jardim florista, discorda, não tanto com as tradições, o que seria o menos, como mais ainda com o character de belleza, que se póde esperar do logar. A nudez inevitavel desses vastos espaços, mal semeados de moitas de plantas baixas, perdidas na sua chata immensidade, e esmagadas pela gracil enormidade das *Oreodoxas*, dá, involuntariamente, a impressão do inacabado e do provisorio, sobretudo com os batalhões de chapas brancas que, em muitos logares, substituem mal as flores ausentes.

Parecia-nos que essa preciosa joia da corôa da nossa Capital devia dar, antes de tudo, uma idéa da nossa exuberante vegetação nacional, deixando as collecções de plantas, importadas ou não, muito preciosas para o estudo, insignificantes porém, na sua maioria, para um horta especial, onde, collocadas por ordens e familias, se prestariam melhor ao exame dos numerosos estudantes das nossas escholas superiores, que as ignoram hoje.

Tal é o *desideratum* do nosso Jardim Botanico, conhecido no mundo inteiro, e mais apreciado outr'ora, apezar, ou antes por causa da sua inculta desordem, que tinha o grande merito de lembrar, si bem que de longe, as nossas mattas admiraveis.

Tal é a direcção que ousamos propôr imprimir ás suas culturas, certos de sermos approvados pelos verdadeiros amigos da Arte.

Note-se que, levados pelo assumpto, não demos a projectada descripção do jardim.

Mas quem é que com frias palavras, póde pintar essa paisagem, que mal poderia descrever o pincel de um Corot ?

Declaramo-nos impotentes para dar idéa das bellezas que o público póde visitar, e mais ainda do que lhe é prohibido vêr: as margens incultas do regato.

Só podemos dar um conselho, que não se arrependerão de ter seguido: ide e vêde.

Mas é bom escolher o dia; porque, por uma excepção um tanto incomprehensivel, em vez de abrir todos os dias as suas portas ao público, como os seus congeneres do resto

do mundo, o nosso Jardim Botanico, mais aristocrata, recolhe-se á solidão duas vezes por semana.— *Germano Vert.*

* * *

Pondo-se em contribuição os trabalhos do infatigavel investigador das cousas patrias, o finado dr. Mello Moraes, e os documentos antigos, existentes no archivo da nossa Municipalidade, dados á imprensa pelo não menos illustrado dr. Mello Moraes Filho, Herculano dessa pequena Torre do Tombo, que maior seria si não fosse o incendio de 23 de Julho de 1790, nos primeiros tempos do vice-reinado do conde de Resende; tendo-se, finalmente, em vista os antigos mappas desta cidade e suas circunvizinhanças, resulta, que as cercanias da hoje lagôa de Rodrigo de Freitas foram povoadas desde os fins do seculo XVI, e ahi se estabeleceram varios engenhos: entre elles o da lagôa de Sacôpenapan ou de Diogo de Amorim Soares ou de Sebastião Fagundes Varella ou de Rodrigo de Freitas Mello e Castro. Esse estabelecimento rural, conhecido por Engenho de Nossa Senhora da Conceição, abrangia uma grande área de terreno, na qual estava comprehendido o logar do actual Jardim Botanico.

Da compilação de leis, decretos, regulamentos sôbre as sesmarias municipaes, organizada pelo velho Navarro de Andrade, resulta o seguinte:

«Tendo a Illma. Camara Municipal, por officio numero 944, de 12 de Novembro de 1884, reclamado do Ministerio da Fazenda sôbre o aforamento dos terrenos que marginam a lagôa de Rodrigo de Freitas, recebeu a corporação em resposta a portaria de 24 de Janeiro de 1885, pela qual se vê que o Governo havia comprado á Camara por cincoenta apolices o dominio directo desses terrenos, que em virtude do decreto de 13 de Janeiro de 1808 foram incorporados, quanto ao dominio util, aos proprios nacionaes para alli se erigir uma fabrica de polvora e outra de fundição e torneação de peças de artilharia».

Segundo o testimunho de alguns escriptores foi tambem alli fundado um horto botanico; de sorte que ao

principe regente d. João se deve o principio do actual Jardim Botanico, tão conhecido por nacionaes e tão visitado por viajantes extrangeiros, entre os quaes se contam sabios conhecidos do mundo inteiro, que não cessam de tecer encomios a esse bello Horto, cujos directores como o actual, o meu amigo João Barbosa Rodrigues, têm continuado as bellas tradições de seus antecessores; entre elles se destaca o venerando nome de frei Leandro do Sacramento, fallecido em 1 de Julho de 1829, e pertencente á Ordem Carmelita.

Não ha quem não conheça a magnifica alea de palmeiras plantadas por Bernardo José de Serpa Brandão, conforme nos affirma o sr. dr. Moreira de Azevedo. Segundo é fama, entre ellas uma existe, cujas sementes foram lançadas pelo principe regente. Segundo li algures cultivou-se no Horto botanico, com grande vantagem, o chá da India, práctica que muito mais tarde foi seguida de brilhantes resultados pelo visconde de Sepetiba em sua fazenda de Paquequer, a qual depois veio a pertencer ao conhecido clinico de Niteroi dr. Frougeth, fallecido ha poucos annos.

Não temos em mente, por não comportar o espaço, dar noticia circunstanciada da *historia moderna* do Jardim Botanico; outros mais habilitados a farão com mais utilidade.

Fulminado por um ataque de apoplexia cerebral, falleceu em uma das ruas do Jardim Botanico, em 1830, o tão citado monsenhor Pizarro (José de Sousa Azevedo Pizarro e Araujo). Tendo ido passear ao Jardim Botanico, depois de ter jantado comeu a fructa *carambola;* isso perturbou-lhe a digestão. Mons. Pizarro é auctor das *Memorias Historicas do Rio de Janeiro* e das provincias annexas á Jurisdicção do vice-rei do Estado do Brasil: esta obra não obstante a critica do visconde de Porto Seguro, tem grande merecimento, pois apezar de muitos erros é o manancial onde vão beber noticias e informações todos aquelles que desejam estudar o passado desta Capital Federal. Essas *Memorias* constituem hoje um trabalho raro e seria conveniente fazer-se dellas uma nova edição correcta e augmentada.

Para essa tentativa não faltam entre nós pessoas que com vantagem poderiam pô-la em obra. Basta citar Capis-

trano de Abreu, Felix Ferreira, Mello Moraes, Pires de Almeida, Moreira de Azevedo, Homem de Mello, Augusto de Carvalho, Cesar Marques, Teixeira de Mello, Ramiz Galvão e tantos outros.

5 de Outubro de 1896.

---

# A CADEIA VELHA

Grande foi o susto soffrido pelo principe regente quando na Bahia soube que se *preparava* tambem a Cadeia para receber aqui a Familia Real.

E' que o feio, pesado e pouco esthetico casarão da rua da Misericordia, onde estava a prisão pública, tinha sido destinado para hospedar a criadagem do Paço, ligando-se para esse fim por ordem do conde dos Arcos ao palacio dos vice-reis, por um passadiço, que foi destruido em 1822.

Taes foram as scenas escandalosas que ahi se deram, fazendo dessa casa bem como da Opera de Manoel Luiz uma verdadeira Torre de Babel, que o povo a denominou *America Ingleza* como synonymo de *casa de Orates*.

Além dos *toma largura* a casa da Cadeia hospedou, em tempos anteriores o Senado da Camara, a Relação, e em annos mais recentes o Correio, a Typographia Nacional, a Caixa Economica, o Monte do Soccorro e a Inspectoria de Hygiene, no intervallo em que os deputados fizeram, depois de proclamada a Republica, suas sessões no palacio de São Christovam. De novo voltaram os augustos representantes para a sua antiga casa, a qual ufana poderia dizer *de deputados fui, de deputados sou*, como o célebre sino que tem a inscripção: de Sancta Rita sou, de Sancta Rita fui — o sr. capitão mór me reformou.

Que desde 1672 a Cadeia era nesse local, se prova com uma escriptura de troca de bens netre os monges da S. Bento e Clemente Martins de Mattos; nella se falla de uma casa de pedra e cal sita na rua, que vem de S. Francisco para a

*Cadeia*. Esse Clemente, dono da grande chacara em Botafogo, foi o instituidor da capella de S. Clemente, que ainda existe, e onde se conserva, segundo é fama, um braço desse Sancto..

No tempo do governador Arthur de Sá e Meneses, em 1699, a Camara, consultada si podia se encarregar do tractamento dos Lazaros, respondia nada poder fazer, porquanto não tinha dinheiro para concertar a sua casa por cima da Cadeia, prestes a desabar.

Por esses dous factos discordei sempre da opinião dos srs. Mello Moraes pae e Moreira de Azevedo, quando sustentam que a Cadeia velha data dos fins do seculo XVI e principios do XVII. Nessa occasião, quanto a mim, se fez a reconstrucção do edificio, muito morosa, e que só terminou em 1747. Com a leitura porém dos autos de correição dos antigos ouvidores, publicados no *interessante e utilissimo* Archivo Municipal, vi com grande satisfacção que já em 1624 se tractava da mudança da Cadeia, do morro do Castello para a varzea da cidade, que ella em 1636 ahi se construiu aos poucos, que se reforçaram com grades as janellas da banda do mar, se creou uma prisão para mulheres, se fez nova sala para sessões da Camara e tambem uma escada na frente em 1641. Essa *frente* foi sempre considerada o lado da rua da Misericordia, onde ainda se vê, transformada em janella, a porta por onde, seguido do carrascó, saïu para o patibulo o Tiradentes.

Não me occuparei aqui das peripecias do processo da Inconfidencia, de que foram testimunhas mudas, as paredes desta casa, nem do facto de se haverem sentado no recincto da Constituinte duas victimas da Conjuração mineira, nesse local para elles de tão lugubres recordações. Isso fica para outra occasião, quando narrar o que me foi contado por uma velha, testimunha desses factos, e corroborado pela célebre poetisa d. Beatriz Assis Brandão, a qual, como se sabe, era prima da Marilia de Dirceu.

A escada, por onde sobem os srs. deputados, foi construida em 1822, por ordem de Martim Francisco, ajudado pelo Biancardi, quando tiveram de aboletar no antigo edificio da Cadeia os membros da primeira representação nacional.

No interior da Cadeia existiu a capella de Jesús instituida por Miguel de Oliveira Portella, testamenteiro de João Ribeiro Corrêa, cujo obito consta do livro 8º dos enterros da Sé, o qual serviu de 1710 a 1714. Para patrimonio dessa capella fôra vinculada uma casa na *frente da Cadeia,* lado par da rua da Misericordia, casa sôbre a qual tive vagas informações, ministradas por uma senhora, infelizmente fallecida ha pouco tempo.

Cumpre dizer que a capella de Jesus foi benzida em 22 de Dezembro de 1710, pelo conego Miguel de Noronha da Camara, cujo nome encontrei na lista dos priores da Ordem do Carmo, em 1704. Por isso abalanço-me a sustentar que tal casa e tal capella nada tem com a origem e fundação da ermida de S. José, (de data muito anterior), como no *Jornal do Commercio,* de 29 de Septembro ultimo, parece crer o infatigavel historiador da Sancta Casa da Misericordia, fundando-se em um requerimento encontrado nos archivos dessa pia instituição. O referido escriptor, não querendo acceitar o que diz Pizarro, deve lembrar-se que já em documentos da primeira metade do seculo XVI se falla na ermida de S. José. de onde saïu a Irmandade de São Pedro, como consta da historia desta corporação.

Demais o requerimento da Misericordia é posterior, como confessa o illustre investigador, á lei de 1787 ,que fazia reverter para a Sancta Casa os encargos pios não cumpridos.

Continuando, *data venia,* direi que a casa cujas paredes são inclinadas em forma de muralhas de fortaleza. foi construida para o *Real Deposito do sal,* como mostrarei, quando, si Deus me der vida e saude, me occupar da historia da minha parochia de S. José, para o que tenho muitos apontamentos e notas.

Perto da Cadeia esteve o pelourinho, removido mais tarde para o largo do Rocio.

Tracto agora de averiguar quem foi um célebre tanoeiro João Antonio, com quem a Camara sustentou questões acêrca de uns terrenos que deviam ficar no poncto, em que mais tarde se fundou a casa dos governadores, transformada em Palacio Imperial e hoje Repartição dos Telegraphos.

Basta; poncto em bocca.

Quem quizer saber mais alguma cousa sôbre a actualidade do edificio da Camara dos Deputados é dirigir-se ao meu velho amigo Horacio Reis, a cujo pedido escrevi estas linhas sôbre as antiguidades da casa, pois da historia moderna desse Paço, a qual daria assumpto para muitos volumes, ninguem melhor do que elle conhece *todas as minudencias.*

13 de Outubro de 1896.

---

## A PENHA

Devotos da Virgem, conservadores das poeticas lendas de outr'ora; devotos do alheio que lá vão para fazer guerra aos bolsos e carteiras do proximo; devotos dos rolos e chinfrins, quebra-cabeças e fura-tripas; devotos da indifferença, que vão, voltam e olham para tudo aquillo como bois para palacio; devotos dos alfarabios (estes são muito poucos), que sóbem a Penha para lembrar-se do passado, eis os elementos da grande romaria dessa lendaria festa, que vai perdendo a pouco e pouco a sua antiga e characteristica feição.

Admirador das crenças dos primeiros, Mello Moraes, fundando-se nas revelações do pae Cangulo e do *Domingos ta danaro*, já escreveu e muito bem sôbre a origem da devoção; dos segundos e terceiros, os jornaes e a policia se occuparão depois de amanhã; dos quartos, nem vale a pena fallar. Desejo sómente conversar com os ultimos para excita-los a dizer algumas novidades sôbre as antiguidades da capella da Penha, assumpto deste palanfrorio.

Nada, pois, com o lagarto e a cobra; isso vae com vista ao Bomsuccesso das fabulas. Nada com as façanhas do Camarinha, que a cavallo subiu os trezentos e sessenta e cinco degráos. Nada com as almas do outro mundo, da casa dos romeiros, nem com o caso do suicidio da moça violentada por seu proprio ermão, que mais tarde foi assassinado por

outro ermão (isto cheira a tragedia), nem tão pouco com o antigo capellão da Penha, o qual era tão alto e tinha as pernas tão compridas que foi preciso quebra-las para caber na cova; nem com os septe alfaiates para matar uma aranha, trabalho em azulejo que deve existir ainda na sacristia da pequena, mas elegante ermida, objecto das attenções do rei d. João VI, que em 1819, determinou a procissão do cirio.

Tudo isso é velho e muito sabido.

Entremos na interpretação interpretativa, como dizia o meu professor de latim, e tenhamos a honra de apresentar aos leitores o fundador da capella da Penha (chapeau bas !), o coronel Balthazar de Abreu Cardoso, que não é por certo qualquer *quidam*, e era dono de uma grande fazenda *nos campos de Irajá.*

Quem lê os velhos bacamartes sôbre a origem do culto prestado á Virgem Maria e compara-os com o que têm dicto os modernos, fica sabendo que a devoção da Penha de França provém d'este ultimo paiz e foi trazida a Portugal em tempos antigos.

Já em fins do seculo XVI o esculptor Antonio Simões, escapo da batalha de Alcacerquibir, edificara em Lisboa, no cume de um monte, uma capellinha com esse titulo, a qual foi augmentada pelo Senado da Camara em 1599, graças a um voto feito por elle para que cessasse uma terrivel epidemia; esse voto consistia em uma procissão ou *romaria* muito *solenne e concorrida.*

A capella, completamente arrazada pelo terremoto de 1755 e hoje reconstruida, fôra tambem muito beneficiada por Antonio de Cavide, ministro de Affonso VI. Este Cavide deixou em testamento missas por intenção de todos quantos *fallassem a lingua portugueza !*

De Portugal passou para o Brasil a devoção de Nossa Senhora da Penha de França, de sorte que em 1713, segundo frei Agostinho de Sancta Maria, já era no Rio de Janeiro a festa de amanhã muito popular e attrahia immenso concurso de povo.

Foram da sesmaria dos Jesuitas, que findava na tapéra de Inhaúma, os terrenos de Irajá, depois dados a particulares, entre os quaes se cita o coronel Balthazar.

Já a esse tempo, 1714 a 1717, havia sido fundada pelo padre Gaspar da Costa a egreja que, mais tarde reformada pelo padre João de Barcellos Machado, é hoje de Nossa Senhora da Apresentação, orago da freguezia e do templo, que o conde de Irajá chamava a sua *Sé da roça*.

Conta-se que a capella da Penha foi fundada em 1734; mas acho, salvo melhor juizo, ser de data anterior, pela argumentação seguinte: dizem os chronistas que ao tempo da fundação era Balthazar simples *capitão*; ora, com documentos que temos á vista se prova que em 1734, si ainda existia, estava elle farto de ser coronel; como nesse tempo não era facil o accesso aos postos (haja vista Sancto Antonio, capitão por mais de noventa annos), penso que a capella da Penha foi fundada nos ultimos lustros do seculo XVII.

Com effeito, em 1707, aos Benedictinos vendeu o coronel Balthazar de Abreu Cardoso por *trinta vitellas* uns terrenos para as bandas de Maricá, no logar da Pontinha *mixto* á fazenda de Nuan, perto do rio Imbuhi. Tudo isto consta de uma escriptura lavrada em Fevereiro desse anno, a qual deve estar guardada no cartorio do respectivo convento.

Em 1711, na invasão de Duguay Trouin, eram Abreu Cardoso e Chrispim da Cunha coroneis de dous regimentos de ordenanças compostos de 780 homens (Barão do Rio Branco — *Le Brésil en 1889*).

Este coronel, que a principio se portára correctamente, parece que tambem fugiu, *imitando* o parlapatão Francisco de Castro Moraes, governador do Rio de Janeiro, que á vista das intimações do general francez deu tão grande carreira que só parou em Iguaçú.

Balthazar foi tambem preso pela alçada que veio de Portugal, enviada pelo rei para satisfazer a tremenda representação mandada d'aqui pela Camara.

Não posso dizer que fosse bom o fundador da Penha, nem si foi parar com os ossos no degredo d'Africa. Isto fica para o *prochain numero*.

O que eu digo não é calumnia lançada contra tal figurão; corre sob a responsabilidade de Pizarro, de Balthazar Lisboa, do padre Bartholomeu da França, de Duarte Nunes, de Fernandes Pinheiro e do chronista dos Franciscanos, e é

corroborada a deserção desses *valientes* pelas *Memorias de D. Trouin*, que o Quaresma quer vender por 200$000, um ovo por um real !

Nas immediações da Penha notam-se as florescentes fazendas: Grande, de Braz de Pina, contractador das Baleias e constructor do cáes dos Mineiros, do Vigario Geral, do Provedor, pertencente á familia Cordovil, a de Vicente Carvalho, de propriedade da familia Rangel ha duzentos annos, (e onde nasceu o intendente H. Gurgel), a do Fructuoso, a de Maria Angú, a do Bomsuccesso, etc.

Tudo isto é digno de ser apreciado por quem subir amanhã a Penha e póde ser melhor contado pelo amavel padre Ricardo ou pelos seus cabalistas do 3º districto, que lá devem estar em penca, sobretudo agora que o mez de Dezembro não vem longe, como se diz nos *Dous Proscriptos*.

Quem fôr por mar leia durante a viagem a obra do sr. general Fausto de Sousa, e conhecerá as particularidades da *formosa Guanabara*, desde a praia do Peixe ou do cáes *Pharoux* até para além da ilha do Saravatá, pertencente antigamente ao velho Camarão, tio do fallecido Pereira, da antiga Capella Imperial.

Que grande lôgro e que grande suadouro préguei aos meus leitores, muito maior do que a soalheira que vão apanhar os pandegos da Penha, dansando ao som do fado, da Canninha Verde, do Malhão e da Chama Rita !

Quem te mandou, sapateiro, tocar rabecão ?

17 de Outubro de 1896.

---

# O CHAFARIZ DAS SARACURAS

Sempre respeitadas e dignas da consideração do nosso povo foram e são, sem engrossamento, actualmente, as religiosas da Ajuda. Os poetas e poetastros de outr'ora as estimavam pela maneira porque eram tractados por occasião das festas do Natal, quando ellas, por entre as grades do con-

vento, lhes atiravam mottes, os quaes, com promptidão rimados, eram seguidos de doces e guloseimas.

Nisso eram ellas insignes. Quem não conhece os classicos bolos da mãe Benta, os pasteis de Sancta Clara e os brancos suspiros que ainda hoje fazem vir agua á bocca de muita gente!

Não venho tractar da historia da fundação desse convento, no tempo do bispo d. João da Cruz, e inaugurado pelo bispo d. frei Antonio do Desterro, o qual foi muito auxiliado pelo depois célebre brigadeiro Alpoim, porque só a desscripção das festas celebradas encheria toda a folha.

Hoje é de louvar-se o zêlo, com que as freiras da Ajuda vão augmentando o convento e restaurando a egreja da padroeira, muito damnificada por occasião da revolta, e onde se encontra a mais bella e artistica imagem da Senhora da Piedade desta cidade, cópia de outra muito célebre na Europa e que figurou na exposição de Munich, obra do famoso artista Sylvius Eberle.

Dando de mão ao muito que poderia dizer sôbre esse mosteiro, vou tractar de um assumpto do qual nunca historiador ou chronista algum se occupou, incluindo o sr. Moreira de Azevedo, que, aliás, minuciosamente descreveu o interior do convento: tracta-se, nada menos, de um artistico e monumental chafariz, que eu chamarei das *Saracuras*, o qual está erguido no pateo central.

Construido de pedra do paiz, é um objecto de arte digno de vêr-se, pois, mostrando o gôsto da epocha, assignala a pericia dos nossos antigos canteiros, e tem bonitos ornatos, fundidos em bronze (na Casa do Trem), e um bello brazão trabalhado em marmore.

Esse chafariz symboliza a gratidão das freiras para com o vice-rei, conde de Resende, que em 1799 concedeu mais um annel d'agua, para uso do convento; taes pelo menos são os dizeres do brazão acima referido, onde se acha a inscripção commemorativa desse facto, encimada pelas armas daquelle vice-rei.

Por quatro escadas de cinco degráos sobe-se para o embasamento, que é largo, e sôbre o qual se apoia uma grande bacia circular, de cujo centro levantam-se quatro pedestaes

onde pousam outras tantas saracuras de bronze, as quaes lançam pelos bicos na bacia limpida agua, que desapparece para ser lançada de novo pela bocca de quatro kagados que a despejam em quatro tanques collocados nos espaços entre as escadas.

Tudo isso é coroado por uma pyramide de tres metros, em cujo apice se vê uma cruz de ferro.

Pena é que tal monumento não possa ser apreciado, graças aos rigores da clausura.

Ahi fica porêm a descripção, cabendo-me a *gloria* de ter sido o *primeiro* a fallar dessa obra d'arte, occulta aos olhos dos profanos, a qual leva sem duvida vantagem ás pesadas e enferrujadas fontes públicas, inauguradas, ha poucos annos, em nossas praças, — fontes que primam pela ausencia do precioso liquido tão decantado pelo poeta Silva Alvarenga nos versos dedicados a Luiz de Vasconcellos!

Jaz por terra o célebre chafariz das Marrecas, transformado em portão do quartel da brigada policial.

Já não se falla na fonte das *boiotas*, nem nas aguas ferreas de Matacavallos, da antiga chacara da Bica.

A Carioca tristonha pode dizer *eu era assim* (quando de suas 36 torneiras jorrava a agua em profusão) e *estou ficando assim* (servindo de pouso a vagabundos). Que pelo menos fique perpetuamente guardada pelo cuidado das religiosas da Ajuda a fonte das *Saracuras*, salvo si alguma desapropriação por *utilidade publica* não vier arrancar o brazão do conde de Resende, que parece não ter sido tão casmurro, nem tão mao administrador como se pretendeu.

Essa é a opinião do paciente investigador dos archivos da Sancta Casa de Misericordia, onde se encontram provas do zêlo, intelligencia e perspicacia daquelle vice-rei, que foi um dos melhores provedores da Misericordia.

Por hoje — disse.

25 de Outubro de 1896.

# A RUA DO GOTOVELLO

Escriptores e poetas, em prosa ou verso, têm celebrado as bellezas desta leal e heroica cidade.

Porque não poderei tambem contar o passado da rua em que nasci ?

Quasi rival da rua do Ouvidor, eil-a hoje decaïda, desmoralizada, com o nome na policia e termo de bem-viver, espantalho constante das auctoridades de S. José, quartel general de capoeiras, scenario de rôlos, de facadas e de luctas, por amor de Dulcinéas da mais baixa classe !

Nos seus soliloquios bem póde repetir os célebres versos:

Quando as glorias que eu gozei
Vou na mente revolvendo, etc.

Entretanto, nem sempre foi assim. Deu-lhe o tiro de honra, em 1862, a Companhia Ferry, fazendo desapparecer da praia de D. Manoel a ponte das barcas de Niteroi, e Botafogo, que constituiam a *great attraction* do antigo becco do Cotovello.

Quem não se lembra da quotidiana, continua e obrigada procissão de tudo quanto havia no *high-life* desse tempo ? Era encantador vêr as senhoras ostentando os vestidos nesgados, as mangas de presunto, os chales de Tonkin, os sapatos sem salto, com fitas cruzadas no peito do pé e na parte inferior das pernas, e mais tarde as immensas saias-balão e os chapéos salta-caroço, os petizes com suas botas contidas pelas corrêas de fivella, e as jovens trazendo os leves vestidos de cassa, de fustão ou organdy. Vultos politicos, poetas distinctos, capitalistas, notabilidades, enfim, tudo passava pelo becco, dando-lhe aspecto festivo de um verdadeiro pequeno *boulevard*, no tempo em que a calça de ganga ou as presilhas eram o requinte da moda.

A barca das nove era a dos empregados publicos, que, morando na cidade, tinham de ir á antiga Villa Real da Praia Grande, assignar o ponto e fazer jús ao cobre. Foi nesse tempo que vi pela primeira vez o Itaborahi, o Sousa Franco, o Aureliano, o velho Castro e Silva, o Firmino Silva.

*Quantum mutatus ab illo !*

Começando na ladeira do Castello, ia terminar no antigo Porto dos Padres da Companhia, tão elogiado por sua posição na correspondencia de Luiz Vahia (o *Onça*), quando começou a jogar as cristas com o Senado da Camara desta cidade.

Ahi se constituiu mais tarde a estação das falúas, que não só serviram, umas para conduzir passageiros para a banda d'além, e outras para trazer lenha, cal e materiaes para os vastos armazens, de cujos donos apenas existe hoje o velho Diogo Faria, que deve ter perto de cem annos.

A' parte entre a ladeira e a rua da Misericordia era tambem conhecida por becco do Açougue, por estar na esquina o *Açougue Grande.*

No Sabbado da Alleluia enfeitava-se de flores de mangueira e bandeiras, para denotar a terminação da quaresma e do reinado do camarão, do bacalhão e do *mulato velho.*

Nesse tempo custava a carne 160 réis a libra, e vinha de muito perto, alli do matadouro de Sancta Luzia, sem monopolio, sem baldeação nem contractos.

Tudo isso era regulado pelo almotacé, que tinha no açougue uma cadeira por throno, e por sceptro um grosso cacete, com que afugentava os atravessadores.

Para o lado do mar era conhecido tambem por becco do Padre Vicente, no canto do qual havia o antigo oratorio de Nossa Senhora das Brottas, na esquina do sobrado possuido em 1760 pelo capitão Ignacio de Vasconcellos. Nesta casa, onde nasceu em 1866 um dos turunas do P. R. F., o mansueto A. G., era visto com muita assiduidade o chefe cá de casa, quando, chegado havia pouco de S. Paulo, vestia umas calcinhas coévas dos calções do Balduino das dictas e do escrivão José Gomes, os quaes, ambos moradores no becco do Cotovello, nunca quizeram passar por *sans culottes*, e usaram sempre até á morte esse vestuario.

Havia duas célebres confeitarias: a de S. Januario, em cuja taboleta estava pintada a imagem do sancto, de baculo e mitra, parecendo convidar os transeuntes a virem saborear as bellas empadinhas de palmito ou as roscas do barão, e a do José Henrique, notavel pela fama de suas geléas de gallinha, marmello, e mocotó ! Como alfaiate de *fama* notava-se o

velho *Mirindiba*, mulato prosa; na sua loja existia pendurado um retrato do Nunes Machado, cuja biographia elle conhecia de cór e salteado.

Havia tambem o theatro de S. Januario, do qual já alguma cousa disse o *Velhote*, inaugurado em 2 de Agosto de 1834, pelo J. Evangelista, Maria Soares, Victor de Borg e Ludovina.

Nelle brilharam João Caetano, Joaquim Augusto, Gabriella, o Germano, o Pimentel, e começaram a carreira o Heller e a esposa, o Thomaz Espiuca e o octogenario José Luiz da Silveira, que ainda vive: estes faziam parte da companhia do Florindo, que representando, pelos seus esgares e ranger de dentes, chegava a metter medo á meninada, como acontecia no *Homem da Mascara Negra*, nos *Dous Renegados* e outros dramalhões tão apreciados pela classe caixeiral nos espectaculos da tarde.

Nesse theatro se deram os primeiros bailes carnavalescos, representaram-se os primeiros *vaudevilles*, no tempo de uma companhia franceza. Nelle esteve, por algum tempo, a Opera Nacional, onde cantavam o Amat, a Luiza Amat, o Trindade, o Hygino, a Carlota Milliet, a Julia Millan e o Ribas, impagavel na *Volta de Columella*, no *Brincar com fogo*, *Chrispim e a comadre* e *Expostos*!

Nas luctas a proposito do *29* fui sempre, ainda que menino, do partido de João Caetano, porque a musica do *29* no S. Pedro era mais enthusiasta e era tocada pelo 1° batalhão de fuzileiros! Como era bom ir-se ao theatro naquelles tempos! Ninguem ficava em casa; até as mucamas e cozinheiras iam apreciar as mutações das *Pilulas do Diabo*.

Levavam-se esteiras para crianças de mamma, cadeiras para os mais taludos, comia-se nos intervallos peixe frito com pão, e nunca era exquecida a classica moringa de dous bicos, capaz de dar de beber a um regimento.

O panno de bocca representava o largo do Rocio (sem estatua), onde morava uma parenta nossa, e lembro-me de uma feita que eu, ao chegar ao camarote, berrava como um doudo, porque não queria ficar alli, mas ir para defronte, para casa da prima Maria Rita. Das 9 ás 9 3|4 era desagradavel estar nos camarotes do lado do mar; sentia-se

um mau cheiro de entontecer, devido aos *tigres* que se atiravam da ponte dos despejos, para tomar o costumado e nocturno banho.

E não havia microbios, nem febre amarella, nem cholera!

Bons tempos dos lampeões de azeite de peixe!

A gente com dous vintens podia tomar um fartão de balas do Parto, amendoins, pipocas, pamonhas, pés de moleque, ou roletes de canna creoula!

Houve para o nosso becco um dia de tristes recordações, em 1844, quando se deu a explosão da barca *Especuladora*, em uma vespera do Espirito Sancto!

Tirante isso, tudo eram alegrias.

Subiu de categoria de becco, passou a rua; mas a decadencia começára e, apezar de a chrismarem com o nome de frei Vital, as bichas não pegaram, e ella ahi está mostrando a todos o *vanitas vanitatum* das cousas humanas.

Podia erguer-se, quando se fallou na construcção de uma dóca na praia, contra o que se oppoz, no ministerio Dantas, o nosso amigo Del-Vecchio!

Para consolar-se tem ella o Desinfectorio e o Necroterio! Irá para alli a praça do Mercado. Não sei — *dicant Paduani*, isto é, o prefeito, o governo, o Nuno Alvares, o Heredia e o Julio do Carmo.

Vamos acabar. Em fraldas de camisa, jogando o seu peão, soltando papagaios, brincando o tempo será, passou alli a infancia o inspirado carioca, futuro successor do José Mauricio — o hoje maestro Henrique de Mesquita. Enquanto vai caminho do Capitolio o auctor do *Guarany*, o redivivo Carlos Gomes, é lançado na rocha Tarpeia o auctor do *Vagabundo*, graças *ao véto* com que o velho Henrique foi minoseado pelo prefeito, que, entretanto, gosta muito e muito de musica.

Chegamos ao fim desta caceteação... e ao *clou*. Conhecem o Bitú, soldado do batalhão dos Henriques, victima das aguas do monte em 1811?

Pois morou, morreu e está sepultado na rua do Cotovello!

Sôbre a campa do pobre Victorino existe hoje um jardim. Si algum dia, por exigencias do recúo, tiver de ser

demolido tal horto, e na terra revôlta se encontrar um esqueleto, fiquem sabendo os posteros, que não se tracta de um novo *Castro Malta*, mas da carcassa authentica do Bitú (*victima do alcoolismo*), esperando pela resurreição da carne para, como outr'ora, poder cantar:

Vem cá, Bitú, vem cá
Que é d'*elle*, o teu camarada?
Agua do monte o levou.
Não fôi nada, não foi nada,
Foi cachaça que o matou!

11 de Novembro de 1896.

---

## AS CADEIRINHAS

*Les dieux s'en vont! — Tudo no mundo fenece!* Taes as exclamações que soltei ao ver parada juncto da escadaria da Sancta Casa uma cadeirinha de cortinas de chita, muito suja e desconjunctada, da qual eram carregadores dous typos vulgares e que fumavam cigarros *permanentes*, pensando naturalmente na morte da bezerra.

Não eram assim os Godos de Oeste, dizia o Herculano no seu *Eurico*; não eram assim, repetirei, as cadeirinhas do meu tempo.

Essa que vi é um typo degenerado; não tem o *chic* e a elegancia das outras; só sai furtivamente á rua para conduzir doentes, esconde-se lá para as bandas da rua da Imperatriz e nem deveria figurar no orçamento municipal.

Não tendo á mão o *Larousse*, não posso dizer si as cadeirinhas são invento dos Mouros, dos Phenicios, dos Hebreus, *et reliqua.*

Sei que existem ha muitos seculos na Hispanha e em Portugal.

Dahi passaram ao Brasil, sendo usadas na Bahia, onde, até hoje, gosam do direito de cidade, e apezar de lá haver o célebre *parafuso* do Lacerda e outros.

Aqui na nossa cidade, usou-se e abusou-se das cadeirinhas, como ainda hoje se usa e se abusa dos bondes. Era o séstro da epocha.

Não havia familia, mesmo remediada, que não tivesse a sua cadeirinha, a qual era guardada suspensa por meio de roldanas, no tecto do corredor.

Em muitas casas desta capital se encontram vestigios dessa usança, como testimunhas desse luxo dos nossos maiores.

Havia dous typos mais notaveis: um era a cadeirinha, ou antes palanquim, em fórma de um coupé moderno, tendo varaes levantados por meio de correias, que passavam pelo cogote dos carregadores. Dellas podemos apreciar, como especime, a luxuosa cadeirinha que figura em um dos grandes quadros que tem de apparecer no tecto da Candelaria, pintados pelo illustre artista Zephyrino. Taes eram os ornatos de ouro e prata desses vehiculos, taes as cortinas de velludo e seda, que a pragmatica do marquez de Pombal pôz embargos a tanta despesa, cortando-lhe as demasias. Bom tempo em que o Governo, como pae de todos, e como tutor do *Zé Povinho*, não queria que este gastasse muito cobre com cousas que *prejudicavam a pureza de costumes.*

Do segundo typo de cadeirinhas, das que eram mais usadas e que chegaram aos nossos dias, encontramos exacta cópia nos desenhos da obra de Debret sôbre o Brasil. Eram carregadas ao hombro de valentes negros, escolhidos a dedo e vendidos como parelhas de bestas, que usavam exoticas librés e eram tractados a véla de libra pelos senhores. Havia-os tão peritos e certos na andadura, que uma pessoa sentada podia levar á mão um copo cheio d'agua e esta, apezar do movimento cadenciado, não transbordava.

Casamentos e baptizados, tudo era feito a cadeirinha.

Em uma, no primeiro caso, ia a noiva e em outra a madrinha. O noivo e os convidados iam a pé. Nos baptizados, ia a ama com a criança dentro da tal *historia*, e os progenitores e dindinhas caminhavam ao lado, com ar grave e solenne.

Dizia a chronica que o humilde auctor desta arenga foi levado á pia baptismal conduzido em cadeirinha de cortinas

de setim azul, tendo na cupola uma grande pomba de azas abertas.

Tambem a viagem era curta e não devia ter cansado os convidados. A egreja era alli a de S. José; a data, (nota para os meus biographos) o anno da graça de 1847. Não sou pois muito velho.

Quem quizer ter melhor idéa do que eram as cadeirinhas no Rio de Janeiro é lêr as *Memorias de um sargento de milicias*, do sempre lembrado Almeida, victima do naufragio do vapor *Hermes*.

Ha nesse romance uma senhora d. Maria, célebre demandista, *que por dá cá aquella palha* não dispensava a classica cadeirinha. Apezar de ter sido moda, conheço senhoras velhas, que nunca se puderam ageitar a esse meio de transporte e preferiam caminhar *calcante pede* a se metterem em tal caranguejola. Enjoavam e vomitavam, como si estivessem á bordo de qualquer embarcação.

Era uma *idiosyncrasia*, como se diz hoje, em linguagem puxada á sustancia. Tambem não havia muitas traquitanas, nem seges, e as poucas que havia eram dos fidalgos ou de gente de *sangue azul*.

A proposito, é certo que os governadores e vice-reis tinham o seu coche.

Bobadella offereceu o seu á madre abbadessa que veio da Bahia, com algumas companheiras, para fundar o convento da Ajuda; isso no dia da inauguração, que foi, segundo li, dia de grandes festas, havendo até uma representação theatral em um palanque armado juncto á porta, onde se vê ainda hoje um chapéo de bispo, o qual fazia parte das armas de d. Antonio do Desterro, Luiz de Vasconcellos tinha tambem o seu carro, ou antes traquitana, puxado por quatro bestas, indo o cocheiro montado em uma dellas.

Isso vê-se alli nos quadros do *Fogo do Parto*, no côro inferior dessa egreja, rua de S. José, esquina da dos Ourives, onde se diz missa todos os dias de preceito *ao meio-dia*. A cousa é digna de ser vista e vale a pena.

O conde de Resende dava-se ao luxo de andar de carro, e para ir á *Opera do Manuel Luiz*, que distava poucos passos

do palacio, mandava dar uma volta pelo largo, sustentando a dignidade do cargo.

Era uma mania como qualquer outra.

Pois hoje não ha sujeitos que mandam parar o bonde no largo da Carioca para saltar no largo do Rocio, mostrando assim aos outros que elles podem e sabem gastar um *nicolau* ?

Voltemos, porém, ás cadeirinhas, e já que estamos com a mão na massa, contemos um facto characteristico desses bons tempos de outr'ora.

Carregado em rica cadeirinha por dous possantes Ethiopes, que suavam em bica, subia a ladeira da Conceição um rico proprietario, que pelo nome não perca. Em sentido inverso descia a pé o conde da Cunha, o qual andava *administrando as obras da fortaleza e tomando o ponto aos operarios*. Ao avistar a cadeirinha mandou parar e ordenou ao proprietario que saïsse.

Poz um dos negros no logar do branco e mandou este carregar com o outro a cadeirinha.

O sujeito não tugiu nem mugiu, obedeceu: apanhou muito sol, e dias depois morria, ou apaixonado ou victima de uma congestão cerebral.

Isso corre sob a responsabilidade de um tio meu, morto há vinte annos, o qual, apezar de tudo, não cessava de dizer que o seu tempo era o melhor de todos, que no seu tempo não se fazia isto ou aquillo, que, *no seu tempo* os rapazes andavam de camisola até aos quinze annos e brincavam com as raparigas a cabra céga ou a Senhora Madeira, portando-se com toda a compostura e innocencia !

Si algum dia houver quem queira estudar a historia dos vehiculos do Rio de Janeiro e tiver de fallar em *cabs fluminenses*. *tumbas*, *andorinhas*, *bangulas*, *tilburys*, nas antigas *gondolas* e *omnibus*, nos *Alabamas*, *bispos*, *caleças*, *meias caleças*, e *tuti quanti*, não póde nem se deve exquecer das classicas rêdes, dos carros de bois, e sobretudo das *cadeirinhas*.

Tiveram estas a sua edade de ouro no tempo do principe regente, e isso devido a um carrapato.

Eis o caso: estando o filho de d. Maria I na fazenda de Sancta Cruz, um desses bichinhos teve a audacia de se agarrar á canella *de sua real senhoria*, e d. João, sem maior cautela, arrancou o carrapato. Teve uma formidavel erysipela e em seguida no logar se formou uma ulcera, devido a ter ficado na perna o ferrão do supradicto carrapato.

O mal aggravou-se; foi chamada a mestrança medica, houve juntas ou conferencias, boletins, discurseira velha, que não foi estenographada por não haver ainda a Tachygraphia.

Grandes premios foram promettidos; chamaram-se practicos extrangeiros; mas a cousa ia de mal a peior; e, depois de muito tempo, a ulcera de fundo carrapatoso cicatrizou quando bem quiz.

O mesmo acontece hoje com o microbio da febre amarella; todos o conhecem, grita-se contra elle; *está aqui, está alli*, está em toda a parte, mas ninguem ainda descobriu a toca do tal malvado, que ri e zomba de todos nós.

Quando ia melhorando, e para dar os seus passeios, servia-se d. João de uma cadeirinha carregada por negros robustos, especie de *guarda negra*. Eram doze e andavam vestidos de seda vermelha, levando á cabeça formidaveis barretinas, tendo como tope as armas da Casa Real.

Muito estimados do principe, cantavam e dansavam um fado que dizia assim:

> Nosso Sinhô chegô,
> Captiveiro já acabô.

Desde que o primeiro magistrado da nação começou a andar de cadeirinha, nobres e plebeus tractaram de imita-lo, e só faltou que uns e outros usassem tambem de muleta, da qual se servia o real enfermo, que ficou sempre coxo ou capenga da tal perna, *mas nunca deixou de formar*.

O filho não o imitou, e deixou-se de cadeirinhas: guapo cavalleiro montava perfeitamente e tinha a mania de saber bolear, andando á disparada, o que lhe valeu partir por duas vezes as costellas.

Ahi ficam estas mal traçadas linhas como monumento erguido á historia dos nossos usos e costumes, tão differentes hoje do tempo de d'antes.

26 de Novembro de 1896.

---

# A CASA DA OPERA

Em uma das paredes do claustro do Convento de Sancto Antonio está marcada, por uma inscripção, a sepultura do leigo frei Fabiano de Christo, fallecido em 1747.

Mas, dir-me-ha o leitor: *que tem Judas com a alma dos pobres* ? Você vai fallar em Opera e vem fallar-me em frades e conventos ?

Tem paciencia, amigo, e ouve-me: — Como ia dizendo, esse homem virtuoso que, durante a vida, exerceu o cargo de enfermeiro de seus confrades, dando de si as provas mais eloquentes da verdadeira caridade, ou *altruismo*, como se diz hoje, morreu em cheiro de sanctidade, como em attestado público certificaram o bispo d. Antonio do Desterro e o sargento-mór de batalha Gomes Freire de Andrade (conde de Bobadella).

Parà obter uma reliquia do pobre frade, o povo por tres vezes despedaçou os habitos com que fôra amortalhado frei Fabiano.

Foi necessario o emprêgo da fôrça publica para fazer sustar tanto enthusiasmo. Em breve, frei Fabiano foi proclamado sancto, e circulou por esta cidade a fama de curas milagrosas em favor dos que rezavam por intenção sua e com elle se pegavam nas molestias e afflicções.

Da communidade franciscana foram destacados dous religiosos de polpa, um como presidente e outro como secretario, para proceder a um rigoroso inquerito ácerca dos milagres de frei Fabiano.

Depuzeram muitas testimunhas, cujas palavras foram tomadas com todo o rigor e constam de manuscriptos authenticos, que devem ainda existir no cartorio do convento. Entre

as várias pessoas sem auxilio de medicos *curadas* encontram-se duas, que declararam residir *na rua da Opera dos Vivos* ! Alegrae-vos, oh litteratos desta terra, oh fundadores de futuras sociedades ou novas arcadias, e ficae sabendo que em 1748, já havia *theatro* no Rio de Janeiro ! Eis o embryão da idéa do *theatro municipal,* tão querido de um meu amigo, o velho actor Martins !

Que será, porém, Opera *dos Vivos* ? Tenho podido saber alguma cousa sôbre essa *Opera* e pouco mais ou menos a rua em que existiu; mas morrerei sem salvar-me, si não conseguir que hoje alguma alma caridosa, algum Castro Lopes, me venha dizer: *Vivos* significa *isto ou aquillo.* Dos *vivos* está escripto no Tombo dos frades de Sancto Antonio, como me testimunhou o meu velho amigo Praxedes, que leu *vivos* com olhos que a terra ha de comer.

Tenho consultado meio mundo, e ha perto de cinco annos nada tenho conseguido sôbre essa palavra *vivos,* que continua a ser para mim um enigma indecifravel. Será que antes só houvesse no Rio de Janeiro theatros de bonecos ?

Não creio, porque os Jesuitas, muito antes de 1748, faziam representar no pateo de seu collegio *autos* e *mysterios,* em que tomavam parte os noviços e estudantes, e em 1641, quando aqui se recebeu a noticia quatro mezes depois da proclamação de d. João IV, Salvador Corrêa de Sá e Benevides ordenou que houvesse uma representação, para a qual foi armado um palanque alli no largo do *Terreiro da polé* (largo do Paço); e por signal, chovendo muito na tarde do dia 4 de Abril, foi a comedia representada na sala do governador, o que significa que os espectadores ficaram como sardinhas em tijela.

Escriptores têm asseverado haver existido para as bandas do largo do Capim a *Casa da Opera* do padre Ventura, edificio que se incendiou em uma noite em que se representava os *Encantos de Medéa.*

Teria sido esse incendio que deu nome de Fogo outr'ora á rua dos Andradas ? E' provavel, e não por ter existido ahi uma casa de fogueteiro, si bem que essa arte fosse cultivada com esméro pelos nossos antigos e que pouco ou nenhum progresso tenha tido, a não ser o emprego da dynamita.

Para mim, a *casa velha da Opera* existiu na rua do Fogo; porquanto, em documentos que devem existir no Archivo Municipal, ha um requerimento em que se pede a restituição de uns terrenos que foram tomados pela Camara, quando em 1705 quiz demarcar o *rocio da cidade*, o que não levou a effeito *in totum*.

Nas confrontações desses terrenos na rua da Valla falla-se em *bandas da Opera*, na direcção da rua hoje dos Andradas, onde estava a grande chacara do padre Duarte Corrêa Vasqueanes.

Que havia um theatro no tempo do conde da Cunha é facto inconcusso; porque em uma das Ephemerides publicadas pelo barão do Rio Branco cita-se o facto de um viajante inglez, que muito obsequiado por esse vice-rei foi por elle convidado a assistir a um espectaculo em uma casa um *pouco distante da praia*.

Causou grande surpreza ao tal viajante ser um padre de corôa, de batina, corcunda e de côr parda o director do theatro e regente da orchestra, subindo de vez em quando ao palco, para, tocando violão, cantar modinhas e dansar o fado!

Seria esse sacerdote o padre Ventura?

Não posso dize-lo. Segundo nos refere Joaquim Norberto, o viajante Parny, quando esteve no Rio de Janeiro, desejou immenso vêr o theatro da terra, cousa que não consentiu o vice-rei de então, o marquez de Lavradio, por motivos de alta politica, naturalmente. Nesse tempo, porêm, tendo desapparecido a *Casa da Opera velha*, tinha-se inaugurado a *nova* perto da casa dos vice-reis, alli na praça Quinze de Novembro.

Ainda hoje pode ser visto este edificio parallelo á Camara dos Deputados e onde por muito tempo funccionou a thesouraria da Casa Imperial, e no tempo do rei serviu de morada aos *toma-largura* ou criadagem de d. João VI.

Da *Nova Opera* tenho dados mais positivos, graças ao tio velho, a quem tanto devi sôbre cousas desses tempos, bem como á octogenaria Clemencia, a qual eu em moço consultava, como hoje leio o Pizarro e Balthazar Lisboa, o Macedo, o Moreira de Azevedo e os dous Mello Moraes, com a

differença que a mulata velha, como testimunha ocular, pintava-me tudo ao vivo, como a *vinda do rei, o 7 de Abril, a Independencia, a inauguração do Passeio Publico, o fogo do Parto* e os supplicios do Tiradentes, do Ratclif e as façanhas do Pedro Hispanhol.

Muito protegido do marquez de Lavradio, ergueu Manuel Luiz o seu pequeno theatro, muito frequentado dos grandes do tempo.

Os espectaculos começavam cêdo e terminavam tambem cêdo, tendo os frequentadores o cuidado de levar lanternas para lhes allumiar o caminho; porquanto os lampeões de azeite de peixe vieram muito mais tarde. Manuel Luiz tinha sido soldado lá na sua terra, e tocava muito bem fagote.

A *troupe* era composta da Lapinha, da Marucas, do José Ignacio da Costa (o Capacho) poeta e mais tarde major do regimento dos pardos, e do Ladisláo, (o comico do peito), cujas graçolas, dansados e versos faziam rir ás gargalhadas os nossos antepassados, nos tempos das adagas de gancho.

O infeliz Tiradentes tambem lá ia, quando veio ao Rio de Janeiro requerer ao Senado da Camara, a construcção de armazens ou trapiches nas praias da cidade, de moinhos na Tijuca e Gavea, e queria encanar para a cidade as aguas do rio Maracanã, cousa que, proclamada utopia nessa era, foi realizada mais tarde por d. João VI, auxiliado por Paulo Fernandes Vianna, que fez o chafariz das lavadeiras (campo de Sanct'Anna). Na Opera do Manuel Luiz representava-se o repertorio de Moliére e sobretudo o de Antonio José da Silva, queimado vivo, em Lisboa, em 1739, pela Inquisição, por crime de judaismo, e nascido nesta cidade.

Todo o mundo sabia de cór os versos das guerras do Alecrim e da Mangerona, que tiveram muitas *reprises*.

A não ser os jogos da bola frequentados pela arraia miuda, era a Opera do Manuel Luiz frequentada pelo *high life* e só encontrou concurrencia nas ceias de camarão e peixadas do jardim do Passeio Publico.

Luiz de Vasconcellos e seus successores não deixaram de amparar a *Casa da Opera,* cujo dono sabia se fazer valer (pois, segundo dizem, era um pouco engrossador), tanto que

muito mais tarde obteve a nomeação de moço da Camara Real, por ter acompanhado, de *tocha na mão* o pricipe regente!

Ou por velho ou deslumbrado pelo alto cargo que exercia caïu a Opera em decadencia, e, como não ha bem que sempre dure nem mal que não se acabe, a sorte deparou em Fernando José de Almeida (o Fernandinho) o fundador de um novo theatro. A pequena casa de espectaculos do largo do Carmo já não convinha.

Era pequena para conter a fidalguia, que viera em 1808, com o principe regente na sua fuga para o Brasil, facto que para muitos é alcunhado de covardia e que para um parlamentar inglez, de cujo nome não me recordo, foi o feito mais importante da diplomacia de Sua Magestade Britannica: acconselhar a d. João, *seu fiel alliado*, essa viagem, que deu em resultado a abertura dos portos do Brasil, o grito do Ipiranga e a fundação de uma grande nação. Isso é com a critica e philosophia da Historia, cousas em que não me metto.

Desse modo acabaram as duas Operas — a *velha* e a *nova*.

Em logar dellas ergueu-se, graças ao risco do engenheiro João Manuel da Silva, e aos exforços do Fernandinho, o Real Theatro de S. João, mais tarde Consitucional Fluminense e hoje S. Pedro de Alcantara, edificio, que por tres vezes pegou fogo, por ter sido, segundo diziam as beatas, construido com pedras tiradas da egreja da Sé, que se estava edificando no largo de S. Francisco de Paula, onde esteve a Eschola Militar e hoje está a Eschola Polytechnica.

E por fallar em incendios em theatros, vá isso para a estatistica: temos o da *Casa do padre Ventura, tres no São Pedro*, um no *S. Januario*, que se limitou apenas a pequenos estragos, e modernamente o do *Polytheama*; ao todo seis.

Não é muito em cento e cincoenta annos! Algum dia terei de fallar do S. Pedro, do João Caetano, da Opera Lyrica, da Candiani e Delmastro, dos Fescioti, do Tati da Opera Nacional, do Martinho e da Estella dos Santos, que uma vez foi presa por ter atirado limões de cheiro nos officiaes da guarda do primeiro imperador.

Fica para depois a noticia do theatro da rua dos Arcos, o das Baronezas, no Vallongo, o do Placido na praça Tiradentes, onde foi o Hotel dos Principes e antes o Hotel Veneza, que tambem se incendiou em Fevereiro de 1862.

Ponhamos poncto final, basta de tanto fogo. Era capaz de vir por ahi o Corpo de Bombeiros e innundar a folha, julgando tractar-se de algum incendio na rua de Aleixo Manuel.

Poupemos este susto aos amigos.

7 de Dezembro de 1896.

---

## SANCTA LUZIA

Quantas recordações de infancia me desperta o nome da advogada das molestias de olhos, da qual é, amanhã, o dia da festa, commemoração tradicional e antiquissima por parte dos habitantes desta cidade! Para evitar o sol de Dezembro ia-se a pé, á missa, ás 6 horas da manhã, e era de ver-se a romaria immensa de devotos levando promessas, velas de cêra e flores para deporem aos pés da Virgem martyr. A praia ornada de bandeiras, galhardetes e palmeiras plantadas de vespera, apresentava um aspecto festivo e loução, como diria frei Luiz de Sousa.

Quanto enthusiasmo, quanta sinceridade de crenças, quanto amor ás tradições dos antigos!

A praia não ostentava ainda o hospital da Sancta Casa, cujas obras, tão bem descriptas pelo Alencar na sua *Viuvinha*, iam em bom andamento, graças á perseverança de José Clemente.

Via-se ahi o muro do antigo cemeterio da Misericordia, transferido em 7 de Dezembro de 1840 para a Ponta do Cajú, com o nome de *Campo Sancto*, denominação que perdeu em 5 de Dezembro de 1851, para tomar a de Cemeterio de S. Francisco Xavier. Via-se tambem um prolongamento do Hospital velho, no fim do qual havia um portão, por onde, das 9 ás 10 horas da noite, os serviçaes faziam a limpeza das enfermarias. Os antigos estudantes aproveitavam-se dessa cir-

cunstancia para escapulir e poderem ir a uma tasca proxima comprar, para ceia, pão, sardinhas, bananas e queijo.

Devem ainda existir *pensionistas* desse tempo, os quaes não me desmintirão.

Os sinos tocavam alegres, e, de vez em quando, o foguetorio excitava a turba dos moleques que se atropellavam por disputar as flechas. Voltando da missa, almoçava o auctor destas linhas, e antes de chegar ao Victorio comprava em um armarinho cartuchos de estalos para atirar nas salas do collegio.

Queria isto dizer que se approximava o dia das férias, e que desde o dia 13 até o dia 20 tudo era permittido, e a palmatoria, tambem chamada *Sancta Luzia,* entrava em descanço. Nessa ultima semana havia indulgencia e a rapaziada podia pintar a manta, porquanto ninguem lhe ia á mão (1). O sueto durava até 7 de Janeiro, que era para os meninos o dia mais triste da vida!

E por fallar nisso, porque se teria dado á palmatoria o nome de Sancta Luzia? Seria porque a ferula tinha cinco buraquinhos? Havia quem dissesse que, enchendo um dos taes orificios com uma bolinha de cera e um cabello, a *Sancta Luzia* rachava infallivelmente. No meio das muitas diabruras da minha meninice nunca fiz essa experiencia, e é pena, porque poderia dizer agora alguma cousa. O que sei é o seguinte: quando nos caïa nos olhos algum cisco ou argueiro era receita certa o dizer-se: — «Sancta Luzia passou por aqui, no seu cavallinho comendo capim», esfregavam-se brandamente as palpebras, e o cisco que nos incommodava batia em retirada. Bom meio; — não eram precisos os collyrios de sulfato de zinco ou de acido borico para curar as inflammações de olhos, bastando quando muito um pouco de agua posta ao sereno, ou que fosse tirada do poço de Sancta Rita.

(1) Havia nos collegios do tempo do *Tico-Tico* a festa de Sancto Aleixo em 17 de Julho. Nesse dia enfeitava-se de flores e fitas a palmatoria ou *Sancta Luzia,* e havia grande pandega em que tomava parte o alegre rapazio de então.

Para tudo isto bastava ter fé em Sancta Luzia, e eis por que o Gama Lobo enxergava na sancta uma concurrente mais temivel do que os seus rivaes em Ophthalmologia.

Parece que me vou desviando do caminho; não fui convidado para tractar dessas frioleiras, mas para descrever antiguidades da egreja e da praia da supra-dicta Sancta. Eu principio.

Pouco tempo depois de fundada a cidade, no morro do Castello, ergueu-se em baixo, na vargem, a ermida de Sancta Luzia, na praia da Piaçaba, a qual, começando na ponta do forte de Sanctiago (hoje Arsenal), do Cafofo e depois do Calabouço, ia terminar pr'as bandas da Lagoa Grande (Passeio Publico). Nessa praia construiu, antes de 1646, Duarte Corrêa Vasqueanes uma muralha, que foi destruida pelo mar. Havia ahi um trilho sinuoso, chamado posteriormente *caminho do vintem,* e em éras antigas *caminho da forca,* pois esse instrumento de supplicio estava sempre armado para o que *desse e viesse.* Isto não é invenção minha; encontrei a sinistra denominação em uns autos, em que estão trasladadas sesmarias dos primeiros povoadores do Rio de Janeiro, e onde a aba do morro do Castello que caïa para o lado do mar era conhecida pelo nome de *morro do Descanço.* Isto é o que se chama *uma novidade em materia de Historia patria!*

Em 1592, governando o Rio de Janeiro Salvador Corrêa de Sá, chegaram da Bahia dous frades franciscanos: frei Antonio dos Martyres e frei Antonio das Chagas, com intuito de fundar casa aqui. Salvador, de accôrdo com o *Concelho* e com o prelado Bartholomeu Simões Pereira, mostrou-lhes varios sitios da cidade, obtendo preferencia o logar de Sancta Luzia; e por um conchavo com a respectiva confraria, o que tudo consta de uma extensa escriptura, ahi se aboletaram elles, vivendo em commum com os devotos de Sancta Luzia, e para clausura e recolhimento dos Capuchos foi lhes doado: «*todo o chão que hã começando de hua cruz de pedra que está antes da dita hermida vindo pelo caminho debaixo e partindo com os chãos de Gonçalo Gonçalves dahi irão correndo ao longo da cerca dos padres da companhia athé o forte já dicto que está abaixo da Sé, deixando á mão direita*

*o caminho da rua publica e do dito baluarte irão correndo pelo trasto desta cidade partindo com elle pela banda debaixo athé os chõns de Anna Barroza e dahi rumo direito ao mar ficando sempre o caminho livre e serventia pela praya ao longo e hirá correndo athé dar com os chõns do dito G. Gonçalves pela parte do mar e dahi correndo direito á cruz d'onde começamos a demarcação».*

Safa! que estopada! dirá o leitor. Prova-se com isto, porém que a egreja actual de Sancta Luzia não está collocada no primitivo logar.

De facto, com o correr dos tempos, arruinando-se a ermida, a requerimento de Diogo da Silva, ergueu-se a moderna capella em terrenos doados em 1752 por João Pereira Cabral e sua exma. senhora. Foi do meu tempo a egreja de Sancta Luzia, apresentando uma modesta torre e um frontispicio mais que modesto.

Ha poucos annos foram construidas as duas elegantes torres e deu-se ao templo um aspecto mais agradavel, abrindo-se portas lateraes que dão para uma galeria sustentada por arcos.

Isso facilitou o serviço, sobretudo em dias de festa, em que a concurrencia era immensa e tornava-se impossivel o ingresso.

Um dos infalliveis devotos dessa festa é o venerando sr. marquez de Tamandaré, que amanhã completa mais um anniversario e que felizmente lá irá, como de costume, render homenagem á martyr de Syracusa.

Festeja-se tambem nessa casa religiosa Nossa Senhora dos Navegantes, padroeira dos pescadores e homens do mar, os quaes levam ás costas, cantando hymnos religiosos, o velame roto de suas embarcações pelos vendavaes.

E' triste e ao mesmo tempo poetico e sublime observar esses homens valentes curvando-se deante da protecção da Virgem, cujo auxilio invocaram no meio do perigo.

A imagem de Sancta Luzia, que orna o altar-mór, figurou na exposição de Paris e foi offerecida pelo commendador P. Velloso; a antiga acha-se no consistorio.

E' tambem digna de nota a imagem de Nosso Senhor do Bonfim, presente do commendador Bernardes.

Os amantes de Calligraphia podem admirar o compromisso-manuscripto, que á primeira vista parece obra de verdadeira imprensa, com ornato de vinhetas, de flores e fructos, cuja pintura de cores vivas parece ter sido feita ha dias.

Deve-se a d. João VI a abertura da rua que vai da egreja até o canto da Ajuda, e esse melhoramento foi devido a uma promessa feita pelo rei. Adoecendo dos olhos e ficando bom o infante d. Sebastião, neto de d. João VI, resolveu este leva-lo em 1817 a Sancta Luzia. Havia porém uma difficuldade: os carros da Casa Real não podiam passar pelo lado da Misericordia, onde juncto ao Recolhimento havia uns beccos estreitos, tanto que o transito era feito por baixo de um arco, cujos vestigios ainda se notam no actual edificio da Eschola de Medicina. Pelo lado do Matadouro, onde depois esteve o Asylo de Mendigos, a rua vinha pela frente deste e dava volta pela hoje praça de D. Constança, costeava o mar, no ponto em que houve *um jogo de bola,* e voltava em direcção á egreja.

O caminho era interceptado pela grande chacara de d. Anna Francisca da Cruz, viuva de Estevão da Silva Monteiro, chacara cujo portão se abria na praia.

A viuva oppunha-se a que se tocasse nos seus muros e pedira indemnização na fórma da lei pela sua propriedade. Paulo Fernandes Vianna metteu-se nisto, foram satisfeitas as exigencias da Ordenação: houve vistoria, avaliações, citação dos interessados, julgamento final; d. Anna recebeu 800$, e o rei poude com facilidade cumprir o seu voto.

Tudo isso consta de uns documentos, que li, de uma demanda que durou onze annos, por pretender o célebre Manuel Fernandes da Costa, tapar nessa epocha o caminho considerado como logradouro público, pois sustentava elle serem seus os terrenos por onde o povo passava, e cuja serventia não era necessaria portanto, depois da abertura da nova rua.

Esse Fernandes da Costa tambem teve demandas com todo o mundo, inclusive com as freiras da Ajuda, com o Seminario de S. José, com varios moradores do logar, argumentando sempre com o teor de sesmarias antigas, pelas

quaes se conhece quaes os primitivos povoadores dessas localidades.

O tal homemzinho tinha filhas dignas de si e animadas de temperamento demandista. Uma dellas só arriou bandeira em 1811, depois de sessenta annos de questões com as freiras da Ajuda sôbre a posse das terras da rua do Passeio, parte das quaes o Governo considera suas, e que existem alli apresentando aos olhos do nosso *high life* o aspecto de uma suja dentadura, da quel se tivessem arrancado os grossos molares. E como o Governo está mettido nisso, a Municipaidade nada diz, porque certo é o dictado «com teu amo não jogues as peras» ou antes «o poder é o poder».

Nesse local foi construida em 1731 uma caixa d'agua, reservatorio do antigo encanamento da Carioca, o qual passava pelos fundos das casas da hoje rua Evaristo da Veiga.

O moderno aqueducto foi obra de Bobadella, em 1750, e passam hoje por cima delle (delle aqueducto) os carros electricos da Ferro Carril Carioca.

Mas onde iremos nós parar ? Desta maneira iremos até ao Corcovado.

Voltemos ainda á Sancta Luzia para dizer alguma cousa sôbre a casinha que se nota juncto á egreja, circulada por um bello jardim, que era a *menina dos olhos* de um padre ha pouco fallecido. Nesse predio residia o capellão da Irmandade, e esse sacerdote exerceu, por longos annos, tal mister. Só a morte poude arranca-lo ás suas rosas, cravos, amores-perfeitos e violetas. No tempo da revolta nunca arredou pé dalli. Todas as tardes vinha para o portão gozar da fresca da tarde e admirar o bello panorama da bahia.

Tinha uma celebridade: além de passar muito bem de barriga, fumava mais de cem cigarros de papel durante o dia !

E a *charneca de lua*, conhecem ? Tal foi o nome dado pelo velho Areias, primitivamente, ao seu estabelecimento de banhos, hoje muito augmentado e frequentado.

E viva Sancta Luzia ! O resto fica para o anno.

12 de Dezembro de 1896.

# AS FESTAS DE NATAL

Porque queres, meu caro leitor, escreva eu sôbre assumpto já tão magistralmente tractado por escriptores nossos de *primo cartello*? Qual Monte Alverne, te poderia dizer: *é tarde; é muito tarde!*

Não seria possivel reproduzir, hoje, alguns dos bellos artigos de Mello Moraes sôbre o Natal, os quaes têm e terão sempre o tom de novidade e são como as sempre-vivas? Pedes-me porém com tão bom modo, que não posso recusar, e como quem conta um conto accrescenta um ponto, traducção fóra da lettra, ahi vai o que *aliquid adjiciendi oculi mei viderunt*.

Para não amolar deixo-me de estudos antiquados, para no velho Portugal ir buscar, pela tradição, a origem destas festas que ainda hoje conservam lá, sobretudo nas aldêas, a feição characteristica. Deixemos, pois, as rabanadas, o bacalháo com ovos, as papas, as castanhas, os jogos de pinhas, os formigos, o vinho verde, a agua-pé, a geropiga e o succulento sarrabulho.

Tractemos do que é nosso e figuremos, pela imaginação, o Rio de Janeiro de quarenta a cincoenta annos atraz.

Como se sabe, as festas duravam de 24 de Dezembro a 6 de Janeiro, e o dia 7 era, como já disse algures, o mais triste da nossa vida de meninos, exactamente como vai ser insipido para os actuaes conselheiros municipaes o 7 de Janeiro proximo futuro, graças á não reeleição.

Muitos dias antes do dia de Natal era grande a azafama nesta boa cidade; era o tempo de mandar as *festas* aos parentes e amigos, e delles receber as *étrennes*, como se diz hoje em linguagem alambicada.

Viam-se grandes bandejas de doces, carregadas por pretos e pretas, cestos de gallinhas, leitões, atroando os ares com seus grunhidos, perús amarrados com fitas encarnadas ou verdes, compoteiras de doces cobertas por guardanapos rendados.

Os escravos davam o cavaquinho para ser os portadores de *festas,* pois era certa a gorgeta mais ou menos gorda para o *mata bicho.*

Hoje a cousa muda de figura e é mais barata; cifra-se na monomania das folhinhas, dos chromos e dos *blocks,* que se vendem nas lojas de papel, ou nos almanaques de anecdotas, vindos de França (os quaes podem ser encontrados no Fauchon), nos *marrons glacés,* o sonho dos anjinhos de procissão, as nossas antigas *amendoas,* já não têm cotação na praça.

Eis-nos em plena noite da *missa do gallo.* Ia uma balburdia pelas casas, havia uma inferneira pelas cozinhas, onde se preparava a ceia ou consoada para depois da missa e parte do jantar do grande dia.

Excuso-me de contar-vos que quem menos se divertia eram os donos da casa, sempre cuidadosos para que não houvesse faltas, e a gente da cozinha; eis porque nas minhas aspirações de criança desejei ser frade, pedestre, sacristão, pedinte de almas; mas nunca quiz ser cozinheiro.

Que havia porco em casa sabia-o toda a vizinhança pelos protestos da victima prestes a morrer com uma certeira facada; jorrava o sangue cuidadosamente guardado para diversas petisqueiras. As gallinhas mostravam-se tristes e abatidas, prevendo o proximo fim, taes quaes candidatos derrotados em eleições.

O perú, ao qual se tinha dado cachaça para tornar a carne mais macia, desconfiado de *tanta esmola,* preparava-se para o sacrificio, e bebedo como estava não devia sentir muito a passagem desta para outra vida.

Alli a preta de confiança tractava do peixe, lá os moleques ralavam o côcco para o doce, negrinhas areiavam os talheres ou punham palitos no paliteiro. Aqui um preto velho aposentado depennava as gallinhas depois de um banho de agua fervendo, e mais além a mulata velha tirava os ossos ás mãos de vacca para fazer o apetitoso mocotó recheiado com ovos e farinha de trigo (um verdadeiro *quitute,* desterrado, não sei porque, dos cardapios ou *menus* dos nossos burguezes jantares.

Nessa noite não se pregava olho. Das 10 horas em deante, depois do Aragão, começavam a repicar os sinos das egrejas, de maneira a ensurdecer.

As ruas iam-se pouco a pouco enchendo, e ás portas dos templos desde as 9 horas já havia devotos para pilhar logar, baseados no direito do *primi capientis*.

Os capadocios afinavam os cavaquinhos e violões. Os gaiatos atravessavam as ruas arremedando o côcôrocô dos gallos, e, de quando em vez, foguetes no ar annunciavam que estava perto a hora solenne.

As egrejas mais concorridas eram S. Francisco de Paula, Misericordia, S. José, Carmo, a Cathedral, Sancto Antonio, S. Bento e Ajuda, e em tempos anteriores a capella do Menino Deus, em Matacavallos, cuja historia poetica é contada em muitas paginas pelo Balthazar Lisboa.

A não ser algum rôlo de capoeiras, algumas cabeças quebradas, algumas navalhadas, o resto corria bem, e acabada a missa cada qual se recolhia á casa para comer, descançar e esperar o dia 25. Muitas vezes havia danças e cantatas, que se prolongavam até de madrugada.

De manhã, abriam-se de par em par as portas dos oratorios, enriquecidos de obras de primorosa talha, onde se via deitado entre folhas verdes o menino Jesus, cercado de jarras de flôres e allumiado por velas de cêra postas em castiçaes de prata, de vidro ou latão. Tudo isso era para mim de um effeito magico; eu trocaria o pouco que sou para voltar aos meus antigos tempos e permanecer embasbacado, por compridas horas, juncto ao berço do Menino Deus, sem pensar na peteca, no pião, no jogo da cabra-cega ou no chicote queimado.

Era para mim um sacrificio ser chamado para comer melancia, não dessas rachiticas, vendidas pelos ilhéos da Penha, mas verdadeiras melancias capazes de refrescar um batalhão e que custavam a modica quantia de quinhentos réis ! Ao jantar reuniam-se os parentes e adherentes, vinham de fóra e de longe os filhos e filhas casadas, todos se junctavam nesse dia solenne, em que se apertavam os doces laços da familia, *essa cellula da vida social.* Compareciam tambem os compadres e comadres, os amigos do peito e até á mesa

dos patrões eram admittidos os caixeiros, que neste dia gosavam das honras de filhos da casa.

Coitados! Só saïam tres vezes por anno; no Natal, na Gloria, e na Paschoa! Eram taes os costumes do tempo, em que os patrões, para tomar fresco no Passeio ou no largo do Paço, nunca levavam chapéo, para que os caixeiros não soubessem si elles (patrões) estavam perto ou longe!

Bons tempos em que a jaqueta era de rigor, e a gravata só usada por quem já tinha alguma cousa de seu. Pouco trabalhavam nestes dias os barbeiros, não por fôrça de postura municipal, mas por não terem tempo de ir á cara dos freguezes.

Iam tocar nas portas das egrejas em palanques ou coretos preparados.

As bandas militares nunca saïam para esse fim; era *contra a disciplina*. Quem não conhecia a musica dos barbeiros, aggremiação digna de um poema, e que desappareceu com o progredir da civilização? Na minha meninice conheci dous typos dessa raça de heróes, dous ultimos Abencerrages que viviam alli na rua do Carmo, pacata e silenciosamente, contando aos posteros as suas brilhaturas não só na Musica, como nas sangrias e applicação de sanguesugas.

A proposito; que differença entre os barbeiros antigos e os de hoje! Os primeiros tocavam flauta, cavaquinho ou rabeca; os segundos atormentam os ouvidos do proximo fallando na Politica, na guerra de Cuba, na morte de Maceo, na baixa do cambio, ou recitando pedaços dos *Dous Proscriptos* ou do *Pedro Sem*!

E a visita aos presepes? Os mais afamados eram os do Convento da Ajuda, o da ladeira de Sancto Antonio, tão bem descriptos ambos no romance de Macedo *As Velhas de mantilha*, e o do conego Philippe, na ladeira da Madre de Deus. Este teve a honra de ser visitado pelo rei d. João, o qual, como se sabe, gostava muito de festas de egreja e era inimigo de theatros; obrigado a ir a espectaculos, dormia a bom dormir e, de quando em vez, acordava estremunhado, perguntando aos cortezãos: *já se casaram esses bebedos?*

*Cesse agora o que a antiga Musa canta*, que eu vou fallar do presepe do Barros, alli na rua dos Ciganos, presepe que

foi para mim a summa da arte, o meu Eldorado, o cumulo de tudo quanto havia de sublime, peripatetico e esplendoroso.

Fui quasi assignante effectivo e isso de meia cara, graças a uma circunstancia que em breve vou salientar.

Imaginae em uma pequena loja de carpinteiro a cidade de Belém, onde nasceu o Christo, transformada em cidade moderna, construida em amphitheatro, com casas de janellas de grades de ferro, com vidraças de cutello, egrejas com torres e sinos, saloios e saloias dansando, gatos, cachorros, coelhos, pescadores, caboclos, jardineiros, toureiros hispanhóes, anjinhos de barriga para baixo, pendurados no tecto recamado de estrellas de papelão dourado. O sol e a lua *ao mesmo tempo* no horizonte, e no meio do firmamento uma grande estrella d'alva, cujos raios guiavam caravanas de camelos, que faziam parte da comitiva dos *tres reis magos*, que pareciam vir descendo com ar serio e magestoso de uma montanha collocada no fim do *panorama*. Tudo isso allumiado por velas que saíam de castiçaes pregados no meio das ruas, onde existiam lampeões de gaz só para inglez ver.

Havia tambem no centro um tanque pequeno d'onde jorrava a agua de um repuxo, e onde peixinhos vermelhos saracoteavam de um lado para outro.

Via-se em uma lapinha deitado o menino Jesus, tendo perto de si S. José, Nossa Senhora e S. João Baptista, bois, cavallos, porcos, sapinhos e até leões — uma verdadeira arca de Noé. As pretas lá de casa diziam que aquillo era a cidade do Rio de Janeiro no tempo em que Christo andou pelo mundo; aquellas torres, umas eram da Candelaria, esta a de Sancto Ignacio do Castello, e aquella outra a da *Penha*; a montanha e *Corcovado*, e o lago era o do Passeio Publico!

E eu acreditava em todas essas patranhas e me considerava, *oh sancta simplicitas*, o ente mais feliz do mundo.

Só mais tarde, quando comecei a estudar a Historia Sagrada, comprehendi ser aquillo tudo um mixtiforio, um angú de quitandeira, onde se mixturava, como nas epopeias, o profano ao sagrado!

Desse presepe posso fallar de cadeira. Tinha o Barros um official de nome Paulino, da casa de meu padrinho o

*Commendador*... que quando morreu me deixou *duzentos mil réis* que me souberam á gaita, pois gastei-os frequentando com assiduidade o theatro S. Pedro e o Alcazar (nas torrinhas já se sabe). Vamos porém ao caso.

O tal Paulino, como mais tarde verifiquei, namorava *innocentemente* uma mucama da nossa casa, mulatinha geitosa que era sempre a primeira a me lembrar as visitas ao presepe do Barros.

Enquanto os dous em doce colloquio conversavam de amores, admirava eu o pandemonio, e ao saïr o Paulino satisfeito enchia-me os bolsos de doces e no dia seguinte lá estavamos *rente que nem pão quente*. Isso durou muito tempo; do Natal foram as recordações mais queridas e que nunca se apagaram.

E tu Paulino, si ainda vives, recebe no dia de hoje os meus votos de gratidão; si soubesses latim, te repetiria os versos do poeta — *semper honos nomenque tuum laudesque manebunt.*

Que importa teres me feito servir de pau de cabelleira? Quanta gente boa tem exercido sem querer esse mister! O dia seguinte do Natal era o dia das indigestões, e os boticarios não tinham mãos a medir vendendo camomilla, oleo de ricino e noz vomica.

A meninada ficava de cama e de dieta um ou dous dias, findos os quaes estava-se prompto para a patuscada. Continuavam as cantatas ou trovadores da rua; mais tarde apparecia o bumba meu boi, as dansas dos pastores e entrava-se no Anno Bom e Festa dos Reis.

Dos trovadores desse tempo conheci o Anselmo, que ao som do violão era capaz de cantar um dia inteiro modinhas, todas differentes. São de seu repertorio: *A saudade roxa, mimosa flôr — Qual quebra a vaga do mar — A gentil Carolina — Dizem que vejo e não vejo — Si os meus suspiros pudessem — Mandei um terno suspiro — Os mandamentos da lei do amor*, etc., etc., etc.

Havia um grupo de artistas que eram insignes nas serenatas desse tempo. Era seu chefe o Goiano. Certa noite para poderem saïr era preciso arranjar quem tocasse o bombo. Por acaso appareceu um estudante de Medicina, hoje medico

velho e respeitavel que conhecia soffrivelmente Musica e por isso era membro honorario do tal grupo. Acceitou, com a condição de não entrar em casa conhecida.

Apezar de nunca se ter visto em taes apuros o nosso futuro doutor ia indo menos mal; percorreu o grupo de foliões várias ruas e elle, meio occulto entre os companheiros, obedecia á batuta do mestre; entraram e tocaram em várias casas, sendo muito applaudidos.

Ao subir, porém, o farrancho as escadas de um sobrado, na rua Larga de S. Joaquim, oh horror! estava sentado no sofá da sala, rodeado por muitas moças, um professor da Eschola de Medicina!

Tirar a corrêa do pescoço, atirar com o zabumba e fugir pela escada como cão damnado, vendendo azeite ás canadas, foi obra de um minuto. Na rua um policia quiz agarra-lo. Para livrar-se embarafustou por uma casa, no fundo da qual, em um quarto, estava uma velha... tomando banho!! O infeliz via por toda a parte o *bombo* transformado em *bomba*, e uma reprovação certa, si tivesse sido reconhecido.

E tinha razão. Um seu contemporaneo havia sido reprovado, porque tocava rabeca em novenas, *para poder estudar*; outro, porque um lente em um theatro o tinha visto vestido de *roupa de côr*; outro, porque ao avistar o professor não tirou o cigarro da bocca. Cachimbar, como dizia o velho Jobim, era o maior de todos os delictos, e quando se queria chamar um moço de máu e de perverso «até dizem que *já fuma*» era a ultima, era a suprema injuria.

Acabou-se o papel! E eu, como estudante a que em prova escripta caïu um ponto difficil, fiz um grande *nariz de cêra* e nada disse sôbre a materia!...

Desta feita levo nota má, si não me valer a benevolencia dos caros leitores.

Queixem-se do chefe!

24 de Dezembro de 1896.

# AS ELEIÇÕES MUNICIPAES

Mas que é isso ? dirá o leitor. Pois você não está farto de eleições, de ouvir fallar em circulares, em trianguló, em fiscaes, em lei dos turnos, em protestos e em derrotas, e ainda nos quer cacetear quando tudo felizmente está passado ?

Pois não havendo folha amanhã, você não poderia dizer alguma cousa sôbre as bôas saïdas e melhores entradas, sôbre o anno bom, sôbre S. Silvestre papa, sôbre o descobrimento do Rio de Janeiro ou até mesmo sôbre o imposto do vintem ? Ora, tire o cavallo da chuva, sr. V. F. e vá prégar a outra freguezia ! Não nos falle da flôr da gente, nem de capangas, nem de facadas, nem de *phosphoros;* tudo isso é materia velha..

*Attendite et videte;* sabereis que o assumpto é velho, mas até certo ponto novo. Tracta-se de eleição municipal de ha 200 ou 150 annos — no tempo em que servir *á causa e utilidade da Republica,* como então se dizia, era uma cousa honrosa, e o ser eleito era para muitos uma surpreza, por não ser o cargo solicitado.

Quem não andava direito ia degredado para Costa da Africa por 3 annos e eliminado para sempre das listas *dos homens bons* ou dos eleitores.

Servia-se por um anno, de graça, e como lambugem, quando o Conselho accompanhava as procissões ordenadas pelas leis, recebia cada vereador um certo número de libras de cera ! Valia a pena ser edil nesses bons tempos; havia immunidades, não se ia para a cadeia, e a gente escrevia directamente ao rei, que em resposta os tractava *de amigos*

Muitas e muitas vezes a Corporação Municipal desta cidade queixou-se de seus governadores e foi promptamente attendida. Que o diga a representação dirigida a d. João V pelo Senado da Camara contra Francisco de Castro Moraes, por occasião da segunda invasão franceza de Du Guay Trouin (assim elle se assignava). Essa representação deu em resultado vir da Bahia uma alçada presidida por um sr. Nabo, e o

final foi o Moraes ser degredado por toda a vida e ter os seus bens sequestrados. Bem feito; — para tal poltrão ainda foi pouco.

E que aconteceu ao Luiz Vahia Moreira, vulgo «Onça»? Este governador, que morreu maluco e está enterrado em Sancto Antonio, andou em lucta aberta com o Senado sôbre o *muro da cidade*. O «Onça» gostava de engrossamentos e obteve nos primeiros tempos de alguns vereadores um pomposo elogio; ficou assim com a bocca doce e começou a intrometter-se nas cousas da governança municipal perfeitamente estabelecida nas Ordenações Philippinas, querendo, até nomear *capitão do matto* e provêr cargos de nomeação da Camara. Adoecendo o vereador d. Manuel Garcez Gralha e sendo substituido pelo *vereador de barrete* (I) Francisco da Motta Leite, não queria Vahia que cessado o impedimento de Gralha, tomasse este posse do cargo, favorecendo Motta Leite, cunhado de Luiz Vahia Teixeira, grande influencia da epocha. Os vereadores, que não morriam de caretas, reclamaram e o «Onça» foi derrotado, não nas urnas, mas pelo rei.

Tudo isso vem de molde, porque as eleições tinham logar depois da 2ª oitava do Natal, e a abertura dos *peloiros*, ou a apuração, se fazia quasi sempre, pelo menos aqui, no 1º de Janeiro, *dia de anno bom*. E isto para que os novos eleitos tivessem tempo de mandar fazer a competente fatiota para comparecerem á festa de S. Sebastião em 20 de Janeiro, e accompanharem a procissão do mesmo sancto em 27.

Si ainda hoje se usassem esses vestuarios, como seria bonito ver o Xavier, o Domingos Ferreira, o Gabizo e o Dias Nogueira, de sapatos rasos com fivella, meia branca e calções de seda preta, collete até abaixo do umbigo, tendo no bolso os berloques da moda, casaca preta, bofes e punhos de renda, e chapeu desabado com plumas brancas, empunhando nos grandes dias, uma vara branca. E eu, si tivesse a ventura de ser juiz *almotacé* teria tudo isso pegando em uma vara vermelha. Estou plenamente justificado, e o meu artigo cabe

(I) Chamava-se *vereador de barrete* ao cidadão eleito para substituir a vaga de outro, que por impedimento ou morte não pudesse servir.

perfeitamente no dia. Que o Municipio é irmão gemeo da cidade é cousa inconcussa. Já quando Estacio de Sá se tinha fortificado perto do Pão d'Assucar, o 1° presidente da Camara foi Pedro Martins Namorado, que por morar mais tarde na hoje praia do Flamengo deu seu nome a essa paragem, antes conhecida por praia do Lerype, aguada dos marinheiros ou praia do sapateiro Sebastião Gonçalves.

Por muitos annos eram as Camaras presididas por cidadãos eleitos, que se chamavam *juizes ordinarios*.

Mais tarde, de 1706 em deante, foi o cargo exercido por um magistrado, que ficou sendo conhecido por *juiz de fóra*, uma especie de prefeito. No tempo do rei, era juiz de fóra o recto Agostinho Petra Bettencourt, o qual em uma noite de luminarias collocou na sua janella um painel com este distico: *Ego sum petra et super petram lyrium crescit.*

Queria isso dizer que elle era homem de quebrar, mas não de torcer, que não gostava de empenhos, nem se mettia em batotas, nem recebia *agradecimentos*. O ultimo juiz de fóra foi o dr. Francisco Gomes de Campos, quando se poz em execução, depois da Independencia, a lei de 1° de Outubro de 1828. Nas occasiões solennes carregava o estandarte da Camara o procurador della. A principio essa bandeira era branca e tinha de um lado a imagem de S. Sebastião e do outro as armas reaes. No tempo do Imperio o estandarte passou a ser de côr verde, tendo de um lado ainda a imagem do padroeiro, e do outro, bordadas a ouro, as armas nacionaes. Ainda existe em um armario da Bibliotheca Municipal um estandarte antigo, em cuja ponta da lança ha as armas da cidade, rico trabalho de ourivesaria digno de ser apreciado.

Alli tambem estão as varas do pallio, cujo panno era de seda branca e saïa nas procissões, que a Camara era obrigada a accompanhar, e o panno vermelho de outro pallio, que a Municipalidade mandou fazer em 1808, para receber o principe regente, do que tudo nos dá noticia o conego Luiz Gonçalves dos Santos, com a mesma minuciosidade com que hoje a *Noticia* (sem engrossamento) informa seus leitores das novidades do dia.

Ia-me exquecendo dizer que, quando os vereadores excediam as despezas do orçamento, fazendo cousas fóra da ordem,

eram obrigados a entrar com os cobres para cobrir o *excesso.* Grande idéa !

Só assim não havia *deficit.* O equilibrio orçamentario não era destruido. A Camara com a terceira parte das rendas tinha de pagar a tropa de linha da *infanteria do presidio.* Vamos, porém, ás eleições.

Não havendo *Diario Official,* era o povo convidado a votar por meio de editaes manuscriptos pregados nas esquinas das ruas.

Punia-se com rigorosas penas a cabala, o suborno e outras falcatruas referidas no *Novo Methodo* e hoje muito sabidas. Nada de pretores, de escrutinios previos, de actas de installação, de diplomas, segundas vias, nem commissões municipaes, seccionaes *et reliqua.* Tudo era summario, grave e solenne. Os manda-chuvas taes como os governadores, capitães-móres, militares de mar e terra de alta patente, não podiam assistir nem intrometter-se no comicio eleitoral. *Os homens bons, aquelles* que eram contribuintes ou proprietarios, cujos nomes estavam lançados em cadernos, reuniam-se aos vereadores que estavam servindo e aos que haviam exercido esses cargos, e assim se constituia a Assembléa. Era presidente della o ouvidor da Camara.

Esse magistrado convidava o povo a eleger seis eleitores, que não podiam ser *parentes uns dos outros, nem socios, nem muito ligados.* Escolhidos os seis, eram estes separados em tres turmas, de dous cada uma, e debaixo de juramento promettiam votar com toda a consciencia nos que deviam constituir o *Senado* da Cidade e trabalhar para a causa e boa governação da Republica. Cada turma devia votar em tres nomes para vereadores e um para procurador. Recebidas as cedulas, o presidente verificava as incompatibilidades e fazia uma lista dos mais votados. *Chama-se a isso limpar a pauta.* Terminado esse serviço, fazia elle tres peloiros ou chapas, e os guardava dentro de um sacco (não havia urnas), no qual existiam diversos compartimentos. Nelle se mettia a pauta.

O sacco era guardado em uma arca que tinha tres chaves; uma dellas era guardada pelo ouvidor e as outras duas por vereadores em exercicio.

No dia 1° de Janeiro, chamado um menino, que, por esse trabalho, recebia pequena remuneração, tirava elle um dos tres pelôiros que tinham o nome dos que deviam servir no primeiro anno.

No anno seguinte se fazia a mesma ceremonia e tirava-se á sorte a chapa do 2° anno. No 1° de Janeiro do 3° anno era apurado o ultimo peloiro, que devia existir no tal sacco; de sorte que o *zé povinho* só era chamado para exercer o direito sagrado de voto de tres em tres annos.

Não podiam votar os officiaes mechanicos, os peões, os artistas, os excommungados e os que nas veias tivessem sangue judaico. Nada mais simples e regular. E não havia protestos, nem actas falsas, nem relogios adeantados, nem *defuntos resuscitados*, nem roles, nem pancadaria, nem sumiço de talões, nem manifestações obrigadas a copo d'agua aos que tivessem a palma da victoria. Nada disso.

Si havia cabala, essa era feita com toda a cautela e a portas fechadas, porque do contrario ahi vinha o *anno do Nascimento* sôbre o cogote do espertalhão, que tinha de fazer, como disse, viagem forçada ás terras decantadas pelo nosso Castro Alves.

Mas valia a pena ser vereador. Nas festas de egreja, quando incorporados, em 1° logar, recebiam os ductos esses cidadãos, ainda que estivesse presente o governador. Tinham assentos especiaes, e em uma festa de Sancta Isabel, tendo os desembargadores da Relação occupado os logares destinados aos camaristas, estes protestaram e enviaram ao rei a sua reclamação, que veio seguida de uma grande sarabanda dada contra os taes magistrados — esperando, dizia o rei, que aquelle caso, extranho, não se reproduzisse.

Nos acontecimentos notaveis, nas declarações de guerra, na morte dos reis e principes, os vereadores montavam a cavallo, annunciando ao povo as novidades. Tinha a Camara logar especial, nos dias de grande gala, na sala do throno, e era considerada como uma delegação do proprio rei, muito respeitada.

Sem ser sebastianista perguntarei: de tudo isso que ficou? — Os vetos do prefeito, o *Vossa Excellencia* com que, em seus discursos, mutuamente se brindam os conse-

lheiros municipaes, e o fitão vermelho que parece ser uma imitação da grã-cruz da Legião de Honra ou da Ordem de Christo de Portugal, da qual só usa no Rio de Janeiro quotidianamente o Sancto Antonio do convento do largo da Carioca, o qual como se sabe é tenente-coronel do exercito desde 1818, e felizmente não entrou na compulsoria, tem e recebe o seu soldo pela tabella antiga, o qual serve para a cèra que com elle se gasta.

Podia parar aqui. Não o farei para provar que os homens foram e são os mesmos. Apezar de tantos rigores e da seriedade dos tempos, os nossos antigos tambem sabiam fazer as suas tricas, e como eram por indole e pelo costume avezados ás demandas, protestavam, embargavam as eleições, punham em apuros o ouvidor, aggravavam de seus despachos, e, quando não havia Relação no Rio de Janeiro, appellavam para a Bahia e até para os tribunaes de Lisboa, o que queria dizer que com isso se ganhava tempo, pois, devido á falta de communicações rapidas, havendo de se esperar a epocha das frotas, esses negocios só eram decididos depois de dous, e, ás vezes, de mais annos! Sirva-nos isso de consôlo ás manhas de hoje e de hontem; são herança dos nossos avoengos. Isso se deu na eleição municipal, que teve logar em 26 de Dezembro de 1706, em que os filhos da terra não queriam que fossem eleitos os nascidos em Portugal.

Houve uma grande questão, em que se mostrou muito parcial o juiz de fóra dr. Francisco Leitão de Carvalho a favor dos Brasileiros. Os outros, os de lá, protestaram e endereçaram ao rei uma representação toda cheia de considerandos, que afinal foi attendida. Nem por sonhos pretendo dar o resumo della, pois póde ser lida no volume 2° do *Archivo Municipal*, onde os cabalistas de hoje encontrarão carapuças a calhar.

Respirae, caros eleitores; estaes por este anno livre das minhas cacetadas. Quanto ao que vai despontar amanhã, — só Deus e o Rochinha o sabem. O primeiro póde tirar-me a vida e o segundo demittir-me por incapaz e má figura.

31 de Dezembro de 1896.

# O CONEGO PHILIPPE

Pedindo venia ao illustre *Excavador* d'*A Noticia*, offerecemos ácerca do pouco conhecido conego Philippe alguns apontamentos para provar que esse nosso patricio, pondo de parte as suas excentricidades, era um sacerdote respeitavel e não póde de modo algum figurar nas galerias dos typos de rua ou dos *araras*.

Oriundo de familia notavel do Rio de Janeiro, Philippe Pinto da Cunha e Sousa nasceu nesta cidade e, depois de receber ordens, foi apresentado na Sé em 4° logar na 2ª cadeira de meia prebenda da creação 2ª, a 20 de Abril de 1765, e confirmado a 8 de Septembro seguinte; tomou posse do beneficio no dia 9 immediato; e por nova apresentação de 12 de Septembro de 1784, confirmação de 26 de Janeiro seguinte e posse nesse mesmo dia, entrou de propriedade no desfructo da 5ª cadeira de prebenda inteira, que deixou pelo accesso ao Chantrado, no qual, apresentado a 26 de Junho de 1799 e confirmado a 23 de Novembro seguinte, se conservou desde o dia 27 do mesmo mez e anno. Com a chegada do principe d. João e reformada a Cathedral, foi promovido a monsenhor presbytero da Capella Real. Falleceu a 15 de Fevereiro de 1812 e foi sepultado na egreja de S. Bento.

Isso encontrámos nas *Memorias Historicas* de monsenhor Pizarro, bem como em um grosso volume existente no archivo do Instituto Historico, onde estão reunidos os apontamentos tomados por esse historiador, os quaes serviram de base á confecção de seu trabalho.

Refere-nos o padre Luiz Gonçalves dos Santos, em suas *Memorias do Brasil*, tomo 1, pag. 23, que ao desembarcar o principe regente em 1808, na rampa da praça hoje Quinze de Novembro, se prostrou com a sua numerosa comitiva deante de um rico altar, em tôrno do qual se achava o Cabido da Cathedral, paramentado de pluviaes de séda e do ouro branco, e alli osculou sua alteza real a Sancta Cruz nas mãos do revm. chantre Philippe Pinto da Cunha e Sousa... mas antes desta

acção, o mesmo revm. Chantre havia feito a aspersão de agua benta e dado as thurificações ao principe regente.

Segundo refere o dr. Moreira de Azevedo, e nos foi ha muitos annos confirmado pelo testimunho de pessoas contemporaneas, o conego Philippe, dono da casa e capella da Madre de Deus, armava, por occasião da festa do Natal, um rico presepe, que foi visitado pelo principe regente d. João e seus filhos.

Em outro volume, pertencente tambem ao archivo do Instituto Historico sob o titulo «*Correspondencia dos Bispos do Rio de Janeiro*», encontrámos um officio do prelado d. José Joaquim Justiniano Mascarenhas Castello Branco, dirigido á rainha d. Maria I acêrca de negocios da Sé. Dando conta reservada do procedimento dos membros do Cabido, assim se referiu ao conego Philippe: «*O conego de meia prebenda, Phelippe Pinto da Cunha, natural do Bispado e tambem o mesmo de que fiz igual menção na dita conta de vinte e dous de Junho de 1774; ao que só devo accrescentar que he muito bom residente e prompto para o serviço da Igreja.*» E note-se que d. José Joaquim não era propenso ao engrossamento; pelo contrario, muito rigoroso em seus juizos e pouco brando para com seus subordinados. Que o digam os frades do Carmo.

Homem que merecia provas de consideração do chefe do Estado, sacerdote que tinha em seu favor a opinião do seu prelado, não era um typo ridiculo.

Podia ser um excentrico, mas era um cidadão estimavel e digno; não pode nem deve passar á posteridade, como um desfructavel, como vai infelizmente acontecendo com o major Vidigal.

1 de Agosto de 1901.

(Do *Jornal do Commercio* de 2 do mesmo mez e anno).

# CARRASCOS NO RIO DE JANEIRO

Não se amedrontem os leitores com o titulo acima; quem leu na semana passada as peripecias da vida de um carrasco de Inglaterra, póde tolerar estes simples apontamentos que, pelo menos, têm a côr local e servem para recordar usos e costumes, cuja memoria vai desapparecendo.

Felizmente, para nós, carrasco é planta que não medra no solo do Brasil, graças ás leis humanitarias que nos regem.

Houve nesta cidade, na antiga rua *Velha dos Ourives*, desde o canto de Ignacio Castanheira até o oratorio de Nossa Senhora do Bomsuccesso, passada a esquina de Marcos da Costa, ou, em linguagem moderna — rua da Quitanda, entre S. José, Assembléa e Cano, um predio conhecido pelo povo com o nome de casa *do Carrasco*.

Em uma escriptura de 1721, certo Manuel da Costa Soares hypotheca um engenho em *Mereti*, e o fiador João de Sousa dá como fiança umas casas de sobrado na rua do *Sucussará*, partindo de um lado com quem de direito e do outro com casas, chamadas do *Carrasco*.

Antes de ir adeante, é preciso notar que esse nome de Sucussará dado ao trecho em questão, é conhecido desde o último quartel do seculo XVII, quando o referido trecho já tinha perdido o nome de *Açougue Velho*.

Teria no Rio de Janeiro o executor da *alta justiça* tanta importancia para morar *por aposentadoria*, em casa especial ? Pelo livro 1°, titulo 33 § 8 das Ordenações do reino, eram os algozes considerados ministros e gosavam de consideração, não sendo, segundo Viterbo, desprezivel o mister de fazer *morrer por justiça*. Penso, porém, que no Brasil tal não se deu, e o saião foi sempre olhado com desprêzo e horror.

Ou o officio fosse exercido por amadores ou por condemnados, não tenho encontrado documento com referencia ao algoz, a não ser o aviso de 31 de Agosto de 1837, ordenando que qualquer criminoso condemnado pudesse servir de carrasco. Perco pois a occasião de escrever um artigo sensacional, mostrando entre nós uma casa amaldiçoada, cheia de

lendas proprias a dar trabalho á imaginação de romancistas e poetas.

Em vez disto entremos um pouco pela chronica e, parece-me, encontraremos explicação para a casa do *carrasco.*

Era commum nesses tempos serem as ruas todas, ou trechos dellas, conhecidas pelos nomes de seus moradores mais importantes. Entre muitos exemplos cito de memoria: o canto de João Mendes o Caldeireiro (Rua de S. Pedro esquina da Candelaria) — o sitio do Valverde — o largo do João Baptista — o canto do Tabaqueiro (rua Septe de Septembro esquina da da Quitanda) — o canto do Carrilho (becco das Cancellas e Hospicio), o canto de Thomé Dias (Ouvidor e Primeiro de Março) — o Caminho de Fernão Gomes (rua do Senhor dos Passos) — rua do Padre Vicente (Cotovello) — rua do Padre Mattoso (Rosario) — rua do Gadelha (parte da rua do Ouvidor) — rua da Portugueza ou da Catharina Lopes (rua do Hospicio) — rua do João de Azevedo (General Camara, esquina da da Quitanda, onde está o sobrado de dous andares em que foi assassinado em Março de 1711 o general Duclerc), etc., etc.

Haveria no Rio de Janeiro algum individuo nobre ou plebeu, cujo appellido fosse — Carrasco ? Sim, respondo com toda a segurança. Os Carrascos são oriundos de Andaluzia e fixaram-se em Portugal na cidade de Moura. Monteiro de Campos e Sanches Baena assignam-lhes brazão, em cujo escudo se vê pintado um carrasco verde (planta).

Na petição dirigida em 1567 ao governador Mem de Sá, pelos primeiros habitantes do Rio de Janeiro, os quaes desejavam terras para Rocio, figura entre os requerentes um João Carrasco.

Em 1570, esse individuo commetteu, em tempo de Salvador Corrêa de Sá, um crime e defendeu-se sôlto, prestando fiança e dando como fiador Lourenço Carrasco, naturalmente seu proximo parente. Consta isso dos livros da Camara, salvos do incendio de 1790.

Em 1579 (2 de Abril) esse mesmo Lourenço obteve por sesmaria 1.000 braças de largo e 500 de comprido na Tapéra de Jacutinga, e o outro (o João) possuia terras nas cabeceiras do rio Marohi.

Naturalmente descendentes desses Carrascos, que nunca foram *carrascos*, gente pacata e laboriosa comprou na actual rua da Quitanda uma casa que, passando de paes a filhos, ficou conhecida pelo nome de seus proprietarios.

A impericia do primeiro *carrasco* do Rio de Janeiro ia passando á posteridade como cousa averiguada, e o venerando padre jesuita José de Anchieta tinha a sua gloria maculada por haver ensinado ao algoz a despachar desta para melhor vida o célebre João de Bolés, cujo supplicio foi uma patranha dos biographos do padre José que, confundindo alhos com bugalhos, davam como certa essa *boa obra* de Anchieta. E quem houvera de dizer? Foi o jesuita Simão de Vasconcellos o causador de tudo isso.

A' critica conscienciosa repugnava vêr o célebre Jesuita ajudando o carrasco a enforcar o tal Bolés. Já o illustrado Candido Mendes por inducção baseada em documentos combatera essa falsidade. Já o dr. Ramiz Galvão, Capistrano, barão do Rio Branco, Novaes, Carlos Rodrigues e tantos outros puzeram por terra essa mentira historica; comparando os factos asseguraram que Bolés não foi suppliciado em 1567 no Rio de Janeiro, nem portanto, Anchieta serviu de ajudante do carrasco!

A verdade, porém, toda inteira ia patentea-la o pranteado homem de lettras o dr. Eduardo Prado, que no salão do Instituto Historico me garantiu possuir a cópia authentica do processo de João Cointa, senhor de Bolés, e que a enviaria para ser publicada na *Revista* do mesmo Instituto.

Essa cópia havia elle extrahido dos proprios autos do processo, que por muito tempo estiveram no cartorio da Inquisição de Lisboa. Por ella se prova haver sido Bolés absolvido de seus crimes. Que os herdeiros do illustre finado cumpram a promessa, e não deixem perder tão precioso documento, para que a posteridade saiba ter sido um Paulista quem rehabilitou a memoria do sancto jesuita, que tanto fez pelo progresso da antiga capitania de S. Vicente.

Si na realidade houvesse sido aqui enforcado o senhor de Bolés, passaria elle como um dos primeiros fornecedores da materia prima para a confecção de uma droga usada contra a quéda dos cabellos. E' de tradição antiga: logo após o

supplicio eram os enforcados conduzidos a logar apropriado, onde se lhes tirava todo o tecido gorduroso, reduzindo-o a um oleo denominado humano, que era disputado e vendido por bom preço. No Rio de Janeiro isto se practicava, e existem ainda muitas pessoas que não me deixarão mentir.

Outro preconceito: a corda do enforcado era cortada em pequenos pedaços, e quem della possuia um fragmento reputava-se feliz, guardando-o como um talisman ou *mascotte*, como se diz hoje.

Quanto á historia do oleo humano, para terminar, citarei a opinião do célebre medico portuguez, o Mirandella, (dr. Francisco da Fonseca Henriques) que para a calvicie, depois de recommendar as pelles de cabra queimadas, a manteiga de urso, os pés de ratos domesticos pequenos, os pós de abelhas, moscas e rãs queimadas, assim se exprime: *o melhor remedio que temos achado para regenerar o cabello é fregar depilada com aguardente ou da Rainha da Hungria, e untar depois de fregada, com unto quente de homem, que* ACABASSE A VIDA COM MORTE *violenta.*

Hão de confessar que era uma therapeutica pouco limpa.

Pobres carecas os daquelles tempos!

3 de Outubro de 1901.

---

# COUSAS DO OUTRO TEMPO

## O PATRICIO

Sempre produziram no meu espirito uma singular avidez as investigações dos factos da vida nacional.

Prender-me em recordações historicas, atirar-me com curiosidade a decifrar os apagados manuscriptos que o tempo consome, ou buscar com a razão despreoccupada de preconceitos os thesouros conservados pela tradição, que tudo guarda, foram-me, desde bem novo, os meus agradaveis entretenimentos nas horas de lazer, nos instantes de ocio.

Eis porque revolvo nestas chronicas cousas do outro tempo, para muita gente carunchosas e sem interesse, referindo episodios, ouvidos na meninice; eis porque muita vez acudo a rectificar o que me parece adulterado, laborando em êrro ou persistindo na verdade, sempre com o unico proposito de vêr os factos narrados sem exagêro ou paixão.

O antiquario tem exquisitices, reconheço; demora-se em minuciosidades mais proprias dos documentos heraldicos que de um ligeiro retalho de jornal; outras occasiões apresta-se a fallar de insignificancias que vêm mais tarde pesar no juizo real, na comprehensão precisa de certas páginas da Historia. Hoje estou num destes momentos; algo fatigado da leitura de uns alfarrabios, occorreu-me á mente a epocha do principe regente e lembrei-me do Patricio, cuja sorte tão commentada fôra pelos nossos antepassados.

Patricio chegara á prôa do navio real e, talvez por essa razão, gosara de vida fidalga, tornado-se senhor dos campos da antiga fazenda dos Jesuitas, em Sancta Cruz, retiro ameno transformado em palacio real para estadia da Côrte em certas epochas do anno.

D. João VI partia para Sancta Cruz em sua traquitana dourada forrada de damasco encarnado. Era consideravel o seu sequito: veadores, camaristas, confessor-mór, accompanhavam-n'o em seges guardadas por um grande piquete de cavalleiros.

Não se deixava de assistir ao desfilar da caravana, e o povo mirando el-rei com os seus calções de seda e fivellas de ouro nos sapatos, maldizia daquelle foragido, que não hesitava em onerar o Erario publico. A rainha, que percorria varios pontos da cidade (Rio Comprido, Engenho Velho, Bica da Rainha, etc.) não tomava parte nestas digressões.

Os commentarios proferidos a meia voz pelo colono receioso de el-rei e hostilizado pelos Portuguezes cresceram ao conhecer o dialogo travado no paço da cidade entre o principe e o chanceller Thomaz Antonio.

Este personagem, que residia na antiga chacara do Asylo de Invalidos, levantado ao tempo dos vice-reis no sitio em que hoje está a avenida Ruy Barbosa, mostrava uma tarde a d. João VI a impossibilidade da ida a Sancta Cruz, deante das

enormes despesas que acarretava a viagem. Havia grande *deficit* nos cofres da Fazenda publica, cujos dinheiros o absolutismo consentia que fossem applicados á vontade do real senhor.

O rei não era muito affeito á economia que cumpria se fazer; tencionava mandar celebrar uma solennidade na capella da fazenda, e taes novas não lhe agradaram. Chamou á sua presença o thesoureiro-mór, e interrogou-o sôbre a procedencia da informação do seu ministro.

Conhecendo o thesoureiro que d. João se contrariava, pois, perito no canto-chão e amante da Musica sacra, não via effectuada sem ella a festividade religiosa, todo reverente voltou-se para o principe, mormurando: «Real Senhor, seja servido determinar-me as ordens dictadas ao senhor conselheiro-chanceller; a thesouraria não está tão pobre, que se prive a El-Rei Nosso Senhor de partir amanhan para a sua quinta em Sancta Cruz. Dinheiro se obterá, Real Senhor. Amanhã estará no paço a traquitana real. Vou cumprir o que me manda o meu real senhor.»

D. João louvara o seu thesoureiro e, na manhan seguinte, saïa da cidade com grande pasmo do chanceller.

O rei, entrando em Sancta Cruz, indagava de Patricio, que andava sempre a invadir terrenos alheios sem ser escurraçado ou apedrejado.

Patricio viera de Portugal, e sendo o unico boi que restava da provisão para a viagem dos soberanos, o rei o conservou primeiro numa mangedoura do palacio, e depois ordenou que o tivessem em Sancta Cruz.

A predilecção que, devido ao rei, dedicavam ao animal, causava contrariedades a muita gente.

Diz-se que uma vez alguns criados, todos portuguezes, conduziam o malhado quadrupede e, em caminho, por menosprêzo a um mulato que passava, apuparam o pobre homem, dizendo-lhe: «Este é o teu patricio». Dahi ficou o boi conhecido por Patricio, nome acintoso dado aos mixticos do tempo.

Conta-se ainda que o rei, atravessando a pé uma azinhaga que serpeava por entre o matto sombreado de grandes arvores, de volta da missa, na capella da fazenda, seguido de seus vereadores, mandou admoestar a um camponio que, guiando um

carro atrelado por dous ariscos muares, chicoteara casualmente o Patricio, então a pascer grama á margem do atalho da estrada.

Patricio, portanto, era privilegiado; como o rei apreciava aquella bella estampa de ruminante, a gente do paço melhor cuidava do animal, tão abominado pelos colonos, fartos do govêrno de um rei que acreditavam de intelligencia acanhada, de inaptidão verificada, e só adstricto aos accôrdes do cantochão.

Outras curiosidades poderia ainda excavar; ficam para depois.

7 de Outubro de 1901.

---

## A PICOTA

Presos nas argolas da *picota* ficavam os criminosos ou malfeitores, que não fossem réos de maior pena, que açoutes.

Para lá iam os carniceiros, padeiros, regateiros e taberneiros, que roubavam no pêso ou sophisticavam os generos de primeira necessidade, para que o povo na phrase de um escriptor, *não fosse illudido nem destruido*, em uma palavra, — os que pretendiam vender... gato por lebre.

Era crime, em tempos antigos, dar porca em vez de porco, ovelha em vez de carneiro!

Pelas *Ordenações do Reino*, titulo 58, § 43, livro 1º, eram os corregedores obrigados a mandar que as Camaras das villas e cidades fizessem as Casas do Concelho e a *picota*, não sendo ellas propriedades municipaes, — mas direito real.

Quando as Camaras, por falta de rendas, não podiam dar cumprimento a essa obrigação, eram lançadas fintas ao povo, que tinha de correr com o dinheiro.

A *picota*, ou em linguagem mais moderna, o pelourinho, representava a *autonomia* do municipio e symbolizava que, no logar, se fazia justiça, em nome do rei. O pelourinho, diz Southey, *servia tanto de poste para receber açoutes como de logar de execução, de onde se pendia o criminoso ou contra o*

*qual se estrangulava o decapitado.* Nelle se affixavam os editaes dos juizes ou dos bandos dos governadores, depois de apregoados ao som de caixas destemperadas.

Aos proprios *graúdos* a *picota* causava calefrios. Conta-nos frei Vicente do Salvador, que, ao chegar á Bahia o governador Diogo Botelho, mandou remover o pelourinho da frente do seu palacio. Por seguir o partido do prior do Crato esteve a ponto de ser supplicíado. Graças a um bom casamento com a ermã de Pedro Alvares Pereira, foi perdoado por Philippe II. Esse Diogo figura em um dramalhão de Mendes Leal — o *Homem da Mascara Negra* — que já fez as delicias das nossas platéas nos tempos do João Caetano e do Florindo.

A cidade do Rio de Janeiro teve tambem a sua *picota* ou pelourinho, que com o correr dos tempos figurou em várias localidades.

Encarregado de desalojar os Francezes da nossa bahia e fundar uma cidade, que deveria ter o nome de S. Sebastião, Estacio de Sá, como se acha hoje provado, fixou-se na planicie que fica entre o Pão de Assucar e o Morro Cara de Cão, estabelecendo fortificações nessa montanha, occupada hoje pela fortaleza de S. João.

Ahi funccionou a primeira Camara, sendo 1° juiz ordinario Pedro Martins Namorado e 1° procurador do Concelho João de Prosse. E' de crêr fosse então levantada a primeira *picota*, feita de madeira tirada das florestas vizinhas, talvez pelo mesmo Francisco Velho, mordomo da confraria de São Sebastião, quando buscava materiaes para edificação da capella do padroeiro. Esse pelourinho arruinou-o o tempo, e quando Mem de Sá em 1567 transferiu o assento da cidade para o *morro do Descanço* (hoje morro do Castello) tendo levantado, como diz Gabriel Soares, casas para o governador, para Camara, para Sé, para o Hospital, tambem ergueu pelourinho.

Que elle lá existia em 1596 nos dá noticia o Tombo das Terras da Fazenda de Sancta Cruz, quando a requerimento dos Jesuitas, em 31 de Janeiro, o escrivão Balthazar da Costa certificava haver pregado no *pelourinho* os editaes, notificando a medição das terras legadas á Companhia de Jesus

pela marqueza Ferreira, viuva de Christovam Monteiro. Ao começar o seculo XVII a cidade já se extendia pela varzea entre os morros do Castello, S. Bento e Sancto Antonio.

Em 1630 já se intentava a transferencia da Cadeia e Casa da Camara para a planicie; mas em 1626, o ouvidor geral e licenciado Luiz Nogueira de Brito recommendava aos vereadores o dever de mandar levantar pelourinho, visto ser o Rio de Janeiro cidade de El Rey e ir crescendo de importancia.

Annos depois, mudado definitivamente o assento da Camara e da cadeia para o edificio, onde funcciona desde 1823 a Camara dos Deputados, foi a *picota* erguida no logar, onde esteve o palacio dos vice-reis, hoje Repartição dos Telegraphos.

Della nos dá noticia a carta de 10 de Abril de 1661, escripta por Salvador Corrêa de Sá e Benevides, participando ao rei a revolta havida no Rio de Janeiro, e da qual era chefe Jeronymo Barbalho Bezerra, cuja cabeça foi pregada no *pelourinho* por deliberação de uma junta convocada pelo mesmo Benevides.

Nesse tempo a praça do Carmo era conhecida por Terreiro da Polé, possuindo ahi tenda de trabalho, um antigo ferreiro, cujo aforamento de terras a Camara procurava cassar, para no local estabelecer as cabanas da quitanda.

Dessa epocha em deante ou a *picota* foi removida para o centro da praça, ou foi levantada no actual largo do Rosario e suas proximidades, quando em 1705 a Camara demarcou os limites do novo Rocio.

E' certo porêm que no espaço comprehendido entre os quarteirões das hoje ruas do Sacramento, Conceição, Hospicio e Senhor dos Passos havia um pantano conhecido por lagôa da Polé, e não de Palé como erradamente se tem escripto. Esse campo, depois de beneficiado, servia á tropa como logar de exercicio. Ahi, segundo creio, estava levantado o pelourinho, que o povo chrismou de Polé. Com a chegada da Familia Real, em 1808, foi construido pelourinho, mais elegante, no ponto em que está a estatua de d. Pedro I. Ha no 3° volume da *Viagem Pittoresca de Debret* uma estampa representando o antigo largo do Rocio, depois praça da Consti-

tuição e hoje de Tiradentes. No centro da praça vemos uma alta columna cylindrica encimada por uma esphera armillar; no capitel da columna existiam longos braços com argolas.

Desse logar esteve o pelourinho para ser removido. conforme nos diz a provisão do rei d. João VI, datada de 17 de Maio de 1819, do teòr seguinte: «Mando a vós juizes, vereadores e mais officiaes da Camara desta cidade me informeis sòbre o estado e circunstancias do obelisco, que voluntariamente projectastes construir, por meio de uma subscripção das pessoas mais qualificadas, para se collocar na Praça do Rocio, em memoria da minha venturosa chegada, removendo-se dalli o PELOURINHO para á praça do Capim, remettendo-me cópia de quaesquer termos, que se tenham lavrado a esse respeito, e huma relação dos subscriptores e interpondo o vosso parecer sòbre o assumpto» etc.

Que fim teve a tal subscripção? Não sei. Respondo apenas com o que dizia o padre Luiz Gonçalves dos Santos em 1825: — «*motivos que me são ignotos têm retardado até agora a erecção deste monumento da Felicidade, Honra e Gloria do Reino do Brazil*».

Ainda depois da Independencia existia o pelourinho levantado no antigo largo do Rocio. As mudanças politicas operadas no Brasil não deram, como se póde pensar, logar á destruição das antigas *picotas*.

Por proposta de um de seus membros pretendeu em 1833 a Camara de Cabo Frio mandar derrubar o pelourinho, e o Governo, consultado, lavrou a decisão de 28 de Junho, mandando conservar o pelourinho enquanto por deliberação da Assembléa Legislativa não fosse decretada a destruição de todos os pelourinhos existentes no Imperio.

Não sei si isto aconteceu, nem quando desappareceu o pelourinho do largo do Rocio. O da cidade de Campos só foi destruido em 1857, como nos refere o sr. Feydit.

Que o facto da Independencia não influiu na permanencia dos pelourinhos, temos a prova no alvará de 17 de Outubro de 1823, que erigiu em villas a aldêa de Valença, a povoação de São José, no Ceará, e a freguezia de S. Matheus, tambem no Ceará, mandando nellas levantar pelourinho.

Já nestes tempos a *picota* tinha perdido suas antigas funcções: indicava apenas séde principal de auctoridades encarregadas de administrar justiça.

No pelourinho eram tambem surrados os escravos. Ha na obra de Rugendas uma estampa, que horroriza; é um pungente epigramma aos nossos antigos costumes.

Ella devia ser destruida como o foram todos os papeis e documentos que se referiam aos tristes e escandalosos factos da escravidão no Brasil!

8 de Outubro de 1901.

---

# A PROCISSÃO DOS OSSOS

Começavam, de vespera, os preparativos para a annual commemoração dos mortos, ordenada pela Egreja catholica.

No dia 1 de Novembro, depois do meio dia, dobravam lugubremente a finados todos os templos e capellas desta cidade. E era tal o effeito aterrador desse triste badalar de sinos, que em 1850, por occasião da primeira epidemia de febre amarella, a policia o prohibiu. Ao entardecer abriam-se de par em par as portas da velha egreja da Misericordia para, terminadas as *Vesperas*, deixar passar longo, imponente e significativo cortejo: — era a Irmandade, que revestida de seus amplos e negros balandraus, ia, em nome de Christo e da Caridade, disputar á voragem dos urubús e dos cães os restos mortaes dos justiçados pela implacavel e muitas vezes fallivel justiça dos homens.

Resumindo as singelas expressões do Capitulo XXXVII do Compromisso — *Do modo com que se hão de ir buscar as ossadas dos que padeceram por justiça,* tentaremos descrever a chamada *procissão dos ossos.*

Abria o prestito o ermão official da vara com um homem do azul (empregado subalterno) tangendo a campainha.

Em seguida ia a Bandeira da Misericordia conduzida por um ermão nobre entre dous tocheiros levados por um ermão nobre e outro official. Após desfilava a Irmandade *posta* em

*procissão sem distincção alguma*, nem *precedencia de logar*; e pelo meio ia o mordomo da vara, nobre, governando *entre a Irmandade*, e em logar conveniente ia a *primeira tumba* carregada *pelos homens ordinarios* com quatro tocheiros ás ilhargas, levados pelos homens que *com elles andam nos enterramentos.*

Deante dessa tumba caminhava o mordomo dos presos, official, levando a competente vara. Seguia-se a segunda tumba conduzida da mesma maneira que a outra, indo deante o mordomo nobre dos presos *com a sua vara*. No couce da procissão caminhavam os capellães da casa com suas sobrepelizes, e *no remate* delles o crucifixo, levado pelo escrivão da mesa accompanhado por 8 tocheiros. Atraz do crucifixo ia o provedor.

Chegado o prestito á forca, eram recolhidos os ossos nas tumbas, e a procissão voltava na mesma ordem, passando, porêm, o provedor para deante do crucifixo, e indo após os capellães encommendando os defuntos, e em ultimo logar as duas tumbas com os dous mordomos dos presos.

Dentro da egreja eram as tumbas depositadas e, sentados os ermãos, havia *prégação*, sendo no dia seguinte enterrados os ossos no cemiterio da Misericordia, juncto ao morro do Castello, na parte posterior do hoje Hospital Velho. Quando o dia de Todos os Sanctos caïa em sabbado, a procissão era feita no domingo.

Qual a origem desta ceremonia religiosa, que de Portugal passou ao Brasil ?

Os antigos juizes distinguiam *duas especies de morte*: *a atroz* e a *cruel*; na primeira, o condemnado depois de enforcado era decapitado, e a cabeça ficava exposta no patibulo; outras vezes era o cadaver esquartejado, podendo tambem ser queimado e aos ventos lançadas as cinzas! Na segunda, o réo antes de morrer era atormentado, atenazado; podiam ser seus membros quebrados com massas de ferro, etc.

Da primeira temos exemplo com Tiradentes, da segunda com os Tavoras !

Sempre, porém, nos intrigaram as duas fórmulas das sentenças de pena última: *morte natural* PARA SEMPRE e *morte natural*. Deu-nos a chave do enigma uma nota das

Ordenações Philippinas commentadas pelo erudito Candido Mendes, que para explicar taes expressões encontrou fundamento em uma memoria do bacharel João José Miguel Ferreira da Silva Amaral. Por ahi podemos ter a significação da Procissão dos Ossos.

Os corpos dos condemnados á *morte natural para sempre* ficavam suspensos da forca, e no dia 1 de Novembro iam processionalmente os ermãos da Misericordia busca-los para os enterrar em logar sagrado.

Eram passiveis dessa pena os grandes criminosos, contra os quaes havia circunstancias aggravantes; — os condemnados ficavam expostos para exemplo e escarmento. Disso nos dá prova o seguinte alvará de d. Manuel em data de 2 de Novembro de 1498:

«Nós El-Rey fazemos saber a quantos este Nosso Alvará virem que a Nós praz havendo assim por serviço de Deus e Nosso que a Confraria que agora é feita em esta Cidade, possa tirar cs justiçados da forca desta Cidade e ossadas delles, por dia de Todos os Sanctos de cada hum anno e soterra-los no Cemiterio da dicta Confraria, *isto para sempre* em cada anno etc.»

Os que deviam soffrer *sòmente* morte natural não tinham por patibulo a forca de Sancta Barbara, mas o Pelourinho da Ribeira, e os restos delles podiam ser inhumados no mesmo dia. Para esse mister, a Misericordia de Lisbôa havia requerido a construcção de uma *forca levadiça;* mas o rei, por outro alvará de 2 de Novembro de 1498, *declarou*: «que se não faça a dicta forca levadiça, e os que *assim houverem* de padecer serão enforcados no *Pelourinho*.»

Pensamos fossem feitas, até certo ponto, no Brasil, as execuções da pena de morte por esses dous modos, e que entre nós houvesse annualmente a *procissão dos ossos*. Caiu ella em desuso quando, com o progresso dos tempos, foram a pouco e pouco sendo abolidos os rigores e crueldades da antiga legislação, principalmente com o decreto do principe regente d. João, firmado em 12 de Dezembro de 1801.

Já dissera o grande Alexandre de Gusmão: *as leis são feitas mais para intimidar do que para punir*. E em tempos

anteriores um governador geral pedia ao rei certa benevolencia para os criminosos do Brasil: «*esta terra não se deve, nem póde regular pelas leis e estylos do Reino; si Vossa Alteza não fôr muito facil em perdoar, não terá gente no Brasil*».

Era assim que em sancta e gloriosa missão a Misericordia, fazendo a solenne procissão dos ossos, dava prova eloquente de piedade christã e procurava obrigar aos demais fieis a se lembrarem dos defuntos — *ainda que sejam tão desamparados como estes* (os justiçados) *parecem.*

Não vem longe o dia de finados, e é justo lembrar mais essa feição sympathica do sublime instituto, que, tenue arbusto no começo desta cidade, se tornou copada arvore, á cuja sombra, durante tres seculos, se tem abrigado milhares e milhares de filhos do desamparo e do infortunio.

Recordar taes antiqualhas é concorrer com pequeno contingente para a *historia economica* dos nossos usos e costumes, a qual está ainda por fazer.

15 de Outubro de 1901.

---

## A FORCA

O assumpto é tètrico e peripatetico, como diria certa dama muito conhecida do rapazio, de ha trinta annos, a qual *por dá cá aquella palha*, usava e abusava destes dous adjectivos.

Descripta, porém, a picota, como separa-la da sua infallivel companheira?

Forca, disse Moraes, é — *obra de pau que consta de dous esteios ou tres*, fincados na terra, com *uma ou mais traves, atravessadas, e fixas nos altos delles, onde se penduram de cordas os condemnados a morrer enforcados.*

Esse instrumento de morte devia o eminente lexicographo e nosso illustre conterraneo (nasceu na rua do Ouvidor) ter muitas vezes visto funccionar, quando foi da revolução de 1817; mas o senhor de engenho de Muribeca para

completar a definição, se exqueceu da escada, por onde subiam o algoz, o padecente e o sacerdote.

E por fallar em 1817, falleceu, ha pouco, illustre descendente dos martyres pernambucanos, o qual ao encontrar amigos e conhecidos tinha como saudação habitual a seguinte phrase: *meu camaradinha de um anjo, você é boa pessoa, mas tomara vê-lo na forca.* Quem o ouvisse julga-lo-ia um carrasco a querer suppliciar o proximo, mas só por palavras, pois suas boas qualidades eram de todos conhecidas. Fazia-o por pilheria! Cabem, porém, as honras de primeiro *enforcador*, nas plagas da famosa Guanabara, ao célebre cavalleiro de Malta, Nicolau Durand de Villegagnon, e quem o affirma é o proprio 3º governador geral Mem de Sá, que em carta datada do Rio de Janeiro, de 17 de Junho de 1560, mandou dizer ao rei — elle Nicolau, *não hesitava em mandar suppliciar seus compatriotas por culpas sem processo!*

Entretanto, Sá não podia atirar a primeira pedra; pois que em outra missiva enviada da Bahia em 1 de Junho de 1558, tratando da fundação de villas, entre os indigenas, mandara fazer tronco ou VIRAMUNDO e pelourinho — com o que *ficaram* os caboclos *muito* CONTENTES, *e receiam melhor o castigo* que nós!

Lemos isto, ha poucos dias, em um interessante opusculo de Sousa Viterbo — *Estudos sobre Sá de Miranda* — Parte II. — A familia do poeta, — devido á gentileza do illustre professor Capistrano de Abreu. Por inducção, attento o character rigido de Mem de Sá, podemos acreditar ter sido por elle levantado o primeiro patibulo no alto do morro do Castello.

Em 1579 já a forca estava erguida permanentemente no local, hoje, do Hospital novo da Misericordia, perto da antiga ermida de Sancta Luzia, por baixo do baluarte da Sé, tanto assim que a praia foi por muito tempo conhecida pelo *Caminho da Forca.*

Citado por Varnhagen e pelo barão do Rio Branco, existia na bibliotheca de Paris um mappa de 1579, feito por Jacques Vandeclay, de Dieppe, com o titulo *Vraie Pourtraict de Geneure et du Cap de Frie.* Essa carta foi reproduzida pelo Sr. Heulhard, na sua obra *Villegaignon*, e nella, no local indicado, observamos uma immensa forca, quasi tão grande como

o morro do Castello, e umas peças de artilharia, tão compridas como o Pão de Assucar!

Dessa primitiva forca permanente esteve para ser pendurado, si não fôra o soccorro dos Jesuitas, o célebre Antonio Knivet, cujas aventuras, traduzidas do hollandez pelo sr. José Hygino, foram impressas na 2ª parte do tomo 41 da «Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro».

A existencia da forca fixa, nos primeiros tempos desta cidade, não importa em desar aos brios dos Cariocas. Houve tempo em que se dizia haver o Brasil sido exclusivamente povoado por malfeitores, bandidos e vagabundos degredados por força do 5º livro das Ordenações.

Muitos desses crimes, punidos com degredo para o Brasil, não têm importancia perante o direito moderno. Muitos delles não seriam hoje sujeitos á acção da policia!

E' de crer viessem com Estacio de Sá e Mem de Sá fundar o Rio de Janeiro sujeitos ruins, mas a maioria de seus companheiros era gente boa e escolhida, que tanto brilhou nas luctas com Francezes e Tamoios, e que cessadas as guerras se entregou á lavoura e á agricultura, constituindo mais tarde a nobreza da terra e os chamados homens bons. Della saïam os juizes ordinarios, vereadores, almotacés, etc., etc. Em um caderno pertencente a monsenhor Pizarro estão em resumo as sesmarias do Rio de Janeiro e seus contornos desde 1565 a 1789; pois bem, por ahi se póde ver a presteza com que foi colonizada, em pouco tempo, parte da antiga capitania de Martim Affonso.

Indica isto amor ao trabalho e desejo do engrandecimento da terra.

Para estes não era a forca.

Houve, como é natural, crimes de pouca gravidade, e em geral os accusados se livravam soltos e sob fiança. Si o patibulo estava permanente, era para conter pelo exemplo a *arraia miuda* e defender os interesses geraes da então pequena collectividade.

Para vêr que os nossos antepassados eram homens dedicados, trabalhadores e briosos, basta percorrer as primeiras páginas dos nossos annaes, e lá veremos quanto eram elles

*mais de quebrar do que de torcer.* Pouco tempo depois gosavam os Cariocas das mesmas honras, prerogativas e privilegios concedidos aos cidadãos do Porto, e d. João IV concedia á cidadde de S. Sebastião o titulo de *Leal.*

Voltemos, porém, ao assumpto. Quando foi estabelecida, em 1751, no Rio de Janeiro, a Relação, resolveu este tribunal e designou para logar da forca a praia de S. Bento, no local conhecido por Braz de Pina e mais tarde Praia dos Mineiros.

Na madrugada de 21 de Março de 1753 foi executado um réo; mas os Benedictinos, que gosavam da privança do governador, obtiveram fosse removido o patibulo para outro ponto, apezar da reluctancia do desembargador chanceller João Pereira Pacheco. Annos depois a forca figurava na altura da hoje praça do General Osorio, fóra da Valla da Cidade e adeante do antigo cemeterio dos Mulatos. Conhecemos uma escriptura, lavrada em 12 de Outubro de 1755, de venda de casas no campo de S. Domingos, *defronte da forca.* Por isso a rua hoje de S. Pedro era conhecida pela rua que *vai para a forca.* No tombo da Candelaria devem existir uns autos de litigio entre esta irmandade e a de S. Domingos, questão que durou de 1755 a 1788 — sôbre propriedades existentes na rua da Forca (S. Pedro). Com o correr dos tempos deixou a forca de ser fixa, e era armada conforme as necessidades.

A do Tiradentes foi construida de modo especial — *numerava mais de 20 degraus, como nos refere Joaquim Norberto;* devia ser mais alta que de ordinario, para ser vista de longe! Em annos do seculo findo as execuções capitaes eram feitas nos largos da Prainha, Capim e principalmente no largo do Moura, ficando por alguns dias guardados os esteios nos célebres barracões de madeira pertencentes ao negociante Diogo Manoel de Faria. Dahi eram removidos para o Aljube. Li algures que ha poucos annos foram encontrados os restos da forca em um subterraneo dessa antiga prisão. Elles deverão figurar no Museu Nacional.

Quem quizer saber o custo desses apparelhos leia o trabalho do sr. Sousa Botafogo — *O Balanço da Dynastia.* Em todo caso eram mais baratos que a célebre cadeira electrica

que irá servir na execução do assassino do presidente dos Estados Unidos.

Entretanto, ainda em 1873, em Campos, se executava a pena de morte. Estava em plena acção a célebre lei de 10 de Junho de 1835, e o illustre poeta Joaquim Alipio protestava contra a forca nestes bellissimos versos:

Phantasma horrivel, medonho,
Co'os pés plantados no chão,
Ergue-se o negro patibulo
Em vez de cruz do perdão.
Miseria da nossa raça,
Ostenta-se em plena praça
Essa vergonha que opprime.
Em vez de puros exemplos,
De escholas, livros e templos,
Erguem-se os braços do crime.

22 de Outubro de 1901.

---

# OS PADECENTES

Tremenda bofetada levou um conhecido nosso, quando, em menino, se metteu a ir vêr uma execução. Deu-lh'a um sujeito de capote, exclamando: Isto serve para te lembrares sempre do dia de hoje. A victima não procurou o Vidigal, safou-se, e 70 annos depois ainda se recordava da licção. Achamos que o bom velho nos prégava essa peta, para de nós afastar o desejo de assistir, pela curiosidade propria da infancia, a ver morrer por justiça. Entretanto, sempre ouviramos dizer que os antigos mestre-escholas levavam seus discipulos a ver os padecentes, e na volta davam em cada um dos meninos meia duzia de puxados bôlos. No nosso tempo já isto não era usado, e sem o *visum et repertum* para escrever estes apontamentos, temos de recorrer ao testimunho alheio.

Satisfeitas as exigencias das Ordenações e lavrada a sentença de morte, quebrava o juiz a penna, e era o réo con-

duzido ao oratorio, onde tinha de passar tres dias até á execução da sentença. Por força do testamento de João Ribeiro Corrêa foi construida em frente á cadeia, no quarteirão entre as ruas de S. José e hoje da Assembléa, a capella de Jesus, para a qual era conduzido o condemnado.

Com o andar do tempo caïu em ruinas a capella de Jesus, e o oratorio armava-se no interior da cadeia, no pavimento inferior para o lado da antiga egreja de S. José. Ahi passaram Tiradentes e seus companheiros as angustiosas horas, que precederam ao célebre dia 21 de Abril de 1792 antes da leitura da sentença final. Para esse local descia-se por uma escada occulta por alçapão, cujos vestigios, ainda ha poucos annos. eram mostrados na sala da Secretaria.

Quando em 1808 a Cadeia foi transferida para a antiga prisão ecclesiastica (o Aljube), sita á rua da Prainha, foi construida para oratorio a capella de Sanct'Anna muito conhecida de todos quantos serviram de jurados, quando o tribunal funccionou no pavimento superior do immenso casarão mandado construir pelo bispo d. Antonio de Guadalupe. O ceremonial usado nas execuções consta do capitulo XXXVI do compromisso da Misericordia *Do modo como se hão de acompanhar os padecentes:* resumindo-o fica patente o espirito de caridade posto em prática pela antiga e benemerita irmandade, que por intermedio de seus mordomos dos presos se constituia advogada desses infelizes e só os deixava, quando parecia satisfeita a justiça pública. No primeiro dia era chamado um sacerdote para confortar o criminoso. Dessa missão se encarregavam, a principio os Jesuitas, e mais tarde os Franciscanos; entretanto houve execuções capitaes, em que ao lado do condemnado estiveram religiosos de S. Bento. No segundo dia o preso ouvia missa, confessava-se e commungava. No terceiro, enfim, a Misericordia enviava a mortalha e a corda.

No dia do supplicio o mordomo dos presos mandava *correr as insignias dos padecentes*, e logo pela manhã circulavam pela cidade os ermãos das almas, revestidos de opas verdes, pedindo esmolas para suffragios do que ia morrer. A' hora conveniente a Irmandade, formando longo prestito,

dirigia-se á cadeia para receber o condemnado. O provedor e mesa não accompanhavam, figurando só os mordomos dos presos, o mordomo da botica, os dous mordomos das varas e dous visitadores.

Em seguida ostentava-se a bandeira da Misericordia tão bem descripta pelo padre Nicolau de Oliveira — nas suas Grandezas de Lisboa, pelo sr. Felix Ferreira e ultimamente por illustre collaborador desta folha.

Ia depois *a gente do povo que quizesse* accompanhar o padecente, *governada* pelo mordomo *nobre* da vara. Após viam-se 4 capèllães da casa revestidos de sobrepelizes, cantando as ladainhas, e outros 4 com tochas accesas circundando o *Crucifixo*, conduzido pelo capellão de serviço.

Ainda hontem vimos a imagem de Christo que servia nas execuções, inclusive as do Tiradentes, Ratcliffe e seus companheiros!

Um pouco distante do sequito funebre — *homens do azul* conduziam cestos, onde havia marmellada, pão de ló e vinhos para levantar as fôrças do condemnado, *fazendo-se tudo* (diz o Compromisso) *o que parecer necessario para elle tomar a morte com paciencia e fortaleza christã!* Chegados á prisão ajoelhavam-se todos; o réo beijava o crucifixo, e então era entoada a ladainha de *Todos os Sanctos* até o versiculo *Sancta Maria — ora pro eo.* Lentamente dirigia-se a precissão para o logar da fôrca, parando de quando em vez, para ser ouvido o pregoeiro, que em voz alta lia a sentença. Alterava-se, porém, um pouco a ordem, passando para a frente do crusifixo os ermãos, e indo juncto deste o condemnado rodeado pelos sacerdotes, pelo carrasco e seus ajudantes, meirinhos, officiaes de justiça, etc.

No couce do cortejo viam-se o juiz da execução, o escrivão e a tropa. Ainda hoje, na face principal da actual Camara dos Deputados, podemos notar a porta transformada em janella, pela qual saiu Tiradentes. Havia ahi uma escada de dous lanços, com septe degraus, a qual desappareceu desde 1823. Em caminho devia estar aberta determinada egreja, na soleira da qual o réo ouvia missa até levantar a Deus. Para esse mister serviram as egrejas de Sancta Luzia, S. José, Sancta Rita e Lampadosa quando foi o supplicio de Silva

Xavier). Chegado enfim o cortejo ao local da execução, o padecente beijava de novo a imagem de Christo. Os sacerdotes entoavam a oração *Ne recorderis*, aspergindo-o com agua benta.

Ajudado pelo carrasco e accompanhado pelo confessor, subia o condemnado os degrus da forca. O algoz amarrava o baraço na trave superior, e o sacerdote descia lentamente, com as costas voltadas para o povo, rezando com voz pausada o *Credo*, e, pousando os pés em terra, voltava-se rapidamente ao pronunciar as palavras — vida eterna. Neste momento terrivel o carrasco precipitava o condemnado, que expirava em horriveis convulsões; depois de carregado pelo executor da alta-justiça, cortada a corda com uma machadinha, era o cadaver depositado em um caixão denominado *tanoha* (hoje rabecão) e levado para o depósito da Sancta Casa.

Em 31 de Março de 1824, a Ordem Terceira do Carmo reclamou o cadaver do infeliz (José dos Bilhetes) José de Moura e Silva, suppliciado por crime de moeda falsa, e em 7 de Julho de 1840, o de Manuel José Gomes Guimarães, para sepulta-los nas catacumbas da Ordem, na rua do Carmo, no local onde hoje existe uma casa de banhos.

Seria alongar este artigo, já de si enfadonho, tractar aqui dos padecentes suppliciados por motivos politicos e crimes communs; quem quizer melhores informações é ler os trabalhos de Mello Moraes, Moreira Azevedo, Joaquim Norberto, Fabregas, Surigué, Felix Ferreira, consultar a «Chronica Fluminense» das folhinhas de Laemmert e os jornaes do tempo.

Muitos dos padecentes soffriam a morte com coragem, como o pardo Manuel, que se precipitou antes do carrasco fazer o seu mister; outros, porém, subiam ao patibulo quasi sem consciencia. Conquanto nos assegure Debret que no longo tempo em que viveu no Brasil só teve noticia de duas execuções, todavia vemos que em 1822, por occasião da Independencia, o imperador Pedro I commutou a pena de *muitos*, diz o alvará de 22 de Novembro, condemnados á pena última.

Em 1838, houve, só no Rio de Janeiro, 22 justiçados.

Nesse anno foi enforcado o velho preto cego Domingos, accusado de ter assassinado um caixeiro e tentado pôr fogo

á casa. Foi um erro judiciario, pois que annos depois, segundo é fama, o verdadeiro culpado, nas agonias da morte, confessava o crime, que tinha sido purgado pelo pobre cego, o qual até morrer gritava — que ia soffrer innocente!

Ha um êrro que é preciso refutar: depois do conflicto, occasionado em 7 de Março de 1837, e não 35, como disse Felix Ferreira, a Misericordia não ficou privada de accompanhar os padecentes; ella por algum tempo deixou de faze-lo por julgar-se desauctorada pelo ministro Aguiar Pantoja; mas Montezuma, pela portaria de 19 de Julho de 1837, convidou-a de novo a exercer sua sancta missão.

Nesse dia subiram á forca Joaquim da Silva Portuguez, de 50 annos, e Manuel Joaquim da Guia de 28 annos, Brasileiro, natural de Caravellas. Na occasião de ser suppliciado o primeiro, arrebentou-se a corda, e o infeliz caïu com vida.

Por um antigo costume, ficou nesse caso o infeliz livre da pena, pois a Misericordia o amparava com a bandeira, e esta significava perdão. O juiz municipal não respeitou a antiga usança, obrigou o algoz a fazer a sua obrigação; — deu-se um grande tumulto; o povo invadiu o quadrado, houve cacetadas, cabeças quebradas, muita gente caïu ao mar, senhoras tiveram *mãos successos*, e sujeito houve (o tio Lucio) que voltou para casa sem as abas da casaca, tendo no sarilho perdido os sapatos de entrada baixa!

A Misericordia defendeu-se, e o regente Feijó lhe fez completa justiça.

Que a Misericordia gosava desse privilegio, temos a prova em frei Vicente do Salvador. No govêrno de Mem de Sá, indo á forca, na Bahia, um certo Medeiros, a corda arrebentou, e a Misericordia amparou o delinquente com a sua bandeira.

Mem de Sá, aliás devoto da instituição, fingiu-se de convencido, mandou Medeiros para a prisão e dias depois, em uma bella madrugada, mandou levantar a forca na porta da masmorra, e o Medeiros foi-se desta para melhor!

A proposito do facto de 37, no largo do Moura, são dignas de ler-se as experiencias feitas no depósito da Sancta Casa pelo dr. Jobim, com o fim de restituir á vida os dous padecentes, experiencias que serviram de assumpto a uma nota

apresentada a Academia de Medicina na sessão de 15 de Março e impressa no *Archivo Medico Brasileiro*.

Para terminar, resta-nos fallar dos enforcados de mentira. Temos exemplo disso aqui no Rio de Janeiro com o commandante da fortaleza de S. João, quando foi da invasão de Duguay-Trouin. Antes de julgado, bateu a linda plumagem, e por ausente foi condemnado a ser executado em estatua. Fazia-se uma especie de Judas de palha e papellão, e o boneco era, com toda a solemnidade, levado ao patibulo! Excentricidades da epocha! A nossa não as tem menos irrisorias. Pois não ha nesta cidade quem se lembrasse de dar a uma filha o nome de BUBONIQUINA? E' o que se póde chamar um engrossamento á peste!

29 de Outubro de 1901.

---

# O FORTE DE S. JANUARIO

Ao tomar sôbre os hombros o pesado encargo de prefeito do Districto Federal, o nosso illustre amigo dr. Xavier da Silveira, como Christo (mal comparando), tomando a vergasta, com grande applauso dos municipes, expelliu intrusos que haviam invadido as cercanias da casa de Sancto Antonio, no antigo morro do Carmo, outr'ora sesmaria concedida a Chrispim da Costa.

O chefe do poder executivo municipal (quem sabe?) foi talvez suggestionado pelo exemplo do marquez de Lavradio (vulgo o Gravata), que em começo tambem de govêrno fez o mesmo, no morro do Castello, onde perto das fortificações arruinadas haviam, da noite para o dia, espertalhões sem titulo de dominio levantado moradias. Era tal o estado de abandono da antiga e primitiva sédc da cidade, que desertores, negros fugidos e quilombolas alli se acoutavam, graças aos densos e cerrados capoeirões.

Ignora muita gente haver sido o morro de Sancto Antonio, propriedade do papa, mas isto consta da escriptura de

doação, feita aos Franciscanos pela Camara e pelo governador Martim de Sá. Nesse documento está exarada essa condição, porquanto os padres capuchos, em virtude de voto de pobreza, não podiam possuir bens de fortuna.

Lemos algures ter o Govêrno procurado invalidar essa condição, quando comprou aos religiosos parte do morro e se constituiu dono delle. Seja como fôr, a hygiene e belleza da cidade lucraram, e muito, pois que os taes emphyteutas caronas não pagàvam laudemios e foros, nem a Cesar, nem a Deus. Mas, perguntará o leitor, que tem tudo isto com o titulo que encima este artigo? Tudo: a indifferença dos antecessores de Lavradio fez, do *antigo morro do Descanço, morro de S. Sebastião, alto da cidade*, monte *da Sé Velha*, um logar temeroso e desprezado, e foi esse vice-rei, além de muitos serviços prestados ao Rio de Janeiro, quem levantou os derrocados muros do forte de S. Januario, no morro do Castello, que tambem por isso tomou o nome desse sancto, principalmente na parte comprehendida entre os fundos da egreja de S. Sebastião (hoje Cova da Onça), ladeira do Poço do Porteiro e toda a aba que cai para a Ajuda e Sancta Luzia.

O reducto ou forte de S. Januario teve principio, naturalmente, nas fortificações fundadas por Mem de Sá, e das quaes nos falla, vagamente, Gabriel Soares de Sousa.

Com o nome de baluarte da Sé figura na primeira escriptura de doação, em tempo de Salvador Corrêa de Sá (1592), de terrenos feita aos Franciscanos, em Sancta Luzia, presente que estes não acceitaram, segundo é fama, pela vizinhança dos Jesuitas.

Para defesa da praia levantou mais tarde o governador Duarte Corrêa Vasqueanes uma muralha (destruida pelo mar), a qual partindo do Forte de S. Tiago, hoje Arsenal de Guerra, ia como *cortina* terminar no antigo baluarte da Sé.

No testamento, com que falleceu em 1653 Pedro de Siqueira, lêmos um legado á Misericordia de tres braças de terras *no alto da cidade*, em frente ao armazem da polvora.

Era no forte de S. Januario que esta era guardada, como prova a carta de Salvador Benevides, dando parte da revolta de 1661. Em 1710, Duclerc invadiu o Rio de Janeiro e era seu

intento apoderar-se da casa da polvora e do forte de S. Januario. Foi demovido pela artilharia do forte de S. Sebastião, que aos Francezes causou grande damno, quando estes, vindo por Matacavallos desemboccaram no hoje largo da Ajuda.

Poucos annos antes era a polvora depositada em varios pontos da cidade, pincipalmente no trapiche de Francisco da Motta, hoje da Ordem; mas em 1705 o governador chamou a attenção da metropole para o perigo a evitar, visto como o bairro da Prainha já apresentava grande numero de habitações.

Pela determinação de 7 de Novembro de 1707, havia sido o forte de S. Januario escolhido para o competente depósito. Nesse ponto permaneceu a guarda desse material de guerra até que o conde da Cunha o removeu para a ilha de Sancta Barbara. A polvora vinha do Reino. Só em tempos posteriores foi ella fabricada no Brasil.

Muito antes de 1661 foi capitão do forte de S. Januario Francisco Dias da Luz, casado com Domingas da Silveira, progenitores do prelado ecclesiastico Francisco da Silveira Dias e de frei Christovam da Madre de Deus Luz, que tanto contribuiram para a fundação do antigo Recolhimento da Ajuda.

O capitão Luz, conta-nos frei Agostinho de Sancta Maria, era natural de Faro e accompanhara Mem de Sá ao Rio de Janeiro. O appellido *ab utero matris*, diz o padre, lhe viera do facto de ter a mãe ido de proposito á cidade de Tavira pegar-se com a Senhora da Luz para ter boa hora, o que conseguiu e deu ao recem-nascido esse sobrenome. Foi elle tambem o fundador da capella da Luz em Itaoca, onde possuia grande extensão de terras que mais tarde passaram á familia dos *Gagos da Camara*. Foi tambem mais tarde capitão do forte de S. Januario o senhor do Engenho de Tapocorá, Manuel Antunes Ferreira, pae de Miguel Antunes Ferreira, benfeitor da freguezia de S. João de Itaborahi.

O reducto, que é objecto destes apontamentos, foi por vezes fortificado seriamente, quando havia perigo de guerras, e depois abandonado, passada a emergencia. Pouco tempo depois da invasão de Duguay-Trouin contava esse baluarte 11 peças, como vemos da relação apresentada pelo barão do

Rio-Branco no seu trabalho — *Esquisse de l'Histoire du Brésil* — e tambem no officio sôbre meios de defesa do Rio de Janeiro, enviado ao governo portuguez, em 1714, pelo governador Antonio de Britto de Meneses. Ao marquez do Lavradio não escapou a excellencia da posição do reducto de S. Januario, e o que elle então fez podemos ler no relatorio, com que entregou o govêrno a seu successor Luiz de Vasconcellos.

Foi este ultimo vice-rei quem passou da praia de Sancta Luzia a officina de fogos artificiaes de guerra para o antigo reducto, officina que por algum tempo ahi permaneceu até ser transferida para o Campinho. Desse laboratorio nos fallam monsenhor Pizarro e o conego Gonçalves dos Santos.

A proposito do forte de S. Januario houve em 1812 uma célebre questão, que terminou pela resolução régia de 19 de Julho de 1813, a qual vem por extenso exarada na Collecção de Leis, de Nabuco: — Luiz Antonio de Faria Sousa Lobato declarava em petição haver comprado uma chacara no morro do Castello da parte do mar, onde havia vestigios de um forte; que esse terreno pertenceu sempre a dominio particular; que a existencia do reducto nada provava, porquanto o Govêrno pela lei tinha o direito de erguer fortalezas, tomando por utilidade pública as terras aos seus legitimos donos; que cessado o motivo, os particulares voltavam á antiga posse; que o terreno do forte de S. Januario nunca fôra do dominio da nação; que assentava o seu direito em escripturas de antigas sesmarias. Pedia, além disso, a remoção da fábrica de fogos para outro local, indemnizando elle de seu bolso as despesas que se houvessem de fazer com a compra de um novo predio, etc. Apresentava como prova uma sesmaria concedida em 1662 a Jeronymo de Castro e Sousa pelo governador Pedro de Mello e outra de 1773, dada a Manuel Rodrigues de Barros, de quem passou a Antonio Ferreira da Cruz, pae de d. Anna da Cruz, última proprietaria.

Ouvido o procurador da Fazenda, opinou este que o forte fôra sempre situado em proprio da corôa, e que esse terreno nunca poderia ter feito parte da chacara que Julio Marcello comprara no morro do Castello; que a sesmaria concedida a Jeronymo era illegal, porque o governador não a podia dar, e

tanto o local do forte de S. Januario não era de dominio particular, que o sesmeiro Manuel Rodrigues de Barros o obtivera como devoluto, em 1773, com a condição de entregar, quando o Govêrno entendesse aproveitar-se desse terreno, onde já haviam existido fortificações; e essa condição havia-se dado annos depois no tempo do Lavradio, etc. No conselho preponderou o voto do desembargador Luiz Beltrão da Gama de Almeida, que com uma discussão cerrada (tendo discutido alguns erros de Historia) provou que o pretendente Lobato não tinha direito.

Rejeitando o requerimento, lavrou o principe regente a resolução de 19 de Julho — *declarando que o mesmo supplicante poderia usar da acção que julgasse competir-lhe contra a Real Fazenda no Juizo dos Feitos della.* — Depois disto, o terreno do antigo reducto ficou occupado pelo laboratorio, sendo por muito tempo commandante um velho militar, por alcunha o *Lambiza.*

Removido o laboratorio, foram concedidos para habitação de familias de militares os predios ahi existentes.

Nos relatorios dos ministros da Guerra figuram ainda hoje, essas casas como proprios nacionaes a cargo desse ministerio.

Nelles, além do velho sargento Paiva, por antonomasia o *Camello,* moraram parentes de José Bonifacio, incluindo o brigadeiro Fernandes Gabiso, seu amigo dedicado, e que com elle soffreu as perseguições politicas posteriores a 1831.

Ultima nota: no terreno do antigo forte de S. Januario ou antes *naquelles campos solitarios,* amigo nosso, hoje emerito dermatologista, cujo nome não declinaremos, passou como o poeta Gonzaga *a flor da juventude.*

Rio, 6 de Novembro de 1901.

# CARNEIRO NO PASSEIO PUBLICO

Em officio de 14 de Abril de 1810, dirigido ao conde de Aguiar pelo intendente geral da Policia Paulo Fernandes Vianna, dizia este operoso e energico Brasileiro: que passando para aquella repartição o cuidado da conservação do Passeio Publico, feita outr'ora pelo expediente da casa dos vice-reis, e não havendo para isso verba, a não ser o que pagavam os senhores pelos castigos infligidos aos escravos e por algumas economias da *venda do capim, que voluntariamente nascia ou se plantava em alguns quarteis de terra existentes entre as ruas*, e havendo demais accrescido outros encargos, propunha o augmento de 40 réis pela carceragem de cada um dos presos recolhidos ao calabouço.

Com o intuito de evitar castigos crueis por parte dos senhores, tinha o Govêrno estabelecido o calabouço, onde os delinquentes fossem, com moderação, castigados.

O primeiro calabouço funccionou, por muito tempo, no antigo paiol do forte de Sanctiago (hoje Arsenal de Guerra na praia de Pina-sape, Piaçaba, Pirasagua, Cafôfo ou Sancta Luiza.

Existia nesse ponto da cidade um becco, que teve o nome de Calabouço, hoje travessa de Sancta Luzia, onde ha 63 annos mora o velho Sanct'Anna. Contou-me elle que o alargamento do antigo becco dos Tambores, em angulo com o precedente local, onde está o Laboratorio de Hygiene, fôra devido a uma pilheria do inolvidavel José Clemente Pereira.

A Misericordia possuia ahi uma casa; mas para o melhoramento planejado era necessaria a compra de dous predios vizinhos. Os proprietarios não o queriam vender por preço algum.

José Clemente calou-se, e um bello dia fez do predio da Misericordia depósito de cadaveres! As casas contiguas ficaram sem inquilinos por muito tempo; os proprietarios deram afinal as mãos á palmatoria, e assim José Clemente conseguiu o desejado fim.

Mais tarde, foi o calabouço transferido para o morro do Castello dentro da fortaleza de S. Sebastião, ao lado esquerdo do portão, em cuja parte superior está a data 1713.

Por cem açoutes para correcção de seus escravos pagavam os senhores 160 réis ou meia pataca !

E foi com essa renda e com o trabalho dos presos que o vice-rei Luiz de Vasconcellos e Sousa, ajudado pelo mestre Valentim, pelo Xavier dos Passaros e pelo Xavier das Conchas, de um pestifero boqueirão fez surgir o nosso Passeio !

Entretanto, em 1782, estava muito descontente o vice-rei: soprava-lhe o vento da opposição da parte da magistratura, e em correspondencia confidencial dirigida ao ministro Martinho de Mello e Castro lamentava-se de que, tendo vivido muitos annos com um grande numero de ministros, *na figura de seu collega* viesse elevado ao alto cargo de vice-rei soffrer incivilidades, — elle que a todos tractava com respeito e attenção. Desde 1780 andava Vasconcellos com a pulga na orelha depois de um conflicto havido entre marechaes de campo e os desembargadores da Relação sôbre precedencia de logares, em um cortejo, no dia dos annos do principe d. José — assumpto principal de uma missiva do vice-rei, datada de 26 de Agosto desse anno.

Mas qual a causa desse teiró ?

O Passeio Publico, ou antes um mimoso carneiro pertencente ao desembargador Ambrosio Picaluga ! Na sua queixa conta-nos Luiz de Vasconcellos haver arrendado uma chacara no sitio de Nossa Senhora da Ajuda, onde fosse respirar, nas horas de recreio ou de passeio, um ar mais puro do que tinha a *sua residencia por todos os lados;* advertiu, que entre a estrada de sua serventia e a praia mediava parte de um grande campo tão inutil como agradavel e proprio para RECREIO DO PUBLICO, si tivesse *mais alguma verdura* que o *simples capim.* Fez plantar ahi laranjeiras e construir um cercado de limoeiros e cidreiras. Occupava nesse mister os presos e mandou prevenir os vizinhos para no parque não deixarem entrar animaes domesticos. A principio foram suas ordens cumpridas, mas pouco tempo depois começaram os abusos.

Vasconcellos ordenou aos presos prendessem e matassem os animaes infractores.

Em uma manhã vêem penetrar no jardim, cantado ao depois em verso pelos poetas Bartholomeu Cordovil e Silva Alvarenga, descuidoso carneiro branco, o qual em vez de

verde pitança encontrou a morte dada pelos presos, em virtude das ordens de Luiz de Vasconcellos.

E os pobres galés preparavam-se para um grande banquete de carneiro com batatas ou quiabos, elles acostumados ao feijão da boia, ás tripas, ao mocotó e em dia de preceito ao bacalháo; nisto viram entrar desvairado, seguido por alguns amigos o desembargador Picaluga, o qual, sem attender ao inferior commandante da guarda dos presos, empurrou as sentinellas e juncto ás escadas do terraço procurou com um punhal ferir o pobre preso auctor principal do assassinato do carneiro.

Ia correr sangue quando, graças a um padre da comitiva do desembargador, este caïu em si e viu o desacato que ia commetter.

A chronica não diz si este sacerdote mediador seria o filho do magistrado, o padre João Baptista Gervasio Picaluga, mais tarde vigario de S. José.

Esse facto, em que foi auctor o ouvidor geral do Crime, deu brado na cidade e foi objecto de todas as conversações; dividiram-se as opiniões e logo formaram-se dous partidos, uns em favor dos militares, outros do magistrado, exactamente como hoje acontece com a questão das carnes verdes, a dos enterros e a da venda dos doces em taboleiros.

Luiz de Vasconcellos julgou-se offendido e escreveu ao ministro longa catilinaria contra os desembargadores, cujo *despotismo (quasi geral aos ministros que servem na America,* era em desprestigio de sua auctoridade de vice-rei — *e si Picaluga, de genio e systema muito menos altivos do que os tem a maioria dos outros* (desembargadores), commettêra tal desacato, o que não devia esperar dos collegas do Picaluga ?

Continuando, dizia Vasconcellos que os ministros da Justiça estavam exquecidos das prescripções da Ordenação, livro 1º, titulo 1º, § 45, e que só se lembravam de alguns artigos, em seu favor, do regimento da Relação do Rio de Janeiro, dado em 1751.

Foi aberta rigorosa devassa; depuzeram os presos, os soldados da guarda, os amigos do desembargador, o padre, o inferior e até o commandante do regimento, o marechal de

campo José Raimundo Chichorro da Gama Lobo, e, como na «Dalila», só não depoz o carneiro porque já estava morto!

O papelorio lá foi caminho de Lisboa.

Falta-nos tempo para averiguar no Archivo Publico a terminação deste conflicto. Quer-nos parecer que o desembargador soffreu alguma reprehensão. De Luiz Vasconcellos sabemos não haver *resignado* o seu alto cargo, pois continuou a exercel-o até 1790, quando entregou o bastão a seu successor, o conde de Resende.

Houve até certo tempo outra versão deste facto: assegura o dr. Moreira de Azevedo, que o desembargador Picaluga fôra suspenso a pedido de Luiz de Vasconcellos, por haver mandado cortar uma arvore, que lhe tirava a vista das janellas de sua residencia. Não sabemos até que ponto isto seja veridico; o caso do carneiro, porém, é authentico e narrado pelo proprio vice-rei no documento supra apontado.

Nunca, desde o principio do mundo, houve mais verdadeira e genuina questão de *lana caprina*, como esta occorrida no anno da graça de 1782, nesta boa e pacata cidade de São Sebastião, entre o desembargador Ambrozio Picaluga e o mui alto e poderoso vice-rei do Brasil Luiz de Vasconcellos e Sousa, futuro conde de Figueiró.

Muito podiam, nesses tempos, o *zêlo pela causa publica* e a amizade por um carneiro imprudente!

12 de Novembro de 1901.

---

# BANDEIRA DA MISERICORDIA

Não ha muitos dias a *Noticia* publicou resumida excavação historica dos beneficios prestados pela Sancta Casa da Misericordia. Soccorrendo infermos e indigentes, a caridosa instituição tem correspondido ás concessões excepcionaes dos poderes publicos. Aquelle interessante artigo suggeriu-me uma visita á velha egreja, tanto mais que precisava rever pessoas e objectos, que não via havia nove annos.

Já não existe o velho sacristão Pedro, que nas horas vagas se entretinha em lavores de prata fina. Vi-o muitas

vezes no seu officio de fabricar rosas, cravos, lirios e violetas de prata. Nos derradeiros dias da vida, o velho, quasi cégo, segundo me informaram, não trabalhava mais. O seu successor recebeu-me amavelmente. E' tradicional; quer se visite a egreja ou os asylos, quer se visitem os hospitaes ou os cemeterios, volta o visitante penhorado da solicitude dos respectivos funccionarios da Sancta Casa, os quaes, em geral, se distinguem pela gentileza com que tractam a todos, que a elles se chegam.

Ao successor do velho Pedro pedi me mostrasse várias velharias, por mim conhecidas, depositadas na egreja. Meu principal intento, porém, era contemplar de novo a historica *Bandeira da Misericordia*. Foram satisfeitos os meus desejos. Sorprehenderam-me devéras as vandalicas restaurações, practicadas na pintura do velho estandarte. Bom que fosse o restaurador, jámais devêra corrigir defeitos ou preencher lacunas, demudando a composição. E' balda das vulgaridades. A *Bandeira da Misericordia*, encarada pelo lado historico, é um distinctivo tres vezes secular, reliquia veneravel.

Como se sabe, a Sancta Casa da Misericordia do Rio de Janeiro deriva-se das Misericordias de Portugal. Da mais antiga foi instituidor frei Miguel de Contreiras. Em 1498, lançou elle os principaes fundamentos da grande obra de caridade, que o immortalizou e a todos os seus benemeritos continuadores. Miguel de Contreiras era *religioso trino* ou monge da ordem da *Sanctissima Trindade e Redempção de Captivos de Portugal*. Morrera em 29 de Janeiro de 1505, na edade de 74 annos.

Em um livro illustrado, em dous volumes, com desenhos lithographicos coloridos, impresso em 1843 na cidade do Porto, denominado — *Galeria das Ordens Religiosas e Militares desde a mais remota antiguidade até nossos dias*, encontrei uma estampa com o retrato de frei Miguel de Contreiras, de alvas vestes monasticas da Ordem, tendo ao peito o distinctivo da cruz azul e vermelha. Accompanha a estampa uma breve noticia biographica. Por ella o leitor poderá avaliar da vida levada pelo sancto frade, que esmolava pelas ruas portuguezas a favor dos pobres e infermos, seguido sempre por um anão e por um jumentinho a carregar-lhe a collecta.

A grande obra de caridade de frei Miguel, continuada no Brasil por José de Anchieta, foi depois fructuosamente pro-

seguida por José Clemente Pereira. Destas figuras historicas fez estatuas o esculptor escandinavo Pettrich. A de Contreiras e a de Anchieta, (ambos ainda em gesso) acham-se no vestibulo do Hospital geral da Misericordia, e o modêlo da de José Clemente no patamar contiguo ao salão de honra do mesmo Hospital. Este bom modêlo, hoje pintado a fingir marmore portuguez, já deveria ter sido transformado em estatua de bronze e collocada no logradouro em frente áquelle estabelecimento. Despesa pequena, entretanto justissima homenagem, da qual é credora a memoria do inolvidavel servidor.

Muitos annos depois da morte de frei Miguel, creou-se a *Bandeira* das Misericordias de Portugal. O alvará de 26 de Abril de 1626 determinou se adoptasse o modêlo estabelecido em assentos da Misericordia de Lisboa, de 12 de Septembro de 1575 e 15 de Septembro de 1576. Os assentos ordenavam que «na *Bandeira* se pintasse em uma face a imagem de Christo, e na outra face a da Virgem, tendo á direita um papa, um cardeal, um bispo e um religioso trino, com as lettras F. M. I. que querem dizer Frei Miguel Instituidor; á esquerda um rei e uma rainha, em memoria do rei d. Manuel e da rainha d. Leonor, com dous velhos graves e devotos, companheiros do instituidor; e aos pés da Virgem algumas figuras de pobres e miseraveis».

Não conheço nenhuma reproducção das antigas bandeiras das Misericordias portuguezas. A *Bandeira* da do Rio de Janeiro não segue rigorosamente o que o citado alvará determinou para as outras. Em uma das faces pintaram effectivamente a imagem de Christo no *descendimento da Cruz;* na outra, porém, approxima-se do modêlo a que allude o alvará, mas não lhe obedece fielmente, por quanto não está representada por exemplo a rainha Leonor, nem aos pés da Virgem se vêm pobres e miseraveis.

A *Bandeira da Misericordia* consiste, pois, em uma téla, com moldura ornamentada no estylo da epocha, tendo na parte superior o escudo da Sancta Casa encimado por uma cruz. O estandarte é sustentado por longo cabo de madeira pintado de preto.

A pintura representando o descendimento da cruz é incorrecta imitação de quadro muito conhecido. Na composição da outra face da bandeira, de auctor anonymo, e parecendo mais antiga do que aquella, a figura da Virgem soffreu re-

toques, os mais absurdos e deturpantes, nos olhos e nos labios. E tão brutalmente feitos, com tinta branca, que afflige!...

A Virgem, cujo manto, um pouco á maneira de Murillo, é preso por dous anjinhos que esvoaçam, ficou de todo prejudicada. Não soffreram muito os grupos. O da direita, formado por um papa, um bispo e um cardeal, tem mais que vêr do que o da esquerda. A admittir-se que similhante quadro fosse obra feita aqui, mostra bem qual era a infancia da Pintura de cavallete no Rio de Janeiro.

Si tivessem preservado muitos objectos hoje desapparecidos, a Sancta Casa poderia possuir curiosissimo museu historico da instituição. Guardam ainda na egreja: a *Bandeira*, alguns paineis que iam na célebre procissão dos Fogaréos, poucos bancos artisticos, o antigo cofre contemporaneo dos primeiros ermãos da Misericordia, e o balandráo que muitas vezes vestiu José Clemente no exercicio de suas funcções.

No Hospital geral existe copiosa galeria de retratos de bemfeitores, trabalhos de Pintura a oleo, de varios artistas e de differentes epochas. Importantissima galeria para o estudioso de Arte e de Historia. Cuidadosamente conservados prestam-se os retratos a um estudo das differentes phases dessa especialidade de Pintura a oleo no Rio de Janeiro. Prometto opportunamente tractar, com alguma particularidade, dessa galeria que está a pedir quem della se occupe com mais vantagem para o seu devido realce.

* * *

Quando ainda se executava a pena capital inscripta no codigo, o povo, por tradição transmittida, persuadia-se de que ficava livre da morte o condemnado que, caïndo vivo da forca, fosse coberto pela *Bandeira da Misericordia*. Dahi o uso de se chamarem — bandeiras da misericordia — aos individuos que apadrinham ou justificam faltas incondicionalmente.

Em todos os prestitos funebres de condemnados ao patibulo figurou a irmandade da Sancta Casa, accompanhada da *Bandeira*, e levava tambem alçado um Christo crucificado — imagem do Senhor da Agonia, a qual póde ser vista no altar da sacristia da egreja. Nada tem de singular.

A 21 de Abril de 1792, a *Bandeira* e a imagem do Christo tomaram parte no crudelissimo prestito de Tiradentes.

Desde que muita gente suppunha poder um condemnado livrar-se da pena de morte, si caïsse vivo da forca e fosse coberto pela protectora bandeira, todo padecente levava até ao patibulo a esperança de salvação.

O meu mestre dos bons tempos de collegio, o sr. dr. Moreira de Azevedo, auctor de muitos trabalhos de compilação historica sobre o Rio de Janeiro, publicou em seu livrinho — *Curiosidades* (editor Garnier), uma circunstanciada noticia da execução do réo Joaquim Gonçalves, effectuada a 7 de Março de 1837, no largo do Moura.

O dr. Moreira de Azevedo refere que o padecente havia contado a um companheiro de prisão a historia de um sentenciado, a quem a corda arrebentara tres vezes. Mostrava-se receioso de que lhe succedesse identico e prolongado supplicio.

Pois bem, naquella data, ao ser executado o assassino Joaquim Gonçalves, aconteceu arrebentar a corda, caïr elle vivo da forca e ser coberto pela *Bandeira da Misericordia*. Isso, porém, em nada lhe valeu. Surgiram reclamações do povo que enchia o largo; muitos pediam a suspensão da pena. Dos protestos e contraprotestos, em que tomaram parte soldados, originou-se sério motim, do qual saïu ferida a *Bandeira*. O réo subiu novamente ao patibulo, e foi cumprida a sentença.

O Govêrno, por aviso de 12 de Março expedido á Sancta Casa, cinco dias depois da execução, attribuindo em grande parte aos ermãos da Misericordia a causa do tumulto, privou-os daquella data em deante de entrarem no quadrado. A irmandade defendeu-se, e o respectivo mordomo da capella, ouvido pelo provedor, informou não terem os ermãos se opposto aos representantes da Justiça.

Na *Bandeira*, guardada na egreja, vêem-se ainda — apezar dos repetidos envernizamentos — os vestigios das contusões que recebera na execranda ceremonia do dia 7 de Março de 1837.

18 de Novembro de 1901.

# ENGROSSAMENTO Á ANTIGA

Passadas as festividades de S. Sebastião, andava, todavia, alguma cousa no ar desta cidade, ao entardecer de 30 de Janeiro de 1752. A residencia dos governadores (era crime dizer palacio), situada perto do mar, adornada com ricas colchas da India, excitava a curiosidade dos populares, que grupados nas vizinhanças do antigo chafariz, situado onde está a estatua do general Osorio, e mais cerrados juncto á porta principal da hoje Repartição dos Telegraphos, assistiam, fazendo commentarios, á passagem de graves personagens civis, militares, sacerdotes regulares, seculares e, enfim, da nobreza da terra, levando muitos delles rolos de papel amarrados com fitas de variadas côres. De quando em vez, ás janellas da *sala das audiencias,* viam-se cabelleiras empoadas, collarinhos, punhos e bofes de renda, alamares de fardas.

Eram os convivas, que vinham respirar um pouco de ar — pois o calor suffocava.

Por traz das rotulas do vizinho convento espiavam desapontados os Carmelitas o movimento. Não tinham sido convidados, como foram Jesuitas, Franciscanos e Benedictinos. Verificou-se depois ter havido descaminho na *missiva invitatoria.* Nesse dia memoravel nos annaes do engrossamento, tinha logar a solenne e *espontanea* manifestação ao governador Gomes Freire de Andrada, promovido, havia pouco, ao posto de mestre de campo general e nomeado primeiro commissario da medição e demarcação dos limites do Brasil com as possessões de Hispanha. Era, tambem, a sessão inaugural e unica da Academia dos Selectos, que em *apolinco certame* ia, em obsequio e applauso ás sublimes virtudes e acções heroicas do futuro conde de Bobadella, celebrar um *Acto Academico Panegyrico.* A reconhecida modestia de s. ex. repelliu a principio tanta bajulação; mas vencido pelos intimos deixou-se levar na onda, e por indicação delle foram escolhidos os *Selectos* e nomeados o presidente e secretarios da Academia; deu a casa e naturalmente forneceu o copo de agua (*ou refresco*), como se dizia então.

A sala, cujo tecto fôra pintado por José de Oliveira, apresentava aspecto solenne e grave. Grande mesa de pés torneados, sôbre a qual campeava bello tinteiro de prata, com as competentes pennas de ganso, caranguejola ou pulpito para os oradores, cadeiras de sola lavrada, com pregaria de metal amarello, tamboretes com encostos estofados de setim vermelho, contadores de jacarandá com candelabros em que deviam arder velas de cêra, um rico dossel sob o qual devia sentar-se o manifestando, e no logar de honra o retrato do rei d. José completavam os ornatos dessa arena, onde iam terçar as armas os *discipulos de Apollo e de Minerva.*

Em alcova proxima, sôbre alto bofete com ricos puxadores de prata (custavam 40$) via-se artistico oratorio cheio de flôres, do meio das quaes emergia a imagem do patriarcha S. José, patrono do monarcha portuguez, successor de dom João V.

Si houve *profusa mesa de doces*, no cardapio deveram ter figurado o pão de ló, os pasteis de Sancta Clara, as viuvas, as coccadas, os bolos da mãe Benta, os esfolhados, os canudos, o doce de côcco, os fios de ovos, a baba de moça, o toucinho do céo.

Presidiu a sessão o Jesuita bahiano, padre Francisco de Faria, que recitou longo panegyrico de abertura, seguindo-se com a palavra o secretario dr. Manuel Tavares de Siqueira Sá, que não só leu todas as suas composições, uma versalhada de todos os calibres, mas tomou a si a leitura das producções alheias. O calor, a fadiga e o adeantado da hora fizeram com que Siqueira não pudesse dar cabo da incumbencia! Que decepção! Conversar com as Musas, gastar dinheiro em bellas roupas, vir á sessão e não ouvir a leitura de seus trabalhos, foi para muitos dos srs. Selectos cousa dura de roer. Nesse dia, a Academia estava morta pela apparição dos engrossadores desilludidos, á qual se junctou a dos muitos não convidados a fazer parte do gremio. O secretario viu-se em apuros e, para tapar a bocca dos descontentes, publicou em 1754 um livro, hoje muito raro, com o titulo *Jubilos da America*, o que antes puderamos chamar «Arte de Engrossar».

Para dar delle apenas uma idéa, citaremos como especime uma poesia dedicada ao dr. Matheus Saraiva: *Elogio-*

*Eutrapelico, Critico-Encomiastico, Seri-Faceto, Ironico-Emphatico, Methodico-Empirico, Medico-Juridico, Crypto-Logico, Antagonico-Erotico !!*

A alma mater, o promotor de toda essa funcção foi o Carioca Feliciano José de Sousa Nunes, persona grata de Gomes Freire. Nunes fôra por este nomeado, *com pequeno* do emprêgo; sendo de mãos limpas e não querendo defraudar do emprego; sendo de mãos limpas e não querendo defraudar a Fazenda Real com *arranjos*, fez-se procurador de causas.

Havia estudado nos pateos do Collegio dos Jesuitas, e homem intelligente escrevia com facilidade ao gôsto do tempo.

Já havia escripto uma relação panegyrica sôbre a procissão do Triumpho, por occasião da abertura do convento d'Ajuda — e um *Discurso Critico Politico e Historico contra a loquacidade vaidosa, a favor do silencio prudente*. Morta a *Academia dos Selectos*, com a partida de Gomes Freire para o Sul, Feliciano sonhou maiores glorias; — era-lhe pequeno theatro o Rio de Janeiro, desejou ir a Lisboa, imprimir obra em muitos volumes, assombrando o mundo, e dedica-la a Sebastião de Carvalho, mais tarde marquez de Pombal. Dicto e feito; obtendo o beneplacito dos amigos, lá se foi de mar em fora — sobraçando volume *manuscripto* com o titulo *Discursos Politicos Moraes comprovados com vasta erudição das divinas e humanas lettras afim de desterrar do mundo os vicios mais inveterados, introduzidos e dissimulados*. — Dedicados ao Illmo. Exmo. Sr. Sebastião José de Carvalho e Mello, etc.

Chegado em 1758 á capital da metropole, imprime o trabalho, que deveria ter 8 volumes, na officina de Manuel Manescal da Costa. Manda um exemplar do 1° volume a Sebastião de Carvalho e, dias depois, vai á residencia do ministro apreciar o effeito da dedicatoria. Ao entrar no gabinete, feitos os salamaleques do estylo, notou a feia catadura de Carvalho, o qual assestando a fatidica luneta, disse-lhe com azedume: «*O que Vmcê precisava era ir daqui direito para a cadeia*. Espalhar doutrinas subversivas, imprimir um livro sem me consultar! Como porém Vmcê de-

dicou-me a obra, parta immediatamente para o Brasil. Vou mandar queimar todos os outros exemplares.»

Feliciano não morreu naquelle dia, porque não era chegada a sua hora. Saiu de Portugal, como cão damnado, vendendo azeite ás canadas! Perder tempo e dinheiro para ter tal resultado era o cúmulo do caiporismo.

Dias depois realizou-se o auto de fé, do qual escaparam 3 exemplares, que Nunes occultamente mandara para amigos do Brasil. Um delles foi encontrado por Innocencio da Silva no espolio do célebre Pereira Sousa; outro foi possuido por muito tempo por Francisco das Chagas Ribeiro, fallecido em 23 de Julho de 1847, que offertou ao dr. Emilio Joaquim da Silva Maia, casado com uma descendente de Feliciano Nunes. Sôbre a obra de Nunes escreveu o dr. Maia uma memoria lida no Instituto Historico encarecendo os merecimentos do auctor.

Para Araujo Porto-Alegre, porém, o livro *tem mais o merecimento da raridade do que o valor de sua materia, estylo amaneirado, transpirando a cada passo um pedantismo escholastico, uma erudição forçada e cheia daquelles conceitos jesuiticos que foram em grande apreço na sociedade dos homens da segunda plana do seculo passado*. Feliciano, porém, não se emendou; o engrossamento andava-lhe na massa do sangue. Em 1771 publicou: *Venturosos Annuncios na chegada do Illmo. e Exmo. Sr. marquez do Lavradio á cidade do Rio de Janeiro e Demonstração do maior Jubilo no Fausto Dia 12 de Março de 1769, em que se celebraram os annos do Illmo. Exmo. Sr. conde de Azambuja.*

Falleceu pobre, nesta cidade, em 1810, como addido do Erario Regio, deixando um filho, o bravo coronel do regimento de Extremoz, Vicente Joaquim de Sousa Nunes.

19 de Novembro de 1901.

# FESTAS POPULARES

## (1786)

Durante a util e proveitosa governação de Luiz de Vasconcellos e Sousa foram 1783 e 1786 annos de ferteis acontecimentos. No primeiro, o vice-rei, além de ter inaugurado o Posseio Publico, propunha ao Govêrno, levado sempre *pelo amor do publico*, o plano de uma grande loteria, destinada ao aformoseamento da cidade do Rio de Janeiro e a melhoramentos de ordem material. O fundo seria de 500.000 cruzados, havendo 12.500 bilhetes: 2.664 premiados e 9.836 brancos.

Cada bilhete custaria 16$. O prazo da mesma loteria era de seis annos, havendo em cada mez de Dezembro a competente extracção, cercada de todas as cautelas e rigorosa fiscalização. Os felizardos favorecidos pela sorte soffriam o desconto da *quinta parte* da quantia a receber. Havia dous grandes premios de 30.000 cruzados, 4 de 10.000 e outros menores. Ignoramos porque não foi levada a effeito essa idéa, que dá a Vasconcellos a iniciativa incontestavel dos jogos lotericos, pelo menos nesta cidade, em que o jogo é hoje um *pabulum vitae!*

Si assim fôra, teria o vice-rei terminado as obras da Sé Nova, paralysadas desde o tempo de Bobadella, e a cathedral não estaria em uma egreja de emprestimo (o Rosario), que, no dizer do bispo d. Antonio do Desterro, mais parecia um grande armazem do que um templo. Teria concluido a obra do cáes, levando-o até o largo do Moura, haveria aberto novas ruas, construido chafarizes, dado maiores proporções á *Casa dos passaros*, e emfim, aterrado pantanos e lagôas.

No segundo dos referidos annos por occasião do consorcio do principe d. João (depois d. João VI) com a princeza d. Carlota Joaquina ordenou o vice-rei festas populares, que excedessem a quantas aqui tivessem havido.

Pela tradição os Cariocas sabiam do brilhantismo das *encamisadas e alardos*, executados em tempo de Salvador Benevides, quando foi proclamado dom João IV. Eram ainda

recentes as recordações das festas de 1763, por motivo do nascimento de d. José primogenito de d. Maria I. Nellas, segundo a Epanaphora Festiva, citada por Varnhagen, não sómente se correram touros e practicaram escaramuças, com argolinhas, alcanzias e cannas, como saïram á rua dansas de Ciganos, dos *cajadinhos* com gaitas de folle, dos Cavalleiros Teutonicos, além dos alfaiates, carpinteiros e pedreiros e de cinco marcineiros e sapateiros cada um destes com seus carros. Concluiu-se a festa com indios caçando, com Pardos e Congos, e afinal com um castello e navio de fogo que arderam.

Pois os de 1786 foram mais supimpas. Vasconcellos póz-se á testa dos preparativos, convidou a nobreza da terra e os militares, emprestou os seus melhores cavallos e seus cocheiros e criados com as competentes librés de gala.

No Passeio Publico foi armada elegante archibancada com camarotes, e no campo da Lapa do Desterro, arena das cavalhadas, um amphitheatro vistosamente ornamentado, com tribunas para quatro orchestras.

No tenente aggregado Antonio Francisco Soares encontrou o seu homem, que poz por obra todos os projectos, fabricando na casa do Trem os *famosos carros*, que dão a esse militar a prioridade na construcção dos *carros de idéas*. As festas duraram 3 dias: 2 — 3 — 4 de Fevereiro e concluiram-se depois, em 28 de Maio de 1786.

Os prestitos percorreram as ruas da Misericordia, Cadeia (antiga do Padre Bento Cardoso) até o canto do oratorio de Nossa Senhora do Montserrate, Ourives, Barbonos, Bellas Noites (Marrecas) em direcção ao Portão do Passeio, onde, percorridas as ruas do jardim, saïam para as bandas da Lapa.

Para eterna lembrança destas festividades escreveu o tenente Soares uma memoria, a que deu o titulo de — *Relação dos magnificos carros que se fizeram de arquitetura perspectiva e fogos, os quaes se executaram Por ordem do Illmo. e Exmo. Senhor Luiz de Vasconcellos e Sousa, Capitão General de Mar e Terra e Vice Rei dos Estados do Brasil nas Festividades dos despozorios dos Serinissimos Srs. Infantes de Portugal Nesta Cidade Capital do Rio de Janeiro... Na Praça*

*mais lustrosa e publica do Passeio desta Cidade Executados e iniciados pelo* O MINIMO SUBDITO, etc.

E' um quaderno manuscripto de 25 paginas, incluindo 5 desenhos feitos á penna e tendo sonetos e decimas. Foi offerecido ao Instituto Historico por Manuel de Araujo Porto Alegre e está bem conservado no archivo dessa instituição. A primeira vez que mostrámos esse inedito ao inolvidavel Eduardo Prado a sua grande alma de artista expandiu-se, e elle enthusiasmado disse-nos: «Si eu tivesse tempo faria publicar essa preciosidade que vale contos de réis!» Satisfazendo os intuitos do illustre finado, vamos, ainda que imperfeitamente, dar idéa dos carros de Soares, descriptos por elle em linguagem gongorica, empolada e engrossadora.

Delles faz menção muito resumida o historiador Varnhagen.

1ª CARRO DE VULCANO. — Representava uma montanha coberta de musgo, *croatás e outros arbustos*. Do cume saĩam chammas e no interior existiam *tres rupturas*, pelas quaes se viam Vulcano e os Cyclopes forjando os raios de Jupiter. O monte era tambem *guarnecido de fogos artificiaes, gyrandolas, gyrasóes, foguetes do ar, arrancos e rojões*. Na parte superior divisava-se a figura da Fama, vestida de ricas sedas, levando na mão direita *uma trombeta* com o disticho *Fama Volat*.

Puxava o carro uma enorme serpente *vomitando chammas pela bôcca movendo a cabeça, mãos e pés com uma naturalidade que parecia viva*. Dentro da montanha ia occulta uma musica vestida á *trajica*, executando *harmonias*.

Ao chegar ao Passeio, Vulcano recita uma versalhada convidando os Cyclopes a deixarem os trabalhos; estes descem do carro e executam dansas. Foram queimados os fogos, apparecendo em lettras de fogo — Vulcano ainda respira.

2.º CARRO DE JUPITER — Mais alto que o anterior, simulando tambem uma montanha, onde em uma grande esphera ia occulto Jove.

Era puxado por uma grande aguia com corôa imperial na cabeça. Em volta do carro iam gigantes com grandes claves. Estes pretendem escalar o Olympo; — Jupiter apparece, recita uma versalhada, fulmina os audaciosos, que cáem por

terra. Saem de dentro do monte diversos montanhezes. Trava-se lucta, e em seguida dansas.

Posto fogo ao carro este arde, e em lettras garrafaes apparece o seguinte distticho — *A Luiz tudo se deve.*

No 3° dia teve as honras o CARRO DE BACCHO — alta montanha ornada de folhas de videira e cachos de uvas. Em 8 degraus iam satyros sentados empunhando garrafas. Era o carro puxado por 3 juntas de bois ricamente ajaezados. Ao chegar ao ponto terminal Baccho toma a palavra, faz o elogio do vinho e convida seus companheiros ao prazer. Estes dançam, e de repente rebentam do mesmo carro 3 repuxos inundando a arena com o precioso liquido. O Zé povinho applaude e aproveita a occasião para matar o *bicho.*

4° CARRO DOS MOUROS — Em alto throno estão sentados o imperador e a imperatriz, tendo a seus pés, sentados em degraus, Mouros vestidos a character, ostentando ricas sedas e galões de ouro e prata, com os competentes turbantes, dos quaes saïam plumas. O carro era puxado pelos cavallos do vice-rei, conduzidos pelos criados da casa. O imperador faz uma arenga em verso, allusiva ao consorcio, seguindo-se as danças *da gentilidade.* Saïndo a passeio esses carros dirigiam-se, como vimos, á Lapa, e ahi tinham logar as cavalhadas e jogos.

5° CARRO DAS CAVALHADAS SÉRIAS — Este era o mais importante e parece ter sido o prato de resistencia do Soares. Na descripção delle gastou o auctor 6 páginas. Supponha o leitor um carro de 50 palmos de altura puxado por cavallos brancos e em forma de monte com degraus, em que iam uma musica ricamente vestida, tropheos, escudos, bandeiras, figuras allegoricas, muitos dourados, muito velludo, muita seda e setim, fitas e laçarotes, e ahi tem o *templo do Hymeneo*, destacando-se o deus sob um pavilhão, cujas columnas tinham no alto os brazões de Portugal e Hispanha. Era ladeado por 24 cavalleiros das mais nobres familias, vestidos de setim branco com bandas azues, e montados em lindos e soberbos cavallos, seguidos pelos creados, pagens e escudeiros.

Terminavam a comitiva homens vestidos ricamente, conduzindo os preparativos para os jogos e 4 carroças, com arcas em que iam os petrechos para as cavalhadas.

Carro das Cavalhadas Jocosas — Representava um edificio arruinado, no meio do qual ia um sujeito tocando orgão. Era accompanhado por 24 cavalleiros, 12 vestidos de doutores e 12 de viuvas, montados todos em pequiras.

Na frente delles, vestido tambem de *doutor*, cavalgava um cavalleiro, montado em uma burra pequena, com *anquinhas, saias brancas, brincos e uma grande Yamperina* — o que tudo *causou muito gosto*, diz o Scares. Ignoramos com que dinheiro seria tudo isto feito. A Fazenda Real apresentava *deficit*. Seria por subscripção ?

E era deste modo que innocentemente se divertiam os nossos antepassados ! No tal quaderno lemos poesias da lavra do auctor; dellas destacaremos a seguinte decima, dedicada a Vasconcellos. Eil-a, com a mesma orthographia:

«O vosso nome Luiz
hum claro enigma produz:
pois, tirando o I sois Luz,
e tirando o U sois Liz.
Estes dous caracteres quiz,
que para os vossos louvores,
fossem fieis mostradores
do que sois com energia
flor de Liz, na bizarria
Luz do sol nos resplendores.»

A memoria desses festejos conservou-se por muito tempo entre os Cariocas. Conhecemos uma octogenaria, á qual, quando se fallava nas festas modernas, suspirando dizia — *quá carnavá, nem coroação, nem casamentos dos imperadô — nada como as festas do Passeio ! Nada como os carros, o entrudo, os encarctados e as argolinhas do meu tempo.*

7 de Dezembro de 1901.

# PROCISSÃO DOS FOGAREOS

Em satisfação aos desejos de um assiduo leitor, o qual em amavel missiva nos convidava a escrever sôbre as antigas ceremonias religiosas, tractaremos hoje da procissão de Endoenças (feita pela Irmandade da Misericordia em quinta-feira sancta), mais conhecida pelo nome da procissão dos fogaréos, porque de um e outro lado do prestito caminhavam, vestidos de preto, homens conduzindo hastes de madeira, em cuja parte superior havia pequenas conchas nas quaes ardia estopa embebida em agua-raz. Nesta, como em todas as outras procissões da Misericordia, nenhuma ingerencia tinha o bispo diocesano.

Vem a proposito citar, aqui, o curioso documento impresso no 4° volume do *Archivo Municipal*, extrahido das Consultas do Conselho Ultramarino de Lisboa, sôbre o Brasil (annos de 1699-1731). Na procissão de defuntos ou dos ossos de 1° de Novembro de 1703, o bispo d. frei Francisco de São Jeronymo entendeu que o mestre de capella da Misericordia não podia *levantar o compasso* nesse acto religioso, por julgar que isso competia ao mestre de capella da Sé. Desobedecido pelo funccionario da Misericordia, o prelado manda-o prender, suspender de ordens e degredal-o para a Colonia do Sacramento por tempo de um anno, e ainda em cima com a multa de dez cruzados.

A Irmandade, ferida em seus privilegios e prerogativas escreveu ao rei, queixando-se do bispo, em data de 16 de Fevereiro de 1704. Enviados os papeis ao Conselho Ultramarino e ouvido o procurador da Corôa, foi esse Conselho de opinião que o bispo obrara nullamente, *porquanto este não tem mais jurisdicção na Misericordia que em visitar o sacrario.* Essa deliberação, na qual se sustentavam as regalias da Misericordia por ser de immediata *protecção régia*, tem a data de 23 de Septembro de 1704. Só em 18 de Junho de 1705 a ex-rainha d. Catharina, viuva de Carlos II e regente de Portugal, em nome do ermão d. Pedro 2°, nesse tempo bastante doente, resolveu-se a escrever ao bispo do Rio de

Janeiro; de sorte que, quando o negocio ficou decidido, o pobre mestre de capella estava farto de haver cumprido a pena!

Voltando, porém ao assumpto, diremos que a procissão saïa da antiga egreja da Misericordia e, conforme ordenava o compromisso, visitava as egrejas (*que lhe ficassem em commodidade*), sendo as primeiras a Sé e a de Sancto Ignacio de Loyola, voltando ao ponto de onde saïra.

Quando Antonio Martins da Palma cedeu, por escriptura de 4 de Julho de 1639, á Misericordia a egreja por elle fundada em honra de Nossa Senhora da Candelaria, a procissão dos fogaréos recolhia á casa das tumbas construida juncto á egreja de Palma, não como diz Felix Ferreira em artigo do *Jornal do Commercio*, do lado da rua de Gonçalo Gonçalves (hoje General Camara), mas da banda da longa rua de São Pedro (antigamente de Antonio Vaz Viçoso, do Licenciado Antonio Carneiro), um pouco adeante do canto de João Mendes, o caldeireiro, bisavô do poeta Antonio José da Silva, victima do tribunal da Inquisição.

Como sabemos, houve questões entre o vigario da Candelaria e a Irmandade da Sancta Casa, e esta, para evitar conflictos, deliberou que a procissão, como antigamente, voltasse á Misericordia. Em 1685, como vimos em um antigo livro de accórdãos, ficou deliberado fosse o itinerario o seguinte: saïr da Sancta Casa, ir ao Collegio dos Jesuitas e á Sé, descer a ladeira (hoje do Cotovello), ir á egreja da Candelaria e, *virando ao Carmo*, regressar á *casa* pelas ruas hoje Primeiro de Março e Misericordia.

Em tempos mais proximos de nós a procissão dos fogaréos percorria apenas algumas ruas e travessas mais proximas da Sancta Casa.

Dos fogaréos resta apenas tenue lembrança na memoria de alguns velhos, com quem temos conversado; mas apoiados no compromisso e na tradição, tentaremos restabelecer esse acto religiosamente concorrido e reverenciado pela fé rude, mas sincera, dos antigos Cariocas.

Para conservar a COR LOCAL transcreveremos o § 2º do Capitulo XXXIV da *Lei organica*: «Sahirá a Procissão da Egreja da Misericordia ás 4 horas da tarde em ordem con-

veniente, diante irá a bandeira, a qual levará um Irmão nobre, e ás ilhargas da bandeira irão dous Irmãos, um nobre e outro official, com dous tocheiros, e diante da mesma bandeira irão outros Irmãos com duas varas pretas, um nobre e outro official, e um homem de azul, e detraz dous clerigos cantando a Ladainha. Depois se seguirão por intervallos accommodados seis insignias da Paixão de Christo, que levarão seis Irmãos, tres nobres e tres officiaes, de maneira que a primeira leve um Irmão official e a ultima um Irmão nobre; ás ilhargas de cada uma destas insignias irão dous Irmãos, um nobre o outro official, com dous tocheiros, e diante dous Irmãos, um nobre e outro official, com duas varas pretas, e detraz dous Clerigos cantando a Ladainha...

«...Da bandeira da Misericordia até á primeira insignia irão as pessoas que por sua devoção quizerem ir, e da primeira insignia até á sexta irão os disciplinantes. Seguir-se-ha logo a Irmandade da Misericordia por uma parte e outra, sem insignia no meio. No fim da Irmandade irão quarenta tochas... e no remate a imagem de Christo, conduzida pelo Escrivão e ladeada por quatro tocheiros. Diante da imagem ira o Provedor, seguido pelos Capellães, cantando a Ladainha. Depois destes irão duas insignias de Christo morto, ladeado pelos competentes tocheiros e precedidos de dous Irmãos de varas pretas, e detrás mais dous Clérigos, etc.»

Era vedado aos Irmãos levarem *comsigo pagens* ou criados, de *maneira que fiquem dentro da procissão pela indecencia que nisto ha e desordem que podem causar.*

As insignias acima mencionadas eram uns paineis de fórma oval, sustentados em hastes de madeira, representando os principaes factos da paixão de Christo. Dos oito restam seis, conservando-se dos dous que faltam apenas os sustentaculos. Estão guardados no 3° consistorio, em ordem de data, da Sancta Casa. O 1° ou casa de despahos funccionou por muito tempo no primeiro e unico andar do antigo Hospital velho, situado por cima do actual consultorio de Gynecologia, cuja entrada é pela antiga portaria. Sendo provedor o dr. Manuel Corrêa Vasques, e havendo grande numero de doentes contribuintes, resolveu elle construir um segundo

pavimento, para onde passou a sala das deliberações, ficando a antiga destinada a *quartos praticulares*.

Por entre as alas dos Irmãos viam-se na procissão dos fogaréos *governando* os 14 funccionarios com as competentes varas pretas para evitar o *tumulto que costumava haver*. Os mesarios distinguiam-se por grandes cruzes de velludo azul sôbre o peito e por cima dos negros balandráos. Era characteristico dessa procissão a grande vozeria do povo simulando, segundo cremos, a dos Judeus quando procuravam descobrir o retiro, a que se accolhera Jesus.

No couce do prestito viam-se os serviçaes da Misericordia conduzindo alguidares, ataduras, fios, com o fim de ministrar os primeiros curativos aos penitentes, que com disciplinas de cordas açoutavam-se desapiedadamente.

Alguns caïam desfaliecidos e eram conduzidos ao Hospital, tão intensas as hemorrhagias provindas desses *voluntarios* supplicios.

Acabou com esse espectaculo repugnante o bispo d. frei Antonio do Desterro; entretanto, affirma-nos testimunha ocular, *penitentes, de açoutes*, reappareceram por occasião das procissões de penitencia feitas na primeira epidemia de febre amarella em 1850. No Norte isso se conservou até tempos mais modernos. Contou-nos uma senhora sergipana, que em sua infancia vira em S. Christovam os taes suppliciantes de cara coberta, tendo á sua frente como mestre de ceremonias um velho negro conhecido por Cypriano Bagre. Aqui no Rio foram sempre muito frequentes as procissões de penitencia na quaresma e nas de preces.

Em tempos de calamidades publicas, sêccas, guerras, epidemias, era certo verem-se pelas ruas desta cidade longos prestitos entoando as ladainhas das rogações e procurando abrandar a cholera divina. Dentre as procissões de preces, lembraremos como das mais importantes e solennes as feitas por occasião da molestia da primeira imperatriz do Brasil, minuciosamente descriptas pelo dr. Henrique Raffard na sua memoria «Pessoas e Cousas do Brasil» — Tomo 61 da *Revista do Instituto Historico* — e as que lemos no Dietario Benedictino, de onde Balthazar Lisboa copiou as noticias sôbre o convento desta cidade, no Tomo 6º dos *Annaes do Rio de Janeiro*. Em Janeiro de 1735, sendo d. abbade frei

Manuel da Cruz, por occasião de uma rigorosa sêcca, saïram a communidade e muitas confrarias conduzindo a imagem de Sancta Escholastica.

Ao recolher a procissão *choveu bastante e continuou a chuva, que fez cessar tão espantosa calamidade.*

Em 1756, ao chegar a noticia do terremoto de Lisboa houve uma procissão nocturna, descendo os monges de São Bento descalços e conduzindo a imagem do Senhor dos Passos. Entrando na Sé, pronunciou eloquente sermão o prégador frei Antonio de S. Bernardo.

Foram estas linhas escriptas sob a impressão sôbre nós causada pelo imponente acto religioso, de domingo ultimo, que vivamente nos recordou factos do nosso passado.

Era bello de ver o grande concurso de povo com todo o acatamento e piedade accompanhando o digno vigario de São José, monsenhor Victorino, percorrer as ruas da freguezia implorando a Deus a cessação da epidemia de peste bubonica.

Desculpem os leitores mais esta velharia. Deve ser levada em conta do nosso amavel missivista anonymo. Foi elle quem encommendou o sermão.

11 de Dezembro de 1901.

---

# O CONDE DA CUNHA E O COLLEGIO DOS JESUITAS

Lendo, ha dias, a excellente monographia do dr. Hilario de Gouvêa sôbre o papel dos mosquitos na producção da febre amarella, onde o illustre clinico, estudando as condições topographicas desta cidade, proclama o Rio de Janeiro — o *paraiso* desses importunos insectos, já muito bem descriptos por Gabriel Soares de Sousa, veio-nos á mente o facto da transferencia de moradia dos vice-reis para o antigo Collegio dos Jesuitas, levado a effeito pelo conde da Cunha.

O bispo d. frei Antonio do Desterro tambem cobiçara esse antigo edificio para residencia dos Carmelitas, ficando a

egreja destes para cathedral, e o convento annexo destinado á pousada episcopal.

Por ahi vemos não ser de hoje a attenção que suggeria a casa dos discipulos de Loyola, onde, segundo é fama, existem escondidos thesouros, que no dizer de Pombal, seriam sufficientes *para calçar de prata todas as ruas de Lisboa*. Pondo de parte as suas rabujices, foi o conde da Cunha um dos melhores administradores dos tempos coloniaes. Si implicava com os *pardos de capote*, que usavam de chapeus desabados á hispanhola; si para formar os terços milicianos recorreu a rigoroso recrutamento; si nas obras públicas, feitas por administração, introduziu o ponto dos operarios; si em sua correspondencia chama os Cariocas de molles para o serviço militar, não é menos verdade que o vice-rei realizou grandes medidas, construiu edificios, e pela execução de seus deveres incompatibilizou-se com quasi todas as classes sociaes.

Que elle não foi demittido, prova a sua correspondencia, pois pediu, por varias vezes e com instancia, a exoneração do alto cargo que exercia, expondo com toda a franqueza os motivos da opposição creada contra seu govêrno.

Accusam-n'o de consentir nas patótas e falcatruas do seu official da sala Alexandre Cardoso, emerito conquistador e patriarcha dos *bolinas* desta terra.

Isso não é exacto: quando Cunha descobriu ser Alexandre indigno de sua confiança desterrou-o para Sancta Catharina, onde por muito tempo ficou, qual a Inana, desprezado, como mais tarde declarava o marquez de Lavradio.

Perseguiu, é verdade, os ourives em virtude das ordens da metropole; mas distinguindo os verdadeiros delapidadores da Fazenda real e os contrabandistas, advogava a causa de quatrocentos operarios que ficavam sem pão. O que elle fez de bom ainda ahi está: foi o fundador do Hospital dos Lazaros, construiu a fortaleza da Conceição e a Casa de Armas, os armazens de polvora na ilha de Sancta Barbara, a fragata *S. Sebastião;* augmentou a casa do trem, depois Arsenal de Guerra, e foi o creador do Arsenal de Marinha.

Voltemos, porém, ao assumpto principal deste artigo. Em virtude da carta régia de 23 de Julho de 1766, permittiu d. José, em razão das queixas do conde da Cunha, a mudança

da casa dos vice-reis para o Collegio dos Jesuitas, pertencente então aos bens da Corôa, sendo as despezas feitas á custa não da Fazenda Real, mas do producto da arrematação dos bens sequestrados aos padres, cousa que ia sendo feita com muita lentidão, pela falta de arrematantes.

A egreja ficaria separada sem haver, para nova residencia do Govêrno da colonia, communicação alguma, que não fosse a de *uma tribuna alta e vedada com grades de ferro*, para della poderem os vice-reis assistir ás missas e officios divinos.

A mesma egreja e as suas sacristias, casas de fabrica e as das mesas de quaesquer confrarias, que nella houvesse, permaneceriam sob a administração do bispo ou ordinario, como então diziam.

Ellas deveriam ficar independentes da casa do Govêrno, tendo portas para a egreja e *para a rua*. Os *armazens e casas de aluguel adjacentes* seriam conservados e administrados pelo fisco. O conde não perdeu tempo e, dando ao antigo Collegio o titulo de *Palacio de S. Sebastião*, metteu hombros ás obras. Já em 8 de Março de 1767, explicando a demora do trabalho, asseverava ter sido preciso apear 2 *andares, para nelles se formar um somente*, afim de que tivesse bastante altura; as paredes estavam *presentemente* feitas e se trabalhava nos madeiramentos, e haviam se aberto amplas janellas.

Sendo muito ingreme a antiga ladeira e não dando transito a carruagens, pois havia sido *feita para redes*, o vice-rei mandou fazer um novo caminho para o lado de Sancta Luzia, afim de sua traquitana poder, com facilidade, subir o morro.

Mas, perguntará o leitor, por que essa mudança subita, quando é certo haver o conde de Bobadella gasto grandes quantias com a casa dos governadores, mudada para a praça do Carmo, deixando a antiga, na rua Direita, nos predios pertencentes outr'ora ao provedor da Fazenda Real, Pedro de Sousa Pereira?

O conde da Cunha quiz provar a verdade do annexim — o incommodado é quem se muda. Foram os mosquitos e o fetido das vizinhanças as causas determinantes desse *exodo!*

Em carta dirigida ao Govêrno em 1º de Junho de 1764, dava o conde os motivos dessa resolução.

A cadeia, que só podia comportar 150 presos, já aboletava mais de 250. Os calabouços da ilha das Cobras estavam tambem repletos de sentenciados. Não havendo mais logar para guardar delinquentes, o vice-rei, no pavimento terreo de sua residencia, mandou fazer prisões com incommodo e sacrificio da guarda.

Queixava-se elle que povinha o augmento dos presos do facto da Relação não querer que muitos delles seguissem para os degredos, enquanto não pagassem as competentes *custas*. Ora, o accúmulo de gente pouco asseiada produzia um fedor terrivel e uma verdadeira praga de mosquitos que não deixavam o conde pregar ôlho. O mephitismo produziu molestias em pessoas da familia. Além dessas causas, outra havia que augmentava a insalubridade da hoje praça Quinze de Novembro — *as cabanas da quitanda* —, estabelecidas no hoje largo da Assembléa, frequentado pelos pretos e pretas. Essas cabanas ficavam no logar, onde mais tarde foi edificada a Casa da Opera, de Manuel Luiz, em substituição da do padre Ventura, a qual tinha sido devorada por violento incendio — lá para as bandas da actual rua dos Andradas.

Antes de proseguir, cumpre notar que a opera de Manuel Luiz continuou com outro dono, até o tempo do casamento do principe d. Pedro (depois 1º imperador do Brasil), como nos attesta o padre Luiz Gonçalves dos Santos. A Inconfidencia Mineira não determinou, como já o disse alguem, o encerramento das representações: no anno do supplicio do Tiradentes (1792) tudo ficou como antes, e o povo continuou a frequentar a *Casa da Opera*. Conhecemos uma carta do conde de Resende, queixando-se ao Govêrno amargamente do desembargador Antonio Diniz da Cruz e Silva, que, por occasião do anniversario natalicio da rainha (17 de Dezembro de 1792), faltára ao cortejo desse dia de grande gala e fôra visto, á noite, em companhia de amigos, no espectaculo da *Casa da Opera!*

Demais, disse-nos o dr. Pires de Almeida haver visto na Bibliotheca Nacional o programma manuscripto de uma representação, que devia ter logar juncto á *Egreja da Lapa dos*

*Mercadores*, na mesma noite, 21 do Abril de 1792, da morte do martyr Silva Xavier!

Entremos, porém, em materia antes de sermos pelo benevolo leitor chamados á ordem. Não eram infundadas as queixas do vice-rei; em vão tinha elle obrigado a Camara a mandar cobrir com grandes lages a valla da cidade, pestifera cloaca, onde a população vasava toda sorte de immundicies, canal, que, sobretudo nas occasiões de grandes enxurradas, não dava escóamento ás aguas pluviaes. Os despejos lançados nos quintaes, e as materias fecaes nas praias, os grandes monturos de lixo nos terrenos devolutos, no fim das ladeiras e por detraz das obras da Sé nova (largo de S. Francisco de Paula), o cano da Cadeia e o do Seminario de S. Joaquim, as lagôas, ainda não de todo aterradas, e onde viviam e se reproduziam jacarés — tudo contribuia para a proliferação da orchestra infernal dos pernilongos, que á noite não deixavam dormir os nossos pobres antepassados. As casas das proximidades da actual rua de Uruguaiana eram alugadas por baixo preço, devido aos enxames dos maldictos insectos!

Com elles, tambem, cavaqueou solennemente o tenente-general João Henrique Bohm, enviado ao Rio de Janeiro por Pombal e pelo conde de Lippe, para, com o brigadeiro Fuchs, reorganizar o serviço militar da colonia. João Henrique foi recebido com todas as honras pelo conde da Cunha, que lhe mandou dar por *aposentadoria* uma das melhores casas da cidade (a do thesoureiro Alexandre Luiz), surtiu-a de seccos e molhados, mandou-lhe fazer cama com rico docel e até comprou uma sege, que fôra encommendada em 1763 para um casamento não realizado.

Tudo ia muito bem, mas o distincto official sueco foi logo nas primeiras noites aggredido pelos insolentes mosquitos desrespeitadores de sua alta patente militar.

O tenente-general, habituado ao *retintin do embate de armas* e ao fogo dos combates, pediu-lhe por vezes que lhe bebessem o sangue e lhe tirassem a vida, mas não cantassem a maldicta cançoneta. Chegou a se arrepender de ter cá vindo e queixou-se ao conde da Cunha, que o presenteou, conhecedor do assumpto, com um rico mosquiteiro! De tudo isso deu elle conta em detida carta ao Govêrno portuguez!

Este Bohm manteve-se ao depois sempre muito exigente, e no tempo de Vasconcellos foi victima de um desastre, passeiando a cavallo na praia de Botafogo. De protestante que era tornou-se catholico, contribuindo muito para essa conversão o vice-rei e o bispo d. José Joaquim Justiniano Mascarenhas Castello Branco, que para attender promptamente aos chamados do general foi residir no predio juncto á hoje egreja dos Inglezes, pertencente á mãe do mesmo d. José — predio que deu o nome por muito tempo á hoje praça Ferreira Vianna, então largo da Mãe do Bispo. Pela conversão de Bohm foi celebrado solenne *Te-Deum* na egreja da Conceição.

Conhecemos, por existir cópia no Archivo do Instituto Historico, o sermão prégado nessa solennidade.

Voltando, porém, ao assumpto, e para concluir, digamos que o conde da Cunha logo ao ter noticia da vinda de seu successor não quiz mais saber do palacio de S. Sebastião, nem se importou com o máo cheiro nem com os mosquitos! Deixou-se ficar na antiga casa, e na nova aboletou o conde de Azambuja d. Antonio Rolim de Moura, primeiro e unico vice-rei que residiu, por algum tempo, no antigo Collegio.

Ao tomar o bastão (17 de Novembro de 1767) escreveu logo ao Govêrno ser a antiga casa dos Jesuitas impropria para residencia dos vice-reis; estava em *um alto afastado* do centro da cidade e das outras repartições publicas; o caminho feito pelo seu antecessor era incommodo, pois, para descer o pequebote (carro de quatro rodas) de S. Ex. era preciso ser travado por meio de cordas.

Preferiu vir para a antiga casa de Bobadella e lembrar a vantagem de transferir para o morro do Castello o Hospital dos soldados, pois o que servira (na rua hoje do Conselheiro Saraiva) era pequeno, e tal o accúmulo de infermos, que em uma mesma cama se tractavam dous e tres soldados com molestias diversas! Ora ahi está como os borrachudos, productores hoje da febre amarella *et reliqua*, foram causa de um melhoramento util, a fundação do Hospital Militar juncto á egreja de S. Ignacio — edificio que ainda hoje presta muitos bons serviços e está em risco, apezar da solida construcção, de desabar, si continuarem as imprudentes excavações de seus

alicerces, em procura de riquezas, sonhadas desde o tempo de d. João VI, quando os Inglezes pretenderam, segundo é fama, arrazar o morro, contentando-se com os lucros provindos *do ouro e pedrarias* escondidas desde 1759!

17 de Dezembro de 1901.

---

# FESTAS POPULARES

## (1641)

Quando em 1581, por fallecimento do cardeal rei d. Henrique (que apezar de padre e velho teve velleidades de casar), postos de parte os pretendentes á coroa de Portugal, Philippe II de Castella se sentou no throno de d. João I, governava o Rio de Janeiro Salvador Corrêa de Sá.

Para acceitar as cousas no Brasil o habil e astuto filho de Carlos V enviou Manuel Telles da Silva, homem avançado em annos, mas muito gracioso, pois a todos tractava por *vós*, incluindo o proprio bispo.

Telles escreveu aos governadores, e estes fizeram com que, sem attritos nem luctas, clero, nobreza e povo se reconhecessem subditos do rei intruso. No concêrto unanime de adhesões houve apenas uma pequena nota dissonante. Vendo baldados os seus intentos, graças á logica do duque d'Alba, o pretendente d. Antonio, prior do Crato, com o auxilio da França, enviou ao Rio de Janeiro tres embarcações, trazendo o commandante da expedição cartas de d. Antonio para Salvador.

Segundo a opinião de Varnhagen, apoiado em Gabriel Soares e em outros auctores, Corrêa de Sá não quiz saber de historias e mandou fazer fogo sôbre os taes navios, que saïram barra fóra perseguidos pelos tiros do baluarte (hoje fortaleza de Sancta Cruz).

Frei Vicente do Salvador, porém, dá-nos outra versão; assevera terem aqui vindo os Francezes, protectores do pre-

tendente, e que Salvador estava ausente, occupado com toda a gente valida da colonia na guerra contra os Indios. Na cidade só ficaram estudantes e velhos.

O substituto de Corrêa de Sá, o prelado Bartholomeu Simões Pereira, delles fez uma companhia, mandando dizer aos Francezes que se fossem, pois aqui já se sabia quem era o verdadeiro rei.

Nessa emergencia não descançou d. Ignez de Sousa esposa do governador, a qual, mandando accender fogueiras nos morros e praias da cidade e tocar incessantemente tambores e caixas de guerra, armar as mulheres com arcos e flechas, deu-lhes chapéos de palha de abas largas e vestuarios de homens. Os Francezes, julgando a praça bem defendida, ficaram attonitos e se foram de mar em fóra, indo por águas abaixo as esperanças do triste prior do Crato, cuja psychologia e de seus descendentes foi magistralmente feita pelo inolvidavel Camillo Castello Branco. E foi assim, graças a esse Zé Pereira feminino, ou antes a essa scena que recorda a rainha Crinolina, que Philippe II continuou á ser reconhecido. Tão grato ficou, que em missiva especial mandou agradecer a Salvador Corrêa e aos habitantes desta cidade o *muito* que fizeram em seu favor.

Agora, que a operosa e patriotica colonia portugueza festejou com justo motivo em 1° de Dezembro a gloriosa data da restauração, vem a talho de foice narrar como ella foi acceita no Rio de Janeiro, sendo governador um neto — (Salvador Corrêa de Sá e Benevides) — do chefe da governança, adherente de 1583.

Enquanto em 1640 olhava Portugal *ao céo e ao largo*, na phrase do mavioso poeta, o Brasil passava, como no jôgo da caixinha dos tres desejos, ao seu antigo dono e podia dizer com o sino de uma das nossas freguezias: «de Sancta Rita fui — de Sancta Rita sou».

Esta segunda adhesão foi, todavia, mais espectaculosa: houve comedias, tiros de polvora sêcca, foguetes, illuminação obrigada a vela de côra, escaramuças, sortidas, cavalhadas e cannas.

Tudo isso consta de um opusculo publicado em Lisboa, em 1641, por Jorge Rodrigues, e tem por titulo: «Relaçam da

aclamação que se fez na capitania do Ryo de Janeiro do Estado do Brasil... nas mais do Sul, ao Senhor Rey Don João o IV, por verdadeiro Rey, etc. e Senhor do seu Reyno de Portugal, com a felicissima restituição que d'elle se fez a Sua Magestade que Deus guarde.»

Essa Relação é livro muito raro e pouco conhecido, apezar de ter sido reproduzido na *Revista do Instituto Historico*, tomo 5°, anno de 1843.

Fóra dessa transcripção temos conhecimento de um exemplar pertencente á Bibliotheca Nacional e de outro possuido pelo distincto deputado federal por S. Paulo, o dr. Miranda Azevedo.

Prestamos, pois, pequeno serviço aos leitores, resumindo ou antes, vestindo á moderna essa relação, e junctando-lhe alguns commentarios por nossa conta.

Honrado com a confiança dos reis de Hispanha, como haviam sido o avô e o pae, apromptava-se Salvador Benevides afim de seguir para o serviço das minas com a mesma jurisdicção e proventos concedidos a d. Francisco de Sousa e ao avô (o Salvador de 1582), quando em 10 de Março de 1641 recebeu da Bahia, por intermedio do marquez de Montalvão a nova da elevação de d. João IV ao throno de seus antepassados. Este marquez fôra encarregado de aplainar as difficuldades e fazer o mesmo que o seu antecessor Manuel Telles.

A situação de Benevides era especial; naturalmente embatucou com a nova, pois teria de perder 10.000 cruzados de renda e mais de 50.000 cruzados de fazenda de raiz e movel, que no *Reino do Perú e Castella gosava em commendas, dote e herança e muitas promessas* para sua casa e filhos, que via frustadas. Demais, por laços de sangue estava ligado á Hispanha: era filho de d. Maria de Mendoza e neto de d. Manuel Benevides, governador de Cadiz, e casado com d. Catharina de Velasco, filha do governador do Chile, d. Pedro Ramirez de Velasco.

Mostrou-lhe *o caminho* a seguir o provincial dos Jesuitas (padre Francisco Vilhena ?); immediatamente Salvador deu ordem ao sargento-mór d. Antonio Ortiz de Mendoza para convidar os officiaes da Camara, prelado ecclesiastico, vigario geral, prelados dos conventos, capitães de infantaria, forta-

lezas e ordenanças e outros *homens nobres e cidadãos da* REPUBLICA, dizendo-lhes ter negocio urgente a tractar, e marcando entrevista no Collegio dos Jesuitas.

Apezar de não haver *convites por carta*, accudiram todos ao chamado, e a cada um delles communicou em segredo o negocio, obtendo de todos votos favoraveis.

Era um bom cabalista esse Benevides. Depois de entrar não podiam os convocados saïr, *porque se não vulgarizasse a acção antes do effeito*. Não seria essa precaução devida antes ao receio de haver algum *vira casaca*, que entornasse o caldo ?

Realizou-se a reunião na sala da livraria do Collegio.

Pedimos permissão para abrir aqui um parenthese. Os exploradores dos subterraneos do Castello asseveram que no interior dalles está guardada a immensa bibliotheca dos Jesuitas.

Não ha tal: essa bibliotheca foi inventariada e avaliada para ser levada em hasta publica; os livros foram, por particulares, arrematados.

No archivo do Instituto Historico existe, sob o n. 412, do catalogo de Manuscriptos, uma cópia desse inventario e avaliação.

Junctos que estiveram todos, conhecidos os votos de cada um em segredo, mandou o governador lêr as cartas recebidas e fez uma pequena arenga de verdadeiro engrossamento ao novo astro, pedindo a OPINIÃO de todos os presentes, *preferindo errar com os pareceres dos presentes do que acertar com o seu.*

Então levantou-se o vereador mais velho e opinou pela acclamação immediata de d. João, devendo dar-se *muitas graças ao céo de se verem resgatados do pesado jugo e tyranna subjeição, que haviam padecido tantos annos, na vassallagem de El-Rei estranho, padecendo muitas calamidades, com novas invenções de tributos que tinham já ao reino quasi na ultima respiração*, etc. Seguiram-se os outros congregados, naturalmente usando da mesma disposição.

Lavrado e assignado o competente auto, deu Salvador Benevides o primeiro viva a d. João 4°.

Trazido o pendão real da Camara, saïram todos em procissão, foram á Sé matriz (hoje egreja dos Capuchinhos no

Castello, onde, feito um altar debaixo do arco cruzeiro, prestou o governador, sôbre um missal, e em seguida todos os circunstantes o juramento de preito e menagem, repetindo muitas vezes o viva, que o povo *pluralizava com notavel applauso sem saber porque, como, nem a quem se victoriava tanto.*

Feitas as ultimas ceremonias na Casa da Camara, ordenou Benevides, por meio de bando, luminarias por tres noites, guardando para depois da Paschoa as festas que intentava pôr por obra.

«*Viu-se*, diz o auctor da Relação, *aquella noite a cidade toda ornada de luzes, tão brilhante de invenções, tão lustrosa de fogos e tão inquieta de vivas pelas ruas, e artilharia nos navios e fortalezas, que de uma parte parecia que o Céo havia trasladado as estrellas nas janellas, e de outra que a abrazada Troia se representava na confusão das vozes e repetições da polvora, effeitos de amor, mostras do que nas veras quando se offereca, gastaram os leaes animos dos Portuguezes e Brasilienses, em serviço de seu verdadeiro Rei e Senhor Portuguez.*»

No dia 11 mandou Benevides partir em uma canoa, afim de levar a noticia ás cidades e villas do Sul, Arthur de Sá, capitão da fortaleza de Sancta Margarida, *que fez o governador na Ilha das Cobras, Padrasto da Cidade.*

No dia seguinte, 12, despachou uma caravella com destino a Lisboa e um patacho á Bahia, dando contas de seu proceder ao rei e a Montalvão.

A alegria subiu de ponto quando em 19 de Março, estando o governador na festa de S. Bento, recebeu duas cartas escriptas pelo proprio rei.

Ao mestre da caravella, portador das missivas, concedeu Salvador Benevides a compensação de não pagar o imposto dos vinhos.

Na noite de Paschoa, 31 de Março, começaram as festas por uma *encamisada* (especie de marcha *aux flambeaux*), montada — em que os cavalleiros levando tochas accesas se apresentaram cobertos de compridas capas brancas e percorreram todas as ruas da cidade. Nessa passeiata tomaram parte 116 cavalleiros, sobresaíndo o governador, dando vivas

a d. João 4°. Terminavam o prestito dous carros ornados de sedas, de ramos e flores e *tão prenhados de musica que em cada principio de rua parecia que o côro do Céo se havia humanado*, devido á habilidade do licenciado Jorge Fernandes da Fonseca e de seus filhos.

Na segunda-feira houve *alardo* geral (revista ou parada) no campo da Ajuda, composto de dous esquadrões da gente de terra e mar, uma companhia de frecheiros com 118 homens de emboscada e outra de cavallaria. Houve escaramuças e cargas.

Nesse dia formaram 1.200 homens, distinguindo-se ainda Benevides, ricamente vestido de tella encarnada, dirigindo os exercicios e simulados combates.

Na trça-feira correram-se touros, sendo os premios concedidos ás melhores sortes, pagos á custa de Salvador.

Na quarta-feira jogaram-se cannas, acaudilhando uma quadrilha de 15 cavalleiros o governador, e outra de egual numero o capitão Duarte Corrêa Vasqueanes.

Na quinta-feira ia dar-se representação de uma comedia, em um theatro armado na praça; mas choveu tanto, que foi forçoso ao governador mandar effectuar a récita na sala da sua casa, então no bairro da Misericordia.

Na sexta-feira a chuva continuou e não houve festa.

No sabbado correram-se manilhas (jogo da argolinha), *sendo os oppositores 20 cavalleiros, não faltando o governador, nem o capitão Duarte Corrêa, que tambem em todas as festas* (diz o auctor) *luzio bisarro e bisarreou lustroso!*

No domingo saïram duas companhias de gente principal, mascaradas e vestidas ao *gracioso burlesco.*

Terminaram, enfim, os folguedos na segunda-feira com um alardo feito pelos estudantes, dando elles «*mostras de que tambem, quando fosse necessario em serviço de Sua Magestade, saberiam disparar o arcabuz, como construir os livros.*»

Com taes provas de adhesão muito lucrou Benevides, que sabia levar agua ao seu moinho, e foi fartamente recompensado pelo novo rei com boas e rendosas commissões.

Quanto aos Cariocas, obtiveram elles, em 1642, as honras e privilegios concedidos aos moradores da cidade do Porto, e em 1647 foi a cidade do Rio de Janeiro agraciada com o titulo

de Leal. Quem ficou no meio de tudo isso foi Philippe 4º da Hispanha, como *in albis* ficára sessenta annos antes o prior do Crato.

Fructo do adhesismo! — Engrossamentos com proveito!

1º de Janeiro de 1902.

---

# PROCISSÃO DOS PASSOS

Quem, ainda não ha muitos annos, passasse, ao caïr da noite, pela antiga varzea de Nossa Sensora do O', ou antes pelo lado da Capella Imperial, ouviria plangentes e melancholicos cantos religiosos, partidos do edificio com apparencia de casa particular, situado, ainda hoje, entre a velha torre dos Carmelitas e o frontespicio da nossa Archi-cathedral.

Eram os devotos do Senhor dos Passos, que regularmente, em todas as sextas-feiras, fieis ás tradições iam prestar homenagens de fé á veneranda imagem, que desde tempos remotos tinha alli seu sanctuario.

O grupo de crentes, aliás numeroso, e no qual se notavam pessoas de distincção, era chefiado pelo conhecido Gloria, mulato respeitavel e muito entendido em cousas de egreja.

Um dia a morte bateu á porta do velho regente, e lá se foi elle caminho da eternidade. Sua mulher, porém, levantou o compasso, ou antes a campainha caïda da mão do esposo, e por si mesma constituiu-se, por direito de successão, directora das ladainhas. Chegou tambem a vez da velhinha... morreu. — Depois vieram as obras da cathedral, a tribu piedosa dispersou-se, e ficou erma a capellinha do Senhor dos Passos, nos tectos da qual notavam-se quadros do pintor nacional Manuel da Cunha, escravo que foi da familia Cunha Barbosa, elogiados pelo eminente artista Porto-Alegre.

Como era de infundir respeito a bella cabeça do Nazareno coroada de espinhos, e da qual caiam, em longos cachos negros cabellos, que eram o encanto dos nossos olhos de menino! Qual não foi, pois, o nosso espanto quando, annos

mais tarde, tivemos noticia de ter existido um padre sacrilego, que quando ia para seus divertimentos arrancava, para se disfarçar, a cabelleira do Senhor dos Passos e a enfiava na cabeça! Calumnia ou verdade, consta isso da denúncia apresentada ao bispo d. Antonio do Desterro contra os Jesuitas pelo egresso padre Bento Pinheiro de Horta da Silva Cepéda, que mais tarde foi 5° vigario collado da freguezia de Nossa Senhora do Loreto de Jacarépaguá!

E' antiga a capellinha em questão, e foi primitivamente dedicada ao apostolo São Tiago. Pela escriptura de 14 de Julho de 1635, os Carmelitas venderam-n'a por 750$ a Maria Barreto, viuva de Diogo Rodrigues, com obrigação de uma missa todas as semanas, ás sextas-feiras. Os religiosos para cumprimento dessa obrigação hypothecaram umas casas terreas de pedra e cal na rua Direita ao longo das de Domingos Rodrigues, alfaiate, vindas ao Convento por legitima de frei Angelo do Espirito Sancto.

Esse documento foi impresso no 4° volume do *Archivo Municipal* (Anno de 1897, pags. 499 a 501). Mais tarde naturalmente, quando se instituiu a confraria do Senhor dos Passos, os membros desse sodalicio obtiveram a capella de São Tiago, e para lá transferiram a imagem do seu orago, que era venerada em um dos altares do templo carmelitano.

Essa irmandade, extincta ha poucos annos, festejava com grande pompa o padroeiro e tomou a si a procissão que, como veremos, até certo tempo era feita pelos Carmelitas.

Entre as Irmandades de S. José e do Senhor dos Passos houve renhido pleito, que durou muitos annos, sôbre a antiguidade de uma e outra e precedencia nos actos publicos. Dos autos dessa demanda, já bastante carcomidos pela traça, póde-se inferir ter sido creada a Irmandade dos Passos pouco mais ou menos em 1647, tendo por isso ganho de causa a de S. José, reconhecida pelos poderes ecclesiasticos, em 1727, como muito mais antiga.

Mais um alfarrabio e entraremos em materia. A procissão dos Passos é antiquissima.

Na escriptura, quasi apagada, lavrada á pagina 115, do livro 1° do Tombo da Misericordia, existe um accôrdo, feito em 23 de Março de 1635, entre essa Irmandade, representada

pelo provedor Thomé Corrêa de Alvarenga, o escrivão João de Castilho Pinto e outros e o padre-prior dos Carmelitas frei Manuel da Natividade e seus confrades.

Por esse documento, authenticado pelo tabellião Antonio de Andrada, allegavam os religiosos que até então a procissão *se fazia* para a Sé Matriz, sita no morro do Castello — *e sendo muito despovoada a maior parte daquelle sitio, era indecencia andar com a procissão por logares mal compostos, o que tinha diminuido a devoção,* principalmente depois de ter sido mudado o sacrario para a ermida de São José, e á vista dessas razões a Misericordia permittia ficasse a imagem depositada em sua egreja para saïr na segunda sexta-feira da quaresma, obrigando-se os Carmelitas a em tempo algum allegar qualquer titulo de posse, etc. Ora, ahi está o motivo, ignorado por muita gente, por que o Senhor vinha e ficava, desde vespera, na Misericordia para saïr no dia immediato.

A's 7 horas da noite, soavam os sinos da Cathedral, correspondidos pelos da egreja de S. José; era o signal da saïda do prestito, o qual transitava sómente pela antiga rua da Misericordia, habitada então por familias abastadas, e não como agora transformada quasi em pateo de immenso cortiço, onde de um lado e outro, notam-se casas de alugar commodos, povoadas de gente da peior especie! Depois de passadas duas longas alas de pessoas devotas, levando tochas accesas, via-se coberto por especie de baldaquino, de cortinas de setim roxo, o andor do Senhor dos Passos, conduzido a principio pelos governadores e vice-reis; e depois pelo rei d. João e pelos dous imperadores, accompanhados das altas patentes militares, camaristas e gente da côrte. A' proporção que o cortejo passava, os moradores illuminavam as janellas de todas as casas com castiçaes de prata, onde ardiam velas de cera ou de espermacete. Ao chegar á Misericordia, ficava o Senhor em depósito, e o imperador e Mesa assignavam um papel. O povo dizia que o monarcha nelle se declarava *fiador* da Sancta Casa, para esta não poder ficar com a imagem! Em tempos antigos ia no couce da procissão a communidade dos Carmelitas, mas quando estes se passaram, no tempo de d. João, para a Lapa, foram substituidos pelo Cabido da Cathedral.

Na noite de quinta-feira, 15 de Março de 1791, por occasião da procissão do depósito deu-se um facto escandaloso, que vai sob a responsabilidade de Balthazar Lisboa. Havia no convento do Carmo um chorista aloucado fr. Antonio Joaquim, que costumava fazer seus cumprimentos ao vice-rei conde de Resende. O prelado fr. Thomé da Madre de Deus Coutinho Botafogo prohibiu taes bajulações, mas em noite de quinta-feira, vindo o vice-rei para carregar o andor *como faziam seus antecessores*, fr. Antonio lá estava na portaria desobedecendo ás ordens do superior. Acabada a procissão, chegando ao convento, fr. Thomé *fez quebrar no corpo do corista bastantes varas de marmeleiro e não satisfeita sua colera se lançou sobre aquelle corista com murros, empurrões e bofetadas*. A mãe do offendido e o tio, o sargento-mór Claudio José Saraiva, queixaram-se ao vice-rei. Houve corpo de delicto. O conde tomou a cousa a serio, chamou a attenção do bispo sôbre o escandalo, e este foi forçado a degredar o delinquente para a fazenda de Macacú.

Durante a manhã de sexta-feira, eram a imagem e o andor adornados pelas mãos de senhoras da nossa melhor sociedade, e das 4 para 5 horas começava a desfilar a procissão. Abriam o prestito 4 soldados de cavallaria de Policia; logo após destinguia-se uma figura esguia, vestida de roxo com um capuz sôbre a cabeça, com aberturas nos olhos e no nariz. Era o farricoco ou *holandilha*, a que o Zé povinho chamava *a morte*. Representava esse papel o José Matalóte, que empunhava uma corneta, da qual tirava uns sons roucos e sinistros, como o velho Silva no quarto acto do *Ernani*. Logo após ia o guião da Irmandade dos Passos, de damasco roxo, franjado de ouro com as classicas lettras S. P. Q. R. — *Salva Populum Quem Redimisti*, que o vulgo traduzia por «salada, pão, queijo e rapadura», ou «senhor Pedreira quer rapé». De um lado e de outro, a ala dos congregados de Sancta Tereza e da Piedade, de Irmãos dos Passos com suas opas e murças de côr roxa, anjos com os emblemas da Paixão; em seguida, em rico andor, vergado ao peso da cruz, ornada de palmas de cravos e camelias, a imagem do Senhor, deante da qual todos instinctivamente se ajoelhavam.

Após, a bandeira da Misericordia e os irmãos della com

as competentes varas pretas, o cabido e o pallio. Fechava o prestito um batalhão de guarda de honra.

Não havia descargas, por ser procissão de quarésma.

Minutos depois passavam os serviçaes da Misericordia, levando em grandes taboleiros as cartolas, bengalas e chapéos de sól dos ermãos da Sancta Casa, que accompanhavam a procissão, sómente até a egreja de S. José, onde era a imagem recebida pela Irmandade do Patriarcha.

Dando volta ao redor do Paço, tomava o prestito as ruas da Assembléa e Quitanda, subia a de S. Pedro, em cuja egreja entrava; seguia pela dos Ourives até Sancta Rita e dahi, descendo a rua dos Pescadores, buscava a rua Direita, depois de entrar na Cruz a recolher. A imagem ficava em exposição por alguns dias. Para evitar prolixidades não faremos commentarios ás exaggerações de Debret, quando no seu Brasil Pittoresco tracta desse acto religioso; — a unica cousa exacta é a graça e o *chic* das nossas devotas e donzellas, quando, galgada a pequena escada para beijar o pé e os cordões do Senhor dos Passos, salvam a situação corrigindo o máo effeito de ficarem quasi de gatinhas.

Em tempos anteriores, as paradas ou passos faziam-se juncto de orátorios collocados em diversas ruas, em fórma de armarios, dos quaes só existe um na rua dos Pescadores. Dellas e dos nichos das esquinas nos occuparemos, si Deus nos der vida e saude.

Deixou de saïr durante alguns annos a procissão dos Passos, devido a desordens que se deram, em 1831, por occasião das rusgas ou motins politicos.

Durante a nossa infancia e mocidade, sempre a vimos passar pela rua da Misericordia, e jámais nos exqueceremos da que se realizou na sexta-feira, 10 de Março de 1854.

Nesse dia vimos pela primeira e última vez o grande provedor José Clemente Pereira, baixinho, com suas costelletas, engravatado e levando debaixo do balandráo e sôbre a casaca a insignia do Cruzeiro. Satisfeito e risonho, comprimentava ás pessoas de sua intimidade, que assistiam á procissão das janellas de nossa casa.

No dia seguinte circulava por toda a cidade a noticia da morte daquelle grande benemerito. Ao chegar á casa, vindo de accompanhar o Senhor dos Passos, fôra, alta noite, victima de um insulto apoplectico.

Pela primeira vez em nossa vida pudemos comprehender a instabilidade e incerteza das cousas humanas e, como a gente, *do pé para a mão*, póde ir desta para melhor! *Vita brevis* — dizia com razão o velho de Cós!

6 de Janeiro de 1902.

---

# AS BANDEIRAS DOS OFFICIOS

Pondo em contribuição elementos fornecidos pelos historiadores, podemos dividir a população desta cidade, nos tempos coloniaes, em raças e classes. Em primeiro logar estavam os *moradores*, e se podiam dividir em tres classes: a primeira constituida pela nobreza da terra — isto é, pelos Portuguezes, primeiros colonizadores, e seus immediatos descendentes brancos, aos quaes competia a governação da terra, podendo ser eleitos para os cargos municipaes e occupar tambem cargos civis e militares. Por graça especial de d. João IV haviam elles obtido, em 1642, os privilegios de infanções, concedidos em 1490 aos moradores da cidade do Porto: podiam usar sedas, metaes e pedras preciosas, trazer armas offensivas e defensivas, não eram presos sem certas formalidades, nem soffriam tormentos, etc. Nas pautas da Misericordia figuravam como pertencentes ao primeiro fôro e eram chamados ermãos nobres, em contraposição aos ermãos officiaes representados pelos plebeus: mercadores, negociantes ou tractantes.

A segunda classe compunha-se dos peões-officiaes mechanicos, operarios, trabalhadores, aos quaes pelas Ordenações era vedado serem eleitos para os Conselhos do municipio.

A terceira era a dos infames pela raça ou pelos crimes —os judeus, mouros, christãos novos, os degredados e os ci-

ganos. Estes viviam, como sabemos, acantonados em um bairro *longinquo* da cidade, no chamado Campo dos Ciganos, hoje rua da Constituição, nas terras pertencentes á antiga chacara do Campo de S. Domingos, da qual foram foreiros em 1702 o dr. João Mendes de Almeida, em 1709 seu cunhado Paulo Carvalho da Silva, e mais tarde a Ordem do Carmo.

Havia tambem, além dos indios christãos livres, administrados nas aldeias ou em serviço dos moradores, os indios escravos, encarregados do transporte da agua da Carioca, conduzindo-a em grandes potes de barro.

Com estes confundiam-se os escravos africanos, espalhados pelas casas de seus senhores ou aquartelados nos armazens do Vallongo, á espera de quem os comprasse. Do amalgama dessas raças resultavam os mamelucos, caboclos, cafuses, mulatos, livres ou escravos. Os pardos livres, conhecidos por mulatos de capote, já em 1698 gosavam de alguma importancia e haviam comprado aos religiosos de S. Bento a posse do altar de S. Braz, fundando uma confraria, cujo orago era esse sancto, advogado das molestias da garganta.

Excluidos os peões e officiaes mechanicos de tomar parte nas camaras municipaes, elles, todavia, na cidade de Lisboa, influiam nos negocios publicos por intermedio de immediatos representantes. Seja dicto de passagem, que a organização do municipio da capital da Metropole era muito differente da da cidade do Rio de Janeiro. Lá, havia o Senado da Camara, de nomeação do Govêrno, ora servindo os vereadores vitaliciamente, ora por 3 annos. Aqui, os vereadores eram eleitos pelo povo, e a Camara compunha-se dos juizes da terra ou pedaneos, 3 vereadores e um procurador. Lá a classe dos peões era representada pela chamada *casa dos 24*, cuja organização primitiva fôra dada em 1422 por d. João I, e que unida ao Senado tinha o govêrno da cidade.

Segundo as tradições dos antigos gremios da edade média os artistas eram, segundo sua profissão, divididos em 24 corporações, cada uma das quaes elegia o seu juiz, cuja reunião constituia a referida Casa dos 24.

Estes dentre si tambem elegiam um presidente, chamado Juiz do Povo, e um escrivão, os quaes tomavam assento no

Senado. Cada um desses gremios tinha seus estatutos e regulamentos approvados pelo Govêrno, debaixo da inspecção do Senado.

Para ser membro da Casa dos 24 era preciso ser maior de 40 annos e obter duas partes dos votos dos eleitores. Representou ella importante papel na historia portugueza e soffreu desde o tempo de d. Sebastião modificações, sendo então seus estatutos consolidados pelo desembargador Duarte Nunes do Leão. Afinal foi extincta pelo decreto de 31 de Maio de 1834. Com o correr dos tempos esses 24 gremios, levados pelo fervor religioso, aggremiaram-se a irmandades ou confrarias, tomando cada um delles para patrono um sancto do Calendario, e formaram as chamadas bandeiras, que foram devidamente classificadas pela determinação régia de 3 de Dezembro de 1771.

Dos officios representados na Casa dos 24, uns eram embandeirados e outros não, mas todos concorriam por seus representantes para composição dessa Casa, instituição verdadeiramente popular. Os officios embandeirados eram 11, a saber: 1° de S. Jorge, comprehendendo os barbeiros de barbear, barbeiros de guarnecer espadas, fundidores de cobre, ferreiros, serralheiros, ferradores, douradores bate-folhas espingardeiros e cutileiros; 2°, de S. Miguel: ferreiros, canteiros, sirgueiros de agulha, sirgueiros de chapéos, ponteeiros luveiros, albardeiros e latoeiros de fundição; 3°, de São Chrispim: sapateiros, odreiros, curtidores e surradores; 4°, de Nossa Senhora da Conceição: correeiros, selleiros e freeiros; 5°, de N. Senhora das Mercês: pastelleiros, torneiros, latoeiros de folha branca latoeiros de folha amarella; 6°, de Sancta Justa e Sancta Rufina: oleiros, sombrereiros e chocolateiros; 7°, de S. José: pedreiros, carpinteiros de casas, canteiros, violeiros e ladrilhadores; 8°, de S. Gonçalo: tosadores, vidraceiros, tintureiros, esteireiros e tecelões; 9°, da Senhora da Oliveira: confeiteiros, carpinteiros de carruagens, carpinteiros de jogos de carros e picheleiros; 10°, da Senhora das Candeias: alfaiates, bainheiros, carapuceiros e algibébes; 11°,: da Senhora da Encarnação: carpinteiros de moveis e semblage, entalhadores e coronheiros.

Os officios não embandeirados eram os de tanoeiro, cerieiro, ourives de ouro e prata, alternando com o de lapidario, cordoeiro, alternando com o de sapateiro e cordoeiro de linho.

Para a Casa dos 24 davam as bandeiras de S. Jorge 2 representantes, S. Miguel 2, S. Chrispim 2, Conceição 2, Mercês 1, S. José 2, S. Gonçalo 1, Senhora da Oliveira 1, Senhora das Candeias 2, Conceição 1, Sancta Justa 1, Tanoeiros 2, Cerieiros 2, Ourives de ouro 1, Ourives de prata 1, Cordoeiro 1.

No Rio de Janeiro, nem em cidade alguma do Brasil, houve *Casa dos vinte e quatro*; mas os officiaes mechanicos unidos aos *homens bons e ao povo* eram ouvidos nos negocios importantes, por intermedio dos *misteres* ou *mesteres*. Na correcção, feita em 1624 pelo ouvidor desembargador João de Sousa Cardenas, prova elle que a Camara do Rio de Janeiro pedira licença ao rei para o *povo* poder eleger dous mesteres. Na revolução de 1661, em tempo de Salvador Benevides, encontramos, em numero de 4, esses representantes, á cuja frente estava o célebre Jeronymo Barbalho Bezerra. Ainda em 1736 o governador José da Silva Paes dirigia-se á Camara procurando saber como nella se costumava *ouvir o povo*. A Camara respondeu que por meio de procuradores — *da nobreza, mercancia* e MACHANICA, eleitos neste Senado.

Silva Paes ordenou fossem augmentados os procuradores, sendo 4 eleitos por parte da nobreza — com a advertencia de que *estes fossem dos principaes e mais antigos, e que mais vezes* tivessem servido na dicta Camara — 2 por parte da mercancia, sendo um da freguezia da Sé e outro da Candelaria, e para isso *seriam eleitos sujeitos de inteira capacidade e sãa consciencia, que na thesouraria desse Senado* tivessem *dado boa conta de si e procedimento com verdade* — e 2 pelo ultimo estado ou mechanico. Tanto basta para provar o que avançamos.

De Portugal passaram ao Rio de Janeiro os officios e suas bandeiras, e os historiadores delles apenas dão vagas noticias, quando tractam da festividade de Corpo de Deus. Assim, Balthazar Lisboa diz-nos que em 1668 caiu essa festa em desuso, mas o Conselho de então a restaurou, ordenando

que os *juizes* de *ferreiro e padeiro* apresentassem a imagem de S. Jorge, que os dos *alfaiates* dariam a serpe, os dos sapateiros o *dragão*, os dos tanoeiros *os cavallos*, *os dos marceneiros* a imagem do menino Deus, os dos *ourives* e *pedreiros* accompanhassem sómente com suas tochas, e os *taverneiros* e *mercadores* apresentariam *uma dança*, para cujo fim se deveriam fintar.

Era isso a reproducção do que se practicava em Portugal desde tempos muito remotos, e cuja noticia detalhada encontrámos na magnifica descripção da festa de *Corpus* feita pelo grande Herculano no seu *Monge de Cister*, e em outro não menos excellente romance *Mestre Gil*, impresso no *Panorama*. Temos á vista um edital de 1735, ordenando a ordem a seguir pelas diversas corporações no prestito do Corpo de Deus. Ahi figuram para mais de 150 irmandades, sendo obrigados os *diversos officios* a comparecer, levando suas bandeiras e diversas figuras, que davam á procissão um aspecto burlesco ou antes de carnaval de nossos dias. No Brasil eram os mesmos usos respeitados: em 1655 a Camara do Maranhão ordenara que os Juizes e Officiaes dos diversos officios accompanhassem a procissão com *seus castellos e insignias*, sob *pena de mil réis cada um que faltar*.

Em 1704 a mesma Camara ordenou déssem os mercadores a figura de David e *duas tourinhas;* os ferreiros a de S. Jorge, os sapateiros o Dragão, os alfaiates a Serpente, os pescadores e arraes de redes *as danças. E que não sejam cousas ridiculas*. Aos que faltarem, ou se apresentarem com ridicularias, pena de *seis mil réis!* O mesmo acontecia na Bahia e Pernambuco.

Faltam-nos elementos para, em um estudo synthetico, fazer o historico de todos os *officios* embandeirados, que deveram ter existido no Rio de Janeiro. O descuido e a perda de livros pertencentes ás antigas irmandades e, mais que tudo, o incendio do archivo da Camara (1790), em cujos livros estavam inscriptos os regimentos e compromissos desses antigos gremios, dão causa a esta lacuna.

Grande luz, porém, projecta sôbre o assumpto a impressão do Compromisso da Irmandade de S. Jorge, feita no *Archivo Municipal* pelo dr. Mello Moraes filho.

Eram annexos dessa confraria os officios de serralheiros, ferreiros, cutileiros, espingardeiros, latoeiros, pilhereiros, funileiros, caldeireiros, cepadeiros, douradores e selleiros. Eram obrigados a ser membros da Irmandade, a cujo cargo estava apresentar a imagem de S. Jorge na procissão de Corpo de Deus, devendo todos os mestres que tivessem loja aberta pagar de joia 1$920 e annualmente 640 réis. Os desobedientes seriam obrigados a *fechar suas lojas*, requerendo isso a irmandade a juiz competente. Além da administração da Confraria, cada officio tinha o direito de eleger o seu juiz e escrivão. Os ermãos nomeados para accompanharem a imagem de S. Jorge *eram propostos ao Senado d aCamara para os obrigar a ir, e em caso de faltarem serem condemnados na quantia de seis mil réis, paga executivamente da cadeia!* Os juizes e escrivães dos officios accompanhavam o prestito vestindo *capa e volta*, e podiam, accrescentamos, usar espadim, privilegio concedido pela pragmatica de 1751.

Nenhum aprendiz podia ser admittido a official sem quatro annos de práctica e depois de convenientemente examinado pela mesa da Bandeira. Nenhum official podia tomar obra pertencente a outro officio.

Nenhum mestre podia ter em sua casa mais do que 4 aprendizes, etc. Os juizes e officiaes gosavam fé pública e eram chamados como avaliadores e peritos. Perante os tribunaes eram os seus laudos respeitados.

Antes de terminar estes nossos apontamentos, seja-nos licito indicar a quem, no futuro, quizer fazer a historia do nosso proletariado, o mais farto manancial ácerca desta materia, muito interessante e pouco estudada.

No archivo da antiga Irmandade de S. José apezar de haverem sido destruidos muitos livros, no tempo da invasão franceza em 1711, existe um grosso volume manuscripto, já de difficil leitura, onde estão comprehendidos os deveres e direitos dos membros da antiga Bandeira de S. José desta cidade, os compromissos, regulamentos, alvarás, cartas régias, concedendo privilegios aos mesteiraes, dando toda a importancia aos juizes e escrivães dos officios. Ahi lemos a correspondencia com a Metropole e diversas questões com a

Camara, a qual muitas vezes pretendia invadir as attribuições e regalias dos officios embandeirados.

Tudo isso nos levaria muito longe; servirá de assumpto para um capitulo sôbre a historia da egreja de S. José, que temos em mente escrever.

Todas essas velharias acabaram com a lei de 1 de Outubro de 1828, que deu nova organização ás Camaras Municipaes.

Era dellas tão enthusiasta o dr. Balthazar Lisboa que no 3º volume de seus *Annaes do Rio de Janeiro* sustenta *ser evidentemente falso o dizer-se que o Brasil era regido pela arbitrariedade e despotismo, quando a Camara e povo eram consultados nos negocios que lhes respeitavam!*

Teria razão o nosso antigo juiz de fóra? Póde ser que sim, póde ser que não.

13 de Janeiro de 1902.

---

## S. SEBASTIÃO

Aos vinte dias do mez de Dezembro do anno da graça de 1583, vindo do Espirito Sancto e após tormentosa viagem, chegou a esta cidade o padre Christovam Gouvêa, visitador geral dos Jesuitas, trazendo em sua companhia os padres Fernão Cardim e Barnabé Tello. Cordialmente foram recebidos pelo reitor do Collegio, padre Ignacio de Tolosa, e por Salvador Corrêa de Sá (que, pela segunda vez, governava a terra) o qual, apezar de manco de uma perna, não se quiz furtar a esse dever de cortezia. Aboletados os recem-vindos no Collegio, ahi passaram o Natal e organizaram um lindo presepe, onde o ermão Barnabé *alegrava as noites com o seu birimbáo!*

Havia o padre visitador trazido, engastada em um braço de prata, uma reliquia de S. Sebastião, e vindo perto o dia 20 de Janeiro, consagrado ao padroeiro da cidade, resolveu, de accôrdo com o governador, celebrar festas populares em memoria da transferencia da povoação para o alto do morro,

hoje do Castello, bem como das victorias alcançadas contra os Francezes e Tamoios seus alliados.

Consistiu a festança em um combate maritimo simulado: e para isso o governador, com os principaes moradores a rufarem tambores, com bandeiras desfraldadas, disparando tiros de arcabuz, entrou em uma grande barca primorosamente ornamentada, e em cuja pôpa foi armado lindo altar ladeado de numerosos cirios; sôbre elle ostentava-se a preciosa reliquia. Vinte ligeiras canôas seguiam a capitanea da frotinha, todas ellas pintadas de varias côres, com folhagens e flammulas; em uma dellas tomou logar o valente Martim Affonso Arariboia, que, de proposito, de S. Lourenço viera a tomar parte nos folguedos.

Percorrida pelas embarcações grande parte da bahia, ao som das flautas, pifaros e tambores, travou-se combate entre os fortins e a esquadrilha, ao som da vozeria dos Indios, do ruido dos canhões e dos mosquetes.

Findo o passeio maritimo, dirigiu-se a comitiva á egreja da Misericordia, trazendo a reliquia sob um rico pallio, cujas varas eram sustentadas pelos vereadores da Camara. Ahi foi celebrado um *auto*, em tablado armado ás portas da Misericordia, distinguindo-se os actores pela riqueza de seus vestuarios e sendo para notar um mancebo, amarrado a um páo, representando ao vivo S. Sebastião, sendo alvejado pelas settas dos presentes; *derramaram os circunstantes lagrimas de devoção e ternura!* Houve prégação pelo padre Cardim sôbre os milagres do sancto, e o muito que a cidade devia ao seu padroeiro. Beijada por todos a reliquia, poz-se em marcha a procissão para o Collegio, subindo a então ingreme e ainda não calçada ladeira (hoje da Misericordia).

Era o prestito, segundo nos refere Cardim em sua *encantadora* «Narrativa Epistolar», na phrase de Capistrano de Abreu, formado por uma multidão de meninos indios, completamente nús, com cocáres na cabeça, braceletes nos braços e guizos nos pés, cantando e dançando, e declara o Jesuita ser a mais aprazivel dança que *vira no Brasil*, e que *si esses meninos se mostrassem no reino, andariam todos atrás delles.*

Terminou a festa na pequena egreja velha, ainda feita de taipa, a cujo lado estava o Collegio em obras, sendo já

construidos 10 a 12 cubiculos com os tectos forrados de cedro, em um dos quaes morrêra, em 1570, o célebre Manuel da Nobrega, que apezar de gago sabia perfeitamente levar a alma de seus catechumenos á convicção e á prática das boas obras.

Com tudo isso alegrava-se Salvador Corrêa, e mórmente porque, nesse anno de 1583, havia elle terminado as obras da egreja de S. Sebastião e para ella trasladado os restos de seu primo Estacio de Sá, os quaes desde 1567 estiveram sepultados na velha capellinha, na varzea entre o Pão de Assucar e o morro Cara de Cão.

Era desse modo que, já seis annos depois de fundada a cidade do Rio de Janeiro, seus primitivos moradores commemoravam o dia 20 de Janeiro, o qual, si fossemos um povo de cultura civica, seria o mais notavel e mais festejado desta Capital Federal.

Hoje nem mais luminarias nas noites de 17, 18, 19, nem salvas de Villegagnon, ás 8 horas e repetidas ás 10, *nem a festa das canôas;* si não fossem as festividades com que sempre a religião se associa aos grandes dias da patria, o dia 20 de Janeiro passaria totalmente exquecido. Tirae a missa pontifical celebrada na Archi-Cathedral, tirae as novenas e a festa dos Barbadinhos e a procissão do dia 27, que servirá de assumpto ao nosso proximo artigo, e o dia de hoje passaria exquecido!

Si na vida de além tumulo o arrependimento pudesse invadir a alma de um bemaventurado, certo S. Sebastião estaria hoje desgostoso de continuar a dar o seu patrocinio aos descendentes daquelles a quem elle animou, ajudou e protegeu!

E não vem de hoje a sem ventura desse sancto, a quem poderemos chamar verdadeiramente *caipora.* Em uma cidade em que se contam ricas, poderosas e florescentes confrarias, não ha uma com a invocação desse martyr, a não ser a modesta liga de S. Sebastião, estabelecida na egreja dos Capuchinhos, e luctando com todas as difficuldades. A irmandade, da qual era mordomo Francisco Velho, continuou, ao que parece, até 1716, e depois desappareceu.

Em 1733 d. João V, querendo que continuassem a venerar o glorioso padroeiro, ordenou se constituisse uma confraria na Sé Velha; nada foi conseguido. Em tempos do conde de Resende, pôde este restaurar a antiga egreja de S. Sebastião, procurou angariar devotos para uma confraria, e apezar de vice-rei e manda-chuva, essa corporação não teve estabilidade! Mas onde deparamos a pouca sorte de São Sebastião, de maneira evidente, é desde quando o fizeram trocar sua antiga pousada, no Castello, e procurar morada na planície. Quasi sempre andou como hospede, em casas alheias, luctando com a má vontade, as desconfianças, as intrigas dos que o accolhiam por honra da firma. Até a Ordem Terceira de S. Francisco de Paula, construindo seu magnifico templo, diminuiu de proposito o ambito da capella-mór, para que della não se namorasse o Cabido, levando para lá a imagem de S. Sebastião!

Augmentada a população do Rio de Janeiro, extendeu-se ella pela antiga varzea, e foi pouco a pouco sendo abandonado o morro do Castello. A velha egreja de S. Sebastião caia em ruinas e estava quasi abandonada por deficiencia de meios da Camara.

Esta, em officio dirigido ao governador, d. Luiz de Almeida, mostrava a sua má situação financeira, não podendo melhorar a egreja do glorioso martyr, a quem a cidade devia *tantos beneficios e miraculosa protecção*. O Sacrario, como sabemos, já havia sido mudado para a ermida de São José, e a antiga matriz só era frequentada pelos poucos devotos, que não receiavam o sol ardente nem o trajecto por logares invios e perigosos, povoados por audaciosos gatunos.

As cousas chegaram a tal ponto, que o prelado Manuel da Costa e Almeida resolveu, em 1659, *mudar, desfabricar e destruir* a antiga freguezia.

Dando conta desse procedimento á Camara, esta em sessão de 13 de Agosto, estando presentes os *homens bons*, o Governador, o ouvidor e o provedor da Fazenda, protestou solennemente contra a idéa do prelado, por intermedio do procurador Francisco Pires Chaves. Recebido o protesto, Almada escreveu ameaçando o Conselho com as excommunhões da Bulla da Cêa e declarando que levaria a effeito

seu protesto de mudança — *porque em todo o anno não havia quem fosse um domingo á matriz; liam-se os banhos e as cartas de excommunhão ás paredes — e faziam-se as festas da Paschoa e Natal aos negros do vigario!* Grande conflicto ia dar-se entre o Poder Civil e o Ecclesiastico; mas preponderaram as opiniões de juristas e sabedores, que foram de parecer nada se fizesse sem ouvir a opinião do rei.

A Camara, em uma longa representação, que assignaram além do procurador Pires os vereadores João Baptista Jordão e Manuel da Rocha, expoz a questão. A cousa deu em nada, e ainda dessa vez ficou descansado S. Sebastião. Elevado o Rio de Janeiro á categoria de bispado, na antiga egreja do Castello funccionou o 1° bispo d. José de Barros e Alarcão e teve assento o primeiro corpo capitular. Por um documento por nós encontrado no Archivo Publico, vemos que o thesoureiro da Sé, o dr. Clemente Martins de Mattos, para melhor acudir ao serviço da cathedral dirigiu ao rei uma petição em 1689, pedindo a desapropriação de uns terrenos pertencentes a Victoria de Sousa, viuva do mulato Domingos Corrêa, para melhorar uma casa e quintal, que elle Mattos possuia para as bandas da ladeira do Poço do Pateiro (hoje do Seminario).

Esse dr. Clemente foi dono da grande chacara de São Clemente, onde fundou uma capella, que ainda hoje deve existir no fim da rua de Humaitá, e nessa grande zona estabeleceu a primeira fabrica de anil.

Vaе começar para S. Sebastião o seu longo e verdadeiro martyrio de andar de Herodes para Pilatos, tudo sempre por motivo — a falta de dinheiro!

Repetindo-se os roubos e sacrilegios practicados contra a Sé — o 2° bispo d. frei Francisco de S. Jeronymo lembrou ao rei a conveniencia da mudança para a ermida de S. José. Apezar da planta feita em Lisboa pela padre Francisco Tinoco, e orçando a nova obra em cem mil cruzados, deu-se de mão ao projecto. Houve idéa de ser aproveitada a egreja da Cruz, mas no meio de delongas, requerimentos, informações e consultas nada se conseguiu. Foi afinal resolvida a mudança para a Candelaria, applicando-se para as obras

quantia necessaria. Em 1721 morreu o bispo d. Francisco, e tudo ficou no *statu quo*.

Em 1733 o bispo Guadalupe consegue a transferencia, afinal para a egreja da Cruz, apezar dos embargos da Camara. Teve logar a mudança em 23 de Fevereiro de 1734, mas não a furto e de noite, como erradamente diz Pizarro.

Houve o seguinte, segundo lemos em uma cópia das Consultas do Conselho Ultramarino, pertencente ao Archivo do Instituto Historico: o governador, a Camara e o bispo concordaram em deixar na velha Sé a imagem grande de São Sebastião, sendo trazida em solenne procissão para a Cruz uma imagem pequena. Terminada a festividade, com surpresa de todos foi em uma das noites seguintes trazida do Castello para a Cruz a imagem grande, carregada *em um palanquim á cabeça de negros*. Os causadores desse escandalo foram acremente censurados e reprehendidos pelo Govêrno. Como é de todos sabido, da Cruz saiu S. Sebastião para a egreja do Rosario, onde esteve por cêrca de 70 annos, e durante esse tempo o nosso sancto martyr assistiu com resignação a essa verdadeira guerra do Alecrim e da Mangerona entre o Cabido e a Irmandade dos Pretos, litigio que só terminou com a chegada da Familia Real. Em 1746, veio ordem de Portugal para construir-se uma cathedral digna desta cidade. Escolhido o local, foi a 20 de Janeiro de 1749 lançada a primeira pedra; começaram as obras, mas tiveram de parar por *falta de dinheiro*, e a Sé Nova desappareceu como um sonho, continuando S. Sebastião a sua triste sina de não ter casa propria e a passar por hospede importuno.

Tendo sido em 1808 transferida a Cathedral para a egreja dos Carmelitas, ahi descançou o sancto por muitos annos; mas sendo necessario separar a Capella Imperial, foi S. Sebastião transferido para a egreja da Ordem do Carmo. Veio a Republica, houve a separação da Egreja do Estado, exgotaram-se as quantias votadas e o Sancto esteve *ainda* como hospede por mais de 12 annos, até que, graças ao venerando sr. arcebispo actual, entrou o glorioso martyr na sua antiga morada, em dias do anno passado. No frontispicio da nossa Archi-Cathedral lá está a imagem do padroeiro

desta terra, olhos volvidos ao céo, implorando a protecção divina para os ingratos e que por ahi indifferentes passam, ignorantes do grande valor moral, civico e historico encarnado na memoravel data de 20 de Janeiro.

20 de Janeiro de 1902.

# PROCISSÃO DE S. SEBASTIÃO

Na correcção a que procedeu, em 13 de Septembro de 1749, o ouvidor geral e corregedor da Comarca, o dr. Francisco Antonio Berquó da Silveira Pereira, resolveu multar em vinte mil réis as pessoas da nobreza, que nomeadas pela Camara, para pegarem nas varas do pallio e carregar o andor de S. Sebastião na respectiva procissão, sem escusa se furtavam a esse dever, fazendo pouco caso do convite e causando graves transtornos á boa execução dessa solennidade. Entendia o referido doutor não ser licito a qualquer *desprezar a eleição que o Senado fazia para occupações honorificas*. Dahi resaltam dous factos: primeiro — e isso não soffre discussão, ser entre nós peccado velho a indifferença e a preguiça; segundo — ser a procissão, objecto destes apontamentos, ceremonia de importancia, a que ligavam alto valor não só os poderes ecclesiasticos, mas as Camaras, os representantes do poder civil, os governadores e até os proprios reis.

Diz-nos o fallecido dr. Mello Moraes que só em 1625, por um accôrdo entre os *homens bons* do povo e por estar em decadencia a confraria de S. Sebastião, tomava a Camara a si o cuidado de celebrar as festas do padroeiro da cidade. Entretanto, isso não nos parece, salvo melhor juizo, inteiramente exacto, porque todos os Conselhos do Brasil eram obrigados a celebrar certo numero de festas annuaes, inclusive a de S. Sebastião; e tractando-se no Rio de Janeiro de um sancto a que a cidade devia o nome, e cujo patrocinio era evidente, os nossos antigos Conselhos municipaes toma-

ram a si a tarefa de celebrar a commemoração do padroeiro, logo depois da fundação da cidade. A procissão de São Sebastião é pois entre nós antiga, e conquanto muito tenha perdido do seu antigo esplendor, é ainda uma das tradições que, felizmente ainda hoje se conserva. Era o sancto saudado com honras militares.

Enquanto o prestito corria a cidade, dava a fortaleza do Castello tres salvas reaes, correspondidas pelos navios ancorados, e era tal o estampido dos tiros que d. João V, em tempo do governador Luiz Vahia Monteiro e em virtude da reclamação dos moradores, ordenou fossem as salvas dadas pela fortaleza de Sancto Antonio, da ponta da ilha das Cobras !

Foi, principalmente, no tempo do principe regente, depois d. João VI, que tiveram o maior brilho a festa e a procissão de S. Sebastião.

Por uso antiquissimo, a Camara ordenava a illuminação da cidade, nas tres noites de 17, 18 e 19 de Janeiro, começando ás 8 horas e terminando ás 10, ao som festivo dos repiques de sinos de todas as egrejas.

Partilhando da alegria da população e querendo honrar as tradições ligadas ao dia do sancto padroeiro, d. João ordenou tambem luminarias em seu palacio e que no começo e fim da illuminação salvasse com 21 tiros a fortaleza da ilha das Cobras, e que isso se *practicasse para o futuro.*

O dia 20 de Janiero era celebrado com grande pompa na Capella Real; além de vesperas e matinas solennes, havia missa pontifical, em que era officiante o prelado, tomando parte nessa solennidade o Cabido, capellães e musicos da Real Capella, tendo á sua frente o insigne José Mauricio, cujas composições magistraes, mais de 250, ainda hoje se conservam no archivo da nossa Archi-Cathedral. A tudo isso assistia o principe, depois rei, com toda a devoção, bem como sua familia, sentados em grande tribuna, situada do lado da Epistola.

Em 1809, concorreu á festividade o Senado da Camara, incorporado com o seu estandarte, e o principe, além de haver marcado logar distincto no templo, concedeu á corporação a *honra de se assentar na sua Real Presença,* como nos refere o

padre Luiz Gonçalves dos Santos em suas *Memorias do Reino do Brasil*. Ao Evangelho, subiam á tribuna sagrada alguns dos mais distinctos oradores brasileiros, com grande gaudio do principe, que declarava aos seus aulicos admirar-se de encontrar no Rio de Janeiro tanta eloquencia e tanta illustração.

A formatura de tropa, a presença dos fidalgos ricamente vestidos, de senhoras da mais alta nobreza, tudo dava a esse dia a importancia de uma brilhantissima commemoração. No oitavario saïa solenne procissão, indo como de costume o Sancto á Sé Velha, no Castello. As ruas asseiadas e cobertas de folhagens de mangueira e canella; nas janellas das casas, de onde pendiam colchas de setim, seda e damasco, via-se o que de mais illustre havia na cidade. Salvavam as fortalezas, e a tropa que accompanhava a procissão dava tres descargas festivas ao sair e ao recolher. Em honra a d. João VI, seja-nos licito affirmar: o velho rei cercou sempre de toda a veneração a imagem do sancto padroeiro da cidade que o hospedara nos dias mais felizes da sua vida, disse-o elle, com lagrimas nos olhos, quando por exigencias da Politica foi obrigado, em 1821, a deixar o seu querido Brasil, onde fôra verdadeiro rei amado e venerado pelos seus — mais filhos do que subditos !

Não contente em dar a S. Sebastião joias preciosas, paramentos ricos, castiçaes de prata, fel-o Gran-Cruz da Ordem de Christo, e escolheu o nome de Sebastião para o primeiro neto que lhe nasceu no Brasil, filho da infanta d. Maria Tereza e d. Pedro Carlos (mais tarde aqui fallecido), e cujos restos mortaes existem na capella da Conceição da egreja de Sancto Antonio.

A procissão de S. Sebastião comparecia, como dissemos, o Senado da Camara, levando o procurador della o respectivo estandarte. Era este nos tempos coloniaes de côr branca, tendo bordadas a corôa portugueza, as armas da cidade e a imagem de S. Sebastião. Depois da independencia, o estandarte era de velludo verde, tendo de um lado as armas do Imperio bordadas a ouro e do outro ainda a imagem do sancto. A lança terminava em uma grande esphera armillar, rico trabalho de ourivesaria. E a proposito, onde parará esse pendão que figurou nos grandes dias da nossa patria ? Tra-

javam os vereadores casaca e calções de seda preta, capa e volta, meias brancas, camisas de bofes e punhos de renda, sapatos de fivella e chapéo meio desabado com plumas brancas preso por um laço de pedras preciosas.

Com o Imperio modificou-se o uniforme dos representantes da cidade, dando-se-lhes casaca verde bordada, collete branco, cinto e espadim, calças azues agaloadas e chapéo armado. Como esse uniforme custava caro, só um ou outro vereador mandava fazêl-o, e poucos compareciam á procissão; dahi vem que quasi havia desapparecido o bom costume de se fazer representar a edilidade nessa ceremonia tradicional. Nos ultimos tempos da monarchia era o estandarte da Camara levado por um empregado da secretaria! Em 1896 cinco intendentes, amigos das tradições e da religião, resolveram em character particular accompanhar, sem distinctivo algum, a procissão. Chegados á Archi-Cathedral foram convidados a pegar nas varas do pallio. Como recusar similhante gentileza? Lá foram elles caminho do morro do Castello, e na Sé Velha visitar tambem o tumulo de Estacio de Sá.

No dia seguinte vinha o mundo abaixo: os pobres edis eram accusados de *sebastianismo* e de infieis á Republica. Podiam elles ser vistos junctos em palestra, na rua do Ouvidor, nos theatros, em convescotes, em pandegas; mas accompanhar a procissão do padroeiro da cidade — que horror, que indecencia!

Em nossos dias a procissão, saindo da Cathedral, segue as ruas Primeiro de Março, Ouvidor, Ourives, Ajuda e ladeira do Seminario. Na frente tres ou quatro guiões, as irmandades e ordens terceiras, o andor do Sancto carregado por sacerdotes, grande numero de devotos, o clero secular e regular, o pallio sob o qual o sr. arcebispo leva o Sanctissimo Sacramento e a cujas varas vão membros do Cabido. Muito povo e nada mais. Chegado o prestito á egreja dos Capuchinhos, entram pela porta principal, e sobem as confrarias por outra porta lateral, vindo cada uma para suas respectivas capellas.

Mas porque, perguntarão nossos leitores, a procissão tem logar no dia 27 e não no dia 20, consagrado pela Egreja ao martyr advogado contra a peste, fome e guerra?

Da-nos plena resposta a determinação régia de 30 de

Septembro de 1733, impressa por extenso no volume 1° do Archivo municipal e expedida quando definitivamente o rei d. João V auctorizou a mudança da cathedral, do Castello para a egreja da Cruz.

Diz esse documento: « *por quê hé Justo Se não perca totalmente a memoria da antiga Cathedral e Igreja de S. Sebastião Se conservará tambem esta, erigindo se nella uma Confraria do Senado para ter cuidado de Sua descencia com hum capellão... e no dia 27 de Janeiro de cada hum anno em que Se celebrar a outava da festa do mesmo Sancto Será obrigado todo o Cabido e Clero a Sim Secular, como Regular a fazer uma porssição solene adita Igreja antiga a Cantar n'ella Missa depóes de haver cantado a Conventual e maés officios divinos na nova Cathedral Com a devida Solemnidade, Sem que esta se diminua, por se haver de cantar a outra Missa na Igreja antiga, ficando nesta forma transferida para o dia vinte é sete dè Janeiro a Porcissão que hera costume fazerce no dia de S. Sebastião, e ao Bispo e Cabido recommendo que a menhã ou o dia todo da porssição seja de guarda.* »

Minudencias sôbre o assumpto e ceremonial postos em práctica desde 1758 podem ser lidos na obra de Pizzarro e de todos quantos o têm seguido. — Ultima nota: em 1752, o dr. Juiz de Fóra Antonio de Mattos Silva, corregedor da Comarca, no impedimento do ouvidor, o desembargador dr. Manuel Monteiro de Vasconcellos, censurou á Camara o excesso de despesa (3$300) que se fazia com a cêra, que o Senado fornecia a quem accompanhava a procissão, e ordenou que se não désse cêra a irmandades, ou confrarias, nem ainda a clerigos, só estando com sobrepeliz, nem a religiosos, salvo em acto de cummunidade etc., para evitar despesas superfluas, pois as rendas da Camara diminuiam, e as despesas cresciam!

Ora, ahi está um homem que, si ainda vivesse, teria o *voto* de muita gente para o logar de intendente; pelo menos seria um excellente membro da Commissão de Fazenda do Conselho Municipal.

* * *

Todos quantos em piedosa romaria accompanharem hoje a tradicional prossição de S. Sebastião, não deixem de contemplar juncto ao cunhal da antiga Sé o unico monumento, que possuimos commemorativo da fundação da cidade do Rio de Janeiro.

E' uma simples pedra, sôbre a qual têm passado mais de tres seculos.

Esse padrão, ahi fincado pelos primeiros povoadores, symboliza, através dos tempos, a fé, o denodo, a perseverança, com que elles souberam cavar os alicerces desta hoje grande capital e lembrará sempre os memoraveis combates de Uruçumirim e Paranapuan.

Aos olhos dos Cariocas esse singello marco deve ser objecto de muita veneração. Conservemo-lo para despertar em nossas almas as sublimes e sanctas suggestões do verdadeiro amor da patria.

27 de Janeiro de 1902.

---

## A CANDELARIA

Soam festivamente, ao longe, os sinos do sumptuoso templo, convidando os fieis á celebração da tradicional ceremonia das Candeias. Chove a cantaros, e como o dia é tambem da Purificação, aproveitemo-lo accendendo, em honra á Virgem, pequena luzerna, para, através dos tempos, procurar a verdade sôbre a fundação do sanctuario da Candelaria, expurgando erros, contra os quaes protesta a verdadeira topographia do Rio de Janeiro velho. Nenhum templo desta cidade tem sido por mais vezes descripto, já em excellentes monographias, já em artigos de jornaes e de revistas, e até hoje não tem sido possivel fixar a data em que Antonio Martins da Palma, saltando no Rio de Janeiro, depois de escapo milagrosamente de horrivel tempestade, deu LOGO cumprimento ao voto de fundar uma capella na primeira terra a que abicasse. Refere a lenda haver sido a ermida construida no logar, onde deu á costa uma náo. cujas madeiras foram aproveitadas.

Dizem uns que o voto fôra feito sómente por Palma e que este se casára, no Rio de Janeiro, com Leonor Gonçalves, muitos annos depois, sendo esta filha de Gonçalo Gonçalves, o velho, e ermã de Gonçalo Gonçalves, o moço. No geral é assignado o anno de 1630 para o cumprimento da promessa. Dizem ter tido, em principio, a ermida a frente para a rua hoje de S. Pedro, depois para a rua hoje General Camara, e finalmente para a rua da Candelaria. Historiador houve que assegurou estar situada a capella nos fundos ou quintaes da residencia de Palma, e que a casa das tumbas, pertencente á Misericordia, estava do lado da rua General Camara! Ha até, no corpo da egreja, um grande painel (de alto valor artistico) representando a primitiva ermida da Candelaria, em 1630, á beira da praia. Ninguem, porém, lançou maior confusão sôbre o assumpto do que o operoso escriptor o finado Felix Ferreira, quando em artigos publicados no *Jornal do Commercio* escreveu a historia da Misericordia. O illustre historiographo, em dias de 1900, reduziu a livro essas publicações; mas delle tirou a narrativa sôbre a Candelaria, a qual, como é sabido foi cedida, em 1639, á Misericordia quando Palma se desgostou por ver sua capella elevada á categoria de segunda parochia desta cidade.

Queremos crer reservasse Felix Ferreira para um segundo volume a materia em questão, quando a morte o colheu. Entretanto teve elle á sua disposição o vasto e farto archivo da Sancta Casa, escapo felizmente á destruição feita pelos Francezes em 1711. Si nesse archivo faltam os primeiros livros destruidos pelo cupim e pela humidade, lá está perfeitamente conservado o 1º Livro do Tombo (1620-1676), do qual o distincto excavador poderia tirar melhor partido, si o consultasse com attenção e paciencia.

Levados pelo desejo de conhecer a antiga topographia do Rio de Janeiro, obtivemos permissão do finado conselheiro Paulino para consultar os antigos livros da antiga e benemerita instituição. Tirámos alguns apontamentos sôbre a Candelaria, os quaes, si não resolvem de todo o problema servirão para destruir inverdades, que não devem ter curso.

Mais depressa do que se pensa, os primeiros povoadores do Rio de Janeiro, armados de muita fôrça de vontade, atando-

nando o morro do Castello, ou de S. Januario, se extenderam pela *varzea* enxugando pantanos, abrindo ruas e cavando vallas para excoamento das aguas, que desciam dos morros.

Disso nos dão testimunho frei Vicente do Salvador e varios outros chronistas.

A população concentrou-se a principio no antigo bairro da Misericordia; mas, em breve, invadiu toda a extensão da praia desde as portas da cidade (becco da Musica), até São Bento. Nem seja para admirar esse resultado com uma população relativamente diminuta: cada qual pedia por sesmaria uma grande zona de terreno, levantava á beira das ruas habitações de taipa de mão ou de pilão, deixando entre umas e outras grandes quintaes ou chacaras separadas da via pública por extensas cêrcas.

Dos fins do seculo 16°, e principios do seculo 17°, temos encontrado escripturas de casas, nas ruas de Aleixo Manuel (hoje Ouvidor), de André Dias (Rosario), Diogo de Brito (Alfandega), Gonçalo Gonçalves ou do Azeite de Peixe (General Camara), Quitanda (Direita detraz), Serafim de Andrade (Violas), Pescadores, e em toda a linha da praia (Misericordia e Direita).

Ha, por exemplo, no *Archivo Municipal*, tomo 3°, uma escriptura de casas compradas em 1609, na rua do Açougue — mais tarde Quitanda, no cruzamento com a actual da Assembléa (Caminho para S. Francisco, rua de Marcos da Costa e Cadeia). Só no fim da rua Direita penetrava o mar na direcção da actual rua Visconde de Inhaúma, formando, além do sitio de Valverde, a chamada Ilha Sêcca

Naquella parte estava o forte da Candelaria. Podemos, pois, asseverar: em 1630 não podia ser fundada a Candelaria á beira do mar; porquanto todo o quarteirão entre as ruas do General Camara e S. Pedro até a da Quitanda já estava beneficiado, como adeante veremos. Em 1630, estava Palma farto de residir no Rio de Janeiro, e, segundo nos parece, havia dado cumprimento á promessa, em annos anteriores a 1613. De facto, em 16 de Septembro desse anno, figura elle como piloto, na medição por parte dos Jesuitas, das terras da fazenda de Sancta Cruz, doadas pela marqueza Ferreira, viuva de Christovão Monteiro, medição não terminada por

haver o mesmo Palma adoecido de uma perna. Em 2 de Abril de 1613 obtinha por sesmaria 2.000 braças de frente e 1.000 de sertão, em Irajá, como vemos na Relação de Sesmarias feita por monsenhor Pizarro e publicada no tomo 63°, 2ª parte, da «*Revista do Instituto Historico*». Em 1617 figura Martins da Palma como 7° ministro da Ordem Terceira da Penitencia. Demais, a existencia em 1623 de um forte da Candelaria, do qual foi capitão Alvaro de Mattos, casado com Martha Figueira, herdeiros de Palma, os quaes figuram na escriptura de 1639, quando aquelle transferiu á Misericordia seus direitos sôbre a Candelaria, além de tudo, nos dava probabilidades de ser erronea a data acceita por Pizarro e de todos quantos o têm seguido.

Em 1630 já estava fundada a Candelaria; porquanto *em 12 de Março* desse anno Beatriz Gonçalves, viuva de Manuel Fernandes Lessa, deu por esmola á Misericordia casas sitas: NA RUA QUE VAE PARA CANDELARIA, PARTINDO *com Simão Lopes e com a rua que vai para as casas de Diogo da Costa.*

Em 18 de Março de 1622 a Misericordia, por 260$, comprou a Matheus do Leão e sua mulher Antonia Vareira casas terreas de taipa de mão, que *estão na rua Direita, partindo de uma banda com Lucas Francisco e da outra com chãos de Francisco Dias da Luz* e da parte dos *quintaes* com as CASAS DE ANTONIO MARTINS DA PALMA. Estas estavam na actual rua da Candelaria, em frente á egreja, cujo frontespicio teve desde o principio o mesmo eixo. Quem no-lo affirma é Gonçalo Gonçalves o moço, que em seu testamento feito em 30 de Julho de 1643, diz claramente: «*tenho uns chãos com casas terreas velhas,* o qual chão começa *das casas de* ANTONIO MARTINS DA PALMA QUE ESTAM DEFRONTE DA IGREJA DE NOSSA SENHORRA DA CANDELARIA». Ora, as casas velhas a que allude Gonçalo estavam no canto das ruas da Candelaria e General Camara da parte do mar e confinavam pela frente com outras propriedades a elle pertencentes, no lado par da rua hoje do General Camara até o canto do Azeite de Peixe, onde o testador residia. Do outro lado, hoje impar, possuia elle tambem mais cinco casas, e é por isso que a rua depois de ser conhecida por travessa do Azeite de Peixe passou a

ser denominada de Gonçalo Gonçalves e mais tarde, do Sabão Velho, Cruz da Candelaria, dos Escrivães, etc.

Quer-nos parecer, salvo êrro, que Palma antes de 1613 obteve sesmaria na rua da Candelaria (aberta em terras delle e de seu vizinho G. Gonçalves o moço), construiu a capella em frente á sua residencia e não nos fundos de quintaes.

No canto de cima possuia G. Gonçalves duas propriedades terreas cedidas por elle á Misericordia em 4 de Julho de 1639, com frente para a rua hoje do General Camara, e *cujos quintaes entestavam com a parede da egreja, sendo* uma dellas comprada a Affonso Ramos e a outra a diversos proprietarios. Foram ellas derrubadas, quando houve necessidade de alargar a rua, como perfeitamente provou o dr. Pinheiro, sendo o terreno cedido á Camara com clausulas especiaes.

A' vista do exposto, podemos assegurar que a frente da primitiva capella foi sempre na actual rua da Candelaria, muito mais estreita em tempos antigos. Quando não bastassem esses factos, ha ainda no livro do Tombo da Misericordia o accôrdo entre a administração da Sancta Casa e o vigario da Candelaria. Nesse documento de 1651, menciona-se claramente a porta travessa do lado da rua depois de Antonio Vaz Viçoso; falla-se nos terrenos da banda da rua de G. Gonçalves e, o que é mais, na *porta principal do premitivo templo* na mesma direcção que tem hoje.

Entretanto Felix Ferreira no final do seu artigo sustenta ser a porta travessa situada do lado da rua do Sabão, quando querendo dar quináo no consciencioso e illustrado dr. Marques Pinheiro, se exqueceu da escriptura de 1837, pela qual se prova ter a Misericordia vendido uma pequena casa da rua de S. Pedro, onde, para garantia de seus direitos, conservava uma velha tumba. Essa escriptura com todas as declarações está transcripta, e nós a lemos em competente livro do Archivo da Misericordia.

Censurando ainda o dr. Pinheiro, pretendeu Felix Ferreira sustentar que o nome do prelado do Rio de Janeiro e de seus descendentes devia ser escripto sempre Maris, e não Marins. Nos proprios livros da Sancta Casa esse appellido está escripto indifferentemente. *Marins* está impresso na

Memoria de Norberto de Sousa Silva sôbre o Aldeiamento dos Indios do Rio de Janeiro, nas escripturas de cessão de terras feitas a Arariboia por Antonio de Marins, em São Lourenço.

Mais um reparo ao trabalho de Felix Ferreira. Pela coincidencia de appellidos, sustenta ser Leonor Gonçalves esposa de Palma e ermã de G. Gonçalves o moço, filhos ambos de Gonçalo Gonçalves o velho. Este porém no testamento com que falleceu, em 1620, declarou, porém, peremptoriamente ser solteiro e não ter filhos. Não poderiam Gonçalves o moço e Leonor ser sobrinhos de Gonçalo o vêlho? E porque na escriptura de cessão feita á Misericordia por Palma e sua mulher Leonor não se apresentou, cedendo de seus direitos a Gonçalves o moço, que só falleceu em 1648, e sim a Alvaro de Mattos e sua mulher, parentes mais afastados dos dous doadores, como consta da respectiva escriptura?

Outra inexactidão que, á vista do exposto, não tem cabimento. em um dos antigos relatorios da Irmandade do Sacramento da Candelaria assevera-se que a primitiva capella foi fundada nos chãos dos actuaes predios ns. 21 e 23 da rua de S. Pedro. Tendo ficado provado que o frontespicio do templo era na rua da Candelaria um pouco mais á frente, por fôrça do recuo da rua, nunca a capella de Palma poderia chegar á altura dos predios referidos.

Pondo em contribuição os valiosos documentos appensos ao trabalho do illustrado dr. Marques Pinheiro, vemos que na direcção desses dous predios devia existir ou a capella de S. Pedro, fundada por Pedro Martins Negrão, onde foi em 1711 sepultado Duclerc, ou então a casa das *tumbas*, a qual, como sabemos, tinha 18 palmos de fundo e 24 1|2 de largo, havendo até á porta travessa 54 1|2 palmos de área occupados pelas sepulturas da fábrica.

Na frente dessa área estava *juncto á egreja*, com frente para a rua da Candelaria, a casa de Manuel Gonçalves da Cruz, sôbre a parede da qual a Misericordia permittiu ao vigario fizesse em 1710 uma escada para ir á torre dos sinos

A esquina da rua da Candelaria e da rua de S. Pedro foi conhecida por muito tempo pelo canto de João Mendes, o caldeireiro, antepassado do poeta Antonio José.

A rua de S. Pedro foi tambem conhecida como rua de Antonio Vaz Viçoso, que em 1642 obteve terras de sobejos em Campo Grande, e mais tarde denominada do licenciado Antonio Carneiro.

No tempo de d. João V foi a Candelaria escolhida para assento da Sé, e para as necessarias obras foram decretados 20.000 cruzados. Segundo lemos em livro da Misericordia esta protestou, e o rei em 1733 ordenou a transferencia da Cathedral para a egreja da Cruz dos Militares.

Para terminar estas simples notas escriptas á pressa, diremos alguma cousa sôbre a creação da parochia da Candelaria. Na falta das primeiras folhas do livro de baptismos dessa freguezia, Pizarro e outros historiadores adoptam como provavel a data 1634, dando como primeiro parocho o padre Pablo Santi.

Não será este o mesmo que figura em 1630 em uma reunião de sacerdotes, com o nome Paulo Sancho, como está em uma memoria impressa no 2° tomo da «Revista do Instituto», anno de 1840?

No testamento de G. Gonçalves o moço, feito em 30 de Julho de 1643, allude aquelle ao testamento de sua esposa Maria Gonçalves, que legara ao Sanctissimo Sacramento da Candelaria um predio, *para o azeite da lampada*. No livro 1° do Tombo da Sancta Casa não existe por extenso o testamento de Maria, mas sim o traslado feito pelo escrivão Diogo de Sá da Rocha, de uma verba sôbre um predio na rua hoje Primeiro de Março. Esse traslado foi feito em 30 de Julho de 1634; quer isto dizer que nesse tempo já estava creada a freguezia.

Esses assentamentos eram feitos, ás vezes, muito depois da abertura dos testamentos. Além dessa circunstancia devemos notar que entre a creação de uma parochia e sua definitiva inauguração medeavam dous a quatro annos. Isso não é difficil de provar.

Parece-nos, pois, salvando sempre melhor juizo, que a parochia foi creada talvez em 1630 ou mesmo em 1628, como

pretende o tenente de bombeiros Antonio Duarte Nunes, no seu Almanak Historico, impresso no tomo 21° da *Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro.*

4 de Fevereiro de 1902.

---

# OSSOS NA ILHA DAS ENXADAS

Prendeu em dias da semana passada, a attenção pública o facto da descoberta de ossadas humanas, encontradas em excavações feitas na ilha em que está estabelecida a Eschola Naval.

Choveram, como de costume, as explicações, dadas á sorrelfa em conversações particulares. Conhecido nosso, suggestionado pelo folhetim da *Gazeta*, foi de opinião que aquillo era mais uma prova dos crimes dos execrandos discipulos de Loyola! Fez-nos isso lembrar um antigo andador de certa irmandade, que, interrogado sôbre a historia passada della, referia tudo á presença dos *Hollandezes* no Rio de Janeiro!

A Policia, como sempre, poz-se de sôbre-aviso; o digno director da Eschola convidou a vir dar explicações um dos herdeiros do antigo possuidor da ilha, e esse cavalheiro assegurou ter existido naquelle sitio uma capella, juncto da qual havia catacumbas, que foram derrubadas, sendo inhumados em terra proxima os restos mortaes alli encontrados.

Pelo habito de enfastiar os leitores d'*A Noticia* com velharias, recorremos aos alfarrabios para ver si conseguiamos pela historia antiga da ilha, a explicação do occorrido.

Diz-nos o infatigavel historiador, o finado dr. Mello Moraes, o seguinte: a ilha das Enxadas *não tinha nome conhecido;* e ficou com essa denominação, porque, entrando na barra do Rio de Janeiro, um navio carregado de instrumentos agricolas, para o Rio da Prata, e soffrendo avarias, foi descarregar nessa ilha, e *annunciando que vendia as enxadas,*

*machados e fouces, o povo a denominou ilha das Enxadas, porque a ella concorria para a compra das enxadas.*

A primeira asserção parece verdadeira, porquanto, recorrendo ao exame de antigos mappas, nelles encontramos marcado a posição de ilha sem nome especial.

Nem da carta levantada em 1711 por Duguay-Trouin, nem da feita pelo jesuita Domingos Capassi, em 1730, quando em companhia do padre Diogo Soares veio ao Brasil em virtude do alvará de 1729, nem do grande mappa topographico levantado em 1767, por ordem do conde da Cunha, pelo commandante da fortaleza de S. Sebastião o capitão Miguel Vieira de Leão, conseguimos a solução do problema.

Si com effeito teve logar o facto do navio que navegava para o Rio da Prata aqui arribar, isso occorreu antes de 1760, porquanto nas publicações do Archivo Publico, 1º volume, lemos o aviso de 18 de Agosto desse anno, facultando a José dos Santos Rabello edificar uma casa na ilha das Enxadas para recolher nella toda a polvora das náos, que viessem ao Rio de Janeiro.

Até 1619, a ilha em questão não *tinha dono*, e os religiosos Carmelitas a pediram ao governador Rui Vaz Pinto para della tirar a pedra necessaria para as obras da egreja e convento. Eis o despacho de Pinto: *assim como pede e consedo compena que ninguem possa tirar pedra sem licença dos ditos Padres e oz que tirarem pagarão des cruzados. Rio de Janeiro nove de Janeiro de seis centos e dezenove.*

Deste modo fica provado o seguinte: as grossas paredes do vetusto edificio, onde funccionam a Repartição da Estatistica e o Instituto Historico e Geographico Brasileiro, foram construidos com pedras da ilha depois chamada das Enxadas.

Tambem parece ter sido a melhor cousa que fez o tal Rui, cujo govêrno, aliás de pouca duração, foi cheio de luctas com a Camara desta cidade, e valeram-lhe o desprêzo e odio do povo que *via nelle um governador sem valor militar, sem a sciencia da guerra nem a dos governos dos povos.* São conhecidas as tropelias do ermão Duarte Vaz Pinto que residia, segundo parece, alli pelas alturas da rua do Rosario (Domingos Manuel-André Dias) e a quem a Camara dera o

cuidado de aprомptar e fornecer os negros destinados a carregar caixões e pipas dos navios que viessem a este porto. Dizem os malevolos ter sido Rui Vaz o introductor do trafico africano nesta cidade. Desse peccado o absolve o *Auto de Avença* entre Salvador Corrêa (o velho) e *João Guterres Valerio*, em 1583. O seu a seu dono.

A proposito de Rui Vaz e de pretos vem a calhar a narrativa de frei Agostinho de Sancta Maria no tomo X do seu *Sanctuario Marianno*. O commandante de um navio hollandez, a cujo bordo iam 50 prisioneiros portuguezes, estando com falta d'agua, resolveu ir busca-la a Cabo Frio.

O capitão Estevão Gomes oppoz-se a esse alvitre e matou 18 Flamengos, que em um batel se dirigiam á praia.

Os Hollandezes, em represalia, resolveram assassinar os cincoenta Portuguezes. O *Predicante* de bordo oppoz-se a essa iniquidade, e elles, em vista das razões, resolveram mandar á terra um bote com bandeira branca e uma carta ao capitão, pedindo algumas pipas de agua a trôco dos Portuguezes captivos. Foi *consultado* o governador Rui Vaz que acceitou a proposta, depois de ouvidos os officiaes da Camara e os religiosos. *Desta venda*, diz frei Agistinho, *fizeram os negros grande galhofa, dizendo que mais valia hum preto que cincoenta brancos, porque elles custavam ordinariamente quarenta mil réis (isto era naquelle tempo) e os brancos se compravam por menos de huma pipa d'agua!*

Mas isto, dirá o leitor, é um enorme nariz de cêra que você mette aqui por falta de material sôbre a ilha das Enxadas. Entremos pois em materia. Em 1808 era proprietario da ilha Philippe Antonio Barbosa, e por ordem do principe regente (depois d. João VI) foi ella tomada para estabelecer-se o hospital destinado aos marinheiros inglezes da grande esquadra, que acompanhara ao Brasil a Familia Real.

No importante trabalho do dr. Marques Pinheiro sobre o Hospital dos Lazaros, vemos que os leprosos foram removidos para a ilha das Enxadas, aboletando-se na antiga quinta dos Jesuitas, onde desde o tempo do conde da Cunha estava fundado o respectivo hospital, o batalhão de caçadores 3, da divisão de Portugal, designado para guarda da quinta da Bôa

Vista, pagando-se pela Fazenda Real á Irmandade do Sacramento da Candelaria o aluguel de 100$ *annualmente*.

Ahi estiveram os Lazaros até que, pela resolução de mesa de 23 de Janeiro de 1823, foram removidos para a ilha dos Frades ou do Bom Jesus, onde está hoje o Asylo de Invalidos da Patria.

Nella existia um pequeno hospicio com capella, pertencente aos religiosos Franciscanos, em terrenos cedidos por d. Ignez de Andrade, viuva do dr. Francisco Telles Barreto. Na capella-mór da pequena egreja devem ainda existir os jazigos da familia Telles de Meneses, cuja descripção nos é fornecida pela memoria do conego Manuel da Costa Honorato, sôbre o Asylo de Invalidos.

Do que fica referido é de crêr houvessem os Carmelitas fundado na ilha das Enxadas um hospicio, com capella, identico ao dos Franciscanos. O proprio dr. Mello Moraes confessa nada ter encontrado com referencia ao modo por que dos religiosos do Carmo passou a ilha ao poder de particulares, — e o que é mais curioso (em 1881) os frades ignoravam *ter sido a mencionada ilha de sua propriedade !!*

O 1º livro do tombo do Convento existe na Bibliotheca Nacional, offerecido pelo mesmo dr., que o obteve das mãos de frei Alfredo de Sancta Candida Bastos.

Nos cartorios desta cidade encontrou, porém, o infatigavel dr. Mello Moraes o inventario do capitão Philippe Antonio Barbosa, pelo qual consta ser a ilha de propriedade do mesmo capitão *com casa de sobrado, capella, armazem, cáes de embarque e todo o terreno de ilha,* avaliado tudo em 12:000$, no dia 4 de Fevereiro de 1826. A ilha estava, porém, arrendada por 600$ annuaes desde 1º de Novembro de 1825 a 31 de Dezembro de 1832, ao dr. Antonio Martins Lage, que depois a comprou por 30:000$000. Mais tarde, em 1871, o sr. Lage a vendeu ao Ministerio da Fazenda por 1.400:000$000.

Ora, tendo existido na ilha uma capella, é de crer fossem ahi enterradas pessoas pertencentes ás familias dos proprietarios. Isso se practicava não só aqui na cidade, onde os enterramentos no interior dos templos era a regra geral, mas nas capellas dos engenhos e fazendas das redondezas.

Demais, nesses tempos não havia os rigores de hoje, os attestados, as verificações de obitos, os — sepulte-se — das auctoridades e, muito menos, o registo civil. Como, pois, saber hoje si estas ossadas pertenceram a individuos mortos naturalmente ou victimas de crimes, que serão sempre ignorados ? Só a Medicina legal, por um exame detido e minucioso, poderia verificar a epocha provavel em que foram sepultados os individuos, a quem pertenceram esses restos mortaes.

Em 1863, procedendo-se a excavações nas proximidades da antiga fortaleza da Praia Vermelha (local erradamente considerado como a Villa Velha), foram encontrados muitos ossos. Os sabedores de então quizeram ver nesses despojos mortaes a prova de terem sido alli sepultados os heroicos companheiros de Estacio de Sá, e que nesse ponto tinha sido a séde da primeira cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro.

Um exame mais reflectido provou que taes ossos eram de data muito posterior, e veio dar ganho de causa aos que sustentaram, com razão, ter existido a Villa Velha, na peninsula situada entre o Pão de Assucar e o Morro Cara de Cão, onde está hoje situada a fortaleza de S. João.

12 de Fevereiro de 1902.

# O CHAFARIZ DA RUA DO RIACHUELO

Magistral artigo impresso, ha dias, no *Jornal do Brasil*, e firmado por um dos nossos mais distinctos homens de lettras, onde com referencia ao antigo chafariz de Matacavallos lemos agradecidos honrosa referencia ao nosso obscuro nome, suggeriu-nos os presentes apontamentos.

A modesta fonte pública com sua singela inscripção convém ser conservada; por quanto, além de commemorar uma phase notavel da historia do Rio de Janeiro, lembrará sempre os inolvidaveis serviços, além de outros, prestados a esta cidade por illustre filho della, o qual, passando pela administração, em 12 annos deixou de si provas de seu zêlo e

dedicação á causa pública, tendo soffrido antes de baixar ao tumulo injustiças e desgostos.

Foi esse chafariz, como é sabido, edificado em 1817, por iniciativa do intendente geral da Policia, o desembargador Paulo Fernandes Vianna, juncto ao muro da grande chacara do tenente-coronel Claudio José Pereira da Silva, antigo capitão da 1ª companhia de fuzileiros do 2º regimento de milicias, da freguezia de Sancta Rita. Claudio possuira-a por herança de seu pae José Pereira da Silva, que a comprara ao tenente-coronel Francisco Viegas de Azevedo. Desses terrenos foram antes possuidores: Simão Lobo, Pedro Martins Negrão, Claudio Antonio Bezançon, Ayres de Miranda, Anna Gomes e João Alvares Figueiró.

Filho do Rio de Janeiro, foi Paulo Fernandes formado pela Universidade de Coimbra, magistrado naquella cidade, desembargador do Paço, conselheiro, fidalgo da Casa Real, commendador das Ordens de Christo e Conceição e deputado da Mesa da Consciencia e Ordens.

Casou com d. Luiza Rosa Carneiro da Costa, aqui nascida em 1786, e fallecida em 20 de Agosto de 1843, filha do antigo negociante desta praça, Braz Carneiro Leão, e de d. Anna Francisca Rosa Maciel da Costa, natural do Rio de Janeiro, e nascida em 26 de Fevereiro de 1757, tendo succumbido em 12 de Junho de 1832, com o titulo de baroneza de São Salvador de Campos.

Obtida a confiança do principe regente, depois d. João VI, e nomeado intendente geral da Policia em 10 de Maio de 1808 póde Paulo Fernandes dar largas a seu genio emprehendedor, legando melhoramentos materiaes a esta cidade, dos quaes, ainda hoje, desfructamos os beneficios.

Demittido por fôrça dos successos de 26 de Fevereiro de 1821, poucos mezes mais viveu.

Triumphara a revolução, diz-nos o sr. dr. Elysio de Araujo (Estudo historico sobre a Policia da Capital Federal); *e com ella a sorte dos vencidos á mercê dos vencedores. Brenno atira a espada na balança, exclamando: « Ai dos vencidos !» Profunda verdade!*

*Treze annos* (sic) *de inestimaveis serviços á causa publica, á propria terra do nascimento, desapparecem como o*

*tenue fumo açoitado por furioso vendaval. Que importa? O que o povo queria era a demissão do intendente geral: eil-o demittido.*

Posto fóra do alto cargo, que com tanta fôrça de vontade exercera, retirou-se á vida privada, fallecendo em 1° de Maio de 1821, em sua residencia no Campo de Sanct'Anna, esquina da então rua do Conde, na casa mais tarde occupada pela Camara Municipal, quando se edificava o novo Paço, hoje Intendencia.

Diz-nos o finado dr. Mello Moraes que a morte de Paulo Fernandes fôra causada por uma desfeita do principe d. Pedro. Por ordem do ministro Thomaz de Villa Nova Portugal fôra construido na quadra do campo de Sanct'Anna, entre as ruas do Conde (hoje Visconde do Rio Branco) e do Alecrim ou do Hospicio, um vasto jardim, onde, além de muitas arvores, eram cultivadas amoreiras para propagação do *bicho da seda.*

Esse recreio público fôra confiado á guarda da Policia, e o intendente caprichava na conservação desse parque, mesmo porque estava nas proximidades de sua residencia.

No mesmo dia do embarque de d. João VI para Portugal, o principe, accompanhado por muitos trabalhadores do Arsenal de Marinha, armados de machados, pôz por terra as arvores e destruiu as cêrcas do jardim. Deante desse facto, abateu-se o animo do antigo e energico intendente; e, preso de molestia grave, succumbiu, sendo seus restos mortaes sepultados nas antigas catacumbas de S. Francisco de Paula.

No salão de honra da residencia do duque de Caxias, no Andarahi, occupou por muitos annos logar distincto o retrato de Paulo Fernandes. Como ninguem ignora, o illustre militar foi genro do intendente geral da Policia.

Antes de continuar, seja-nos licito abrir, aqui, pequeno parenthese. A creação da Intendencia Geral da Policia de Portugal, pelo alvará de 25 de Junho de 1760, foi obra de Sebastião de Carvalho, mais tarde marquez de Pombal. Serviu em primeiro logar o cargo o desembargador Ignacio Ferreira Souto, tendo por adjuncto João Xavier Telles; depois succedeu-lhe o desembargador Manuel Gonçalves de Miranda, que falleceu em 1780, sendo a intendencia confiada ao desembargador dos aggravos da Casa de Supplicação, Diogo Ignacio de

Pina Manique. Como já dissemos, em 10 de Maio de 1808, o principe regente estabeleceu no Brasil a Repartição da Policia, com a mesma jurisdicção que a de Portugal. E', porém, êrro suppor-se não ter existido no Rio de Janeiro Policia nos tempos coloniaes. E' assumpto que ainda está pedindo estudo meditado; por agora me limitarei a sustentar que a tivemos, com limitada esphera de acção.

Em 1798, segundo o Almanack Historico de Antonio Duarte Nunes, exercia no Rio de Janeiro o cargo de intendente geral da Policia o ouvidor geral do crime desembargador Luiz José de Carvalho e Mello, tendo por escrivão Pedro Henrique da Cunha. As attribuições policiaes foram aqui reguladas pela carta régia de 22 de Julho de 1766; a ella se referiu o intendente da Policia, o desembargador José Antonio da Veiga, quando em 1788 se dirigiu ao juiz de fóra e officiaes da Camara — como tudo lemos no Archivo Municipal, vol. 3, paginas 233 a 235.

Para demonstrar aos seus inimigos como havia procedido no cargo de intendente, escreveu Paulo Fernandes uma — *Abbreviada Demonstração dos Trabalhos da Policia Em Todo Tempo que A Servio O Desembargador do Paço Paulo Fernandes Viana.*

Esse manuscripto foi impresso na «Revista do Instituto Historico», tomo 55°, e serviu ao conego Fernandes Pinheiro para escrever succinta memoria, denominada *Paulo Fernandes e a Policia de seu tempo*, publicada no tomo 39° da mesma Revista.

Essa especie de relatorio serviu ao dr. Elysio de Araujo para traçar sôbre Paulo Fernandes algumas páginas cheias de justiça e imparcialidade.

Falta-nos espaço para succintamente mencionar tudo quanto fez esse compatriota energico, opéroso e perseverante. Uma cousa resulta dessa exposição: foi elle um funccionario probidoso, um verdadeiro homem de bem, de mãos limpas; com grande economia dos cofres publicos, com o seu credito e com o auxilio de amigos, conseguiu o muito que nos deixou. Delle falla com louvor o padre Luiz Gonçalves dos Santos em suas mui citadas *Memorias*.

Em pouco tempo creou e regularizou a Repartição da Policia, levantou quatro bons quarteis para os soldados, *grangeou os terrenos para elles*, negociando o do Campo de Sanct'Anna, o de Mataporcos e o da Ajuda *gratuitamente*, e *mettendo no Erario os titulos com que seus proprietarios voluntariamente os demittiram de si para a corôa sem dispendio algum do Erario*. Nomeado commandante geral da Policia o coronel José Maria Rabello, teve este como major Miguel Nunes Vidigal, não o Vidigal, bobalhão pintado pelo auctor das Memorias do Sargento de Milicias — mas o Vidigal, militar austero e energico, moralizado, com fé de officio cheia de serviços, terror dos capoeiras e vagabundos, bom chefe de familia, e digno de toda a consideração da posteridade, porque sabia *castigar os perturbadores da ordem civil e da tranquillidade das familias e os corruptores da moral publica*. Conseguiu tambem o intendente o atêrro de grande número de pantanos, tornando a cidade mais salubre, o calçamento das ruas do Sabão e S. Pedro da Cidade Nova, rua dos Invalidos desde os Arcos por todo o local de Mataporcos, parte do Cattete, Catumbi até Mataporcos, e toda a roda do Campo de Sanct'Anna.

Construiu com escadas e rampas o cáes do Valongo. Proveu á illuminação da cidade, augmentando-a por maneira notavel. O abastecimento de agua á cidade foi um dos seus maiores cuidados, e trouxe ao Campo as aguas do Maracanã, construindo nesse logradouro público um grande chafariz. Fez levantar immensas pontes de madeira na Cidade Nova, campo de S. Christovão, estrada do mesmo nome, rio do Faria, rua das Flores, travessa do Intendente, na estrada de Sancta Cruz, Piraquara, Bangú, Cabuçú, etc. Mudou a cadeia do logar onde estava (actual Camara dos Deputados) para o Aljube, e comprou novo terreno para a cadeia nova, no logar em que está hoje a matriz de Sanct'Anna, fazendo tudo isso de accôrdo com o coronel Fernando José de Almeida. Desentulhou os lados da Sé Nova, que serviam de esterquilinios publicos. Melhorou e concertou estradas de rodagem, podendo o rei viajar em sége até o Rio Preto, a entrar na comarca de S. João d'El-Rei. Melhorou a estrada

da Tijúca. *Fiz um chafariz*, diz Fernandes, *de 4 bicas no sitio de Matacavallos, conduzindo as aguas desde a sua nascença em canos cobertos, obra forte e bem acabada*, QUE PRESTA MUITA COMMODIDADE AOS MORADORES D'AQUELLE BAIRRO.

Muito contribuiu para a creação do Banco do Brasil e para a edificação do Real Theatro de S. João, hoje S. Pedro de Alcantara. Fomentou a colonização, protegeu o trabalho livre e levou a sua actividade aos Campos de Goitacazes e até o Espirito Sancto. Acabou em oito dias com as rotulas e urupemas que enfeiavam a cidade, etc., etc. Em uma palavra, Vianna foi um benemerito, e oxalá o exemplo de sua actividade tivesse sido imitado! Passou, no seu tempo, por atrabiliario e despota; teve os erros e os defeitos da sua epocha, mas não foi cruel e sanguinario.

Na propria perseguição contra os Pedreiros Livres deu mostras da grandeza de seu character, como nos attesta a correspondencia do conde dos Arcos, citada pelo conego Fernandes Pinheiro. Segundo nos refere o finado dr. Mello Moraes, apezar da prohibição do Governo, fundou-se em 1815, em S. Gonçalo, uma loja secreta, e o intendente que podia maltractar, prender os infractores, de accôrdo com o principe, mandou chamar o capitão-mór José Joaquim da Rocha, um dos iniciados, e o acconselhou a dissolver o club secreto, o que foi feito, lançando-se os papeis e os emblemas maçonicos ao mar na altura da ilha dos Ratos. Disso dava testimunho o fallecido barão de S. Gonçalo, que em sua mocidade pertencera ao gremio maçonico dissolvido. Mais tarde os denunciantes, os phariseus de todos os tempos, deram noticia da formação de *uma nova loja*. O rei caiu das nuvens, segundo nos refere o sr. Raffard no seu trabalho ***Pessoas e Cousas do Brasil***, baseado no testimunho de Drummond, por ver entre maçons dous fidalgos de sua casa. Um dos culpados foi enviado a Portugal, para conduzir a Divisão Auxiliadora, e o outro condemnado a vestir o habito de S. Francisco e a traze-lo em palacio, por algum tempo!

Em favor do character de Paulo Fernandes falla bem alto o facto acontecido com o venerando ermão Joaquim, o

qual, victima de estupida suspeita, fôra preso em S. Paulo e trazido ao Rio de Janeiro, algemado, como espião de Bonaparte e levado á presença do intendente, que, estupefacto deante de tal quadro, exclamou: o ermão Joaquim! E com suas mãos, diz Macedo, ajudou a desatar as cordas que arrochavam os pulsos da innocente victima, e, sem perder tempo em interrogatorios inuteis, chamou a esposa e a familia e entregou aos cuidados amigos, aos bons officios da veneração mais justificada o martyr do êrro grosseiro, o ermão Joaquim, o homem sancto, o S. Francisco de Assis brasileiro.

E já que o antigo intendente da Policia não tem o nome na esquina de uma das nossas ruas, nem retrato nos salões da Municipalidade, deixem ao menos em paz a pequena fonte com sua singela inscripção. Si tentarem derruba-la, deve ainda existir nesta terra uma cousa chamada — a gratidão nacional —, que animando a alma de todos os patriotas, sem distincção de partidos ou de crenças politicas, fará bradar:— para traz Vandalos!

18 de Fevereiro de 1902.

---

# FUNERAL NOTAVEL

## (1738)

No catalogo dos governadores de Angola, memoria impressa no tomo 3° da *Collecção de noticias para a Historia das Nações Ultramarinas*, a proposito de d. Rodrigo de Sousa Meneses, que governara de 1733 a 1738, lemos: foi elle substituido por João Jacques de Magalhães e embarcara para o Brasil, fallecendo em viagem, victima de uma apoplexia, e *conservando-se o seu cadaver em sal o levaram* ao Rio de Janeiro, *onde* GOMES FREIRE DE ANDRADE o fez sepultar *com as honras devidas á sua qualidade e caracter e com sumptuosas exequias.*

Essa asserção é, em parte, inexacta e carece de corrigenda: em 1738, Gomes Freire não estava no Rio de Janeiro, porquanto em 15 de Novembro do anno antecedente, partira para S. Paulo, afim de tomar o govêrno, vago por morte do conde de Sarzedas.

Deixou em seu logar interinamente o mestre de campo Mathias Coelho de Sousa, enquanto não chegava do Sul, como era esperado, o brigadeiro José da Silva Paes, que effectivamente tomou a governação em 5 de Março de 1738.

Da correspondencia dos governadores copiou, no Archivo Publico, o sr. dr. Felisbello Freire a carta de Silva Paes dirigida a Gomes Freire em data de 9 de Julho, narrando minuciosamente o funeral que fizera a d. Rodrigo. Esse documento curioso foi-nos confiado, e delle tirámos os presentes apontamentos, addicionando-lhe de lavra nossa algumas explicações.

Esperando eu e todo este povo, começa Silva Paes, com um *grande alvoroço* a vinda do sr. d. Rodrigo Cesar de Meneses, se converteu em *lastima e pezar* toda aquella *alegria* com que o desejavamos receber.

Havendo, pelas 10 horas da noite de 14 de Julho recebido a participação do occorrido por intermedio do secretario do fallecido, procurou logo o bispo (d. Antonio de Guadalupe) em sua residencia (Morro da Conceição) para com elle conferir sôbre as providencias a dar. Mandou chamar o juiz de fóra (Matheus Franco Pereira), para com seu escrivão abrir, na presença do prelado, o testamento feito por Cesar de Meneses, em 1732. Não havendo o fallecido nomeado testamenteiros, encarregou-se das diligencias da lei o juiz dos ausentes. Em suas disposições pedia o ex-governador de Angola não querer pompa, mas o contrario entendeu Silva Paes e ordenou que: logo que o navio, onde vinha o cadaver, emparelhasse com Sancta Cruz, as fortalezas da barra içassem as bandeiras a meio páo, dando cada uma dellas um tiro de quarto em quarto de hora, até amanhecer.

Entrado o navio no dia 5, continuaram as salvas, sendo correspondidas pelas fortalezas de Villegagnon, S. Tiago (hoje Arsenal de Guerra) e S. José (ilha das Cobras), e pelas

tres fragatas de guerra, salvando umas e outras de meia em meia hora com intervallo de *cinco credos*. Dirigiu-se Silva Paes a bordo, afim de ver o corpo e conduzi-lo, em *um cofre* de velludo negro agaloado de ouro e cruz de chamalote de prata e forrado de chamalote branco, e levando em sua companhia *o cirurgião Adolfo*. Communicou o secretario não se poder fazer a operação; pois vinha o cadaver *em um caixão de assucar — donde depois de lhe tirarem os intestinos o salgaram e vinha attestado o caixão de sal e calafetado por causa do mau cheiro.*

No mesmo dia 5 foi para a terra trazido o caixão e transportado para uma das casas da Juncta (hoje Secretaria da Marinha), convertida em camara ardente. No dia seguinte foi aberto o referido caixão; o cadaver achava-se já decomposto, foi lavado por duas vezes com aguardente e depois embalsamado e pulverizado com varios aromas. Vestiu-se-lhe o manto de cavalleiro de Christo por cima do habito de São Francisco, de cuja ordem era o finado ermão terceiro.

Escolhida de preferencia para logar da inhumação a egreja dos Jesuitas, foi ella convenientemente ornamentada, sendo as paredes, altares e para-vento cobertos de seda rôxa; elevou-se na nave principal rico catafalco, ladeado por muitos tocheiros, tendo na parte superior o bastão e a espada do ex-governador.

Para as encommendações e *mementos* foram armados: contiguo á casa da Juncta uma eça com 12 tocheiros e mais tres *tabernaculos*, destinados aos córos de musica: o primeiro perto do palacio (onde está hoje a nova Praça do Commercio) o segundo perto do Carmo (antiga Capella Imperial), e o terceiro na entrada do adro do Collegio, limitado na frente, como ainda hoje, pela muralha da fortificação que, em 1623, fizeram os Jesuitas á sua custa, quando no tempo de Martim de Sá houve receio de ser o Rio de Janeiro invadido pelos Hollandezes.

Convidadas as auctoridades civis e militares, confrarias, ordens religiosas, o clero regular e secular, teve começo a funebre procissão ás 6 horas da tarde, cabendo, como sempre, logar de honra no prestito á Camara. Formavam duas alas

pelas ruas os tres batalhões, o de auxiliares e os soldados de marinha em número superior a 300 com as armas em funeral, seguindo, após o feretro, o terço velho tendo á frente o seu respectivo mestre de campo.

Pegaram nas alças do caixão até á altura das casas de Braz de Pina (rua Primeiro de Março, esquina da Visconde de Inhaúma): o governador José da Silva Paes, d. João de Alencastro, d. Antonio Alencastro, Manuel Corrêa Vasques, o provedor da Fazenda Real (Francisco Cordovil de Siqueira). Dahi até o Palacio: Matheus de Castro e tres capitães de mar e guerra. Até o principio da ladeira: Fernando José Pedro Saldanha, o sargento-mór Motta, o provedor da Casa da Moeda (José da Costa Mattos) e o procurador da Corôa. Na ladeira até o adro: o juiz de fóra (Matheus Franco Pereira) e os vereadores (Domingos Morato Roma e Sam Paio, Philippe Soares do Amaral, Bartholomeu Cabral de Mello). Do adro até á porta da egreja, o cabido e em seguida até á sepultura, aberta no corpo da egreja, os prelados das religiões.

Prestadas as honras militares, deu-se por findo o funeral, ás 9 horas da noite. Nunca nesta cidade houve ceremonia egual, diz Silva Paes, e o povo apinhado pelas ruas dava mostras de grande dôr e immensa saudade; tão extenso era o prestito, que indo *nós pela altura do Carmo já os primeiros* convidados tinham chegado ao Collegio.

Fallámos acima em casas de Braz de Pina. Este individuo gosou de grande importancia no seu tempo pela sua riqueza, pois construiu o cáes que por muitos annos teve o seu nome e depois o de cáes dos Mineiros. Quem não conhece em Irajá os campos de Braz de Pina? Não foi elle, como ordinariamente se diz, o primeiro contractador do azeite das balêas.

Esse contracto começou aqui, em tempos anteriores, como se verifica da verba do testamento de João Loureiro Covam, deixando em 1639 a seu caixeiro Miguel João *cem mil réis* como recompensa de serviços prestados no azeite das balêas. Existem ainda hoje os vestigios de um dos depositos, que houve nesta cidade, quando a Camara em 1688 obrigou os contractadores a abrirem nova casa no bairro de S. José.

Por baixo do assoalho do estabelecimento commercial do sr. Guilherme Candido Pinheiro, á rua da Misericordia numero 115, existem os grandes e fundos tanques, onde era depositado o azeite, antes de ser vendido para os gastos da população.

O primeiro depósito, como sabemos, foi na entrada da rua do General Camara, rua que, por muito tempo, foi conhecida por travessa do Azeite de Peixe, conforme lemos no testamento de Gonçalo Gonçalves o moço.

No dia 7 foi cantado solemne officio de *Libera-me*, tomando parte nelle o cabido previamente convidado. Houve oração funebre, cuja cópia devia ser em breve enviada por Silva Paes a Gomes Freire. Era tal o concurso de povo, que foi necessario collocar sentinellas ás portas do templo para evitar confusão e disturbios.

O bispo assistiu do côro ás ceremonias, e o governador e pessoas de distincção, inclusive a Camara, na capella mór.

Outra nota: quem visita hoje a antiga egreja do Collegio, juncto ao Hospital Militar, vê que esse templo não tem capella-mór. De facto, quando os Jesuitas começaram as obras do novo templo, cujas columnas e abobadas servem ao Observatorio Astronomico, tiveram de derrubar a antiga capella, ficando a egreja muito menor.

Dahi é licito suppor que tal construcção tivesse começado depois de 1738, e por isso em sua carta falla Silva Paes ainda em capella-mór.

Terminando sua longa e minuciosa missiva, assevera o governador haverem-se gasto no funeral 50 arrobas de cêra e não lhe ter sido tão sensivel a perda de um filho, fallecido annos antes, como a morte de d. Rodrigo. «Arrebatou-me o affecto com que foi venerado esse fidalgo, *que de todos se tinha feito amado; parece que não houve moleque que não sentisse a sua morte!*»

Mas, perguntará o leitor, quem era esse figurão, cujo passamento tanto commoveu os moradores desta cidade?

Filho de Henrique Jacques Luiz Cesar de Meneses, que foi governador do Rio de Janeiro e mais tarde vice-rei do

Brasil, formou-se na Universidade de Coimbra e dedicou-se á carreira das armas, onde foi promovido por actos de bravura.

Nomeado governador de S. Paulo, tomou posse em 5 de Septembro de 1721. Seu nome está ligado de perto á historia desse Estado e mui particularmente á das minas de Goiaz e Matto Grosso, prestando alli serviços, segundo podemos ler nos *Apontamentos Historicos da Provincia de S. Paulo*, por Azevedo Marques (1879). Estando em Goiaz foi substituido em 14 de Agosto de 1727 por Antonio da Silva Caldeira Pimentel. Voltando a S. Paulo em 1728, parece que passou pelo Rio de Janeiro antes de ir tomar posse do govêrno de Angola.

Foi d. Rodrigo quem enviou a Lisboa o quinto do primeiro ouro das minas de Cuiabá, constando de 7 arrobas. Ao proceder-se á abertura dos caixões, para a qual havia d. João V convocado a sua côrte, com grande pasmo dos circumstantes só foram encontradas *barras de chumbo* em vez de ouro, apezar de se acharem os cofres hermeticamente fechados e *lacrados com o sello real!*

Por esse roubo escandaloso muito padeceu Jacintho Barbosa Lopes, provedor da Fazenda das minas de Cuiabá, cuja innocencia foi afinal reconhecida, depois de muitos soffrimentos e martyrios.

O verdadeiro culpado, segundo é fama, foi Sebastião Fernandes do Rego, que em S. Paulo, de mãos dadas com o *governador Caldeira Pimentel*, fez a falcatrua que deixou o rei de nariz comprido.

Esse Caldeira era temivel; chegava a violar o segredo das cartas, para saber o que os Paulistas diziam de seu govêrno de verdadeiro traficante! Isso valeu-lhe tremenda descompostura enviada em 1731 pelo Govêrno da Metropole.

Na preciosissima collecção de documentos publicada sob a direcção de A. Toledo Pisa, infatigavel e erudito cultor da Historia patria, póde estudar-se a psychologia dos sujeitos daquelles tempos.

Da indole, educação e character de d. Rodrigo Cesar de Meneses, encontramos alli excellentes testimunhos.

O fidalgo, cujo funeral descrevemos, foi, como quasi todos os governadores do Brasil, atrabiliario, despota, incoherente

em suas opiniões, invejoso e engrossador: — mas, honra lhe seja feita, foi honradissimo.

Sirva-lhe isso ao menos de contrapeso na balança da justiça historica aos muitos erros e peccados commettidos.

25 de Fevereiro de 1902.

---

# UM SABIO NO RIO DE JANEIRO

## (1751)

Resumida referencia feita pelo visconde de Porto Seguro, em sua HISTORIA DO BRASIL, sôbre a estadia, nesta cidade, em 1751, do célebre mathematico e astronomo francez, o abbade de La Caille, excitou por muito tempo nossa curiosidade, avida de saber as minudencias, ou antes, as impressões causadas sôbre o espirito desse afamado scientista pelos nossos antigos usos e costumes.

Perdida a esperança de obter, aqui, a obra a que se refere o illustre historiador brasileiro, recorremos á bondade do nosso illustre amigo o sr. visconde Rodrigues de Oliveira, o qual, com a gentileza de todos conhecida, nos enviou de Paris um exemplar desse livro, raro e curioso, impresso em 1763 e que tem por titulo: *Journal Historique du Voyage fait au Cap de Bonne-Esperance par Feu. M. l'Abbé de la Caille...*.

Por curiosa coincidencia nos veio ás mãos esse exemplar, no dia 25 de Fevereiro, exactamente cento e cincoenta e um annos depois que daqui se fez de vela o grande sabio, a quem a Mathematica, a Navegação e a Astronomia devem tantos e tão assignalados serviços.

Recorda-los não é para aqui, nem commemorar os resultados obtidos para a sciencia dessa viagem, que durou tres annos, oito mezes e uma semana, detidamente narrados em um discurso historico do livro em questão e em um *preambulo* delle, onde o Rio de Janeiro é considerado — *ilha!*

Encarregado pelo Govêrno francez de importantissima commissão no hemispherio austral, embarcou-se La Caille,

em L'Orient, aos 21 de Outubro de 1750, com direcção ao Cabo da Boa Esperança, no navio *Le Glorieux*, sob o commando de Mr. d'Aprés.

Depois de tres semanas de navegação, chegou o *Glorieux* ás ilhas de Cabo Verde, mas outra embarcação que o seguia, passada a linha, começou a fazer agua, e o commandante achou de bom conselho dirigir-se ao Rio de Janeiro, onde entrou aos 25 de Janeiro de 1751, com o fim de concertar o navio, sendo necessario para isso demorar-se aqui cêrca de um mez.

Aproveitando o tempo, La Caille fez muitas observações sôbre o nosso clima, a altura do Pólo, a declinação da agulha imantada, a longitude, a oscillação e comprimento do pendulo, cousas que constam de memorias impressas pela Academia de Sciencias.

Chegado ao Rio de Janeiro, e tendo fundeado o navio principal perto da ilha das Cobras, admirou-se La Caille de não ter podido saltar sem soffrer a acção de uma enormidade de exigencias e formalidades. Desde o momento de nossa entrada na bahia, diz elle, um capitão, um sargento e oito soldados da guarnição metteram-se a bordo até o dia da partida. Além disso eramos vigiados por patrulhas espalhadas em botes, que constantemente rondavam o navio.

No dia 26 vieram da parte do governador os officiaes de justiça perguntar o que vinhamos fazer, e nos declararam, seria o navio confiscado, si por acaso não fôssem satisfactorias as razões apresentadas. Dissemos ter aportado ao Rio de Janeiro para fazer calafetar um pequeno navio, que não tinha podido entrar comnosco.

No dia 27, Mr. Loidor, especie de fiscal ou procurador do rei, veio ouvir nossas razões, accompanhado de um medico para visitar os doentes que traziamos a bordo. La Caille queria referir-se ao ouvidor, nesse tempo o dr. Manuel Monteiro de Vasconcellos. Quanto ao exame medico, era isso praxe antiga; quando havia doentes de molestias contagiosas, eram estes removidos para Villegagnon, conhecida por muito tempo por ilha do Degredo. No dia 28 o general (Gomes Freire de Andrada) permittiu aos officiaes e passageiros a graça de

desembarcarem; mas nada puderam retirar sinão com bilhetes por escripto, para cada cousa de que careciam, e era prohibido a quem quer que fôsse approximar-se do navio. Graças porém ao *sr. Godin*, que gosava de prestigio juncto do governador (quem seria esse sujeito ?) tudo se arranjou da melhor maneira. Afinal, em 1° de Fevereiro poude La Caille transportar para terra seus instrumentos, aboletando-se em uma casa da rua do Rosario, naturalmente (conforme diz elle) no quarteirão entre Quitanda e Ourives.

Essas exigencias tinham explicação: além do ciume que nutria Portugal pelo Brasil, sequestrando-o do commercio extrangeiro, as façanhas de Duguay-Trouin, em 1711, fizeram os habitantes da cidade ficar de pulga na orelha. Vêr embarcação franceza, neste porto, era para os Cariocas motivo de desconfiança e de terror. Isso deu-se seis annos mais tarde, quando, em 1757, chegou aqui uma esquadra de septe navios. O panico foi tal, que os moradores fugiram para o interior, e os proprios frades do Carmo esconderam em logar seguro a prataria de sua egreja. Os mais exaltados queriam desfeitear os officiaes francezes, que não tinham, aliás, intenções bellicosas. Si não fôra a prudencia do governador José Antonio Freire de Andrada, as cousas poderiam ter mau resultado. E o que é mais para admirar, o Rio estava desguarnecido de tropa; nas fortalezas não havia peças, nem polvora, nem balas ! Vai isto sob a responsabilidade do bispo d. frei Antonio do Desterro, na charta confidencial escripta ao conde de Oeiras em 22 de Agosto de 1757.

Na descripção da cidade deu-lhe o auctor 50.000 habitantes, comprehendidos os negros.

Ha exaggeração: segundo B. Lisboa, havia nesse tempo 3.723 fógos e 24.397 pessoas, não entrando os menores de cinco annos.

Segundo o barão do Rio Branco, 10 annos depois, a nossa cidade tinha 30.000 habitantes, e sómente muito mais tarde a população ascendeu á cifra de 50.000 almas.

Fallando das nossas ruas, achou-as muito bellas, alinhadas, com casas bem construidas, de dous e tres andares, tendo ja-

nellas guarnecidas de rotulas e urupemas (que só acabaram em 1808).

Considerou as egrejas magnificas, censurando o mau gosto dos ornatos internos: — entre ellas citou a Cathedral (então no Rosario), a do Collegio dos Jesuitas, a de Sancto Antonio, Carmelitas (hoje Archi-Cathedral), S. Bento e a Sé.

Fez menção dos nichos collocados nas esquinas das ruas, onde o povo ia rezar o terço; do chafariz em via de construcção no centro da praça hoje Quinze de Novembro, fonte pública que foi removida para o logar em que presentemente está, por ordem de Luiz de Vasconcellos. Elogiou o aqueducto da Carioca e fez a pintura das bellezas da nossa bahia, cousa que todo o mundo sabe de cór e salteado.

Citou os fortes e fortalezas e enumerou as nossas árvores fructiferas.

Proseguindo em sua narrativa, assegura La Caille: a alimentação da maior parte do povo consiste em peixe e farinha de mandioca.

O commercio cifra-se no ouro e pedrarias. Os brancos vestem-se de panno, e allude ao uso dos capotes.

Os officiaes militares, quando de lucto, trazem um laço de crepe no braço esquerdo.

Os doutores em Theologia e Medicina usam, ordinariamente, oculos, para se fazerem respeitar dos transeuntes.

Os officiaes de justiça andam de bengala e uma rodela de cipó, que os superiores usam no braço esquerdo e os subalternos na altura do bolso esquerdo da casaca.

A nudez dos escravos, o vestuario dos pretos mereceram algumas linhas de attenção do auctor, que menciona a reclusão das nossas antigas Cariocas, só saïndo de casa para ir ás missas, de madrugada, e de quando em vez, para accompanhar o terço. Não falla das mantilhas, mas faz-nos a descripção de um panno, capa ou chale, usado pelas senhoras, cujo arranjo descreve com minuciosidade. O marido nunca vai juncto da esposa; precede-a, tendo a espada desembainhada debaixo do braço ou sob o capote.

Uma senhora, quando sái á rua, é accompanhada por muitas escravas, as quaes vão umas atraz das outras, com a

cabeça coberta por um lenço ou pedaço de musselina. A' mulher de um canteiro, que tinhamos a bordo, conta elle, tendo ido á terra para visitar a cidade, foi perseguida e apupada pélos negros e negras! Ha pouca convivencia nesta cidade; isso não impede que seja grande a devassidão. Os ecclesiasticos e os frades são os primeiros a dar exemplos de desregramento e superstição. Perdeu elle muitas vezes o somno, por causa do barulho e dos gritos de misericordia de certos penitentes, que, carregando pesada cruz e levando grossos grilhões, percorriam a cidade, a deshoras. Seriam taes procissões — de penitencia —, pois, segundo a tabella de Varnhagen, a Paschoa sendo nesse anno em 11 de Abril, onde La Caille presenciou os primeiros dias da quaresma?

Ou seriam taes ceremonias as chamadas procissões das almas, muito communs entre nós, e que perduraram, por muito tempo, principalmente no norte do Brasil? Nada nos diz sôbre o entrudo; verdade seja haver declarado que desde 21 de Fevereiro se mettêra a bordo, por causa da inconstancia do tempo, do grande calor e das chuvas que o impediam de fazer observações astronomicas seguidas.

«O *assassinato* é aqui *muito commum*, são palavras de La Caille, e os criminosos ficam quasi sempre *impunes*. Dizem-nos que esse estado de cousas vai mudar, porque o rei de Portugal acaba de crear um tribunal (alçada), que terá o direito de condemnar á morte sem ser preciso recorrer á Bahia. A frota que conduzia os membros desta alçada entrava no porto do Rio de Janeiro quando nós delle partiamos.» Cremos tractar-se de alguma juncta de magistrados, que viesse com poderes para julgar os criminosos, contrabandistas e moedeiros falsos, perseguidos e presos durante os governos de Luiz Vahia Monteiro e do proprio Gomes Freire.

Não podemos suppor fizesse La Caille allusão ao Tribunal de Relação, pois este foi creado em 16 de Fevereiro de 1751, e só começou a funccionar em 15 de Julho do anno seguinte.

«O governador, chamado o general, convidou-nos a mim e a Mr. d'Aprés para um jantar de peixe, continúa elle. Deram-nos *guardanapos muito pequenos, quadrados e sujos*

(*sales*) *ou que tinham já servião. C'est cependant un Seigneur fort riche, qui se pique beaucoup de savoir vivre !»*

Em nome de Gomes Freire de Andrada protestamos contra essa falta de cortezia. Bobadella nunca teve conhecimento dessa inverdade, pois falleceu em 1° de Janeiro de 1763, no mesmo anno em que appareceu a obra de La Caille. Mas quem sabe do character, da educação e das qualidades de Freire, acha impossivel similhante facto.

Quem conhece a fartura, a abundancia, a variedade de roupa de cama e mesa dos nossos antepassados, mesmo dos que não dispunham de grandes meios de fortuna, — não póde crer que o governador do Rio de Janeiro, havia poucos annos installado em sua nova residencia (antigo Paço Imperial), e que portanto devia ter feito acquisição de novos moveis e de tudo quanto pertencesse a uma casa de distincção, désse aos seus convivas guardanapos sujos ! Bobadella com certeza não fez isso !

E' nossa opinião: o illustre astronomo, habituado a contemplar as grandezas do céu, a medir a distancia das estrellas, e a observar os cometas, pouca importancia ligava ás cousas da terra. Mais ou menos o mesmo acontecia com um cachorrinho por nome *Grisgris* que, recem-nascido, o padre havia apanhado em uma rua qualquer e era o seu amigo e companheiro de bordo, quando o enjôo lhe dava tempo para distrahir-se. Esse animalejo, habituado a viver a bordo e a só ver marinheiros, a primeira vez que saltou no Rio de Janeiro extranhou tudo quanto de novo via, a poncto de parecer cão damnado. Eis mais uma prova do poder do hábito !

Em outro dia, com officiaes e passageiros do navio, jantou em casa de um tal Paul Vincent, de origem hollandeza, residente a 600 passos fóra da cidade. *«Deram-nos guardanapos limpos* ! Jantar magnifico, cujo cardapio consistia em varios pratos de peixe. Ao terminar a refeição, Vincent fez a gentileza de apresentar sua mulher para *servir o café*. Era um caso extraordinario, porque neste paiz as mulheres não apparecem em refeição alguma, ainda que haja amigos da casa e só por excepção o fazem quando o conviva é proximo parente.

Mas o tal Vincent pulou por cima das conveniencias e consentiu que a esposa accompanhasse em passeio os convivas, sendo conduzida numa rêde.»

Essa última parte da *Relação Historica* suggere-nos algumas reflexões.

Pelo que diz La Caille, tomou elle café em casa desse hollandez, que era muito amigo dos Francezes. Ou esse café tomado teria vindo por importação e, nesse caso, nada diremos, ou elle era o resultado da cultura já então feita aqui da famosa *Rubiacea*.

Nesta hypothese cabe pôr termo a tudo quanto se tem escripto sôbre a introducção dessa planta no Rio de Janeiro. Si em 1751 já se *tomava café*, não foi, pois, o introductor delle o desembargador João Alberto Castello Branco, que só mais tarde, salvo êrro, aqui chegou do Pará. Seu nome não consta da primeira lista de magistrados, que fizeram parte, em 1752, da primeira Relação. Ora, eis ahi um poncto a estudar e digno da attenção dos sabedores da materia. Em todo caso devemos ao grande sabio francez essa revelação, e só com isso damo-nos por bem pagos de have-la descoberto em um livro raro e desconhecido entre nós.

4 de Março de 1902.

---

# FRANCEZES NO RIO DE JANEIRO

## (1695)

Nos fastos da Marinha franceza, occupa, como é sabido, logar notavel o celebre navegador Gennes, que fez parte da illustre pleiade de homens notaveis, que floresceram no tempo de Luiz XIV. Mostrando ao grande rei a conveniencia do estabelecimento de um presidio, nas proximidades do Estreito de Magalhães, obteve do monarcha uma esquadra de seis navios, equipada por 784 marinheiros. Voltando em 1697 á França, sem obter o intuito, que levava em mira, Gennes havia costeado o lado occidental da Africa, destruido ahi a feitoria

ingleza de Fort James, dobrado o cabo Forward, e descoberto uma bahia, na parte meridional da America, á qual deu o nome de Bahia Franceza.

A essa demorada expedição associou-se voluntariamente o engenheiro Froger, que, em 1698, publicou a — Relação de uma viagem, feita nos annos de 1695. 1696, 1697, nas costas da Africa, Estreito de Magalhães, *Brasil*, Caienna e Antilhas por uma esquadra de navios de guerra francezes, sob o commando de Mr. de Gennes. Dessa obra, escripta em francez, foi tirada uma edição em inglez. Desta última existe um exemplar na bibliotheca do Instituto Historico, a qual nos vai servir para assumpto da presente palestra, com o fim de mostrar o que de nós se dizia nesses tempos, — correndo sob a responsabilidade de Froger, já se vê, os erros e as inexactidões abundantes em sua obra.

Partindo a expedição do porto de Rochela em 3 de Junho de 1695, postas de parte todas as minudencias que não vêm ao caso, chegou a 21 á Madeira, a 26 passou o tropico do Cancer, a 3 de Julho ás ilhas de Cabo Verde, a 4 de Dezembro tomou a direcção do Rio de Janeiro, chegando a 29 ás alturas de Cabo Frio.

Enquanto os intrepidos navegantes mettem prôa em demanda das nossas costas, vejamos o que se passava no Rio de Janeiro.

Era, então governador Sebastião de Castro Caldas, que, pela charta patente de 2 de Fevereiro de 1695, fôra nomeado para substituir Antonio Paes de Sande, aqui fallecido de uma hemorrhagia cerebral. Tomando posse em 19 de Abril, começou Caldas a pôr em práctica medidas para fortificar o Rio, nesse tempo muito falho de recursos de defesa, para obstar qualquer aggressão por parte das nações extrangeiras, maximé, os Francezes, que procuravam por todos os modos fazer contrabando com os naturaes, eximindo-se ao pagamento de impostos aduaneiros e furtando-se á prohibição de commercio, vedado então por Portugal, o qual conservava o Brasil como cousa sua só.

Como sabemos, os Francezes nunca se puderam consolar com a perda do Rio, depois da infructifera tentativa de co-

lonização feita por Villegagnon e, queixavam-se de tal ou qual sympathia com que eram tractados em nossos portos os navios inglezes, os quaes gosavam de certas regalias.

No meio do conflicto, que agitava as nações da Europa, o rei de Portugal, nos ultimos annos do seculo XVII, procurava sustentar certa neutralidade; e, para não desgostar de todo Luiz XIV, ordenara fôssem os Francezes tractados com benignidade, quando para refrescar procurassem os portos brasileiros.

O rei d. Pedro II permittiu até o estabelecimento dos Capuchinhos Francezes, os quaes, como sabemos, foram aboletados no Hospicio da Conceição (hoje Palacio Archiepiscopal), de onde tiveram de saïr tempos depois, quando Portugal, junctando-se aos inimigos da França, se empenhou na famosa guerra de successão, ao tempo em que Luiz XIV intentava dar o throno de Hispanha a seu neto, conde de Anjou, que reinou afinal com o nome de Philippe V. Ora, nos primeiros mezes de seu govêrno, Caldas tractou de pôr em práctica as instrucções recebidas da metropole.

Um ou outro navio de nacionalidade franceza era tractado com benevolencia. Por bandos especiaes prohibiu conflictos com os marinheiros e, mais que tudo, procurou desfazer o panico que se apoderava dos naturaes do paiz, quando aqui aportavam navios que não fôssem os do rei de Inglaterra.

Sabendo, porém, que a frota de Gennes demandava o porto do Rio de Janeiro e ignorando o estado da Europa, Castro Caldas considerou de bom aviso tomar cautelas, pois tractava-se não já de um ou outro navio isolado, mas de uma verdadeira esquadra, cujas intenções desconhecia.

Depois de curta demora na ilha de Sanct'Anna, a frota dobrou o Cabo Frio em 29 de Outubro, procurando a barra do Rio de Janeiro. Deu um tiro de peça, sem resultado, para pedir o auxilio de um piloto.

Tres legoas fóra da barra lançou ferro, mandando uma canôa ao longo da costa, para verificar a posição do Pão de Assucar, que, segundo os habitantes de Sanct'Anna, existia na entrada do porto; — mas em vez de um, os marinheiros distinguiram *dous a grande distancia um do outro.*

O bote expedicionario permaneceu durante a noite na entrada da barra, debaixo dos canhões dos fortes. O official procurou entender-se com o commandante (naturalmente de Sancta Cruz) e voltou communicando que os *habitantes da cidade tinham escrupulo* em deixar a esquadra entrar, em razão do grande número de doentes que trazia. A's 6 horas da manhã, a frota tractou de approximar-se e ao encontro della veio de terra um official, que ordenou fundeasse juncto das fortalezas, e partiu para dar parte ao governador do occorrido, promettendo seus bons officios, afim de que fôsse dado um piloto.

De repente, forte vendaval fez uma das embarcações garrar, e ella se submergeria, arrastada pela correnteza, de encontro ás pedras da Lage, si não fôssem tomadas providencias. O commandante da fortaleza, julgando que o navio queria entrar e *fingindo* desconhecer o perigo em que estavam, disparou 12 a 15 tiros de bala, causando avarias e despedaçando a bandeira. Prohibido pelo governador o ingresso de mais de tres navios, os outros buscaram a direcção da ilha Grande.

Queixando-se Gennes do procedimento havido para com elle e seus companheiros, refere Froger haver Caldas respondido: que o povo estava prompto a fazer uma insurreição, não ser culpa delle governador o acontecido, e que de então em deante procuraria tanto quanto pudesse *ser-lhes* agradavel.

No dia 4 de Novembro foram aboletados os doentes de bordo em uma pequena aldeia, defronte da cidade, do outro lado *do rio* (naturalmente em S. Lourenço), como se verifica de uma pequena charta topographica do Rio de Janeiro, annexa á obra do engenheiro Froger, o qual no dia 15 menciona a entrada de um navio vindo da Bahia e nos dias 17 e 18 de dous outros, chegados de Angola e carregados de negros. Nas permutas feitas então, queixa-se Froger da usura dos habitantes, compostos em suas tres partes *de judeus*, das perdas e damnos soffridos, porque o governador queria *ser o unico comprador e vendedor* ! Entretanto confessa que, vendendo os negros trazidos da costa d'Africa, conservaram os Francezes

os mais robustos delles para compor as fileiras da marinhagem desfalcadas pelas molestias.

Passando por alto a descripção, aliás exacta, que faz o engenheiro francez das bellezas da nossa bahia, e a succinta narrativa dos principaes edificios (convento de S. Bento e egreja dos Jesuitas) diz que do lado da cidade só existia um pequeno forte, na praia que ficava por baixo do referido collegio (fortaleza de S. Tiago — hoje Arsenal de Guerra).

Os habitantes são civilizados e tractam-se, continúa o auctor, com certa gravidade. São ricos e gostam muito do tráfico, possuindo grande número de escravos negros, e de indios, os quaes são empregados nas plantações de canna.

Habituados aos serviços desses infelizes os habitantes são dissolutos, efeminados e não são capazes de parar para apanhar do chão *um alfinete* ! Quanto aos padres e frades, tracta-os de dissolutos e ignorantes; muitos delles não entendiam patavina do latim. Abre, porém, excepção para os Capuchinhos Francezes (pudera não) e alguns Jesuitas, que executavam as funcções de sua missão apostolica *com extraordinario zêlo.*

Contra os Carmelitas solta Froger uma furiosa catilinaria, motivada pelo seguinte: um dos marinheiros teve uma altercação com um dos naturaes e para se defender serviu-se da espada que trazia. Vendo-se porém só, cercado de grande multidão de contrarios e deparando aberta a porta da egreja do Carmo (hoje Archi-Cathedral, pois que o templo da Ordem Terceira ainda não existia) entrou, buscando nella seguro asylo. Qual não foi porém sua surpreza, quando um frade o expulsou, dando-lhe grande pancada na cabeça e sendo accompanhado por outros, que a cacete expelliram para a rua o refugiado. Parece-nos que Froger pintou a cousa a seu modo; nessa occasião houve grande conflicto entre os habitantes da cidade e os marinheiros francezes, os quaes procuraram invadir a cadeia para della tirarem seus compatriotas presos.

E' o que se deprehende da leitura de um documento do Archivo Publico, censurando mais tarde Castro Caldas por não haver promovido a alferes o cabo da guarda, quando os Francezes procuraram invadir a cadeia (já então perto de São José)'.

Não accompanharemos Froger na descripção que faz das nossas plantas e árvores fructiferas; isso alongaria o presente escripto, destinado não a traduzir litteralmente a — Relação da viagem de Gennes, mas a chamar a attenção dos apreciadores de velharias para esse livro pouco conhecido e só ligeiramente citado pelos nossos historiadores.

Não nos furtaremos, porém, a resumir o que diz, acêrca dos Paulistas: «A cidade de S. Paulo tem sua origem de uma associação de *bandidos* de todas as nações, os quaes pouco a pouco formaram uma grande cidade e uma especie de republica, inexpugnavel por causa das grandes montanhas que a cercam. Os Paulistas dictam a lei e não querem governador. Caminham em bandos, armados de arcos e flechas, em cujo uso são por dextreza superiores a qualquer nação do mundo. Têm percorrido o Brasil em todas as direcções. Pagam tributos aos reis de Portugal, não por medo ou receio, pois *são mais poderosos* do que o monarcha. Seguem nisso o proceder dos antepassados, quando não tinham ainda muita fôrça, e não querendo governadores, se comprometteram a pagar tributo, do qual podem eximir-se na primeira occasião que lhes parecer apropriada. São *tributarios*, mas *não subditos* de Portugal!»

Faz o elogio do commandante do logar em que estavam os doentes, que, ao *contrario dos sordidos principios de seus compatriotas*, tractou-os com grande caridade e á sua custa, dispensou-lhes todos os cuidados, offerecendo-se para conservar em sua casa cinco Francezes que não puderam seguir viagem.

Partiram os Francezes afinal a 27 de Dezembro de 1695, preparados para o que désse e viesse. Os soldados das fortalezas appareciam contentes nos parapeitos e davam graças a Deus pela saïda dos extrangeiros, pois que se viram forçados a dobrar o serviço e a estar vigilantes.

E tal era o receio da presença de taes hospedes, que o governador começou a edificar um pequeno forte em uma ilha defronte da cidade, onde os *Francezes se estabeleceram quando este rio foi descoberto.* Saïdos do Rio de Janeiro, buscaram os navios a direcção da ilha Grande, cujos habitantes, apezar da

prohibição, entraram em negociações com os Francezes, o que valeu á Camara uma reprehensão do governador exarada na obra de Balthazar Lisboa. Com esses successos lucrou o Rio de Janeiro. Sebastião Caldas reformou as fortalezas, sobretudo Sancta Cruz, construiu quarteis para aboletar a infantaria que devia vir do Reino e para cuja manutenção os habitantes offereceram 8.000 cruzados.

Tudo isso foi improficuo quando aqui mais tarde veio Duguay-Trouin e fez o que sabemos, devido á incapacidade militar do governador Francisco de Castro Moraes, a quem com razão o povo deu o appellido de — *Vacca* !

Regressando do Estreito de Magalhães, parte da esquadra, no anno seguinte, entrou no Rio de Janeiro e parte bordejou por muitos dias pelas alturas da ilha Grande, Cabo Frio e ilha de Sanct'Anna, seguindo afinal para a Bahia, cuja descripção occupa na obra de Froger muitas páginas.

Ha na vida de Gennes e do governador Sebastião de Castro Caldas ponctos de contacto que não são para desprezar. Ambos intelligentes e activos, bons administradores, foram pela calumnia, pela inveja e pela maledicencia victimas do mais decidido caiporismo. Gennes, nomeado mais tarde governador da ilha de S. Christovam, viu-se forçado a capitular deante de poderosa esquadra ingleza. Accusado por seus inimigos de traidor á patria, foi destituido de todas as honras, preso e enviado á França; o navio que o transportava foi prisioneiro dos Inglezes e elle levado a Plymouth, onde morreu desgraçado e desconhecido. Sciente de sua innocencia, Luiz XIV, mais tarde, rehabilitou a memoria do valente navegador e concedeu pensões á mulher e filhos.

Sebastião Caldas, que prestou grandes serviços ao Rio de Janeiro (não queremos dizer fôsse elle um sancto), foi censurado por consentir entrasse neste porto maior número de navios do que o determinado nos capitulos de pazes; e, demittido do cargo de governador, foi accusado de negociações illicitas com os Francezes; teve seus bens sequestrados, sendo afinal, mais tarde, absolvido por sentença da Casa de Supplicação.

Nomeado, annos depois, governador de Pernambuco, tomou parte activa na chamada guerra dos Mascates, levou um tiro na perna, fugiu para a Bahia, de onde foi enviado preso para Lisboa.

Aos dous, com restricções, podem applicar-se os versos de Magalhães:

Ambos eguaes no brilho, ambos na queda.

11 de Março de 1902.

---

## S. JOSÉ

Firmado em um requerimento dirigido pela Misericordia ao Govêrno da metropole sôbre a posse de uma ermida, que caïa em ruinas *em frente á Cadeia*, escreveu o fallecido Felix Ferreira, no *Jornal do Commercio* de 29 de Septembro de 1896, longo artigo, procurando pôr por terra o que ácerca da origem da egreja de S. José noticiaram monsenhor Pizarro e todos quantos lhe seguiram as pégadas.

«A ermida, são palavras do operoso escriptor, *segundo a indicação do requerimento, ficava em frente á Cadeia e por defronte se extendiam* as quatro faces desse edificio; assim é que pela entrada principal da actual Camara se dizia «defronte do Paço», como pelos fundos, do lado da egreja de São José, se dizia «defronte da Cadeia.»

«Mas *quer nos parecer* que no *caso vertente*, por defronte se deve tomar *o lado do mar*.

Effectivamente, no velho casarão, alli existente, ha paredes, que dão para o becco, muito solidas, inclinadas como as muralhas medievaes ou de fortalezas, que indicam ter sido construidas para outro fim que não o actual.»

Com os poucos elementos, então por nós possuidos, procurámos demonstrar o nenhum fundamento das hypotheses de Felix Ferreira, as quaes viriam, caso fôssem verdadeiras, nullificar os conhecimentos sôbre a topographia desta antiga parte da nossa cidade. Não se dignando prestar attenção ás nossas humildes opiniões, Felix Ferreira, publicando a sua

monographia — *A Sancta Casa da Misericordia Fluminense* — á pag. 221 reproduz, em uma nota, o seu artigo do *Jornal*, vindo com isso produzir dúvidas, que muito podem intrigar no futuro os nossos historiographos.

Tres motivos fazem-nos voltar á carga: commemorar o dia de hoje consagrado pela Egreja ao patriarcha S. José; ter encontrado nos proprios livros do Tombo da Misericordia provas que invalidam essa phantasia historica do chronista da Sancta Casa; finalmente, termos lido com grande difficuldade, no Archivo de S. José, uns actos de acção civel, os quaes lançam grande luz sôbre o assumpto, que, á primeira vista, parece questão de nonada, mas que no futuro terá algum valor quando o tempo tiver feito desapparecer os já illegiveis characteres desse manuscripto de 1718.

A capella instituida em virtude do legado de João Ribeiro Corrêia, situada em frente da Cadeia, existiu no quarteirão entre as ruas de S. José e hoje da Assembléa.

Esse foi o local conhecido por frente da Cadeia, e em escripturas da Misericordia faz-se menção de uma casa confinando com o predio juncto ao oratorio ou capella, predio instituido como patrimonio para manutenção do culto destinado aos presos.

E a idéa não era nova; pois, segundo lemos nas publicações do Archivo Publico, já em 19 de Outubro de 1695, o govêrno portuguez ordenava: désse o governador do Rio de Janeiro informação sôbre pedido de Chrispim da Costa que intentava edificar em *frente da Cadeia* um oratorio, com o fim de nelle celebrar-se missa em proveito dos presos.

O *casarão de muralhas medievaes* nunca poderia ter servido de séde á primitiva ermida de S. José, pois que esta foi erecta no logar em que actualmente existe a egreja dessa invocação; *o casarão, o armazem*, foi construido muito tempo depois da ermida, pouco mais ou menos em 1681, e destinado a guardar o sal que, como sabemos, era objecto de um contracto fiscalizado pela Fazenda Real.

Não faremos aqui a historia desse contracto, minuciosamente narrado em uma memoria do provedor Bartholomeu de Siqueira Cordovil, existente no archivo do Instituto Histo-

rico, e da qual monsenhor Pizarro copiou a extensa nota do 2° volume de suas *Memorias Historicas*. A principio era o sal depositado em casas particulares tomadas por aposentadoria; em documento do Archivo Publico vimos que, em certa occasião, foram occupados na rua da Misericordia os pavimentos terreos dos predios pertencentes a d. Maria de Mariz, juncto ao hoje becco da Musica (portas da cidade), e aos Azeredos Coutinhos nas casas legadas em 1620 á Sancta Casa por Gonçalo Gonçalves. Para obviar inconvenientes, o provedor da Fazenda, Pedro de Sousa Pereira (2° do nome), pediu á Camara algumas braças de terreno, juncto ao mar, e ahi mandou edificar os competentes armazens, que *sempre* serviram para guardar esse producto de primeira necessidade.

Fez isso sem consentimento régio e sem ter chamado concurrencia, segundo a legislação em vigor, o que lhe valeu acre censura por parte do Conselho Ultramarino, como se póde vêr na respectiva consulta de 23 de Outubro de 1682.

Seja-nos licito, ainda a proposito da obra de Felix Ferreira, abrir aqui pequeno parenthese. O auctor, confundindo os provedores da Fazenda, Pedro de Sousa Pereira ou antes, Pero de Sousa Pereira, com o filho deste e de egual nome, os quaes ambos foram tambem provedores da Misericordia, fez delles uma só entidade, sem reparar nas assignaturas de um e de outro, que figuram em varios livros de accordãos da Misericordia.

Entre o primeiro e o segundo exerceu o cargo de provedor da Fazenda Real o célebre Thomé de Sousa Corrêa, cujo papel especial está perfeitamente descripto nos documentos da epocha.

O primeiro Pedro de Sousa Pereira figurou nas partilhas dos Campos dos Goitacás, feita por Salvador Benevides, na famosa escriptura, com razão denominada *endiabrada* pelo illustrado sr. Augusto de Carvalho em seu trabalho *A Capitania de S. Thomé.*

Esse provedor foi preso em 1661 pelos revoltosos, que tendo á sua frente Jeronymo Barbalho Bezerra, intentaram e conseguiram derrubar o govêrno interino de Thomé Corrêa de Alvarenga. Foi elle (Sousa Pereira) quem com sua in-

fluencia conseguiu destituir do cargo o prelado do Rio de Janeiro, Manuel de Sousa e Amador. Foi elle ainda uma das testimunhas no accôrdo entre a Misericordia e o vigario da Candelaria, etc.

O segundo, homem tambem de influencia, provedor do Sacramento da Candelaria, teve de ir ás minas, onde foi assassinado. Por sua morte o Govêrno comprou para residencia dos governadores as casas, sitas na rua Direita, onde foi em nossos dias a Caixa de Amortização, e hoje está em construcção a nova Praça do Commercio.

Por maiores exforços que tenhamos feito, ainda não pudemos conseguir saber quem fôsse Egas Moniz, aponctado pela tradição como o fundador da ermida de S. José, juncto á praia. Temos promessa de obter de um dos mais distinctos tabelliães a cópia da escriptura feita em 1641, no tempo em que foi juiz de S. José, Salvador Benevides, documento pelo qual Estevão de Vasconcellos e sua mulher cediam cinco ou seis braças de chãos para augmento da capella.

Como é sabido, os documentos referentes á fundação de S. José extraviaram-se por occasião da entrada, no Rio de Janeiro, de Duguay-Trouin.

Não perdemos, todavia, a esperança de reconstruir o passado desse templo, a que nos ligam tradições de familia.

O nosso prezado amigo dr. Zephyrino Candido prometteu-nos envidar todos os exforços, afim de ver se encontra nos Archivos da Torre do Tombo a prova da primeira concessão do terreno (mais tarde ampliado) e ratificada por d. João IV, em tempos do governador d. Luiz de Almeida, juiz tambem da Irmandade de S. José.

Para provar a antiguidade desta egreja encontramos no 1° livro do Tombo da Misericordia o testimunho de Domingos Pereira, que legou á Sancta Casa, com a condição de mandar dizer missas, 50$ tirados dos rendimentos de umas casas vendidas *a retro* a João Barbosa Calheiros, *as cuaes casas estão na rua direita* (assim era denominada a rua da Misericordia) DEFRONTE DE S. JOSE'.

Outro documento tambem do 1° livro do Tombo é o testamento de Francisco Rodrigues, feito a 3 de Agosto de 1654,

em pousadas de Antonio Pereira Sarmento e approvado no dia seguinte pelo tabellião Manuel de Carvalho Soares — *acompanharão meu corpo tres cruzes:* À DO PATRIARCHA S. JOSÉ, *a cruz de Nossa Senhora do Rosario e do Santissimo Sacramento da mesma freguezia de que se lhes dará a esmola costumada.*

E' conhecido o conflicto havido entre a Camara e o prelado Almada, quando este procurou mudar a matriz para a ermida de S. José, para a qual, já em fins do seculo XVII, havia sido transferida a pia baptismal. Não mencionamos, tambem, a longa lista de chartas régias, avisos e alvarás em favor da Irmandade, considerada por um documento authentico a mais antiga da cidade, e a cujo cargo estava a bandeira dos officios de pedreiros, carpinteiros, etc., estabelecida em Portugal em tempo de d. Manuel, e que no Brasil gosava dos mesmos privilegios concedidos por varios monarchas portuguezes, que dedicaram sempre a S. José muita devoção.

Calaremos tambem os conflictos entre a Irmandade e os vigarios, quando no tempo do bispo Desterro, na capella do sancto foi erecta a terceira parochia da cidade. Tudo isso seria longo, e servirá de assumpto a uma memoria que temos intenção de escrever.

Aproveitaremos o espaço que nos resta para dar um resumo da demanda entre a Irmandade de S. José e o capitão Luiz Cabral de Tavora, a qual nos fornece exclarecimentos sôbre o verdadeiro tempo da fundação da antiga ermida e o local onde sempre existiu.

Em uma petição dirigida á Camara e despachada em 17 de Dezembro de 1688, allegava o juiz da Irmandade João de Sousa da Silva: que havia quarenta e cinco annos, pouco mais ou menos, que se havia feito a egreja do Sancto (deve-se entender aqui a primeira reedificação), no sitio em que está da banda do mar e *procurando-se o titulo do dito sitio, não o acharam entre os mais papeis da Irmandade, e só ha memoria de muitos moradores, em como aquella obra se fez na praia, e a capella-mór da egreja se fez quasi dentro d'agua; e porquanto o mar tem feito represa que é patente e ficou aquelle sitio até o mar, o qual* póde servir para várias obras e offi-

cinas... requerem que Vossas Mercês lhe dêm o dito sitio, pois *são senhores de todos chãos da banda da praia, declarando que a egreja tem oitenta e cinco palmos de testada*, etc.

Esse João de Sousa da Silva, era homem rico e conhecido pelo *Marcineiro*; figura entre os primeiros foreiros da Misericordia, em uns terrenos do fim da rua da Quitanda.

Tal petição era desnecessaria, porquanto a primitiva ermida havia sido fundada em 1608, em terras doadas pelo governador de então, e a Irmandade tinha o direito de adquirir pouco a pouco os accrescidos, concedidos mais tarde em 1655 pelo governador d. Luiz de Almeida e ratificados a pedido do capitão Francisco Barretto de Faria, no tempo de d. João IV. Ora, si a Irmandade tinha perdido seus titulos, era facil mandar tirar cópia delles ou em Portugal ou nos cartorios dos tabelliães.

O mar foi pouco a pouco recuando, e a Irmandade firme no seu direito considerou seus os terrenos em que estão os predios da travessa do Paço, outr'ora rua dos Madeireiros.

Demais, os confrontantes, usando do mesmo direito, transposta a nova rua, tractaram de edificar casas juncto á praia. Isso fizeram os Jesuitas, construindo os predios entre a travessa da Natividade e o becco da Fidalga, os quaes foram conhecidos por CASAS DO COLLEGIO, e passaram ao conde de Bobadella, que os legou ás religiosas de Sancta Teresa, a cujo patrimonio ainda hoje pertencem. *Ignorando* esta circunstancia, a Camara de 1708 concedeu ao capitão Luiz Cabral de Tavora as nove braças em questão mediante o fôro de 320 réis cada braça.

E' preciso mencionar que entre os vereadores se notavam o *tenente-coronel* Miguel Ayres Maldonado e o capitão José Barretto de Faria, parentes de *Cabral de Tavora*. A Irmandade, seguindo o exemplo dos Jesuitas, tractou de aproveitar o terreno, edificando casas.

Tavora ausente em Minas chegou ao Rio em 1718, e julgando-se esbulhado propôz acção á Irmandade de S. José, que saïu vencedora: não só perante o juiz de fóra, como nas appellações feitas por Tavora perante o ouvidor, e mais tarde

perante a Relação da Bahia, que confirmou a primeira sentença.

Tanto quanto podemos julgar, saïu vencedora na causa a Irmandade, graças á illustração e á actividade do notavel advogado dr. Thomé do Souto Gonzaga (avô do poeta Thomaz Antonio Gonzaga), cuja argumentação cerrada levou sempre de vencida seu antagonista, o não menos notavel advogado dr. José de Faria Magalhães, parente e patrono do capitão Tavora.

Com muita paciencia conseguimos ler esses autos e apreciar os tramites desse feito, que durou alguns annos. São curiosos e cheios de ensinamentos para a Historia os depoimentos das várias testimunhas por parte do auctor e dos réos. Entre ellas, de um lado e de outro, figuram personagens importantes do tempo, de cujas familias ainda hoje existem descendentes.

Uma dessas testimunhas disse que a ermida havia sido fundada em 1608 pelos ascendentes do capitão Francisco Barretto de Faria (fazendeiro e vereador da Camara, conhecido por *Brocosóco*), cujo nome figura na *Memoria sôbre as Aldeias dos Indios* — de Joaquim Norberto, e encontramos nos poucos livros da Irmandade, prestando a ella grandes serviços; só não podemos comprehender o motivo, por que o filho, o capitão José Faria, exquecido da devoção do pae, se mostrava hostil á Irmandade e favoravel á causa do parente Tavora.

No meio da demanda a Irmandade apresentou um documento de 1713, no qual o tenente-coronel Maldonado, procurador de Tavora, que estava em Minas, reconhecia o direito de S. José. Maldonado, um dos *vereadores de 1708*! Pegaram-se os dous, e dessa occurrencia se aproveitou habilmente o advogado Souto Gonzaga.

Mas é tempo de terminar. Já foi em Portugal e no Brasil muito festejada a data de 19 de Março. Além das ceremonias religiosas celebradas nos templos, era o dia considerado *dia sancto de guarda*, e mais que tudo *dia de grande gala*.

No antigo palacio dos governadores havia recepção. Formava a tropa em parada, havia na cidade luminarias, fogos de artificio, e as infalliveis *cabeças de alcatrão.*

Gomes Freire de Andrada, provedor de S. José, punha-se á frente de tudo para ser agradavel ao rei, que se chamava José, e ao poderoso Pombal, que como sabemos era tambem Sebastião José.

Hoje a festa do patriarcha é celebrada na terceira dominga depois da Paschoa; e o 19 de Março passou a ser um dia commum, quando pelo breve do papa Pio IX de 11 de Junho de 1852 e a pedido do govêrno imperial o pontifice diminuiu o número dos dias sanctos de guarda.

*Sic transit gloria mundi!*

19 de Março de 1902.

## PALMAS E RAMOS

Com o fim de tomar posse do cargo de deão da Sé do Rio de Janeiro, para a qual fôra nomeado, aqui chegou em 1780 o conego Pedro José Augusto de Faria Lemos, natural desta cidade e descendente de uma das nossas mais distinctas e antigas familias, aboletando-se em casa de sua ermã dona Clara Rosa Caetano de Faria Lemos.

Notavel por seus talentos, pois se distinguira com brilhantismo na Universidade de Coimbra, na qual se doutorara e fôra nomeado oppositor, vinha o conego cercado de certa fama, sendo bem recebido por seus patricios cariocas, inclusive o bispo, que o nomeou logo examinador synodal.

Occupava o solio episcopal o mui conhecido d. José Joaquim Justiniano Mascarenhas Castello-Branco, tambem filho do Rio de Janeiro e baptizado na freguezia de Nossa Senhora da Candelaria.

Com a missão de advogar os interesses do Cabido, e sobretudo, com o intento de obter meios para a terminação das obras da Sé Nova, foi o conego Faria Lemos nomeado procurador dessa corporação, em data de 15 de Dezembro de 1781.

Por motivos, que hoje nos escapam, o Cabido resolveu suspender essa procuração e dividiu-se em dous grupos: á frente de um delles, segundo era fama, collocara-se o proprio prelado. Monsenhor Pizarro, parcial e amigo de Faria Lemos, falla no tomo 6° de suas *Memorias Historicas* em cabalas, intrigas e engrossamentos, e em uma nota sustenta que ao seu procedimento, na occasião, deveu elle constantes preterições, partidas do bispo d. José.

Depois de muita demora, conseguiu afinal partir em 27 de Abril de 1782 o procurador do Cabido em direcção á capital da metropole, de onde nunca mais voltou ao Rio de Janeiro; resignou o beneficio da Cathedral e falleceu em Portugal, deixando escriptas muitas obras de Direito ecclesiastico, vistas e apreciadas por Pizarro, o qual, como tambem sabemos, se retirou tempos depois para Portugal, de onde só voltou com o principe regente em 1808, fallecendo aqui, em 14 de Maio de 1830, fulminado por uma apoplexia cerebral em uma das ruas do Jardim Botanico, depois de haver comido grande copia da fructa vulgarmente conhecida por *carambola*.

De genio atrabiliario e trefego o conego Lemos, que desejava quanto antes partir, attribuiu ao bispo as delongas havidas, e exquecido do respeito a seu superior hierarchico, tractou de, em publico e em funcções da Cathedral (então na egreja do Rosario), desfeitear o prelado, que, tendo dado provas da maior condescendencia, se viu forçado, num Sabbado da Alleluia, a mandar prender na fortaleza do Castello o deão desobediente, e na fortaleza da ilha das Cobras seu parcial e intimo amigo, o conego, mais tarde monsenhor Pizarro. Não deixava d. José Joaquim de ter toda a razão. Na Quinta-feira maior, estando o bispo a distribuir a communhão ao clero e povo e com elle o deão, como presbytero assistente, retirou-se este do altar para a sacristia a titulo de descansar, assim mesmo revestido como estava, occupando-se em murmurar do vagar com que se practicava um acto da religião tão importante. Em Sexta-feira sancta, por occasião do officio, foi o deão levando o côro com tanta precipitação, que por duas vezes, foi advertido pelo bispo,

para que fôssem certos; mas como fizesse, que o não percebia, e fôsse continuando da mesma sorte, bateu o bispo na cadeira e lhe repetiu em voz alta que fôssem certos; disto resultou parar o deão e logo fechar o breviario, apagar a luz que tinha deante e ir para a sacristia, d'onde se retirou, sem voltar mais ao côro, dizendo que o bispo o desattendera, porque o bater e dirigir o côro só era da sua competencia.

Os dous delinquentes, vendo-se presos, puzeram a bocca no mundo, e o conego Pedro José, ao chegar a Lisboa, dirigiu ao govêrno tremenda denuncia contra o prelado, accusando-o de graves faltas. Ao receber as apaixonadas queixas, Martinho de Mello e Castro mandou ouvir a opinião do vice-rei Luiz de Vasconcellos e Sousa, o qual em officio reservado de 18 de Janeiro de 1783 respondeu categoricamente, nullificando uma por uma as injuriosas e calumniosas bases desse libello diffamatorio da reputação do integro e virtuoso bispo Mascarenhas Castello-Branco. Desses documentos, aliás muito longos, vamos extrahindo o necessario para as presentes notas.

Póde ser elle melhor apreciado por quem se der ao trabalho de lêr o tomo 43° da *Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro.*

Mas o teiró vinha do anno anterior. Referia o queixoso, que tendo o bispo mandado, no Domingo de Ramos de 1781, dar palmas nuas, *como aos pretos e plebe do paiz,* as quaes são de comprimento de duas e tres varas, succedera que, achando-se na Sé o desembargador José Feijó de Mello, lhe déra o bispo de proposito uma palma de tão avultado comprimento, que causára, além do riso, grave escandalo pela pequenez do dicto desembargador, o qual, conhecendo a desfeita a quebrara no mesmo solio, e que para se evitarem similhantes indecencias, determinara o Cabido que nos annos seguintes se dessem sómente as pontas das palmas, ornadas com duas flores naturaes, cuja resolução fôra impugnada pelo prelado com as palavras — *que não queria.*

A esse topico respondeu o vice-rei, que desde a chegada do prelado combinara este com o Cabido se dessem as palmas taes quaes eram colhidas, para obviar despesas e fazer eco-

nomias destinadas a satisfazer compromissos, que oneravam o orçamento da fábrica.

Era, porém, falso que de proposito désse d. José Justiniano ao desembargador José Feijó uma palma de tão avultado comprimento, que lhe servisse de zombaria — *não só porque ninguem haverá que possa crer que um prelado tão sério nas funcções de seu ministerio e tão civil como elle que attende e respeita, quanto póde, os ministros de Sua Magestade, practicasse na propria cathedral com um delles acção tão pueril, como porque na distribuição das palmas (como até os leigos sabem) não tem o bispo eleição alguma e só dá aquella que lhe subministra a dignidade que para isso lhe está assistindo, e ainda esta mesma dignidade offerece ao bispo a que lhe vão dando outros sacerdotes que alli se acham para esta funcção.*

Diz mais que o desembargador não quebrou a palma no solio, mas ao saïr da egreja, para melhor poder transporta-la.

Que o bispo, vendo approximar-se o magistrado e notando que lhe vinha a caber uma palma maior do que pedia a sua estatura, se vexou de lh'a dar, mas não o podia deixar de fazer, porque é bem certo, que, si a trocasse por outra mais pequena, ainda a have-la, viria talvez escandalizar o dicto ministro, porque *dessa sorte accusaria mais o seu natural defeito.* Demais o desembargador não podia ter motivo de queixa; porquanto estava habituado nas funcções religiosas a pegar em grandes tochas, *onde as não ha, nem se procuram proporcionadas ao seu tamanho.*

A questão não parou ahi. O conego e seus amigos queríam, para hostilizar o bispo, palmas ornadas, e este para encurtar razões as mandou fazer *á sua custa,* ordenando fôssem prateadas as pontas e ornadas com laços de suas mesmas folhas *na fórma do ceremonial e do uso de muitas Sés do Reino.*

Os rebeldes, porém, propalavam serem taes palmas indecentes e enormes, e no Domingo de Ramos de 1782, o conego Pedro José foi á Sé, disse missa e esteve no côro; vendo porém na sacristia que as palmas não tinham algumas flores, nem ficavam tão pequenas como era o seu empenho, mostrou

*publicamente o seu desagrado* e, acabada a hora de *prima*, quando se esperava que o prelado chegasse para se entrar aos solennes officios daquelle dia, tomou a resolução de se ir embora, no que foi seguido pelo conego José de Sousa Pizarro; e o seria tambem pelo conego mestre-eschola José Coelho Peres de França, si este não tivesse de cantar missa, como elle mesmo declarou na sacristia; e *de tarde voltaram ao côro.*

Quem fôr imparcial não póde deixar de dar razão ao bispo d. José Joaquim e concluir com Luiz de Vasconcellos, que a referida denúncia *fôra dada* com *conhecida calumnia* e *de proposito* para *malquistar e denegrir* o credito do mesmo prelado *em vingança de o haver justamente castigado pelas repetidas e escandalosas faltas de respeito e obediencia, que com elle practicou, principalmente em toda a Semana Sancta do anno proximo passado.*

Imitando o exemplo de frei Fidelis quando na egreja do Castello e na peroração de suas prácticas convidava o povo a *uma moralzinha*, faremos uma observação. Do que se acaba de lêr vemos que a interferencia do govêrno da metropole se fazia sentir em todos os actos da Egreja. Estava de pé, então, o direito do padroado, a união da Egreja e do Estado. Si porventura o vice-rei fôsse inimigo ou desaffecto do bispo Mascarenhas e désse em segredo, como lhe fôra ordenado, informações contra elle, ficaria o prelado desmoralizado e sujeito ás censuras do govêrno e triumphante o conego desobediente e trefego, que não duvidou lançar sôbre a reputação de seu superior torpes calumnias quanto ao seu procedimento particular !

Desses exemplos temo-los nós na Historia ecclesiastica do Brasil, na qual vemos bispos soffrerem acres censuras, quando não caïam nas boas graças dos capitães-móres, governadores e vice-reis, aconselhados pelo Tribunal da Consciencia e Ordens, onde figuravam sacerdotes regalistas *mais realistas que os proprios reis.*

E monsenhor Pizarro de Araujo é um exemplo do que avançamos.

Relevem-nos os leitores estas *mal traçadas linhas,* como se dizia em estylo epistolar do seculo passado.

Escrevemo-las interrompido de um lado, ouvindo o nosso patriotico hymno nacional e os vivas do rapazio do Lyceu de Artes e Officios ao receberem o presidente da Republica, que no dia 23 teve tambem *seu Domingo de palmas e de ramos* ao penetrar nesse templo erguido á educação do povo, e onde é pontifice o benemerito Bethencourt da Silva; de outro lado, ouvindo os sons estridentes e incommodos *de duas arapongas* capazes de fazer perder a paciencia a um sancto.

Aqui as denunciamos. Vivem em rua, que serve de passagem aos srs. intendentes municipaes. Não poderiam elles estabelecer a prohibição, no centro da cidade, dessas aves de canto ensurdecedor ?

Já houve entre nós distincta poetisa, que a si mesmo se denominava — *Araponga Solitaria,* e na nossa freguezia existiu o CLUB DAS ARAPONGAS, cujo presidente, inspector de quarteirão, em um attestado de obito, poz o seguinte despacho — «*sepurte-se o cadavele do fallecido morto que era meu amigo !*»

Protestamos contra as arapongas, que nos causam este fiasco, preferindo mil vezes as gaitas, os assovios e as trompas de palha, os quaes, em todos os ponctos da cidade, fieis ás tradições do passado, annunciam o dia festivo de Domingo de Ramos.

25 de Março de 1902.

---

# PROCISSÃO DO ENTERRO

Quantas recordações nos vêm á mente, sempre que passamos pela antiga rua Direita, ao avistar velha casa do lado impar, paredes em meio do predio (canto da rua de S. Pedro), legado ao patrimonio dos clerigos pobres pelo sargento-mór Alexandre Dias de Resende ! Como ha quarenta e cinco annos, ella lá está com suas janellas de grades de ferro, contemporaneas do conde da Cunha e do marquez de Lavradio !

Era d'alli que, em annos successivos e durante a nossa infancia, maravilhados assistiamos ao imponente desfilar da grandiosa procissão, que, em Sexta-feira maior, desde 1658, fazia a Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo.

Afim de chegar ao almejado poncto, era necessario fazer muitas voltas, para evitar a confusão das mangas de povo, que, como as aguas de rios caudaes, desciam pelas ruas perpendiculares ás da Quitanda e Direita. Era forçoso fugir do immundo becco das Cancellas, a exhalar constantemente emanações ammoniacaes. Havia, porém, quem o considerasse, no tempo de calor, o logar mais fresco da cidade e se deleitasse sorvendo tão pouco appetitosas pitadas.

Chegados á casa do bom e amavel Manuel Joaquim Gonçalves, ahi já encontravamos respeitaveis familias, e o nosso amphytrião desterrava a meninada e as competentes mucamas para o segundo ândar, onde profusa mesa de doces compensava as agruras desse desterro e fazia arregalar o olho ao rapazio, que, comido o recheio de saborosas empadinhas, atirava á rua e sôbre as cartolas dos transeuntes os caroços das azeitonas.

Enquanto aguardamos a hora da passagem do prestito, lancemos os olhos para o aspecto da cidade, tentando descrever usos e costumes de tempos já tão distanciados. Em geral, era um dia triste: cessados o trafego commercial e o transito de vehiculos, pois o proprio bispo vinha a pé da Conceição, e o imperador permanecia no Paço da cidade desde Quarta-feira de trevas, o Rio de Janeiro apresentava face *sui generis*: os navios, vergas em funeral, bandeiras a meio-páo, a tropa com as boccas das espingardas inclinadas para o chão, os moleques sem poderem assoviar, e as proprias crianças prohibidas de chorar ou brincar, porque «Nosso Senhor estava doente». Respirava-se, até de tarde, uma atmosphera saturada dos aromas dos quitutes de peixe, bacalhau, camarões, mulato velho, palmito e sardinhas, desprendidos das cozinhas das casas ricas e das dos proletarios. Comer carne, em Sextafeira sancta, só era permittido aos convalescentes, e os açou-

gueiros somnolentos descansavam nesse dia, para elles, de férias.

Os pianos ficavam fechados; nada de musica, nem mesmo de pancadaria; porque ficavam escondidas as palmatorias e os chicotes.

Ao entardecer, todo o largo do Paço e as vizinhanças da egreja do Carmo assimilhavam-se a um grande mar negro, frouxamente allumiado pelos lampeões de azeite de peixe, e, de 1854 em deante, pelos bicos de gaz, que já nesses tempos tinham virado lamparina.

Nas calçadas da rua Direita as pretas bahianas com suas alvas camisas de renda, e trunfa á cabeça, tendo em frente grandes taboleiros com as competentes lanternas, em que ardiam velas de vintem, forneciam ao *Zé povinho* doces e guloseimas; enquanto os mais favorecidos da fortuna tomavam sorvetes no Francioni (depois Carceller), no Guimarães, ou iam saborear os *savarins croquettes* e as amendoas do Deroche.

Todos resignados esperavam a saïda da procissão, que tinha logar, muitas vezes, depois das 9 horas.

O prestito, partindo do Carmo, dava volta em redor do Paço, tomava as ruas da Assembléa, Quitanda, Pescadores, Direita a recolher, parando de quando em vez para ouvir-se o anjo cantor e descanso dos ermãos; de sorte que o trajecto era feito em mais de tres horas.

Em casa do Gonçalves, cansados de esperar, alguns pequenos dormiam; mas de repente, cessado o *zum-zum* que da rua partia, vindo da multidão compacta, qual trovoada longinqua, e ouvidas ao longe as vozes de *péo-péo* e o som da matraca, todos corriamos ás janellas. Era a procissão, que desemboccava na rua dos Pescadores.

Nesse momento solenne podia-se ouvir voar uma mosca, tal o respeito e recolhimento com que todos queriam assistir á passagem do cortejo.

O povo, qual o rio da Biblia, no tempo de Moisés, dividia-se em duas grandes muralhas, deixando um largo váu para passagem dos que iam sepultar o corpo de Christo.

Um pequeno parenthese: até 1669 constava a procissão do Enterro, além do esquife do Senhor e do andor de Nossa Senhora, de mais septe andores com os Passos; mas nesse anno resolveu a Ordem do Carmo instituir outra procissão, denominada do *Triumpho*, saïndo annualmente á rua na Sexta-feira anterior á da Paixão, ficando a de Sexta-feira maior, tal qual a presenciámos até 1873, ultimo anno em que teve logar; porque os donos desta terra, os capadocios, os capoeiras e a *flôr da gente*, entenderam de assaltar na rua da Quitanda o anjo cantor para roubar as custosas joias de brilhantes, que lhe ornavam o peito e a cabeça.

Em tempos antigos, todo ermão da Ordem era obrigado a accompanhar a procissão do Enterro. Seja-nos licito citar aqui o paragrapho 8° do capitulo XXXIV dos Estatutos:

«*Acudirão os Irmãos da Ordem para irem na dita procissão, com seus habitos inteiros, e os que faltarem, sendo moradores e achando-se presentes na cidade, se lhes não admittirá desculpa, salvo a de doente, constando ser verdadeira, e serão logo expulsos da Ordem sem mais admoestação, e da mesma sorte todos aquelles que, sem urgente causa e licença do Padre Commissario, se tirarem da procissão sem ella se recolher.*»

Abriam o prestito alguns soldados de cavallaria de Permanentes e logo após o ermão da matraca e em seguida a cruz, ladeada por dous ciriaes, sôbre a qual ia pendente o lençol ensanguentado formando um M. Seguiam-se longas filas de ermãos com tóchas, levando pela mão anjos ricamente vestidos, cobertos alguns de joias de grande valor.

No meio das sedas e velludos, dos setins, das plumas e das azas desses anjinhos, e dos emblemas da Paixão, produziam excellente effeito ao clarão das luzes as capas brancas dos ermãos da Ordem, cujos maioraes, negociantes e capitalistas do tempo, ostentavam sôbre o peito negro do habito condecorações e insignias de ordens nacionaes e extrangeiras.

Entre elles causava-nos inveja vêr um mocinho imberbe, levando ao pescoço o pendente vermelho da Ordem de Christo de Portugal.

Uma grande quantidade de ciriaes, em que ardiam brandões de cêra roxa, illuminavam o esquife de prata, onde coberto por um rico panno de velludo bordado a ouro ia o corpo de Christo sob o pallio de sêda roxa, ladeado por oito lanternas, a cujas varas pegavam os ermãos graduados. Nessa occasião, como tocados por influxo invisivel todos se ajoelhavam e muita gente derramava copiosas lagrimas. Nunca se apagarão da nossa memoria as figuras da Magdalena conduzindo o vaso, de S. João Evangelista com o livro e a penna, as tres Marias soltando os *Heus* (razão por que o povo lhes dava o nome de *Maria Beús*, os prophetas (Nicodemo e José de Arimathéa) com as escadas, e sobretudo o centurião e a guarda romana de immensas barbas postiças e capacetes de papelão dourado. Era de vêr-se a arrogancia, com que o chefe da escolta (o José Matalote) fazia soar o côto da lança sôbre as pedras da rua e parecendo levar o rei na barriga!

Era crença, entre a arraia miuda, que os *Romanos* antes de vestirem as roupas a character ficavam mettidos na Casa das Catacumbas, onde levavam grande coça de chicote (*muxinga no mataco*, como diziam os pretos).

Parava o prestito, e o anjo cantor, quasi sempre gentil donzella pertencente a illustre familia, subia a uma escadinha e entoava o muito conhecido *Oh! vos omnes*, cuja musica ainda hoje sabemos de cór, e terminada sua missão que se repetia de distancia em distancia, desenrolava sancto sudario. Enfim, conduzida em rico andor tambem de prata, elevava-se no meio de todas a imagem de Nossa Senhora das Dores, ou antes da Soledade, trajando rico manto de velludo azul e coroada por um resplendor de ouro, cheio de pedras preciosas. Dizia-se até que as lagrimas da Senhora eram pequenos brilhantes encastoados artisticamente sôbre suas faces.

Na cauda da procissão ia a competente guarda de honra, quasi sempre do 3º batalhão da Guarda Nacional, armas em funeral e os instrumentos forrados de crepe, executando marchas funebres. Depois fechava-se o váu, e o grande rio unia suas aguas, sendo impossivel calcular o número de pessoas que seguiam o cortejo para ouvir o sermão de la-

grimas. Ao recolher davam-se serios conflictos, devidos sempre á imprudencia de muitos.

De uma feita, eramos já estudantes de Medicina, e com alguns collegas fizemos o firme proposito de *per fas* ou *per nefas* ouvir o sermão de lagrimas.

Vista a procissão, collocámo-nos juncto ás grades da egreja do Carmo e ahi apertados, empurrados, aguardámos o momento desejado. Já nos faltava o ar, quando de repente, ao embate do povo, e apezar das sentinellas, cedem as grades e nós fomos arremessados de roldão até juncto dos degráos do altar-mór, caïndo em cheio sôbre o collo de quatro mulheres velhas que alli estavam, devido á protecção do velho andador João José, que as fizera entrar por uma porta posterior.

Depois dos protestos e ouvidas as nossas razões, as devotas obrigaram-nos, para lhes não tirar a vista do prégador, a ouvirmos sentados entre ellas o sermão.

Nessa posição, restabelecido o silencio, ouvimos o eminente orador sagrado, o monge benedictino frei João de São José Paiva, recitar eloquentissima peça oratoria, tomando por thema simplesmente *Sitio*, — eu tenho sêde.

Em 1859, quasi não saïu a procissão do Enterro, devido a uma questão entre a administração da Ordem e os sacerdotes encarregados de conduzir o esquife. No officio, dirigido pelo secretario Joaquim Antonio Fernandes Pinheiro ao vigario geral, o conego dr. José Joaquim Pereira da Silva, lemos o seguinte: «*esses oito sacerdotes, Exmo. senhor, parece que despeitados por não ter a Ordem querido annuir á inqualificavel exigencia* que fizeram de 16$ cada um, para carregarem o mesmo esquife, e sim 10$, que ao depois convieram em receber, no transito da procissão, entenderam que deviam tirar um desforço, atropellando de um modo insolito os membros da administração, que faziam as alas juncto delles, e, o que é mais, ás innocentes figuras de S. João e Magdalena que iam na frente do pallio, as quaes, por mais de uma vez, foram pisadas e escaparam de ficar esmagadas debaixo do esquife.

E como um membro da Mesa lhes extranhasse tão reprehensivel procedimento, da parte de ministros da egreja...

um dos dictos sacerdotes respondeu que os não apurasse muito, porque largariam o esquife no meio da rua, chegando até a ameaçar áquelle ermão com a forquilha que é costume trazerem para as occasiões de descanso».

Além da procissão do Carmo, a qual era a ceremonia mais importante da Semana Sancta do Rio de Janeiro, o enterro do Senhor era celebrado em muitas capellas e egrejas, limitando o gyro ao interior dos templos e ás ruas circunvizinhas. Já no anno passado descrevi as procissões de enterro feitas pela Misericordia e pela Sé, na segunda metade do seculo XVII.

A Ordem de S. Francisco de Paula fazia tambem a sua procissão, findos os officios do dia, com um transito limitado ao adro de sua egreja, mas pouco a pouco *entrou a demorar a saïda da procissão e a alargar o transito della a poncto de inteiramente se complicar com a da Ordem do Carmo, transitando aquella pelas mesmas ruas e ás mesmas horas em que tinha de transitar esta.* A Ordem do Carmo protestou contra esse procedimento da sua co-ermã, pois era *obrigada a fazer* o seu transito apressada e quasi atropelladamente, para se poder recolher antes da meia noite, e não depois, *como já aconteceu, andando na rua a procissão do Enterro em Sabbado de Alleluia.*

Consta isso de um representação dirigida ao imperador pelo prior João Baptista Lopes Gonçalves, e póde ser lida no — Archivo Historico da Ordem do Carmo, coordenado pelo commendador Serzedello.

Ouvidos o bispo e o chefe de Policia, deliberou o ministro da Justiça Eusebio de Queiroz, que a Ordem de S. Francisco pudesse fazer a sua procissão pelas mesmas ruas que as percorridas pelo Carmo com a condição de recolher ás 8 hores da noite *sob pena de ser, para os annos futuros, em caso de infracção, obrigada a fazer gyro diverso.*

E assim terminou o conflicto ; é sempre certo e exacto *— o poder é o poder.*

Contou-nos, ha muitos annos, respeitavel ancião que pelo tempo de Sexta-feira sancta de 1792 (6 de Abril), era crença entre o povo, que no dia seguinte seria lida carta régia de

Maria I, perdoando em attenção á Paixão de Christo todos os inconfidentes de Minas.

Enxergaram muitos clara allusão a esse facto, nas palavras do prégador que, nesse anno, recitara o sermão de lagrimas, tomando por thema o perdão de Jesus em favor de seus inimigos e perseguidores.

Tudo isso, porém, não passou de boato, e os infelizes continuaram nas masmorras, até que em 21 desse mesmo mez, a *Inconfidencia Mineira,* como todos sabemos, terminou pela sangrenta tragedia do Campo da Lampadosa!

27 de Março de 1902.

## LIBERDADE DE INDUSTRIA

«Desejando promover e adeantar a riqueza nacional; e sendo um dos mananciaes della as manufacturas e a industria que multiplicam, melhoram e dão mais valor aos generos e productos da Agricultura e das Artes, dando que fazer a muitos braços, e fornecendo meios de subsistencia a muitos vassallos que, por falta delles, se entregariam aos vicios da ociosidade; e convindo remover todos os obstaculos, que podem inutilizar e frustrar tão vantajosos proveitos, é o principe regente servido abolir e revogar toda e qualquer prohibição que haja a este respeito no Estado do Brasil, e dominios ultramarinos, e ordenar que, d'ora em deante, seja licito a todos os vassallos, qualquer que seja a parte em que habitem, estabelecer todo o genero de manufacturas, sem excepção de uma só, fazendo os seus trabalhos, em pequeno ou em grande, como entenderem que mais lhes convém, para cujo effeito fica expressamente revogado o alvará de 5 de Janeiro de 1785, e toda a mais legislação em contrario.»

Taes as expressões com que, pouco tempo depois de chegar ao Rio de Janeiro e, já abertos os portos do Brasil ao commercio de todas as nações, o principe regente (depois dom João VI) iniciava uma serie de providencias que hão de fazer

seu nome sempre respeitado, e firmava, em 1° de Abril de 1808, o alvará pelo qual dava aos Brasileiros o direito de liberdade industrial, tornando esse dia data notavel nos annaes da nossa Historia.

Fazendo a apreciação de tão liberal medida, exclama o padre Luiz Gonçalves dos Santos: «Sendo a industria, e o commercio duas das principaes bases da prosperidade e grandeza das nações, e permittidas ao Brasil pelo Magnanimo Principe Regente, desde já podemos afoitamente augurar, e predizer que o Brasil dará em poucos annos passos agigantados na carreira da prosperidade.

«Até agora a nossa industria esteve reprimida, e suffocada pelo antigo systema colonial, que apenas permittia as ordinarias artes fabris, e os tecidos grossos de algodão para o vestuario dos escravos; e como nem todos podem ter terras, nem meios para se empregarem na Agricultura, tem-se perdido muitos e grandes talentos industriosos; milhares de braços inutilizados, e inertes se consumiram na ociosidade, reduzidos á indigencia, por falta de meios para subsistirem; d'ahi a *decantada preguiça do Brasil*! Mas de agora em deante, graças ao nosso Magnanimo e Augusto Principe, veremos nascer, e sobresaïr na America Portugueza uma energia industriosa, que multiplicando, melhorando e dando novas fórmas aos productos da terra, dê emprêgo honesto e rendoso a infinitos vassallos, augmente a população, e promova a riqueza nacional...

«... O Senhor D. João levantou o interdicto, quebrando as cadêas, que maneatavam os Brasileiros e tolhiam o exercicio de seus braços; o Brasil saberá aproveitar-se, e agradecer tão superior beneficio».

Si, como sabemos, ainda até hoje não se cumpriram as esperanças e previsões do illustre sacerdote, não é menos verdade que o alvará de 1° de Abril veio dar novo impulso ao nosso paiz; e narrando em que consistia o interdicto e como os factos se passaram no Rio de Janeiro, pretendemos commemorar o primeiro do mez corrente, sómente conhecido pelo dia de enganar os tôlos.

E' bem conhecido o aviso de 5 de Janeiro de 1785, dirigido ao vice-rei do Estado do Brasil, remettendo-lhe o alvará

da mesma data, que extinguia todas as fábricas e manufacturas de ouro, prata, sêda, algodão, linho, lã, existentes no mesmo Estado. Desse documento, aliás longo e impresso no tomo X da *Revista do Instituto Historico,* fez João Francisco Lisboa o seguinte extracto: Que constava a suas magestades como na maior parte das capitanias do Brasil se iam estabelecendo dessas fábricas, os excessivos contrabandos que por toda parte se faziam, o que se demonstrava pela crescente diminuição dos generos e fazendas, que do reino se exportavam para o Brasil, havendo já a Juncta das fábricas do mesmo reino representado acêrca da diminuição do consumo, sobretudo de galões, em consequencia das remessas clandestinas de fios de ouro e prata para aquellas fábricas, já estabelecidas até pelo sertão, em Minas.

Os extrangeiros da maior parte das nações maritimas, e ainda os mesmos navios portuguezes faziam um extenso contrabando por todas as costas do Brasil, e em Londres faziam-se publicamente os respectivos seguros, annunciando-se até por jornaes o seu destino. E a razão era que assim se obtinham no Brasil as mesmas fazendas por preços muito mais accommodados do que aquelles com que iam carregados de Portugal.

Quanto ás fabricas de manufacturas, são palavras do supradicto aviso, é indubitavelmente certo que sendo o Estado do Brasil o mais fertil e abundante em fructos e producções da terra, e tendo os seus habitantes, vassallos desta corôa, por meio da lavoura e da cultura, não só tudo quanto lhes é necessario para sustento da vida, mas muitos artigos importantissimos para fazerem, como fazem, um extenso e lucrativo commercio e navegação ; si a estas incontestaveis vantagens ajunctarmos as das industrias e das artes para o vestuario, luxo e outras commodidades precisas, ou que o uso e costume têm introduzido, *ficarão os dictos habitantes totalmente independentes da sua capital dominante.*

Da prohibição só eram exceptuados os pannos grossos de algodão, proprios para vestuarios de indios e escravos e para enfardar generos e fazendas.

Depois de indicar diversas providencias para repressão do contrabando, deixava o aviso ao prudente arbitrio do vice-

rei *o modo mais suave e menos violento com que*, chamando os donos das fábricas á sua presença, estas ordens se deviam executar; *mas si este methodo parecesse insufficiente e inefficaz (ainda que por ser o de menos ruido fôsse o melhor em negocio de similhante natureza)* fizesse a publicação do alvará e *executasse-o inviolavelmente*.

Destruindo as fábricas brasileiras, pretendia o govêrno de d. Maria I vivesse o Brasil tão sómente da lavoura, e a ella e ao seu govêrno cabe a paternidade de considerar o Brasil *um paiz essencialmente agricola*. O seu a seu dono ! Ninguem póde tirar essa gloria a Martinho de Mello e Castro.

Todos esses vexames foram motivados pelas reclamações do consul da Inglaterra, mettendo-se tambem no negocio o célebre intendente geral da Policia Diogo Ignacio de Pina Manique, como podemos ver nos documentos impressos na supra dicta *Revista* e copiados do Archivo Publico. Foi Luiz de Vasconcellos e Sousa o encarregado de pôr em execução, sob penas severas, o alvará de 1785, e mandar destruir os teares de galões, de tecidos ou bordados de ouro e prata, de velludos, brilhantes, selins, tafetá, de belbutes, chitas, bombazinas, fustões, de pannos, baetas, droguetes, saetas, etc.

Em officio de 12 de Julho de 1788 participa Vasconcellos ao Govêrno o modo por que se desempenhara de similhante incumbencia, *mandando primeiro com o maior disfarce averiguar* o número *dos* (teares) *que se achavam, aqui, existentes.* Depois commetteu a diligencia ao desembargador e provedor da Fazenda Real, que passando á casa dos possuidores dos teares, fez desmanchar os que se achavam armados e ajunctar os que mostravam não ter prestimo ou continuado ministerio, fazendo-os immediatamente conduzir aos armazens reaes, onde foram reservados até os mesmos donos tomarem a deliberação, que lhes foi insinuada, de os remetter para Lisboa em navio de sua escolha.

Vendo, porém, que nos navios que *d'aqui têm saïdo* se não haviam feito estas remessas, e que nem os donos dos teares apprehendidos davam a menor demonstração de os aproveitar, como lhes foi determinado, foram chamados os referidos proprietarios á presença do provedor, e assignaram

um termo, pelo qual se obrigaram a não pretender cousa alguma dos mesmos teares, sujeitando-se voluntariamente ao que o Govêrno houvesse de dispor a respeito delles. Por isso os faria transportar pela presente náo de guerra *Nossa Senhora de Belém,* da qual era commandante Francisco de Paula Leite.

Bernardino José, mestre do mesmo navio, firmou o necessario documento, declarando haver recebido das mãos do almoxarife dos armazens reaes, José Ramos de Araujo, 13 teares e oito caixões toscos de pinho, em que iam os pertences dos mesmos teares. Tambem assignou os tres conhecimentos desse recibo o escrivão dos armazens reaes, João Prestes de Mello.

Cumpre-nos aqui registar os nomes dos industriaes victimas dos rigores do alvará de 5 de Janeiro de 1785. Foram elles: Jacob Munier, francez, morador na rua *dos Ourives velha,* em o canto da travessa da Alfandega, capitão José Antonio Lisboa, morador na mesma rua, entre as do Sabão e da Mãe dos Homens, Miguel Xavier Moraes e José Maria Xavier, residentes na mesma rua dos Ourives, e Sebastião Marques, residente defronte da egreja de Nossa Senhora da Mãe dos Homens.

A João Monteiro Celi, residente na rua da Valla, José Luiz, morador na mesma rua, José Francisco, residente defronte da sacristia da Sé (egréja do Rosario), Antonio José, Antonio de Oliveira do Amaral, Maria da Esperança, Francisco de S. José, Custodio José, Manuel de Moraes, Maria Antonia e Anna Maria foi permittido conservar os seus teares, com a condição expressa de nelles só tecerem *grosserias de algodão para vestuario ou cobertas de negros* !

E assim foi destruida a industria brasileira, cujos productos fariam competencia aos da mãe patria ! E é por isso que quem analysa a lista das profissões exaradas no *Almanack* de Antonio Duarte Nunes não vê, ao findar do seculo XVIII, figurar no Rio de Janeiro os nomes desses martyres de 1788, os quaes se viram forçados, ou a morrer na pobreza ou a procurar outro meio de vida !

Não nos cabe aqui commemorar os factos da liberal lei de 1º de Abril de 1808.

A historia da industria brasileira desde essa epocha tem sido fartamente narrada por escriptores e economistas de nomeada.

Uma circunstancia convém salientar : em 19 de Outubro de 1827 installou-se nesta cidade uma instituição com o fim de auxiliar a industria nacional. Esse gremio, do qual foi 1° presidente o visconde de Alcantara, prestou relevantissimos serviços, tendo á sua frente os mais notaveis Brasileiros.

Quem se lembra ou falla hoje da *Auxiliadora*, que está agonizando, depois de um passado glorioso !

A sua *Revista*, que forma grande número de volumes, já não é publicada !

Quem, a 1° de Abril, se enganou a si proprio foi o principe regente (d. João VI). Os successos têm-se encarregado de desmentir os bons desejos do filho de d. Maria I. Quem deu no vinte ? O ministro Martinho de Mello e Castro, pois o Brasil *foi, é e será sempre um paiz essencialmente agricola* !

8 de Abril de 1902.

---

## DEMANDA DAS FORMIGAS

Sôbre o *extraordinario pleito* que correu *entre os religiosos menores da provincia da Piedade, no Maranhão, e as formigas* daquelle terreno — narra o padre Manuel Bernardes o seguinte: naquella capitania as formigas, que são muitas e mui grandes e damninhas, para extenderem o seu reino subterraneo e ensancharem os seus celeiros, de tal sorte minaram a despensa dos frades, afastando a terra debaixo dos fundamentos, que ameaçava ruina. E accrescentando delicto a delicto, furtavam a farinha de páo, que alli estava guardada, para quotidiano abasto da Communidade. Como as turmas do inimigo eram tão bastas e incansaveis a toda hora de dia e de noite ?

Ora, os religiosos, que podiam do pé para a mão se ver livres das ratoneiras, matando-as, lembraram-se de que era indicio de mau character fazer mal aos animaes, e, porque o

Seraphico S. Francisco a *todas as creaturas* chamava ermão lobo, ermã andorinha, tomaram o alvitre de propôr demanda áquellas *ermãs* formigas perante o tribunal da Divina Providencia, e nomearam-se procuradores, assim por parte delles auctores, como dellas rés, querendo que o seu prelado fôsse o juiz. O procurador dos frades apresentou logo libello contra as formigas, allegando que elles viviam de esmolas, ajunctando-as com grande trabalho seu pelas roças, e que as formigas de espirito totalmente opposto ao Evangelho não faziam mais que roubá-los, e não sómente procediam como ladrões, sinão que com manifesta violencia os pretendiam expellir da casa, arruinando-a, e portanto dessem razão de si, ou quando não, fôssem todas mortas *com algum ar pestilente*, ou afogadas com alguma inundação, ou pelo menos exterminadas, para sempre, daquelles sitios.

Em favor das accusadas allegou seu procurador que ellas, uma vez recebido o beneficio da vida por seu Creador, tinham direito natural a conservál-a por aquelles *meios*, que o mesmo Senhor lhes ensinara; que na praxe e execução destes meios serviam ao Creador, dando aos homens o exemplo das virtudes que lhes mandara: de prudencia, acautelando o futuro e guardando para o tempo da necessidade; de diligencia, ajunctando nesta vida merecimento para a eterna, como referia S. Jeronymo; de caridade. ajudando umas ás outras, quando a carga era maior que as fôrças; tambem de religião e piedade dando sepultura aos mortos da sua especie, como escreveu Plinio.

Item — que o trabalho que ellas punham na sua obra era muito maior, que o delles, auctores, em ajunctar, porque a carga muitas vezes era maior que o corpo e o animo que as fôrças. Que supposto fôssem os Franciscanos ermãos mais nobres e dignos, todavia deante de Deus tambem eram *umas formigas* que haviam offendido ao Creador, não observando as regras da razão, como ellas observam as da natureza; pelo que se faziam indignos de que creatura alguma os servisse e accommodasse; pois maior infidelidade era nelles defraudarem a gloria de Deus por tantas iras, do que nellas furtarem sua farinha.

Item — que ellas estavam de posse do terreno, antes dos auctores haverem fundado o convento, e por isso não podiam ser esbulhadas. Que os frades defendessem a sua casa e farinha, pelos modos humanos, que soubessem, porque isso lhes não tolhiam; porém, que ellas sem embargo haviam de continuar as suas diligencias, pois do Senhor, e não delles era a terra e quanto esta cria!

Depois das competentes replicas e treplicas pronunciou o juiz a sentença final: fôssem os frades obrigados a signalar dentro da sua cêrca sitio competente para vivenda das formigas e que ellas, sob pena de excommunhão, mudassem logo a habitação; visto como desse modo poderiam ficar accommodadas ambas as partes. Lançada esta sentença, foi outro religioso, termina o padre Manuel Bernardes, intimál-a, a mandado do juiz, em nome do Creador áquelle povo, em voz sensivel nas boccas dos formigueiros. Immediatamente, *saïram a toda pressa milhares daquelles animalejos, que formando longas e grossas fieiras, demandavam o signalado campo* deixando as antigas moradas; *e livres de sua molestissima repressão aquelles sanctos religiosos renderam a Deus as graças por tão admiravel manifestação de seu poder e providencia.*

Em sua obra — VIAGEM E VISITA AO SERTÃO, em o bispado do Grão-Pará, em 1762 e 1763 — d. frei João de S. José Queiroz nega haver tido logar no Maranhão o facto narrado pelo padre Manuel Bernardes, e sim na cidade de Avinhão, em França.

Antes de proseguir, e a proposito desse prelado, diz Camillo Castello Branco, que elle pagou caro a imprudencia de referir na America certas cousas que deixou escriptas. Intimo, a principio, de Sebastião de Carvalho (depois marquez de Pombal), caïra no desagrado do poderoso ministro. Em 14 de Outubro de 1763, entraram-lhe de noite no paço episcopal os alguazis, sequestraram-lhe os papeis e apresentaram-lhe mandado regio para se recolher a Lisboa. Embarcou em 24 do mez seguinte. Chegou á côrte e foi hospedar-se no Mosteiro de S. Bento. Poucas horas depois, recebia ordem de recolher-se ao Mosteiro de S. João de Penduraba: na ordem vinha assignado o conde de Oeiras, o seu velho amigo. Tinha o bispo,

cincoenta e tres annos. Era forte. A agonia foi longa. Viveu oito mezes naquelle triste mosteiro, insulado no penhasco de Arades, porque no Novo Mundo contava aos seus intimos que «Sebastião José de Carvalho *mandara matar mysteriosamente um homem* por não poder provar a justiça, com que fazia morrer outro nas Berlengas».

O notavel escriptor João Francisco Lisboa, de cujo *Jornal de Timon* extrahimos os presentes aponctamentos, assevera, porém, que a demanda das formigas foi facto real, passado no Maranhão. Viu elle os respectivos autos no convento... e delles tirou cópia. No processo, aliás pouco volumoso, faltavam as primeiras folhas em que deviam vir a proposição da acção e a contrariedade das rés formigas.

A parte conservada começa pelo autoamento de uns embargos de contradictas, com que as mesmas rés, por seu curador *ad litem*, vieram contra as testimunhas que haviam jurado por parte dos religiosos.

Esse autoamento tem a data de 17 de Janeiro de 1713; entretanto, a *Nova Floresta*, obra do padre Manuel Bernardes, *já dá conta* da supposta sentença final, e foi impressa em Lisboa em 1706.

Os artigos de contradictas consistem na allegação de serem as testimunhas dos auctores ermãos terceiros da Ordem de S. Francisco e por isso suspeitos de parcialidade.

Em 24 de Janeiro, o juiz, o padre vigario geral, o licenciado José Teixeira de Moraes, desprezou os embargos; houve as inquirições por abertas e públicas e mandou dar vista ás partes para dizerem, afinal.

Por parte das rés juraram cinco testimunhas. E' curioso o depoimento do capitão Urbano Duarte, maior de noventa e quatro annos; disse ao primeiro artigo, que sabem serem as rés umas creaturas, não póde nellas haver malicia, por não terem uso de razão, e assim que não podem saber nem de bem nem de mal. E ao terceiro artigo disse: sabia serem as formigas naturaes da terra e que nella sempre viveram, espalhando-se por todos os logares desta cidade e mattos, e no tempo que os reverendos auctores fundaram o seu convento, nesta cidade, e no districto della *já*

*haviam formigas*, e tambem no logar onde os reverendos auctores têm o seu convento ou cêrca perto delle, conforme sua lembrança, etc.

A causa parou durante seis mezes; requerendo os auctores a re-instauração da instancia perempta, o vigario foraneo Manuel Homem deferiu-lhes, como pediam. Em virtude desse despacho, o escrivão do ecclesiastico Joseph Guntardo de Beckman foi em 19 de Junho de 1714 á cêrca do Convento de Sancto Antonio dos Capuchos e citou *as formigas em sua propria pessoa*, lendo-lhes tudo de *verbo ad verbum*, havendo-lhes nesta fórma a citação por feita.

Segue, continúa Lisboa, o termo de juramento aos Sanctos Evangelhos, deferido a um novo curador *ad litem* dado ás rés, e o termo de vista dado aos auctores em 20 de Junho. E aqui *parou o processo*, sem mais ter *andamento até hoje*.

Posto que, termina Lisboa, seja passado um lapso de quasi cento e cincoenta annos, si, allegando os auctores de um lado pertencerem a uma ordem mendicante e as rés de outro serem *pessoas desasisadas* e miseraveis, invocassem o beneficio de restituição, o *processo* poderia *continuar*. O caso é que *achassem juiz*, que hoje se quizesse prestar a esta sacrilega *farça*!

Neste poncto discordamos do illustrado escriptor maranhense: antes que a acção pudesse ser renovada, um pouco de formicida Capanema poria termo ao pleito; porque as rés (as formigas) não teriam tempo de pedir mandado de manutenção, nem os auctores incorreriam nas penas do Codigo criminal!

Não foi sem motivo que trouxemos para estas páginas a historia desse processo, que characteriza uma epocha e dá a medida do quanto os nossos antigos eram apreciadores das tricas forenses, e de demandas que muitas vezes por motivos futeis duravam annos e annos. Ser chicanista era uma prenda de alto valor, e os finorios levavam sempre a melhor.

Typo bem acabado dessa especie era a velha — D. Maria — que figura no sempre apreciado romance de costumes nacionaes — *Memorias de um Sargento de Milicias*, do mallogrado Manuel Antonio de Almeida, victima do naufragio do vapor *Hermes*, em frente a Macahé.

E — entidade real de demandista — foi o célebre desembargador José Martins da Costa, dono de uma fábrica de anil nas ruas do Lavradio e Invalidos, o qual, apezar de morphetico, não socegava !

Para traçar estas linhas, actuou em nosso espirito a idéa de recordar a grande personalidade de João Francisco Lisboa, principe entre os nossos prosadores, e cujo fallecimento occorreu em um dos dias do mez presente.

13 de Abril de 1902.

---

## TIRADENTES

E' sempre com grande interesse, que lemos tudo quanto vai sendo á pouco e pouco publicado com relação á Inconfidencia Mineira, e é por isso que, pedida a competente venia, faremos ligeiras considerações sôbre as chartas estampadas ultimamente n'*A Noticia*, firmadas pelo sr. major Figueiredo, da commissão glorificadora de Tiradentes, e pelo operoso sr. Felisbello Freire, auctor da *Historia da Cidade do Rio de Janeiro*.

Vem de longe este nosso amor ás cousas da conspiração mineira : menino, liamos com enthusiasmo as patheticas scenas de um drama antigo, cujo auctor, Claudio Luiz da Motta, avô do nosso collega e amigo dr. Cesario Motta, ha poucos annos fallecido, se mostrava perfeito conhecedor dos factos e homens do tempo; adolescente, tivemos conhecimento das bellas páginas escriptas pelo emigrado francez Carlos Ribeyrolle e dos varios documentos publicados nos primeiros volumes da *Revista do Instituto Historico*, e ouvimos com religiosa attenção as palavras e narrações de dous octogenarios, de quem temos fallado em varios ponctos dos nossos modestos apponctamentos, e tambem as declarações da eximia poetisa brasileira d. Beatriz Francisca de Assis Brandão, prima da decantada Marilia de Dirceu, noiva do inconfidente dr. Thomaz Antonio Gonzaga. Depois temos lido tudo quanto nestes ultimos tempos se tem publicado á similhante respeito.

Seja-nos, pois, em attenção a esse desejo de aprender, perdoada a ousadia de intervir em certame, onde só podem terçar armas conhecidos letrados e illustres sabedores da Historia nacional.

Dúvidas e muitas existem ainda sôbre vários ponctos da Conjuração Mineira, mas essas vão sendo exclarecidas com o exame attento e a interpretação exacta e minuciosa dos documentos authenticos, que se fazem nos nossos archivos e bibliothecas.

Separar a lenda da Historia é dever dos entendidos e dos criticos, para o que já está averiguado e passa como verdades, assim como não permittir a transformação completa dos factos por mera phantasia ou caprichos de romance! Exemplo:

No recente volume 6° da *Revista do Archivo Publico Mineiro* ha uma memoria escripta em 1896, sôbre a Conjuração Mineira pelo sr. Eduardo Machado de Castro.

Nesse, aliás, bem elaborado trabalho o auctor partilha a opinião de um *analysta*: que o réo Francisco de Paula Freire de Andrada esteve quasi a ser perdoado, graças á protecção de seu pae o conde de Bobadella, de quem Paula era filho natural. Ora, sabemos que falleceu o 2° conde de Bobadella em 1784; não podia, portanto, intervir de 1788 a 1792 em cousa alguma com referencia á conjuração.

Sôbre esse mesmo Paula de Andrada escreveu, ha annos, o dr. Joaquim Manuel de Macedo que o inconfidente era filho natural de Gomes Freire, 1° conde de Bobadella, quando sabemos que este falleceu no Rio de Janeiro em 1° de Janeiro de 1762, sem descendencia legitima ou natural, e por isso seu ermão herdou titulo e a chefia da casa.

E' *impossivel* pretender sustentar que a execução de Tiradentes não foi em 21 de Abril de 1792, aqui no Rio de Janeiro.

Levados pela curiosidade fomos ao Archivo Publico, e ahi lemos a charta dirigida em 23 de Abril pelo conde de Resende ao visconde de Barbacena. A má interpretação dada á palavra *execução* póde ser attribuida á noticia referida pelo sr. major Figueiredo, a qual, caso fôsse verdadeira, viria destruir tudo quanto se tem escripto! Um pouco de reflexão,

uma analyse detalhada do documento, aliás authentico, afastarão o digno informante dessa sua erronea opinião.

Entretanto — cumpre aguardar o muito que poderá dizer o sr. dr. Felisbello Freire, que, como verdadeiro e paciente Benedictino, tem manuseado os codices da Bibliotheca Publica, do Archivo Nacional e do Instituto Historico e Geographico Brasileiro.

Quanto ao local do supplicio, confessamos o nosso peccado; ainda não estamos convencido do logar adoptado pela patriotica commissão, apezar do aprofundado estudo feito pelo emerito sr. Miguel Lemos, refutado pelo dr. Alvaro Caminha em artigos publicados na *Gazeta de Noticias*, em Abril de 1892.

Este distincto advogado, hoje fallecido, dando falsa interpretação á palavra *campo*, exarada nas memorias do tempo, collocou a forca de Tiradentes no Campo de Sanct'Anna!

Em nossa humilde opinião, si é que a possamos ter, esse lugubre acontecimento teve logar no chamado *Campo da Polé*. Nem vem de agora esse pensar: invocamos o testimunho dos nossos collegas do Conselho Municipal de 1895-1896, e principalmente do patriota capitão Julio do Carmo.

Todas as vezes que alli se tractou da cocheira da Empresa Funeraria, sustentámos que não fôra alli o local do patibulo, mas no Campo da Polé, na grande praça existente em 1792, nas vizinhanças das obras da Sé Nova, limitada de um lado pela face onde estão hoje a Lampadosa, em cujo adro se ajoelhou Tiradentes, o Thesouro (antiga Casa dos Passaros), — ao fundo pela rua do Senhor dos Passos, — e do lado do mar pela rua da Conceição. Só assim podemos explicar a presença do regimento de artilharia, commandado pelo coronel José da Silva Santos, formado no dia 21 no largo de S. Francisco de Paula.

Proceder com criterio é dever de quem estuda essas antiqualhas. E' o que vamos fazendo; e si algum dia chegarmos a resultado definitivo publicaremos as nossas modestas, mas sinceras opiniões. Quem espera sempre alcança.

Para descobrir qual era, no Rio de Janeiro, a rua conhecida em 1661 pelo nome de *Gadêlha* levámos perto de cinco annos e só encontrámos explicação no 1° livro do Tombo da Misericordia.

Ainda não perdemos a esperança de descobrir a casa pertencente a Domingos Fernandes da Cruz, rua dos Latoeiros, em que foi preso o Tiradentes, para que, dissipadas as incertezas, possa algum dia a commissão collocar tambem na frente desse predio uma placa commemorativa, como complemento do que vai ser feito.

Finalmente, seja levantado o monumento na rua Visconde do Rio Branco, no Campo de Sanct'Anna, ou juncto da egreja de S. Domingos, como pretende o sr. barão do Rio Branco, ou mesmo no Campo da Polé, — modesto e singelo testimunho de gratidão honrará a cidade do Rio de Janeiro e symbolizará a justiça da verdadeira Historia escripta sem pieguices romanescas, idéas preconcebidas, odios ruins nem paixões mesquinhas.

Essa reparação fará avultar aos olhos da posteridade a conducta da geração actual, á cuja frente, em boa hora, occupa distincto logar a commissão glorificadora de Tiradentes.

18 de Abril de 1902.

---

## S. JORGE

### (23 DE ABRIL)

O Campo de S. Domingos, ora tão discutido e cujos successivos desmembramentos têm sido objecto de pesquisas e estudos, e onde em sua antiga circunferencia estava edificada a velha capella do martyr defensor da fé, demolida em 1855; o dia de hoje, consagrado pela Egreja a S. Jorge; a noticia ha dias dada de que a imagem do sancto se acha perfeitamente conservada, e o anniversario natalicio de um certo Manuel: tudo isso *estimula-nos* a fallar de cousas, que convem recordar.

Não discutiremos, aqui, a existencia real ou a lenda sôbre o sancto canonizado em 494 pelo papa Gelasio.

Hagiologos notaveis têm tractado do assumpto magistralmente: no grande Diccionario de Larousse encontram-se as opiniões de Richard, Giraud e Gibbon.

Voltando do Oriente trouxeram os Cruzados a veneração á imagem desse sancto, proclamado protector da cavallaria, e em 1220 o synodo de Oxford inscreveu o nome do martyr como padroeiro da Inglaterra.

Da Allemanha e da Inglaterra a devoção extendeu-se a varios paizes.

Em França, já em tempos anteriores, Sancta Clotilde, mulher do rei Clodoveu, levantou-lhe altares. S. Germano, bispo de Paris, contribuiu muito para o culto desse sancto martyr, tendo obtido do imperador de Constantinopla reliquias, e fez edificar uma capella, na egreja de S. Vicente. Em 1470, o imperador e archiduque da Austria, Frederico IV, instituiu a Ordem Militar de S. Jorge, sendo isso imitado pela Republica de Genova.

Outra existia em Aragão, sob o titulo de Cavalleiros de S. Jorge de Alfama, fundada em 1200.

Segundo a opinião de Alexandre Herculano é S. Jorge «*um sancto imaginario, que os Inglezes trouxeram para o nosso calendario em tempo de el-rei d. Fernando, e que invocado d'ahi avante nas batalhas tirou muitas vezes a S. Tiago a honra de servir o seu nome para grito de arremeter*».

Foi, porém, d. João I quem mais enthusiasmo e devoção mostrou pelo sancto; vencidos os Hispanhoes em Aljubarrota e proclamado elle rei de Portugal, considerou-o defensor de seus reinos e dominios, ordenando que nos combates se invocasse sempre o nome de S. Jorge como grito de guerra.

Reformando o antigo castello de Lisboa, deu-lhe o nome de S. Jorge, que ainda conserva.

Instituida a Casa dos vinte e quatro, mandou fôsse estabelecida uma bandeira dos officios, á qual se aggremiassem os artifices barbeiros de barbear, barbeiros de guarnecer espadas, fundidores de cobre, ferreiros, serralheiros, ferradores, douradores, bate-folhas, espingardeiros e cutileiros. Ordenou mais que na procissão de Corpo de Deus se armasse o sancto montado, vestido á romana, levando, após si, rico estado.

Segundo Pinheiro Chagas, no — *Novo Regimento para o govêrno da bandeira de S. Jorge, fundado nas chartas, alvarás e lembranças do antigo regimento, que se queimou pelo ter-*

*remoto de 1755*, precioso documento existente no archivo da Camara Municipal de Lisboa, encontra-se o seguinte: Oito dias antes da procissão de Corpo de Deus porão promptos cinco pretos armados com as insignias do sancto, e com seus clarins, tambores e pifanos, e os levarão ás cavallariças de Sua Magestade, onde farão tocar os tambores juncto ao cavallo, em que o sancto houver de montar e aos de *seu estado*.

Na vespera do dia era repetida a mesma diligencia, em companhia dos mordomos da Mesa espiritual, levando consigo a sella e mais arreios e o que fôr preciso para *seu estado*, e tudo entregarão na casa dos arreios aos officiaes, e a estes darão a *propina* do estylo.

Eis, talvez, a explicação da presença de alguns pretos, que faziam parte da banda de musica da Quinta Imperial nas procissões de Corpo de Deus, no Rio de Janeiro. Iam elles vestidos de casemira branca, levando á cabeça chapeus desabados. Na obra de Debret encontra-se um desenho, que dá perfeita idéa desse vestuario, que devia intrigar o grande artista francez, pouco versado nas antigas tradições de Portugal e continuadas no Brasil.

A existencia regular da Irmandade de S. Jorge teve começo no Rio de Janeiro, no anno de 1741, sendo juiz de capellas e residuos o dr. Luiz Antonio Rosado da Cunha, que por ordem régia de d. João V fez crear essa instituição, a qual foi approvada em 1742 pelo bispo d. frei Antonio do Desterro, a pedido do mesmo dr. Cunha, o qual, por sua devoção, muito concorreu para tal fim.

Segundo lemos, foi seu primeiro juiz e fundador Francisco Nunes de Avellar, mestre serralheiro, e escrivão José dos Reis, os quaes deram principio ao primeiro compromisso, que logo foi approvado.

Pudera não. O dr. Rosado devia andar nas boas graças do bispo Desterro, porquanto, por occasião da entrada solenne desse prelado, escreveu o juiz de capellas uma descripção, que foi impressa na typographia de Antonio Isidoro da Fonseca, fundada no tempo de Gomes Freire de Andrada, a qual o govêrno da metropole mandou destruir !

Quem quizer consultar esse primeiro precioso especime da arte typographica brasileira póde procurá-lo na Bibliotheca Nacional, onde se guarda bem conservado um exemplar.

Não tendo S. Jorge casa propria, celebrou a respectiva irmandade com a de Nossa Senhora do Parto contracto, pela escriptura de 9 de Abril de 1742, para comprar a posse de um altar e sepulturas para enterrar seus ermãos. Afinal teve o sancto o seu *habitat*, estando antes guardado nas casas de differentes ermãos.

Tendo, porém, por escriptura de doação de 26 de Agosto de 1753, os benfeitores Pedro Coelho da Silva e sua mulher, Maria da Penha, feito a esmola de seis braças de frente e 20 de fundos em uma chacara que possuiam no antigo Campo de S. Domingos, tomou a confraria posse desse terreno, livre de pagar fóros á Camara e resolveu edificar uma capella, que foi depois derrubada, como já dissemos.

Obtida a provisão e licença do prelado, em 7 de Agosto de 1753 deu comêço á obra e, concluida a capella mór, foi feita a transladação do sancto *no anno de 1800* !

Eis porque o padre Luiz Gonçalves dos Santos em suas *Memorias* dizia: «esta capella de S. Jorge apenas tem os alicerces na superficie da terra, e a capella mór está levantada, e pertence á confraria dos Ferreiros ; mostram tão pouco zêlo, que só para as calendas gregas se concluirá esta obra».

Pedro Coelho da Silva comprára a d. Leonor Maria de Vasconcellos, viuva do capitão José de Vargas Pizarro (isto consta da charta passada pela Camara em 10 de Junho de 1747), «as terras em que o dicto (capitão) havia feito uma chacara no Campo d'esta cidade ao pé da casa da aula, toda vallada sôbre si, com cêrca de espinhos por todos os lados, fazendo frente em direitura para a dicta casa da aula e *Rua* chamada do Cano e vai intestar com a rua da chacara do capitão Paulo Carvalho, com quem parte pelos fundos e pela frente com terras do casal da mesma vendedora, que de presente estão occupadas com a tal casa da aula e tem de comprido cento e dez braças, correndo da parte de Domingos, buscando o outeiro de Sancto Antonio e rua do Piolho, e para banda da mesma egreja de S. Domingos vinte e uma

braças e meia até intestar com a cêrca da chacara do dicto capitão Paulo Carvalho da Silva e da banda que faz frente para as casas e chacaras do mestre de campo Mathias Coelho de Sousa setenta e uma braças, etc.»

Essa demarcação dá perfeito limite da face da praça Tiradentes entre as ruas do Sacramento e S. Jorge e da testada do chamado *Campo da Polé*. Nessas redondezas estiveram acantonados os Ciganos, cujos toscos casebres se prolongavam pela rua hoje da Constituição, a qual por esse motivo teve o nome de *Ciganos*.

Em tudo quanto temos lido com referencia á execução do Tiradentes, nas discussões sôbre o logar do supplicio, nada encontramos sôbre esses sujeitos, que occupavam *talvez*, com consentimento tacito da Ordem do Carmo, os terrenos a ella pertencentes, e que faziam parte da antiga Chacara do Campo de S. Domingos do capitão Paulo da Silva, confinante com Pedro Coelho. Seriam os Ciganos, em 1792, removidos para outro logar? Deixemos, porém, isso aos historiographos de pulso e voltemos á vacca fria.

Pelo rei d. José I, em 2 de Junho de 1758, foi a Irmandade de S. Jorge confirmada, bem como seu Compromisso, com todos os privilegios já concedidos á Irmandade de S. José.

Em *23 de Abril de 1790* fez a Irmandade novo Compromisso, sendo juiz José da Silva de Almeida Guimarães, o qual foi confirmado por d. Maria I em 22 de Fevereiro de 1791, tendo principio e execução no Rio de Janeiro a 5 de Junho do mesmo anno.

Corre este Compromisso impresso no *Archivo Municipal* no volume de 1896, e a elle já nos referimos em nosso artigo sôbre as *Bandeiras dos Officios*.

Entre os signatarios encontrámos o espadeiro João Pereira Soares, morador á rua da Quitanda, em cuja casa foi educada uma sobrinha (nossa bis-avó), mãe de João Rodrigues da Rosa (nosso tio avô), nascido em 1788 e fallecido em 1869, chronica viva desta cidade, e do qual muita cousa ouvimos que nos faz duvidar de acontecimentos, escriptos á guiza de romance.

Na bibliotheca do Instituto Historico existe um exemplar do novo Compromisso feito em 1841, sendo provedor José Joaquim Velho. Não temos tempo de averiguar si esta é ainda a lei que rege a Irmandade de S. Jorge, a qual, como é sabido, deixou a antiga capella, sita na esquina da rua da Lampadosa e aggremiou-se, em 1854, á Confraria de S. Gonçalo Garcia. Tambem isso é da historia moderna.

Não faremos menção da faisca electrica que, em dias do anno passado, damnificou a torre da egreja de S. Gonçalo.

Folgamos de saber todavia que a antiga imagem, que saïa na procissão de *Corpus*, está sendo encarnada e deve ser com respeito conservada como uma reliquia historica.

O nosso S. Jorge foi mais feliz do que o de uma cidade do Estado do Rio, segundo lemos algures, cuja cabeça (a do sancto) foi encontrada servindo de ninho de ratos!

Que enthusiasmo, que prazer para a meninada vêr S. Jorge seguido de seu pagem e alferes (homem de ferro), e de uma porção de cavallos, crinas e caudas entretecidas de fitas, pennachos, cobertos por gualdrapas de velludo verde franjadas de ouro, tendo em alto relêvo e em prata as armas da Casa de Bragança! Eram esses cavallos levados á dextra pelos *toma-larguras*, de chapéo de bico, meias de sêda branca, calções e casaca verde comprida!

A principio era o *Estado* fornecido pela Camara, a expensas dos ricos negociantes da cidade. Depois da vinda do principe regente, ordenou este fôsse o *Estado* dado pela Casa Real correndo as despesas por conta da mesma Casa. Esse *Estado* serviu até 1833, anno em que foi mandado para Lisboa.

Seguindo o exemplo de seus avoengos, d. Pedro II mandou sempre aprompar um *Estado*, que accompanhasse S. Jorge na procissão de *Corpus-Christi* e cujas despesas eram feitas pela Casa Imperial.

No artigo 94 do Compromisso lê-se: «*recolhida a procissão*, a Irmandade esperará, á porta da Capella Imperial, pelas ordens de sua magestade, cujas irá o procurador recebê-las do mesmo augusto senhor, e na volta para a nossa capella irá a Irmandade pelas ruas que o provedor determinar». O povo dizia que S. Jorge esperava para receber o *soldo*.

Entre as despesas indispensaveis da Irmandade havia pelo § 17 a gratificação que se dá ás guardas e criados de S. M. Imperador, que trazem o *Estado* para accompanhar o Sancto Martyr...

Quantas recordações não despertarão estes toscos apontamentos no espirito de muitas das nossas leitoras?

Para assistirem á procissão de *Corpus*, havia senhoras que eram penteadas de vespera e passavam sem dormir para se não desmancharem os toucados feitos pelos cabelleireiros francezes, que não tinham mãos a medir.

Cançado de attender á freguezia dos arrabaldes, contava-nos o velho Toussaint, dono da célebre *casa do urso*: montado em uma besta vinha em direcção á cidade, quando na altura do Engenho Velho o animal espanta-se e dá em terra com o *Figaro*, causando-lhe a quéda uma luxação escapulo-humeral. Não lastimei, dizia, a minha casaca rota nem as dores, mas o dinheiro que deixei de ganhar, pois estive de môlho por mais de 15 dias!

Dizem os chronistas portuguezes que a faca (cavallo pequeno e membrudo, segundo Moraes) em que montava S. Jorge, levava vida regalada, em um estabulo, que esteve por muitos annos ao pé de S. Domingos, nas casas do hospital, que os da *bandeira* tinham para os aprendizes e operarios pobres. E como S. Jorge era o advogado das crianças bravas, as mães extremosas faziam na roda do anno offertas de palha e cevada para mantença do bucephalo do sancto.

Não sabemos si no Brasil, e sobretudo em S. Paulo, existia essa crendice; é facto, porém, que quasi todos os Jorges são almas candidas e pouco rabugentos; e o exemplo temo-lo em alguem cá de casa, que hoje deve de estar contente por um motivo de que não quer que se falle...

23 de Abril de 1902.

# A PROPOSITO DE DOCUMENTOS

## TIRADENTES

Extrahidas das collecções manuscriptas do Archivo Publico e reproduzidas por dous illustrados cavalheiros nas páginas dos *Annaes do Brasil* e nas desta folha, appareceram cópias de dous documentos, que, mal interpretados, dúvidas podem gerar em espiritos desprevenidos sôbre a verdade incontestavel da certa, verdadeira data do supplicio do Tiradentes. Demorada analyse sôbre taes documentos veio provar-nos que elles se completam e servem, pelo contrario, para provar evidentemente ter succedido no sabbado, 21 de Abril de 1792, esse lugubre acontecimento que, 110 annos depois, actuando sôbre o espirito dos patriotas do nosso tempo, deu em resultado a solenne commemoração da semana passada.

Fica, pois, de pé a nossa proposição : — é impossivel pretender sustentar que a execução do Tiradentes não foi em 21 de Abril, e riscar das páginas da nossa Historia a data até hoje acceita.

O primeiro documento, em questão, está lançado no registo de cópia da correspondencia do conde de Resende, e foi escripturado por algum official da sala ou empregado da secretaria do vice-rei. Tem a data de 23 de Abril de 1792 e reune todas as condições de authenticidade.

Essa charta dirigida ao visconde de Barbacena reza o seguinte: «Illm. Exm. Sr. Pela sentença junta do juizo da alçada da conjuração de Minas verá V. Ex. o que ahi se deve praticar a respeito do réo Joaquim José da Silva Xavier e Francisco de Paula Freire de Andrade e para que, no sitio *das Sebolas* do meu districto tenha a dicta sentença o seu devido effeito, mando ordem ao capitão dos auxiliares mais vizinhos daquelle districto para que, alli, se faça a execução pelo Algoz d'esta relação que vai acompanhado de dous officiaes de justiça e uma escólta de cavallaria.

Omittindo o que se deve praticar no districto de V. Ex., pois o devo deixar á sua eleição em tudo o que for de arbitrio

e pelo mais determinado na sentença, fico certo de que será executado com o maior acerto e exação — Deus guarde etc.».

Essa charta é a expressão da verdade dos acontecimentos. Horas depois do supplicio do Tiradentes, contava-nos uma octogenaria, cujas faculdades se conservavam perfeitas, viu passar pela rua da Cadeia, onde moravam seus senhores, a carreta conduzindo os restos do suppliciado envoltos em pannos ensanguentados.

Era a mesma carreta que vira, após o prestito, arrastada por galés. Isto está de conformidade com o referido pelos chronistas e testimunhas do tempo.

Houve quem pensasse terem sido os restos do martyr guardados na Cadeia; mas elles o foram na casa do Trem (hoje Arsenal de Guerra) e convenientemente preparados os metteram dentro de surrões, afim de seguirem para Minas, levando o destino assignado pela iniqua sentença. Esse trabalho foi feito durante o dia 22 (domingo), e na segunda-feira 23 a população viu transitar, pela madrugada, esse lugubre comboio, constante de algumas bestas de carga, o carrasco, marinheiros escoltados por um piquete de cavallaria, em direcção a Cebolas, onde devia ter logar a exposição de um dos quartos de Tiradentes.

No seu importante *Diccionario* o sr. dr. Moreira Pinto diz que, na velha matriz de Cebolas, era de tradição *haver sido enterrada uma perna de Tiradentes*.

Só forçando o sentido das palavras poderemos suppor houvesse a execução do Tiradentes tido logar em Cebolas em tempo posterior a 23 de Abril! E muito menos o supplicio de Francisco de Paula Freire de Andrade, que FICOU nas masmorras do Rio de Janeiro e foi um dos ultimos a seguir para o destêrro, mas seguiu como é facil averiguar nos documentos da epocha.

A charta allude ao inconfidente Francisco de Paula, porquanto, apezar das modificações da primeira sentença da Alçada, permanecia a clausula da demolição da casa em que residia o mesmo Paula, bem como a do Tiradentes (na rua de S. José). O vice-rei tinha competencia para chamar a attenção de Barbacena para esses dous ponctos, e insinuava

cortezmente o que o visconde devia fazer, dando o exemplo, e mencionando a exposição em Cebolas, situada dentro dos limites da immediata jurisdicção delle Resende.

Que o piquete seguiu até Minas e lá permaneceu, temos a prova pelo officio do conde de Resende (Publicações do Archivo Publico, 2° volume) dirigido ao Govêrno da metropole em 2 de Julho de 1792, participando a partida para Minas do regimento de Extremoz e ter mandado ordem para recolher a seus regimentos os soldados que lá estavam.

A presença do *carrasco* executor da alta justiça era necessaria, em virtude das leis do tempo : só elle poderia tocar nos restos de um condemnado por crime de lesa-magestade. Era elle, e só elle, quem devia pregar em estacas os quartos do Tiradentes. Quando após a conspiração dos Tavoras, foram estes trucidados no cadafalso de Belém e a sentença ordenava fôssem picadas as armas dêsses fidalgos, foi o carrasco o incumbido dessa missão.

Julgavam os legisladores do tempo ser isso o cúmulo da ignominia. Os officiaes de justiça deviam estar presentes não só para vigiarem o algoz como para dar fé documentada de que a sentença ia sendo a pouco e pouco executada. Nada inhibia o visconde de Barbacena de utilizar-se dêsses auxiliares, que tão *gentilmente* lhe enviava o conde de Resende.

A' vista do exposto, parece-nos, não poder haver dúvidas acêrca da data do supplicio: foi a 21 de Abril de 1792.

E quando tivessem desapparecido as peças do processo, a propria sentença, o edital da Camara do Rio, a certidão do escrivão da Alçada e todos os papeis e documentos sôbre a Inconfidencia Mineira, bastaria a leitura da charta dirigida ao Govêrno pelo conde de Resende em 29 de Maio de 1792, a qual começa dêste modo:

«*No dia 18 de Abril em conferencia, que durou até ás duas horas da noite,* foram sentenciados em Relação os Réos da Conjuração de Minas Geraes... julgaram sómente o Réo Joaquim José da Silva Xavier em execução da pena última que *mandei executar.*»

E porque o conde não mencionou o dia do supplicio ?

Não precisava fazê-lo, em virtude das leis em vigor expressas. Todos sabiam, que, lida a sentença a 18, o condemnado á morte teria de soffrer a pena capital no dia 21, salvo si fôsse domingo ou dia sanctificado.

Isso *infallivelmente*; ora sendo o dia 21 um sabbado immediato aos tres dias, chamados de oratorio, nesse dia morreu *infallivelmente* o Tiradentes.

O proprio vice-rei não podia transigir, repetimos, porque devia como presidente da Alçada, bem como os membros della, ter presente o decreto de 27 de Maio de 1645, explicado e ampliado pelo decreto de 6 de Julho de 1752. Vale a pena para o caso transcrevê-lo: «Tendo consideração a que os delinquentes que pela atrocidade de seus crimes são condemnados a pena capital, tem menos tempo do que hé preciso para se disporem a morrer com a devida conformidade e paciencia christã, por lhes durar a effectiva execução da sentença de melhoramentos, pelos Embargos ou pelo recurso á Minha Real Pessoa, querendo evitar este inconveniente, e que os criminosos, aos quaes, pelo impedir a justa severidade das leis e saude publica, não podem aproveitar os benignos e paternaes effeitos da Minha Real Piedade para conservação da vida temporal, se utilisem d'elles para alcançarem a felicidade eterna, por meio do último desengano havido em tempo, lhes reste o competente para pedirem a Nosso Senhor perdão de seus peccados, depois de receber os Sacramentos da Penitencia e Eucharistia e fazerem os mais actos catholicos... Hei por bem que pendente a conferencia, em que julguem os embargos á Sentença, por que forem condemnados á morte quaesquer delinquentes, se trate no mesmo tempo do recurso á Minha Real Pessoa e não havendo alteração na sentença, por qualquer dos ditos meios, até o fim da dita conferencia, cessará e não será mais admittido requerimento algum que se encaminhe a impédir a execução da dicta sentença; porque *irremessivelmente* se ha de executar na manhã do dia seguinte, ainda *que seja feriado,* não sendo domingo ou dia Santo dos que a Egreja manda guardar, porque se o for se fará a execução no dia que se lhe seguir».

No processo do Tiradentes cumpriu-se exactamente a lei: na terça-feira, 17, foram os 11 réos conduzidos para a sala do Oratorio; na quarta-feira, 18 de Abril, reuniu-se a Alçada, cuja sessão terminou ás 2 horas da madrugada de 19; logo depois o desembargador lia a sentença; a sexta-feira, 20, foi votada aos recursos legaes empregados pelo advogado, e nesse mesmo dia os réos, já confessados e preparados, ouviram, pela manhã, a notificação da sentença, exceptuando Joaquim José, ao qual foi dado o resto da sexta-feira para tractar de sua alma; porque no sabbado, 21, devia *infallivelmente* morrer, ainda que chovesse. Exemplo: o supplicio dos Tavoras, na manhã de 13 de Janeiro de 1759, perfeitamente descripto por Camillo Castello Branco, em seu livro — *Perfil do Marquez de Pombal*.

Os tramites seguidos nos embargos foram bem apreciados pelo dr. Alvaro Caminha, em seus artigos impressos na *Gazeta de Noticias* em 1893.

Ha um engano, quando dizem — não ter a sentença condemnatoria determinado o local do patibulo; essa designação — no Campo de S. Domingos, elevando-se uma forca mais alta do que as de ordinario — lá está: na sentença original, nos varios extractos feitos sôbre esse documento e até no volume 8° da *Revista do Instituto Historico*, em seguida á traducção de um trecho de Southey, feita pelo conselheiro José de Resende e Silva, um dos inconfidentes que voltou ao Brasil e tomou assento, como é sabido, na nossa primeira Constituinte.

Do que acabamos de expôr sem pretenção aliás de infallibilidade, podemos «*in bona fide*» *e com consciencia* sustentar que a data do supplicio de Silva Xavier é 21 de Abril de 1792.

Não deve haver mais incertezas: esse dia (21) póde, deve e ha de figurar nos fastos da Historia do Brasil.

O segundo documento, que poderia perturbar a verdade historica, é cópia de uma charta para o brigadeiro, a qual passamos a estudar, é um papel avulso, cuja parte final e onde deveria existir a data do dia, falta, e *ainda não foi encontrada*! Dêsse modo não se póde dizer e sustentar que a cópia é de

23 de Abril. Esse fragmento de charta está publicado desde 1884 pelo sr. dr. Mello Moraes filho, no 1º volume do *Archivo Municipal*; não era pois uma novidade. O illustre historiographo publicou-o sem assignar data, e fê-lo muito bem (declarando, em nota, cópia de um documento antigo e inedito, extrahido do Archivo Publico).

Essa meia folha de papel, cuja letra não *parece ser* do conde de Resende, mas antes, segundo nossa humilde opinião, do mesmo funccionario que lançava nos livros de registo as minutas da correspondencia, tem no alto em characteres modernos escriptos a lapis — 23 de Abril de 1792, e está guardada em uma costaneira, em cujo rosto lemos a data tambem de 23 de Abril de 1792, escripta á tinta e por letra moderna.

Engano de alguem pouco versado na Historia, nota posta a ôlho, não póde servir de orientação ao criterio historico, para sustentar-se que o documento apresentado em fragmento tem tal data. Esse papel, cujo final ainda *não appareceu*, diz o seguinte:

«Ainda devendo a maior parte dos Réos da Conjuração premeditada de Minas Geraes, á Real clemencia de S. Magestade o perdão da ultima pena aq' estavão sentenciados pelos seus atrocissimos delictos: como não muda de qualidade pelo que respeita ao Réo, chamado o Tira Dentes; verificando-se o Castigo da sua culpa, não devo mudar em nada a formalidade projectada á respeito da Tropa que V. S. deve Comandar, ficando V. S. na intelligencia que expresso já Ordens, tanto para as justiças como para os dous Regimentos que hão de formar as Allas desde o largo da rua da Cadeia athé o fim da *rua do Piolho* (o grypho é nosso) se achem todos promptos e nos seus respectivos lugares as deis horas damanhã, o q' igualmente V. S. determinará aos Regimentos de seo Comando.

Devo lembrar a V. S. e com muita expecialidade a tudo quanto deixo referido, q' dando-se fim ao acto q' deve ser executado no Campo, V. S. influa nos animos da tropa, etc.»

Essa charta (minuta ou cópia), cuja authenticidade não podemos pôr em dúvida, foi escripta *necessariamente* no dia

20 e não no dia 23. Basta ler as duas primeiras linhas que indicam as determinações a tomar, apezar da sentença ter commutado a pena dos 10 inconfidentes companheiros de Silva Xavier.

Em vez de 11 justiçados haveria um unico, mas apezar disso o programma quanto ás tropas não era alterado. Quem lucrou foi o carrasco : em vez de ter o trabalho de estrangular 11 só teria de operar em relação a um ; o mais ficava como d'antes.

Foi escripta, repetimos, na sexta-feira 20, quando houve alteração da sentença, e não a 23, quando o sacrificio estava consummado, e os restos da victima não deviam ter a paz de além tumulo e iam caminho de Minas para apodrecer nos caminhos e servir de pasto aos urubús !

Esse documento tem muito valor, para nós que confessamos nosso peccado de não acceitar o local da rua *Visconde do Rio Branco* como poncto certo, onde foi erguido o patibulo. Ha nesse documento, um facto, que nos dá animo para proseguir em nossas pesquisas.

Si foi dictado pelo conde de Resende, si tem o cunho official, perguntamos com toda a consciencia : porque em vez de *fim da rua do Piolho* não escreveu Resende — no Caminho novo -- no Caminho novo do Conde, ou mesmo no Caminho novo do Conde da Cunha ?

Não seria porque as tropas não deviam ir além do antigo largo do Rocio ?

Em um documento, partido da secretaria do representante do rei a linguagem devia ser exacta e restricta, quanto á localidade das manobras do dia 21. O povo, os tabelliães, os funccionarios subalternos podiam considerar a hoje rua Visconde do Rio Branco como continuação da rua do Piolho e dar-lhe esse nome, mas o vice-rei do Estado não podia nem devia ter a falta de cortezia para um dos seus antecessores, cujos serviços reconhecia, e que saïu do Rio de Janeiro 25 annos antes deixando o nome ligado a essa importante via de communicação.

Por dever de seu cargo, por prosapia de fidalguia e por

dar o *exemplo*, o conde de Resende, com tal ordem do dia, segundo pensamos, está indicando o verdadeiro logar do supplicio do Tiradentes: no campo chamado da Polé, do qual parte da antiga praça da Constituição era *um prolongamento*.

29 de Abril de 1902.

---

# TIRADENTES

## (DEPOIMENTO DOS VELHOS)

Em curiosa missiva, dirigida, ha dias, a esta folha por gentil e illustrado cavalheiro anonymo, lemos: «no primeiro quartel do seculo XIX, existia uma mulher na antiga rua dos Ciganos, que contava ter visto, por muito tempo, os destroços do patibulo do protomartyr da Republica. Destacavam-se os paus da forca na área fronteira ao actual edificio do Tribunal do Jury, ao fim da rua dos Ciganos. Essa mulher residia nas immediações, proximo á rua do Nuncio, e mencionava ainda que o rapazio vadio muito por alli andava á caça de um ninho, que os passaros fizeram no extremo de um dos paus, que com o tempo apresentava larga concavidade, onde a passarada se occultava».

Como, perguntaremos, conciliar essa narração com o facto, que nos foi referido, de existirem no Museu Nacional os restos da forca, em que foi suppliciado Silva Xavier ?

A mesma confusão reina quanto ao destino das visceras do infeliz inconfidente: dizem uns haverem sido inhumadas no proprio local da execução; outros, que isso se realizou no cemeterio da Lampadosa; aquelles referem que os restos da victima foram queimados conjunctamente com a forca, e ainda outros que a Misericordia os recolheu e mandou sepultar no cemeterio da praia de Sancta Luzia, por traz do antigo Recolhimento dos Orphãos (hoje Eschola de Medicina). E tudo nos vem por intermedio da tradição popular, transmittida por bocca de individuos contemporaneos !

Ainda não ha muitos mezes ouvimos, narrado por amigo nosso, o seguinte facto, com relação a Tiradentes: no meio do caminho para o cadafalso, Xavier teve sêde, e uma mulher que estava á porta de casa correu a buscar uma caneca cheia d'agua, a qual elle *levou aos labios* com soffreguidão. Isto é apenas uma invenção romanesca. Como poderia Xavier utilizar-se da vasilha, que lhe era apresentada, quando tinha as mãos amarradas? Em uma execução ordinaria, não era permittido a quem quer que fôsse do povo acercar-se do padecente, quanto mais no espectaculoso sequito do dia 21 de Abril de 1792.

Para satisfazer os ultimos desejos do condemnado lá estavam os serviçaes da Misericordia, conduzindo em cesta o vinho e mais *cousas que se costumam levar para consolação*. Essas *cousas* eram fornecidas pelo mordomo da Botica aos mordomos dos presos, conforme reza o § 7 do Capitulo 23 do Compromisso.

Demais, o serviçal não passava directamente ao padecente a *cousa* pedida, mas fazia-o por intermedio dos meirinhos.

Eis como, com uma simples minudencia, se põem por terra factos que á primeira vista nos parecem verdadeiros.

Temos práctica de lidar com velhos: ha 30 annos não fazemos outra cousa. Apenas formado, foi-nos confiada a antiga enfermaria do Recolhimento, para onde só iam invalidos e individuos de edade avançada. Hoje somos, ainda, medico da enfermaria dos velhos. Pois bem, nesse longo tirocinio poucos, bem poucos, são os individuos cujas informações nos satisfazem, quanto aos factos da nossa Historia. Fóra do hospital, o mesmo resultado. Ainda ha dias contava-nos respeitavel senhora conhecer uma octogenaria, nascida no tempo da chegada de d. João VI (1808), a qual tinha visto, muitas vezes, o Tiradentes entrar em uma casa do largo do Chafariz (praça General Osorio — antigo largo do Capim), onde se hospedava!

Por isso seja-nos licito apresentar, aqui, uma classificação, que talvez possa servir a quem quizer encontrar em velhos a fonte de informações seguras.

Ha o velho estupido e boçal, quasi sempre africano, que

pelas tristes condições de vida de escravo nada nos diz. Delle nada se consegue arrancar que possa servir. Ha o velho, cujas faculdades estão enfraquecidas — não tem a *mens sana*, confunde alhos com bugalhos: o conde dos Arcos com o conde de Resende, o marquez de Barbacena, ministro de Pedro I, com o visconde do mesmo titulo capitão-general de Minas, Ratcliffe com Tiradentes, frei Caneca com Pedro Hispanhol! Nessa classe podem figurar até homens illustrados; cuja *memoria enfraquecida* nos não póde dar sinão noticias contradictorias e anachronicas.

Ha o velho pachóla, e esta é a peior casta, o velho prosa, o velho mentiroso, que tudo viu, que tudo fez, que a tudo assistiu; o velho engrossador, o qual com a esperança de um nickel, vos contará cousas do arco da velha: assistiu á expulsão dos Jesuitas, viu a inauguração da Candelaria no tempo do bispo Mascarenhas e até matou muitos Francezes no tempo de Duclerc.

Si tractardes da guerra dos Farrapos, jantaram com Bento Manuel, conversaram com o Caxias: si fizerdes referencias á guerra do Paraguai lá estiveram, mataram, esfolaram, entraram em todos os combates — nunca deram um tiro! Exemplo: ha muitos annos conhecemos em Irajá um velho chamado Joaquim José; viu, dizia elle, a cabeça do Tiradentes exposta em Villa Rica; tomara banho na lagôa da Sentinella, pescara nos brejos do Campo de Sanct'Anna, onde estivera homisiado cêrca de 15 dias, comendo goiabas, por haver fugido de bordo de um navio surto por traz da ilha das Cobras. O capitão, por grave falta commettida, puzera a ferros Joaquim José, que, aproveitando-se da pouca vigilancia de seus companheiros, *desceu* por uma corda e, *de machos aos pés, nadou* até o cáes de Braz de Pina!

Que criterio póde merecer um informante de tal jaez?

Ha, porém, anciãos de espirito culto ou não, a quem o indagador póde, com confiança, dirigir-se: os primeiros, por sua illustração, por haverem conhecido e convivido com homens importantes de seu tempo, fornecem luzes seguras.

Como exemplo, providencial, ahi temos o venerando sr. visconde de Barbacena, chronica viva do Brasil, e que prestes a attingir a 100 annos, tem memoria que não vacilla e res-

ponde sempre prompto a todas as perguntas de algibeira. Ainda ante-hontem, tivemos a ventura de ouvi-lo, durante perto de duas horas discursar sôbre as pessoas e cousas do passado. S. Ex. levara-nos, no Instituto Historico, notas preciosas sôbre a Inconfidencia Mineira, das quaes nos utilizaremos em tempo. Por nós perguntado sôbre o local da execução do Tiradentes, S. Ex., sem inventár e com a franqueza que o characteriza, declarou-nos ignorar o logar certo, porque na sua mocidade nunca se occupara dêsse assumpto, contentando-se com o que passava por geralmente acceito.

Com o visconde de Barbacena, praz-nos recordar, aqui, as conversações que tivemos com a sra. d. Maria Dulce de Oliveira Moncorvo, ermã de Aureliano Coutinho, visconde de Sepetiba, e de Saturnino, casada com o capitão de mar e guerra José Domingues Moncorvo, um dos installadores da Maçonaria em 1821, e avó do nosso pranteado collega e amigo dr. Moncorvo de Figueiredo. Essa respeitavel matrona, sempre que a interrogavamos sôbre o supplicio de Tiradentes, respondia, indicando a vizinhança da egreja da Lampadosa e theatro S. Pedro.

Casa-se isto perfeitamente com o que, das janellas do predio da praça da Constituição n. 77, nos dizia d. Beatriz Francisca de Assis Brandão, acêrca dos incendios do theatro S. Pedro; isso é castigo, porque aquella terra é amaldiçoada por ter sido regada pelo sangue de um patriota mineiro.

Entre os segundos temos a parda Clemencia e o velho João Rodrigues.

Tres são os depoimentos invocados para provar, á evidencia, o verdadeiro local da execução do Tiradentes na hoje rua Visconde do Rio Branco: o do pardo José Desiderio, apresentado pelo nosso professor de francez Halbout, o do capitão Barbosa Ferreira e o do sr. Balthasar da Silva Lisboa, que, na qualidade de juiz de fóra e montado em cavallo ricamente ajaezado, assistiu ao supplicio. A primeira testimunha, salvo êrro ou fraqueza de apreciação, não nos merece grande apreço. Dizia elle ter, em 1792, 19 annos e lembrar-se perfeitamente de ter *visto* Silva Xavier, *naquelle logar*, dar *alma a Deus, morrendo como um carneiro*.

Só de longe poderia José Desiderio ser testimunha dêsse facto; porque, além da tropa disposta em fórma de triangulo, as patrulhas conservavam os curiosos em respeitavel distancia, e, quando mesmo lhe tivesse sido permittido ficar muito perto da forca (salvo si foi elle um dos ajudantes do carrasco), não poderia ver como Tiradentes morria; porque no momento supremo, antes do algoz impellir o corpo do padecente, cobriu-lhe o rosto com o capuz. Era isto costume do tempo.

Quanto ao capitão Antonio Dias Barbosa Ferreira, transcreveremos o que disse o *Correio Mercantil* sôbre a apresentação feita ao imperador em 25 de Maio de 1860: «No dia 25 do corrente, foi conduzido, pelo sr. general Cabral á presença de sua magestade o imperador, o sr. Antonio Dias Barbosa Ferreira, capitão das extinctas ordenanças, natural desta cidade e baptizado a 22 de Agosto de 1758, em uma pequena capella, que nessa epocha existia no Campo de S. Christovam erecta pelos Jesuitas, e pois conta elle os seus 107 annos de edade. Foi professor de latim em Minas e depois *nesta Côrte*, onde COMO TENENTE DE MILICIAS (grypho é nosso) ASSISTIU COM O SEU REGIMENTO á execução do infeliz Tiradentes na já rua do Conde e no logar hoje occupado pela estação dos carros da Tijuca.

Accrescenta elle que formara alli muita tropa com grande concurso de povo; que seria meio-dia quando chegou o padecente, que elle conhecia pessoalmente, em cujo rosto se via a resignação e a coragem; que era Tiradentes de mediana estatura, de cabellos louros, claro e bem parecido. Lembra-se de ter *ouvido,* que de sôbre o patibulo quizera elle fallar ao povo; e alli assistiu ao *acto de esquartejamento* da victima.

Como bem provou a commissão glorificadora, a não inclusão do nome de Barbosa no Almanack do tenente de Bombeiros Antonio Duarte Nunes nada prova sôbre a verdade do posto, que occupava. Antes de ir além, o capitão Barbosa, aparentado com a esposa do muito conhecido e hoje finado José Maria dos Reis, dono do estabelecimento de optica da rua do Hospicio, foi por d. Pedro sempre soccorrido com 50$ mensaes, devido á intervenção de Reis, que fallou ao imperador, quando este foi em visita ao referido estabeleci-

mento. Ainda hontem fomos á rua do Hospicio e ao sr. commendador Hermida Pazos devemos estas informações.

Nesse tempo era o sr. Pazos empregado de Reis; conheceu o capitão Barbosa, cujo entêrro accompanhou em Fevereiro de 1863. Asseverou-nos o sr. commendador Pazos, que Barbosa SEMPRE dissera haver pertencido a um dos *regimentos de milicias* desta cidade e *como* TENENTE assistira á execução do Tiradentes.

Na qualidade de *tenente de milicias*, podemos assegurar, Barbosa Ferreira não formou, não podia *formar com seu regimento*; porque, e isto é incontestavel, no dia 21 de Abril só tomaram parte nessa formatura as tropas pagas. Os auxiliares, milicianos ou guarda nacional, em linguagem moderna, foram encarregados da guarnição da cidade.

Admittindo mesmo que fôsse Ferreira pertencente á tropa de linha, o seu testimunho sôbre os ultimos instantes do Tiradentes não podem merecer confiança; a tropa dava costas ao patibulo, e elle como official subalterno deveria estar postado na frente da fileira, com as costas para os soldados, e, portanto, para a forca e a cara para o povo.

Hesitamos, pois, em admittir o depoimento desse velho como decisivo e infallivel.

Examinemos o testimunho do sr. Balthasar, o mais importante, á primeira vista, dos tres apresentados. Que elle assistiu á execução na qualidade de juiz de fóra é tão fóra de dúvida como ser o primeiro signatario do edital da Camara convidando o povo a festejar o successo e ameaçando com penas severas os que se furtassem a esse *dever*.

«Um dia, refere Joaquim Norberto no jornal *A Democracia*, no anno da *Maioridade*, *achando-me* na Bibliotheca Publica desta Côrte, na sala dos literatos, então accommodada no antigo Hospital do Carmo, assisti a uma conversação entre o conego Januario, o dr. Silva Pontes, Porto Alegre (barão de Sancto Angelo), barão de Planitz e o conselheiro Balthasar da Silva Lisboa, inimigo figadal do conde de Resende, e que ao tempo da execução de Tiradentes era juiz de fóra e presidente do Senado da Camara desta cidade, e que como tal compareceu a testimunhar o facto... Affirmou o conselheiro Balthasar que o local em que se elevára a forca

fôra no largo de S. Domingos, no qual *depois* se formou a rua do Conde da Cunha, hoje Visconde do Rio Branco, e onde a ésse tempo da conversação havia, ainda, um terreno devoluto cercado por um muro de taipa, etc.»

Si este testimunho era concludente, porque não o citou Joaquim Norberto na sua obra sôbre a Conjuração Mineira? Haveria nisso tambem algum motivo occulto?

Não é mais natural suppormos houvesse Norberto desprezado o referido por Balthasar por ter reconhecido, mais tarde, alguma inverosimilhança ou êrro, por enfraquecimento da memoria do antigo juiz de fóra?

Essa conversação teve logar no anno da Maioridade (1840), e em 14 de Agosto desse mesmo anno falleceu o dr. Lisboa.

Abatido pelos annos, pelas luctas da existencia, pela morte da esposa e por trabalhos de intelligencia, o dr. Balthasar tinha vida concentrada no meio de amigos e parentes. Poucas vezes saïa á rua. Fundado o Instituto Historico, em 1838, applaudiu por missiva a creação desse gremio, acceitando o logar de socio.

Percorremos as actas do Instituto, dos annos de 1839 até Agosto de 1840, e quer-nos parecer que o dr. Balthasar não tomou parte nas discussões da nascente associação. Cumpre confessar que as actas não mencionam o nome dos presentes. Do contexto, porém, dellas deprehende-se esse facto, porquanto o secretario lia chartas do dr. Lisboa fazendo offertas e enviando trabalhos por intermedio naturalmente de seu sobrinho Bento da Silva Lisboa, mais tarde barão de Cairú.

Imaginae, porém, um octogenario nessas condições, sentado em uma sala da rua do Carmo a dar informações sôbre a topographia de uma parte da cidade, que tinha soffrido tantas transformações e onde havia mais de um terreno cercado por muro de taipa.

Respondeu, vagamente: no largo ou Campo de S. Domingos, e concordou com o resto.

Demais, si o dr. Lisboa em 1840 conservava intacta a memoria, essa conversação não lhe podia ser agradavel, quando na roda dos circunstantes estava presente um dos patriarchas de 1822, o conego Januario.

Elle (dr. Lisboa), recordar-se-hia do papel que representou na epocha, quando em chartas ao célebre ministro Martinho de Mello e Castro, perseguidor dos inconfidentes e a cujas determinações obedeciam Barbacena em Minas e Resende no Rio, ultrapassara as raias do mais puro engrossamento!

Essas chartas, cujas cópias authenticas existem no archivo do Instituto Historico, estavam no *mesmo codice* em que figuram as enviadas ao mesmo ministro por Joaquim Silverio dos Reis! Destas últimas demos um extracto, publicado no *Jornal do Commercio* de 21 de Abril de 1901.

Sôbre a Conjuração Mineira o dr. Balthasar Lisboa não podia sinão dar informações contrafeitas.

Temos dúvida em acceitar, portanto, como irrecusavel o testimunho do auctor dos *Annaes do Rio de Janeiro*. Estava elle nas mesmas condições de José de Resende Costa, quando o Instituto lhe pedia noticias sôbre a Conjuração, e elle limitava-se a traduzir um trecho de Southey accompanhando-o de algumas notas.

E' sabido: quando feitas as prisões dos principaes conjurados, Resende Costa e seu pae quizeram figurar tambem na lista dos denunciantes! E' tempo de concluir. Confessado o nosso peccado de duvidar ainda, só pedimos nos seja imposta suave penitencia.

6 de Maio de 1902.

# MONUMENTO RIO-BRANCO

Quando em 1667 a Camara desta cidade resolveu proceder á primeira medição da sesmaria, concedida por Estacio de Sá e ratificada por Mem de Sá, e os pilotos vinham no rumo da actual rua do Cattete, João Lopes, dono das terras juncto ao morro da Gloria, protestou perante o ouvidor Manuel Dias Raposo contra a medição por serem proprios os terrenos, havidos de seus antecessores. Parte desses terrenos que iam

até o mar foram vendidos em 18 de Fevereiro de 1687 com o nome de chacara do Oriente por João Lopes Carrilho, filho do precedente, ao dr. Claudio Gurgel do Amaral, sendo a escriptura lavrada pelo tabellião João Corrêa Ximenes.

Esse tabellião, mais tarde perseguido como Judeu, foi preso para Lisboa, teve seus bens sequestrados e seu nome riscado de ermão da Misericordia, onde occupava cargos.

João Lopes Carrilho possuiu um predio na rua Domingos Manuel (rua do Rosario), juncto ao hoje becco das Cancellas, e é por isso que esta viella foi chamada travessa do Carrilho. Em 20 de Junho de 1669 o dr. Claudio legou estas terras á capella da Gloria, bem como o outeiro que fazia parte da sesmaria de Julião Rangel de Macedo passara a seus herdeiros até o capitão Gabriel da Rocha Freire.

Desde a primeira casa do lado impar da rua do Cattete até á rua Corrêa Dutra, extende-se a antiga sesmaria concedida em 1642 por Salvador Benevides a Heitor Fernandes Carneiro, a qual passou ao capitão Luiz Antonio Ferreira e mais tarde á familia Valdetaro. Estas terras não pagam fôro á Camara, bem como as fronteiras, desde a antiga Secretaria de Extrangeiros até á rua de Pedro Americo, por serem os restos das 100 braças em quadra pertencentes a João Lopes.

A' historia da egreja da Gloria do Outeiro liga-se o nome do dr. Claudio, que depois de exercer cargos publicos abraçou a vida ecclesiastica e falleceu na Sancta Casa, da qual fôra provedor, por haver recebido tiros, quando, ao saïr ás 9 horas da noite de sua chacara (hoje rua Taylor) em companhia de Domingos Dias de Aguiar (este falleceu logo) e de um menino, vinha em direcção á cidade.

Nessa epocha os homens importantes da cidade estavam divididos em duas parcialidades, cujos chefes eram o ouvidor João da Costa Fonseca e o juiz de fóra Hippolyto Guido.

Houve de parte a parte desacatos e conflictos, como consta da correspondencia do Conselho Ultramarino.

Foi o marquez de Lavradio quem melhorou a actual praça, bem como a praia, inaugurando em 15 de Agosto de 1771 uma feira.

O actual edificio da praça da Gloria, bem como o novo cáes e rua foram construidos pelo dr. Ignacio de Barros Vieira Cajueiro, que, com auctorização da Camara, levantou um capital de 500 contos e fundou a Companhia Praça da Gloria. Perto dessa praça desaguava um dos braços do rio Carioca, onde os primeiros habitantes da cidade iam buscar agua. Juncto delle existiu o forte da Carioca, reconstruido pelo dr. Claudio Gurgel.

Antes de ser erecta a capella, era o outeiro conhecido por morro do Leripe; muito depois essa denominação passou ao morro da Viuva. Isso se deprehende da charta de sesmaria do sapateiro Sebastião Gonçalves, que deu nome á praia do Flamengo, ou da aguada dos Marinheiros, Sapocaitoba ou de Pedro Martins Namorado.

O mais ficará para o dia 15 de Agosto.

13 de Maio de 1902.

---

## TIRADENTES

Sem me contar no número dos competentes, vou, conforme minha pouquidade, responder ao illustre missivista, que, hontem, tracta da execução do Tiradentes. O illustre cavalheiro parece, segundo penso, confundir o pelourinho que esteve, até á vinda da Familia Real, nas proximidades do actual edificio da Camara dos Deputados, com a forca armada permanentemente no largo do Chafariz (praça General Osorio, antigo largo do Capim), e com a forca expressamente levantada para o supplicio do Tiradentes no Campo de S. Domingos. Exqueceu-se, todavia, da polé dos soldados, erguida nas proximidades da egreja do Sacramento, polé que deu o nome ao campo, onde foi enforcado Silva Xavier, como temos em mira discutir com a topographia do terreno e suas condições para o mistér escolhido.

Si Xavier, ouvida parte da missa no adro da Lampadosa tomou á direita fê-lo em direcção ao Campo da Polé ou da Lampadosa ou Campo de S. Domingos. Os actuaes largo

de S. Domingos e praça General Osorio tinham em 1792 pouco mais ou menos os mesmos limites de hoje: alli era impossivel a formatura, com figura de triangulo, de tres regimentos de tropa paga ou de linha.

Tiradentes e mais 10 companheiros vieram, removidos de várias prisões, na terça-féira 17, e foram encerrados no oratorio da Cadeia.

Condemnado á pena última — nessa cadeia esteve Xavier até á manhã do dia 21. Della saïu e, caminhando pelas ruas da Cadeia e Piolho, chegou até perto da antiga praça da Constituição, parou na Lampadosa e seguiu para o cadafalso levantado no Campo da Polé ou Lampadosa ou Campo de São Domingos.

A certidão do escrivão da Alçada está certa. De tudo isso tractarei, com vagar, sem todavia querer passar por infallivel.

10 de Maio de 1902.

---

## TIRADENTES

### (DEPOIMENTO DOS VELHOS)

Temos a honra de apresentar hoje aos nossos leitores a octogenaria Clemencia Teixeira Furtado de Mendonça, a cuja memoria somos gratos por nos haver fornecido preciosas noticias sôbre pessoas e cousas dos tempos coloniaes. Conservando intacta a memoria até os ultimos instantes de vida e animada de espirito de curiosidade e de observação, conquanto sem cultivo, essa mulher, segundo pensamos, deve e póde ter sido acreditada; porquanto todas as suas referencias foram corroboradas pelo que encontrámos não só em obras impressas, mas em documentos ineditos. E quando a tradição popular nos é transmittida por bocca que nunca mentiu ou exaggerou, devemos dar-lhe credito, porque nesse caso torna-se a tradição o perfume da Historia, na phrase de alguem.

Escrava de familia abastada, foi vendida por circunstancias especiaes a nosso avô, em cuja casa permaneceu por muitos annos, servindo de ama sêcca á nossa progenitora. Por bons serviços mereceu a charta de liberdade e foi residir como governante na chacara do commendador Joaquim José de Castro Araujo Sampaio, cujo retrato existe na egreja de Bom Jesus, e foi ministro jubilado da Ordem da Penitencia.

Na adolescencia residiu na casa da familia de seus primeiros senhores, em um sobrado de varanda de grade de páo, juncto ao antigo Recolhimento do Parto, depois Hospital do Carmo. Esse predio, comprado, mais tarde, pelo pharmaceutico Ferreira e sito na antiga rua da Cadeia, estava nas proximidades do oratorio de Nossa Senhora de Monserrate, na esquina da rua dos Ourives, onde se rezava o terço ás sextas-feiras, e cuja ladainha a velha nos cantava com voz fanhosa.

Essa indicação é perfeitamente certa: volvidos tempos encontrámos nos livros velhos da Misericordia menção de um predio pertencente a esta instituição, situado no caminho para S. Francisco (depois rua da Cadeia), acima do oratorio de Nossa Senhora de Monserrate, lado esquerdo e antes de chegar á volta da cidade. Sempre grata á sua filha de criação, a velha Mencia, como nós a tractavamos, uma ou duas vezes por anno hospedava-se em nossa casa, onde permanecia por 15 dias a um mez, tractada a vela de libra e com toda a consideração. Era para a meninada dia de prazer, quando conduzida em velha carruagem com muito custo, e sempre resmungando, apeava-se á nossa porta a velha chronista, cujas historias nos encantavam, repetindo versos dos poetas de seu tempo, propondo-nos adivinhações, e contando anecdotas das éras de Luiz Vahia (o *Onça*) e do conde da Cunha, muitas das quaes lemos, depois, nos trabalhos do emerito investigador dr. Moreira de Azevedo.

Eximia cozinheira, bastava a lembrança dos petiscos que só ella sabia fazer para nos encher a bocca d'agua e justificar a nossa admiração. Conquanto nascida no Rio de Janeiro, trajava Clemencia á moda bahiana, substituindo, quando saïa á rua, a trunfa ou lenço por uma touca preta com as competentes fitas. Ainda hoje conservamos na memoria o seu aspecto : baixa, camisa de rendas, cordão de ouro ao pescoço,

saia preta e o infallivel panno da costa. Bons dentes, nariz achatado e ventas cheias de tabaco, trazendo sempre a competente caixa de chifre, e nunca abandonando grosso rosario herdado de sua mãe. Levou ella para o tumulo o segrêdo do mocotó recheiado, das fritadas de cajú com camarões e das almondegas de carne sêcca, que chamava *setim de flores*.

Ainda existem pessoas, que conheceram Clemencia Teixeira e para o testimunho dellas appellamos.

Viu os vice-reis Luiz de Vasconcellos e conde de Resende, cujos filhos eram grandes *namoradores*, o olho de vidro (Camillo Tonelet), o bispo d. Mascarenhas Castello Branco, o mestre Valentim com seu capote côr de vinho, o conde dos Arcos, d. João VI, José Bonifacio, frei Sampaio, S. Carlos, Monte Alverne e sobretudo frei Lado de Christo, Rodovalho, etc.

Lendo nós um dia capitulos das *Memorias de um Sargento de Milicias*, disse-nos ella ser tudo exacto quanto descrevia o mallogrado Almeida; mas sempre protestava quanto ao capitulo, em que o romancista dava ao *major* Vidigal uma amante, a Maria Regalada. «Não, isto não é verdade, o major era homem serio, *carrancudo, tinha familia e não dava para essas cousas. Isto tudo é poesia!*»

Quanto ao principe d. João, narrava um accidente acontecido em plena procissão de *Corpus Christi* por ter o regente facilitado em saïr á rua tendo tomado, na vespera, um purgativo.

Com enthusiasmo descrevia as festas do Passeio Publico, em 1783, fallando dos sumptuosos carros, que passaram na rua da Cadeia. Em nota de sua *Historia do Brasil* Varnhagen dá idéa desses carros; mas ha pouco tempo encontrámos no archivo do Instituto Historico, offerecido por Araujo Porto-Alegre, a descripção manuscripta e as estampas desses carros — assumpto que já serviu para um artigo nosso, inserido nesta folha.

Na narração do fogo do Parto era inexcedivel: «ao clarão das chammas parecia que o fogo era em casa, os brancos acordaram assustados e, aos gritos das rondas — ponham luminarias! — accendemos tócos de velas de cêra». Isso é tambem exactissimo: era uma ordem dada no anno antecedente por Luiz de Vasconcellos, mandando que, quando houvesse rebate de in-

cendio os moradores fôssem obrigados a collocar luzes nas janellas para evitar atropellos e facilitar o serviço. Desorientado o Teixeira, que tinha uma filha no Recolhimento, saïu para a rua em trajes menores. Quando foram pintados os quadros do incendio, que estão ainda hoje na egreja do Parto, o artista quiz retratar o senhor de Clemencia, tal e qual se apresentara na rua. Teixeira não quiz annuir a isto, mas figura elle vestido convenientemente juncto do grupo do vice-rei. Como distinguir hoje esse individuo no quadro do Parto?

Estamos certos: si Clemencia pudesse lá ir, nos aponctaria com segurança — dizendo: é aquelle! Quando, na presença da velha, lemos o capitulo do romance *Fatalidade de Dous Jovens*, em que Teixeira e Sousa descreve o incendio — Clemencia, tomando uma pitada, asseverava ter sido a culpada D.***, pertencente a familia então muito conhecida. As minudencias das *aguas do monte* em 1811, por nós confirmadas mais tarde pela leitura dos historiadores, não escaparam á memoria da velha chronista; da mesma sorte a morte do Bitú, o desabamento das casas do becco do Cotovello, os nomes das victimas, e a salvação de um alfaiate que escapou pulando pelos telhados e indo parar á rua de S. José.

Era tambem assumpto de palestra a chegada da Familia Real; tudo quanto a velha referia está de perfeito accôrdo com o que lemos em Luiz Gonçalves dos Santos (o *Perereca*), a quem ella conheceu residindo na rua do Parto. Os enterros de d. Maria I, do principe d. Pedro Carlos em uma noite tormentosa, da primeira imperatriz, os factos da Independencia, as *rusgas* depois do 7 de Abril, a partida de Pedro I, o regente Feijó, a guerra dos Farrapos, nada escapava á narração dessa mulher, com quem tanto aprendemos.

Ceremonias religiosas, processões de penitencia, festas do Espirito Sancto, cavalhadas, jogos de entrudo, dansas dos pretos do Rosario e da Lampadosa, quando elegiam *seus reis e rainhas*, as façanhas de Pedro Hispanhol, as intrigas amorosas do primeiro imperador, os enforcados, os nomes dos oratorios collocados nas esquinas, as cantigas dos Ciganos, as proesas dos capoeiras, as desordens dos pretos no chafariz da

Carioca por causa da *tamina*, os lampeões de azeite de peixe, as festas do Natal e Reis, a Semana Sancta, os doces e confeitos das freiras d'Ajuda, os criminosos célebres, enfim a vida intima do Rio de Janeiro, — tudo ella sabia. *Mucama de estimação*, a toda parte accompanhava a familia de seus senhores, ouvia conversar e de tudo tomava nota, confiando á memoria.

A' vista do que vai pallidamente exposto pergunto com toda a consciencia: que merecimento póde ter o seu testimunho acêrca da execução do Tiradentes? Em nossa meninice, ouviamos tudo quanto nos contava a velha como verdadeiras *historias*; mas quando fomos avançando em edade já interrogavamos a chronista com certa segurança, e até 1865 as respostas della eram sempre seguras e nunca contradictorias.

A narração, por muitas vezes feita, do dia 21 de Abril de 1792, casa-se perfeitamente com o que está escripto e provado. Foi um dia de gala, colchas nas janellas, muita tropa formando alas, muita gente nos morros, nos sotãos das casas e nos telhados, senhoras e cavalheiros trajando as melhores roupagens, muito velludo, muita sêda, muitos brilhantes.

«Nas vesperas, dizia ella, quando se propalava — seriam enforcados muitos presos — ouviram-se de repente repetidos vivas, do lado da Cadeia, correspondidos pelo povo que transitava á cata de novidades. — Viva a nossa rainha! — Viva! Viva a nossa soberana», repetia com enthusiasmo a velha Clemencia, evocando as scenas de sua mocidade.

«Julgamos que a rainha houvesse a todos perdoado, mas horas depois soubemos seria enforcado o alferes Joaquim José.

«O oratorio de casa estava aberto toda a noite, com luzes, e a gente rezou por alma do padecente. De manhã, começaram a dobrar os sinos de S. José e Convento do Carmo (hoje Archi-Cathedral), *e eu vi* os ermãos da Misericordia pedindo esmola para missas por alma do ermão padecente.»

*Ella viu o prestito passar* na rua da Cadeia e *ouviu* as recolhidas do Parto cantarem *a ladainha*. «Da esquina da rua da Misericordia até á *nossa* casa a *procissão* parou mais de 30 vezes; *parecia, mal comparando, a procissão do entêrro. De vez em quando* um sujeito vestido de preto e de bacalháo

ao pescoço (gravata branca de renda) lia um papel *chingando* o padecente, que no meio dos frades, pés no chão, mãos amarradas e levando um crucifixo, caminhava tendo a cabeça coberta por um capuz branco, e vestido com a alva ou camisa de onze varas, como se dizia no meu tempo.» Tudo isso explica porque o prestito, saïndo ás 8 horas da Cadeia, só ás 11 ½ para o meio dia teve logar a execução. «Muita gente viu a *procissão* duas, tres e quatro vezes, dando volta pelas ruas vizinhas e indo esperá-la nas ruas dos Latoeiros, Valla e Campo da Lampadosa.»

Horas depois Clemencia *viu* a carreta conduzindo os restos do Tiradentes e um embrulho no *canto da carroça, que parecia a cabeça do coitado* ! «A' noite puzemos luminarias, *mas minha senhora e a gente de casa dizia* á bocca pequena, que o padecente era um innocente — *um sancto*.

«Fiquei tão enjoada que deixei de comer nesse dia.»

Perguntada em epochas diversas sôbre o local onde tinha sido enforcado Tiradentes — respondia sempre: «*para as bandas da Lampadosa*». Quando indagavamos sôbre si seria o logar da estatua do imperador — respondia: «quando eu e os brancos iamos á Lampadosa, estes apontavam para um largo alli existente, perto da Casa dos Passaros (hoje Thesouro).

«Um senhor moço meu, estudante do Seminario, depois de ver passar o padecente, assistiu á morte do Tiradentes do sotão de uma *casa da rua do Alecrim*, acima do oratorio de Nossa Senhora». Seria esse oratorio o que existiu no canto da rua da Uruguaiana e dedicado a Nossa Senhora dos Prazeres, cuja imagem, segundo investigações nossas, foi recolhida á egreja do Sacramento da Sé ? Si assim foi, o tal estudante assistíra á execução de algum predio da rua do Hospicio, entre os quarteirões das ruas da Valla, Fogo ou Conceição.

As palavras da Clemencia podem ser talvez recusadas, mas as reproduzimos com toda a sinceridade e depois de as submetter a uma analyse muito severa. D'ahi a convicção que nutrimos: o logar do supplicio foi o chamado Campo da Polé, ou da Lampadosa ou Campo de S. Domingos; a *certidão do escrivão da Alçada* está certa, e não será preciso forçar o sentido das expressões dos documentos impressos, os quaes todos dizem a verdade. Procuraremos, com vagar e com o

auxilio de documentos ineditos, escripturas, testamentos, arruações da Camara e outros, provar que o unico logar apto para o fim espectaculoso procurado pelos juizes foi o denominado Campo da Polé ou da Lampadosa e antigamente Campo de S. Domingos. Temos fé que chegaremos a resultado pelos meios naturaes, que a critica historica nos póde fornecer.

Resultará de tudo isto um pequeno proveito — reconstituir a topographia de parte desta cidade, topographia embaralhada e confusa, feita, aliás sem malicia, por illustres sabedores.

Mais algumas palavras dedicadas á velha Clemencia e terminaremos.

Em principios de 1866 e antes de nos matricularmos na Eschola de Medicina, fomos visitar a octogenaria, a qual ao avistar-nos disse: «Já sei que *vosmecê está de béca para o Parto*». «Não, tia Clemencia, eu sou apenas bacharel em letras.» «Bacharel, bacharel! — no meu tempo — *bacharel* queria dizer tagarella, fallador!»

Em 18 de Septembro falleceu na casa n. 96 da rua de S. Clemente, tendo 90 annos (logo nasceu em 1776) Clemencia Teixeira, victima de uma gastro-interite chronica, sendo no dia seguinte inhumada no cemeterio de S. João Baptista, na sepultura n. 4.417.

Tudo quanto nos referia Clemencia era cotejado com as narrações do velho João Rodrigues da Rosa, que, por muitas vezes, por nós interrogado sôbre o local da força, asseverava que seus parentes e contemporaneos indicavam o Campo da Lampadosa, antigamente da Polé ou de S. Domingos.

14 de Maio de 1902.

---

## TIRADENTES

### (O CAMPO DA POLÉ)

A vasta superficie desta cidade, comprehendida entre o antigo fôsso ou valla e os mangáes de S. Diogo e cortada, em tempos remotos, pelo *caminho que ia para a aldeia de Martim Affonso*, mais tarde estrada de Capueruçú, havia soffrido,

graças ao incremento da população, grandes modificações topographicas. E quando não fôssem os documentos escriptos, existentes no Archivo da Camara e nos cartorios dos tabelliães, bastaria attender para os conflictos havidos entre os representantes da cidade e o governador Luiz Vahia Monteiro, sôbre edificações além dos muros da cidade, para provada ficar esta asserção.

A varzea sertão ou antigo campo, constituido, a principio, por extensos pantanos, lagôas e restingas, ia pouco a pouco melhorando e apresentava novo aspecto. Essa mudança deu-se, sobretudo, nos ultimos quarteis do seculo XVII e principios do XVIII. Assim, em 1667, procedendo-se á primeira medição da sesmaria da Camara e vindo o rumo na direcção dos morros de Sancto Antonio e da Conceição, os pilotos percorreram, sem grande difficuldade, a planicie. Já em 1753, quando foi da segunda medição, a testada pelo campo só pôde ser feita com emprestimos, até chegar ás proximidades da egreja de Sancta Iphigenia, na rua dos Ferradores (Alfandega).

Durante esse lapso de tempo havia a Camara, mediante diminuto fôro, subdividido a antiga varzea e concedido lotes de terrenos, mais ou menos extensos, a diversos moradores que, melhorando as condições materiaes do sólo, levantaram edificações e constituiram grangearias, roças ou chacaras, nas sesmarias concedidas.

Dentre ellas, e como objecto do presente estudo, destacaremos a de Gonçalo Nunes, situada no antigo Campo de São Domingos, por traz da do arcediago Duarte Corrêa Vasqueanes: essa comprehendia todos os terrenos entre as actuaes ruas da Conceição, Senhor dos Passos, S. Jorge, praça Tiradentes, rua do Theatro e parte do antigo largo da Sé Nova (São Francisco de Paula), até á rua do Cano (Septe de Septembro). O Thesouro Nacional, o Montepio, o Conservatorio, a Academia de Bellas-Artes, o theatro S. Pedro, o Gabinete Portuguez, as egrejas do Sacramento, Lampadosa, S. Jorge, e parte da Eschola Polytechnica, estão situados dentro das antigas terras de Gonçalo Nunes.

Nessa zona tambem ficava comprehendido o denominado *Campo da Polé*, na phrase de Pizarro, largo da Lampadosa ou Campo de S. Domingos, do qual era uma subdivisão.

Em 1721, o capitão-mór José de Vargas Pizarro comprou o dominio util desta vasta superficie, e muitos annos depois d. Leonor Maria de Vasconcellos, esposa de Vargas, vendia parte dessas terras a Pedro Coelho da Silva.

Passada a competente charta de sesmaria, em 10 de Junho de 1747, della em 7 de Março obtinha certidão Maria da Penha, viuva de Coelho da Silva.

Eis em resumo o teôr desse documento: — «as terras em que o dicto (Vargas) havia feito uma chacara no *Campo* desta cidade *ao pé da casa da Aula* toda vallada sôbre si com cêrca de espinhos por todos os lados, fazendo frente em direitura para a dicta *casa da Aula* e rua *chamada do Cano* e vai intestar com a rua da chacara do capitão Paulo Carvalho da Silva, com quem parte pelos fundos — e pela frente com terras do casal da mesma vendedora, que de presente estão occupadas com a tal casa da Aula e tem *de comprido cento e dez braças*, correndo da parte de S. Domingos buscando o Outeiro de Sancto Antonio e rua do *Piolho* — e para a banda da mesma egreja de S. Domingos vinte e uma braças até intestar com a cêrca da chacara do dicto capitão Paulo Carvalho da Silva, — e da banda que faz frente olhando para as casas e chacara do mestre de campo Mathias Coelho de Sousa setenta e uma braças ou o que na verdade se achar dentro da dicta chacara».

Nesta testada de cento e dez braças viam-se, diz o padre Luiz Gonçalves, na esquina da hoje praça Tiradentes as casas pertencentes ao coronel Manuel Luiz, onde, no tempo do rei d. João, esteve aboletada a embaixada do imperador de Marrocos e mais tarde habitou José Bonifacio, e em nosso tempo esteve o célebre café do Braguinha.

Essas casas apresentavam terraços, como se póde ver em uma estampa, obra de Debret, a qual representa o theatro de S. João e o pelourinho collocado pela Camara, depois da chegada da Familia Real, no centro da praça e no local occupado hoje pela estatua equestre.

Seguia-se a pequena capella da Lampadosa, *em cujo adro ajoelhou-se Tiradentes.* Nesse local estava o cemeterio assignalado por um cruzeiro — cemeterio pequeno e que não excedia o alinhamento; porque os ermãos da Lampadosa eram

enterrados no interior da capella, e os que não o eram tinham sepultura no pequeno pateo situado na frente da pequena e modesta egreja.

Como é sabido, a Lampadosa foi fundada em terrenos doados por Pedro Coelho da Silva, e na escriptura de 7 de Fevereiro de 1748 declaravam elle e sua mulher ser possuidores de uma chacara, *sita* no Campo de S. Domingos desta cidade, que foi do capitão-mór José de Vargas Pizarro... doavam seis braças de chãos de testada com vinte e cinco de fundos.... e declaram os dictos doadores que as seis braças fazem frente para a rua da Cruz.

Ora, nesse tempo, a rua da Cruz era a actual Moreira Cesar (Ouvidor); essa referencia prova que, em 1748, o Campo da Polé estava já constituido, não havendo em frente á Lampadosa mais do que as casas do fim da rua da Cruz e terrenos da Irmandade do Rosario. Demais, a esse tempo, não haviam começado as obras da Cathedral (Sé Nova, hoje Eschola Polytechnica), cuja primeira pedra foi lançada em 20 de Janeiro de 1749.

Deixando de parte minudencias, nesta face existia a célebre Casa dos Passaros, mandada levantar por Luiz de Vasconcellos para servir provisoriamente, de Museu, enquanto não se terminava o edificio para tal fim em construcção, e cujas arcarias, aproveitadas depois para o Erario Régio, eram vistas no principio do seculo XIX, segundo nos refere o dr. Ladislau Netto. Via-se mais a continuação da rua do Alecrim, cujo alinhamento estava interrompido desde a esquina da rua da Conceição, juncto ao Jogo da Bola do Bento Esteves e os quarteis edificados no Campo de S. Domingos no tempo do conde da Cunha, como vemos da sua correspondencia.

No local em que está hoje a egreja do Sacramento existia a célebre lagoa da Polé ou do Panella, como tambem se diz. Esta lagòa prolongava-se até á rua do Senhor dos Passos ou continuação do caminho de Fernão Gomes, e onde se achavam fundadas as capellas do Senhor dos Passos e Sancta Iphigenia.

As escripturas de quasi todas as casas da rua dos Ferradores fallam em fundos para a rua do Senhor dos Passos e para o Campo da Polé.

Nos excellentes trabalhos do erudito sr. dr. Marques

Pinheiro e a proposito dos predios pertencentes á Repartição de Caridade a cargo da Irmandade do Sacramento da Candelaria, lemos o seguinte: Rua da Alfandega n. 213, terreo — Este predio foi legado por João Gonçalves da Costa, em 1756, e a Irmandade tomou posse judicial a 21 de Janeiro de 1757. — Eram duas moradas, sitas *no Campo de S. Domingos,* extra muros (e faziam *frente* de uma banda para a rua que vem da travessa da Alfandega e vai para o campo, e da outra banda fazem frente para a *polé dos militares* e da rua), etc. No lado hoje par da rua Senhor dos Passos existiam, até á epocha que estudamos, muitos terrenos baldios, isto é — com donos que se não aproveitavam, — terrenos pelos quaes se passava para a rua da Alfandega, onde acontecia a mesma cousa, podendo-se com facilidade chegar á rua do Bom Jesus e immediações da egreja de S. Domingos.

Tudo isto podemos provar com as arruações feitas posteriormente a 1792 e que constam dos quatro volumes do *Archivo Municipal,* publicação importantissima, que não devia ter sido suspensa, a cargo do dr. Mello Moraes filho, então director dos archivos da Municipalidade.

Não citaremos para não alongar estes aponctamentos.

No quarteirão, lado impar da rua do Senhor dos Passos (entre Conceição e Sacramento), com fundos para a rua do Hospicio, não havia casas, e ainda em 1816 nesse local a Misericordia vendia a um certo Caetano da Silva muitas braças de terrenos legados por João Luiz da Silva Santos. As casas ha pouco tempo demolidas, para prolongamento da rua do Sacramento, eram de edificação posterior a 1792.

O quarteirão da rua do Sacramento, desde a esquina da rua da Lampadosa até á egreja (canto da rua do Hospicio) até 1792 não tinha edificações, como se póde provar com o mappa, executado em 1842, na Imprensa Régia, do qual um dos raros exemplares existe no Instituto Historico.

Os terrenos da egreja do Sacramento, antes de 1846, estavam em litigio entre José de Sousa Meirelles e Antonio José de Sousa e Oliveira, e só em 1° de Março de 1846 a Irmandade por cinco contos comprou a Meirelles quatorze braças e meia de frente e vinte e oito de fundos.

Que já no tempo do conde de Bobadella o Campo da Polé, desmembramento do Campo de S. Domingos, mais tarde da Lampadosa, servia para exercicio das tropas prova a informação dada por esse governador, quando em 1746 o licenciado Placido Pereira dos Santos pretendia doar terras aos devotos da Lampadosa.

No mappa das projectadas fortificações do Rio de Janeiro, apresentado em 1770 ao marquez de Lavradio pelo engenheiro Roscio e reproduzido pelo dr. Mello Moraes pae na sua *Chronica Geral e Minuciosa do Imperio do Brasil*, uma das trincheiras projectadas cortava em toda sua extensão o Campo da Polé, o qual em 1792 conservava as dimensões descriptas pelo padre Luiz Gonçalves dos Santos.

E' pena não conhecermos as plantas apresentadas a Lavradio pelos militares — Funck, Böhm e José Custodio de Sá e Faria; mas da correspondencia desse vice-rei, onde elle transcreve os pareceres daquelles profissionaes, ha referencias que comprovam que n'esta cidade existiu esse campo. Ahi os militares exercitavam-se, e a artilharia fazia alvo na barreira de Sancto Antonio, para com o barro della desmoronado aterrar os pantanos e alagadiços da Pavuna, Lampadosa, Campos dos Ciganos, Campo de Sanct'Anna, e das actuaes ruas do Senado, Lavradio, Resende, Invalidos, *Visconde do Rio Branco*, Nuncio e Regente.

Dizem que o local onde está hoje o theatro S. Pedro era um pantano. Foi, não ha dúvida; mas em 1780 estava esse logar beneficiado, e ahi a Camara ordenou o estabelecimento de uma feira de animaes.

As obras do edificio da Sé Nova, suspensas havia muito tempo, não diminuiam o ambito do Campo da Lampadosa, e tanto é isso verdade que no largo de S. Francisco, no dia 21 de Abril de 1792, estava postado o regimento de artilharia, commandado pelo coronel José da Silva Santos.

Os vice-reis marquez do Lavradio, Luiz de Vasconcellos e o conde de Resende melhoraram o Campo da Polé ou da Lampadosa e antes de S. Domingos, sendo o conde auxiliado pelo juiz de fóra Balthasar da Silva Lisboa, no tempo em que ainda eram bons amigos.

Isto consta do livro 1º da correspondencia do Senado da Camara (1788-1808).

E a tal casa da Aula não obstaria as manobras das tropas *pagas*, no dia do supplicio de Silva Xavier?

Esta casa, segundo já provámos em anterior artigo, fôra construida pelos Jesuitas muito antes de 1759, para os estudos de seus collegiaes externos com o fim de lhes poupar a fadiga da subida das ladeiras do Castello.

Com a expulsão dos discipulos de Loyola esta casa da Aula caïu em ruinas, e em 1787, como lemos em uma representação feita pelos professores (archivo do Instituto Historico) Manuel Ignacio da Silva Alvarenga e outros a pediam para nella funccionarem as diversas aulas de Humanidades.

Nesse documento os professores dizem que ella (casa da Aula) estava para as bandas de S. Francisco de Paula. Em uma arruação impressa no *Archivo Municipal* falla-se em uns terrenos com frente para a rua, que vai para a casa da Aula (rua da Conceição ?).

Salvo êrro ou melhor juizo, pensamos que a referida casa da Aula seria uma daquellas *casas velhas*, que o official da secretaria de Policia em 24 de Agosto de 1823 mencionava como pertencentes á Policia, e davam pequeno rendimento. (Vide Collecção Nabuco, vol. 5º, pag. 141.)

Uma dellas, collocada ao lado da Sé Nova, havia mais de oito annos tinha sido concedida por d. João VI a seu criado particular. Ou então, seria o armazem situado por traz da Sé, e onde eram guardados os utensilios da illuminação da cidade, iniciada em 1790 pelo conde de Resende.

Em uma ou outra hypothese *essa casa* não podia impedir, por sua posição, as manobras do dia 21 de Abril e a formatura triangular.

Deante destas considerações summariamente expendidas nestas notas, resulta a convicção de que em 1792 *outro não podia ser o local*, em que se consummou o sacrificio de Tiradentes.

Para nós, foi nesse Campo da Polé ou da Lampadosa o logar em que foi armada a alta forca, para que fôsse vista das circumvizinhanças. Houve pessoas, diz a tradição oral, que

assistiram das janellas, dos sotãos, dos telhados dos predios das ruas adjacentes e dos morros de Sancto Antonio e do *Castello*. Pois si era intento dos juizes da Alçada fazerem uma execução espectaculosa — porque deixar um poncto central da cidade para fazê-la em sitio quasi despovoado ou antes, occupado pelos Ciganos ? Porque deixar um logradouro vasto apropriado e, *talvez*, adrede beneficiado, durante os dous annos que antecederam a execução ?

Em nosso humilde pensar, tudo está certo; os documentos officiaes, a narração das duas memorias, impressas no tomo 44° da *Revista do Instituto*, a certidão do escrivão da Alçada !

Si em 1792, como querem, o Campo de Sanct'Anna podia ser considerado Campo de S. Domingos, si a actual praça Tiradentes e rua do Visconde do Rio Branco podiam ser assim, tambem, chamadas — porque exquecer ou desprezar o verdadeiro Campo de S. Domingos, do dia 21 de Abril, o mais proximo e legitimo herdeiro desse nome representado pela grande praça, que tambem foi conhecida por Campo da Polé ou da Lampadosa ?

Não tinha perdido o nome.

Foi Campo de S. Domingos, e como tal era conhecido ainda em 1792.

23 de Maio de 1902.

---

# TIRADENTES

## (OPINIÕES)

Continuando os nossos ligeiros aponctamentos acêrca do local do supplicio de Silva Xavier, cumpre-nos apresentar as dúvidas, que nos acodem ao espirito, quando lemos as várias opiniões sôbre o lugubre acontecimento de 1792. A' proporção que formos estudando o assumpto e procurando analysar as fontes e documentos impressos intentaremos, com os nossos poucos recursos, sustentar, salvo melhor juizo, que o Campo de S. Domingos, do qual falla a certidão do escrivão da Al-

çada, Francisco Luiz Alvares da Rocha, é o campo denominado da Polé ou tambem da Lampadosa.

Alterando a ordem chronologica e guardando para o fim as memorias de maior pulso, estudaremos, por agora, o que a respeito escreveu o illustrado ou antes benemerito sr. barão do Rio-Branco, a quem o nosso paiz deve tantos e tão importantes serviços. Torna-se isto desde já necessario, relevada a nossa ousadia, quando a fama do illustre compatriota e a profundeza com que estuda os assumptos da nossa Historia podem alliciar numerosos adeptos.

A proposito do dia 21 de Abril de 1792, em uma ephemeride publicada em jornal diario, depois de citar textualmente as palavras da certidão de Rocha, disse o emerito diplomata o seguinte:

«O Campo de S. Domingos era mui extenso, nos primeiros annos do seculo XVIII. Em 1710 e 1711, por occasião das invasões francezas, dava-se aquelle nome, ou o de Campo do Rosario, a toda a planicie entrecortada de charcos, que se extendia além da actual rua de Uruguaiana, então limite da cidade pela parte do interior; mas já pelo meio do seculo, como se vê de uma planta de 1769, do engenheiro Roscio, existiam quarteirões de casas na parte central do antigo campo. Desde então só ficou o nome de S. Domingos ao campo, que se extendia da actual rua da Alfandega aos morros da Conceição e Livramento.

«*Foi* ALLI, *nas proximidades da egreja de S. Domingos* (os gryphos são nossos), *que se levantou a forca.* Si a execução houvesse sido effectuada, como pretendem alguns, no espaço comprehendido entre as ruas da Constituição, Regente, Visconde do Rio Branco e Nuncio, a certidão diria *Campo da Lampadosa* — não — *Campo de S. Domingos.* Dava-se, desde meiado do seculo XVIII, e ainda em fins deste seculo, o nome de Campo da Lampadosa ao espaço occupado pela praça que depois se chamou do Rocio e se prolongava então até ao Campo de Sanct'Anna.»

O Campo de S. Domingos de 1792 estava separado do Campo da Lampadosa pelos quarteirões já então habitados que demoram entre a rua da Alfandega e a da Constituição, com

o seu prolongamento, no antigo largo do Rocio, depois praça da Constituição.

Si esta ephemeride pudesse passar por prova da verdade, como conciliar os testimunhos escriptos dos dous chronistas, impressos no volume 44° da *Revista do Instituto Historico* ?

Como explicar o itinerario seguido pelo padecente ? Si o facto assim se tivesse dado, não seria mais consentaneo houvesse o Tiradentes caminhado pela rua Direita e d'ahi, ou pela rua dos Ferradores (Alfandega), ou pela dos Escrivães (Sabão, e hoje General Camara), ou mesmo pela de S. Pedro (antes de Antonio Vaz Viçoso e do licenciado Antonio Carneiro) ?

Como explicar a formatura das tropas, cujas alas terminavam no *fim da rua do Piolho* (Carioca) e a disposição dos tres regimentos em fórma triangular e em tôrno do patibulo ?

Si do lado do morro de Sancto Antonio e, isto é verdade, já estavam aproveitados varios quarteirões, com casas separadas por extensos muros e por muitos terrenos baldios, principalmente nas ruas dos Ferradores, Bom Jesus (Sabão) e S. Pedro (tambem conhecida pelo *Caminho da forca*, em razão de estar o patibulo permanente no actual largo do General Osorio) — para que *alli, nas proximidades da egreja de S. Domingos se tivesse effectuado* a execução, seria necessario que, em 1792, houvesse para as bandas da rua S. Joaquim vasto espaço desoccupado. Não existia.

Os aforamentos feitos pela Camara, em annos anteriores, protestam contra similhante hypothese. Demais, o actual largo de S. Domingos, em 1792, apresentava quasi as mesmas dimensões do presente. Já existia o cordeamento da rua ou caminho do Valongo, para onde o marquez de Lavradio (segundo lemos no relatorio deixado ao seu successor) havia transferido os armazens, em que eram vendidos os escravos. Nesse lado já estavam habitados os quarteirões nos terrenos pertencentes a Manuel de Campos Dias, fundador da egreja de S. Joaquim, juncto da qual estava estabelecido o Seminario do mesmo nome.

Quanto ao lado do largo de S. Domingos, situado para a parte da rua de S. Pedro, vem em nosso auxilio o erudito e paciente historiador dr. Marques Pinheiro, cujos trabalhos,

infelizmente pouco conhecidos, devem ser lidos com a maxima attenção por quem quizer estudar a topographia do actual largo de S. Domingos.

A proposito do Tombo, da Repartição de Caridade, annexa á Irmandade do SS. Sacramento da Candelaria, escreveu o emerito e distincto cavalheiro: «Estes predios (da rua de S. Pedro) ns. 193, 203 e 205, com terrenos adjacentes, foram adquiridos, em 1788, por adjudicação — na execução promovida á Irmandade de S. Domingos. Esta questão vinha desde 1755. Por mandado do dr. Manuel Monteiro de Vasconcellos, de 1° de Outubro, se ordenou a penhora dos bens da Irmandade de S. Domingos, para pagamento da quantia de 404$305 de capital e custas, devidos á Repartição de Caridade. Nesse mesmo dia se fez a penhora, indo o escrivão e meirinho geral ao *Campo de S. Domingos, ao pé da egreja* e, sendo ahi, o dicto meirinho fez penhora em doze moradinhas de casas terreas: duas á ilharga da egreja e seis dictas nos fundos dessas que fazem frente para a rua que vai para a forca (S. Pedro), e quatro na outra ilharga, no canto da banda de fóra, da parte da mão direita, cujas casas já se acham hypothecadas, por uma escriptura, para pagamento da mesma execução».

Não proseguiu a execução, até que a 14 de Janeiro de 1788 foi, a requerimento da Candelaria, expedido novo mandado por ordem do ouvidor geral e corregedor o dr. Francisco Luiz Alvares da Rocha, para ratificar a penhora. (Este ouvidor é o mesmo que mais tarde serviu de escrivão da Alçada e certificou o supplicio de Tiradentes.) As que estavam á ilharga da egreja, em 1755, eram em 1788 chãos.

«Nessa epocha já não existiam, continúa o dr. Pinheiro, as doze moradinhas de casas, porque algumas já tinham caïdo. As que estavam á ilharga da egreja, em 1755, eram em 1788 chãos. Do lado da rua de S. Pedro havia ainda duas casas terreas, alugadas por cinco patacas por mez, e os inquilinos estavam em atrazo, um de dous mezes e outro de tres.

A Candelaria, afinal, em 28 de Julho de 1788 deu quitação de 518$400 e tomou posse judicial dêsses terrenos, onde foram pouco depois construidos novos predios, em

1795, 1801 e 1809, os quaes pertencem ainda hoje á Caridade.»

A rua de S. Pedro, entre o caminho do Valongo e a hoje do Regente, estava cordeada e occupada por habitações, acontecendo o mesmo na rua Larga de S. Joaquim, e é facil provar com as arruações concedidas pelo Senado da Camara. Em frente á egreja extendia-se o cemeterio, extincto em 1820, e em seguida até á rua da Conceição as terras do conego Xavier, fundador da capella dessa invocação.

Ahi existiam, desse tempo, ainda ha alguns annos umas casinhas, comêço do Asylo de Caridade, substituido pelo edificio destinado ao recolhimento das ermãs invalidas da Ordem da Conceição.

Na actual rua do General Camara, do lado de S. Domingos, existiam casinhas pertencentes á Ordem do mesmo sancto e entre ellas um becco escuro e estreito, chamado dos *Escrivães*, segundo nos communicou o sr. Fortunato Lopes, que, em tempo, levantou a planta desses terrenos. Do lado opposto, desde o canto da travessa de S. Domingos até a hoje rua do Nuncio estavam os terrenos particulares pertencentes ás religiosas da Ajuda, arrematados em praça pública por fallecimento do conego Alvaro de Mattos Filgueiras, conforme lemos no tombo da Ajuda, que ha annos nos foi confiado por monsenhor Eduardo Christão. Entretanto o dr. Mello Moraes pae asseverou, e todos quantos o copiaram, que os religiosos tinham sido herdeiros do conego !

Ainda que houvesse espaço sufficiente, estando esses terrenos occupados nas adjacencias de S. Domingos, a Alçada determinando fôsse o patibulo posto no Campo de S. Domingos nunca poderia invadir a propriedade particular; porque isso era contrario á lei. As execuções em Portugal e no Brasil eram sempre effectuadas em praças públicas ou logradouros.

A' vista do exposto, como póde ainda haver quem queira sustentar a opinião do illustre sr. barão do Rio-Branco ?

Estamos convencido: o eminente historiador hoje não pensará da mesma maneira.

O escrivão da Alçada podia ter escripto na certidão — Campo da Lampadosa, mas dizendo Campo de S. Domingos cumpriu seu dever; primeiro, porque isto estava escripto na

sentença; segundo, porque o Campo da Lampadosa ou antes da Polé era tambem Campo de S. Domingos.

Vimos, ha pouco, que Alvares da Rocha era ouvidor em 1788; conhecia pois a topographia da cidade; não teve dúvidas, porque, repetimos, sabia que o Campo de S. Domingos dos juizes da Alçada era o mesmo Campo da Polé ou da Lampadosa.

Escrevendo simples apontamentos e para não enfadar os leitores d'*A Noticia* com a transcripção de documentos ineditos, não citaremos aqui o teôr de muitas arruações do *Archivo Municipal*, nas quaes a Camara desta cidade considerou Campo de S. Domingos terrenos situados muito fóra dos limites traçados pelo sr. barão do Rio-Branco. Mais tarde delles tractaremos.

Ainda, apezar de formal promessa, não pudemos folhear os livros do archivo da Irmandade do Sacramento da Sé, cujo templo foi, como dissemos, construido em terreno litigioso. Temos esperança bem fundada, si alli existirem os autos dessa questão e a escriptura de compra, de encontrar tambem o chamado Campo da Lampadosa ou da Polé, considerado de S. Domingos.

Ausente desta capital está illustrado sacerdote, muito competente em estudos de Historia patria, o qual possue notas importantissimas sôbre a origem e edificação da egreja do Sacramento. Temos, repetimos, quasi certeza de que elle nos fornecerá dados comprobatorios acêrca do Campo da Polé.

Terminando, por hoje, repetiremos (*servatis servandis*) com o eminente Miguel Lemos: «o escrivão da Alçada podia, portanto, sem nenhuma contradicção ou absurdo, declarar, como declarou, que a forca levantava-se no Campo de São Domingos, designação que talvez preferisse por motivos tradicionaes ou de rotina».

27 de Maio de 1902.

---

# TIRADENTES

## (OPINIÕES)

No intuito de provar fôsse o local do supplicio de Tiradentes o antigo Campo de Sanct'Anna, escreveu o illustrado jurisconsulto, hoje fallecido, dr. Alvaro Caminha, cinco longos artigos, estampados na *Gazeta de Noticias* do mez de Abril de 1893.

Fazendo inteira justiça aos exforços desse notavel investigador, pois percorreu elle os archivos desta cidade, os cartorios dos tabelliães, estudou mappas e plantas do Rio de Janeiro, visitou por muitas vezes o Thesouro Nacional e deu-nos preciosos subsidios, em relação ao desenvolvimento material da, hoje, Capital Federal.

Levado, porém, de uma idéa preconcebida, o illustrado historiographo não nos conseguiu convencer; porquanto, si em 1792 havia logar menos apto para a execução espectaculosa que a Alçada pretendia fazer, era o Campo de Sanct'Anna.

Não dispondo nós de largo espaço para analysar, por miúdo, as opiniões do dr. Caminha, escriptas, á primeira vista, de modo convincente e por maneira brilhante, tocaremos, apenas, para sustentação da nossa these, nos ponctos em que, segundo o nosso humilde pensar, se affastou o erudito escriptor da verdade das cousas.

Como exemplo do que vai dicto, o dr. Caminha chega a confundir a povoação Borda do Campo, onde, segundo o ordenado pela sentença, devia ser pregado um dos quartos de Tiradentes, com borda ou beira do Campo de Sanct'Anna, parecendo crer fôsse um dos despojos da infeliz victima consumido aqui no Rio de Janeiro.

Para razoavelmente explicar as manobras das tropas, no dia 21 de Abril, e no intento de provar fôsse o Campo de Sanct'Anna o unico poncto onde ellas pudessem bem ser executadas, soccorreu-se o dr. Caminha de um *Mappa demonstrativo do serviço que fizeram* os QUATRO REGIMENTOS *de ordenanças da Côrte, desde 11 de Março até 30 de Novembro de 1801*, e suppõe que, tendo na média cada um desses corpos

1.000 a 1.200 soldados, era o total representado por 12.000 praças. Depois suppõe fôsse o effectivo da guarnição no minimo representado por 7 a 8.000 praças.

Nenhuma dessas conjecturas é sustentavel: exactamente annos depois do supplicio de Tiradentes, o conde de Resende deu nova organização aos corpos existentes no Rio de Janeiro, e, si o mappa apresentado pelo dr. Caminha pudesse servir, só seria para annos posteriores a 1792. Mais avisado andaria si lançasse mão do tomo 47° da *Revista do Instituto Historico*, na qual figuram umas memorias que serviram a Luiz de Vasconcellos até 1789 e onde está enumerado o total da guarnição da tropa paga. Por essa lista podemos com mais probabilidade melhor conhecer o número de soldados que figurou no dia 21 de Abril.

Os regimentos da epocha eram: cinco de infantaria, um de artilharia e um esquadrão de cavallaria: *Bragança* com 775 homens, *Moura* ou *de Elvas* 782, *Extremoz* ou *Chichorro* 770, *1° do Rio* 783, *2° do Rio* 799, *Artilharia* 748, *Cavallaria* ou *Esquadrão* da guarda dos vice-reis 117, o que dá o total de 6.180 praças.

Sabemos que o regimento de Elvas ou de Moura, commandado por José Victorino Coimbra, formou alas *até o fim da rua do Piolho*; que o de *Bragança* estava de guarnição ás fortalezas; que a artilharia estava postada no largo de São Francisco de Paula, sob o commando de José da Silva Santos. Os regimentos que formaram o triangulo foram *Extremoz* ou *Chichorro* (770) — *1° do Rio* (783) — *2° do Rio* (799), representando um total de 2.352. Cumpre, porém, declarar: estes soldados, abstrahindo os officiaes subalternos e inferiores, não estavam collocados em uma só fila, mas em duas: uma por detraz da outra, pois formavam em linha de batalha, com as costas para o cadafalso e a frente para o lado do povo. O triangulo era, pois, formado pelos tres regimentos, constituindo os tres lados pouco mais ou menos por 318 homens em cada uma das filas: *uma anterior e outra posterior*. E quando, após a execução, o brigadeiro ordenou formassem as tropas em uma só columna, estas, como é da ordenança, guardaram sempre a disposição das duas filas.

Ora, é sabido que cada soldado, convenientemente equipado, occupa um espaço de 50 centimetros: — multiplicando, pois 318 por 50, teremos 159 metros, representando mais ou menos cada lado do triangulo. De tudo isso concluimos: não ser necessario o vasto Campo de Sanct'Anna, que de modo algum, por suas condições, se prestava a tal formatura, e que esta podia dar-se no local por nós assignado, isto é, no Campo da Polé ou da Lampadosa ou de S. Domingos.

Cumpre tambem confessar que, sendo assim, o triangulo poderia ter sido formado no espaço entre as ruas hoje Visconde do Rio Branco e da Constituição, si tambem, como veremos no proximo artigo, esses terrenos estivessem aptos para o fim que tinha em mira a Alçada.

Nesse dia os auxiliares, isto é, a tropa não paga, guarneceram estabelecimentos publicos, taes como: a casa do Hospital Militar, o Calabouço, o guindaste, o Trem, o Arsenal de Marinha, o cemeterio de Sancta Rita, a Sé, Passeio Publico, etc.

O regimento de Bragança havia sido destacado para as fortalezas do Castello, Conceição, Calabouço, Rainha, S. Januario, S. Clemente, Sancta Barbara, ilha das Cobras, Villegagnon, Gragoatá, Boa Viagem, Sancta Cruz, Lage, S. João, praia de Fóra, praia Vermelha, Leme, Cabo Frio, Macahé e ilha Grande. Cumpre, porém, declarar que entre 1790 e 1792, por motivos de economia, o conde de Resende tractava de desguarnecer alguns dêstes fortes, segundo lemos no tomo 1° do *Archivo Municipal.*

Proseguindo em nossos aponctamentos ou notas, não fazemos grande questão da nomenclatura dada pelo povo e pelos mappas ás várias desmembrações do antigo e grande Campo de S. Domingos.

O Campo de Sanct'Anna era ainda considerado de São Domingos pelo mappa de 1801 de Pinto ; o espaço entre as ruas Visconde do Rio Branco e da Constituição era tambem assim designado, bem como o Campo da Lampadosa (planta do engenheiro Rangel de Bulhões, 1796) ; a actual praça Tiradentes era conhecida em sua porção mais proxima do morro de Sancto Antonio, por largo da Barreira de Sancto Antonio e

Campo dos Ciganos; a rua Visconde do Rio Branco era conhecida como rua do Piolho (mappa da Imprensa Régia, 1812) e a da Constituição, como rua dos Ciganos.

Como bem diz a patriotica commissão glorificadora, em sua charta inserta n'*O Paiz* de 20 de Abril do corrente anno, «o antigo nome continuava ainda por muitos annos a ser empregado simultaneamente com o moderno, em virtude de habitos inveterados. Ainda hoje não vemos o nosso povo empregar de preferencia a denominação de Campo de Sancta Anna, apezar de lá não existir mais, desde 1853, a egreja de que se originou esse nome?»

Os chronistas iam na onda e serviam-se da linguagem popular.

Abrimos uma excepção, e é para a linguagem do vice-rei quando em ordem do dia se dirige ao brigadeiro. O vice-rei, dizendo que as alas terminariam na rua do Piolho, no Campo da Barreira de Sancto Antonio, declarava tacitamente que a execução teria logar nas proximidades da egreja da Lampadosa. Elle não podia chamar rua do Piolho á rua do Conde da Cunha, denominação dada a seu antecessor, havia muitos annos.

E porque um dos chronistas disse: *commandou a acção do campo o brigadeiro Pedro Alves de Andrade — até o principio do campo — permaneceu no campo até que fôsse concluida a acção — manteve o campo na maior tranquilidade* — forçando o sentido das palavras, o dr. Caminha conclue que esse campo é o Campo de Sanct'Anna. No nosso humilde pensar, a execução poderia ter tido logar na praia de Sancta Luzia, no largo da Ajuda, e a expressão *campo* teria perfeito cabimento.

Para nós o *campo* do chronista é o logar da parada, o arraial militar, o acampamento, o poncto das manobras e até mesmo segundo o eminente Moraes — as tropas que compõem o acampamento.

Quanto a nós, terminando as alas no fim da rua do Piolho e largo da Barreira de Sancto Antonio, ahi era o principio do campo, isto é, o logar em que os regimentos guardavam a fórma triangular á espera do padecente, logar este collocado

na parte do antigo Campo de S. Domingos ou Lampadosa ou da Polé — unico a nosso vêr apto por suas condições materiaes para as evoluções.

O que referimos foi por muitas vezes assumpto de discussão entre nós e o illustre advogado, tão cedo roubado á vida; faziamos justiça aos seus exforços, mas nunca nos mostrámos convencidos quanto ao local por elle preferido — o Campo de Sanct'Anna.

Quanto ás edificações em 1792 do lado impar da rua hoje Visconde do Rio Branco e par da actual rua da Constituição, verificámos posteriormente, com as arruações da Camara, a veracidade do douto investigador.

Tambem parece-nos exacta a descripção do aproveitamento dos terrenos pertencentes á Ordem do Carmo, o qual começou no centro dos quarteirões entre Nuncio e Regente, conforme está demonstrado pelo mappa da Imprensa Régia (1812).

Para assim pensar serviu-nos de muito uma serie de escripturas, que nos foi offertada por um amigo — de um predio do lado impar da rua da Constituição, legado ao Hospital dos Lazaros por Daniel Brandão de Castro, em testamento aberto a 19 de Fevereiro de 1885. Taes documentos offerecemo-los ao archivo da Irmandade do Sacramento da Candelaria; — por elles se póde estudar a historia desse predio n. 27 — desde a sua origem, conforme lemos no — Archivo Historico da Ordem do Carmo, coordenado pelo sr. commendador Serzedello.

Por maiores exforços que tenhamos empregado, não nos foi possivel saber em que qualidade viviam acantonados nesses logares os Ciganos; seriam arrendatarios da Ordem do Carmo ou eram por esta tolerados, posto que intrusos?

A esse respeito nada encontrámos nas publicações do dr. Caminha.

No quarto de seus artigos exprime-se o referido senhor: — *Não existindo naquella epocha o theatro S. Pedro nem as edificações annexas, o largo da Lampadosa vinha a ser a continuação, o prolongamento do largo de S. Francisco.*

Pena foi não tivesse o illustre escriptor aprofundado os seus estudos sôbre esse local, como muitas vezes lhe fizemos

observar ; pesquizador como era, sôbre o Campo da Polé poderia dar muito maiores exclarecimentos do que nós o fazemos nestes desalinhavados aponctamentos.

Em uma nota o articulista allude a factos da biographia do dr. Balthasar Lisboa. E' possivel seja uma das memorias (e isto é digno de analyse) impressas na *Revista do Instituto Historico*, tomo 44°, da lavra do juiz de fóra. Nesse tempo (1792), era especial a posição do dr. Lisboa : no relatorio com que Luiz de Vasconcellos passava ao conde de Resende o vice-reinado (pag. 41, tomo 4°, da *Revista do Instituto*), dando conta dos negocios da Camara, assim se exprimia : «mas ordinariamente (como presentemente succede) olhando ao mesmo tempo para seu presidente (era o juiz de fóra dr. Lisboa), que tendo outras instrucções e devendo ter outras vistas mais apuradas, apenas segue os negocios de puro chavão em que muitas vezes tropeça por ignorante, e quasi sempre por altivo e absoluto».

Em 3 de Novembro de 1790 (Haddock Lobo, *Tombo dos Terrenos Municipaes*) já o conde de Resende por uma charta dirigida ao juiz de fóra e á Camara lhes lembra o dever de se conterem nos justos limites de sua jurisdicção, arrogando-se a si a regalia de occupar e aforar os terrenos das praias.

Segundo documento que lemos no Archivo Publico, ao findar o anno de 1792 o dr. Lisboa, que era trefego, abriu grande conflicto com o vice-rei, a proposito de um embargo feito pela Camara a uma construcção ordenada pelo provedor da Fazenda. O conde de Resende delle se queixava amargamente ao Govêrno da metropole, accusando o juiz de fóra de desrespeitador e pouco submisso. Em 1793 deu-se a historia de uma charta anonyma, mandada ao conde pelo juiz de fóra como a tendo recebido de Lisboa ; mas segundo a opinião do chanceller Vasconcellos Coutinho (presidente da Alçada), conforme lemos em documento do archivo do Instituto Historico, mandava esse magistrado communicar para Portugal que tal escripto havia sido forjado aqui pelo mesmo Lisboa para incommodar o vice-rei.

Este, como é sabido, afinal obteve a remoção do dr. Lisboa. Houve antes uma historia de farinhas, em que

segundo Mello Moraes pae, estava implicado, como preposto do conde, um dos empregados da sala do vice-rei.

Em todo caso, no tempo da morte de Tiradentes não eram muito amistosas as relações entre Resende e Lisboa. Este sabia viver, e as provas temo-las nas suas chartas a Martinho de Mello e Castro.

Mas iamo-nos affastando do assumpto; antes de ser chamado á ordem entremos em materia.

No correr destas notas, dissemos ser o Campo de Sancta Anna o logar menos proprio para execução de Silva Xavier. Além de ser um alagadiço, o Campo de Sanct'Anna, nas proximidades do antigo Provisorio era, segundo lemos no recommendavel trabalho do dr. Pimentel, *Hygiene do Rio de Janeiro,* o local onde se faziam os despejos de parte da população.

Era já nesse tempo o *receptaculum, omnium purgamentorum,* a grande cloaca assás conhecida de muita gente, que ainda hoje vive. Alli eram cavados os célebres fossos, *representando cada poço o centro de uma das quatro secções, em que se subdividia o campo, e uma bandeirinha preta annunciava aos carregadores de tigres que aquelle poço estava cheio; pelo que deviam dirigir-se para outra secção.*

Com toda segurança perguntamos : — poderia tal logar servir para execução do Tiradentes ?

Seria mais uma affronta não só ao martyr da Inconfidencia, mas ainda insulto pungente á tropa, aos juizes, ao clero, á Misericordia e a todos quantos assistiram ao lugubre acontecimento de 21 de Abril de 1792 !

4 de Julho de 1902.

---

# TIRADENTES

## (OPINIÕES)

O trecho do antigo Campo de S. Domingos, comprehendido entre as actuaes ruas Visconde do Rio Branco e Constituição, não podia, conforme pensamos, por suas condições, servir de local ao supplicio do Tiradentes, nem prestar-se

ás manobras militares, narradas pelos chronistas, que se occuparam desse triste acontecimento.

Para conseguir prová-lo bastaria pôr em contribuição o abundante manancial, que nos é offerecido pelos muitos trabalhos escriptos por engenheiros, viajantes, medicos e historiadores, os quaes se têm occupado da topographia do Rio de Janeiro, de sua hygiene, e dos melhoramentos materiaes, de que, ainda hoje, carece esta nossa grande e importante cidade.

Não o faremos, preferindo amparar-nos sob a valiosissima protecção, que nos ministra o nome do emerito e illustrado scientista, cuja cerebração superior muito apreciamos, o sr. dr. Miguel Lemos.

Como é sabido, em dias de Abril de 1892 publicou esse illustre cavalheiro uma série de artigos, dados á imprensa no *Jornal do Commercio*, os quaes foram mais tarde reunidos em opusculo, ou antes, minuciosa e aprofundada monographia.

No segundo desses brilhantes artigos e sob o titulo — *A tradição escripta* —, descrevendo o itinerario do martyr Silva Xavier, assim se exprimiu: «A rua da Cadeia, pela qual seguiram o réo e seu accompanhamento, é hoje a rua da Assembléa. O largo da Carioca conservou o seu primeiro nome até os nossos dias. A rua do Piolho é a actual rua da Carioca, nesse tempo ainda pouco edificada. Esta rua conduzia a uma grande área rectangular, despovoada, *retalhada* (o grypho é nosso) *por muitos charcos ou pantanos, cujos lados eram formados pelas actuaes ruas do Visconde do Rio Branco*, (antiga rua do Conde da Cunha), da Constituição (antigamente rua dos Ciganos), a face do Campo de Sanct'Anna, entre essas duas ruas e a face parallela da actual praça Tiradentes (antigo largo do Rocio), comprehendida entre as ruas da Carioca e Septe de Septembro, outr'ora rua do Cano».

Esta é a pura e grande verdade, revelada pelo imparcial sr. dr. Miguel Lemos.

De facto, em 1792, a área em questão participava das peiores condições, advindas dos pantanaes de Pedro Dias e da topographia da grande baixada ou bacia comprehendida entre os morros de Sancto Antonio, Sancta Tereza e Senado,

cujos melhoramentos foram emprehendidos desde o tempo do marquez de Lavradio, e deixavam ainda muito a desejar em tempos mais proximos de nós, apezar dos exforços da Camara, dos vice-reis e do intendente geral da Policia, Paulo Fernandes.

Esta área, constituida por terrenos particulares, pertencentes á Ordem do Carmo, só muito mais tarde pôde servir a edificações, apezar de estarem delineadas por simples carreiros as actuaes ruas do Regente e Nuncio. Alli viviam em immundos casebres os Ciganos sequestrados do resto da população, tendo em derredor de si charcos e pantanos nas depressões do terreno, onde cresciam o mangue, a tabúa — entretidos pelas aguas das chuvas e enxurradas, e pessimamente aterrados com os depositos do barro da montanha vizinha, com lixo e immundicies dos habitantes dos arredores.

Tão improprio local não podia, repetimos, servir para a espectaculosa execução planejada pelos juizes da Alçada. E isto, quando tinham elles perto parte do antigo Campo de S. Domingos ou da Lampadosa ou da Polé, melhôr preparado, onde desde 1780 havia uma feira, onde já existiam a capella da Lampadosa e o edificio público — Casa dos Passaros, — e onde desde o tempo de Bobadella as tropas faziam exercicio.

Bastava a existencia de um braço dos mangues de São Diogo na vizinhança, para explicar a continuação desses charcos ou pantanos, na área entre as ruas hoje Visconde do Rio Branco e Constituição. Eis como a tal respeito se exprime o erudito dr. Azevedo Pimentel: «neste mangal se intromettia um braço de mar com tres subdivisões: uma na direcção de Catumbí, outra na do actual Rio Comprido e a outra no pantanal de Pedro Dias. Esta última prolongava-se entre as ruas do Senado e Visconde do Rio Branco, communicava-se com a lagôa da Sentinella, situada no poncto de intersecção da rua *do Conde* (hoje do Conde d'Eu) e recebia os cursos d'agua do monte de Sancta Tereza, pela actual ladeira de Monte Alegre e rua Silva Manuel, e do morro de Sancto Antonio pela travessa da Barreira».

Tudo isto é perfeitamente provado pela simples inspecção do mappa do Rio de Janeiro, gravado em 1812 na Im-

prensa Régia. Este braço do mangal passava perto da actual egreja de Sancto Antonio dos Pobres, e eram de tal natureza esses terrenos, mal aterrados e sem drenagem alguma, que em noite de grandes chuvas desabou o frontespicio da egreja dessa invocação, construida por um negociante alcunhado — o *Panella*.

Em 12 de Outubro de 1793, para o desembargador José Martins Costa foram pela Camara arruadas 138 braças para muro na rua Nova de S. Lourenço (Invalidos) *que de uma parte confrontam com a ponte que mandou fazer o Senado* na mesma rua, NA VALLA, que dá extracção ás aguas dos brejos do guarda-mór Fernando Dias Paes Leme da Camara, etc.

Em 15 de Janeiro de 1794, concedia ainda o Senado a Jacintho Ferreira de Paiva 38 braças com arruação da mesma rua de S. Lourenço entre a casa do canto, em que está edificado o oratorio do dicto sancto, e a VALLA determinada *pelo Senado* para *exgôtto das aguas daquelle logar*. Tortuosa e sem declive, obstruida pelo lixo e barro das montanhas, essa valla não podendo dar vasão á agua das enxurradas lançava a superabundancia dellas nos terrenos da vizinhança, os quaes não tendo nivel adequado despejavam parte na valla da cidade, correndo pelas ruas da Carioca e Cano e retinham o restante, constituindo os célebres charcos do Campo de S. Domingos, causa de grande número de molestias de fundo palustre, perfeitamente descriptas na — Correspondencia, como adeante veremos, do conde de Resende (1796).

Apezar de alguns melhoramentos postos em práctica, ainda em nossos dias as inundações davam-se no local em questão. Tractando, em seu importante relatorio de 1868, dos exgottos da cidade, assim se exprimia o illustrado barão do Lavradio: « a segunda valla, partindo do fundo dos quintaes da rua dos Invalidos, entre as dos Invalidos e Riachuelo (Matacavallos), atravessava aquella rua na proximidade da rua dos Invalidos, para ganhar os fundos das casas desta, costeando o morro respectivo; e ao chegar á rua do Senado, passava por baixo do seu sólo, para, junctando-se a um braço que seguia da rua dos Invalidos, pelo lado da matriz de Sancto Antonio e fundos da rua do Senado pelo lado direito, ganhar o

das casas da rua Conde d'Eu, que por sua vez era por ella transposta, proximo á emboccadura do Campo da Acclamação. D'ahi seguia a ganhar as ruas do Areal, Formosa e Flores. Nesse immenso trajecto, cheio de voltas e tortuosidades e diverso nivel, difficultando já o curso das aguas, accrescia que em todo o seu trajecto era o escoamento retardado pelas represas amiudadas, formadas por montes de lixo e immundicies de todo o genero, o que impossibilitava a vasão prompta das successivas e enormes massas d'agua, provenientes dos predios assentados em toda a grande área por ella percorrida, de parte dos morros de Sancta Tereza, Neves, Paula Mattos. Barreira e ainda mais das ruas do Lavradio, Senado, *Conde* e *outras*.

Estas aguas eram-lhe despejadas por várias emboccaduras, das quaes as principaes tinham o seu assento na rua do Resende, proximo á dos Invalidos, nesta rua juncto á matriz de Sancto Antonio, no campo em *frente á rua da Constituição*, proximo ao antigo quartel de cavallaria, e na rua do Areal. Era tambem nestes ponctos, para os quaes affluia maior quantidade d'agua, que por occasião das chuvas torrenciaes, sobretudo as que caem durante as trovoadas de Nordeste no verão, maiores inundações se notavam, chegando ás vezes as aguas á altura de tres, quatro e mesmo cinco pés».

Ora, si isto se dava em tempos de maior progresso e desenvolvimento material, que não aconteceria em 1792, quando não havia calçamentos regulares, e as aguas ficavam empoçadas pela obstrucção dos esterquilinios, os quaes pululavam nesta cidade ainda em fins do seculo XVIII e primeiros quarteis do seculo XIX ?

Logo depois das célebres Aguas do Monte, o govêrno do principe regente encarregou o engenheiro João Manuel da Silva de estudar o regime das aguas meteoricas. Em observancia, escreveu Silva detalhada memoria accompanhada de um mappa com o titulo — *Plano para se evitar os grandes estragos e ruinas que causam as copiosas e abundantes chuvas*. Este profissional, que não era como alguem suppoz um *quidam*, fôra o constructor do theatro de S. João, havia sido governador de Moçambique e chegou a occupar os cargos

de inspector do Real Corpo de Engenheiros e director do Real Archivo Militar.

Dêsse, aliás raro, trabalho fez o illustre hygienista o dr. Pires de Almeida um consciencioso extracto, publicado em 1894, no *Jornal do Commercio.* Da leitura e comparação do que disse o engenheiro Silva e o que havemos lido com referencia á questão de aguas pluviaes, resulta-nos a convicção de não ter sido possivel a execução do Tiradentes no local ha pouco tempo desapropriado, constituido, como muito bem disse o illustrado dr. Miguel Lemos, *por muitos charcos ou pantanos.*

Si nos fôsse possivel obter o mappa, que, segundo é fama, Bento Sanches Dorta levantou, servindo-se do plano de fortificações do brigadeiro Funks, accrescentando até 1788 os augmentos das edificações desta cidade, ou a *Charta do Rio de Janeiro,* enviada pelo conde de Resende para Lisboa (conforme lemos nas *Publicações do Archivo Publico*), como prova de habilitações de seu filho d. José, alumno da Aula militar, talvez vissemos confirmadas todas as nossas humildes opiniões.

Encontramos, porém, na *Chronica Geral e Minuciosa do Imperio do Brasil,* do dr. Mello Moraes pae, a planta feita por ordem do conde de Resende, em 1796, pelo engenheiro José Corrêa Rangel de Bulhões e annexa a uma memoria com relação á abertura das ruas de S. Lourenço e Senado e outros melhoramentos relativos ao enxugo dos pantanos dessa localidade. No plano vemos as condições das terras entre Matacavallos e rua Nova do Conde da Cunha, cortadas de vallas, charcos e pantanos, ainda por aterrar. Nelle o espaço entre as ruas do Visconde do Rio Branco e Constituição tem a legenda *Campo da Alampadoza,* figurando como uma grande praça *livre e desobstruida*: mas devemos ponderar que isto figura como um accessorio, e que o engenheiro só tinha de dar minucias sôbre os ponctos, cujo estudo e exame o vice-rei pedia.

De memoria ou descripção consta o papel que, em 1789, apresentava o juiz de fóra Balthasar Lisboa no intuito de sempre embaraçar os projectos de Luiz de Vasconcellos e proteger o amigo e célebre demandista desembargador José

Martins da Costa, cujas tricas Bulhões descreve perfeitamente.

Com referencia aos bons intuitos do conde de Resende de sanear esta parte da cidade, embaraçados pela propria Relação, cujos membros, amigos de Costa, deram ganho de causa a este por possuir alli uma fábrica de anil e embargaram a abertura da rua do Senado, tivemos a felicidade de encontrar um documento do vice-rei, datado de 10 de Março de 1796, pelo qual podemos conhecer o que seria essa parte do Campo de São Domingos em 1792.

E' cópia de uma charta dirigida ao ministro Luiz Pinto de Sousa, em a qual o vice-rei communica haver sustado a acção de embargos, acceita pela Relação em favor do desembargador Costa. Esse tribunal chegava até a negar ao Senado competencia para abrir ruas ! Faz parte da numerosa collecção de documentos ineditos, copiados do Archivo Publico, annexos ao importante trabalho do illustrado sr. dr. Felisbello Freire — *Historia da Cidade do Rio de Janeiro*, ora sujeita ao juizo do Instituto Historico, a pedido do sr. prefeito do Districto Federal. E' uma longa exposição de Resende, extensa e minuciosa. Pelo dr. Felisbello foi-nos cavalheirosamente concedida permissão para extractar dêsse documento o de que haviamos mistér.

Tractando de historiar a questão, diz o vice-rei: — «Sem duvida que os primeiros povoadores desta cidade traçaram em seu damno e da posteridade a construcção da mesma cidade em um plano pantanoso, dominado de quatro oiteiros que suspendem o impulso com que os ventos abalariam a atmosphera engrossada com os vapores que se levantam da mesma atmosphera por sua natureza humida. Não remediará agora este mal facilmente a Arte; póde com tudo desviar aquelle que o vem redobrar das extremidades da cidade, *ou daquelles baixos a que, a mesma já hoje se estende*, como acontece ainda pelos restos de um pantano alagadiço nos fundos das casas situadas no *Campo de S. Domingos*... o qual (pantano) conserva alguns charcos que são outras tantas caldeiras, que, abrasadas pela ardencia do sul, espalham *na vizinhança* e por toda cidade as suas pestilenciaes evaporações».

Que Campo de S. Domingos e vizinhanças serão estes, sinão a mesma área descripta pelo sr. Miguel Lemos *retalhada por muitos charcos ou pantanos*?

Deante do exposto e amparado pelo prestigio do illustre homem de letras, a quem tanto deve a memoria de Joaquim José da Silva Xavier, seja-nos licito, pela última vez, dizer que o heroico inconfidente foi sacrificado na parte do antigo Campo de S. Domingos ou Campo da Lampadosa ou da Polé, que ia até os fundos das casas da rua dos Ferradores (Alfandega). E é exactamente a essa parte, e não *á outra*, que os chronistas se referem, sem ser preciso mudar o sentido das palavras.

Si estamos em êrro — appellaremos para o futuro. — Elle decidirá.

Estas simples notas foram o pequeno tributo que nossas fracas fôrças permittiram dar, por occasião da grandiosa festa civica, dedicada a Silva Xavier, cujo nóme prezamos desde a nossa meninice.

11 de Junho de 1902.

---

# RUA NOVA DO OUVIDOR

Enquanto o mestre perlustrando vai, no *Correio da Manhã*, em scintillantes folhetins, escrevendo as memorias da antiga rua de Aleixo Manuel, algo diremos sôbre as velharias da travessa, que com ser modesta e obscura em seus principios, tambem faz, em nossos dias, *o seu pé de alferes*. Bem certo é o annexim: pão com um pedaço é pão e meio, ainda que este seja de rála e aquelle da melhor farinha.

Sôbre esta via de communicação, que partindo da antiga rua do Carmo ia terminar na antiga do Ouvidor, no trecho conhecido tambem pelo nome de rua do Guedêlha, pouco ou quasi nada referem os chronistas.

O mappa apresentado ao marquez de Lavradio pelo brigadeiro Roscio della não faz menção; entretanto muito antes de 1769 já estava arruada, tendo tido diversos nomes.

Segundo o cadastro feito no Erario, para em 1808 proceder-se á cobrança do imposto predial, contavam-se, na travessa em questão, 18 casas do lado direito e 19 do esquerdo. No ról da numeração das casas da cidade, organizado em 1878 pela Camara, verificámos existirem ainda, 37 predios, sendo 20 de um andar, quatro de dous pavimentos e 13 terreos.

Indica isto que, por occasião da vinda da Familia Real, já a travessa do Ouvidor estava constituida como actualmente. Do que seriam as construcções antigas dá-nos perfeita idéa o sobradinho n. 6, com suas janellas de grades de páo, actualmente condemnado pela Inspectoria de Hygiene. Eram casas terreas, pequenas habitações, lojas occupadas por modestos negocios e algumas quitandeiras, das quaes, em nossos dias, era genuina representante a tia Leopoldina.

Contra essas quintandas em vão protestaram os bispos Guadalupe e Desterro, que em suas pastoraes as consideravam offensivas dos bons costumes, porque nellas, além do mais, se dançava o samba e o cateretê. Entretanto, em obra notavel do general Couto de Magalhães, vemos que o proprio Anchieta para agradar aos Indios introduzira, nas procissões, o classico cateretê e para elles, até, compuzera versos.

Sôbre factos importantes, occorridos na travessa, objecto das presentes notas, apenas o dr. Moreira de Azevedo menciona a prisão, em um sobradinho, do famigerado salteador Pedro Hispanhol, levada a effeito pelo energico inspector de quarteirão o cidadão Antonio Luiz Pereira de Araujo, estabelecido, por muitos annos, na rua do Carmo, em frente aos fundos da Ucharia.

Nos principios do seculo XVIII já estava ella constituida e tinha o nome de *rua Nova*; é o que podemos deprehender de uma escriptura de hypotheca (1716), em que o fiador João da Silva Cordeiro deu como garantia uma casa na rua do Cano, partindo com chãos de sua sogra por um lado, e pelo outro fazendo canto pela *rua Nova*, que vai saïr fronteira ás casas de José de Sousa Barros. Este foi fundador da egreja do Bom Jesus e benfeitor da Misericordia, e residia, como veremos, na hoje rua Moreira Cesar, onde, pouco mais ou menos, está a *Gazeta de Noticias* e juncto ás casas per-

tencentes aos viscondes de Asseca. Este ricaço deixou a seu compadre Manuel de Moura Brito a grande chacara, juncto á Barreira de Sancto Antonio ou Barreira do Povo; e no testamento, com que falleceu em 27 de Abril de 1722, ordenou fôssem celebradas por sua alma cêrca de quatorze mil missas simples, não contando responsos, officios de corpo presente, exequias, mementos e missas da Rainha Sancta!

Mencionando seus predios, disse possuir «uma morada de casas terreas de pedra e cal, *em que moro*, e outras na rua do Rosario em que mora meu compadre Francisco de Faria, e metade de umas casas velhas que foram de Cosme da Guarda, *no canto fronteiro* ás em que vivo, que arrematei em praça, e mais tres braças de chão com fronteira de pedra e cal e um pedaço de parede, que partem de uma banda com os fundos das casas em que tenho a metade e da outra com quem de direito, os quaes chãos comprei a Manuel Freire Allemão».

Em 1736 estes terrenos comprados a Freire Allemão foram aforados pela Misericordia, herdeira de Sousa Barros, a Agostinho da Silva; eram sitos na *rua Nova*, defronte do padre Roque da Cunha Campos, e é por isso que, em escripturas do tempo, a travessa do Ouvidor foi conhecida pela rua do Padre Roque. E' sabido como em nossos dias pretenderam dar á *rua Nova* o nome de Cabo Roque, cuja individualidade se liga á campanha de Canudos, brilhantemente narrada pelo emerito sr. dr. Aristides Milton. Pois bem, hoje ella não é nem do Padre Roque nem do Cabo Roque.

Quizeram dar-lhe o nome de Guttemberg, o immortal inventor da Imprensa; mas a idéa não calhou, e a velha travessa fez timbre em conservar o seu nome de Ouvidor.

Porque não a chamariam antes de Isidoro da Fonseca, o primeiro que no tempo de Gomes Freire de Andrade montou, no Rio de Janeiro, typographia, que foi mandada destruir pelo Govêrno da metropole, sendo os compositores, que não obedecessem á ordem, perseguidos como moedeiros falsos?

Quem sabe si não seria mesmo, na antiga *rua Nova*, a séde dessa primeira tenda de trabalho? Isto é apenas questão

de *palpite*, que deixamos aos cuidados de futuros excavadores.

Teve tambem o nome de rua das Flores, ou porque houvesse nella alguma chacara destinada á Floricultura, como em nossos dias o foi a do Cégo, na rua do Nuncio, ou porque ahi morassem pessoas de familia por alcunha *Flores*, ou porque ahi residissem donas e donzellas, as quaes por sua belleza se tornassem dignas desse epitheto. Nada pudemos averiguar; mas é certo esse titulo, porquanto no testamento do padre José da Fonseca Corrêa legou este, em 4 de Junho de 1745, á Ordem da Penitencia, duas pequenas casas na rua Nova do Ouvidor, antiga das Flores, com o encargo de tres missas annuaes. Em 1881, a Ordem demoliu as duas casas e por 17:000$ edificou um sobrado (n. 7), o qual ainda hoje pertence a esta benemerita instituição.

No tombo da Repartição de Caridade, annexa á Irmandade do SS. Sacramento da Candelaria, consta o testamento de Belchior Soares de Aguiar, legando casas terreas na rua das Flores, ficando, diz o illustrado dr. Marques Pinheiro, para morada de Florinda, Teresa e Bernardina crioula e Maria mulata, sendo administradora do legado, Florinda. As legatarias substituiram-se, passando pelo fallecimento da última á Repartição de Caridade. Seriam ellas as *flores*, que deram nome á rua ? Perdemos a esperança de sabê-lo, porque o mesmo dr. Pinheiro declara não ter mais esclarecimentos sôbre esse predio.

E quando elle não conhece, ninguem mais poderá conseguir.

Desde quando, porém, subsistiu o nome que, ainda hoje, conserva a antiga rua das Flores ?

Será como pretendeu Macedo nas suas *Memorias*, desde 1780 ?

Responderemos: no livro 1º da receita e despesa do Hospital dos Lazaros, entre as differentes quotas que pagavam os moradores da cidade e do reconcavo, lemos, ha alguns annos, os nomes de individuos residentes na rua do Ouvidor, em annos anteriores a 1780.

Como é sabido, por ordem de 2 de Novembro de 1745 mandou-se dar para aposentadoria dos ouvidores as casas

que foram de José de Andrade, sitas na rua da Cruz (Ouvidor e hoje Moreira Cesar), acima da travessa do Sucussará (Quitanda). Até então, pela provisão de 9 de Junho de 1720 a Camara contribuia com 40$ para a referida aposentadoria ou residencia dêsses magistrados. O mais curioso é que o Govêrno não dispensou a Edilidade (dando as casas de Andrade) dos 40$ que continuaram a passar da Camara para os cofres da Fazenda Real! O primeiro ouvidor que morou nesse predio, ainda hoje proprio nacional, foi o dr. Manuel Amaro Penna de Mesquita Pinto, e não como erroneamente dizem, Francisco Antonio Berquó de Oliveira Pereira, que tomou posse do cargo em 30 de Abril de 1747. Até 1780 residiram ahi os ouvidores Manuel Monteiro de Vasconcellos, que presidiu á segunda medição da sesmaria da Camara, Marcellino Rodrigues Collaço, Alexandre Nunes Leal, Antonio Pinheiro Amado e Francisco Luiz Alvares da Rocha, o qual mais tarde, como desembargador, serviu de escrivão da Alçada, que julgou os réos da Inconfidencia Mineira.

Não querendo entrar no estudo dessa magistratura, diremos que houve no Rio de Janeiro, tres séries de ouvidores: os nomeados pelos governadores, os promovidos pelo rei, os quaes tinham jurisdicção nas capitanias do Rio, Espirito Sancto, S. Vicente e Minas (mais tarde), e os privativos do Rio de Janeiro. Estes continuaram a existir depois de estabelecida a Relação do Rio de Janeiro, onde tinham assento dous desembargadores: um ouvidor geral do crime e outro do civel. E' digno de ler-se o regimento dado pelo Govêrno ao ouvidor Manuel Dias Raposo, impresso no *Archivo Municipal* (anno de 1895). Lemos algures que um viajante francez, querendo explicar a origem da palavra ouvidor, dada á rua, fazia derivar de *Or* (ouro); porque, dizia, as enxurradas, que corriam das serras da Tijuca depositavam sôbre o calçamento palhetas dêsse metal que eram apanhadas pelos escravos! Oh! si assim fôra, não haveria hoje tanta quebradeira! Mas deixemos tudo isto ao dominio dos alfarrabios e contemplemos, rapidamente, os progressos da rua Nova do Ouvidor nestes ultimos 40 annos. Nella residiu o valente hercules portuguez, o sapateiro Francisco Pinto No-

gueira, que em combate singular venceu os célebres athletas Charles, Bataglia e Parodi.

Parece que o exemplo dêste homem, notavel pela fôrça physica, deu novo alento e communicou á rua exemplo digno de imitar. Despiu-se ella das velhas roupas, novas construcções foram se levantando, e a antiga rua das Flores foi pouco a pouco accompanhando a celebridade de sua homonyma, cujas casas ainda nos principios do seculo passado tinham ridiculo valor.

Com a morte do *Chora Vinagre*, assassinado na rua do Cotovello, terminou o immundo depósito de seccos e molhados.

Quem se não lembra de mme. Besse, a primeira introductora de machinas de costura, e da cervejaria Maurin?

A industria, o commercio, as sciencias, artes e letras têm encontrado nesta rua guarida em predios, que mais tarde serão considerados historicos: a casa Clark, fundada em 1842 e hoje transferida para o canto, onde foi outr'óra a loja do Claude e mais tarde se ergueu o sobrado de dous andares, em que esteve o Hotel de la Paix. Na entrada lá está a figura do Propheta, que por muitos annos se ostentara na rua do Ouvidor, em frente do grande estabelecimento fundado por Mailleardin, continuado por João Poey e Estoueigt.

O Propheta que assistiu aos prestitos carnavalescos, resistiu á chuva de pedra, viu a passagem dos voluntarios e tudo quanto de notavel houve no Rio de Janeiro, reduzido ao papel de porteiro, tendo ainda na mão a lanterna que outr'ora servira de pharol!

Quantas recordações ao contemplar o porte magestoso do protagonista da opera de Meyerbeer! Felizmente está elle bem conservado e ainda não foi victimado pelos gatunos, que lhe podiam ter roubado a corôa, pensando ser de ouro.

Já não existem as fábricas de aguas gazosas do Fabron e do Paiva, os hoteis Rocher de Cancale e do Pereira, nem a officina de caixões para entêrro dos Inglezes; mas em compensação lá está a Gruta Bahiana, verdadeiro e genuino representante da cozinha brasileira. Tambem desappareceu a antiga cocheira de Joaquim Caetano para dar logar a

outro estabelecimento. Subsiste a antiga lithographia de Pereira Braga.

Alli, naquelle predio de paredes derrocadas, esteve a typographia Montenegro, onde por muitos annos foi impresso o *Apostolo*, cujo redactor o conego Ferreira, illustre e virtuoso sacerdote, obedecia ao lemma de Pio IX — *Clama, clama itaque, ne cesses*. Lá, funcciona em casa apropriada o Club de Engenharia, onde se reunem os eminentes representantes das sciencias exactas.

Acolá, na casa da velha d. Flavia, é o escriptorio da redacção da *Universal*, importante revista que vai com vento em pôpa, graças á direcção do *Dantas da Republica* (nos abraços). Do outro lado foi a séde da *Revista Brasileira*, infelizmente suspensa, e cujos dignos redactores caïram, repetindo com o poeta — *vencidos não, mas de vencer cançados*.

Foi, segundo pensamos, d'ahi que se originou a idéa da fundação da Academia de Letras. Nesse outro sobrado esteve por muito tempo o Apostolado Positivista, fundado pelos operosos e persistentes filhos de Augusto Comte, os quaes só abandonaram a primitiva séde, quando puderam levantar o templo da rua Benjamin Constant.

Para a rua Nova do Ouvidor enviam prolongamentos os conceituados orgãos da imprensa: o *Jornal do Commercio* e *O Paiz*, e nessa rua teve redacção o jornal *Tribuna Liberal*. No canto da rua do Ouvidor lado par, em 1880, esteve o célebre alfaiate Farrouch. No primeiro pavimento, sala da frente, estava estabelecida *A Nova Semana Illustrada*, de propriedade de Henrique Fleiuss, tendo apenas durado mezes essa publicação. Mais tarde passou-se para uma sala menor, janellas para a rua Nova, e ahi estabeleceu escriptorio de trabalhos artisticos. Foi a sala da frente occupada por um club abolicionista, onde diariamente se reuniam Joaquim Nabuco, Joaquim Serra, André Rebouças e muitos outros paladinos da abolição.

Nos fundos dêsse primeiro andar esteve durante annos a Sociedade Franceza de Beneficencia. Sentimos não ter espaço para condignamente commemorar tantas gloriosas tradições ligadas á rua Nova do Ouvidor.

Foi das Flores, e com flores fez-se alli a emancipação dos escravos muito antes da lei aurea de 13 de Maio. Como é sabido, desde 1885 não houve mais escravos nesta rua, e por isso cabe-lhe a primazia dessa iniciativa. Illuminação, fogos de Bengala, bandas de musica, discursos do Patrocinio e do Clapp. Quem quizer saber disto com todas as minucias é recorrer ao velho Basilio, o decano da localidade, emerito fabricante de cartólas, o qual, em honra ao progresso da rua Nova do Ouvidor, em seu estabelecimento acabou com as antigas janellinhas de rotula que, ainda ha tempos, nos lembravam o balcão da residencia do dr. Bartholo, no primeiro acto do *Barbeiro de Sevilha* !

17 de Junho de 1902.

---

## LARANJEIRAS

Quem te viu e quem te vê, formoso rio sagrado desta terra, o qual, na phrase de Rocha Pitta, tinha o privilegio de dar ás damas mimosos carões e aos cantores vozes mellifluas e arrebatadoras !

Beijando os pés das primitivas tabas tamoias, ensombrado pelos altivos jequitibás e corpulentos jacarandás, sôbre tuas caudalosas aguas déste passagem ás ligeiras canôas dos nossos primeiros povoadores, que traziam ao mercado da nascente cidade os productos da pequena lavoura !

Testimunha dos gloriosos feitos, narrados por frei Vicente do Salvador, assististe á derrota de intrusos extrangeiros e á fuga dos companheiros de Villegagnon.

Teu nome constantemente celebrado nas chartas dos discipulos de Loyola figura nos primeiros foraes, dados ao Rio de Janeiro.

Manancial de lympha cristallina, saciaste a sêde de destemidos nautas, que aqui aportaram. Perto de tua fóz, foi construida a célebre *Casa de pedra*, que serviu de pousada ao escriptor Lery, mais tarde ao primeiro juiz ordinario Pedro Martins Namorado, e destruida pelo embate das ondas, no tempo do sapateiro Sebastião Gonçalves.

Quantos annos, quantos sacrificios, quanta somma de dinheiro afim de encanar tuas aguas para o abastecimento da cidade até o *Largo*, que por milagre conserva o teu nome, que ainda não foi mudado para o de algum João Ninguem ! Dellas o visionario Tiradentes pretendeu aproveitar-se para a construcção de moinhos collocados em tuas nascentes. Nas occasiões das grandes enxurradas, saïas do teu leito de alvas pedras e inundavas as cercanias do Cattete e do Campo das Pitangas ! Fizeram-te o elogio Gabriel Soares, Jaboatão, Vasconcellos, Sancta Maria, Pizarro, B. Lisboa, Fernandes Pinheiro e tantos outros historiographos, e foste cantado por poetas e trovadores.

Juncto de tuas margens edificou sua casa de recreio o célebre governador dr. Antonio de Salema, e mais além possuiu conhecida olaria outro governador — Martim de Sá. E hoje ? Receptaculo de immundicies, vivenda de microbios, espelunca de ratazanas, valla nojenta de esboroadas margens, patenteando em tudo a desidia dos ingratos filhos, a quem déste o nome ! E's peior que o *Banana Podre* — oh ! legendario Nilo dêste torrão ! Porque — tão baixo caïste — famoso *Carioca* ? Como pretender tractar das antiguidades do vetusto valle, constituido hoje em bello e opulento arrabalde e sem fallar de ti, do teu passado ? E's victima do eterno *ceci tuera celà*. Consola-te; mataram-te, mas em compensação, velho e alquebrado, assistes silencioso ao progresso da tua cidade, que viste nascer e vai *crescendo* e *crescendo* sempre !

Sem aprofundar a origem etymologica da palavra *Carioca*, sôbre a qual os auctores divergem: — ou provenha de casa dos karis, tribu dos Tamoios, como quer Lery, ou de agua corrente de pedra (Pizarro), — casa da fonte (Martius), — casa do branco (Varnhagen), — agua corrente de pedra (Fernandes Pinheiro), corrente saïda do matto ou do monte, — casa da corrente do matto (Valle Cabral), citaremos a «carioca o mesmo que *carió* ou *cariyó* — *cariboc*, *cari-uoc*, descendente do branco, procedente do europeu, o mixtiço de procedencia do branco. Póde tambem ser *cari-oca*, casa do branco». O pranteado Couto de Magalhães nunca dizia Cariocas, — mas sim os *Caribocas*.

Muito antes da transferencia desta cidade do morro de S. João ou *Cara de Cão* para o morro hoje do Castello, já o bairro, objecto dêstes aponctamentos, escriptos para satisfazer a illustre amigo nosso, era procurado pelos companheiros de Estacio de Sá. Este, doando a primeira sesmaria para patrimonio do *Concelho*, escolheu para começo della a praia da ribeira da Carioca, dando posse ao procurador da Camara, João Prosse.

Muito antes de 1567, o mesmo governador concedia terras no sitio da Carioca e ao longo da praia de Leripe, comprehendida entre os actuaes morros da Gloria e da Viuva, este assim denominado por ser possuido em tempos muito posteriores por d. Joaquina Figueiredo Pereira de Barros, viuva de Joaquim José Gomes de Barros.

Isto é cabalmente provado pela lista das primeiras sesmarias dada á imprensa na *Revista do Instituto Historico*, 1ª parte do anno de 1900, e tirada por Pizarro dos cartorios dos respectivos tabelliães.

O actual bairro das Laranjeiras faz parte do grande valle do Carioca ou do Cattete, cujos limites, como é sabido, são : os morros da Viuva, do Bastos, do Conde d'Eu, costão das montanhas das Laranjeiras, Corcovado, D. Martha, Pedreira da Gloria, do Quintanilha, a da Candelaria, o morro do Pinheiro, do dentista Carvalho, o morro da Gloria, o do Barão de Monserrate, terminando no morro do Sisson.

Confessa o dr. Mello Moraes não lhe ter sido possivel, nas investigações que fez, saber quem fôsse essa senhora, que deu nome ao penhasco das Laranjeiras e Cosme Velho. Quanto a nós, tracta-se de d. Martha Antunes, benfeitora da Misericordia, rica proprietaria que deu o nome a uma rua do Rio de Janeiro, conforme lemos em uma antiga escriptura, pertencente ao archivo do Rosario.

Cumpre aqui refutar a opinião dêsse illustre historiographo, quanto ao nome de Cosme Velho. Segundo M. Moraes — « *em tempos remotos, morava, alli, um velho chamado Cosme, e como era morador antigo, para se discriminar as localidades, ficou o fim do caminho das Laranjeiras com a denominação de Cosme Velho* ». Isto não nos parece exacto; tracta-se de

Cosme Velho Pereira, que viveu nos principios do seculo XVIII, foi negociante na rua Direita, proprietario de terrenos juncto ao Carioca e exerceu o cargo de juiz da Irmandade de São José, da qual foi grande benfeitor, doando-lhe um orgão, que foi em 1860 substituido pelo actual, que custou seis contos de réis.

A existencia de um rio perfeitamente navegavel explica bem a expansão territorial do Rio de Janeiro, desde 1660. Prova-o o livro mais antigo da Edilidade, que tem por titulo — *Aforamentos da Camara*. Toda esta extensão (Valla das Laranjeiras), diz Innocencio Maciel, foi dividida em grandes sesmarias, das quaes a menor tinha 100 braças de testada e a maior 600. Conseguintemente, accrescenta o antigo *contador*, todo este logar é foreiro, sem excepção de um só palmo; é talvez o logar que está mais *regular nos seus assentos — perfeitamente reconhecidos como foreiros*.

Quando se tractou de aproveitar as aguas do Carioca, a Camara suspendeu a concessão de terrenos, nas margens do antigo rio, pelo damno que causavam os moradores á pureza das aguas.

Seja-nos licito citar os nomes dos antigos povoadores do hoje opulento arrabalde, os quaes primeiro souberam aproveitar-se das vantagens do solo: Estevão Gomes Coutinho, Antonio Francisco, Christovam Mendes, Amador Jorge, Manuel Caldeira, Manuel Gomes Bravo, Gonçalo de Barros, Balthazar Coutinho, Salvador Peixoto, Manuel Fernandes Baldaia, Francisco Viegas, Francisco Gomes, Pedro Pina, Francisco Machado, Alvaro Pires, Francisco Fernandes Godinho, Francisco de Pina, Antonio de Almeida, Amaro de Barros Pereira, Francisco Ramires, João Migueis, Amaro Simões, João de Sousa, Mathias de Almeida e muitos outros, sendo para notar o aforamento, que lemos no *Archivo Municipal*, dado a Dio Fernandes, tambor! Muito conceituados deviam ser os tambores daquelle tempo, para obterem 150 braças de terras concedidas mediante ridiculo fôro ou quasi de mão beijada!

Salvo melhor juizo, pensamos que todos ou alguns dêstes *homens bons* cultivavam laranjeiras, e d'ahi o nome por que foi e é, ainda hoje, conhecido o antigo bairro do Carioca. *Se*

*non é vero é bene trovato*, como dizem os italianos. A idéa dos moinhos, apresentada em 1788 á Camara pelo Tiradentes, não era nova, pois já em 1576 a marqueza Ferreira, viuva do Christovam Monteiro, teve nas terras do Carioca casa com roça de legumes e um moinho de vento para arroz e milho ; depois ficou conhecido pela denominação de Moinho Velho. Esta fazenda, que a marqueza herdara de seu marido, passou a Maria Soares, dona viuva, em 17 de Agosto de 1610 (Mello Moraes). Entre parenthese, Christovam Monteiro foi o primeiro ouvidor do Rio de Janeiro, por nomeação de Mem de Sá. Foi grande benfeitor dos Jesuitas, bem como a marqueza, que a elles legaram terras em Sancta Cruz, sendo secundados por seu filho Irineu Monteiro, si não nos falha a memoria.

Parece que as primitivas sesmarias tinham a testada na praia, por onde se fazia a communicação da cidade para Botafogo. E' o que podemos deprehender da charta passada em 3 de Septembro de 1606 a Sebastião Gonçalves ; de sorte que a estrada chamada do Cattete foi aberta muito mais tarde. Na medição da primeira sesmaria da Camara nestas localidades, em 1667, só se mencionam pequenos caminhos: *um que está defronte da olaria* de Joanna Coutinho, outro para a olaria de Domingos Coelho. Já na segunda medição (1753) o rumo atravessou terras entre a *praia e estrada, chamada do Cattete, até que se chegou a esta* com quinhentas e sessenta braças e *proseguindo, atravessada a dita* ESTRADA, *se chegou á que della vai para a pedreira.*

Esta última julgamos ser a actual rua Pedro Americo.

Até 1831 o actual bairro das Laranjeiras fazia parte da freguezia de S. José; mas por decreto de 9 de Agosto dêsse anno foi creada a nova parochia de Nossa Senhora da Gloria, cujos limites foram marcados pelo decreto de 30 de Outubro do mesmo anno. Até então só existiam duas capellas : uma muito antiga na rua Conselheiro Pereira da Silva com a invocação de Nossa Senhora dos Prazeres, citada nas pastoraes dos antigos bispos e possuida em 1835 por Antonio Joaquim Pereira de Nolasco, sargento-mór e juiz de paz de S. José, (3° districto) ; e outra construida em 1720, pertencente depois á casa da rainha Carlota Joaquina, nos chãos do predio n. 9

da actual rua Conselheiro Delamare, e foi comprada em praça por Antonio José de Castro e sua mulher d. Leonarda Angelica de Castro, na execução que o Banco do Brasil promoveu á rainha de Portugal d. Maria II. Esta segunda capella foi adquirida pela Irmandade do Sacramento da Gloria, e nella esteve provisoriamente a séde da parochia, durante as obras da nova egreja. Tudo isto póde ser, com vantagem, lido em minuciosa monographia do dr. Marques Pinheiro, impressa em 1899.

Falta-nos espaço para minudencias acêrca das antiguidades das Laranjeiras.

O largo do Machado (segundo Mello Moraes) recebeu este nome do appellido de um açougueiro, que tinha talho de carne, onde está hoje, pouco mais ou menos, a estação da «Botanical Garden». Esta praça havia sido grande lagôa entretida pelas enchentes do rio Carioca.

Nesse largo, além do templo, encontramos a Eschola Publica, erecta em terrenos de d. Maria Ignez da Cunha Marques, comprados pelo Govêrno em 1871. Os do lado opposto, conforme lemos no tombamento de Innocencio Maciel, foram possuidos pela supracitada rainha de Portugal. No centro da praça está hoje a estatua do benemerito duque de Caxias objecto de estudo prestes a apparecer, escripto pelo diligente investigador dr. Cunha Barbosa, cujos progenitores foram grandes proprietarios na zona, assumpto destes aponctamentos.

A rua Carvalho de Sá, que começa na antiga praça da Gloria, ou campo das Laranjeiras, e vai terminar na rua das Laranjeiras, hoje Conselheiro Delamare, formando um angulo recto, foi aberta em 1837, na maior parte através da chacara de Domingos Carvalho de Sá e dos terrenos possuidos por Francisco Marques Lisboa.

Grande extensão do lado impar da antiga rua das Laranjeiras pertenceu á grande chacara de Domingos Francisco de Araujo Roso e sua mulher d. Leonor Alves de Castro Roso, cujos descendentes, por vendas successivas, dividiram essa importante zona em muitas propriedades, abrindo-se nella novas ruas, hoje ornadas de magnificos predios, dando facil communicação para o Caminho Novo de Botafogo e a praça

do Cattete, ou antigo Campo das Pitangas, em cujo centro existe a estatua de José de Alencar.

Deste lado mencionaremos a antiga *rua da Rainha,* cuja bella agua era muito apreciada pela esposa de d. João VI. Sôbre esse logar ouvimos, em menino, contar umas historias de almas de outro mundo, muito parecidas com os modernos phantasmas da ladeira do Ascurra, perto da qual tem magnifica vivenda o nosso bom amigo dr. Francisco Pinto Ribeiro, em terras outr'ora do capitão-mór Manuel José de Sousa, no Cosme Velho.

No lado opposto desta rua, hoje Conselheiro Octaviano, houve um pequeno largo chamado do Boticario, por alli ter propriedade Joaquim Luiz da Silva Souto, que exercia essa profissão.

Quem não conhece o antigo caminho do Inglez, assim denominado, por ter Jorge Butaim edificado grande casa em terrenos hoje de propriedade do Estado, e onde está a Caixa d'agua?

Quem falla hoje nas Aguas Ferreas tão procuradas pelos nossos antepassados que soffriam de pobreza de sangue e não tinham á sua disposição os preparados ferruginosos, que nos vêm da Europa. Ha cêrca de septe annos vimos a fonte em completo abandono, quando alguem teve a lembrança de pedir ao Conselho Municipal aquelle logradouro para edificar um botequim. O Areal, o jardim das Laranjeiras, o morro do Pendura-Saias e o morro do Balaio ou Gongá foram perfeitamente descriptos pelo velho Mello Moraes em sua *Chronica Geral.* Já hoje ninguem canta a *Saudade do pau grande,* musica motivada por ter sido derrubado um immenso jequitibá, nos terrenos da ilha Sêcca, pertencentes ao *Piolho Viajante.*

Nada diremos sôbre os antigos caminhos do Leite e do Peixoto, pelos quaes os primitivos excursionistas subiam ao Corcovado. Hoje os modernos o fazem pelo caminho de ferro, cuja estação está perto de terrenos do velho Francisco Nogueira da Luz.

A rua de Paisandú, antiga Sancta Tereza do Cattete, foi aberta em 1853 em terras pertencentes aos Guedes Pinto. Teve o nome actual, pela resolução da Camara de 2 de Março de

1865 ; a de Guanabara tambem o foi em 1853 através da grande chacara do Roso, da qual a entrada era na rua hoje Conselheiro Delamare; a do Ipiranga, em 1856, onde hoje reside o venerando visconde de Barbacena, que em 20 de Julho proximo commemorará o seu centesimo anniversario.

Poncto em bocca — e ao concluir repitamos com o personagem da *Nova Castro*, no acto da coroação da *misera e mesquinha* :

«Esta é a pompa, senhor, que a brevidade permittiu de tempo».

---

## VISITAÇÃO

A festa, vulgarmente dicta de Sancta Isabel, celebrada nesta cidade ha mais de tres seculos, characteriza-se, além da origem puramente religiosa, por uma feição de ordem civil-historica, ou antes do mais subido valor patriotico.

Solenniza a Egreja, no dia 2 de Julho, a visita da mãe do Messias á sua prima Isabel, esposa do sacerdote Zacarias.

Esse facto, singelamente narrado pelo evangelista São Lucas, foi dignamente estudado e commentado por doutores e letrados, que procuraram estudar o assumpto, indagando onde se realizou o acontecimento, taes como: Sancto Isidoro, Salmeron, Beda, Euthymio, S. Boaventura, Hugo, o cardeal Toledo e tantos outros. Para d. Antonio Caetano de Sousa, a visitação realizou-se em Cariatharbe ou Hebron, situada na zona occupada pela tribu de Judá, não longe de Emaús e duas leguas distante de Jerusalém.

Monsenhor Mislin, em seu trabalho *Les Saints Lieux*, visitou e descreveu os restos da casa de Zacarias, na aldeia Mar-Sakaria, nas vizinhanças de Suba (vinte e cinco leguas distante de Nazareth), bem como a fonte de puras e crystallinas aguas Ain-Karin, onde, segundo é fama, a Virgem Maria por vezes matou a sêde. Nessas paragens existe o convento de S. João, e o viajante póde contemplar a cóva em que ainda infante, foi escondido o Baptista para ser subtrahido aos furores de Herodes. Nosso illustrado compatriota

monsenhor Eduardo Christão, ha pouco tempo visitando a Palestina, teve occasião de tambem ver o acima referido e detidamente percorreu esses logares, tão cheios de sanctas recordações.

Segundo o cardeal Baronio, a festa da Visitação, instituida pela urgente necessidade que a Egreja padecia com os schismas, foi decretada pelo papa Urbano VI no último anno do seu pontificado, e logo depois approvada pelo papa Bonifacio IX. O ceremonial dessa solennidade consta da sessão 43ª do Concilio de Basiléa, que concedeu officio proprio, modificado pelos papas Pio V e Clemente VII em Maio de 1550, que a declarou festa «duplex».

Como é sabido, ao impulso vigoroso dado pelo solitario de Sagres, atiravam-se os Portuguezes ás conquistas maritimas, quebrando para sempre o encantamento do mar sem fim, do mar verde, do mar tenebroso dos geographos arabes.

Começou, então, para Portugal a edade de ouro, e a descoberta das ilhas de Porto Sancto e da Madeira foi o primeiro annel dessa cadeia não interrompida de triumphos e glorias.

Empunhou mais tarde o sceptro de d. João I o venturoso rei d. Manuel, que, por maneira notavel, determinou não fôsse perdida na memoria de seus compatriotas a grandeza de tal commettimento e servisse de protesto contra qualquer usurpação de gloria, que se intentasse practicar contra a prioridade de Portugal.

Bem avisado andou d. Manuel, porque, tempos depois, surgia a lenda do Machim, attribuindo a um certo Patrick Robert Machim o que era já patrimonio dos ousados João Gonçalves Zarco e Tristão Vaz.

Graças á má interpretação de Major, reviveu em nossos tempos a lenda do Machim, que brilhantemente combatida por eruditos escriptores ficou nullificada, perdurando todavia o protesto antecipado de d. Manuel na commemoração ligada á festa de Sancta Isabel; e é por isso que a Irmandade da Misericordia desta cidade, fiel conservadora das tradições do passado, abre no dia 2 as portas do seu templo e de seu vasto hospital, amplo alcaçar de lagrimas e soffrimentos, con-

vidando os fieis á visita dos enfermos como práctica de verdadeira caridade.

Eis como a tal respeito se exprime o auctor do 4° volume do *Agiologio Lusitano* (os tres primeiros são da lavra do licenciado Jorge Cardoso): «A festa da Visitação da Sancta Virgem, Senhora Nossa, célebre em Portugal, alcançou o felicissimo Rey d. Manuel por especial Breve da Sé Apostolica para se festejar como particular do Reino, e a este Mysterio dedicou a Sancta Casa de Misericordia de Lisboa; e este titulo têm todas as egrejas das Irmandades da Misericordia do Reino, cujo devoto Instituto se acha em todas as cidades e villas principaes delle; e para que fôsse perpetua e solennemente festejada, mandou nas Ordenações do Reino, que com procissão nesse dia celebrassem os Senados das Camaras e villas, que, com os Cabidos das Sés, cumpram todos esta Ley para testimunho perpetuo da devoção e piedade daquelle grande monarcha».

De facto, no livro I°, titulo 47, § 48, das Ordenações está consignado o seguinte: «Item, mandamos aos juizes e vereadores que em cada um anno aos dous dias do mez de Julho ordenem uma procissão solenne á honra da Visitação da Virgem».

Pelo alvará de 1516 mandou o rei fôsse sempre a procissão á Sancta Misericordia, procurando com tal intento perpetuar tambem o facto do descobrimento das ilhas de Porto Sancto e Madeira.

No capitulo 4° do Compromisso que rege a nossa Misericordia se declara ser a invocação da Irmandade — Nossa Senhora da Misericordia, e por esta causa os primeiros fundadores e ermãos tomavam para solennizar o dia, em que a Virgem Nossa Senhora, depois de conceber a Christo Redemptor, foi visitar a Sancta Isabel, usando com ella e com São João, que estava em suas entranhas, de mui particular misericordia.

Vem de molde aqui, nestas simples notas, e a proposito do Compromisso, enumerar as várias edições dessa lei fundamental, pondo em contribuição o que escreveram Pereira e Silva, Gouvêa Pinto, Innocencio da Silva, Alberto Robin, Felix Ferreira, e sôbretudo Costa Goodolphim. O primitivo,

approvado pelo alvará de 29 de Septembro de 1498, foi impresso pela primeira vez em 20 de Dezembro de 1516, sendo outra vez impresso e reformado por provisão de 19 de Maio de 1618.

Além destas edições podemos mencionar as citadas pelo illustre autor da obra *As Misericordias*: 1600 — Impressa por Antonio Alvares, infolio, de 20 folhas sem numeração. O frontespicio é ornamentado com várias figuras, vendo-se no centro a Senhora da Misericordia, cobrindo com seu manto. Nem Innocencio, nem Matos mencionam este exemplar; 1619 — Em Lisboa, por Pedro Craesbeck; 1640 — Em Lisboa, por Antonio Alvares; 1645 — Por Antonio Alvares, impressor de el-rei Nosso Senhor; 1674 — Lisboa, na officina de Francisco Villela; 1682 — Na officina de Henrique Valente de Oliveira; 1704; — Na officina de Miguel Manescal.; 1739 — Na officina de Manuel Fernandes da Costa; 1745 — Na officina de Joseph da Natividade; 1749 — Lisboa Occidental, na officina de Manuel Fernandes da Costa, impressor do Santo Officio; 1755 — Idem; 1818 — Na typographia de Bulhões.

Um dos exemplares de 1739 foi re-impresso aqui no Rio de Janeiro, na Empresa Dous de Dezembro, de Paula Brito — Imprensa da Casa Imperial.

Este curioso exemplar, que é a re-impressão do Compromisso de 1645, diz Goodolphim, tem a mais na pag. III um termo da Misericordia de Lisboa de 17 de Março de 1755.

Enganou-se, segundo pensamos, o illustre auctor; esse termo foi lavrado aqui no tempo da provedoria do marquez de Lavradio (1755), assignando com elle varios ermãos, entre os quaes se distingue Braz Carneiro Leão, negociante desta praça. Innocencio menciona as edições de 1619, 1640, 1674, 1704, 1745 e 1818. Na bibliotheca de Lisboa existem as edições de 1619, 1640, 1662, 1674, 1704, 1749 e 1818. Goodolphim possue as edições de 1619, 1640, 1645, 1662, 1704, 1745 e 1818, e o curioso exemplar de 1739.

O actual Compromisso é re-impressão do de 1739, feito na typographia de Pereira Braga & C., rua Nova do Ouvidor, 130 paginas, tendo á pag. 127 o termo lavrado no tempo de Lavradio, supprimido apenas o paragrapho 3° do capitulo 1°,

com referencia ás inquirições que se mandavam tirar da sanguinidade, para se admittirem os ermãos.

Pela leitura de grande cópia de documentos dos tempos da colonia podemos dizer que a procissão de Sancta Isabel, fundada a nossa Sancta Casa de Misericordia, foi feita sempre de conformidade com a Ordenação. Era isto a expensas da Camara e dividia-se, como ainda hoje, em duas: uma que sai da Archi-Cathedral e outra da Sancta Casa. Na primeira é conduzida pelo Illustrissimo Cabido a imagem da Virgem, e na segunda a Irmandade da Misericordia, encorporada, com sua bandeira e collegiada, vai ao encontro da procissão da Archi-Cathedral, levando a imagem de Sancta Isabel.

A reunião dos dous prestitos realiza-se juncto ao becco da Musica, chamado antigamente *Porta da Cidade*, e tambem travessa do *Administrador*, porque o prelado Matheus da Costa Alboim, que tambem foi provedor da Misericordia, residiu por algum tempo nas casas desta, legadas por Gonçalo Gonçalves (o velho) em 1620.

As duas imagens são collocadas no altar-mór, ficando a Senhora da parte do Evangelho e Sancta Isabel do lado da Epistola.

Depois das ceremonias do ritual segue-se a missa solenne cantada pelo capellão da Misericordia.

Pela leitura que havemos feito dos velhos livros, pertencentes ao archivo da Sancta Casa, graças á concessão especial dispensada pelo finado conselheiro Paulino de Sousa, podemos affirmar que nos primeiros tempos a Virgem era conduzida da Sé no Castello, e mais tarde da Candelaria, quando esta pertenceu á Misericordia por cessão de Antonio Martins da Palma, sua mulher Leonor Gonçalves, *seu genro* o capitão Alvaro de Mattos e a esposa deste, Martha da Figueira.

Quando a Cathedral esteve no Rosario, d'ahi saïa o prestito, indo sempre a Camara encorporada ao Cabido. Passando a Sé para a egreja dos Carmelitas, d'ahi era ainda conduzida a Virgem até á rua da Misericordia. Pela lei de 1° de Outubro de 1828 ficou a Camara dispensada de acompanhar a procissão, sendo ella feita a expensas do Illustrissimo Cabido.

A' festa na Misericordia assistiram sempre d. João VI e os dous imperadores, bem como os antigos governadores e vice-reis; mas, ainda que estivessem presentes os immediatos representantes do Clero, era a Camara, encorporada á Irmandade da Misericordia, quem primeiro recebia *os ductos*.

E' tambem curiosa a questão da *venia*: a Irmandade costumava ir pedi-la ao governador. A Camara julgando-se desauctorada reclamou o seu direito perante o Govêrno da Metropole, e este, pela provisão de 28 de Junho de 1748, decidiu que a *venia* devia ser pedida á Camara, porque a esta competia ordenar as procissões e festas — feitas de conformidade com a lei — a exemplo do que se practicava em Lisboa.

Em 1763 deu-se um desagradavel conflicto por occasião da festa de Sancta Isabel.

O *homem do azul*, em vez de offerecer, como era de praxe, a primeira tocha ao juiz de fóra, presidente do Senado, deu-a por engano a um dos tres membros do Govêrno interino que succedera ao conde de Bobadella, desde 1° de Janeiro de 1763. O provedor, para desculpar o descuido do serviçal, apressou-se a dar todas as satisfacções ao juiz de fóra e dirigiu-lhe delicado officio pedindo, ainda, desculpa da inadvertencia.

A unica descripção impressa em que detalhadamente se descreve a festa de Sancta Isabel é a feita por Debret na obra *Voyage Pittoresque et Historique au Brésil*. Sempre exaggerado, confundindo alhos com bugalhos, ignorando os nossos usos e costumes e a historia de nossas instituições, o eminente artista, assistindo ao *Te-Deum* em 2 de Julho de 1816 e fallando do calor devido á illuminação do templo, disse: « mais les dames doublent le plaisir d'y remédier par le jeu de l'éventail ou du mouchoir, dont les mouvements calculés prennent dans leurs mains des expressions intelligibles et variées; veritable correspondance télégraphique qui s'entretient dans cette circonstance, jusqu'a dix heures du soir » !

Segundo ainda as tradicionaes praxes do Compromisso, antes do *Te-Deum* reune-se a Mesa para receber as cedulas dos votantes, que devem escolher os 10 eleitores, os quaes, por sua vez, elegem o provedor e a Mesa. A apuração desses

10 tem logar no dia immediato, e a eleição dos primeiros funccionarios da Irmandade é effectuada no primeiro domingo seguinte.

A ceremonia da eleição no dia 2 de Julho é imponente; são dignos de ver-se: o aspecto dos ermãos revestidos dos classicos balandraus, a mesa de gosto antigo, os tinteiros de prata que servem ha muitos annos, as cadeiras de espaldar recordando os tempos antigos; tudo communica ao acto um aspecto de grandeza moral, de onde resalta o prestigio que tem sustentado a confraria por mais de 300 annos, e lhe dá, talvez, o primeiro logar entre as aggremiações congeneres de todo o mundo catholico.

Segundo lemos, antigamente antes do *Te-Deum* subia ao pulpito um dos capellães da casa e lia o balanço da receita e despesa.

Ha um preconceito popular, que é preciso desmentir: dizem que no dia 2 formavam em fileira as orphãs da Sancta Casa, e quem queria escolher esposa lá ia como quem vai comprar fazendas.

Isto é uma falsidade: de tudo quanto lemos resalta-nos a convicção de que a Misericordia sempre considerou as moças recolhidas como verdadeiras pupillas, ou antes filhas, e não como escravas. Ella *sempre* as dotou generosamente e nos pedidos de casamento *sempre* procedeu a rigorosas syndicancias.

Houve casamentos infelizes, como os tem havido em gente de alto cothurno.

A visitação do hospital era antigamente feita até ás 10 horas da noite; mas as administrações foram sabiamente restringindo o número de horas.

Ultimamente certas dependencias têm sido vedadas ás vistas do público, e isto por motivos de decoro e de conveniencia.

Ha muita gente (salvo honrosas e distinctas excepções) que alli vai por mero passeio, por ostentação, como si aquillo fôsse um convescote, onde a alegria e o prazer são permittidos. Os infelizes, amparados pelo abnegado altruismo da instituição de Contreiras não precisam da curiosidade alvar de indifferentes e egoistas; têm o direito de ao menos soffrer,

chorar e morrer tranquillos, e por isso mesmo que são os engeitados da fortuna lhes basta a protecção e a sombra das amplas dobras do manto da Sancta Misericordia, a qual os cura, allivia, conforta e consola sempre.

1° de Julho de 1902.

---

# PAÇOS E PASSOS DO CONSELHO MUNICIPAL

Até nisto somos caipóras: não podemos mostrar á Réjane o vetusto edificio do nosso *Hotel de Ville*. E a razão é simples: dizem, que tres mudanças equivalem a um incendio, e a Edilidade desta mui leal e heroica capital provou e excedeu de muito a verdade do annexim.

Mau grado honras, privilegios e prerogativas, de que gosavam os homens bons da Vereança (não eram, até, perseguidos por dividas); apezar dos titulos de *Concelho, Senado, Conselho,* e do tractamento de Illustrissima Camara, andou ella em verdadeira peregrinação e incessante fadario de Herodes para Pilatos durante quasi tres seculos e meio, occupando até predios alugados ou de favôr, deixando a extranhos o seu *habitat* e repetindo como o velho Simão de Nantua: pedra movediça não cria bôlor.

Queira Deus sejam os preparativos para o dia 14 de Julho os felizes prenuncios de que não mais terá de andar com os carregos ás costas, em busca de pousada, e seja esta a definitiva installação dos nossos edis ou antes o último *passo* dessa *via sacra*, que, começando á sombra do *cabouco do Pão de Assucar*, na phrase de Varnhagen, foi terminar para as bandas da Mãe do Bispo, no sitio antigamente conhecido por *Ilhota*.

Veste-se de galas o edificio do Conselho; foram conservados os mostradores dos relogios, um dos quaes marca as phases da lua (isto é altamente symbolico), e destruidos os dous calungas que mais pareciam as figuras do *Zé da Vestia* e do *Chico Ventosa*, para serem em boa hora substituidos pelas armas do municipio, cujo desenho foi dado não pelo

Conselho de 1896, mas pelo emerito e mui conhecido artista Bernardelli.

Não sabemos, porém, o que ficam alli fazendo os quatro evangelistas, os quaes com serem de *marmore*, já foram pintados de branco, de côr de bronze e até de verde! Deixemos isto, porém, ao distincto A. V., competente em assumptos de arte e entremos nas provas historicas da nossa these.

A primeira casa do Concelho da cidade foi edificada talvez no morro Cara de Cão. Fragil construcção de páo a pique e coberta de folhas de palmeira, foi abandonada, quando em 1567 Mem de Sá mudou o assento do Rio de Janeiro para o Castello. Todavia, alli tractaram os primeiros vereadores, tendo á sua frente o juiz ordinario Pedro Martins Namorado, de concertar planos de ataques contra Francezes e Tamoios, de tomar posse das terras concedidas para patrimonio da cidade e de assistir ao entêrro do primeiro capitão mór (Estacio de Sá), ferido no combate de 20 de Janeiro.

Uma das primeiras posturas foi contra o jogo de dados. Preveriam elles a funesta tendencia do *bicho*, que em nossos dias invadiu todos os cantos da rainha do Guanabara?

Transferida a cidade, accompanhou o Concelho a Mem de Sá, que fez construir, conforme diz Gabriel Soares, no morro casas para si, para Camara e para Cadeia juncto do local, onde mais tarde se fundou a Sé.

Feita de taipa de mão, mal pôde a casa do Concelho resistir ao tempo e já, dado o exodo da população para a vargem, os ouvidores no comêço do seculo XVII reclamavam, em correições, a transferencia della e da Cadeia para sitio mais conveniente. Para tal mistér foi escolhido local á beira da praia, juncto á ermida de S. José, e alli construida a terceira casa do Concelho, que foi terrea, conforme podemos colligir da leitura de varios documentos impressos no *Archivo Municipal*.

Não venho para aqui relatar as lamurias da nossa antiga Municipalidade, pedindo e obtendo meios muito escassos para suas obras, feitas a sopapo e a cada passo renovadas. Em 1699 o governador Arthur de Sá e Meneses, consultando a Camara sôbre a fundação de um Hospital de Lazaros, teve em resposta que ella não daria real, porque a caridade bem entendida

começava por casa, e a della (Camara) estava a desabár, escorada por pontaletes. Sempre a pindaïba.

A charta régia de 10 de Dezembro de 1701 mandou applicar a quantia de 1:600$ para a reedificação da Camara e Cadeia, e depois, em 5 de Novembro de 1735, mais 4:525$252. As minucias a respeito podem ser apreciadas na — Correspondencia dos Governadores e Pareceres do Conselho Ultramarino, existentes no Archivo Publico, Bibliotheca Nacional e Instituto Historico. Concluidas as obras, teve a Camara novo alojamento no andar superior do edificio, tendo as tres janellas de frente para a antiga rua Manuel Ribeiro, Caminho de S. Francisco, Cadeia, Padre Bento Cardoso (hoje da Assembléa), e mais as lateraes que olhavam para a casa dos governadores por cima da entrada principal da hoje Camara dos Deputados.

Satisfeitos estavam os sustentaculos da *Republica*, como então se dizia, quando, entregues áquelle engano ledo e cego de que falla Camões, no anno de 1757 tiveram de ceder seus penates para o estabelecimento da Relação, recemcreada.

Atravessado o terreiro da Polé, ou largo do Carmo, buscou abrigo a Camara, já então Senado, nas casas fronteiras á residencia dos governadores, chamadas dos Telles, por pertencerem a essa familia, na qual era hereditario o cargo de *juiz dos orphãos*. Ahi é que foi o grande caiporismo: um incendio violento, na madrugada de *20 de Julho* de 1790, devorou o edificio, perdendo-se o valiosissimo archivo da nossa Municipalidade. Salvaram-se alguns livros, poucos, que ainda assim muito têm servido a historiographos e excavadores. Nesse incendio falleceu um algibebe Francisco Xavier, o patriarcha dos sebos cá da terra. *Pelo ridiculo negocio desse homem davam-lhe uma alcunha que a decencia manda calar*, diz o dr. Moreira de Azevedo, mas quem tiver curiosidade de saber leia o *Tombo das Terras Municipaes* do dr. Haddock Lobo, onde essa alcunha está por extenso copiada dos documentos da epocha.

Passsando a Relação a funccionar na então casa dos vice-reis, voltou a Camara para sua antiga residencia juncto á Cadeia.

Como o Judeu Errante, d'ahi teve de saïr, com a vinda da Familia Real, e foi para uma casa alugada a Domingos Francisco de Araujo Roso, sita na rua do Rosario. Em vereação de 30 de Septembro de 1809 o procurador da Camara declarou haver arrendado por 392$650 annuaes o consistorio da egreja do Rosario. Em 1812, á vista da ruina da nova residencia, pois nella chovia como na rua, resolveu o Senado alugar nova casa por 512$ por anno á Sancta Casa da Misericordia, na rua do Rosario.

Desta última casa foi de novo a Camara para o consistorio do Rosario em 17 de Maio de 1820, e ahi descansou um pouco até 12 de Julho de 1825, quando se passou para o edificio do Campo de Sanct'Anna. Foi naquelle consistorio que o Senado tomou parte activa, como é sabido, nos acontecimentos politicos do tempo, ligados á nossa independencia, tendo como juiz de fóra José Clemente Pereira.

Em 20 de Julho de 1816 apresentou o vereador Francisco de Sousa e Oliveira um projecto com o fim de edificar o novo Paço Municipal, sendo concedidas por ordem régia, para tal fim, as *madeiras que tinham servido para as exequias* da rainha d. Maria I. Foi nessa segunda residencia do Rosario, que a Camara, em 9 de Janeiro de 1823, teve a mercê do tractamento de *Illustrissima*.

Alfim descansou do seu fadario até 1875, quando na presidencia de Antonio Barroso Pereira foram iniciados os trabalhos do novo palacio, concluidos e inaugurados em 2 de Dezembro de 1882, na presidencia do dr. Antonio Ferreira Nobre. Tudo isto póde ser com vantagem lido nos bellissimos trabalhos do erudito e infatigavel sr. Noronha Santos.

Durante a construcção do novo predio foi a *Illustrissima* aboletar-se na antiga casa pertencente a Paulo Fernandes Vianna e depois de seu filho o conde S. Simão, situada na rua do Conde da Cunha (conhecida pelo povo por *Quebra-Canellas* — e hoje Frei Caneca), na esquina da praça da Acclamação (hoje da Republica) e em frente á travessa do Senado, em tempos posteriores alcunhada becco da Luxuria ou

da *Pouca Vergonha*, por ser o local predilecto das entrevistas ao ar livre e ás escuras.

Com a mudança de regime e creada a Prefeitura Municipal, passou a Camara, já muito modificada pela lei de 1º de Outubro de 1828, de porqueiro a porco, e os eleitos directos do povo foram considerados hospedes do representante do Poder Executivo e de nomeação do Govêrno da Republica.

Na sala das sessões do lado da rua do General Camara tiveram assento as primeiras Intendencias, de nomeação ainda do Govêrno, até que creado o primeiro Conselho pela lei de 20 de Septembro de 1892 foi elle funccionar no antigo salão de honra (com janellas para a praça da Republica).

Havendo urgencia de obras, o segundo Conselho, do qual era presidente o dr. Xavier da Silveira, deliberou transferir a séde das sessões para o edificio da Eschola de S. José, no largo da Mãe do Bispo (hoje praça Ferreira Vianna). No dia 5 de Abril de 1896 celebrou o Conselho uma sessão para a eleição das commissões de revisão e alistamento eleitoral, e no dia seguinte a primeira sessão ordinaria. A mudança foi feita com toda a presteza e o mais economicamente possivel, graças á actividade do infatigavel 1º secretario, dr. Antonio Antunes de Campos, que salvou do ostracismo o retrato de Gomes Freire de Andrada, mandado collocar na sala do Senado, por graça especial, pelo decreto de 13 de Agosto de 1760, e fez restaurar uma rica mobilia dos tempos coloniaes, cujos escabellos serviam virados para coadouros de café!!!

Volvamos, porém, olhos ao passado e rapidamente digamos alguma cousa sôbre o local, onde presentemente está o edificio do Conselho Municipal. Entre as duas lagôas do Boqueirão e de Sancto Antonio existia um terreno ilhado, onde logo depois da fundação da cidade foi edificada pequena capella, sob a invocação de Nossa Senhora da Ajuda, reedificada em 1600, segundo refere frei Francisco de Sancta Maria.

Parece-nos que muito antes já existia a ermida; a ella se refere o inglez João Knivet, cujas aventuras, no tempo de Martim de Sá, foram traduzidas na *Revista do Instituto*

pelo dr. José Hygino, recentemente fallecido. De que a ermida da Ajuda existia em 1608 nos dá testimunho Jaboatão, referindo-se a frei Vicente do Salvador e a proposito da fundação do Convento de Sancto Antonio: «Vieram áquelle cidade (Rio de Janeiro) certos religiosos castelhanos de nossa Ordem, que iam para Buenos-Aires, e andando um delles, que era prégador, passeando e estudando defronte da alagôa, juncto á cêrca viu uns passarinhos que levavam de comer aos filhos, que tinham em uma arvorezinha, que estava na ilha da alagôa, a qual, sendo pela manhã, ficava defronte de casa, e tornando por tarde o religioso ao logar quiz ver os passarinhos e olhando para a mesma paragem não os viu, nem a arvore onde estavam, mas tudo agua, e advertindo bem, viu que a arvorezinha estava muito adeante para parte de *Nossa Senhora d'Ajuda*, o que bem considerado, achou que a ilha que estava no meio da alagôa se movia de noite para a parte do mar e de dia, com a viração para a parte de terra, servindo-lhe de vellas as arvores que tinha».

Pela leitura que fizemos, ha annos, a ermida da Ajuda estava encravada no meio de casinhas, tendo a frente voltada para a rua dos Barbonos (hoje Evaristo da Veiga), quasi em frente ás casas da mãe do bispo d. José Joaquim, juncto ao templo dos Inglezes, casas que já em 1710 pertenciam aos ascendentes do prelado (os Mascarenhas), como nos refére o tenente Antonio Duarte Nunes, no seu *Almanak* de 1799. A praça não existia, havendo alli dous ou tres beccos, um dos quaes ia dar na ladeira do Seminario de São José.

No tempo dos bispos frei João da Cruz e d. Antonio do Desterro foram compradas casas terreas para cêrca do convento, sendo demolida a ermida da Ajuda; nesta houve uma antiga irmandade, de que foram juizes alguns governadores.

Em uma das esquinas da rua hoje Treze de Maio estava o oratorio de Nossa Senhora do Carmo.

Juncto ao muro do convento, no angulo em que está o Conselho, existe um cercado de fórma triangular: eram terrenos em litigio entre as religiosas e d. Maria José de

Mendonça Figueira Azevedo, viuva do desembargador e intendente geral do Ouro Joaquim José de Mendonça Cardoso. D. Maria ganhou a questão, e em 24 de Dezembro de 1821 vendeu á Camara esse terreno, fóra do muro, ficando a praça como está actualmente.

Nessa venda interveio José Clemente, conforme vimos nos documentos existentes na repartição do Archivo Municipal, os quaes nos foram mostrados (1897) pelo illustrado dr. Francisco de Salles Macedo.

Sôbre a Ajuda possuimos muitas notas que aqui se omittem, e que depois servirão, si algum dia escrevermos sôbre o respectivo convento.

No glorioso empenho de diffundir pelo povo a instrucção pública, tractou a Camara, terminada a guerra do Paraguai, de construir escholas, e entre ellas, como todos sabemos, foi levantada em pouco tempo a de S. José, em terrenos cedidos graciosamente pelas religiosas da Ajuda, reservando ellas o dominio directo e percebendo da Camara insignificante fôro pelo dominio util (4$ por braça).

A competente escriptura lavrada pelo tabellião Cantanheda póde ser lida na pag. 240 do volume dos *Annaes do Conselho* de 6 de Novembro de 1896 a 7 de Janeiro de 1897.

Por ella as religiosas cediam á Camara 22 braças de frente e 18 de fundos, com a condição de ser creada uma aula de Doutrina christã, sendo seu professor de *nomeação e demissão do actual bispo ou dos Ordinarios seus successores — revertendo logo para o patrimonio, e uso dellas outorgadas, aquelle edificio caso nelle deixem de funccionar estas aulas ou cesse a de Doutrina christã.*

Pelo infatigável dr. Ferreira Vianna, então presidente da Camara, foi levado avante o projecto da edificação da eschola, sendo auxiliado pelos donativos não só do Govêrno como de muitos particulares. Em 22 de Maio de 1871 foi lançada a primeira pedra, na presença do imperador, conde d'Eu, bispo d. Pedro Maria de Lacerda, estando presente e encorporada com seu estandarte a Illustrissima Camara composta do presidente dr. Antonio Ferreira Vianna e os vereadores dr. Antonio José Gonçalves Fontes, dr. André Cordeiro de Araujo

Lima, dr. Eduardo Augusto Pereira de Abreu, dr. Manuel Joaquim Fernandes Eiras, dr. Joaquim Antonio de Araujo e Silva, commendador Manuel Dias da Cruz. Assistiram ao acto o sr. conselheiro João Alfredo Corrêa de Oliveira, então ministro do Imperio e muitas pessoas gradas.

A bandeija e colher de prata, que serviram na ceremonia, compradas por 630$ a Domingos Farani & Irmão, foram offerecidas ás religiosas pelo presidente, o dr. F. Vianna.

Aberta a Eschola de S. José, foi primeiro professor de Religião o illustrado padre Armando Werschusen e o segundo e último o hoje monsenhor Molina, respeitavel parocho da Gloria.

Grandes serviços prestou a referida eschola, em cujo frontispicio lia-se a eloquente inscripção: *A' Infancia o Povo.*

Separada a Egreja do Estado, cessou na Eschola de S. José o ensino de Doutrina christã, e por fôrça da escriptura acima referida entravam as religiosas da Ajuda na posse de seu antigo terreno, bem como de todas as benfeitorias, inclusive o proprio edificio. Tanto o Conselho Municipal reconhecia o direito das religiosas, que, tendo-se a elle dirigido o presidente da Exposição de 1898 pedindo permissão para alli estabelecer uma das tres secções, o Conselho em attencioso officio dirigiu-se ás mesmas religiosas, que nenhuma opposição fizeram. Pouco tempo depois, tendo o mesmo Conselho deliberado estabelecer séde provisoria no edificio da eschola, pediu ainda para o fazer a competente licença ás legitimas proprietarias do edificio.

Mas este *statu quo* não podia continuar, e pela lei de 2 de Janeiro de 1897 deliberou o Conselho Municipal auctorizar o prefeito (então o dr. Furquim Werneck) a entrar em accôrdo, ou a regularizar o contracto com as religiosas, no sentido *de conseguir que o Conselho Municipal fique definitivamente installado no predio em que se acha.* Passaram-se os annos, e só ultimamente ficou liquidada essa questão, por maneira conhecida de todos.

Mas, perguntarão os leitores: a que vem toda esta arenga de alfarrabistas? — Respondemos: primeiro — por um pouco de vaidade desculpavel: fizemos parte do Conselho que deu

aos representantes da cidade uma casa propria e independente; segundo — porque com estas simples notas poderemos talvez offerecer material aos discursos que se houverem de pronunciar na festa do dia 14 de Julho.

8 de Julho de 1902.

---

## AJUDA

Protectora dos homens do mar sob a invocação de Nossa Senhora d'Ajuda, não admira fôsse levantada nesta cidade, apenas se fundou, modesta ermida dêsse titulo, por devotos marinheiros que frequentavam o nosso porto.

Que existiu antiga irmandade, não ha a menor dúvida, porquanto, segundo lemos nas *Publicações do Archivo Publico*, tomo 1º, encontrámos um requerimento (1688) da confraria, pedindo privilegio, afim de ter tumba propria para o entêrro dos confrades, independente da que fornecia a Misericordia, á qual, como sabemos, pertencia o serviço funerario.

Juizes dêsse sodalicio foram os governadores João da Silva e Sousa, Luiz Cesar de Meneses e Duarte Teixeira Chaves, que partindo para a colonia do Sacramento levou a bordo do navio, que o conduzia, pequena imagem da Senhora d'Ajuda, egual em tudo á que era venerada na antiga capella.

Entre os bens patrimoniaes a ella pertencentes contavam-se, legadas por José Serrão e Manuel do Rosario, terras situadas em Campos, constantes dos curraes de Mandú, do Aleixo do Jacaré, do Sacco e dos Culumins.

Entretanto, segundo conta o auctor do *Sanctuario Marianno* (frei Agostinho de Sancta Maria) foi esta Senhora (d'Ajuda) « *servida com muita grandeza; porque os christãos novos, de cujos corações não acaba de caïr aquelle véo da sua obstinação, que os tem cegos, os quaes ou por enganarem aos verdadeiros e fieis christãos limpos daquelle pessimo*

*sangue, ou por se justificarem, lhe faziam grandes festas e lhe solicitaram um solenne jubileu».* Descobrindo-se, porém, que os descendentes dos Judeus dedicavam tal culto a certa Maria de Judá, foram perseguidos e presos.

Todos quantos têm copiado frei Sancta Maria nada adeantaram sôbre tão extraordinario facto.

Dos *Dialogos Geographicos e Chronologicos* de José Barbosa de Sá, escriptos da Villa do Bom Jesus de Cuiabá (1769), manuscripto da Bibliotheca do Porto e do qual existe cópia no Instituto Historico, colhemos mais alguma cousa. O corypheu dessa profanação foi um certo Alexandre Rodrigues Flores, e entre os perseguidos pela Inquisição contaram-se medicos, negociantes, advogados e até sacerdotes, cujos nomes devem figurar nas listas dos condemnados pelo Sancto Officio (1707-1712), impressas na *Revista do Instituto* e enviadas a esta associação pelo historiador Varnhagen.

Sôbre a creação do antigo Recolhimento e Convento da Ajuda, além do que referem Balthasar Lisboa, Pizarro Mello Moraes e Moreira de Azevedo, encontramos, no codice pertencente ao archivo do Instituto Historico, *Consultas do Conselho Ultramarino* (1674-1700), os seguintes e curiosos subsidios:

Desejando o povo desta cidade fundar convento para mulheres, a exemplo do que já existia na cidade da Bahia, e sendo prelado Manuel de Sousa e Almada, não foi por deante tal projecto, apezar das muitas esmolas recolhidas. O successor de Almada, Francisco da Silveira Dias, e seu ermão frei Christovam da Madre de Deus, guardião do Convento de Sancto Antonio, procuraram ao menos estabelecer um Recolhimento, o qual foi concluido em dous mezes, juncto á antiga capella d'Ajuda; a elle se recolheram d. Cecilia, viuva, filha do mestre de campo Luiz Barbalho Bezerra e ermã de Jeronymo Barbalho, Fernando Barbalho e Agostinho Barbalho com tres filhas e duas meninas de familias distinctas.

Essas senhoras receberam o titulo de conversas. Logo em seguida a Camara dirigiu á metropole um requerimento para fundação de um mosteiro. Ouvido o Conselho, negou este a licença, allegando que o convento da Bahia

soffria miserias, e as religiosas delle, pela exiguidade de meios, padeciam até fome! Pretextava d. Cecilia a impossibilidade de casar bem no Rio de Janeiro suas filhas e difficuldade de as enviar a Portugal pelos riscos da viagem, como si no Rio de Janeiro não houvesse mancebos dignos das descendentes dos Barbalhos!

Sem esperar resposta de Lisboa, sendo governador Mathias da Cunha, era lançada a pedra fundamental do novo convento.

Em charta de 22 de Junho de 1679 renovou a Camara seu pedido, allegando haver d. Cecilia offerecido toda sua fortuna para realização de seus desejos. Ouvido ainda o Conselho em 23 de Novembro, o procurador da corôa foi de opinião se negasse o consentimento, pois que nas colonias era necessario o augmento das povoações, e para este era de mais conveniencia o estado conjugal, em que se podia fazer a Deus muitos serviços. Salvador Benevides, antigo governador do Rio, foi de parecer que continuasse apenas o Recolhimento, tendo sempre em vista os factos da Bahia.

Em Julho de 1694 volta de novo á Camara, já então amparada pelo prestigio do reitor dos Jesuitas, o padre Francisco de Mattos, que para subvenção da nova casa religiosa pedia á metropole *um peixe da pescaria das baleias*. O Conselho, em sessão de 16 de Outubro de 1694, sustentou a idéa da continuação apenas do Recolhimento, sujeitando-o, todavia, á jurisdicção do governador, independente do bispo, ampliando a edade para o ingresso (de 12 a 40 annos) e dando licença ás recolhidas para saïr quando suas familias quizessem. Tudo isso á custa dos recursos dos habitantes, sem subvenção alguma do Govêrno, inclusive a da baleia, pois não era licito defraudar as rendas públicas!

Continuaram as cousas neste pé até que, a pedido do bispo d. frei Francisco de S. Jeronymo, foi permittida a construcção de um convento de religiosas pela provisão de 11 de Fevereiro de 1705, assignada pela rainha d. Catharina, viuva do rei da Inglaterra e regente de Portugal, na molestia do ermão de d. Pedro II.

Por esta lei foi concedido o ingresso a 50 freiras, podendo contemplar-se nesse número algumas das *conversas*.

« As freiras não podiam herdar nem adquirir bens por titulo algum, seriam dotadas vitaliciamente, dando-se para sustento annual de cada uma 80$, cuja quantia se estabeleceria em bens seguros e permanentes para não soffrerem diminuição, e por morte de cada uma passaria á casa de seus paes, parentes ou pessoas, ás quaes se devesse o dote fixado. O convento seria sujeito ao Ordinario, as freiras professariam a regra capucha e não teriam criadas consigo, por ser assim conveniente ao serviço de Deus.» (Moreira de Azevedo.)

Para não tornar prolixos estes simples aponctamentos, não mencionaremos aqui os embaraços creados pelo Cabido, até que o bispo d. frei João da Cruz ajudou a Camara em novo pedido ao rei, e obtida afinal definitiva faculdade régia, lançou nova pedra fundamental, em logar differente do antigo. Esse prelado fez acquisição de diversos terrenos, como se verá quando escrever notas sôbre a topologia do antigo bairro d'Ajuda, baseadas em velhos documentos authenticos, já de difficil leitura.

Tomando conta da diocese o bispo d. frei Antonio do Desterro, concluiu em quatro annos a maior parte do edificio, dedicando-o á Conceição de Nossa Senhora, sob o titulo da Ajuda. A antiga ermida foi demolida. Esteve ella para dar pousada aos Capuchinhos italianos, em 1738; mas a Camara protestou, e esses religiosos que andavam tambem sempre de Heródes para Pilatos obtiveram (1739) hospicio proprio, na rua hoje Evaristo da Veiga, por isso chamada dos Barbonos, no local em que está hoje o quartel de Policia.

Conforme vimos em antiga chronica, o risco do novo convento foi dado pelo engenheiro brigadeiro José Fernandes Pinto Alpoim.

Obtido o breve pontificio de 24 de Janeiro de 1748, tractou o bispo de receber as novas religiosas, admittindo-as á profissão da regra de Sancta Clara.

Vindas da Bahia quatro freiras do Convento do Desterro (diz Mello Moraes pae), com ellas começaram seu noviciado as recolhidas d'Ajuda.

Em 28 de Maio de 1751 realizou-se a primeira eleição, sendo eleitas: abbadessa, a madre Maria Leonor do Nascimento; vigaria, a madre Marianna da Penha de França,

mestra de noviças, a madre Catharina dos Anjos, e porteira, a madre Francisca Custodia das Chagas.

Muita gente que passa pela frente do Convento d'Ajuda ignora o que significa sôbre a entrada da portaria a existencia de um chapéo — encimando antigo brazão —; são as armas do bispo d. frei Antonio do Desterro, e o chapéo distinctivo episcopal.

O que não póde continuar é o estado vergonhoso do terreno do lado do Passeio Publico, comprehendido entre os dous resaltos do edificio. Esse terreno, hoje verdadeiro esterquilinio, pertence ás religiosas e foi cedido, no tempo do intendente geral da Policia Paulo Fernandes Vianna, para alli se estabelecer a 3ª companhia da guarda da Policia; e o Govêrno que considera proprio nacional essa pequena nesga de terra, nem a beneficia nem a entrega ás suas legitimas proprietarias !

Não fallaremos tambem da desapropriação da antiga cêrca do convento, por onde hoje corre a rua do Senador Dantas. E' assumpto de *historia moderna*, sendo preferivel tractar das cousas mais alegres, ainda que antigas, como por exemplo das festas inauguraes do convento, cuja descripção succinta encontramos na *Gazeta de Lisboa* (1750), e cujas minucias lemos, ha annos, em duas memorias annexas ao velho livro de tombo d'Ajuda.

Antes, porém, daremos os nomes dos cidadãos que auxiliaram os bispos nas obras do convento, como administradores dellas; quem sabe si os leitores não encontrarão entre elles o de algum de seus antepassados ? — João Carneiro da Silva, Lourenço Antunes Vianna, José Duarte Figueiró, Braz Vianna, Manuel dos Santos Pinto, Antonio Rodrigues Souto, João Martins Britto e Ignacio da Silva Medella.

As religiosas vindas da Bahia aqui chegaram ás 3 horas da tarde de 21 de Novembro de 1749, sendo o navio que as conduzia saudado por salva das fortalezas.

O governador interino Mathias Coelho da Cunha (na ausencia de Gomes Freire de Andrade) mandou seu filho o capitão Paulo Caetano e o juiz de fóra dr. Luiz Antonio Rozado da Cunha, no bergantim official, cumprimentá-las e receber ordens.

O bispo, que estava no Rio Comprido, em seu palacio (hoje Seminario Archiepiscopal), permittiu o desembarque, que se effectuou já de noite.

A abbadessa foi conduzida em cadeirinha e as outras religiosas em séges, accompanhadas por uma guarda de honra.

Foram-lhes destinados aposentos no Hospicio da Terra Sancta, onde ás 10¾ chegaram, sendo cumprimentadas por todas as pessoas gradas da cidade. Houve illuminação, sobresaïndo as da casa do capitão João Mascarenhas Castello Branco, o qual, para obsequiar as recem-vindas, organizou em sua residencia uma serenata ou concêrto composto dos mais afamados musicos do Rio de Janeiro.

Regressando ao Rio Gomes Freire, realizou-se a inauguração do convento no sabbado, 30 de Março de 1750. A abbadessa, por doente, recolheu-se á Ajuda, e as outras foram para S. Bento, de onde devia saïr a solenne procissão.

Desde pela manhã formavam as tropas da guarnição, incluindo a companhia dos estudantes. Folhas de mangueiras pelas ruas, colchas de damasco nas janellas, grande alegria e contentamento do povo, foguetes, descargas das tropas e repique incessante dos sinos. O prestito, formado por todas as irmandades e ordens terceiras, pelo clero regular e secular, percorreu várias ruas em direcção á Ajuda.

O novo convento esteve exposto durante o dia. O bispo mandou celebrar um triduo, em que tomaram parte Jesuitas, Benedictinos, Franciscanos e Carmelitas, havendo missas cantadas, pontifical, sermões e *Te-Deum* final. D. Antonio do Desterro permaneceu durante tres dias no Seminario de São José, onde foi cumprimentado pelo clero, nobreza e povo, tractando a todos com o maior affecto e urbanidade. Gomes Freire foi incansavel, e á sua custa mandou armar um elegante palanque alli perto do poncto onde está hoje o Conselho Municipal. Nelle (palanque) foi representada uma comedia de Metastasio.

Na egreja d'Ajuda, que, segundo o padre Luiz Gonçalves dos Santos, nos principios do seculo passado era de telha vã, guardavam-se os cadaveres da infanta d. Marianna e da rainha Maria I. E foram elles mais tarde transladados para Portugal,

em 1821, quando o rei d. João VI se retirou para Portugal. O tumulo, que serviu para d. Maria I, guarda hoje o cadavêr da primeira imperatriz d. Maria Leopoldina. O desenho dêsse modesto monumento póde ser visto na obra de Debret. No côro baixo tambem estão os sarcophagos da princeza d. Paula, fallecida em 1833, e o da filha primogenita do sr. conde d'Eu.

No tempo da revolta, foi a Ajuda alvejada por diversas balas, causando uma dellas grandes avarias no templo e convento; estes ultimamente passaram por grandes e importantissimas reformas.

Hoje a egreja d'Ajuda é considerada uma das mais bellas e sumptuosas desta capital.

E' digna de ver-se a imagem de Nossa Senhora da Piedade. No domingo, 8 de Julho de 1900, depois de restaurado, foi o templo aberto ao culto para celebração da festa do Coração de Jesus, e em 5 de Agosto dêsse mesmo anno teve logar a festividade da Padroeira, pontificando o actual sr. arcebispo.

O muito que falta nestes aponctamentos será fartamente supprido por alguem muito habilitado, que, segundo sabemos, está escrevendo a historia completa da egreja e convento de Nossa Senhora da Conceição d'Ajuda.

15 de Julho de 1902.

---

# INCENDIO DA CAMARA

## (20 DE JULHO DE 1790)

Ha cento e doze annos, na madrugada do dia de hoje, violento incendio reduziu a cinzas o predio, onde provisoriamente funccionava o Senado da Camara, nas casas chamadas dos Telles, na praça hoje Quinze de Novembro.

As chammas consumiram o precioso archivo da cidade, sendo salvos apenas alguns poucos livros e documentos.

Observando o quadro do fogo do Parto, conservado na egreja desta invocação, devia ser muito deficiente, naquelles tempos, o serviço de extincção de incendios: consistia em umas bombas de espirro e nas carroças dos aguadeiros. Agua

havia-a, em profusão, no proximo chafariz transferido do meio da praça para a borda do mar, por Luiz de Vasconcellos, e nas torneiras de bronze collocadas ao longo do muro do cáes.

Hoje, temos um corpo de bombeiros magnificamente organizado, e quasi nunca existe agua nos encanamentos! Somos, enfim, tal qual o ferreiro da maldição: quando tinha ferro faltava-lhe o carvão, si tinha carvão faltava-lhe o ferro.

Melhor do que nós descreve a terrivel catastrophe o auto lavrado e assignado pelo juiz de fóra dr. Balthasar da Silva Lisboa e mais officiaes do Senado da Camara, Francisco Pinheiro Guimarães, José Marianno de Azeredo Coutinho, o procurador Manuel de Sousa Meirelles e o escrivão Antonio Martins Pinto de Britto. Dêsse documento consta: «que sendo na madrugada de vinte de Julho, pelas duas horas, fôra inteiramente incendiada, e reduzida a cinzas, a casa do dr. juiz de orphãos, Francisco Telles Barreto de Meneses, a qual servia de *Paços do Concelho*, pelo fogo rapidamente ateado na loja, onde morava Francisco Xavier, por antonomasia — *o c... negocios* — sendo tão vehemente que, apezar das efficazes e promptas diligencias do exmo. sr. vice-rei do Estado com assistencia de súa pessoa, jámais se pôde atalhar, antes ficaram reduzidos a cinzas os moveis e todos os bens pertencentes ao Concelho, com a irreparavel perda de seu precioso archivo, restando apenas alguns livros e autos, que eu escrivão declarei pararem em o meu cartorio, e uns fragmentos meios queimados pertencentes á Deducção Chronologica jesuitica, que se achavam no mesmo archivo, em um cofre de tres chaves, na fórma da Ordem de Sua Magestade, sendo o mesmo cofre consumido pelo mesmo fogo, apparecendo sómente a fechadura e juntamente sete pesos entre grandes e pequenos, duas balanças com tres conchas, e nove medidas, tudo quebrado e damnificado».

Não nos aproveitou essa terrivel licção, e ainda hoje o Archivo Publico e a Bibliotheca Nacional estão em predios cercados de habitações particulares e casas de negocio, e portanto sujeitos á mesma sorte do archivo da Camara, cuja perda *irreparavel* é origem das muitas e muitas difficul-

dades, com que lucta a nossa Municipalidade para sustentação de seus direitos patrimoniaes!

Segundo é fama, Francisco Xavier, por avareza, não quiz salvar-se, sendo victima do incendio, bem como um menino, naturalmente seu caixeiro. Restaram, porém, de tanto estrago o panno do estandarte da Camara, o qual estava em casa do procurador, afim de se regular o concêrto de outro mais antigo, e a imagem do padroeiro S. Sebastião, que servira na procissão, e que se achava na residencia de Antonio José Castrioto, para onde fôra a encarnar para o dia da solennidade. A Camara em vereação de 24 de Julho tomou todas as providencias com referencia ao fatal acontecimento, solicitando permissão do conde de Resende para copiar das secretarias todos os documentos, de que houvesse mistér.

Não citaremos a lista dos livros que estavam fóra da Camara; consta ella da página 176 do trabalho de Haddock Lobo, *Tombo das Terras Municipaes*. Conquanto em pequeno número, esses velhos codices têm grande valor, e serviram de muito na publicação dos quatro volumes do *Archivo Municipal*, importantissima revista, impressa de 1894 a 1897, sob a direcção do illustrado dr. Mello Moraes filho, competente chefe da respectiva repartição. O *Archivo Municipal*, por motivo de economia, foi suspenso, e isto quando a nossa Municipalidade tem gasto grandes sommas de dinheiro em verdadeiras cousas *de nonada*.

Os livros acima mencionados figuraram em uma exposição organizada ha annos pelo dr. Pires de Almeida, que escreveu bem elaborada memoria acêrca da completa organização do archivo desta importantissima capital.

Taes documentos nunca devem saïr da repartição e andar por mãos particulares, para que a todo tempo, salvos dêsse tremendo sinistro possam ser consultados pelos futuros historiographos. Seria medida patriotica, si o actual sr. dr. prefeito mandasse examinar a ver si do inventario feito em 1790 existem, hoje, faltas de um ou mais dêsses antigos livros. Cremos, piamente, que elles lá devem existir em número de 48, segundo reza o inventario supra mencionado.

Em aponctamentos anteriores já dissemos o motivo por que a *Casa do Concelho* estava em 1790 nas chamadas casas

dos Telles, em cuja familia era privativa a vara de juiz do orphãos. Não nos propomos aqui fazer a historia da creação dêsse Juizo, que já existia nesta cidade em 1609, como verificou Duarte Nunes no inventario de Antonio de Leão e sua mulher Maria das Candeias, sendo juiz Luiz Cabral de Tavora. Hoje sabemos ter sido 1° juiz Manuel Freire e 2° Aires Fernandes (1568).

Em 1790, era juiz dos orphãos Francisco Telles Barreto de Meneses, que foi mais tarde substituido pelo dr. Antonio Telles de Meneses, obtendo este confirmação dessa mercê, em 1797. Depois da Independencia e com a nova organização judiciaria cessou este antigo privilegio. O primeiro membro dessa familia que o obteve foi o capitão de infantaria Diogo Telles de Meneses, em remuneração de importantes serviços prestados á metropole, passando dêsse tempo em deante (1639) de paes a filhos.

A principio usavam os Telles de vara vermelha, mas depois foi-lhes concedido o uso de vara branca. Essa vara era a insignia ou distinctivo, que os juizes e officiaes traziam, em signal de jurisdicção, para que de todos fôssem conhecidos. O alvará de 30 de Junho de 1632 e o decreto de 14 de Março de 1665 ordenavam que os juizes deviam trazer as referidas varas ao alto, quando andassem a cavallo, não devendo ser delgadas. Aos juizes leigos era concedida a vara vermelha, e aos letrados a vara branca. Não lhes era permittido fazê-las de róta ou de outra cousa similhante, salvo de páo, da grossura costumada. Não as podiam trazer abatidas, mas sempre direitas na mão, levantadas em proporção do corpo. Não obstante ser prohibida a róta ou junco de atar, como a chibata, no Brasil, diz Candido Mendes, os juizes usavam uma meia lua de vime envolvida em panno de seda branca ou vermelha, sinão pintada dessas côres, pregada na aba direita da casaca. O decreto n. 1.326 de 10 de Fevereiro de 1854 determinou o vestuario dos differentes juizes, modificado nestes ultimos tempos. Todavia o alvará de 11 de Novembro de 1833 exigia dos juizes de orphãos dignidade e decencia no trajar, de accôrdo com a gravidade dessa alta funcção, cujos requisitos fazem parte do livro 1 das *Ordenações* — Titulo LXV.

Mas, como se arranjaram os Telles para passar a vara branca de juiz de orphãos de paes a filhos ? Casando-se, quer quizessem, quer não.

A lei era casamenteira, e os sujeitos nomeados para juizes e escrivães tinham um anno para se poderem ligar pelos doces laços do hymeneu, e si o não fizessem perdiam o emprêgo. Demais, as nomeações deviam recaïr em individuos maiores de 25 annos, que quizessem servir empregos ou officios de justiça, fazenda e governança de cidades, villas e logares.

Essa salutar *exigencia*, diz Pizarro, foi caïndo em desuso *em sujeitos de estado livre que muitas vezes exquecidos de seus deveres principaes, podem facilmente prostituir os empregos, que occupam, obsequiando as suas paixões menos acordadas, cujos precedentes insensatos trazem consigo o escandalo e a ruina pública* ! De sorte que, para o illustrado escriptor, só os casados são exemptos de taes paixões ? Que lhe respondam as chronicas dos tempos coloniaes; será a melhor desforra, que os solteirões, como o humilde signatario destas notas, podem tirar das expressões do auctor das *Memorias Historicas do Rio de Janeiro*.

Que os Telles, fazendeiros em Jacarépaguá, foram homens de importancia, de fortuna e de serviços temos sobejas provas em muitos documentos. Um delles, Luiz Telles Barreto, comprou ao general Salvador Benevides a grande casa da rua Primeiro de Março, esquina da da Alfandega, lado impar, residencia do mesmo Benevides, e por isto a rua da Alfandega foi conhecida pelo nome de rua do Governador.

Esse predio passou a Antonio Telles Barreto, e mais tarde a Manuel Pimenta Telles, com o onus de 8$ annuaes para o culto de Nossa Senhora da Carioca, conforme o testamento de Martim de Sá, pae de Salvador. Estava situado no logar chamado — *Quitanda velha*.

Foram os Telles padroeiros e grandes protectores do Convento dos Franciscanos desta cidade, como consta do carneiro, ainda existente na capella do actual Asylo de Invalidos da Patria, na qual foi inhumado em 28 de Abril de 1757 Antonio Telles de Meneses, e mandado construir por seu filho Francisco Telles Barreto de Meneses.

O estabelecimento do Asylo está no antigo Convento Franciscano, na ilha da Cequeirada, tambem chamada do Bom Jesus ou dos Frades, célebre, além de outros muitos factos, pelo cruel assassinato de Antonio Gomes Liberal, de cujos assassinos, tres se mataram na prisão e só um subiu ao patibulo no largo do Moura.

Por escriptura de 12 de Março de 1704, doou aos Franciscanos a referida ilha d. Ignez de Andrade, viuva do capitão Francisco Telles Barreto de Meneses, o qual a comprára a Antonio Coelho Cam, *situada fronteira á poncta de pedra de Inhauma, vizinha de outra (ilha) que fica da banda desta cidade, chamada de Domingos Manuel, que hoje é dos filhos de João Ferreira e Polonia* (sic) *Rodrigues*, conforme reza a escriptura lavrada pelo tabellião Manuel Rodrigues de Moraes.

Este documento e os seguintes estão copiados no livro do tombo do Convento de Sancto Antonio.

Mais tarde d. Ignez, em 28 de Maio de 1715, revogou, em parte a doação, legando a seu neto dr. Antonio Telles de Meneses a porção da ilha não aproveitada pelos religiosos. O dr. Antonio Telles doou-a de novo, mas os religiosos, que só precisavam do terreno, onde haviam edificado o hospicio, desistiram da doação, em 14 de Novembro de 1719, em favor de Telles. Este declarou-se padroeiro do convento, dando de esmola annualmente 60$. Para muitos misteres tem servido o pequeno Hospicio do Bom Jesus, e a quem quizer conhecê-los basta ler a recente e importante publicação de Agenor Noronha — *Guia do Districto Federal*, ou a memoria do conego Manuel da Costa Honorato, ou dirigir-se ao sr. barão da Taquara, descendente por linha materna dos Telles de Meneses, ou ainda subir a ladeira de Sancto Antonio e procurar o digno prelado dos Franciscanos, o illustre carioca d. frei João do Amor Divino Costa, que ainda ha dias commemorou o seu jubileu sacerdotal com o digno vigario da Lagôa, monsenhor Monte.

Das casas dos Telles proveio o nome de Arco do Telles dado antigamente á hoje travessa do Commercio, no poncto onde teve tenda de trabalho o *Ferreiro da Polé*, o qual andou em lucta com a Camara, por não querer pagar fôro. Não ha

muitos annos era o Arco do Telles logar immundo e asqueroso — por alli não se podia passar sem precauções. Hoje está muito melhorado e não serve mais de asylo a mendigos e vagabundos.

Era o Arco o gabinete predilecto do *Philosopho do Caes*, *General Bonaparte* e outros typos da rua.

Em 1769, segundo o mappa de Roscio, já existia essa travessa.

Muito antes (1730) da edificação da egreja dos Mercadores, era a travessa conhecida por *Becco da Praia do Peixe Nova* e, segundo parece, não tinha communicação com a rua da Cruz (Ouvidor). Infere-se isto de escripturas da Misericordia, ordem do Carmo, Lapa e S. Bento.

Tal assumpto nos levaria muito longe e é tempo de terminar.

22 de Julho de 1902.

---

# BASILIO DA GAMA E OS JESUITAS

Não vem longe o dia 31 de Julho, em que a Egreja commemora a morte de Ignacio de Loyola, fundador da Companhia de Jesus (1556), e as letras patrias deploram a perda (1795) do eximio poeta mineiro José Basilio da Gama.

Da coincidencia dêsses dous factos occorridos na mesma data, com o intervallo de duzentos e trinta e nove annos, tiraremos assumpto para os presentes aponctamentos, — agora que de novo vão ser explorados os subterraneos do morro do Castello, onde, segundo é fama, estão guardadas immensas riquezas, pertencentes aos Jesuitas.

Triste, como é sabido, foi a vida do illustre auctor do poema *O Uruguái*, cortada toda de suspeitas, perseguições e fundas amarguras.

Educado e protegido pelos Jesuitas, deixou o collegio, quando foram presos aqui no Rio de Janeiro os discipulos de Loyola; visto como não havia ainda professado, e pela lei de expulsão era isso concedido aos noviços.

Suspeito sempre aos olhos dos partidarios de Pombal, pôde afinal, graças a um soneto, conquistar as boas graças de Sebastião de Carvalho, que o fez official da Secretaria do Reino (1774), teve mais tarde de supportar novos dissabores, satyras e remoques, quando se levantou a reacção no reinado de d. Maria I, procurando pôr por terra a grande obra do poderoso ministro de d. José.

Ao eximio cantor de *Lindoia* podemos com segurança applicar a verdade do annexim — «preso por ter cão, preso por não ter cão!»

Penna venal, máo character, ingrato, mentiroso, interesseiro, adulador, taes os apodos que uns e outros lançavam contra o nome daquelle, cujo merecimento poetico tem sido com justiça aferido por criticos e literatos como Cunha Barbosa, Varnhagen, Pereira da Silva, Ferdinand Denis, Wolf, Castilho, Paula Meneses, Juan Valera, Nunes Ribeiro, Innocencio da Silva, Garrett, Fernandes Pinheiro, Camillo, Felix Ferreira, J. Norberto e Arthur Montenegro.

Quando em 1769 Basilio da Cunha deu á luz da publicidade o seu bello poema *O Uruguái*, cantando os feitos dessa especie de guerra de Canudos, não só nos versos, mas em notas historicas explicativas, atacou com virulencia seus antigos mestres e protectores, exagerando ao sabor do tempo as calumnias e inverosimilhanças amontoadas pela politica contra os discipulos de Loyola, aos quaes o Brasil tanto deveu nos primeiros tempos de sua historia.

De que essas notas, escriptas de outiva, pois Basilio da Gama não podia estar no theatro da guerra e se guiou por informações, não merecem importancia, temos a prova na última edição do poema (1900) feita por Montenegro, que mostrou com proficiencia erros grosseiros acêrca da topographia do hoje Estado do Rio Grande do Sul.

Os Jesuitas não se calaram e, ou em 1786 ou muito antes, em resposta ao *Uruguái* publicaram em Lugano uma memoria intitulada — *Resposta Apologetica ao poema intitulado — O Uruguay — composto por José Basilio da Gama e dedicado a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão de*

*Sebastião José de Carvalho e Mello, Conde de Oeyras e Marquez de Pombal.*

Segundo Fernandes Pinheiro, esse escripto devia ter sido publicado muito antes de 1786. A allusão de estar *ainda* Basilio servindo o logar de official, a qual se encontra no texto da *Resposta*, indica que os seus desaffectos procuravam incommodá-lo e aproveitar-se da nova ordem de cousas para o demittir.

Entretanto o poeta, como lemos em Pereira da Silva, em 1787 conservando o emprêgo, obtinha o titulo de escudeiro fidalgo da Casa Real com *450 de moradia por mez e mais o de cavalleiro fidalgo com 300 réis mais de moradia e um alqueire de cevada.*

Bastou que o primeiro enthusiasta de Basilio da Gama taxasse de verrina diffamatoria a publicação anonyma para que esta não mais fôsse lida com cuidado.

Ha no archivo do Instituto Historico cópia manuscripta da *Resposta Apologetica*. Em dias do anno passado a liamos quando fomos agradavelmente surprehendidos pela presença de Eduardo Prado.

Indagado o objecto da leitura, fez-nos o emerito paulista justas considerações criticas sôbre Basilio da Gama, chamando nossa attenção acêrca dos ponctos em que o auctor anonymo levava vantagem ao poeta, na refutação das notas. Pondo de parte invectivas e odiosidades, a *Resposta Apologetica* tem muita cousa curiosa e pouco conhecida.

Publicaram-se, nessa epocha, acêrca das riquezas dos Jesuitas, na *Tribuna*, interessantes artigos em que figuravam documentos firmados pelos padres.

Para estudar a authenticidade dessas provas comprometteu-se Eduardo Prado a escrever para Roma, enviando cópia da acta lavrada após a invasão franceza de 1710, a ver si eram reaes os personagens signatarios dêsse documento. Depois, em breve, veio a morte inesperada do grande homem de letras, e tudo ficou em projecto.

Em uma das notas do *Uruguái* escreveu Basilio da Gama o seguinte: «comtudo isto, é cousa certa, que se lhes não achou dinheiro de consideração, no sequestro. Pouco

tempo depois de partirem (os Jesuitas) daquelle porto (Rio de Janeiro) se apresentou ao conde de Bobadella um leigo pedreiro, dizendo que vinha descobrir o logar onde, por ordem dos padres, tinha escondido o dinheiro. Com effeito, já se não achou mais o logar nos alicerces da egreja nova. Elles assim que viram que o leigo despira a roupeta fizeram uma ligeireza das suas».

A isto responde o auctor anonymo:

«Immensas riquezas dos Jesuitas, quando se sabe que apenas podiam supprir as grandes despesas que faziam nos transportes e nas matalotagens dos sujeitos, que da Europa iam para a America, ou na America se mudavam de umas partes para outras! Além de que, dado e não concedido, que esta religião excedesse ás mais nas rendas e bens que possuia, nem por isso esse excesso lhe era superfluo, para acudir ás enfermidades, principalmente não acceitando elles (os Jesuitas), dótes, nem estipendio pelas missas e sermões ou algum outro acto de seu ministerio.

Si eram immensas taes riquezas — onde estão hoje e onde se conservam? Elles não as trouxeram consigo; porque vistos e revistos com toda exacção os seus cubiculos e bahús, esquadrinhados todos os logares subterraneos e ainda os tectos das egrejas, despojando-os de tudo, menos de algumas e poucas alfaias de seu uso, os obrigaram a saïr dos collegios. Vieram essas riquezas por Portugal e Hespanha? Si vieram por Hespanha, como esta se achou tão pobre que começou a usar de cedulas?

Os de Portugal pediram augmento da pensão e se lhes respondeu que para tanto não abrangiam as rendas que possuiam. Ou não existiram ou sumiram-se por arte do Diabo! Teriam escondido, como fizeram os do Rio de Janeiro por um leigo nos alicerces da Egreja Nova? *Ora* (o grypho é nosso) *eu não quero negar este facto* (*ainda que o podia negar*), *não sabendo de certo si é falso ou verdadeiro.* Não eram os Jesuitas tão parvos que fossem confiar *esse segredo* a um leigo... Dando de barato a verdade do facto, pergunto ao sr. Gama: si elle soubesse que lhe haviam de ir á sua casa sequestrar todos os seus bens por um crime

falso, não faria diligencia para occultar taes bens? O que o sr. Gama faria *sem exemplo*, fizeram os Jesuitas *em boa consciencia*. Não vitupere os Jesuitas de fazerem o que todos fariam em similhantes casos e circunstancias. — *Si acaso occultaram o dinheiro — era seu* e não alheio, *e si depois o tiraram d'onde o tinham escondido*, não foi ligeireza — foi cautela, foi advertencia, foi prudente resolução.»

Estas palavras machiavelicas geram em nosso espirito incertezas quanto aos thesouros do Castello, e é por isso que, quando pedem a nossa humilde opinião, sôbre a existencia delles, respondemos: — póde ser que sim, póde ser que não. Entretanto, na última edição do poema *O Uruguái*, feita em Pelotas (1900), Montenegro emitte este juizo: «as riquezas dos Jesuitas ficaram no Brasil e aos poucos vão sendo retiradas pelos seus agentes ou descobertas por acaso».

Cito o seguinte facto: em fins de Junho de 1890, um bando de Ciganos appareceu em Cruz-Alta e acampou na estrada que vai ao Passo Fundo, pouco além da lagoa da Barra; *exactamente* na crista da Cochilha Grande.

No dia 4 de Julho desappareceu esse bando mysterioso, e ninguem em todo o Estado sabe a direcção que levou. Visitado o logar, foi vista larga excavação, e na profundidade de cinco palmos *um caixão de pedra de cantaria*, admiravelmente trabalhado, estando a tampa ao lado da excavação. E note-se que em toda aquella zona não existe pedra egual á do caixão. A conclusão logica a tirar é que alli se guardara avultado thesouro, e que os pretensos Ciganos o encontraram por meio de observação astronomica, *pois só cavaram naquelle logar*.

E quem seriam esses Ciganos sinão emissarios dos antigos dominadores daquella região?

Sôbre minucias dêste facto manda o operoso auctor ler a *Gazeta Serrana* de 13 de Julho de 1890 e o *Almanack Literario e Estatistico do Rio Grande do Sul* de 1893, pag. 35 (Chronica).

Bibliotheca, com certeza, não será encontrada nas explorações do Castello, porque os livros pertencentes aos Jesuitas foram levados á praça pública, como consta do volumoso ca-

talogo, escripto em letra miuda (naturalmente cópia), o qual póde ser visto no archivo do Instituto Historico.

Quanto a manuscriptos, é possivel descobri-los dentro das enormes paredes do edificio do antigo collegio.

Conta Mello Moraes pae, que o conselheiro dr. Antonio Manuel de Mello e o brigadeiro Ernesto Augusto Cesar Eduardo de Miranda referiram que, estando-se a fazer obras nas cozinhas dos Jesuitas, sentiu-se enfraquecido o logar de uma parede, e ao abater-se caïu o frontal de uma especie de armario de tijolos, feito dentro da parede, onde estavam guardados e bem conservados muitos dos documentos manuscriptos, e como os trabalhadores lhes não dessem *grande valor*, os mandaram deitar no quintal. Quando dêsse facto teve noticia o conselheiro Mello, alguns dias depois, mandando em busca dessas preciosidades, estavam os papeis dilacerados e completamente inutilizados pelas muitas chuvas, de modo a se não poder ler uma palavra!

Aproveitando o espaço que nos resta, daremos, com referencia a Basilio da Gama, uma noticia que deve alegrar aos estudiosos da Historia e Literatura brasileira.

Em uma pasta deixada por Joaquim Norberto de Sousa Silva na secretaria do Instituto Historico, encontrou o Sr. conselheiro Araripe grande número de notas, interessantes apontamentos bibliographicos sôbre os trabalhos poeticos de Basilio, e chartas autographas de diversas pessoas importantes, dando a Norberto informações sôbre a vida do auctor do *Uruguái* e do *Quitubia*. O sr. conselheiro Araripe cuidadosamente encadernou todos esses papeis, que estão guardados no archivo do mesmo Instituto.

Parece que Norberto tinha em mira a publicação de uma nova edição de todas as obras de Basilio da Gama, e esperava ainda por mais minuciosas informações sôbre a biographia do poeta; pois, como é sabido, ella offerece muitos ponctos obscuros e de difficil explicação.

Em 15 de Maio de 1891 a morte surprehendeu o illustre literato sem ter podido levar a cabo o seu patriotico projecto.

Ainda dessa vez foi infeliz o nosso José Basilio da Gama! Fica elle á espera de uma biographia verdadeira; porquanto as que têm sido escriptas são um perfeito *embroglio*, contradictorias e até anachronicas.

Entre as chartas supra mencionadas são dignas de leitura as de João Francisco Lisboa, bispo d. Antonio Viçoso, padre Corrêa de Almeida, Innocencio da Silva, barão de Nogueira da Gama, dr. Jeronymo Penido e conselheiro José Feliciano de Castilho.

Fazer extracto de taes documentos nos levaria muito longe; elles, até certo poncto, exclarecem algumas phases da vida de Basilio da Gama.

Prestamos serviço aos literatos da terra, que dêste modo ficam avisados; pois encontrarão farto manancial para tal mistér nesse caderno, onde está compendiado tudo quanto a respeito pôde obter o operoso Joaquim Norberto.

Si Felix Ferreira tivesse tido conhecimento dessas chartas teria, cremos, feito trabalho mais completo, quando pelas columnas do *Jornal do Commercio*, em 31 de Julho de 1895, primeiro centenario da morte de José Basilio, procurou levantar do exquecimento a memoria do poeta, nas veias do qual corria sangue do immortal Vasco da Gama, cujo brazão Basilio usava, por mercê régia, desde 1771.

29 de Julho de 1902.

---

## COPACABANA

Nessas *praias de limpidas areias*, trafegadas hoje pelos bondes da «Botanical Garden», onde em pitoresco promontorio se levanta a chamada *Egrejinha*, branca atalaia a dominar o futuroso bairro Ipanema, existiram, segundo referem chronistas, antigas tabas tamoias. Foram tambem morada predilecta dos socós, e d'ahi o nome, com que foram conhecidos taes sitios, — de Sacópenupan ou Sacupenopan — derivado, conforme opinião de Theodoro Sampaio, de *çocó-pê-nupan* — pancada nos socós — corrupção de *çoocó-apê-nupan* — ca-

minho batido dos socós. E' bem cabida tal etymologia, e perfeitamente explicada pela vizinhança da lagôa Rodrigo de Freitas.

A denominação de Copacabana ou antes Copacavana é muito mais moderna; nada tem, cremos, com Sacupenopan e tem origem por méra coincidencia, quando, alli, foi levantada pequena ermida em honra da Senhora, sob esta invocação, de origem peruana.

Desde os principios da cidade foram procurados esses logares, como vemos em antigas sesmarias concedidas em Botafogo, Gavea, Tijuca, nas quaes vem mencionada a supradicta lagôa.

Havia o *Concelho* em 1606 aforado a Affonso Fernandes 300 braças *começadas a medir do Pão de Assucar, correndo ao longo do mar salgado para a praia de João de Souza e para o certão costa brava tudo o que houvesse.* Em 1609 Domingas Mendes, viuva de Affonso, traspassa esta sesmaria, com o fôro de 1.000 réis, a Martim de Sá, para beneficio do engenho que o mesmo Martim *possuia* na lagôa (*Archivo Municipal*, 2° vol.). Este engenho era chamado de N. S. da Cabeça, ou d'El-Rei, e fôra mandado levantar por ordem régia, no tempo de Antonio de Salema. Beneficiado por Martim de Sá, e não deve ser confundido com outro de egual invocação, que esse governador possuia, em terras da Tijuca, passou a seu filho Salvador Benevides e dêste aos Assecas, seus descendentes.

Em 1598 Diogo de Amorim Soares, tendo obtido sesmaria em terrenos proximos á lagôa de Sacupenopan, fundou um engenho de assucar, sob o titulo de Nossa Senhora da Conceição. Tal propriedade passou mais tarde ao genro Sebastião Fagundes Varella, cuja assignatura autographa encontrámos nos velhos livros da Misericordia. Varella, mais tarde, em 1609, 1611 e 1617, obteve outras terras, tornando-se possuidor da grande fazenda ulteriormente conhecida pelo nome de Rodrigo de Freitas, a qual abrangia immensa zona com 1.700 braças de testada e 4.500.000 braças de área incluindo a lagôa, como foi verificado na medição feita em 1809.

Em curiosa memoria, impressa no tomo 62° da *Revista do Instituto Historico*, fundando-se em documentos existentes no archivo do Thesouro Nacional, o erudito sr. Luiz da França

Almeida e Sá nos fornece curiosas minucias sôbre a fazenda da Conceição, comprada em 1809 pelo Govêrno. Pertencia a João de Freitas Castro e d. Leonor Maria de Mello Pereira Sampaio. Havendo fallecido aquelle em 1779, passou a seu herdeiro Rodrigo de Freitas de Mello e Castro. Em 1770 Rodrigo casou-se em Guimarães, onde sempre viveu, com d. Josepha Margarida Soares Thomasia Cardoso e Meneses, e falleceu em 1803, deixando por successores Ayres de Freitas Mello e Castro (morreu solteiro em Portugal em 6 de Março de 1811) e d. Maria Leonor de Freitas Mello e Castro, que vendeu por 42:193$430 ao Govêrno, sendo ministro o conde de Linhares, a importante fazenda da Conceição de Sacupenopan.

Como é sabido, o Govêrno, por escriptura de 18 de Dezembro de 1869, comprou por 50 apolices á Camara Municipal o dominio directo de todas essas terras, cuja planta havia sido levantada pelo tenente general Carlos Augusto Napion, tendo por ajudante o capitão Jacques Augusto Conny.

Mas o dominio dos Castros era muito mais antigo; porquando na *Gazeta de Lisboa*, n. 34, de 28 de Agosto de 1748, se encontra (segundo uma nota que nos foi offerecida pelo sr. senador Manuel Barata) a noticia de «haver fallecido em 12 de Julho de 1748, em edade de 61 annos, na quinta de Suariba, da freguezia de Sam Payo de Visella, termo da villa de Guimarães — Rodrigo de Freitas Castro, fidalgo da Casa Real, cavalleiro de Christo, senhor do engenho da Lagôa e da mesma lagôa, padroeiro da egreja da Conceição na cidade do Rio de Janeiro; e neste Reino, senhor das quintas de Suariba, Ribeira, Lage, Germonde e Carral, que serviu a sua Magestade com as patentes de capitão de cavallos e tenente-coronel no Estado do Brasil, e no soccorro da Nova Colonia (do Sacramento) sempre com grande valor e bom procedimento». Foi pois este Rodrigo, successor de Fagundes Varella, quem deu o nome á lagôa, pelo qual é, ainda hoje, conhecida. Tinha elle casa de residencia nesta cidade, á rua de S. José, como podemos deprehender de uma escriptura da Misericordia, em que Castro figura como fiador.

Não é fóra de proposito lembrar aqui a portaria de 24 de Janeiro de 1885, do Ministerio da Fazenda, em resposta ao officio n. 944 da Camara Municipal, em que esta corpo-

ração protestava contra o aforamento de terrenos que marginam a lagôa Rodrigo de Freitas, dos quaes o Govêrno se considerava senhor allodial em virtude da transacção feita em 1869.

Entre outros possuidores de terras em Copacabana, lembraremos André de Leão, Bartholomeu de Seixas, Francisco Caldas, Manuel Pinto e seus successores, que todos eram considerados foreiros da Camara, em virtude da segunda medição, feita em 1753.

Para completar, como é sabido, a legua e meia de testada da primeira sesmaria concedida por Estacio de Sá e Mem de Sá, e havendo para isso encontrado embaraços pelo mar do Vallongo, entendeu o juiz dr. Manuel Monteiro de Vasconcellos fazê-lo pelo lado da Copacabana, partindo de novo da *Casa de pedra.*

Esta medição comprehendeu o morro da Viuva, morro do Secretario, a chapada entre as montanhas da Urca e Babylonia, Cruz das Almas e Oiteiro de N. S. da Copacabana. Em todo esse trajecto, diz Haddock Lobo, atravessam com differentes emprestimos as terras dos Religiosos de S. Bento, as cabeceiras do lago de Botafogo, o principio da rua de São Clemente e praia da Copacabana.

Cumpre nestas notas declarar que taes terrenos foram mais ou menos aproveitados; os productos da pequena lavoura eram em canôas transportados a esta cidade por fóra da barra ou conduzidos ás costas de muares até o rio, hoje denominado Berquó, então perfeitamente navegavel, e d'ahi em pequenas embarcações, que demandavam o sacco de João de Sousa (Botafogo) e delle, por via maritima, vinham á cidade. Tinham grande fama os ananazes de Copacabana, e disso nos dá noticia Debret em sua obra — *Viagem ao Brasil.*

Para se chegar á capella havia antigamente tres caminhos: o primeiro, a travessa da praia Funda, que cortava a fazenda Copacabana, mais tarde terras do Fialho, e communicava o Campo de Leblon com a praia do Arpoador e Copacabana. Nesse caminho, em occasião em que se procedia ao exgôtto da lagôa, falleceu afogado o avô do conhecido pharmaceutico João Luiz da Silva, morador na Gavea.

Em casa dos Silvas recebeu digna hospedagem a commissão encarregada, em 1838, pelo Instituto Historico e Geographico Brasileiro, de estudar os pretendidos characteres phenicios gravados na pedra da Gavea, como consta do 1º volume da *Revista* do mesmo Instituto.

A segunda via de communicação era constituida pelo prolongamento da rua da Real Grandeza, aberta em terrenos de José Martins Barroso, cujos antecessores foram o padre Jacintho Pires Lima, Antonio Pires Affonso, d. Tereza Ferreira de Carvalho, João Pereira Cabral, Anna Joaquina de Almeida Castello Branco, brigadeiro Manuel de Almeida Castello Branco e sua mulher Helena da Cruz Pinto, Anna de Faria, Domingos Gomes Freire e Rodrigo de Freitas (1718).

A terceira, denominada Estrada Geral ou do Leme, começava na praia de Botafogo, encostada ao morro do Mathias ou do Secretario, constituindo hoje a rua da Passagem, antiga Copacabana e tambem do Pasmado. Não seguia direcção recta, nem em um só plano. Fazia differentes quebrados e da altura da hoje rua Guapimirim subia até o forte do Leme, d'ahi corria em linha quasi recta e parallela á costa do mar, formava um arco até findar na praia de Copacabana.

Nesta estrada ainda hoje se notam os restos da antiga fortificação, mandada levantar pelo marquez de Lavradio, como consta do relatorio, com que passou o govêrno ao successor Luiz de Vasconcellos. Do lado de Botafogo ainda podemos ver o arco situado entre a garganta formada pelas duas séries de montanhas. Ao espirito organizador de Lavradio não escapou a vantagem de oppor resistencia a tropas inimigas que, conseguido desembarque na antiga Sacupenopan, pudessem procurar o coração da cidade. Para isso, além de edificar a fortaleza do Leme, estabeleceu reductos em varios ponctos da praia; disso nos dão provas as peças de artilharia, que ainda existem soterradas pelas areias, juncto á Egrejinha. Dêsses canhões já deu succinta descripção o illustrado dr. Pires de Almeida, na *Gazeta de Noticias*. A idéa de um desembarque em Copacabana foi tentada em 1710 por Duclerc, o qual foi facilmente batido pelas milicias do logar. Dizem que o nome de Leme vem do primeiro commandante dêsse fortim; mas

contra isto protestam escripturas antigas (1720), onde vem exarada esta denominação, em tempos em que se não cogitava de fortificações nesse desfiladeiro.

Pretendem outros que o nome vem da figura que representa a ponta da Vigia, similhante ao leme de uma embarcação. O mesmo dá-se com a chamada ponta do Cajú, em S. Christovam, a qual nos mappas apresenta perfeitamente a fórma dêsse fructo.

Outros enfim asseveram que o nome se deriva de uma pedra que tem a figura de um leme, a qual é vista nas vasantes; mas esta pedra é tambem conhecida por *Pedra do annel*, e entre annel e leme ha tanta differença como d'agua para o vinho ! Foi o conde de Resende quem mandou desguarnecer o forte do Leme, apresentando razões de economias, as quaes podem ser lidas no *Archivo Municipal*, tomo 1° (1894).

Em 1797 servia como commandante dos fortes do Leme e de S. Clemente (rua de Humaitá) o sargento-mór Luiz Sotero da Costa.

Do que era em 1819 a Copacabana, dá-nos perfeita idéa a cópia de um mappa, tirada do — Archivo Militar — com o titulo — *Planta Topographica do Terreno ao Sul da Cidade do Rio de Janeiro, comprehendido Entre A Dita Cidade E O Oceano*. Levantada em Outubro de 1819 pelo inspector de engenheiros — *com o projecto das Fortificações a fazer, para evitar o desembarque na Costa, e no caso d'este se effectuar, poderem avançar os desembarcados para a cidade*, esta planta figura, como annexo, em umas razões finaes de notavel e recente pleito apresentadas, sôbre terrenos em Copacabana, aos tribunaes desta capital. Comparando tal charta antiga com os melhoramentos introduzidos, ha annos, nesse suburbio, não podemos deixar de tecer elogios aos heroicos propugnadores do engrandecimento da antiga praia dos Socós.

Em vez das ruas e praças de hoje — azinhagas e bibócas, desfiladeiros e esconderijos, um dos quaes tinha o nome de *Caminho dos pretos quebra-bolos*.

Entre os morros notamos os do Faria, Caeira, Coqueiro, Sapateiro, Desfiladeiro, Brocó, Mathias, Babylonia, Telegrapho, etc. Entre as roças ou fazendas : as de Sanct'Anna, Francisco José, Preto Miguel, Suzano, Sobral, Boticario, Vigario

Geral, da Viuva, Bicudo, Padre Jacintho, Domingos Lopes, D. Isabel, Escolastica, etc.

Do morro da Vigia até o promontorio da Egrejinha extendia-se a grande praia dividida em duas pelas pedras do Inhangá : — praia da Vigia, do Leme e de Copacabana, e em seguida a esta a do Arpoador.

Fomos além do que desejaramos; mas não deixaremos de apresentar aponctamentos sôbre a capella de Nossa Senhora, cuja festa se realizou no dia 3 do corrente, porquanto com elles buscaremos estudar a epocha da fundação dêsse sanctuario, poncto de mira para os navegantes, que em demanda das nossas plagas o encontram no leito de pedras do *Gigante que dorme*.

5 de Agosto de 1902.

## A EGREJINHA DA COPACABANA

Como exquecer o famoso lôgro, em que caïram clero, nobreza (inclusive os proprios imperantes) e povo desta cidade, quando em Agosto de 1858 circulou o boato de haverem dado á costa, na praia da Copacabana, duas immensas baleias ?

Em 22, 23 e 24, durante dia e noite, succediam-se compactas caravanas de curiosos, uns a pé e outros a cavallo, estes em carros e seges, aquelles em carroças.

As cocheiras tiveram o seu S. Miguel, não escapando até os magros burros carregadores de carvão !

Armaram-se na praia barracas de comes e bebes ; accenderam-se fogueiras, ao clarão das quaes dansavam os capadocios do tempo ao som dos realejos tocados por *carcamanos*, que moïam o *Trovador*, a *Somnambula* e os *Lombardos*.

O Chirol, professor de piano, compoz, para commemorar o acontecimento, um lundú especial ; mas, e isto é curioso, ninguem viu os *Cetaceos* !

Destas romarias, porém, advieram bons resultados : muita gente ficou conhecendo o panorama encantador da antiga Socópenupan.

Dêsse tempo datam os progressos do arrabalde; os moradores das redondezas, tomados de sancto enthusiasmo, como veremos, resolveram salvar de imminente ruïna a antiga capella, cuja historia passada vamos tentar descrever.

Foi na egreja da Misericordia que teve principio a devoção de Nossa Senhora da Copacabana. Quando, segundo frei Agostinho de Sancta Maria, o padre Miguel da Costa em 1638, com licença do provedor e Mesa, collocou a imagem de Nossa Senhora do Bomsuccesso na Sancta Casa, fê-lo, por estarem occupados os outros altares, no que pertencia a Nossa Senhora da Copacabana, — d'onde se colhe, refere o auctor do *Sanctuario Marianno*: «que logo *nos principios daquella Caza*, se collocou na sua egreja a imagem da Senhora ; e porque não nos referiram nada della, digo o que se me representa, e é que como a Senhora é tida em todo o Imperio Peruano por um grande prodigio pelos continuos milagres, que continuamente obra naquella sua sagrada Imagem Peruana, poderia ser a trouxesse de lá algum Portuguez, como a trazem muitos em uns relicarios de prata ».

Por este tempo Nicoláo Baldim (22 de Outubro de 1614), obtinha de sesmaria 1.500 braças em Suruhi e alli, em terras pertencentes depois ao conego Antonio Duarte Raposo, foi fundada uma capella sob a invocação de Copacabana.

O dr. Cortines Laxe em sua obra *Regimento das Camaras Municipaes*, baseado no testimunho do dr. Francisco Gomes da Motta e do vigario do Rio Bonito Virtulino Bezerra Cavalcanti, parece querer negar a existencia de tal ermida. Quando não bastassem as verbas testamentarias citadas por monsenhor Pizarro, nas quaes se faz expressa menção de Nossa Senhora de Copacabana de Suruhi, era sufficiente para nos convencer da veracidade dêsse facto o que podemos ler no documento n. 351 do archivo do Instituto Historico. Por escriptura de 24 de Septembro de 1669, lavrada pelo tabellião Antonio de Andrade o moço, o padre Francisco Gomes da Rocha fez doação á *Egreja e Irmandade* de Nossa Senhora de Copacabana, sita em sua freguezia em Suruhi, de uma sorte de terras que comprara a Luiz Lopes Robalo, principiando a medir do porto, que foi de Gaspar Marins, *e testada pelo rio acima até entestar* com o

marco de Estevão Gago e *irá correndo o rumo para a* Carioca, e mais tres braças ao redor da dicta egreja, fóra do adro.

Vem isto a pêllo para provar que enquanto a antiga praia de Sacópenupan conservava o nome, era conhecida no Brasil a palavra *Copacabana*, e esta, em hypothese alguma, salvo melhor juizo, póde ser considerada corruptela do primeiro. De mais, tal invocação, oriunda do Perú, era tambem conhecida em Portugal, como refere frei Agostinho de Sancta Maria, nos tomos 1° e 5° de sua já citada obra *Sanctuario Marianno*.

E', hoje, quasi impossivel saber, porque e em que anno saïa da Misericordia a imagem de Nossa Senhora da Copacabana, para a praia das Pescarias. Nada, a respeito, pudemos encontrar nos antigos livros do archivo da Sancta Casa.

Já em 1732 a ermida caïa em ruinas, como se deprehende da pastoral do bispo d. frei Antonio de Guadalupe (de 2 de Septembro), em a qual o prelado, sob pena de interdicção, ordenava, dentro do prazo de quatro mezes, concertos no telhado, paredes e alpendres.

Em 1746 João Gomes Pinna doou 100 braças de chãos de largo e 200 de comprido *em Sacopenapan a Nossa Senhora de Copacabana*, segundo a escriptura, lavrada no livro 48, pag. 192, do cartorio pertencente a Faustino Soares de Araujo (documento do archivo do Instituto Historico).

O grande benfeitor, porém, dêste sanctuario foi o bispo d. frei Antonio do Desterro, que o levantou em novo sitio da praia, construindo ao mesmo tempo a casa dos romeiros.

D. Antonio conhecia naturalmente a ermida desde que esteve no Rio de Janeiro, de passagem, quando foi tomar posse do bispado de Angola. Removido annos depois (1746) para a diocese do Rio de Janeiro, era anciosamente esperado, quando fóra da barra se desencadeou terrivel tempestade. O governador lançando mão de um hiate, surto neste porto, mandou o brigadeiro Pinto Alpoim em demanda do prelado.

O tufão impelliu o navio, que conduzia o bispo, até ás ilhas de Maricá.

Segundo a versão de um manuscripto (archivo do Instituto Historico), no momento do perigo d. frei Antonio do Desterro implorou o amparo de Nossa Senhora da Copacabana, cuja

ermida vira das alturas da ilha da Cotunduba e prometteu, caso escapasse do naufragio, tomar a si a restauração da capella. E cumprira a palavra.

Feitas as obras necessarias, d. Antonio commetteu a administração da egrejinha aos monges de S. Bento, seus confrades; mas o abbade frei Manuel do Espirito Sancto recusou a incumbencia (Balthasar Lisboa, tomo 6° — *Annaes do Rio de Janeiro*).

Voltou-se o bispo para os Carmelitas, e pela escriptura de 13 de Julho de 1771 doou a estes religiosos a capella e mais dependencias, com a condição de cuidarem elles do culto e conservação.

Depois os Carmelitas desistiram da posse e administração, *pelos inconvenientes*, diz Pizarro, *que sentiu aquella Religião, pela residencia, no sitio, de alguns de seus individuos* !

Por escriptura de 24 de Maio de 1773 passou o prelado ao Seminario da Lapa o encargo recusado pelos Carmelitas.

Todas estas circunstancias estão minuciosamente referidas em documento ha annos publicado (*Jornal do Commercio*, 13 de Septembro de 1896). Ahi, d. frei Antonio do Desterro sustenta que a capella e todos seus pertences *haviam sido reedificados á sua custa.*

Desde então foram pela Camara considerados pertencentes á Mitra os terrenos da egrejinha e suas circunvizinhanças.

Quando em 1845 Bernardino José Ribeiro vendeu a Carlos Leblon terras, que depois passaram a Francisco José Fialho, declarou na escriptura que não vendia a capella por pertencer á Mitra; *nada disse*, refere Innocencio Maciel, *sôbre a casa dos romeiros; no entanto, que tambem ella pertence á Mitra e não á Fazenda*, como melhor se encontrará na secretaria do Bispado.

Extincto o Seminario da Lapa, o diocesano nomeou administradores particulares, e entre elles figura d. Aldonsa da Silva Roza.

Em documento, firmado pelo secretario do Bispado, conego José Antonio da Silva Chaves, além do que vai acima referido, affirmou este ecclesiastico: que desde 1821 ouvira dizer pertencia a Capella de Nossa Senhora da Copacabana á *Mitra d'este Bispado, desde epocha muito remota.*

«No tempo do bispo d. José Caetano de Sousa Coutinho (*Jornal do Commercio* supracitado), accrescenta o conego Chaves, foram a capella e *casa dos romeiros* reedificadas pelo padre mestre frei José Joaquim de Castro Laboreira, sob direcção do mestre de obras Ignacio Ferreira Pinto, concorrendo para tal fim com muitas esmolas os devotos, inclusive o bispo, que deu um conto de réis.»

Em 1827 d. José hospedou-se na *casa dos romeiros* e encarregou a administração da egrejinha a João da Costa Passos, e dêste passou a outros, no tempo do bispo d. Manuel do Monte Rodrigues de Araujo (conde de Irajá). Este João da Costa Passos era possuidor da fazenda da Copacabana por havê-la herdado de seu pae, Antonio da Costa Passos, o qual, por sua vez a herdara de um tio, Manuel dos Santos Passos, successor de d. Aldonsa Roza.

Longe da cidade, não havendo meios faceis de communicação, jazia a ermida como que abandonada e só conhecida dos poucos devotos, que em modesta romaria a procuravam no dia da festa annual.

Collocada em frente do Oceano Atlantico e desabrigada para resistir ao embate dos ventos e das chuvas, ia mais uma vez em decadencia a antiga egrejinha, quando aconteceu o caso das baleias.

Já em Septembro de 1858 eram trasladadas as imagens para casa de d. Teresa Martins de Araujo Monteiro, que se offereceu para mandá-las encarnar de novo e cuidar das vestimentas. O bispo concedeu licença para a instituição de uma Irmandade, regularmente organizada, cousa que foi levada a effeito em 24 de Septembro dêsse mesmo anno, diz a chronica fluminense da folhinha Laemmert. Depois de celebrada uma missa por alma do imperador Pedro I e finda esta ceremonia, abençoou o officiante as obras, que iam começar, e foram collocadas as primeiras pedras do alicerce da sacristia.

Um mez depois, na casa n. 16 da rua da Copacabana foi apresentado e approvado o projecto do Compromisso pela commissão, composta do brigadeiro José Mariano de Mattos, dr. Manuel Antonio de Magalhães Calvet e José Carlos de Almeida Torres. Nesta reunião ficaram considerados funda-

dores da Irmandade Polydoro da Fonseca Quintanilha Jordão, o conde de Iguassú, Pedro Ignacio de Miranda, Bernardo Casimiro de Freitas, Bernardino José de Abreu, Ernesto Harper, Francisco da Cruz Maia, Antonio José do Amaral, José Francisco da Costa, João Ferreira Pinto Filgueiras, Luiz Cypriano Pinheiro de Andrade, Cesario dos Passos Miranda, Antonio Alves dos Santos, Caetano José de Olixeira Roxo, dr. José Custodio Nunes, Antonio Soares de Miranda, Lucio Pavoli de Meneses, padre Ezequiel Pereira e Joaquim Luiz Soares de Miranda.

De 1885 a 1887 importantes melhoramentos foram feitos na egrejinha, sendo provedor Antonio Teixeira Rodrigues, mais tarde conde de Sancta Marinha, hoje fallecido.

Em 31 de Julho de 1887 estavam terminadas as obras, tendo sido encarregado da benção o conego Manuel Marques de Gouvêa.

Dado o impulso, a Irmandade de N. S. da Copacabana, dirigida pelos mais importantes moradores da freguezia da Lagôa, tem ido caminho do progresso.

Poncto terminal dos cabos submarinos, a antiga Sacópenupan pela bondade de seus ares e vantagens de seus banhos será em breve a nossa Cascáes.

A' «Botanical Garden» muito deve esse arrabalde, hoje muito frequentado e onde se ostentam bellas e graciosas vivendas.

No meio de tanto progredir não póde ser exquecido o nome do velho coronel Antonio José da Silva, grande devoto da Virgem, cuja capella, segundo os desejos de illustre senhora de nosso conhecimento, deverá subir de categoria.

— Não morro, diz ella, sem ver a egrejinha passar a freguezia de N. S. da Copacabana.

12 de Agosto de 1902.

# OS FUNDADORES DA GLORIA

## (O ERMITÃO CAMINHA)

Grande número dos nossos sanctuarios e templos de hoje deveram a fundação aos chamados ermitãos, individuos que fugindo ao bulicio do mundo buscavam a solidão das brenhas, e alli, construindo pequenos nichos ao sancto ou sancta de sua devoção, passaram o resto da existencia na prece, olhos volvidos para as cousas do Céu.

Houve os conscienciosos, honestos e abnegados, que representaram perfeitamente seu papel e, no meio de todas as privações, souberam augmentar o patrimonio adquirido á custa das offertas e esmolas dos fieis e dos devotos.

Serve de exemplo esse Pedro Ribeiro, que recolhido (1672) á Sancta Casa desta cidade, depositava, prestes a morrer, nas mãos de seu confessor, minuciosa relação de como gerira os bens, pertencentes ao Bom Jesus de Iguape, de cuja capella fôra, por muitos annos, dedicado ermitão.

Sobem, porém, de poncto os applausos da posteridade para os solitarios, que, além de prestar serviços á religião, deram de si provas de alevantado altruismo, enchendo o tempo da vida com os mais nobres exemplos de ábnegação e de caridade.

Quem ha que respeitoso se não curve ante a memoria de um Anchiéta, de um Estanisláo de Campos, de um frei Fabiano de Christo, de um frei Chagas, do ermitão do Caraça, frei Lourenço de Nossa Senhora, antes Carlos de Mendonça Tàvora ou, enfim, do ermão Joaquim, o Vicente de Paulo brasileiro?

Caïram-nos da penna estas palavras, ao reler, ha dias, o mimoso romance do inolvidavel José de Alencar — *O Ermitão da Gloria*, onde o typo de Caminha é apresentado por modo acceitavel na lenda e no romance, mas em contradicção com os documentos existentes, os quaes de sua vida dão idéa muito diversa.

Já em 13 de Maio do anno corrente e a proposito da estatua do benemerito visconde do Rio-Branco, algumas notas apresentámos neste mesmo jornal, com referencia á topologia do bairro da Gloria.

Alli, como é sabido, em 1671 fundou o ermitão Antonio Caminha modesta ermida sôbre o antigo outeiro de Lerype, que em 1699 foi doado pelo proprietario dr. Claudio Grugel do Amaral para patrimonio de Nossa Senhora, cuja festa tradicional se realizou ha pouco.

Convém, aqui, mais uma vez repetir — *o morro de Lerype* foi nos primeiros tempos o nome do actual morro da Gloria, e não como erradamente se vai repetindo do actual morro da Viuva. Para prová-lo basta citar a sesmaria, concedida pela Camara ao sapateiro Sebastião Gonçalves, onde a expressão *por traz do morro de Lerype* indica perfeitamente a hoje praia do Flamengo, a qual teve em tempo tambem o nome do supracitado Gonçalves.

Pondo em contribuição o que lemos no *Sanctuario Marianno*, cujo 10° volume é baseado nas informações ministradas por frei Miguel de S. Francisco, e em documentos appensos aos autos de antiga demanda, chegámos a esta conclusão:

Antonio Caminha não foi totalmente desapegado dos bens do mundo; proprietario de vastos terrenos, teve descendentes, a quem legou os haveres e, salvo melhor juizo, não podia elle ser o anachoreta tal como o pinta a phantasia de poetas e romancistas.

Entre os filhos do nosso ermitão encontramos o padre João Caminha, que, por deliberação da Mesa da Misericordia, em data de 1° de Abril de 1701 foi eleito capellão do côro, sendo provedor o dr. Claudio do Amaral (livro 3° dos Accórdãos, pag. 38).

Segundo o chronista Sancta Maria (tomo 6°), era Antonio Caminha natural de Aveiro, passou ao Brasil, fixando residencia no Rio de Janeiro, onde, *apartado da cidade sem ambição de ouro,* andava vestido com o habito da Ordem Terceira de S. Francisco. Aqui edificou tosca ermida, em que collocou a imagem de Nossa Senhora da Gloria por elle mesmo fabricada, pois era *por arte, curiosidade, ou natural genio, insigne esculptor.*

Sem, todavia, mencionar o frade o motivo da imprevista mudança, resolveu-se Caminha a regressar á terra natal, levando comsigo, para offerecer ao rei d. João V, outra imagem

perfeitamente egual á que já era venerada no Rio de Janeiro. Nesta faina levou dous annos, sendo ajudado por dous mancebos flamengos, que indicaram ao ermitão o local, onde acharia madeira apropriada. A' custa dos devotos mandou fazer para a segunda imagem uma corôa de prata, e tres anneis para offerecer um ao rei e os demais á rainha e ao infante d. Francisco. Tractou de embarcar, levando a imagem dentro de um grande e pesado caixão, aproveitando-se do navio *Falcão*, cujo commandante era Manuel da Rocha Lima. Os engrossadores e intrigantes foram dizer ao bispo (naturalmente d. Francisco de S. Jeronymo) que Caminha queria fugir levando joias pertencentes á primeira imagem — a do Outeiro.

*Tal guerra lhe fizeram*, diz o chronista, *ou lhe moveu o Demonio, que o prelado o mandou prender e deter*! Enquanto ia Caminha caminho da cadeia, singrava o *Falcão*, levando em direitura á Lisboa o precioso deposito. Corria o *anno de 1708*, quando isto aconteceu, e no dia de S. Thomé violenta tempestade arrojou o navio de encontro ás costas do Algarve. Depois de muitas peripecias foi o caixão respeitado pelas ondas e appareceu entre os rochedos da cidade de Lages. Alli, os Capuchos de S. Francisco apanharam o caixão e abrindo-o verificaram nada ter soffrido a imagem de Nossa Senhora. Collocaram-n'a no altar do convento, e é por isto que a imagem da Virgem da Gloria daquella cidade é perfeitamente egual á da cidade do Rio de Janeiro. Isto não combina com o que diz o mesmo frei Agostinho, no tomo 10° do *Sanctuario Marianno*. Neste refere que Caminha, por esse tempo, vivia satisfeito com a ermida do morro, onde residia; pois observava que graças á doação dos fieis, se tractava de edificar mais solida capella em substituição da primeira, feita de taipa de mão.

Quanto a nós o eremita permaneceu no Rio de Janeiro, cuidando da vida e continuando a ser possuidor de terras no local, onde mais tarde foi edificado o Convento da Ajuda. Consta isto de uma charta de sesmaria, passada por Gomes Freire de Andrade, em 6 de Abril de 1729, em favor de Francisco Cordovil de Siqueira, filho do capitão de infantaria An-

tonio Vaz Gago. Nesse documento, existente no Archivo Publico (volume 3°, *Ordens religiosas*) citam-se chãos no Campo de Nossa Senhora da Ajuda, defronte da *chacara que foy do Hermitão Antonio Caminha.*

O historico dêsses terrenos poderia ser por nós feito á vista dos autos supra mencionados, mais detidamente do que o referido na *Chronica Geral* do dr. Mello Moraes pae, onde o illustre historiographo dá a Antonio Caminha o titulo de padre. Nunca foi, sendo verdade que accrescentou aos dous nomes o appellido *Gloriano,* com que assignou documentos cujas cópias tivemos occasião de ler.

Por agora, limitamo-nos a dizer que essas terras provinham de duas sesmarias, concedidas em 1573 aos mercadores Nuno Tavares e Francisco Raposo. Não tendo sido aproveitadas e caïndo em commisso, foram de novo concedidas a Lopo Fernandes Carneiro, cujos herdeiros as venderam a Caminha.

Este não as vendeu, como pretende o velho Moraes, mas deu-as em dote á sua filha, casada com Sebastião Mendes do Rosario, o qual, por sua vez, mais tarde as deu, tambem em dote, a uma filha, Marianna Rosa da Silva, esposa de Manuel Fernandes da Costa; e dêstes, ainda por herança, passaram a d. Maria de Jesus, casada com Alexandre Tavares da Silva, e á sua ermã, Helena Maria da Assumpção, bisnetas de Antonio Caminha Gloriano.

Além da escriptura de doação feita por Sebastião Rosario ao genro Costa, em 27 de Novembro de 1737, lemos os seguintes e curiosos aponctamentos: «Fui casado no Rio de Janeiro com Antonia da Gloria Rosa, filha de Antonio Caminha. Deu-me meu sogro metade de umas casas de páo a pique com 58 braças de chãos, que correm até o mar salgado perto de N. S. d'Ajuda; comprei a outra metade de casas a meu concunhado Francisco Cordeiro, casado com Helena de Faria, por 300$000, que deixei na mão de meu sogro por estar de viagem para Minas Geraes, e elle dito meu sogro as comprou em meu nome e as pagou com meu dinheiro, como consta da escriptura que está no cartorio de Fuão Godinho que morava adeante de N. Senhora do Parto, indo para a Ajuda, como tudo bem sabe meu cunhado padre João Caminha. Falleceu minha

mulher, foi seu testamenteiro o dito João Caminha, que fez inventario dos bens, dos quaes ficou de posse o referido padre, de que deve dar conta, etc.

«Sôbre as terras das casas *poz demanda a Irmandade da Gloria* ou a Camara para se fazer *o açougue*. Houve sentença a nosso favor — tanto no Rio como na Bahia e como a dita sentença póde servir de arresto ao ***Ermitão da Gloria, que póde pedir o que lhe não pertence*** — é o que me lembra por ora. Santos, 15 de Março de 1738».

Quem seria este ermitão da Gloria (naturalmente successor de Antonio Caminha) que demandava com os herdeiros do Gloriano sôbre terras do patrimonio delles?

A escriptura de 2 de Fevereiro de 1713, em que figura Antonio Caminha comprando em nome do genro Sebastião do Rosario, á filha Helena e a seu marido Francisco Cordeiro, é mais ou menos do teôr seguinte: «comprava metade de uma morada de casas formadas em 14 braças de testada, sitas no caminho e estrada ou rua que vai de Nossa Senhora da Ajuda para o boqueirão da Carioca e assim mais a metade dos chãos pertencentes ás ditas casas *em thé ao combro de areia d'onde batte o mar do dito boqueirão*, que havia dado como dote o mesmo Caminha á sua filha Helena, a qual metade das casas de taipa de mão vendião a seu sogro e pai Antonio Caminha por trezentos mil réis».

Longe iriamos nestas simples notas, si quizessemos tractar de todas as peripecias com relação ás terras da chacara de Caminha Gloriano. Passaremos por alto a decantada demanda entre as religiosas d'Ajuda e Fernandes da Costa, a qual só pôde ser terminada depois de sessenta annos, por accôrdo entre as mesmas religiosas e a bisneta de Caminha, Anna Joaquina de Jesus (10 de Julho de 1811).

A conclusão a tirar de todo este aranzel é que o nosso ermitão foi pelo menos um bom pai de familias, e que no meio da vida contemplativa não descurava das cousas terrenas, conservando e melhorando as terras de seu patrimonio particular.

Sua memoria deve ser grata á Irmandade da Gloria do Outeiro, a qual, annualmente, manda celebrar missas em suffragio de seu primitivo fundador.

O mesmo não acontecerá, no Convento d'Ajuda, onde a

lembrança do ermitão da Gloria e de seus descendentes não será tão prezada, tantas foram as inquietações, os sustos, as picardias, as tricas por elles causados ás dignas e sanctas religiosas, as quaes se viram envolvidas nas malhas dos provarás, sentenças, embargos, aggravos, vistorias, appellações, etc., etc.

Falta-nos espaço para tractar do doador do outeiro da Gloria, o dr. Claudio G. do Amaral Grugel, e não Gurgel, pois assim se assignava elle nos documentos da Sancta Casa da Misericordia, da qual foi importante provedor.

A vida dêsse homem, que nos ultimos tempos se ordenou *in sacris*, merece attenção e póde ser, até certo poncto, estudada nas *Consultas do Conselho Ultramarino* (archivo do Instituto Historico). Rico, gozando de influencia e tendo exercido varios cargos, falleceu desastradamente, victima dos odios e paixões do tempo.

Tal assumpto ficará para a proxima semana.

19 de agosto de 1902.

---

# OS FUNDADORES DA GLORIA

## (CLAUDIO GRUGEL DO AMARAL)

O antigo morro de Lerype (hoje outeiro da Gloria), no qual Antonio Caminha fundara a ermida dessa invocação, pertenceu á sesmaria de Julião Rangel de Macedo, cujos herdeiros o venderam á familia Rocha Freire.

O último possuidor, Gabriel da Rocha Freire, por sua vez o vendeu ao dr. Claudio Grugel do Amaral.

Por escriptura de 20 de Junho de 1609, este último fez doação á Irmandade de Nossa Senhora da Gloria: *do referido morro, para nelle edificar-se uma ermida, que fosse permanente; e não sendo assim ficaria revogada a doação, e com a condição de que na referida ermida lhe dariam sepultura a elle doador e a todos os seus descendentes e a quem lhes parecesse.*

Para patrimonio da sancta fez tambem doação de terras, no sopé do morro, as quaes, elle Amaral, por escriptura de 18

de Fevereiro de 1687, comprara a Manuel Lopes Carrilho, filho de João Lopes.

Consistiam em 100 braças, na praia da Carioca, *chacara denominada* ORIENTE, partindo do lado direito com terras da Carioca.

Nessas redondezas existia, de ha muito, um pequeno forte.

Na correcção, a que procedia o ouvidor geral, dr. João de Abreu e Silva, em 3 de Outubro de 1669, o procurador e mais officiaes do Concelho requereram que no caminho, «*que vai para a Carioca, na ponta do outeiro de Nossa Senhôra do Desterro, na ponte da Chacara* DO LIVREIRO, havia uma estrada pública, onde estava um reducto, que caïa para a praia, e, porquanto o possuidor da chacara que foi do defunto João de Abreu Rangel, Capitão que foi da fortaleza de S. João, tinha tomado o caminho, o reducto e a estrada publica, requeriam ao dicto ouvidor, fosse fazer vistoria, em presença da Camara, citadas as partes, e se restituisse ao Concelho, assim o dicto caminho, estrada e reducto, como o que se tivesse tomado de chão do Concelho, e o ouvidor assim o mandou» (*Archivo Municipal*, tomo 2°, pag. 571).

Abrindo um parenthese, digamos que perto da base do morro da Gloria, dominando a praia de *Sapucaitóba* (hoje do Flamengo), existiu tambem outro pequeno reducto conhecido pelo nome de forte de Manuel Velho; dêsses dous fortins, em 1799, era commandante o ajudante engenheiro Antonio de Sousa Coelho.

Nas terras pertencentes á viuva de Manuel Velho, havia estabelecido horto botanico um certo boticario Paiva, onde, com vantagem, eram cultivados a arvore da cochonilha e outros vegetaes.

*Na conta sobre a fortificação e artilheria e mais Fortalezas da praça e armazens do Rio de Janeiro*, mandada á metropole em 2 de Março de 1718 pelo governador Antonio de Britto Meneses, vemos que o forte da Carioca ou da Gloria estava desguarnecido e não merecia, pela posição, grande importancia. Assim, porém, não pensava o governador d. Alvaro da Silveira de Albuquerque, quando por patente de 12 de Março de 1703 nomeava capitão da referida fortaleza Claudio Grugel do Amaral.

Nesse documento, d. Alvaro fazia sentir a necessidade de tractar da maior defesa do Rio de Janeiro, a qual o movia a mandar reedificar o forte de Nossa Senhora da Gloria, sito na praia da Carioca, feito antigamente de barro e então completamente arruinado, no qual devia residir *pessoa por capitão, para que com o seu respeito e cuidado dê calor a que o dicto forte se ponha em sua ultima perfeição*, concorrendo taes requisitos, na pessoa de Claudio e o de ser uma das principaes desta cidade e *nella actualmente morador*, resolvia fazê-lo capitão do referido forte, com a clausula *que o mandaria reedificar de pedra e cal, á sua custa pela circumferencia do que antes era de barro.*

Na fé de officio de Amaral, resumida nessa patente, podemos colher alguns dados biographicos com relação a esse grande benfeitor da Gloria do Outeiro.

Assentou praça de soldado na companhia do capitão d. Gabriel Garcez Gralha, desde 1° de Março de 1682, até 1° de Agosto de 83, d'onde passou á companhia do capitão Francisco Munhoz Corrêa em que continuou até 30 de Septembro de 1686. Pelos governadores Pedro Gomes Duarte Teixeira Chaves e João Furtado de Mendonça foi o mesmo Claudio Amaral, provido nos cargos de provedor da Corôa e Fazenda real, e depois por Sebastião de Castro Caldas, nos de provedor da Fazenda real, juiz da alfandega e contador della, procedendo sempre com grande zêlo e desinteresse, havendo antes occupado por suas letras e merecimento os honrados cargos da Republica: de juiz, vereador e escrivão da Camara. No anno de 1695, vindo cinco navios francezes e entrando tres delles no porto desta cidade, prevenindo-se o referido governador Caldas e mandando aggregar as principaes pessoas ás companhias de guarnição e ordenanças, foi o dicto Amaral uma dellas e assistiu por decurso de um mez á tomada dos mantimentos para os dictos navios com todo o cuidado e desvêlo.

« Do mesmo modo, quando o nomearam por cabo de uma patrulha da defesa da praia de Sancta Luzia, logar dos mais arriscados e perigosos, observando o que se lhe encarregava, com conhecida resolução e ponctualidade, dando por este modo exemplo aos que o seguiam, e pedindo o dicto gover-

nador uma contribuição para as fortificações e quarteis, accudiu com madeiras e liberal donativo de dinheiro, na occasião em que, vindo um dos capitães das naos francezas, com lanchas e gente a tirar duas pessoas da referida nação, da cadeia da cidade, foi entre os moradores que acudiram ao assalto o dicto Claudio um dos primeiros, que com grande valor e destemido animo se poz em defesa contra os inimigos. Ultimamente obrou como bom soldado no metter das guardas, fazer ronda e sentinella com sua pessoa e seus escravos.»

Até ahi o amor pela causa pública. Do zêlo religioso de Claudio Grugel temos as provas no seguinte: como ministro da Ordem Terceira da Penitencia serviu durante os annos de 1701-1703.

Inscripto ermão da Misericordia em 30 de Março de 1683, foi mordomo dos presos, escrivão e mais tarde eleito provedor nos annos compromissaes de 1703-1704-1705. Entre os muitos serviços deliberou alargar a velha egreja da Sancta Casa, obtendo concessão da Camara para inutilizar um becco sem serventia, o qual existia do lado direito do templo.

Não nos foi possivel saber onde e quando recebeu Grugel do Amaral o gráo de doutor, nem tão pouco a epocha em que, naturalmente depois de viuvo, tomou ordens. Diz Pizarro que se ordenara *in sacris*, já de edade madura.

Cremos o fizesse para fugir ás perseguições, em que o envolveram os odios suscitados por pessoas de sua importante e rica familia, maxime seus dous filhos.

Em 1708, eram irreconciliaveis inimigos o ouvidor geral João da Costa Fonseca e o juiz de fóra Hippolyto Guido, os quaes tinham, por partidarios, importantes moradores da cidade, divididos em dous grandes grupos. Da facção Guido fazia parte o dr. Claudio do Amaral, que em uma noite, saindo de sua chacara, em companhia de Domingos Dias de Aguiar e um menino, foi atacado por varios embuçados com bacamartes, — fallecendo Aguiar e o referido menino.

Em charta de 20 de Janeiro de 1708, o juiz de fóra, perante o Conselho Ultramarino, accusa o ouvidor como mandatario do attentado. Em missiva de 3 de Fevereiro, o mesmo juiz queixa-se de que em certa noite os parciaes do ouvidor pintaram

a casa com tinta pouco cheirosa, *pondo-se-lhe demais duas pontas de boi, sendo elle um magistrado serio e casado*!

Pela consulta do Conselho de 6 de Fevereiro de 1709, vemos que Guido não escapou á sanha de seus inimigos, sendo mortalmente ferido em outra noite. Em 18 de Fevereiro de 1709, é nomeado para sindicar de tão singulares acontecimentos o desembargador Antonio da Cunha Souto Mayor. O proprio governador d. Fernando Martins accusava o ouvidor de máo procedimento e parecia favoravel aos partidarios do juiz de fóra.

Com as duas invasões francezas, parece, serenaram os odios, para pouco depois recrudescerem.

Um dos filhos do dr. Claudio, de nome Francisco Grugel do Amaral, indiciado como suspeito no assassinato do provedor da Fazenda, Pedro de Sousa Pereira, graças aos seus haveres e grande protecção, vivia incolume. Pretendeu mesmo ser nomeado para o referido cargo, chegando a offerecer a quantia de quarenta mil cruzados para construcção da fortaleza da ilha das Cobras. O governador d. Francisco de Tavora informou favoravelmente, mas teve de ceder deante da attitude energica do Conselho Ultramarino. Francisco Grugel é preso e enviado a Lisboa. Na devassa é envolvido o pae, que teve os bens sequestrados, sendo, todavia, esse sequestro levantado, segundo inferimos do 1° volume das *Publicações do Archivo Publico*. Pela consulta de 25 de Janeiro de 1715 consta que, accusado o proprio dr. Claudio da morte de um sargento, foi declarado livre de culpa. O negocio é affecto ao bispo, que, parecendo proteger o padre Amaral, dá-lhe commissões importantes na zona da diocese.

No Conselho o desembargador Antonio Rodrigues de Castro chama a attenção do Govêrno para os membros dessa familia «*pelo grande temor que a todos têm infundido justamente pelos horrores das mortes e violencias, com que esta familia dos Amaraes se tem feito temer em todo o Brasil, vingando a mais leve offensa com mortes e tyrannias*». Houve até quem chegasse a propôr a deportação ou exterminio, como então se dizia, do velho sacerdote, antigo capitão do fortim da Gloria!

Em charta dirigida ao Conselho Ultramarino, narra o ouvidor geral, Fernando Pereira de Vasconcellos: que no domingo de Ramos (de 1716) José Pacheco com José Grugel (outro filho do dr. Claudio), accompanhados de vinte ou trinta capangas brancos e negros escravos, invadiram a egreja de Campo Grande, onde se achava João Manuel de Mello, homem principal do logar, que tambem estava cercado por seus satelites. Travada a lucta, caïu João de Mello banhado em sangue. O celebrante deixa o altar e vem confessar o moribundo; é tambem atacado e morto a tiro de bala. O pequeno templo ficou maculado de sangue, vendo-se nos altares e retabulos signaes evidentes dos projecteis. A todos causava horror tão triste espectaculo!

A viuva de Mello vem á cidade trazendo o cadaver da victima, afim de reclamar justiça. O governador declara réos de morte a Amaral e a Pacheco, e publica um bando promettendo grandes recompensas a quem os trouxesse vivos ou mortos.

Além disso, manda arrasar a casa do dr. Claudio, onde julgava estarem acoutados os mandatarios dos horrorosos e sacrilegos attentados. Tropas cercam o engenho de Francisco Viegas, pae de Pacheco; sentinellas são postadas nas estradas, que conduzem a Minas e S. Paulo. Ha diversos encontros, em que são feridos alguns soldados e pessoas do sequito dos criminosos, que haviam fugido para os mattos.

A população da cidade fica em alvoroço e propõe-se a tirar desforra dos parentes de Amaral.

Estavam as cousas nesse pé, quando, saïndo ás 11 horas da noite o padre Claudio em companhia de seu parente o padre Ignacio Corrêa, foram atacados de emboscada por um grupo de populares. O padre Ignacio falleceu logo e o padre Claudio, recolhido á Misericordia, falleceu tres dias depois, victima dos ferimentos por arma de fogo.

Ignoramos si seus restos mortaes foram inhumados na Sancta Casa, ou si foram levados á capella da Gloria (segundo o disposto na escriptura da doação), pelos ermãos da confraria.

Essa dúvida toma vulto quando pelo capitulo 12° do Compromisso lemos: «os ermãos desta Irmandade não acompanharão os ermãos defuntos á sepultura por causa da distancia que ha da cidade á egreja».

Naturalmente, em favor do illustre morto, foi aberta excepção.

Elle a mereceu como grande benfeitor que havia sido do patrimonio de Nossa Senhora da Gloria do Outeiro.

26 de Agosto de 1902.

---

## O COLLEGIO DOS JESUITAS

Por alvará de 3 de Septembro de 1759 são os regulares da Companhia de Jesus havidos como rebeldes, traidores, declarados proscriptos, exterminados, desnaturalizados e expulsos de Portugal e seus dominios.

Encarregado de executar tão severas medidas, deu, como é sabido, cumprimento a ellas, aqui no Rio de Janeiro, Gomes Freire de Andrade.

Os discipulos de Loyola tiveram de abandonar a casa, situada no morro da Sé ou alto de S. Sebastião (hoje do Castello), a qual lhes havia servido de residencia durante cêrca de cento e noventa e dous annos.

É agora que mais uma vez está desoccupado esse trisecular edificio, um dos mais antigos desta cidade, vem de molde, em simples aponctamentos, narrar successos historicos que tiveram por theatro esse casarão pintado de amarello, que depois de servir de convento, de palacio ao vice-rei d. Antonio Rolim de Moura, abrigou dentro de suas grossas paredes e sob seus tectos abobadados a nossa Eschola de Medicina e foi, enfim, por muito tempo, hospital de soldados.

Já não é a mesma a architectura externa: grandes e rasgadas janellas substituiram as pequenas aberturas, por onde penetrava a luz, desde o tempo em que o conde da Cunha pretendeu mudar para o alto a residencia dos representantes do rei.

Pelas mudanças porque passaram os commodos internos não é posivel saber o logar, onde estavam collocadas as cellas em que viveram Anchieta, Gouvêa, Cardim e os cubiculos, em que falleceram Manuel da Nobrega, o historiador Simão de Vasconcellos e tantos outros luminares da Companhia, cujos nomes podem ser lidos na *Bibliotheca Lusitana*, do abbade Diogo Barbosa Machado.

Já se não póde ver o salão da bibliotheca, onde tantas resoluções importantes foram tomadas com relação ás cousas do Brasil, não se dedignando governadores de subir as ingremes ladeiras para tomar conselho dos padres, nos tempos aureos da Ordem.

Guias das consciencias, eram elles os supremos directores da opinião pública, monopolizadores do ensino; a tudo presidiam, não se tocando em uma palha sem que fôssem ouvidos.

Firme em seus profundos alicerces, tendo aos pés a bahia e a cidade velha, lá está o collegio, ainda o collegio, a dominar impavido, como nos tempos de prosperidade.

Alli encontraremos os vestigios do caminho por onde, a subir a Sancta Luzia, deviam transitar as cafruagens do vice-rei. Aqui essa famosa portaria, onde se realizaram acontecimentos importantes. Lá essa fortificação construida, segundo nos refere o grande Antonio Vieira, em 1623, quando no govêrno de Martim de Sá se esperava a cada momento no Rio de Janeiro uma invasão de Hollandezes.

Muralhas tão bem feitas e tão solidas que, em nossos dias, puderam supportar o choque das bombas e metralhas, no tempo da Revolta. Acolá contemplam-se ainda os gigantescos botaréos, que sustentam o immenso pêso daquella grande móle granitica, em cujas entranhas, segundo é fama, ha tortuosos corredores, subterraneos mysteriosos e medonhas cryptas.

Já não sôa como outr'ora o velho relogio annunciando, com precisão mathematica, aos antigos Cariocas, as horas do dia e da noite.

Erma está a velha egreja de Sancto Ignacio, em cujo pulpito brilharam as summidades da Companhia nos grandes dias da patria e da religião.

Estão apagadas as lampadas, que ainda ha pouco alluмiavam a severa e esculptural imagem do Senhor dos Perdões feita ha mais de dous seculos.

Tudo é silencio e abandono.

Muita gente ha, que nem por méra curiosidade foi admirar o arco cruzeiro, as capellas fundas, as columnas de pedra, capiteis de marmore, ruinas monumentaes do novo templo, que os Jesuitas projectavam levantar, quando foram feridos pelo decreto de expulsão, e nas quaes mão mysteriosa havia, em grandes characteres negros, inscripto: *ainda depois de destruida, Babylonia é grande* !

Que pretenderão fazer do antigo collegio do morro do Castello ? Que destino lhe vão dar ? Não o sabemos.

Enquanto o ignoramos, lembremos como em tempos idos a perseverança dos filhos de Loyola ergueu este edificio, ao qual está ligada grande parte da historia da cidade do Rio de Janeiro.

Ainda combatia Estacio de Sá, em Villa Velha, juncto ao Pão de Assucar, Francezes e Tamoios, e já os Jesuitas previdentes e practicos da vida pediam e obtinham immensa sesmaria, que partindo do rio Iguassú ou Catumbí ia terminar na tapéra de Inhaúma.

Era nesse tempo procurador da Companhia o incançavel padre Gonçalo de Oliveira, cujos serviços são narrados pelos chronistas do tempo.

Transferida por Mem de Sá a séde da povoação, em Março de 1567, para o morro, depois do Castello, obtiveram desse 3° governador geral sitio, onde pudessem levantar casa para cincoenta congregados. A liberalidade do cardeal d. Henrique e de d. Sebastião não se fez esperar: donativos, esmolas, as custas, os processos e as multas, tudo era applicado á construcção «do mosteiro de Jesus». Auxiliados pelo braço dos indigenas das duas aldeias de S. Lourenço e São Barnabé, foi facil a Nobrega e a seus companheiros irem, pouco e pouco, levantando edificio de pedra e cal, substituindo as primeiras e ligeiras construcções de taipa de mão. Já em 1583, quando aqui esteve o padre Fernão Cardim, na reitoria do padre Ignacio de Tolosa, tal era a abundancia do refeitorio do collegio do Rio, que aquelle padre

não podia determinar si seria superior ou não ao de Coimbra !

«A cêrca, accrescentava, é cousa formosa com muitas laranjeiras como as duas cêrcas de Evora, com um tanque e fonte, mas não se bebe della por a agua ser salobra, muitos marmeleiros, romeiras, limeiras, limoeiros e outras fructas da terra. Tambem tem uma vinha que dá boas uvas; os melões se dão no refeitorio quasi meio anno e são finos; nem falta couves mercianas bem duras, alfaces, rabãos e outros generos de hortaliça de Portugal, em abundancia. O refeitorio é bem provido do necessario, a vacca na bondade e gordura se parece com a d'Entre Douro e Minho. O pescado é vario e muito — e são para ver as pescarias da sexta-feira e quando se compra vai o arratel a quatro réis e se é peixe sem escama a real e meio e com um tostão se farta toda a casa e residem nella do ordinario vinte e oito padres e ermãos, afóra a gente que é muita e para todos ha.»

Para andamento das obras do collegio construiram os Jesuitas na praia da Piassaba (hoje rua da Misericordia), engenhoso apparelho por onde eram levados ao alto do morro os materiaes e os productos da lavoura dos engenhos e fazendas.

Ainda hoje existe nesta cidade a travessa do Guindaste, pouco distante do local em que esteve esse elevador, cujos vestigios são notados nos fundos dos predios ns. 106 e 110 da rua da Misericordia. De uma pedreira perto tiravam o necessario para dar á construcção do collegio essa solidez, que ainda hoje é admirada. Sua vastidão era tal, que em 1759 residiam só na casa da cidade 97 membros da Companhia, sem contar os noviços, serviçaes, sacristães, operarios e escravos.

Segundo a *Informação* escripta por Anchieta, em 1585, já estava concluido «*um quarto do edificio e parte do outro, os cubiculos que estão feitos são 12 a 12 assobradados e forrados de madeira de cedro, a egreja é pequena e velha e as officinas, ainda que estão bem accommodadas, são mui velhas.*

*Sempre se faz algo no edificio, ainda que de vagar, por não haver tanta commodidade de cal e officiaes e, por não se*

*pagarem 166 ducados que el rei d. Sebastião lhe deu de esmolas para as obras, etc.*

«Defronte do collegio está uma ilhota que serve de recreação nos assuetos, vão a ella por mar e está do collegio um quarto de meia legua». Na opinião do emerito Capistrano tracta-se aqui da ilha das Cobras, então chamada da Madeira, vendida mais tarde aos Benedictinos. Em nosso humilde pensar, julgamos antes ser a ilha de Villegagnon, que por muitos annos continuou a pertencer aos Jesuitas, como se póde provar com o documento do *Archivo Municipal* (tomo 1º, pag. 270, 1894).

Não vem aqui ao caso referir o número de escravos possuidos pelos discipulos de Loyola, a extensão de terras de Sancta Cruz, Macacú, Engenho Velho, Engenho Novo, as propriedades urbanas, as sesmarias que lhes pagavam fóros e que faziam do antigo collegio o centro ou antes o grande escriptorio de transacções commerciaes, que são, talvez com exageração, narradas na denúncia, escripta pelo egregio Cepéda ao bispo d. frei Antonio do Desterro e enviada ao mais tarde marquez de Pombal.

Que os Jesuitas tiveram açougue, na portaria do collegio, não ha duvidar, como se collige da correspondencia trocada entre o Senado da Camara e o reitor e em parte publicada no já citado *Archivo Municipal* (vol. 3º, 1896).

Não nos é licito, no pequeno espaço de que dispomos, entrar em largas considerações sôbre a catechese dos Indios nem apreciar os meios que empregavam os Jesuitas para ter sujeitos os descendentes dos primeiros incolas do Brasil. Vem porém, aqui, a pêllo, narrar um acontecimento, a proposito da liberdade dos Indios, o qual ia causando nesta cidade uma verdadeira revolução e dando em resultado a destruição do collegio, a morte dos discipulos de Loyola ou, pelo menos, a expulsão delles como, pouco depois, aconteceu em S. Paulo, si não interviesse o bem conhecido Salvador Corrêa de Sá e Benevides, o qual, como ninguem, sabia accender uma vela a Deus e outra ao Diabo! Tractando da expulsão dos Jesuitas de S. Paulo (1640) diz Pedro Taques na *Noticia Historica* (tomo 12º da *Revista do Instituto Historico*) : «a causa principiou no Rio de Janeiro porque d. Francisco Xarque de An-

dela nas — Memorias dos padres jesuitas Simão Mazeta e Francisco Dias Tanho, impressas em Pamplona em 1867, conta, que, tendo Tanho passado a Roma, obteve do papa Urbano VII a bulla confirmando outra de Paulo III, que declarava livres todos os indigenas da America, facto que deu causa á revolução». Mas para Pedro Taques, Andela é suspeito por ser parcial dos Jesuitas e inimigo dos Paulistas, a quem chama *de lobos carniceiros. Não merece credito.* Não merece credito, porque, narrando o acontecido, só falla nas virtudes de Salvador Corrêa e finge desconhecer a escriptura de composição, que os Jesuitas assignaram por honra da firma vendo as cousas cheirar a chamusco.

Era pela execução da bulla o prelado Pedro Homem Albernaz, que annos depois tomou a roupeta.

Tudo ficou como dantes, segundo se póde ver da leitura do mesmo documento de composição assignado pela Camara, representantes do povo, pelos padres dr. d. Pedro de Moura, visitador geral, e o reitor padre José de Castro.

Posta em execução a bulla, os habitantes, que em suas fazendas e casas tinham como escravos os indigenas, eram obrigados a entregá-los, pois que pela mesma bulla eram declarados livres: — seria um 13 de Maio forçado!

A Camara e os moradores da cidade viram nisto uma tramoia jesuitica e que só elles queriam monopolizar a titulo de catechese o trabalho do Indio. D'ahi a revolução e mais tarde o accôrdo, pelo qual saïu um pouco arranhada a dignidade dos discipulos de Loyola.

Pertencente á collecção Pedro de Angelis, existe na Bibliotheca Nacional um manuscripto, que conta por miudo as occurrencias de então, elaborado pelo padre Luiz Lopes por ordem do padre Pedro de Moura. Segundo tal documento, o motim começou em 4 de Maio de 1640, fez explosão a 20, andando os insurgentes *com taes vozes e tal borborinho que pareciam doidos ou endemoinhados,* e prolongou-se até 19 de Junho, sendo assignada a escriptura de accôrdo em 22 do mesmo mez.

Os Cariocas dêsse tempo tinham cabellinho na venta e em certo dia, galgando as ladeiras do Castello, e armados de machados, pretenderam arrombar a portaria do collegio. Si

já houvesse nesse tempo, bombas de dynamite teria voado pelos ares a casa de Sancto Ignacio!

Falta-nos espaço e ainda ha muito a referir, si bem que em nota, sôbre o collegio e egreja da Companhia.

O que vai dicto é apenas um aperitivo apresentado a quem melhor do que nós possa desenvolver questões referentes ao verdadeiro papel da Companhia de Jesus no Rio de Janeiro; a influencia dos filhos de Loyola sôbre a instrucção da mocidade e serviços prestados; qual o papel delles durante o tempo dos grandes descobrimentos das minas; as questões com a Camara sôbre a medição das sesmarias; os attritos com as outras ordens religiosas, maxime com os Benedictinos; o procedimento dos Jesuitas no tempo das duas invasões francezas, sobretudo a de Duguay-Trouin; a attitude ou antes as combinações e correspondencia com os Jesuitas de Hispanha e de Portugal durante a chamada guerra das Missões. Estes são outros tantos themas, que serviriam de capitulos a uma obra de folego — á qual bem caberia o titulo — Memorias do Collegio de Jesuitas da Cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro.

2 de Septembro de 1902.

---

## LAPA DOS MASCATES

Era no tempo dos Mouros ou Mosselemanos, como os chamava o grande Alexandre Herculano, cujo infausto fallecimento os Portuguezes commemorarão a 13 do corrente.

No anno 983, Almansor, califa de Córdova, aproveitando-se das discordias entre d. Ramiro de Leão e seu primo d. Bernardo da Galliza, invade a antiga Lusitania, talando campos, levando a ferro e fogo villas e cidades, martyrizando os christãos e profanando a clausura das casas religiosas. Assoladas as provincias de Entre Douro e Minho, vai o representante do propheta, pela estrada de Trancoso, em direcção a Quintella. As freiras de certo convento fogem espavoridas, tendo o cuidado de esconder em sombria gruta uma pequena imagem de Nossa Senhora.

Seculos depois, uma menina chamada Joanna, muda de nascença, pastoreando o gado de seus paes, encontra a imagem escondida na cesta em que trazia o pão e as massarocas que fiava, e julgando ter achado uma boneca com ella brincava, vestindo-a, despindo-a e cobrindo-a de flores e plantas silvestres. Nesse innocente passatempo é sorprehendida pela mãe, que intenta lançar a sanctinha ao fogo. Joanna recuperando a falla protesta e narra o acontecido. A velha é accommettida de paralysia do braço direito, a qual sómente cede quando ella e a filha vão á caverna e collocando a imagem no antigo logar se prostram de joelhos aos pés da Virgem. Mais tarde, sôbre as pedras da lapa é construido sumptuoso templo, que desde 1498 attráe a devoção dos povos circunvizinhos.

Tal é, em poucas linhas, a lenda sôbre a qual muito escreveram frei Bernardo de Britto, Manuel de Faria e Sousa, frei Luiz dos Anjos, padres Antonio Vasconcellos e Antonio Leite e frei Agostinho de Sancta Maria.

De Portugal, como é obvio, foi trazida a devoção da Senhora com o titulo de Lapa. Nas redondezas do Rio de Janeiro tres logares conhecemos com esse nome: o engenho de Duarte Corrêa para as bandas do Andarahi; a Lapa do Desterro (hoje Convento dos Carmelitas), assim conhecida por ter sido fundada a capella pelo infatigavel missionario Paulista padre Angelo de Siqueira, em terras doadas pelo capitão Antonio Rabello Pereira, proximo do morro do Desterro (hoje Sancta Tereza), limitando com a grande chacara das Mangueiras, comprada por Gomes Freire de Andrade e em testamento legada ás religiosas de Sancta Tereza; finalmente, a Lapa dos Mascates ou dos Mercadores, synonymo de fanqueiro ou capellista, vendedor, segundo Pizarro, «de fazendas de vestir por miudo ou a retalho», bem como de roupas grossas, para uso da população menos favorecida da fortuna.

Esta última, como é sabido, está situada no prolongamento da antiga rua de Aleixo Manuel, ou da Cruz, mais tarde Ouvidor (hoje Moreira Cesar), no trecho denominado rua da Cruz, em virtude da existencia da egreja dos militares,

edificada sôbre as ruinas de um forte levantado em 1605 por Martim de Sá em uma poncta de terra.

Abandonado em fins do seculo XVI o morro do alto de S. Sebastião, os habitantes do Rio de Janeiro extenderam-se á vontade, levantando casas ao longo da praia de Manuel de Brito, antigamente da Piassaba e depois rua Direita, da Misericordia até S. Bento. Do lado do mar era prohibido erguer habitações : em primeiro logar a rua era estreita, e depois porque a marinha da cidade devia ficar livre e desimpedida. Entretanto, com o caminhar dos annos foi o mar recuando, deixando vasta zona, que até á ermida de S. José e á Cadeia foi aproveitada para abertura de beccos e viellas, como ainda hoje vemos.

Da frente, porém, do antigo Convento do Carmo (hoje Repartição de Estatistica e Instituto Historico) até á rua de Serafim de Andrade (Theophilo Otteni) ficou a praia completamente vasia, fazendo apenas excepção os armazens da Juncta do Commercio, o forte depois egreja da Cruz, a Alfandega, o trapiche da cidade e o matadouro removido da actual rua da Quitanda nas proximidades da de S. Francisco (depois — da Cadeia, Marcos da Costa e hoje Assembléa). Perto da praia, tambem em tempos existiu entre as ruas de Antonio Vaz e Viçoso (S. Pedro e Sabão), a quitanda velha ou dos pretos, a qual a principio estivera estabelecida nas paragens da actual rua da Quitanda e Alfandega, que por isso era chamada — *Quitanda do marisco.*

Só mais tarde, quando houve urgencia da construcção da fortaleza da Lage, foram vendidos sem fôro esses terrenos do lado par da hoje rua Primeiro de Março, em parte dos quaes se estabeleceram os mascates, sendo tambem ahi levantada a Casa da moeda.

Dahi podemos concluir que, na actual rua do Mercado, só muito mais tarde (1719) foi estabelecida a quitanda nova ou a *praia do peixe nova.* Por esta *última* denominação era conhecido o becco (actual travessa do Commercio).

No local em que está a capella dos mascates batia em principio o mar, e por isto não podia haver nesse poncto cabanas no tempo de Aleixo Manuel. No becco da Lapa, ainda ha poucos annos, nos alicerces de predios existentes nos fundos da egreja da Cruz, foram encontrados os vestigios da

muralha do antigo forte, sôbre o qual foi levantada a capella dos militares, novamente edificada em fins do seculo XVIII.

Já em 1661 todo o quarteirão entre o hotel de França e o canto de Francisco Monteiro Mendes estava edificado, como podemos deprehender pela leitura de uma escriptura, em que Salvador Benevides dava para residencia dos governadores uma casa de sua propriedade no canto da rua da Alfandega, recebendo da Camara em troca, além de dinheiro, os fóros do quarteirão supracitado e mais um proprio municipal, situado na rua do Gadelha (Ouvidor, entre Quitanda e Ourives).

O principio da rua do Rosario (lado par até o mar) pertenceu á Misericordia por legado de Pedro Fernandes Amado (1718), o qual o houve por herança de sua mulher Maria de Carvalho, que herdara de seu primeiro marido Claudio Antonio Bezançon, que os havia comprado a Salvador Benevides, e bem assim mais chãos confinando com esses, livres de fôro, da banda da praia, por concessão feita pela Camara em 19 de Fevereiro de 1652 ao governador d. Luiz de Almeida. No poncto mais ou menos em que está o edificio para onde, segundo se diz, vai o Supremo Tribunal Federal, existiu em tempos antigos o velho corpo da guarda.

No espaço comprehendido entre o lado impar das ruas do Rosario, Primeiro de Março, Mercado e becco dos Adellos, estavam os terrenos cedidos pela Camara a Salvador Benevides para a construcção do *Paço de ver o peso*, onde, mediante pequeno imposto, eram examinadas as caixas de assucar destinadas á exportação.

Esse trapiche, mais tarde chamado de Luiz da Motta, tornou-se célebre, porque em 19 de Septembro de 1710 encurralado nelle Duclerc entregou-se á discreção. Perto dêsse edificio falleceu heroicamente Antonio Dutra da Silva, capitão de cavallos do bairro de S. Gonçalo e dono do engenho de Nossa Senhora da Esperança de Tatindiba.

Mas estes aponctamentos topologicos nos vão affastando do poncto capital desta noticia. E' tempo de voltarmos aos mascates. Do que eram as suas lojas nos dão testimunho pessoas não muito avançadas em edade. Ainda ha 30 annos eram taes armarinhos vistos no principio da rua do Rosario e suas adjacencias. Verdadeiros oratorios, onde mal podia caber um

homem, com portas abertas para o lado da rua, eram nelles expostos quinquilharias, roupas feitas e objectos de uso, sobretudo dos homens do mar.

Enquanto os navegantes festejavam com pompa, na Cruz, seu patrono S. Pedro Gonçalves, os algibebes ou adellos mais modestos contentavam-se com render culto á imagem da Virgem sob a invocação da Lapa em um oratorio, situado em uma das esquinas do actual becco da Lapa, em frente ao poncto occupado depois pela capella. Figurava esse nicho entre os 73 ainda existentes no tempo de Luiz de Vasconcellos. Apezar de edificada a capella da Lapa dos Mercadores pelos mascates mais apatacados, persistiu o oratorio até 1812, sendo a devoção sustentada por alguns caixeiros, cujo zêlo foi esfriando a poncto de já não mais ser rezado o têrço, como era costume. Demais, sendo a sancta do nicho festejada no mesmo dia que a da capella, crearam-se dous partidos, havendo ajunctamentos, disturbios e desordens, a que foi preciso dar remedio. Por despacho de monsenhor Miranda de 12 de Agosto de 1812 foram recolhidas á egreja da Lapa as imagens da Senhora de Sanct'Anna e do Menino Deus, bem como as joias a ellas pertencentes.

E assim acabou a antiga devoção do oratorio para dar logar ao culto em ambito mais espaçoso e mais decente na egreja havia muitos annos erecta pelo sodalicio em 20 de Junho de 1747. Para perfeito conhecimento do historico da Lapa dos Mercadores, além do que escreveu o dr. Moreira de Azevedo no 2º volume de sua importante obra *O Rio de Janeiro*, os curiosos dessas antiqualhas podem lêr com vantagem o relatorio dos annos compromissaes de 1891 a 1893, apresentado pelo ermão provedor Domingos José Dias Pereira. Ahi, sob o annexo n. 14, encontrarão a *Noticia da Egreja e Irmandade da Lapa* — extrahida de um livro inedito (*Corporações Religiosas*), firmado pelo operoso sr. commendador Bento José Barbosa Serzedelló.

No primeiro anno (1747) elevaram-se os recursos da Irmandade á somma de 11:039$560: sendo 1:167$200, entregue pelo thesoureiro que fôra do oratorio, 5:722$870, de esmolas, e 4:149$490, dos quaes fornecidos por Gonçalo Gonçalves Chaves 2:796$800 e 1:352$690 por Antonio Ferreira

de Araujo Braga por emprestimo contrahido a modicos juros. Prova tal facto a dedicação e o zêlo religioso dos negociantes do tempo.

Habilitada com estes meios, deu comêço a primeira administração á fundação do templo, comprando por 8:400$ tres predios, que existiam no terreno escolhido e pertencentes aos Benedictinos, a Helena da Cruz e a José Ferreira da Silva. Em 6 de Agosto de 1750 realizou-se a sagração, sendo em 4 de Julho do mesmo anno approvado o novo Compromisso. De 1753 a 1755 procedeu-se ao fechamento da abobada, zimborio e conclusão da cimalha de granito. Para augmento das dependencias da egreja, a Irmandade permutou com a Ordem da Penitencia um pequeno predio a esta pertencente, situado no becco da Capella (hoje travessa do Commercio), com outro, sito á rua da Candelaria, do patrimonio da Lapa, comprado em 1761 ao Estado, que o houvera pelo sequestro feito nos bens dos padres Jesuitas.

Fecha a relação das obras, diz o commendador Serzedello, a collocação de grades de madeira nos arcos da frente, melhoramento que teve *por fim evitar o pernoite de mendigos, dos quaes alguns ahi appareciam mortos, causando á Irmandade a despesa de mandá-los enterrar na Misericordia* !

A proposito das grades da Lapa, repetiremos aqui a communicação feita pelo dr. Pires de Almeida de ter visto na Bibliotheca Nacional o programma manuscripto de um espectaculo annunciado para a noite de 21 de Abril de 1791 (data do supplicio de Tiradentes). Esse divertimento deveria realizar-se juncto ás grades da Lapa dos Mercadores, exhibindo-se a comica *Passarola* ! Vá isto com vista aos escriptores, que se occupam com o theatro no Rio de Janeiro.

Falta-nos espaço para salientar os importantes serviços prestados pelas administrações de 1869-1873, ás quaes se devem as obras da completa restauração do templo, tendo sido gasta a quantia de 148:017$780, sem diminuição do patrimonio da instituição.

Nesse tempo foi collocado na fachada do templo um artistico medalhão de marmore representando a coroação da Virgem, encontrado nas excavações feitas por baixo do altar-mór.

Esse medalhão, segundo o dr. Moreira de Azevedo, tem o peso de 185 arrobas! Levantada elegante tôrre de marmore, nella foi estabelecido um carrilhão de 12 sinos, que custaram 4:000$000. Findas as obras, foi aberto o templo em 4 de Outubro de 1873. Iam as cousas a bom caminho, e a Irmandade prosperava, celebrando com pompa a festa da padroeira, accompanhada de diversões externas em que eram queimados brilhantes fogos de artificio, quando a fatalidade veio pôr em prova a perseverança da digna corporação. No dia 25 de Septembro de 1893 (era no tempo da revolta), uma bala arremessada do *Aquidaban* destruiu em um momento a tôrre do bello templo causando enormes estragos. A Irmandade lavrou o seu protesto pelos prejuisos, perdas e damnos, o que até hoje ficou no *ora veja*!

Mas os filhos da Senhora da Lapa não desanimaram e em pouco tempo, com grandes sacrificios, repararam as ruinas do templo. Fieis ás tradições de seus antecessores, com o brilhantismo de outr'ora, festejam este anno a padroeira, mostrando a todos que querer é poder, ou, como dizem os Italianos, *chi dura vince*.

9 de Septembro de 1902.

---

## MISERICORDIA

### (A SENHORA DO BOM SUCCESSO)

«Indo de Portugal para aquelle porto do Rio de Janeiro, no anno de 1637 ou 38, o padre Miguel da Costa, presbytero do habito de S. Pedro, levou em sua companhia hua imagem de Nossa Senhora, a quem havia imposto ou venerava com o titulo do Bom Successo; a qual imagem (depois de estar já assento n'aquella cidade) collocou n'aquella egreja com licença do provedor e irmãos d'aquella casa. E quando o fez (porque estavam as capellas d'ella já occupadas, e não teria mais que duas do corpo da egreja) foi na capella e altar de Nossa Senhora de Copacabana aonde esteve alguns annos. O mesmo padre Miguel da Costa, que venerava muyto esta Santissima Imagem, com os desejos que tinha de que fosse

servida com toda veneração e culto, que lhe era devido, convocou alguns dos moradores d'aquella cidade, dos que achou mais devotos da Senhora, para que elles festejassem e servissem como Mordomos, e elle era o Procurador e Thesoureiro.

Estes devotos, com as suas esmolas e de outros mais que se lhes aggregaram, fizeram á Senhora outra capella particular, que he a que fica referida, e se vê junto á porta da Sacristia e proximo á capella mór.»

Eis como o chronista (frei Agostinho de Sancta Maria) descreve a origem da devoção á imagem do Bom Successo, considerada padroeira da Sancta Casa da Misericordia, cuja festividade desde o tempo de Salvador Corrêa de Sá e Benevides deve ser feita, segundo a rubrica, no primeiro domingo seguinte ao dia 8 de Septembro.

Essa ceremonia tradicional havia caïdo em desuso, desde 1861; mas foi restaurada pelo provedor conselheiro Zacharias, que escolheu o dia 14 de Septembro de 1873 para lançamento da primeira pedra do magestoso templo, erguido á Virgem do Bom Successo, sanctuario que deve ser levantado segundo o risco de Bethencourt da Silva, na praia de Sancta Luzia, ao lado esquerdo do grande hospital.

E' fama, que no primeiro dia em que se festejou a Senhora (11 de Septembro de 1639), estando o Sacramento exposto, foi vista a imagem da Virgem, na hostia, por tres respeitaveis sacerdotes; e em uma novena, feita por occasião de grande sêcca, renovou-se esse facto extraordinario, attestado por frei Miguel de S. Francisco.

Do primeiro milagre foi pintado um quadro, que existia na sacristia da Misericordia (1713), ao tempo em que frei Agostinho escreveu o *Sanctuario Marianno*.

Muito mais tarde, e em nossos dias, foi essa téla encontrada em abandono pelo chefe da secretaria, o inolvidavel Francisco de Sá, que a mandou restaurar e collocar no primitivo logar.

Havia na parte inferior da pintura uma longa inscripção commemorativa, que felizmente, em tempo, copiámos e não reproduzimos aqui por falta de espaço.

Dissemos *felizmente*, porque essa reliquia historica desappareceu, e ninguem sabe o destino que levou o quadro, admirado por todos, não como primor artistico, mas de merecimento altamente archeologico.

Em 20 de Septembro de 1652, por escriptura exarada no livro 1º do Tombo da Sancta Casa, o juiz da Irmandade do Bom Successo Jeronymo Barbalho Bezerra e mais confrades fizeram entrega e cessão daquella confraria á Mesa da Sancta Casa, sendo provedor Thomé Corrêa de Alvarenga, bem como de todos os bens pertencentes á Senhora do Bom Successo, com a condição da Misericordia continuar a supprir os gastos e a festejar a padroeira do extincto sodalicio.

Apezar das condições expressas nesse documento, a Mesa da Misericordia, por accórdão de 11 de Septembro de 1668, sendo provedor Belchior da Fonseca Doria, deliberou que a festa do Bom Successo não mais fôsse feita á custa dos cofres da Sancta Casa, mas sim dos mesarios e das esmolas dos devotos.

Festejando-se em Septembro de 1682 a Senhora do Bom Successo, refere Felix Ferreira, compareceu o governador Duarte Ferreira Chaves, sem que o viessem receber á porta da Misericordia, como sempre foi de costume, o provedor e mais mesarios, que nessa occasião se achavam nas enfermarias. Duarte deu-se por tão offendido com a descortezia, aliás involuntaria, que, chegando á capella-mór, mandou retirar de juncto da sua cadeira a do provedor Francisco de Moura Fogaça. O culpado dessa falta — o empregado Nicoláo de Torres, que não fôra dar o competente aviso, foi severamente punido, sendo demittido por accórdão de 23 de Septembro do anno acima apontado.

Ainda em 1698, occupava a Senhora do Bom Successo o primeiro altar do lado da Epistola, como se deprehende de uma escriptura publicada ha dias no *Jornal do Commercio* pelo dr. Pires de Almeida, pela qual, mediante certas condições, Chrispim da Costa cedia á Misericordia o material de uma fábrica de artigos para o serviço funerario.

E' hoje difficil, para não dizer impossivel, saber o tempo em que a Senhora do Bom Successo passou á categoria de pa-

droeira da Misericordia. Nada encontrámos, examinando os antigos livros do archivo da veneravel Irmandade. Quer-nos parecer que tal facto teve logar nos principios do seculo XVIII, porquanto em testamentos, escripturas e outros papeis, a antiga egreja havia perdido o antigo nome, e bem assim a rua da Misericordia era chamada *rua da Egreja do Bom Successo, indo para S. José*.

Entretanto, qual teria sido a padroeira da Sancta Casa, antes que para ella viesse a imagem da Senhora do Bom Successo, trazida pelo devoto sacerdote Miguel da Costa? A esse respeito nada dizem os chronistas, e muito menos o operoso Felix Ferreira na noticia historica — *A Sancta Casa da Misericordia Fluminense*.

Existe, porém, na portaria do hospital velho uma grande e antiquissima téla representando Nossa Senhora da Misericordia. Esta foi e deve ser o verdadeiro orago da Sancta Casa. O nosso humilde e despretencioso pensar estriba-se na leitura da importante obra — *As Misericordias*, de Costa Goodolphim. Na justificação feita pela Ordem da Sanctissima Trindade com o fim de reivindicar para frei Miguel de Contreiras a gloria de ter sido o fundador da Misericordia de Lisboa, encontramos os depoimentos de importantes testimunhas. Todas ellas, quando fallam da capella-mór, onde em logar de honra estava a padroeira, alludem a um painel ou téla, similhante em tudo ao que existe no local onde hoje se sentam os consultantes que procuram o gabinete gynecologico. Sôbre tal assumpto algum dia voltaremos, quando houvermos de discutir a questão dos principios da Misericordia, que não podia ter sido FUNDADA em 1545, como pretenderam Francisco de Sá e Felix Ferreira.

Diz ainda frei Agostinho de Sancta Maria, que a actual imagem da Senhora do Bom Successo não é a primitiva; que foi substituida por outra egual pelo provedor e antigo governador Thomé Corrêa de Alvarenga, que levou a primeira para sua casa e collocou-a em oratorio particular, «*a qual* (imagem) *se conserva hoje no Oratorio de hum cavalheyro d'esta côrte* (Lisboa), *que eu muytas vezes vi, o qual vindo do Rio o livrou a Senhora de grande perigo e refere que tambem ao governador Thomé Corrêa o livrara de muytas*».

Não sabemos como fôra parar a Lisboa a imagem do padre Miguel da Costa, quando é certo ter fallecido no Rio de Janeiro Thomé Corrêa em 7 de Septembro de 1675, sendo enterrado, como pedira em testamento, na entrada da porta principal da egreja da Misericordia. Que elle correu, porém, grandes perigos, no-lo diz a Historia, e estes suscitados pelo antigo juiz da Senhora do Bom Successo, Jeronymo Barbalho Bezerra!

Não é nosso intento descrever aqui o movimento revolucionario que começou em fins de 1660 e terminou com o supplicio de Jeronymo Barbalho, mandado executar por ordem de Salvador Corrêa de Sá e Benevides, que tantas vezes foi governador do Rio de Janeiro e provedor da Misericordia. Tão importante assumpto, que serviu de thema a um romance historico, publicado no *Ostensor Brasileiro*, e tem sido estudado por chronistas e historiadores, foi objecto de capitulos especiaes no trabalho do dr. Felisbello Freire — *Historia da cidade do Rio de Janeiro,* os quaes foram impressos, accompanhados de muitos documentos, na *Cidade do Rio,* em dias do anno passado.

Havendo Salvador Benevides partido para S. Paulo, deixara como seu substituto na governação Thomé Corrêa. Moradores do Rio de Janeiro, os quaes não se queriam sujeitar a certo imposto sôbre as aguardentes da terra, reunem-se, sob a direcção de Barbalho, em S. Gonçalo, e de lá se dirigiram á cidade, intimando Thomé Corrêa a adherir ao que haviam resolvido.

Alvarenga, que se recolhera ao Convento de S. Bento, não está pelo que querem os levantados. E' preso na fortaleza de Sancta Cruz bem como o provedor da Fazenda Pero de Sousa Corrêa, e mais parciaes de Benevides. Os revolucionarios resolvem entregar o poder a Agostinho Barbalho, que se refugiara no Convento de Sancto Antonio; Agostinho cede á fôrça e é acclamado governador. Os revoltosos obrigam o ouvidor, dr. Pedro de Mustre Portugal, a proclamar vereadores individuos do partido delles. São intimados os parentes e adherentes de Benevides a se retirar do Rio de Janeiro dentro de certo prazo. Os Jesuitas, accusados de sympathicos á causa dos Sás, defendem-se com a manha costumada.

Reina a anarchia, e o proprio Agostinho Barbalho é deposto por não condescender com todas as exigencias dos revoltosos. Governa a Camara. Emissarios são mandados a S. Paulo pedindo a adhesão dos Paulistas. Estes recusam entrar no movimento. Benevides toma suas precauções, vem ao Rio de Janeiro e entra na cidade, não muito simplesmente como mandou dizer ao rei, em charta de 10 de Abril de 1661. Segundo Pizarro, um certo Francisco Gomes Godinho falleceu de uma espingardada que lhe deram na entrada de Salvador Benevides. Consta isso do livro 4° de obitos da Sé, fl. 37.

Como sempre acontece, esfriou o levante: fugiram uns, foram outros presos, houve denúncias reciprocas, retractações, sendo apenas presos os chefes reconhecidos.

Na charta supracitada laconicamente narra Benevides o seu procedimento. Em Juncta de que fizeram parte elle, o ouvidor Sebastião Cardoso de São Paio, o general Manuel Freire de Andrade, resolveram — *que logo se devia fazer alguma execução para exemplo, e como o mais culpado na voz commum pelos desaforos com que obrava era Jeronymo Barbalho, gastando muito de sua fazenda na reducção de gentes que intimidava com ameaças porque: viessem fazer o que elle queria e por haver incorrido nos maiores crimes resolvemos pôr-lhe a cabeça no pelourinho*. E assim terminou a vida o antigo juiz da Irmandade da Senhora do Bom Successo!

Iriamos longe si quizessemos tractar do que se seguiu e do quanto soffreu Benevides, por motivo de ter sido tão *rigoroso*. Inimigos politicos tinha-os o antigo restaurador de Angola, não só aqui como em Portugal, os quaes muito o fizeram soffrer, como consta de sua biographia, publicada por Varnhagen no tomo 3° da *Revista do Instituto Historico*, e do prologo da obra de Soriano — *O Reinado de D. José I*.

Quanto a Thomé Corrêa de Alvarenga, ainda por mais uma vez occupou o logar de provedor da Misericordia, prestando bons e valiosos serviços.

14 de Septembro de 1902.

# S. PEDRO GONÇALVES

O apparecimento, em noites tormentosas, de faiscas electricas nos mastros dos navios, gerou no espirito dos antigos homens do mar a idéa de milagre ou cousa sobrenatural.

A esse phenomeno, hoje perfeitamente explicavel, davam o nome de Sancto Erasmo, Sancto Elmo, fogo de Sanctelmo ou de S. Nicoláo.

Corpo Sancto, chamavam-lhe os nautas portuguezes, e são bem conhecidos os versos de Camões:

*Vi, claramente visto, o lume vivo,*
*Que a maritima gente tem por sancto.*

Julgavam ver nessa luz providencial aviso de S. Pedro Gonçalves, reconhecido padroeiro dos navegantes.

Em muitas cidades de Portugal e do Brasil onde existe egreja do Corpo Sancto, é certo ahi occupar logar de honra aquelle sancto dominicano, tendo na mão pequena véla accesa, symbolo de esperança e salvamento.

A mais antiga parochia da cidade do Recife é dedicada a S. Pedro Gonçalves.

A essa tradição de fé ardente obedeceram tambem os navegantes, que cortando o Atlantico abicavam ao porto do Rio de Janeiro.

Passados os riscos da longa e, então, difficultosa travessia e evitados os corsarios que infestavam os mares, sentia a maruja, ao pisar em terra, a necessidade de, em signal de gratidão, venerar e festejar o seu bemaventurado protector.

Não tendo casa propria, os devotos installaram-se na pequena ermida de Sancta Vera Cruz, edificada pelos militares sôbre as ruinas do pequeno forte inutilizado pelo recúo que o mar fizera.

Já em 1624 era a capella da Cruz denominada tambem S. Pedro.

Na correição feita em 16 de Abril daquelle anno, ordenava ao Conselho o desembargador João de Sousa Cardenas verificasse os titulos por que Aleixo Manuel, o velho, possuia terras — *da ponte de Alvaro Pires athé S. Pedro* (*Archivo Municipal*, tomo 1º, pag. 402). Ora, sabemos que Aleixo

foi dono de terrenos na varzea e dera seu nome á rua hoje Moreira Cesar; conhecemos estar a ponte de Alvaro Pires juncto ao Convento do Carmo; logo, esse S. Pedro, a que se referia o magistrado, não podia ser outro sinão o pequeno sanctuario, no qual em commum estavam militares e marinheiros.

Dessa fórma, não em 1628, como dizem os chronistas, mas annos antes já existia, nesta cidade, edificada a ermida de que nos occupamos, transformada mais tarde no magnifico templo, tão elogiado por sua architectura pelo emerito Porto Alegre e outros entendedores.

Não nos parece tambem certa a data de 1605, assignalada como a da fundação, por Martim de Sá, do fortim da Cruz.

Para que similhante fortificação estivesse completamente inutilizada não era bastante o lapso de tempo entre 1605 a 1623, como geralmente está escripto. Quanto a nós, parece que esse forte foi construido no tempo de Salvador Corrêa de Sá, pae de Martim de Sá, quando aquelle teve necessidade de defender a praia desde as portas da cidade (becco da Musica) até *Mirisgitiba,* em frente á ilha da Madeira (actualmente das Cobras).

Este pensar tem tanto maior fundamento, quanto sabemos que ao expirar o seculo XVI era a vargem de Nossa Senhora do O' (hoje praça Quinze de Novembro) occupada pelo Convento do Carmo e por habitações particulares mais ou menos distanciadas, as quaes chegaram ao actual morro de S. Bento, então de Manuel de Britto, onde os monges tinham levantado moradia, juncto á capella da Conceição ou de Aleixo Manuel.

Quando na segunda governação de Martim de Sá (1624), chegou a noticia de haverem os Hollandezes invadido a Bahia, tractou aquelle governador de fortificar a cidade; melhorou o forte de Santiago (hoje Arsenal de Guerra); e deu o commando do *forte do Carmo* a um certo Bento de Oliveira, que o havia erguido á sua custa, segundo refere o auctor anonymo dos *Annaes do Rio de Janeiro* — manuscripto existente na Bibliotheca Nacional. Do que acima fica exposto conclue-se que este *forte do Carmo* já não podia ser o da *Vera Cruz,* anteriormente occupado pela ermida dos mili-

tares é de S. Pedro Gonçalves. Tudo isto vem a pêllo para provar a antiguidade da digna Irmandade da Cruz, uma das mais ricas e importantes do Rio de Janeiro.

Para sustentação do culto, na ermida da Sancta Vera Cruz, contribuiam mensalmente os officiaes superiores com 100 réis, os subalternos com 50 réis e os soldados com 20 réis.

Vendo-se, em 1681, a Irmandade da Cruz balda de recursos, resolveu ceder metade da capella aos festeiros de São Pedro Gonçalves, com a clausula de concorrerem estes com metade das despesas ordinarias e das obras que houvessem de ser feitas. Esse accôrdo foi firmado por escriptura pública de 18 de Março de 1682, sendo tabellião José Corrêa Ximenes e juiz da Irmandade dos militares o capitão Manuel da Costa Cabral, um dos mais antigos governadores da fortaleza de Sancta Cruz, e a quem foi dado regimento especial, que póde ser lido no volume 3° do *Archivo Municipal.*

Por uma charta de sesmaria, dada pelo governador Francisco de Tavora em 12 de Fevereiro de 1716, confirmada por d. João V e mandada cumprir pelo general Ayres de Saldanha e Albuquerque, foi concedida á Irmandade dos militares toda a terra que então existisse e aquella que o mar fôsse deixando em toda a largura do terreno, que occupava a capella.

Essa posse foi ainda confirmada no tempo do conde de Resende (1792), segundo lemos no *Archivo Municipal,* tomo 2°, pag. 373, onde vem accompanhado de documentos — *o Registro de um requerimento feito pelo provedor e os mais da Corporação e Irmandade da Sancta Cruz, ao Illm. e Exm. Sr. Conde Vice Rey, relativo aos chãos da praya em que se acha o Telheiro da dita Irmandade, com dous documentos adjunctos em que pedem licença para edificar Obras para rendimentos da sobredita Irmandade.* Assim todos os predios da rua Moreira Cesar (lado par), desde a praia até á sacristia pertencem ao patrimonio da Cruz e não pagam fôro á Municipalidade. Os mais antigos pertenceram em commum, tambem, á devoção de S. Pedro Gonçalves. Nos documentos em que a Cruz protestava contra a installação da Sé na capella

da rua Direita figurava tambem a confraria dos navegantes como meeira.

Achando-se arruinada a antiga egreja da Vera Cruz, os militares intentaram edificar um templo mais solido e elegante, e para isso foram convocados os festeiros de S. Pedro afim de concorrerem com metade das despesas. Já não existiam os antigos instituidores das festas, e os poucos que viviam, indifferentes ao contracto celebrado, fizeram ouvidos de mercador, dando provas da maior incuria.

Entretanto, no livro 5º do Tombo da Sancta Casa da Misericordia encontramos a escriptura de 7 de Novembro de 1738 — «*de reciproca obrigação que fazem o Provedor e a mesa da Misericordia desta cidade e os Capitães e Mestres, Contra-Mestres e Pilotos dos navios e mais embarcações que se acham no porto d'ella.* Por tal documento obrigam-se os segundos contractantes a pagar, todas as vezes que *despacharem* as ditas suas embarcações para fazerem viagem, á Santa Casa da Misericordia d'esta cidade por mão do thesoureiro d'ella, a quantia de tres mil réis por toda e qualquer embarcação que for de vella redonda e um tostão por cada pessôa ou homem da obrigação d'ella, e sendo balandra, corveta ou hiate mil duzentos e oitenta e o dito tostão por homem da obrigação e serviço das ditas embarcações, e sendo sumaca ou lancha seiscentos e quarenta réis sómente, que esta é a esmola que custumavam dar todos estes navios e embarcações nomeados a *Irmandade do Corpo Sancto,* que se acha por concessão de sua Illustrissima removida e applicada á dicta Sancta Casa».

O provedor (dr. Manuel Corrêa Vasques) e os demais confrades da Sancta Casa obrigavam-se «a receber e a curar no seu hospital todos os homens do mar que forem do serviço e obrigação de todos os navios e embarcações que navegarem e se acharem neste porto, com a mesma despeza, assistencia e caridade com que costumam fazer aos pobres, dando mortalha e sepultura aos que fallecerem, e outrosim se obriga por este mesmo instrumento, a mesma mesa da dita Sancta Casa, a *fazer todos os annos no dia do Senhor S. Pedro Gonçalves* a sua festa com o mesmo culto e fórma

costumada pela sua Irmandade e até o presente praticada. etc. ».

A' margem dessa escriptura, assignada pelo tabellião Francisco Xavier da Silva, está lançada a seguinte nota: — « Não se faz a festa de S. Pedro Gonçalves por não consentir a Irmandade dos militares, que *tomou sobre si* essa obrigação, como consta dos despachos daquella Mesa de 13 a 16 de Maio de 1739, que se acham no archivo desta Sancta Casa. Assignado, *Barros* ».

Este curioso e importante documento, que explica a origem da contribuição que, ainda hoje, pagam á Misericordia os navios que demandam o nosso porto, foi impresso em 1877 no relatorio apresentado pelo provedor Zacharias de Góes e Vasconcellos, quando teve de responder ás queixas formuladas pelo ministro britannico *contra o máo tractamento* que nos hospitaes da Misericordia *recebiam* os marinheiros de sua nação.

Era então ministro de Extrangeiros o barão de Cotegipe, por cujo intermedio o diplomata inglez dirigira a reclamação, categoricamente batida pelo digno provedor, que teve em seu apoio o concurso de todos os consules extrangeiros, a verdade das estatisticas e o testimunho das verbas de receita e despesa.

Não podendo, diz o auctor do historico da egreja da Cruz, por mais tempo conservar-se a capella de Sancta Vera Cruz, em razão de sua antiguidade e fraca construcção, deliberou a Irmandade dos militares, em sessão de 20 de Janeiro de 1780, que a mesma Irmandade tomasse sôbre si a nobre empresa de construir um novo templo, e nisso empregar todos os seus recursos, e sendo convocados os festeiros de S. Pedro Gonçalves para deliberarem sôbre a posse dos predios, que possuiam em commum, resolveram os festeiros que a parte que tinham nos predios cediam e davam á Irmandade dos militares, ficando esta obrigada a fazer annualmente uma festa a S. Pedro Gonçalves, cuja imagem teria um altar em a nova egreja.

Como é sabido, foi a primeira pedra do actual sanctuario lançada em 1° de Septembro de 1780, sendo juiz da Irmandade o coronel José da Silva Santos e sob o risco e direcção do

brigadeiro José Custodio de Sá e Faria, muito conhecido por seus serviços e proficiencia, que mereceram o apreço dos vice-reis marquez do Lavradio e Luiz de Vasconcellos e Sousa.

Não nos propomos escrever a historia da egreja da Cruz, mas tão sómente lembrar a origem da festividade celebrada hoje, pela respeitavel corporação, a cuja frente têm estado os mais illustres e valentes cabos de guerra, cujos nomes, desde os tempos coloniaes, abrilhantaram as páginas dos nossos fastos militares.

Fiel ao compromisso contrahido, a Irmandade da Sancta Cruz não deixa caïr no olvido a antiga devoção do patrono dos navegantes.

22 de Septembro de 1902.

---

## ANTONIO DE MARIZ

Nem todos os frequentadores do Lyrico dispõem de tempo para procurar saber quem foi o individuo, cujo nome encima os presentes aponctamentos, o qual das páginas de notabilissimo romance passou para a ópera *O Guarany*, vocabulo de etymologia ainda incerta.

Para Theodoro Sampaio é corrupção de *guarini* — o guerreiro, o que lucta. Dêsse pensar foram tambem Varnhagen e Couto de Magalhães. O dr. João Mendes de Almeida julga, porém, provir aquella palavra de *godra, ani* — povo não originario do logar.

Personagem de existencia historica averiguada, o dr. Antonio de Mariz Coutinho, si nunca teve o titulo de *Dom*, não possuiu solar medieval nas cercanias do Paquequer, nem falleceu victima de explosão e desmoronamento, occupa todavia notavel logar nas páginas da nossa Historia colonial, a que ligou o nome por feitos de heroismo e abnegação, serviu cargos do funccionalismo público, fazendo parte dessa illustre pleiade de soldados — fé em Deus, amor da patria e dedicação ao rei — que varreram das plagas cariocas intrusos

extrangeiros e ajudaram Mem de Sá a lançar os alicerces da cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro.

Descendentes de Lopes de Mariz obtiveram os da familia brazão de armas, dado em Evora por d. João III em 13 de Septembro de 1534, como refere o visconde Sanches de Baêna, em seu importante trabalho *Archivo Heraldico e Genealogico.*

Das indicações esparsas em documentos impressos e ineditos nada podemos conhecer dos primeiros tempos da vida de Antonio de Mariz. Ignoramos quando chegou ao Brasil; mas é certo que já em 1561 se havia fixado na capitania de S. Vicente. Nesse anno requeria a Pedro Collaço, capitão mór, preposto de Martim Affonso de Sousa, terras, na bórda do Campo, *onde se chama Ipiranga,* termo da ilha de Piratininga, allegando ser, de ha muito, residente na capitania, e *ser casado.* Camarista da villa de S. Paulo, Mariz e seus companheiros em 12 de Maio de 1565 resolvem dirigir energica representação a Estacio de Sá, capitão-mór da Armada real. Esse documento, impresso na *Chronologia* annexa aos *Apontamentos Historicos, Geographicos, Biographicos* de Azevedo Marques, dá perfeita idéa do character e independencia dêsses antigos homens, deliberados sempre a quebrar, mas nunca a torcer.

Accompanhou, abandonando de vez S. Paulo, a Estacio de Sá, tomando parte activa em todos os combates contra Francezes e seus alliados Tamoios, referidos pelos historiadores e chronistas. Dispersos os inimigos, obteve Antonio de Mariz, por actos de bravura, a amizade e consideração do governador geral Mem de Sá. Transferida por este a cidade para o morro, depois chamado do Castello, obteve o brioso capitão de infantaria várias datas de terras que vemos citadas na *Revista do Instituto Historico* (tomo 63°, parte 1ª) : « 3.000 braças de largo e 6.000 para o sertão, que está dentro neste Rio, correndo por elle acima (Fevereiro de 1568); 4.500 e 9.000 para o sertão por esta Bahia a dentro, onde acaba Martim Affonso até o logar chamado Ibirapitanga (23 de Março de 1568); mais 3.000 braças ao longo do mar e 6.000 para o sertão, principiando a medir de Ibirapitanga, onde acaba a data de Diogo da Rocha (23 de Março de 1568); e

finalmente em 8 de Janeiro de 1574 — 500 braças em quadro, na praia em frente ás ilhas de Maricá ».

Do desinteresse de Antonio de Mariz temos prova na desistencia feita, em favor do Arariboia (Martim Affonso), de uma sorte de terras, constando de uma legua de costa e duas de sertão, começando das barreiras vermelhas. Nesse poncto, em 1573, formou-se a antiga aldeia de S. Lourenço, como está provado pelas escripturas publicas, transladadas por Joaquim Norberto de Sousa Silva, na parte documentada de sua *Memoria sôbre as Aldeias de Indios da provincia do Rio de Janeiro,* impressa na *Revista do Instituto Historico,* (tomo 17°, anno 1854).

Da leitura dessa importante monographia resulta a certeza de ser esposa de Antonio de Mariz d. Isabel Velho e não Laureana Simôa, como pretendeu o dr. Balthasar Lisboa, no 1° volume de seus *Annaes do Rio de Janeiro.* E facto curioso : mais adeante, no volume 5° da mesma obra, o dr. Balthasar sem se lembrar da contradicção, em que caïa, assignala á esposa de Mariz o nome verdadeiro.

No documento acima aponctado assignou a rôgo Pedro de Seabra, por ser d. Isabel Velho *mulher e não saber escrever.*

Da posse, em 1573, das terras cedidas ao Arariboia resultá-nos a convicção de que este Indio, alliado dos Portuguezes, só se passou para banda de além quando os primeiros governadores, em vista do socêgo da terra, puderam dispensar o auxilio immediato do valente chefe dos Tupiminós. Dêsse modo o célebre combate de 1568, do qual o Arariboia saïu vencedor, graças ao auxilio de Salvador Corrêa e ao denodo de Duarte Martins Mourão, teve logar para as bandas da antiga Bica dos Marinheiros (Aterrado), primitivo assento da aldeia de S. Lourenço. Dêsse chefe, a quem d. Sebastião remunerou com o hábito de Christo, a tença de 1$200 e um vestuario de seu uso, e sôbre cuja biographia andava reunindo materiaes o general Couto de Magalhães, vem a pêllo repetir aqui um facto narrado por frei Vicente do Salvador.

Chegando ao Rio de Janeiro o governador Antonio de Salema, foi cumprimentado pelos principaes cidadãos e Indios, tendo estes á sua frente o Arariboia. O governador mandou-lhe dar uma cadeira, e elle em se assentando ca-

valgou «*huma* perna sobre a outra, segundo o seu costume; mandou-lhe dizer o governador pelo interprete, que alli tinha, que não era aquella boa cortezia, quando fallava com hum governador, que representava a pessoa de El-Rey. Respondeu o Indio de repente, não sem cholera e arrogancia, dizendo-lhe: Se tu souberas quão cançadas eu tenho as pernas das guerras em que servi a El-Rey, não estranhavas dar-lhes agora este pequeno descanço, mas já que me achas pouco cortezão eu me vou para minha aldeia, onde nós não curamos desses pontos, e não tornarei mais á tua côrte. Porém nunca deixou de se achar com os seus em todas as occasiões, que o occupou».

Tempos depois, como é sabido, determinou Salema expulsar os Francezes de Cabo Frio, e foi valentemente auxiliado pelo Arariboia e por quatrocentos Portuguezes, entre os quaes se achava o nosso Antonio de Mariz. A narração da jornada de Salema foi feita pelo professor Capistrano de Abreu, sob o titulo *Gravetos da Historia Patria*, impressos na *Gazeta de Noticias* de 6 de Novembro de 1882 e reproduzida pelo então juiz de direito e hoje ministro do Supremo Tribunal Federal dr. Macedo Soares nas annotações á 2ª edição do *Regimento das Camaras Municipaes*, e tambem pelo illustrado dr. Augusto de Carvalho em sua monographia — *A Capitania de S. Thomé*.

Tal foi a relevancia dos serviços prestados na expedição de Cabo Frio por Antonio de Mariz, que o governador o armou cavalleiro, em 18 de Fevereiro de 1578, segundo nos refere o auctor anonymo dos *Annaes do Rio de Janeiro* existentes na Bibliotheca Nacional e em parte impressos pelo dr. Mello Moraes no *Brasil Historico* (1866-68).

Por morte de Estevão Pires foi Mariz nomeado provedor da Fazenda Real e juiz da alfandega. Em 1568 já exercia o cargo, que lhe não permittia ausentar-se ou ter residencia fóra do ambito da nascente cidade do Rio de Janeiro. Que teve grangearia aqui, nos dá noticia o traslado de antiga sesmaria concedida a Nuno Tavares. Pedia este ao governador Christovam de Barros (11 de Septembro de 1573), *cem braças de terra de largo e duzentas de cumprido no cabo da vargem, onde se chama o penedo do descanso, as quaes*

*cem braças se medirão da lagoa que está na terra de Francisco de Souza, indo pelo caminho que vem da aldeia de Martim Affonso, cortando* AO CURRAL DE ANTONIO *de Mariz até á praia do oleiro e as duzentas pelo monte arriba ao longo do caminho que vae pelo monte ás roças de Salvador Corrêa de Sá.*

Tractando-se aqui do morro do Castello, da lagôa do Boqueirão (hoje Passeio Publico), praia de Sancta Luzia ou Caminho da Forca e Chacara da Floresta, disse que estavam os curraes de Antonio de Mariz, salvo êrro, nas proximidades do Cattete. Residiria elle nesse hoje elegante e aristocratico bairro desta capital ? Quanto á epocha da morte do dr. Coutinho, sabemos pela provisão passada ao filho Diogo de Mariz (31 de Dezembro de 1606) que: seu pae pelejara valorosamente na defesa da cidade, onde *falleceu,* traspassado de settas, na lagôa depois chamada da Sentinella e antes *Capuerussú* (hoje rua Frei Caneca), onde os Indios escondidos saïram de improviso contra os Portuguezes que sôbre elles iam.

Esse triste acontecimento foi em 1584, pouco mais ou menos. Resulta esta nossa opinião da leitura do *Traslado da provisão* de Ayres Fernandes mamposteiro-mór dos captivos, passada na Bahia em 11 de Septembro de 1584 pelo governador geral Manuel Telles Barreto.

Nesse documento, impresso no *Archivo do Districto Federal* (tomo 2°, anno de 1895, pag. 262) encontramos o seguinte: — Hei por serviço de Sua Magestade de o (Ayres Fernandes) encarregar do officio de mamposteiro-mór dos captivos da dicta Capitania, *que vagou por* MORTE DE ANTONIO DE MARIZ, etc.

Esse encargo, que consistia na arrecadação das esmolas para redimir os prisioneiros victimas dos infieis, só era dado a pessoas de *importancia, virtudes e saber.* E' isto mais uma prova do character do individuo, para cuja biographia apresentamos aqui apenas simples notas.

Além do filho Diogo, acima referido, deixou o dr. Antonio de Mariz Coutinho uma filha, d. Isabel Velho Tenreiro, esposa de Chrispim da Cunha Tenreiro, que tambem exerceu o cargo de provedor-mór da Fazenda. Obteve elle uma

sesmaria perto da lagôa Grande, terras cedidas mais tarde aos Carmelitas, que as venderam ao bispo d. Antonio do Desterro para edificação do Convento da Ajuda (1750). Entre os vereadores desta cidade (1609) encontramos um Antonio de Mariz, que suppomos ser filho ou neto do dr. Coutinho. Foi seu descendente o prelado Antonio de Mariz Loureiro, que perseguido por inimigos perdeu o juizo, *por peçonha ou veneno ministrado na comida*, e teve de fugir para Portugal.

Não ficou felizmente extincta a raça do valente cavalleiro, cuja psychologia foi magistralmente feita por José de Alencar. Da geração do antigo provedor da Fazenda provieram muitos e illustres Brasileiros, notaveis nas armas, letras e sciencias e da maior fama, pertencendo o sangue delle a muitas das nossas principaes familias; os Loureiros, Sodrés, Rangeis, Macedos, Freires, Azevedos, Coutinhos e tantos outros são ramos do tronco principal — dr. Antonio de Mariz e d. Isabel Velho. De seus numerosos descendentes citaremos o illustrado clinico dr. Joaquim Mariano de Macedo Soares e seu ermão o venerando ministro do Supremo Tribunal Federal, dr. Antonio Joaquim de Macedo Soares, que possue todos os papeis genealogicos, pertencentes a seu avô materno o dr. Francisco de Macedo Freire de Azevedo Coutinho, capitão-mór de Cabo Frio (4° neto paterno e 6° materno do dr. Antonio de Mariz), e a seu parente o finado coronel Theodoro de Macedo Sodré (7° neto do mesmo Mariz).

Dêste notavel varão sempre perdurará a memoria, graças á penna de ouro de Alencar e ao éstro sublime do immortal Carlos Gomes.

30 de Septembro de 1902.

---

## LOURENÇO DE MENDONÇA

Em suas bem apreciadas *Ephemerides Nacionaes* diz o illustre dr. Teixeira de Mello:

«Outubro 7 de 1639 — A côrte de Madrid pede á Sancta Sé a erecção da prelazia do Rio de Janeiro em bispado, para prover nelle ao prelado Lourenço de Mendonça, em reparação

das injustiças e aggravos que soffrera. Foi com effeito nomeado e sagrado, mas não veio.»

Não entraremos no estudo da questão, si deve ou não ser considerado primeiro bispo do Rio de Janeiro o sacerdote de que tractamos. Não é provavel, depois das perseguições soffridas, quizesse Philippe IV sujeitar seu protegido a novos perigos, e que Mendonça odiado pelos moradores desta cidade viesse espontaneamente expor-se a mais provanças, correndo até risco de vida, como aconteceu aos seus antecessores e successores, dos quaes — uns morreram envenenados, outros tiveram de fugir, estes perderam o juizo e aquelles não lograram um só momento de tranquilidade.

O govêrno do dr. Lourenço de Mendonça, homem aliás illustrado, é uma das páginas mais curiosas da nossa historia colonial. Succintamente narrado pelos historiadores, póde melhor ser estudado em um codice do archivo do Instituto Historico (Memoria n. 518), onde encontrámos a representação, que em 1638 o perseguido prelado endereçou ao Govêrno da metropole, defendendo-se das accusações e explicando as causas que deram motivo a ser tão mal apreciado.

Segundo Diogo Barbosa Machado, era Mendonça natural de Sezimbra, filho de Lourenço de Mendonça e de Ignez Mendes e fôra admittido na Companhia de Jesus, da qual havia sido expulso, tendo entrado a 13 de Agôsto de 1602, em edade de 17 annos. Depois de exercer cargos nas Indias e no Perú, foi nomeado, como é sabido, para servir na prelasia do Rio de Janeiro, pelo alvará de 22 de Julho de 1632, em substituição do dr. Bartholomeu Ferreira Lagarto, tendo o ordenado de trezentos mil réis.

Eram por esse tempo a principal preoccupação dos nossos antepassados as cousas referentes ao captiveiro dos Indios, assumpto magistralmente tractado por Southey, Varnhagen, Perdigão Malheiro e João Francisco Lisboa.

A inconstancia e pouca clareza das leis davam ganho de causa, — ora aos habitantes do Brasil, maximé os Paulistas que escravizando os Indios queriam braços para a lavoura, — ora aos Jesuitas que a titulo de catechese desejavam os

selvagens aldeiados e sob a immediata sujeição dos principios de Loyola.

A lei de 10 de Septembro de 1610 dera vantagem aos escravocratas do tempo; mas os padres da Companhia não perdiam a esperança, como aconteceu, de tirar infallivel desforra.

Tomando posse do cargo para que fôra nomeado, o dr. Mendonça, a exemplo de seus antecessores, inclinara-se para os Jesuitas, os quaes segundo elle, defendiam a boa causa.

No protesto ou antes petição de recurso, dirigida ao Govêrno, entre as causas dos insultos o prelado claramente assignala: «as compras e vendas que faziam os seus diocesanos dos Indios, trazendo-os em hostilidade e tratando-os inhumanamente, em ferros, faltando ao sustento e deixando-os morrer á fome, sem ao menos os baptisar. Que o odio que lhe conceberam foi causado por tirar de cura das almas a certo clerigo, que tinha nas veias sangue judaico e não se portava convenientemente. Por occorrer aos males e escandaloso desacato feito a uma formosa cruz, que estava *na rua Direita*, onde se fazia o altar da procissão dos Passos da Paixão, que com grande dor de todos os fieis, e dos novos christãos e grande nota dos forasteiros do Perú e Rio da Prata e mofa de tantos Hollandezes, amanheceu feita em pedaços, e estes pendurados como quartos de enforcado. Por ter mandado embarcados em uma frota, 26 homens casados em Portugal, os quaes, muitos annos havia, andavam apartados de suas mulheres, indo-se á Angola, ao Rio da Prata e d'alli ao Perú. Por ter obrigado a pagar á Cruzada o que se lhe estava devendo. Por ter castigado a duas negras, que foram intrusas de noite na casa de Deus, por quem tinha a seu cargo a mesma casa, para consultarem sobre feitiços, que diziam haver se dado a um homem leigo. Por terem investido a prender e matar a um visitador commissario do Sancto Officio, a que chamavam Inquisidor, amotinando o povo e levando até os meninos da eschola e apedrejando-o: e abraçando-se elle a um Christo foram tantas as pedradas no sacerdote e ministro do Sancto Officio, que chegaram al-

cançar a imagem. Por se ter achado um menino Jesus deitado entre a immundicie em um pardieiro, adonde a gente ia fazer suas necessidades ».

Não pomos em dúvida o zêlo de Mendonça em reprimir abusos inveterados e procurar pôr obstaculos á corrupção de costumes, devido á ignorancia da epocha. Seus inimigos, porém, o accusam de excessivo rigor em attribuições de seu ministerio e de querer immiscuir-se tambem nos actos do Govêrno civil, ordenando até que as embarcações aqui chegadas fôssem revistadas por agentes seus, cousa da alçada tão sómente do fisco. E' facto curioso: entre os acerrimos inimigos de Mendonça contavam-se ecclesiasticos, dos quaes o principal era o padre Manuel da Nobrega (o *Arrevessa toucinho*), chefe dos intrigantes e dos indisciplinados.

No grande número de desfeitas soffridas por Lourenço de Mendonça, e por elle mesmo narradas no documento supra mencionado, apponctaremos as seguintes: « quatro dias após sua chegada ao Rio de Janeiro, depois de ter passado pela capitania do Espirito Sancto, certos homens facinorosos, uma noute, por um janella, para o queimar vivo, lhe deitaram um barril de polvora com quatro pontas de murrão accesas, aos pés da cama em que estava dormindo, que deu d'elle sómente tres palmos, que tomando fogo levou pelos ares o telhado e forro da dicta casa, queimando primeiro quanto nella havia e até o mesmo pavilhão da cama, em que elle prelado dormia ; o qual ficando em o meio de todo o fogo, ficou sómente salvo sem damno algum, em prova de sua innocencia e das justas causas que defendia. Em outra noute, estando no engenho de Diogo Rodrigues de Faria, e pousado em casa do capellão, outros quatro homens arcabuzaram a casa e depois puzeram fogo á casa de palha, em que os negros e gente do serviço delle prelado estavam dormindo; do qual fogo saïram dous negros mui maltractados e disto se gabaram e confessaram. Que zombando de seus mandados e censuras lhe deitaram á porta uma panella de immundicia, com que a sujaram toda de alto a baixo ».

Queixou-se ainda amargamente do procedimento do ouvidor Francisco Teixeira da Neiva, o qual, não contente de

fazer o povo assignar um papel falso, allegando ser uma petição para ficar na cidade um cirurgião chamado Francisco Rodrigues, o enviou ao bispo da Bahia contendo capitulos accusatorios contra elle Mendonça.

Este mesmo magistrado, de outra feita, exigindo o prelado o que se estava devendo á bulla da Sancta Cruzada, mandou tocar o sino da Camara, concitando a arraia miuda ou capadocios do tempo a prenderem o sacerdote e o deitarem pela barra fóra em um barco desapparelhado. Ordenou mais o ouvidor que *ninguem conhecesse e obedecesse a elle prelado, nem se sujeitassem a suas excommunhões e censuras, em consequencia do que, como papa ou juiz metropolitano, publicou o dicto ouvidor por excommungado o prelado, ao que occorrendo este e mostrando os papeis e ordens de Sua Magestade, entonces o dicto ouvidor e os mais por outro prégão disseram que não se desdiziam*, etc.

Lamentando a falta de Salvador Corrêa de Sá e Benevides, que se achava em Lisboa, e do tio Duarte Corrêa Vasqueanes, continúa Mendonça, não era de esperar outro procedimento do ouvidor apoiado pela gente baixa e uns netos de negros e outros officiaes mechanicos, os quaes eram os que no anno de 1636 serviam na Camara guiados por um perniciosissimo sacerdote Francisco Carneiro e por Fabio Moja, calabrez, grande e antigo revoltoso, e por um frei João da Cruz.

Passaremos em silencio os pasquins diffamatorios, em que Mendonça era tido como clerigo velhaco, infame, hereje, ladrão, simoniaco e sacrilego, para tractar, já que nos falta o espaço, do facto mais curioso que serve para provar a quanto podem chegar o odio e a calumnia.

Não contentes de tantas perseguições, resolveram os inimigos de Mendonça dá-lo como incurso em crime mais torpe. Para tal fim aproveitaram-se da circunstancia de ter o prelado como serviçal um mocinho de 14 annos, de nome Thomé da Costa, filho de Thomé Antunes da Rocha, e, logo no dia 2 de Janeiro de 1637 «prenderam ao dicto criado, carregaram-no de ferro e cadeias e o deitaram em um cepo e já com ameaças de tractos e tormentos, já com mimos e persuasões,

principalmente de Francisco Carneiro e de outro condenado a morte, chamado o Luva, a quem relaxaram para isso da prisão, diziam ao dicto criado, que consentisse nos falsos testimunhos que elles queriam».

Chegando a Lisboa, foi o menino Thomé da Costa entregue ao Sancto Officio, sendo por este tribunal absolvido por sentença de 10 de Julho de 1637, documento que vem por extenso no codice do Instituto Historico, acima referido.

Dizem que por essa occasião fôra tambem preso e d'aqui enviado para a Inquisição o prelado dr. Lourenço de Mendonça. Somos de opinião que elle fugira para o navio muitos dias antes da partida dêste, segundo podemos inferir do recurso, de onde extraïmos estes aponctamentos.

Na capital do reino teve necessidade de defender-se do nefando peccado e fê-lo da maneira mais eloquente, mostrando materialmente a impossibilidade de figurar como agente de taes proezas. Convocados os medicos e cirurgiões do tribunal do Sancto Officio mostrou-lhes Lourenço de Mendonça que, em virtude de um achaque, que havia tido em menor edade, soffrera uma amputação.

Era *fanado*, para nos servirmos do termo de Pedro Vaz Caminha quando em charta ao rei d. Manuel assignalava os dotes e bellezas physicas dos primitivos selvicolas encontrados em 1500 pelos Portuguezes nas paragens de Porto Seguro.

Rehabilitado, caïu Lourenço de Mendonça nas boas graças de Philippe IV, que desejou nomeá-lo bispo do Rio de Janeiro, segundo dizem. Mas perguntaremos, ainda: depois de tão terriveis acontecimentos teria o dr. Mendonça a loucura de voltar a esta cidade, da qual saïra tão desmoralizado?

Effectuada a revolução de 1° de Dezembro de 1640, seguiu o antigo prelado o partido de Castella, sendo eleito mais tarde bispo de Avel, no arcebispado de Toledo. A' vista do seu proceder pouco patriotico, foi declarado traidor pela Relação Ecclesiastica, em 12 de Abril de 1642, como refere o jurisconsulto dr. Themudo.

Disse-nos, ha dias, o professor Capistrano de Abreu haver encontrado na Bibliotheca Nacional um manuscripto firmado por Mendonça, no qual discorre sôbre minas de ouro,

Que esteve elle no Perú, não resta a menor dúvida, pois segundo Barbosa Machado, antes de vir ao Rio de Janeiro, Mendonça exercera o cargo de commissario da Inquisição na *imperial* cidade de Potosi.

5 de Outubro de 1902.

---

# A LAGE

Não vem fóra de proposito um resumido retrospecto historico sôbre a antiga fortaleza da Lage, principalmente agora que vai ella passando por transformação radical, segundo informou ha dias *A Noticia*, dando minuciosa conta dos melhoramentos, que tornarão este forte importante praça de guerra, de accôrdo com os progressos da technica militar moderna.

Do ilhéo denominado *da Lagem*, onde mais tarde foi edificada a fortaleza, fazem menção geographos, historiadores e chronistas quando se referem a acontecimentos que se deram nas proximidades dessa ilha, que divide a barra do Rio de Janeiro em dous canaes, e cujos recifes constituem perigos aos navegantes que demandam o nosso porto.

A excellencia da posição, porém, foi reconhecida desde tempos antigos, e o proprio Villegagnon, ao chegar em 10 de Novembro de 1555, procurou ahi fortificar-se contra os Portuguezes, que naturalmente os viriam desalojar.

Minucias dêste facto são encontradas nas obras de Thévet, João de Lery, Gaffarel e Heuslhard.

Abandonada logo pelos Francezes, conservou a ilha da *Lagem* o nome de *Ratier*, equivalente de armadilha ou antes ratoeira : — *Muscipulum* é o termo empregado por Lery, na edição latina (1586) da sua *Viagem*, muito conhecida e citada.

Expulsos os Francezes e transferido o assento da cidade não escapou a Salvador Corrêa de Sá a conveniencia de fundar na Lage pequeno fortim, como meio de defesa da

barra ; mas foi demovido dêsse proposito por suggestões, dizem, de um engenheiro hispanhol. Nas aventuras, porém, de Knivet prisioneiro da expedição Cavendish, escriptas em inglez, e traduzidas em hollandez e mais tarde para o portuguez pelo dr. José Hygino (*Revista do Instituto Historico*), encontrámos a narração de um facto que, até certo poncto, justifica haver Salvador tentado fortificar a Lage. Diz Knivet: «por esse tempo veio de Portugal a noticia de que uma fróta ingleza estava a partir para o Brasil.»

«Essa nova levou o governador (S. de Sá) a mandar levantar um forte sôbre certa altura, á bocca do porto. Levantaram-n'o tão sôbre as aguas, que, tres mezes depois de concluido, o mar o comeu com toda a artilharia que nelle havia. Estava tambem por esse tempo no Rio de Janeiro como prisioneiro André Tower, que tinha conhecimentos da arte de curar e tractando de alguns doentes, fez muito boas curas. Como Tower dizia saber predizer o futuro, era considerado pelos Portuguezes como feiticeiro. Assegurou elle que havia de descobrir meios de tirar a artilharia do fundo do mar. Só tinha um olho, e no logar do outro, diziam os Portuguezes ter o feiticeiro *um demonio familiar*. Mandou fazer uma veste de couro, e tão bem a breou e engordurou, que ficou toda impermeavel. Preparou depois uma grande cabeça toda breada e munida de enorme nariz e collocou deante do nariz tres bexigas e duas deante da bocca. Feito isto, convidou-me a entrar naquelle apparelho e descer ao fundo do mar. Respondi que só aventuraria a minha vida em similhante empresa, si fosse bem recompensado. Chamou-me então o governador e me disse que si eu fosse prender um annel ao ouvido de uma das peças, dar-me-hia 10.000 coroas e um passaporte para onde eu quizesse ir. Prometti que com o adjutorio de Deus, faria a diligencia por servir.»

«Achando-se tudo prestes, levaram-me os Portuguezes com muita solennidade e orações ao logar, em que se perdera a artilharia. Enverguei o vestuario de couro, e tendo-se-me atado ao corpo uma grande pedra fui lançado ao mar em 18 braças de profundidade.

« Como era porém enorme a cabeça de couro e estava bem breada e alcatroada, succedeu impellirem-me as aguas para cima, ao passo que a pedra pesada como era, puxava-me para baixo, do que me resultava uma sensação tão penosa, que me parecia que a corda da pedra por-me-hia o corpo em pedaços. Tendo eu atado uma faca em uma das mãos, cortei a corda, assomei á tona d'agua, dei-me pressa em arrancar do rosto as bexigas e a lacerar o couro, pois estava quasi suffocado. Um mez inteiro andei tonto ».

A possibilidade de ser o Rio de Janeiro invadido pelos Hollandezes mostrou a urgente necessidade de ser fortificado o antigo *Ratier*. Este pensamento, diz Haddock Lobo, ficou porém adiado, em consequencia da tenuidade dos cofres publicos e ser a execução daquella obra assás dispendiosa. Todavia, em 2 de Novembro de 1641, reunidos em Camara o governador Salvador Benevides, os officiaes e os homens bons do povo, ficou deliberado attender-se á melhor fortificação da cidade. Nomeada uma commissão, foi ella de parecer se construisse a fortaleza da Lage, obra que podendo ser feita á custa do Estado se fizesse á custa do povo, não por meio de tributo, mas sim por meio de subscripção voluntaria e pelo da venda, em hasta pública, de todos os chãos da marinha da cidade. Com a retirada de Benevides, não teve execução tão momentoso projecto, que tornou a ser assumpto de estudos na governação de Francisco de Souto Maior, ficando ainda por essa vez adiado.

Entre os muitos e importantes documentos publicados no *Archivo do Districto Federal*, encontrámos no tomo 4°, página 545, a charta régia de 2 de Agosto de 1644 — *para se fazer a fortaleza da Lage, applicando-se para as despezas da sua obra metade do cunho das patacas,* — e para *que esta obra* (diz a charta, além de muitas outras cousas) de tanta utilidade ao bem commum e em particular aos moradores dessa cidade *se faça com mais commodidade lhes significareis da minha parte que a ajudem com os seus creados e escravos e com o mais que puderem, que lhes haverei o serviço, e ainda que nisto devem!*

Em virtude da approvação régia, o governador Duarte Corrêa Vasqueanes, em reunião da Camara, a 26 de Novembro de 1646, deliberou de novo a fortificação da Lage, pondo-se em hasta pública os chãos da marinha. Que esses foram vendidos, não ha a menor dúvida; mas as obras da fortaleza ficaram ainda adiadas; de sorte que, apezar da sua boa vontade, pouco ou nada pôde fazer Vasqueanes. A' pag. 132 do — Tombo das Terras Municipaes está por extenso o auto e assento de 1646.

Nas *Publicações do Archivo Publico*, tomo 1º, lemos a charta régia de 5 de Dezembro de 1698, accusando o estado da obra de Sancta Cruz e declarando que a *projectada* obra da fortaleza da Lage *não era por enquanto possivel*!

Ficaria tudo para as calendas gregas, si terrivel acontecimento não viesse despertar a attenção da metropole, apezar das reclamações de todos os governadores, inclusive o infeliz Francisco de Castro Moraes, cuja memoria vai sendo rehabilitada, graças ás investigações do sr. barão do Rio-Branco e aos estudos do dr. Felisbello Freire, que teve entre mãos, na Bibliotheca Nacional, os autos da devassa tirada por occasião da segunda invasão franceza commandada por Duguay Trouin (1711). Passado o perigo tractou o Govêrno de melhorar o systema de defesa do Rio de Janeiro. Varios projectos foram apresentados; vieram engenheiros de Portugal, e entre elles João Macé, que teve a infeliz idéa de defender a cidade pela parte do sertão levantando uma muralha entre os morros da Conceição e Castello, a qual corria na direcção da hoje rua de Uruguaiana e antigamente da Valla ou de Pedro da Costa.

Foi, pois, d. Francisco de Tavora quem, em virtude da charta régia de 26 de Janeiro de 1713, deu comêço á regular edificação da fortaleza, sendo applicados á obra 40.000 cruzados dos direitos da Alfandega.

Em 1718 ainda não estava a Lage artilhada, e isso se deprehende da *conta sob a fortificação e artilharia e mais fortalezas da praça e armazens do Rio de Janeiro*, enviada pelo governador Antonio de Britto Meneses, o qual dizia em data de 2 de Março: « a fortaleza da Lage acha-se hoje com uma

differente planta da que desenhou o brigadeiro Massé, porque esta era uma figura oval, cujo maior diametro tinha 180 palmos e o menor 100, e a planta que remetto é a que se segue; nella se vê a obra, que está feita, que ainda para chegar á primeira bateria lhe faltam nos quatro lados seis fiadas de enchelharia, como fiz presente a Vossa Magestade, em outra carta, e na figura 3ª se vê que forma um exagono».

Por este importante documento vemos ainda que: em 1718, as differentes fortalezas estavam guarnecidas do seguinte modo: Sancta Cruz, 53 peças; S. João, 43; Vargem, 6; Praia Vermelha, 12; Boa Viagem, 10; Gragoatá, 10; Sancta Luzia, 5; S. Januario, 11; Prainha, 4; ilha das Cobras, 26; Villegagnon, 24; Conceição, 36; Castello ou S. Sebastião, 24; Santiago (hoje Arsenal de Guerra), 8 e mais 11 nos armazens, sommando tudo 279 boccas de fogo.

Encheriamos largo espaço, si intentassemos dar os extractos da correspondencia dos governadores com relação aos melhoramentos da Lage, mudança de planta, reparações e concertos mal feitos e destruidos constantemente pelo mar: tudo isso constituiu o incessante cuidado de Aires de Albuquerque, Luiz Vahia Monteiro, Bobadella, Silva Paes, Alpoim e conde da Cunha.

Em charta de 1º de março de 1768, o marquez de Lavradio, a quem tanto deveu o Rio de Janeiro, fallando das fortificações, assim se exprimia quanto á da Lage: «Esta da fórma que está é quasi inutil, por ser muito apertada e pequena, e quando faz mareta as ondas saltam as muralhas por cima e me dizem que até a artilharia tem chegado a deitar das muralhas abaixo; pelo que nem guarnição, nem munições sufficientes póde accomodar; mas alargando-se mais e dando-lhe melhor fórma, *ha de ser de grande importancia*, pois cruza a sua artilharia com Sancta Cruz e S. João, e tem a vantagem de não poder ser atacada por nenhuma parte; porém esta obra pede mais despesa e tempo; por ora é necessario cuidar em outras, de que se necessita mais». O que Lavradio previu no começo de seu govêrno foi por elle realizado. A elle deve sem dúvida a Lage os importantes

melhoramentos que chegaram até nossos dias e foram conservados pelos que lhe succederam.

E isto não é de difficil prova. Os antecessores de Lavradio descansaram porque, como é sabido, por ordem da metropole era a barra fechada por uma grossa corrente de ferro que ia de Sancta Cruz a S. João; mas este vice-rei acabou com tal systema, que si garantia, durante a noite, a cidade, de uma invasão inimiga, para nada servia si ella fôsse intentada de dia, como practicou Duguay Trouin.

Lavradio fez, no seu tempo, tudo quanto lhe foi possivel para a melhor defesa desta cidade.

Entretanto, um dos seus antecessores, o conde de Resende, julgava a fortaleza da Lage inutil no tempo de paz *e bem pouco defensavel para o da guerra.* Mandou desguarnecê-la, reduzindo as despesas da guarnição de 648.456 annuaes para 267.120. Consta isto da charta de 26 de Julho de 1791, enviada ao ministro Martinho de Mello e Castro. Em 1799, era commandante da Lage o sargento-mór Caetano Pimentel de Vabo, almoxarife Domingos de Siqueira, e capellão Joaquim José de Bastos.

O que foi a Lage durante o seculo XIX poderá ser estudado na leitura dos relatorios do Ministerio da Guerra e na Collecção de leis, desde 1808.

Considerada fortaleza de 2ª classe, era ella artilhada com 28 canhões. Prisão de Estado, em suas horriveis masmorras estiveram presos: o patriota Barata, o liberal Miguel de Frias e o capitão Pedro Ivo, cuja personalidade foi magistralmente estudada pelo general Mello Rego em seu trabalho *A Rebellião Praieira*. Quanto aos assassinos da Coqueirada, é digna de ser lida a memoria *Os Criminosos Celebres* do operoso e infatigavel dr. Moreira de Azevedo.

Como outr'ora, é ainda hoje difficil o accesso á ilhota da Lage pela forte arrebentação das vagas; o mar é ás vezes tão forte (diz o sr. Agenor de Noronha), que torna quasi impossivel atracar qualquer embarcação na fortaleza. Foi o que, ainda ha dias, experimentou o sr. ministro da Guerra, a quem são devidos os ultimos melhoramentos.

Já não existe, pois foi destruida, a célebre pedra — *o*

*caboclo* —, terror do Arsenal de Guerra ; mas funcciona ainda a classica *caçamba,* que obriga quem desembarca a fazer prodigios de gymnastica para não quebrar a cabeça de encontro ás pedras ou, pelo menos, tomar um banho de agua salgada.

14 de Agosto de 1902.

## FORTALEZA DA CONCEIÇÃO

Em um dos cabeços desta cidade, haviam em 1634 fundado Miguel Carvalho e Maria Dantas modesta ermida, dedicada a Nossa Senhora da Conceição.

Juncto do sanctuario foi tambem, tempos depois, construido um pequeno hospicio ou convento, onde por muitos annos viveram Capuchinhos francezes. Expulsos esses religiosos por ordem do rei d. João V, o bispo d. frei Francisco de S. Jeronymo agradou-se do local e, obtidos 8.000 cruzados do Erario Régio, ampliou o hospicio e nelle fixou a residencia episcopal.

Teve razão o prelado, porque : além da belleza do sitio, a chacara e horta da Conceição eram vastas e bem plantadas; a cêrca, segundo refere frei Agostinho de Sancta Maria, era *feita de limoeiros, cujos espinhos fizeram tão perfeito tapume, que até das gallinhas da vizinhança estava vedada, tanto aquellas arvores (que lá é matto) se unem, que seguram melhor as fazendas do que as paredes.*

Estavam as cousas neste pé, quando em 1711, como é sabido, Duguay Trouin invadiu o Rio de Janeiro; e enquanto, amedrontado, d. frei Francisco se refugiava nas — *furnas* — da Tijuca, o almirante francez occupava o morro e aboletava-se na bella vivenda prelaticia. Serenada a crise, voltou o bispo aos seus penates; mas tal horror tinha o virtuoso varão ao cheiro da polvora, que começou a queixar-se de achaques, pedindo sua remoção.

O Conselho Ultramarino consultado negava o pedido, dizendo que as *taboas do figado* eram perfeitamente curaveis no Rio de Janeiro, onde havia tão bons clinicos como em

Lisboa. D. Francisco resignou-se á sua sorte, e aqui permaneceu até 1721, anno em que falleceu, sendo sepultado na capella da Conceição.

Imaginemos, porém qual não foi a desagradavel surpreza do diocesano, quando aqui chegou d. Francisco de Tavora, com ordens de melhor fortificar a cidade. O novo governador, não contente de tirar terras da chacara da Mitra e de apropriar-se de uma pedreira para obter material que servisse á edificação da projectada muralha, a qual devia ligar a Conceição ao morro do Castello, edificou uma fortaleza mesmo na parte posterior da residencia de d. frei Francisco de S. Jeronymo! Este protestou, allegando que as salvas da fortaleza *fundada ha pouco por d. Francisco de Tavora* abalavam as paredes do palacio, e pedia como indemnização das terras tomadas uma lampada de prata para a capella, do custo de 130$000!

Ouvido o provedor da Fazenda, achou justo o pedido, e o Conselho Ultramarino foi de opinião que a fortaleza não désse salva nos dias de gala e ficasse reservada para occasião de guerra. Deram-se estes factos em 1717 e 1718.

Consta isto de um codice, n. 207, pertencente ao archivo do Instituto Historico. Por este documento devem cessar as incertezas de monsenhor Pizarro e de todos quantos o seguiram sôbre o fundador da fortaleza da Conceição. Foi, não ha dúvida, o governador d. Francisco de Tavora; e o engenheiro, sob cujo plano se levantou esta fortificação, não é muito difficil de adivinhar (os manuscriptos o dizem), foi João Macé.

Começada em 1715, já em 1718, segundo a charta do governador Antonio de Britto Meneses em data de 2 de Março, estava a fortaleza *quasi acabada com seu armazem de polvora, corpo de guarda e cisterna; necessita acabar o fosso, parapeitos e alguns quarteis. Nesta obra as paredes interiores, que formam o parapeito, estão pouco seguras, e a cisterna esvaida.* Nesse tempo estava a Conceição guarnecida por 36 peças de ferro, com 1.000 balas de differentes calibres.

No tempo da governação de Luiz Vahia Monteiro, foram por este propostos á metropole novos meios de defesa do Rio de Janeiro, por parte de terra, consistindo no abandono do

muro da cidade, então ainda não concluido, por um grande canal, que principiando no sitio da Ajuda terminasse na Prainha. Pouco caso fez Vahia da fortaleza da Conceição, que, no seu conceito, era inutil á defesa da cidade.

Estando aqui de passagem, em 1730, o célebre Jesuita e geographo Diogo Soares levantou a planta da fortaleza, planta que deve existir no Archivo Militar.

Em 1735 era pequena a guarnição commandada pelo alferes Manuel de Assumpção e Sá.

Em charta de 20 de Dezembro de 1737 (documento do Archivo Publico) o governador Gomes Freire de Andrade dizia que a Conceição não tinha governador, e que era necessario ser nomeado para tal cargo um sargento-mór.

De Lisboa mandaram dizer que as urgencias do Estado não permittiam tal despesa e que o forte continuasse a ser commandado por um capitão; pois os artilheiros que aqui existiam eram poucos para guarnecer as fortalezas da barra e que em tempo de guerra *se providenciaria*.

No tempo dêsse mesmo Gomes Freire caïa em ruinas o palacio episcopal, e as obras de reparação estavam orçadas em 20 contos de réis. Houve o alvitre de mudar a residencia do bispo para juncto da nova Sé, que ia ser levantada no hoje largo de S. Francisco de Paula. As urgencias, ainda, do Erario não permittiram esse melhoramento, pois, dizia o governador, ficaria, arrazados o palacio e capella, amplo espaço para alargar o forte, construindo nelle quarteis para a guarnição. Tudo isto ficou em projecto: foram feitos os reparos no palacio, e a fortaleza continuou quasi abandonada (documento do Archivo Municipal).

E', aqui, logar para uma reflexão; eram taes as delongas nas deliberações tomadas com referencia á defesa da cidade, taes as mesquinharias da metropole, a falta de providencias acertadas, de um plano definitivo de fortificações, que, si os inimigos de Portugal quizessem, podiam a são e salvo reproduzir as proezas do famigerado Duguay Trouin. A Providencia velava pelos antigos Cariocas, abandonados aos proprios recursos, graças ás despesas de guerra, ás intrigas diplomaticas e ás sommas gastas sobretudo com a célebre Colonia do Sa-

cramento, para a qual a metropole fazia convergir todas as vistas e cuidados.

Empunhando em 10 de Outubro de 1763 o conde da Cunha o bastão de vice-rei, tractou de aperfeiçoar o que seus antecessores não tinham podido pôr em obra; as fortificações mereceram-lhe cuidado, e de sua *Correspondencia* resulta grande a convicção de ter algo realizado em beneficio das cousas de guerra. Em minuciosa conta justificou-se das grandes despesas feitas.

Dando melhor destino á fortaleza da Conceição, mandou levantar dentro de suas muralhas a casa de armas, cuja descripção feita em 1844 encontramos em uma memoria impressa na *Revista do Instituto Historico*, tomo 25°, firmada por J. de Sousa Pereira da Cruz:

«Construida de pedra e cal, diz elle, com a grossura de 5 palmos de parede em quadro, com quatro pés direitos de cantaria nos cantos atracados com 6 braçadeiras de ferro, tem um portico na frente e duas janellas, e no fundo tres; tem de largura 55 palmos de frente e outro tanto de fundo; seu comprimento é de 142 palmos guarnecido symetricamente com 5 janellas de cada lado, as quaes tem 12 palmos de vão de altura e 6 em largura, e por baixo dellas existem 12 grandes cofres de ferro para depositos de objectos de guerra, hoje occupados com canos de diversos adarmes e padrões em estado de servir, em sua altura por dentro encerram-se tres ordens de cabides sustentados sobre grandes quartellas, obra de entalhador, e differentes cavados, que formam a mais excellente vista; as tres ordens tem 126 cabides para espingardas ou refles e por dentro aproveitados com um cabide para espadas; por cima da 3ª ordem ha um pequeno que serve para pistolas compridas; leva esta casa 9.416 espingardas, 3.328 refles e 7.000 espadas.»

Segundo Mello Moraes filho, existia na antiga sala de armas uma almofada de madeira por cima da janella central, do lado de Léste, que parece ter servido de téla a alguma allegoria ou retrato, cujos traços são apenas perceptiveis. Quem sabe si tal quadro não seria devido ao pincel de Manuel de Oliveira que, conforme Portalegre, foi encarregado pelo conde da Cunha de decorar a casa das armas.

A brocha do caiador, diz Moreira de Azevedo, fez

desapparecer as producções do emerito artista, auctor do quadro — Apotheóse de S. Francisco — pintado no tecto da Penitencia e felizmente restaurado, ha annos, pelo distincto e modesto Driendl.

Foi primeiro inspector e governador Alvaro Teixeira de Macedo, que teve sob suas ordens o mestre de espingardeiros Pedro Tavares Freire e o de coronheiros João Antonio, mandados vir de Portugal pelo conde da Cunha.

Em 1799, menciona o *Almanak* de Antonio Duarte Nunes, era este o pessoal da Real Fabrica da Casa das Armas da Conceição: inspector e governador, Francisco Xavier dos Santos, escrivão, Antonio Luiz da Fonseca; mestre da fábrica, Pedro Tavares Freire; contra-mestre, Domingos Pereira Cardoso, mestre cozinheiro, Antonio Manuel; almoxarife, Manuel Travassos da Costa.

Xavier dos Santos é o habilidoso *Xavier das Conchas*, que muito coadjuvou Luiz de Vasconcellos na ornamentação dos primitivos pavilhões do Passeio Publico. Não deve ser confundido com o *Xavier dos Passaros.*

Do governador da Conceição, natural de Sancta Catharina, existem dados biographicos no — *Passeio pela Cidade do Rio de Janeiro* — do dr. Joaquim Manuel de Macedo.

Em 1791 houve crise na Conceição; o conde de Resende, em charta de 10 de Janeiro, communicava que as officinas deixavam de trabalhar por falta de pagamento e remettia um mappa do estado em que se achava a casa de armas (documento do Archivo Publico).

No tempo do principe regente, mandou o conde Linhares (1810) fôssem admittidos, até o número de 100, aprendizes nas differentes officinas.

Tinham elles além do vencimento, conforme seu merito, 25 réis diarios, dous feixes de lenha e um alqueire de farinha por mez.

Deixemos de parte minudencias, que podem ser lidas na memoria de Pereira da Cruz. Tempos depois parou o fabrico de armas com o frivelo motivo de ser mais dispendioso tal fabrico *do que compral-as ao extrangeiro*; entretanto d'alli saïram ricas espingardas, que o rei d. João VI enviou de presente a varios soberanos da Europa.

Depois da Independencia, e no ministerio do conde de Lages, as officinas da Conceição passaram por grandes melhoramentos, tendo-se tornado digno de elogios o inspector Joaquim Caetano da Silva, fallecido em 23 de Abril de 1831.

Por motivo de economia houve, no tempo da Regencia, muitos córtes nas despesas da casa de armas, indo para o Arsenal de Guerra o restante dos operarios.

Por decreto de 21 de Fevereiro, de 1832 foram extinctos o logar de inspector e o almoxarifado, ficando os armazens da Conceição fazendo parte da 1ª classe do almoxarifado do Arsenal de Guerra, conservando-se alli sómente um fiel responsavel e um guarda. Em 2 de Septembro de 1844 regressaram as officinas do Arsenal para a mesma fortaleza, onde permaneceram até os nossos dias.

Falta-nos espaço para tractar, ainda que em resumo, do historico dessa fábrica. A leitura dos competentes relatorios do Ministerio da Guerra supprirá taes lacunas. Como é sabido a antiga fortaleza e suas dependencias estão presentemente occupadas pelo 7º batalhão, tendo sido removidas para o novo Arsenal em S. Christovam as antigas officinas, creação do conde da Cunha.

Nas prisões da fortaleza da Conceição estiveram encarcerados varios dos implicados na Conjuração Mineira, como se colligo da leitura da monographia de Joaquim Norberto de Sousa Silva. Si nos não falha a memoria, lá tambem esteve preso o poeta mineiro Manuel Ignacio da Silva Alvarenga, membro de uma sociedade literaria, que funccionava em um sobrado de dous andares da rua do Cano (hoje Septe de Septembro). Este gremio foi dissolvido, e seus membros, suspeitos de «jacobinismo», perseguidos pelo conde de Resende, graças ás intrigas de certo procurador de causas, Fuão Frade.

19 de Outubro de 1902.

## CEMETERIOS DOS ESCRAVOS

Tristes, repugnantes e indecentes as scenas, de que foi theatro esta cidade, maxime nos seculos XVII e XVIII, com relação ao execrando commercio de carne humana!

Querendo justificar a transferencia dos depositos e armazens de escravos para o sitio do Vallongo, assim se exprimia o vice-rei marquez de Lavradio ao passar a governação a seu successor: « havia mais nesta cidade o terrivel costume de que todos os negros, que chegavam da costa d'Africa a este porto, logo que desembarcavam, entravam na cidade, não só cheios de infinitas molestias, mas nús; como aquella qualidade de gente não tem mais ensino, e são o mesmo que qualquer outro bruto selvagem, no meio das ruas em que estavam sentados em umas taboas, que alli se extendiam, alli mesmo faziam tudo quanto a natureza lhes lembrava, não só causando maior fetido nas mesmas ruas e suas vizinhanças, mas até sendo o espectaculo mais horroroso que se póde apresentar aos olhos. As pessoas honestas não se atreviam a chegar ás janellas; as que eram innocentes alli aprendiam o que ignoravam e não deviam saber! »

Considerando o negro apenas instrumento de trabalho, machina não passivel de qualquer educação intellectual, moral e religiosa, disse-o Perdigão Malheiros, eram-lhe negados todos os direitos.

Reduzidos á condição de cousa como irracionaes tiveram a denominação de peças, folegos vivos, que se mandavam marcar com ferro quente ou por méro castigo, ou, ainda por signal, como gado. Eram enfim tractados durante a vida como animaes, e como taes por occasião da morte!

Chegou a tal poncto a barbaria, ou antes a falta de toda a caridade christã, no entêrro dos escravos, que a metropole teve de intervir, chamando em seu auxilio a Irmandade da Misericordia; o governador Antonio Paes de Sande foi o encarregado de tractar de tão importante assumpto, e elle, que testimunhava os effeitos de uma terrivel epidemia de variola, deu-se pressa em fazer cumprir a ordem régia de 23 de Janeiro de 1694.

Em 3 de Junho dêsse anno realizou-se o primeiro accôrdo, sendo o governador representado por frei Ignacio da Graça, provincial dos Carmelitas, e a Misericordia pelo seu provedor e Mesa. Ficou deliberado o seguinte: a Misericordia forneceria *um esquife com seu panno*, mandaria buscar o cadaver do escravo, encommendar e accompanhar por um dos capellães, pagando o senhor de cada um dos escravos 960 réis, dos quaes seriam 320 réis para duas missas d'alma e 640 para a esmola do clerigo e para os negros que carregassem o esquife, ficando a Misericordia com a obrigação de enterrar aquelles escravos, cujos senhores fôssem tão pobres que não tivessem com que pagar aquella quantia.

Tres dias depois, o governador agradeceu á Sancta Casa tão bom serviço em documento honroso, transcripto no 2° livro dos Accórdãos da Misericordia.

Levado o ajuste ao conhecimento do Conselho Ultramarino (é digna de ler-se a competente consulta no codice pertecente ao Instituto Historico), foi o mesmo Conselho de parecer que a quantia de 960 réis era exorbitante, mesmo porque a Misericordia da Bahia havia feito egual accôrdo mediante 400 réis sem a obrigação das duas missas; que estas deviam ser deixadas á vontade dos senhores, porquanto *nem os paes eram obrigados* a mandá-las dizer por alma *dos filhos*, e nem os senhores podiam ou deviam ser constrangidos pelos capitulos de visitação ecclesiastica.

Nesse intervallo fallecera Paes de Sande, e o rei em 28 de Janeiro de 1695 ordenou ao novo governador Sebastião de Castro Caldas tractasse segunda vez com a Misericordia, afim de ser reduzida a quantia a 400 réis sem as duas missas. Nesse sentido o monarcha tambem escreveu á Mesa da Sancta Casa.

Em 17 de Maio de 1695, presentes o governador, frei Ignacio da Graça, o deão João Pimenta de Carvalho e o procurador da Misericordia, o capitão José Barreto de Faria, na ausencia do provedor João de Araujo Caldeira, foi firmado novo contracto, com relação ao entêrro dos escravos desta cidade.

Os cadaveres dos captivos, confrades de associações ou sodalicios religiosos, podiam ser inhumados no interior, nos

adros e dependencias das respectivas egrejas e capellas. Algumas dessas irmandades gosavam da licença de possuir esquife proprio, pagando de cada entêrro a quantia de um cruzado á Misericordia, a qual, como é sabido, tinha o monopolio de todo serviço funerario.

Esse favor haviam obtido: desde 1687, a Irmandade do Rosario e S. Benedicto, a da Bôa Morte desde 1688, a de S. Domingos composta do gentio de Guiné desde 1699, e outras, que com o tempo se foram formando.

Enquanto foi diminuta a população do Rio de Janeiro e o trafico não havia tomado grande incremento, para o serviço dos enterramentos foi sufficiente o antigo e pequeno campo sancto, existente juncto ao morro do Castello e por traz do Hospital da Sancta Casa. Eram alli sepultados não só os indigentes da cidade, os fallecidos no hospital, os justiçados, mas tambem os escravos indios e africanos e seus descendentes.

Sendo de pequenas dimensões, obteve em 1623 a Misericordia o alargamento dêsse cemeterio por favor do Conselho, o qual mandou inutilizar um becco sem saïda existente no local.

E assim ficou até 1827, anno em que foi concedida á Misericordia certa porção da chacara pertencente ao Hospital Militar, outr'ora cêrca do Collegio dos Jesuitas. Este melhoramento havia sido desde muito reclamado, sem exito, por muitos dos provedores, inclusive o marquez de Lavradio, que, apezar de vice-rei, não fôra mais feliz.

Quem observa a planta do velho hospital e cemeterio, levantada em 1839 pelo engenheiro Domingos Monteiro, não póde deixar de surprehender-se como durante tantos annos similhante localidade servisse para tal mistér. Só em 1798, segundo Antonio Duarte Nunes, foram alli inhumados 1.360 corpos.

Annos depois, o provedor José Clemente calculava em perto de tres mil os cadaveres inhumados nessa pequena necropole. Foi devido a isto que o mesmo José Clemente resolveu transferir o campo sancto para o arrabalde do Cajú, comprando por 10:000$ a João Goulart uma chacara, onde desde 2 de Julho de 1839, começou a realizar-se o novo serviço dos

enterramentos. Na egreja da Misericordia e nas respectivas catacumbas continuaram, até 1850, a ser sepultados os ermãos da Sancta Casa e as pessoas livres.

Quando, porém, grandes epidemias ceifavam por centenas as pobres victimas do trafico, houve necessidade de procurar logares baldios para enterramento, sobretudo dos escravos. Que existia o chamado *Cemeterio do Rocio da cidade ou dos mulatos*, não póde haver a ménor dúvida: basta ler a charta de doação de terrenos concedidos pela Camara á Irmandade de S. Domingos para edificação de sua egreja, entre as hoje ruas de S. Pedro e General Camara. Em 1613, consta de documentos da Municipalidade, depois de copiosas chuvas seguidas de sêcca de 96 dias, rebentou violenta epidemia de variola, nas proximidades dêsse cemeterio, collocado no meio do antigo campo da cidade.

Os Carmelitas permittiram tambem fôssem sepultados os captivos em frente á testada de seu convento e egreja, e é por isso que ainda ha dias foram encontrados ossos humanos juncto ao adro da egreja archi-cathedral.

Por seu lado os Franciscanos começaram a sepultar escravos na fralda do morro de Sancto Antonio, e como o logar era pequeno pediram e obtiveram do Conselho, em 1709, mais 18 braças de chãos, no hoje largo da Carioca, onde foi mais tarde edificado o Hospital da Penitencia, *attendendo*, diziam os vereadores, *á falta que ha nesta cidade de logares competentes em que se sepultem os cadaveres dos mesmos escravos, que morrem, do que se tem seguido, além da falta commum, consequencias prejudiciaes, com escandalo publico.*

Ainda em 27 de Maio de 1722 (documento do Archivo Publico) o rei mandava o governador informar o pedido do Cabido, *séde vacante*, para se instituir no Rio de Janeiro um cemeterio exclusivamente de escravos.

Do que vai dicto não é difficil explicar a existencia do cemeterio dos negros novos, no antigo sitio de Valverde (hoje largo de Sancta Rita), nos terrenos que ficavam entre o antigo fôsso ou valla e a testada da cêrca dos Benedictinos, a qual findava no depois becco de Gaspar Gonçalves, dos Cachorros e hoje travessa de Sancta Rita, onde por muito tempo existiu um jôgo da bola.

Quando principiou e quantos cadaveres de *negros novos* foram ahi, durante annos, sepultados, é hoje difficil dizer. Foi, porém, ainda o marquez de Lavradio quem extinguiu esse immundo campo sancto, onde, até 1825, existia um cruzeiro de pedra, substituido em 1842 pelo antigo chafariz, e em nossos dias pelo actual. Para tornar efficaz sua prohibição mandou o vice-rei collocar alli por muito tempo uma guarda de soldados de tropa de linha.

Em seu *Pequeno Panorama* refere o sr. dr. Moreira de Azevedo: «em uma noite tres homens de braço dado approximaram-se da porta da egreja (Sancta Rita) e se ajoelharam. No fim de algum tempo, retiraram-se dous e ficou um de joelhos. Decorridas algumas horas, o soldado approximou-se do devoto, e ordenou se levantasse, mas não teve resposta; fez nova observação e bateu no hombro do homem que orava. Com esse movimento, o devoto cahïu no chão; a sentinella foi examiná-lo e reconheceu que tinha deante de si um cadaver! Os dous individuos os tinham conduzido para ahi, deixando-o encostado ao portal da egreja».

Do largo de Sancta Rita passou o cemeterio dos *pretos novos* para o sitio do Vallongo, no local hoje da rua da Harmonia. E por *amor* dêsses mortos desconhecidos e miseraveis houve uma pendencia, que demorou o estabelecimento definitivo da nova freguezia de Sanct'Anna, creada em 1814!

Para compensar a perda soffrida pelo vigario de Sancta Rita com os terrenos do Vallongo e Gambôa foi dada grande zona tirada da antiga parochia da Sé. Apezar do proveito notavel, diz monsenhor Pizarro, contudo, porque na parte desmembrada do seu territorio se incluia o sitio do Vallongo, em que se acha o cemeterio dos negros novos da costa d'Africa (cujo jazigo faz o melhor dos reditos dessa parochia, sem o menor trabalho, além da necessaria encommendação dos cadaveres, sepultados já dias antes e separadamente póde servir de fundo a um bom beneficio), impugnou com requerimentos o actual vigario José Caetano Ferreira de Aguiar a divisão, que o privava de tanto bem. Pelo motivo referido esteve suspensa a desunião do territorio e consequentemente a posse do novo parocho, assim como o exercicio da nova freguezia, até que, por ordem de 6 de Agosto de 1816, foram designados

novos limites, ficando no districto de Sancta Rita toda a marinha desde quasi o fim da rua do Vallongo até o Sacco da Gambôa, em cujo meio fica o SUSPIRADO E INTERESSANTE CEMITERIO.

O vigario Aguiar era homem practico da vida e de influencia. Foi mais tarde senador do Imperio. Falleceu em 1833 e tem o retrato na galeria dos bemfeitores da Misericordia. Era um velhinho de semblante sympathico e de olhos pequenos, vivos e penetrantes!

Com relação ao cemeterio do Vallongo, ainda em 14 de Fevereiro de 1829, o intendente geral da Policia, Luiz Paulo de Araujo Bastos, pedia providencias ao Senado da Camara nos seguintes termos: «Tendo-se-me feito varias representações sôbre o damno que a saude publica resulta da existencia do Cymiterio dos negros novos, proximo ao morro da Saude, e do máo estado em que se acha o mesmo Cimiterio; fui eu mesmo aquelle logar e admira-me que em uma Capital civilisada exista o que ally se encontra: hum pequeno terreno, que aliás está colocado no meio de muitas casas habitadas e hoje com arruamento seguido cheio todo em roda de esteiras, que de ordinario sempre recebem alguma cousa de corrupção dos Corpos n'ellas envolvidos. Covas abertas tanto á superficie do terreno que apenas hum palmo para cubrirem-se os corpos que nellas se lanção aos pares: eis o que eu mesmo torno aripitir. — V. Y.»

E sabem o que fez o Senado? *Queixou-se ao bispo* d. José Caetano da Silva Coutinho, como si este tivesse o dever de melhorar as condições do antigo cemeterio! Tal é a integra do documento impresso no 2° volume do *Archivo Municipal*, pag. 477!

28 de Outubro de 1902.

# COVAS E CATACUMBAS

Vinha de longe a propaganda scientifica contra o antigo systema de enterramentos no interior dos templos e suas dependencias.

As opiniões dos entendidos nullificavam-se ante preconceitos inveterados, usos e costumes, herdados da mãe patria.

Já em Pernambuco, Ferreira da Rosa, por occasião da primeira epidemia de febre amarella, clamava contra similhante práctica.

Mais tarde José Corrêa Picanço vertia para o nosso idioma o trabalho de Vick d'Azir, traducção por sua vez do italiano, de notavel memoria de Scipião Patrolli, e publicava — *O Ensaio sobre os perigos das sepulturas dentro das cidades e nos seus contornos*, dado á estampa em 1812 na Imprensa Régia desta cidade.

Antes delle e em 1800, o illustre mineiro Vicente Coelho de Seabra Silva e Telles dava á luz da publicidade notavel estudo, a que deu o titulo — *Memoria sobre os prejuizos causados pelas sepulturas nos templos e methodo de os prevenir.*

Os practicos consultados em 1798 pelo Senado da Camara profligavam, *una voce*, tão condemnavel abuso, afinal prohibido terminantemente pela legislação do tempo e sempre tolerado!

Com a transferencia da Côrte portugueza para o Rio de Janeiro nada mudou acêrca desta materia. Feita a independencia, e mais tarde dada nova organização ás camaras municipaes, tudo continuou no condemnavel *statu quo*, apezar das patrioticas reclamações da Sociedade de Medicina, vivamente apoiadas no seio da Representação Nacional.

Nem servira de bom exemplo a fundação do primeiro cemeterio extra-muros, pertencente aos protestantes e fundado na Gambôa, por especial concessão do principe regente, mais tarde d. João VI. Ainda em 1847, em curioso opusculo José Francisco de Paula e Silva, *fiscal* da Illustrissima Camara Municipal, proclamava, na Gambôa, a necessidade da creação, além de dous pantheons: um em S. Bento e outro na Ajuda para a Familia imperial, de quatro cemeterios fóra da cidade, com as denominações de Penitencia, S. Domingos, Sancta Cruz, destinado aos homens notaveis, e o da Humildade, para os pobres e fallecidos nos hospitaes.

Em 1845 estavam de tal modo repletas as catacumbas de S. Francisco de Paula, que a respectiva Ordem Terceira teve de procurar sitio conveniente para as inhumações de seus confrades, *desideratum* que foi realizado annos depois, sendo fundado o actual cemeterio de Catumbi, em o qual, por ordem do Govêrno, foram sepultados, em 1850, 2.945 cadaveres de individuos victimados pela epidemia de febre amarella, não pertencentes á corporação dos Minimos.

Nessa epocha, cheia de calamidades, os poderes publicos acordaram, enfim, do somno da indifferença: promptas e energicas providencias foram tomadas prohibindo o enterramento nas egrejas.

O que foi feito, então, consta dos jornaes do tempo e de um livro — *Legislação da Empresa Funeraria* —, mandado publicar pelo provedor da Misericordia, o conselheiro Zacharias de Góes e Vasconcellos. Nunca poderá ser exquecido o nome de José Clemente Pereira, a quem a população desta capital deve o importantissimo serviço do definitivo estabelecimento dos cemeterios extra-muros.

Seus exforços foram ainda ha pouco lembrados no Senado, pelo illustrado dr. Barata Ribeiro, quando se tractou de renovar o privilegio da empresa, que desde 1850 havia sido concedido, em boa hora, á Sancta Casa da Misericordia, a quem desde epochas remotas e por fôrça de seu Compromisso estava confiado o encargo de todo o serviço funerario.

De facto, pelo capitulo 35° da lei organica dessa veneravel e benemerita instituição, vemos que para o serviço de enterros deveria haver tres tumbas com tres bandeiras e sufficiente numero de tocheiros. Uma serviria para enterrar os pobres e pessoas ordinarias, a segunda para as pessoas de maior qualidade, a terceira para os ermãos e mais pessoas que *houverem de ser acompanhados da Irmandade*; — e todas estas tumbas terão sua coberta de velludo com uma cruz no meio de brocado, e um panno de velludo com o mesmo feitio: e crescendo o numero dos defuntos, que de ordinario se enterram na cidade, se armarão as mais tumbas que forem necessarias para que não haja falta em seus enterramentos. Tanto que se der aviso para a Casa enterrar algum

defunto, a que não haja de saïr a Irmandade, se assentará a hora, e o Mordomo da Capella mandará pôr as cousas em ordem.

Deante irá um homem do serviço da Casa com sua capa azul á maneira de balandráo e levará uma campainha manual; junto delle irá um irmão official com uma vara preta na mão, e logo irá a bandeira da Misericordia com doze tocheiros ás ilhargas, levados por homens tomados para este effeito com suas vestes pretas; depois irá um irmão nobre com sua vara preta, em traje commum, com um capellão da casa com sobrepeliz; no remate irá a tumba levada por seis homens com vestes pretas do mesmo feitio que as outras, de que forem vestidos os que levarem a bandeira e tocheiros, e a tumba irá acompanhada com quatro tocheiros, levados por quatro homens vestidos da mesma maneira. Detraz da tumba, a distancia conveniente, irá outro homem do serviço com capa de panno azul do mesmo feitio que o do da campainha, com uma caixinha na mão, pedindo para as obras da Misericordia, em voz alta; e nesta mesma fórma irão no enterramento, dando sómente logar a bandeira e tumba aos clerigos, regulares, confrarias e pobres, que com cêra acompanharem o corpo do defunto.

Si o fallecido pertencia a várias confrarias, o prestito tomava o aspecto de uma verdadeira procissão, despertando a curiosidade dos viajantes, que por vezes visitaram o Rio de Janeiro.

Faziam parte do cortejo as célebres carpideiras, que mediante pequena retribuição derramavam verdadeiras lagrimas de crocodilo atroando os ares com suspiros e ais.

Illustre amigo nosso disse-nos ter conhecido no Maranhão uma mulata velha, a Angelica Piranhas, a qual em verdes annos exercera *esse abnegado emprêgo*! Quando se tractava do enterramento de ermão da Misericordia o ceremonial era mais complicado: comparecia a corporação com o provedor e Mesas. As minuciosidades, quanto ao prestito, vêm detidamente explicadas nos paragraphos 4°, 5°, 6°, 7° e 8° do supracitado capitulo. Não as mencionaremos para poupar espaço. Demais vêm ellas mencionadas em longo artigo publicado no *Jornal do Commercio* de 12 de Septembro do anno

corrente pelo dr. Pires de Almeida. Quanto ao entêrro dos escravos já apresentamos alguns aponctamentos nesta folha, em dias da semana passada.

Com referencia á procissão dos ossos que se realizava na tarde de 1° de Novembro, já ha tempos algo dissemos, — o que nos permitte não voltar ao assumpto.

Compulsando velhos livros do archivo da Misericordia, sobretudo os de testamentos, vemos que, por excesso de humildade, individuos ricos de fortuna pediam para ser levados á sepultura na tumba dos pobres, a qual na linguagem do tempo era conhecida por *lancha* e hoje *rabecão*; deixavam grandes quantias para celebração de missas, officios de corpo presente; estes para os pobres do hospital, aquelles para patrimonio das irmandades e confrarias, a que pertenciam, e outros para ceremonias religiosas, como Ignacio da Silva Medella, instituidor do lava-pés, para os presos da Cadeia, para as orphãs e enjeitados.

Ninguem dispunha para que lhe fôssem levantados tumulos, e d'ahi a nossa pobreza em relação a monumentos de arte !

A dous typos unicos podemos reduzir as sepulturas das nossas antigas egrejas: as covas, e mais tarde, as catacumbas. As primeiras eram cavadas no sólo dos templos e capellas, separadas ou não por meios fios de pedra. Ainda hoje podem ser apreciadas no corpo principal da egreja do Convento de Sancto Antonio, cobertas por tampos de madeira, competentemente numeradas. As catacumbas vieram, mais tarde; consistiram em verdadeiros nichos abertos em grossas paredes; nellas eram depositados os caixões e depois tapados com tijolos. Ainda hoje notamos vestigios dellas na *botica velha* da Misericordia e em uma das dependencias da egreja da Ordem Terceira da Penitencia. Em geral estas sepulturas não tinham epitaphio, a não ser por excepção; d'ahi a pobreza da nossa epigraphia tumular. Na Sé Velha do Castello e na egreja de Sancto Antonio poderão ser encontrados alguns jazigos com distichos occultos pelo assoalho, quando em epochas posteriores foram feitos trabalhos de reconstrucção.

Na egreja de S. Bento existem ainda as sepulturas de

alguns benfeitores, bem como, no claustro, os jazigos dos monges, com simples dizeres. Lá está o bispo d. frei Antonio do Desterro, tendo na campa extensa inscripção.

Na de Sancto Antonio, na quadra dos religiosos, só a sepultura de Mont'Alverne tem epitaphio, e na casa do capitulo a do general Forbes. Na Capella Archiepiscopal da Conceição foram inhumados os bispos: d. frei Francisco de S. Jeronymo, d. José Justiniano Mascarenhas Castello Branco, d. José Caetano da Silva Coutinho, d. Manuel do Monte Rodrigues de Araujo, e em nossos dias d. Pedro Maria de Lacerda e d. João Esberard. Nos primeiros tempos as egrejas mais procuradas foram, além da Misericordia, as dos conventos de Sancto Antonio, Ordem da Penitencia, Candelaria, egreja dos Carmelitas (hoje archi-cathedral), S. Bento, São José, Sancta Luzia, Rosario, sobretudo quando serviu de Sé, S. Pedro, a da Ordem Terceira do Carmo e mais tarde S. Francisco de Paula, onde foram sepultados muitos dos fidalgos que accompanharam a Familia Real. Na antiga egreja do Collegio tiveram sepultura os antigos governadores Luiz Barbalho Bezerra (1644), Duarte Corrêa Vasqueanes (1650), Antonio Paes de Sande (1695), Antonio Britto Freire de Meneses (1719) e Rodrigo Cesar de Meneses (1738). No Carmo, Martim de Sá (1632) e Salvador de Britto Pereira (1651). Thomé Corrêa de Alvarenga, por pedido feito em testamento, foi enterrado juncto á porta principal da Misericordia (1675). Os restos mortaes de Gomes Freire de Andrade (1763) devem existir no Convento de Sancta Tereza em sepultura rasa juncto ao arco cruzeiro.

Sob o titulo «Necrographia» publicaram, no *Brasil Historico*, o dr. Mello Moraes e commendador José Luiz Alves extensas listas de pessoas enterradas em Sancto Antonio e S. Francisco de Paula.

Mas porque de tantos homens notaveis em armas, virtudes, letras, artes e sciencias, os quaes falleceram no Rio de Janeiro, salvo muito diminuto número, não conhecemos os logares onde jazem seus despojos mortaes? O pequeno espaço das egrejas e capellas, a abertura das covas para dar logar a novos enterramentos explicam, até certo poncto, este aliás lamentavel facto. Sabemos, por exemplo, que o cé-

lebre Valentim foi sepultado no Rosario; mas, em que logar? Onde estão os restos dêsse amigo de Luiz de Vasconcellos?

Com inauditos exforços descobriu o dr. Moreira de Azevedo o logar em que dorme o somno derradeiro o poeta mineiro Silva Alvarenga. Em S. Pedro. Onde estão, onde param seus ossos? O mesmo acontece com Diniz da Cruz e Silva. Sabemos vagamente ter tido sepultura na capella dos Capuchinhos italianos ou Barbonos no logar do actual quartel da Brigada Policial, rua Evaristo da Veiga.

Só por um acaso providencial se conservou a sepultura do Estacio de Sá na egreja de S. Sebastião do Castello, sepultura guardada pelos Capuchinhos e objecto (1862-63) de cuidados do Instituto Historico e do imperador.

Quem conhece, por exemplo, o paradeiro das cinzas de Januario da Cunha Barbosa e tantos outros?

Retirados os ossos das covas e catacumbas, eram guardados em pequenas urnas de madeira, a que o povo chamava *caixinhas*, e sôbre as quaes figuravam as competentes inscripções gravadas em pequenas chapas de prata ou metal amarello. Conservadas em depositos especiaes eram d'alli retiradas e limpas para figurarem no dia da commemoração dos defuntos, em 2 de Novembro. Apezar do maior cuidado, muitas das caixinhas estragavam-se com o tempo, abriam-se pelas juntas e deixavam caïr as ossadas. Estas eram pouco a pouco reunidas, e, si não havia reclamantes ou pessoas interessadas, eram lançadas em ossarios geraes ou em vallas communs.

O facto seguinte explica melhor o que levamos referido:

Annunciou-se em 1859 por parte do Convento de Sancto Antonio que, si as urnas, que alli existiam com ossos, não fôssem reclamadas dentro de tres mezes seriam inutilizadas e os ossos lançados em uma valla commum. Está isso á página 656 da *Revista do Instituto Historico*, tomo 22°.

Sabendo que alli deviam existir os restos mortaes do poeta padre Antonio Pereira de Sousa Caldas, sôbre cujo nome José Eloy Ottoni gravara duas eloquentes inscripções, uma em portuguez e outra em latim, resolveu o Instituto Historico salvar do exquecimento as cinzas de tão illustre Brasileiro, fazendo levantar á memoria do traductor dos

*Psalmos* singelo mas duradouro monumento. Foi nomeada illustre commissão, da qual fazia parte como relator Joaquim Norberto de Sousa Silva. Na sessão seguinte, isto é, 15 dias depois, declarava o illustre literato, com surpresa de todos, que os restos mortaes de Caldas estavam irremediavelmente perdidos!

Em artigo exarado no tomo 8º da *Revista Popular*, e que suppomos ser da lavra do mesmo Norberto, conta elle as peripecias occorridas e o seu desengano, apezar das maiores averiguações e dos bons officios do então provincial frei Antonio do Coração de Maria e Almeida. Nesse mesmo artigo narra o illustre escriptor o seguinte, que tem relação com o dia de finados e será o fêcho destas notas: «em 1849, num dos ultimos dias de Novembro percorria a cavallo a extensa, solitaria e melancholica praia de Piratininga. O sol sumia-se no oceano como um globo illuminado. O horizonte sem fim, diaphano e bello e a sublime grandeza dos penhascos da barra do Rio de Janeiro me levaram á alma a sua emanação, porque até mesmo o desengano da vaidade humana se patenteou a meus pés.

Horrivel quantidade de ossos humanos juncava aquellas areias, e sôbre elles esvoaçavam bandos de corvos. Interroguei aos pescadores, e elles me explicaram o mysterio de tão inqualificavel profanação: — todos os annos por este tempo, disseram elles, as irmandades da Côrte mandavam lançar os ossos de seus defuntos ao mar, afim de prepararem as catacumbas para a solennidade dos finados!»

A ser isto exacto, quantos illustres finados não tiveram esse triste e incrivel fim!

Mais felizes do que elles foram por certo os escravos sepultados em Sancta Rita e no Vallongo. Ao menos estes descansaram annos e annos em paz e só têm sido despertados do eterno somno, accidentalmente, pelas alavancas, picaretas e alviões dos trabalhadores da «City Improvements», da Companhia do Gaz, das Obras Publicas e ultimamente da Telephonica.

4 de Novembro de 1902.

# O ALJUBE

O trecho da actual rua da Prainha, comprehendido entre as dos Ourives e Camerino (antes — da Imperatriz), teve, em tempos antigos, os nomes de rua da Vallinha e mais tarde do Aljube. O primeiro foi devido á existencia de pequena valla, que servindo de excoamento ás aguas das chacaras circunvizinhas e de exgôtto *omnium purgamentorum* do antigo Seminario de S. Joaquim, ia desemboccar na grande valla da cidade em direcção á prainha de André Pinto Guimarães. A segunda denominação veio depois que, juncto á ladeira da Conceição, o bispo d. frei Antonio de Guadalupe fez construir pesado e sombrio edificio, destinado aos misteres do juizo ecclesiastico, cujas attribuições eram, nos tempos coloniaes, muito extensas e assás complicadas.

A origem e a necessidade do Aljube estão perfeitamente descriptos em um codice do archivo do Instituto Historico, sob o titulo — *Consultas do Conselho Ultramarino de 1726-1740*. Comprados por d. Antonio a um certo Ignacio Alves os chãos, onde começou a levantar as paredes do Aljube, obteve da Camara a remissão do fôro e em 25 de Janeiro de 1731 escreveu ao rei pedindo a confirmação dessa graça.

Em 7 de Janeiro de 1732 foi passada provisão para que o ouvidor geral informasse á respeito.

Em 5 de Dezembro do mesmo anno deu esse magistrado cumprimento á ordem e respondeu que era verdade o que allegava o bispo: «que havia construido á sua custa o Aljube em terras foreiras á Camara em 960 réis, que essa remissão era justa e vantajosa, porque d. Antonio de Guadalupe fizera tambem alli uma casa particular para se depositarem as mulheres que houvessem de casar ou divorciarem-se de seus maridos, do que resultava vantagens aos moradores por se livrarem da vexação, com que os juizes ecclesiasticos os obrigavam a ser depositarios das dictas mulheres, sentindo a despesa de as sustentarem e o trabalho de cuidarem de sua custodia, além da publica utilidade que resulta ao socego das cadêas seculares, ficando com o dicto Aljube livres das perturbações, que nellas ordinariamente

costumam fazer os clerigos presos, como succedeu na resistencia que contra a justiça fizeram os presos da enxovia daquella cidade, fomentados por uns clerigos que se achavam na mesma prisão, para cujo socego fôra necessario a elle Ouvidor ir pessoalmente com uma companhia de soldados á mesma cadêa ».

Lidas tambem as razões da Camara, e depois de muitas formalidades, resolveu o Conselho, em 15 de Junho de 1733, de accôrdo com o procurador da Corôa, que a remissão do referido fôro só *teria logar enquanto a dicta casa servir de Aljube; porque reduzindo-se a outro uso pagará o fôro que lhe fôr imposto.*

Pouco ou quasi nada temos encontrado de curioso acêrca da primeira phase historica dêsse grande casarão, que ainda existe, e onde, em seu pavimento superior, funccionou por muito tempo o Tribunal do Jury.

Dizem chronistas, fallando da architectura do Aljube, que as antigas janellas de grades de páo foram substituidas por balcões de grades de ferro.

Naturalmente, o velho edificio serviu por grande lapso de tempo ao fim para que fôra construido: lá purgaram seus peccados muitos padres turbulentos, alguns dos que iam ás minas commerciar contra as ordens régias, os desobedientes aos superiores, os contrabandistas, arruaceiros, que, em virtude da tonsura, e em respeito ás ordenações, estavam sujeitos a fôro especial, perante o qual respondiam por faltas e crimes. Cremos, tambem, que alli gemeram os christãos novos sujeitos aos *casos da Inquisição* e que nas enxovias do Aljube esperavam monção para serem levados a Lisboa, onde mais tarde deviam figurar nos autos de fé do Sancto Officio !

Ao findar porém o seculo XVIII, descrevendo o Rio de Janeiro, confessa o padre Luiz Gonçalves dos Santos que o Aljube era grande em excesso para *similhante fim* (prisão dos ecclesiasticos).

Os successos vieram, em breve, desmentir o juizo do illustre auctor das *Memorias do Reino do Brasil.*

Chegando, como é sabido, em 1808, ao Rio de Janeiro a Familia Real, houve necessidade de dar accommodações,

além do numeroso sequito de fidalgos e pessoas particulares, aos criados da Casa Real. Parte delles foi aboletada na antiga Casa da Opera do Manuel Luiz, e a maioria na antiga Cadeia da cidade (hoje Camara dos Deputados), havendo um passadiço que ligava esse velho edificio á Casa dos Governadores, transformada em residencia régia, graças aos cuidados do último vice-rei, o conde dos Arcos.

Esse passadiço desappareceu quando, em 1823, a antiga Cadeia soffreu ainda reformas para alojar os membros da Constituinte.

Os presos, não só os já condemnados, mas os simples detentos, foram removidos para o Aljube, que, desde então, tomou o titulo de Cadeia da Relação.

Não nos foi possivel conhecer o número exacto dos que figuraram nesse exodo, mas o que podemos affiançar é que os desgraçados, sob a acção da lei, não melhoraram de sorte, e tiveram de ficar desde então como sardinha em tijella, em um edificio sem condições hygienicas e destinado a menor número de habitantes. Que a estatistica criminal dêsses tempos tendia a augmentar temos a prova no facto de haver o conde da Cunha mandado abrir enxovias no pavimento terreo de sua residencia para dar desafôgo á Cadeia publica, que regorgitava de presos. Nellas estiveram reclusos alguns compromettidos na Inconfidencia Mineira, inclusive o proprio Silva Xavier, nos primeiros dias de sua prisão. Em 22 de Maio de 89 já estava na ilha das Cobras.

Ao passar o govêrno do vice-reinado ao conde de Resende, dizia Luiz de Vasconcellos e Sousa, em uma especie de relatorio: «havendo em toda a parte muita casta de vadios, que commettem insultos e extravagancias inauditas, não é de admirar que no Rio de Janeiro, onde o maior número de seus habitantes se compõe de mulatos e negros, se practiquem todos os dias grandes desordens, que necessitam ser punidas com demonstrações severas, que sirvam de exemplo e de estimulo para se cohibirem, ainda que de nenhum modo se deve esperar que o sejam na sua totalidade. Talvez por esse motivo se mandou aqui estabelecer, pela carta régia de 8 de Julho de 1769, uma casa de correcção,

que sendo utilissima, não sei porque ficou em esquecimento».

Para obviar taes inconvenientes, e attento o pouco espaço das prisões públicas, Vasconcellos tomara o alvitre de enviar muitos condemnados para a ilha das Cobras e fazê-los trabalhar nas obras públicas da cidade. Seu successor, o conde de Resende, luctou sempre com as mesmas difficuldades, e em sua correspondencia não cessou de pugnar pela idéa da creação de casas correccionaes, cousa que, só muito mais tarde, foi realizada no tempo da Regencia. Era tal o estado de plenitude das cadeias, que foi preciso para encarcerar os envolvidos na Conjuração Mineira obrigar a Ordem da Penitencia a ceder quartos de seu hospital, no largo da Carioca, e a transformá-los em cubiculos, onde por mais de dous annos estiveram reclusos os patriotas á espera da solução final do processo, que só deveria terminar em 20 de Abril de 1792.

Destas despretenciosas considerações podemos concluír que grande devêra ser o número de presos transferidos para o Aljube.

O que foi desde então esta horrorosa prisão já o disseram escriptores abalisados, entre os quaes mencionaremos os drs. Mello Moraes e M. de Azevedo.

Sentimos, por falta de espaço, não poder reproduzir aqui as brilhantes e exactas descripções dêsse covil de supplicios e de miserias, dêsse verdadeiro inferno de Dante, dessas scenas indecorosas que, para vergonha nossa, se patenteiavam aos olhos de todos, em pleno seculo XIX!

Finalmente, em boa hora, a Camara Municipal, em cumprimento do art. 56 da charta de lei de 1º de Outubro de 1828, nomeou uma commissão composta dos cidadãos João Silveira do Pillar, José Martins da Cruz Jobim, Antonio Ildefonso Gomes, João Pedro da Silva Ferraz, Antonio Ribeiro Fernandes Forbes, Cypriano José de Almeida e José Augusto Cesar de Meneses para visitar as prisões civis, militares e ecclesiasticas e todos os estabelecimentos públicos de caridade.

Depois de descrever as condições hygienicas do Aljube, a commissão, em seu relatorio, escripto com a maior inde-

pendencia, assim se exprimia: «foi com grande difficuldade que se pôde vencer a repugnancia que deve sentir todo coração humano para penetrar nesta sentina de todos os vicios, neste antro infernal onde tudo se acha confundido, o maior facinora com uma simples accusada, o assassino mais inhumano com uma miseravel victima da calumnia, ou da mais deploravel das administrações da justiça. O aspecto dos presos nos faz tremer de horror: mal cobertos de trapos immundos, elles nos cercam por todos os lados e clamam contra quem os enviou para similhante supplicio, sem os ter convencido de crime ou delicto algum. Os infelizes preferiam antes morrer de uma vez, do que acabar pouco a pouco no meio dos maiores tormentos da fome, do calor e vendo cada dia deteriorar-se mais a sua saude. Os escondrijos dêsse edificio, construido para 12 a 20 pessoas, continham 390 presos!

«No interior das salas sente-se um cheiro insupportavel de cigarro, suor, latrinas e de toda a sorte de immundicies, que tornam similhante prisão mais horrivel do que o deve ser a habitação dos mais ferozes animaes».

Depois de várias considerações sôbre a capacidade dos diversos compartimentos, proseguia a commissão: «não ha nada sôbre a terra mais horrivel do que o espectaculo que apresentam estes desgraçados; não ha expressões que o possam representar; é necessario ve-lo para se fazer idéa do que é e que se poderá esperar de uma prisão que familiariza o coração do homem com similhantes ferocidades. Havia no pavimento inferior differentes enxovias, pára onde se desce por portas de alçapão; a chamada de Guiné, que tinha apenas duas janellas, com 85 presos livres e escravos confundidos, que dormem em cima de pedras humidas; a enxovia do meio e a enxovia grande; estas duas últimas são absolutamente inhabitaveis, e os mesmos carcereiros asseguram que *morre nellas grande número de presos abafados, principalmente no verão!*»

A ganancia dos carcereiros mereceu tambem severas reflexões da parte da patriotica commissão, que terminou sustentando que o Aljube não era susceptivel de reforma alguma. Esse relatorio, que corre impresso e foi reproduzido

no 2° volume do *Archivo Municipal*, é digno de aturada leitura e bem prova os humanitarios sentimentos dêsses illustres cidadãos contra tão triste estado de cousas, que não podia nem devia continuar, maximé em um paiz civilizado regido por uma Constituição que se dizia liberal.

Coube a Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho, mais tarde visconde de Sepetiba, a gloria de, como ministro da Justiça, em 1833 dar o primeiro passo na nobre, util e caridosa missão de considerar o condemnado, não como animal feroz, indigno de toda consideração, mas como ente susceptivel de regeneração pelo trabalho que nobilita.

Com a creação da Casa de Correcção, cujo edificio foi começado em 1835, o Aljube perdeu sua razão de ser; entretanto, até 1856 serviu de prisão a simples detentos.

No pavimento inferior do antigo Aljube funccionou por muito tempo uma estação policial. Hoje a immunda prisão destinada a principio para os ecclesiasticos ainda existentes, apresentando aspecto repugnante e digno das vistas da hygiene, dizem que está transformada em casa de commodos. Quem sobe a ladeira da Conceição ainda nota a antiga capella de Sanct'Anna, oratorio dos condemnados á morte. Della saïram para a forca varios condemnados, entre elles Ractclif, Loureiro e Metrewich, cujos corpos, depois de justiçados, foram conduzidos para o deposito da Misericordia por negros embriagados, que os fizeram caïr por vezes na rua, com grande gritaria dos moleques e capadocios, segundo refere Fabregas Surigué.

Lembramos, ha pouco, o nome de Aureliano, dêsse benemerito Brasileiro cuja memoria nos desperta recordações da mocidade.

Em 1866 cursavamos o primeiro anno medico e fomos, em companhia de dous collegas, hoje fallecidos, fazer acquisição de ossos para estudos anatomicos, na antiga capella do pae Corrêa (egreja da Conceição de Niteroi). Cheios os saccos de que iamos munidos e dada pequena esportula ao sacristão, mostrou-nos este, em um recanto escuro, velha e empoeirada caixa de madeira, sôbre cuja tampa vimos um chapéo armado e um espadim, e disse-nos: «jazem alli os ossos de Aurèliano».

Ainda lá estarão os restos do visconde de Sepetiba ?

Ou tiveram a mesma sorte que os de tantos outros illustres e emeritos compatriotas nossos ?

11 de Novembro de 1902.

---

# SUSTENTO DOS PRESOS

Descriptas, summariamente, as condições materiaes das nossas antigas cadeias, não vem fóra de proposito as presentes notas sôbre a maneira por que eram alimentados os infelizes sujeitos á acção da justiça.

Da leitura de grande número de documentos, resulta-nos a convicção de que só *excepcionalmente* saïam dos cofres publicos quantias destinadas ao sustento dos presos.

Existe no archivo do Instituto Historico, sob o número 294, cópia de fragmentos da correspondencia do conde de Resende, pelos quaes vemos assignados por Antonio da Silveira Vaz pedidos de pagamentos, auctorizados por aquelle vice-rei, para despesa *de comedorias dos presos da Inconfidencia, conservados incommunicaveis na cadeia e guarda principal do Palacio — de Septembro de 1791 a Janeiro de 1792.*

Tinham por dia um cruzado.

Ao preto Nicoláo, que accompanhava com a maior dedicação seu senhor o tenente-coronel Domingos de Abreu Vieira, eram concedidos apenas sessenta réis !

Não nos deve surprehender tanta *liberalidade*, quando é certo que taes despesas eram fartamente compensadas pelos recursos dos bens sequestrados aos implicados na conspiração !

Os simples detentos, que gozavam de meios para poder pagar estadia, na sala livre, alimentavam-se á sua custa, ou pagando directamente tal favor aos carcereiros, ou mandando vir as refeições da casa de parentes, amigos e interessados.

Apezar dos rigores impostos pelo livro 1°, titulo 58°, das *Ordenações*, aos carcereiros, estes abusaram sempre, como nos

refere o relatorio apresentado á Camara, ao qual nos referimos, quando descrevemos o Aljube.

A negligencia chegou a tal poncto, que individuos accusados de crimes graves banqueteavam-se no andar superior do sombrio edificio da rua da Prainha, enquanto nas enxovias outros morreriam de fome, a não ser a caridade de instituições particulares.

E' bem conhecida a historia de audaciosa evasão, levada a effeito dentro de uma caixa de comidas que servira em certo jantar de annos!

Digna, porém, de toda a compaixão era, sem dúvida, a sorte dos escravos, que pela lei deviam ser sustentados pelos respectivos senhores.

Apezar das determinações e chartas régias de 20 de Maio de 1618 — 13 de Julho de 1678 — 28 de Abril de 1681 — 20 de Julho de 1686 e 13 de Abril de 1688, tal era a falta de humanidade dos carcereiros para com as infelizes victimas do captiveiro, que deu logar ás energicas providencias ordenadas pelo alvará de 3 de Outubro de 1758:

«Faço saber, dizia o rei, aos que este Alvará de Declaração e Ampliação virem, que porquanto no Regimento, com que novissimamente regulei os emolumentos dos Ministros e Officiaes de Justiça do Estado do Brasil, fuy servido ordenar que os Carcereiros possam Levar cento e vinte réis cada dia pello sustento dos escravos que são presos nas suas respectivas Cadeias; e sou informado de que os ditos Carcereiros além de redusirem O Sustento dos referidos Escravos a huma pequena porção de milho cozido, em que só fazem de gasto vinte réis cada dia, costumam servir-se d'elles mandando-os, contra a disposição das minhas leis, sahir das prisões, mettidos em correntes para hirem aos mattos e campos buscar-lhes lenha e capim para venderem, etc.»

Aos presos desamparados era permittido recorrerem á caridade dos transeuntes, esmolando como verdadeiros mendigos.

Para esse mistér destacava-se um condemnado que, preso por comprida corrente ás grades da prisão, podia chegar até ao meio da rua. Para descanço dêsse peditorio, feito ao

rigor do sol, davam-lhe pequeno tamborete, onde o infeliz, de quando em vez, se sentava, cançado de tão grande faina. Ha na obra de Debret, suggestiva estampa representando esse vergonhoso facto; ella exprime muito melhor tudo quanto pudessemos descrever.

A proposito, narraremos formidavel susto soffrido e que nos foi contado por um ancião respeitavel: moço ainda e chegado havia pouco da roça, passava ao lusco-fusco pelas proximidades da rua da Prainha, quando, ouvida grande algazarra, viu encaminhar-se para elle um individuo, extendendo-lhe a mão. O tinir dos ferros, o aspecto sinistro do pedinte causaram-lhe tal horror, que fugiu assombrado, só dando accôrdo de si no meio da rua dos Pescadores!

«Nunca mais por alli passei», accrescentava o narrador, lembrado sempre de tão singular espectaculo!

Ainda em principio do seculo passado era visto transitar pelas ruas desta cidade, em horas certas, entristecedor farrancho. Alguns soldados escoltavam galés, que levavam ao hombro, enfiados em grossa vara de pau, dous grandes caldeirões. Saïndo da Sancta Casa iam nos primeiros tempos em direcção á Cadeia (hoje Camara dos Deputados), e de 1808 em deante com destino ao Aljube. Era a Misericordia, que, pelas clausulas de seu Compromisso, tomava a si o sustento dos presos, á imitação do que sempre practicara a Misericordia de Lisboa, seguindo o exemplo do instituidor, o benemerito Contreiras, o qual, segundo Costa Goodolphim, andava pelas ruas da capital do reino accompanhado de um anão, guiando um pequeno jumento e pedindo esmola para os pobres, os orphãos, os enjeitados e tambem para os presos.

Como a benemerita instituição se desempenhava de tão sancto e caridoso encargo, temos as provas folheando os antigos livros existentes no archivo da Sancta Casa.

Desde o principio da cidade exerceu a Irmandade esse dever imposto pelo seu estatuto, sendo secundada até 1759 pelos Jesuitas, que se encarregavam de, nos domingos, fornecer tambem alimentação aos presos.

De livro modernamente impresso e devido aos exforços

do operoso Felix Ferreira resumiremos o muito que elle referiu sôbre tão importante assumpto.

A obra *A Santa Casa da Misericordia Fluminense* foi distribuida a limitado número de pessoas, não foi posta á venda, é pouco conhecida da maioria dos leitores desta folha, e por isso é bem cabivel aqui o extracto sôbre o sustento dos presos, detalhadamente tractado nas páginas da supra citada memoria historica.

Em 24 de Septembro de 1750 apresentou-se o capellão Pereira Xavier, dizendo que, em segrêdo de confissionario, lhe foram entregues 3.000 cruzados para serem postos a juros ou comprar-se com elles alguma propriedade, afim de applicar-se a respectiva renda, metade á alimentação dos presos e a outra á dos enfermos. Declarou então o thesoureiro que, gastando-se *mais de 200$000 por anno* com essa alimentação, não chegaria aquella metade de renda para tanto, mas a Mesa podia comprometter-se a dar aos encarcerados, ás quartas-feiras, um caldeirão de carne e arroz, nos outros dias um de feijão com fressura, e o mais correria por conta da Casa.

Com a expulsão dos Jesuitas ficariam os presos sem alimentação aos domingos, si em soccorro delles não viesse ainda a Sancta Casa da Misericordia. Anonymo benfeitor procurou o thesoureiro de então e, com todo o segrêdo, entregou-lhe 1.000 cruzados. Communicado o donativo á Mesa resolveu esta que, com os juros dessa quantia, se comprasse e désse aos encarcerados, todos os domingos, duas arrobas de carne verde, tres libras de toucinho, um vintem de couve, uma quarta de arroz, meia pataca de tripas e meio alqueire de farinha.

Felix Ferreira suspeita e com razão ter sido o marquez de Lavradio quem fizera o donativo.

A's continuadas reclamações da Sancta Casa que, pela exiguidade de suas rendas, não podia fazer as despesas sempre crescentes e deviam correr pelos cofres publicos, deu sempre favoravel deferimento o Govêrno da metropole.

Com a mudança da fórma de govêrno, isto é, com a Independencia e, mais tarde, com a Republica, nada mudou

com relação ao sustento dos presos. O exemplo de soccorro fraternal, que dava ha mais de dous seculos a benemerita Misericordia, foi em boa hora seguido pela Irmandade do Sacramento da Candelaria, a qual, uma vez por anno, na vespera de Pentecostes, mandava aos presos do Aljube avultado presente, que constava de dous carros puxados a bois, cheios até ás bordas, de carne fresca, toucinho, carne sêcca, feijão preto, laranjas e farinha de mandioca.

Esse bello acto de philantropia está tambem reproduzido na estampa da obra de Debret, a que acima fizemos referencia. Nelle vemos os carros cobertos de folhas e flores, a musica dos barbeiros, as bandeiras do Espirito Sancto, os foliões e os ermãos da confraria revestidos das competentes ópas.

Si a legislação portugueza transmittida ao Brasil dispensava o Govêrno de alimentar os presos, esse dever não devia ter escapado a muitos dos homens que figuraram na politica e que se diziam liberaes. Entretanto, não só os estadistas do primeiro reinado como seus successores não deixaram de considerar um dever aquillo que a Misericordia fazia por méra caridade, — sobretudo quando com o accrescimo da população tinha ella de attender a outras e mais imperiosas obrigações.

Nesse êrro incidiram homens importantes, como Lino Coutinho e Feijó. Pela letra da Constituição ficariam os presos sob a protecção da lei e do Govêrno, pois competia prover-lhes a subsistencia, tratá-los nas enfermidades, conservar-lhes as prisões limpas e habitaveis. Pela lei de 15 de Dezembro de 1831 a Assembléa Legislativa incluiu na lei do orçamento a quantia de 15:000$ para alimentação dos presos. Ainda assim, diz Felix Ferreira, o regente Diogo Antonio Feijó entendeu que a Misericordia devia continuar com parte dessa despesa, determinando que por conta do Thesouro se désse o almoço de arroz, e o jantar fôsse fornecido pela Sancta Casa; isto porém não foi por muito tempo, pois a partir de 1839 a alimentação dos presos correu inteiramente por conta do Estado; converteu-se então a obra da

Misericordia, que a Casa Fluminense practicou por mais de dous seculos, em completo ramo de serviço público.

Entretanto, são estas as expressões do dr. Moreira de Azevedo quando, em sua obra — *O Rio de Janeiro* (tomo 2°, pag. 396) se refere a tal assumpto: «Si desde 15 de Junho de 1833 deixou de fornecer o sustento diario, continuou a remetter para os presos do Aljube e de Sancta Barbara os seguintes generos: vinte saccos de farinha, quatro de feijão, vinte arrobas de carne, tres de toucinho e sessenta feixes de lenha, de dez em dez dias».

Deixando de parte minudencias, podemos assegurar: grandes foram os serviços prestados pela Misericordia com relação ao sustento dos encarcerados; si outros titulos de benemerencia não tivesse ella, em seu viver de mais de tres seculos, bastaria o cumprimento dêsse pio encargo para a recommendar á gratidão de todos os corações bem formados.

Com justiça, dizia Garrett: «Em nenhum paiz da terra ha instituição philantropica superior, nem egual».

18 de Novembro de 1902.

# MURO DA CIDADE

Na informação sôbre fortificações do Rio de Janeiro, enviada em 2 de Março de 1718 ao Govêrno da metropole por Antonio de Britto Meneses, dizia este governador: «entre as fortalezas da Conceição e de S. Sebastião (Castello) corre uma distancia de 300 braças, em que está o *muro*, que forma nove angulos avançados, e quasi no meio a porta principal com um revelim que o defende. O muro do recinto da cidade, que corre desta fortaleza (Conceição) á de S. Sebastião se acha em todo esse comprimento na ultima, de 8 palmos, e em poucas partes de 10, tem-se observado na sua largura os 14 que lhe desenhou o brigadeiro Massé, e tambem na distancia dos contrafortes de 25 palmos de uns a outros».

Ora, si tal muralha não existia no tempo das duas invasões francezas, é licito suppôr fôsse iniciada a edificação della, pelo menos depois de 1712.

De facto, tomando posse da governação, d. Francisco Xavier de Tavora (1713) teve a idéa de defender a cidade pelo lado do sertão, e, sendo auxiliado pelo brigadeiro João Massé que partira expressamente de Lisboa, deu inicio á obra, tirando o material da pedreira do morro da Conceição.

Como já vimos anteriormente, o bispo d. frei Francisco de S. Jeronymo protestou contra similhante facto e teve de contentar-se com a offerta de uma lampada de prata no valor de 130$000.

Dando conta de seu proceder em charta dirigida ao Conselho Ultramarino, Tavora insinuava que a obra da muralha devia *ser continuada* á custa dos moradores, que dariam escravos e materiaes; pois era tudo em proveito e segurança do povo, que melhor teria garantidas suas vidas e fortunas. Além disso enxergava d. Francisco, na construcção por elle encetada, garantia para a justiça, pois evitava a constante evasão de criminosos, bem como a fuga dos soldados, e mais que tudo o exodo de todos quantos levados do desejo de enriquecer se internavam em busca das minas de ouro.

Contra a primeira idéa protestaram no Conselho os drs. João de Sousa e Antonio Rodrigues da Costa, allegando não ser licito sobrecarregar com mais sacrificios os habitantes do Rio de Janeiro já onerados com o pagamento do resgate da cidade, — *exasperando-lhes os animos mais do que estão*.

Ainda em 1716 o mesmo Conselho approvava a continuação da obra, pois dizia: «não havendo no Estado do Brasil *uma só praça que seja cingida por terra*, será muito conveniente que esta o seja; pois é o receptaculo da maior parte de todas as riquezas das minas, com que convida a ambição de todas as nações da Europa para pretenderem tomá-la».

Mas porque o muro da cidade, mencionado por Britto Meneses, não existe hoje, e só dessa fortificação nos falla monsenhor Pizarro, que em seu tempo della viu vestigios, no então largo do Capim (praça General Osorio) e por traz da egreja do Rosario?

O muro nasceu malsinado, e apezar do açodamento com

que foi construido não progrediu e constituiu-se verdadeira obra de Sancta Engracia: teve de ser abandonado como inutil á defesa do Rio de Janeiro.

O tractado de Utrecht tirara, por algum tempo a Portugal o receio de novas invasões. Vieram a calma e reflexão, e foi afinal reconhecido o êrro, depois de gastas grandes quantias, que melhor teriam sido aproveitadas em trabalhos de mais urgente necessidade.

Com effeito, cercar a cidade deixando fóra do muro parte dos morros da Conceição e do Castello, todo o monte de Sancto Antonio e principalmente a fonte da Carioca (então no Campo d'Ajuda), unica. além da bica dos Marinheiros, que abastecia a cidade, foi grande calinada dêsse engenheiro francez, que de Portugal viera com tanta fama!

Em 1726 a obra estava parada, e nunca mais se lhe deu andamento, não só por ter sido condemnada como inefficaz, para o fim que se teve em vista, mas ainda porque (diz Haddock Lobo) o governador, que então era Luiz Vahia Monteiro, havia proposto ao Govêrno uma nova idéa de fortificação e defesa da cidade, em substituição daquelle dispendioso muro. A idéa substitutiva consistia em se abrir um canal desde o mar da Prainha até o mar de Nossa Senhora d'Ajuda, na direcção que hoje apresenta a grande valla da cidade, em cuja obra se devia aproveitar toda a pedra, que resultasse da demolição da porção do muro já feito.

«E' de lastimar, accrescentava o mesmo dr. Lobo, que este projecto deixasse de ser levado á execução. Si assim tivesse acontecido, estava hoje resolvida a grande questão do exgôtto da cidade, cousa que é extremamente difficil pela fraca declividade, que existe entre o campo e o mar. Além dessa grande utilidade pública, considere-se ainda, que facilidade e commodidade não prestaria á cidade um canal perfeitamente navegavel, que a ficasse atravessando desde o largo da Ajuda até o largo da Prainha!»

A ordenança de 20 de Fevereiro de 1708, art. 65, dá para terreno privativo das fortalezas e fortificações, além dos fossos e contra escarpa, uma zona de 15 braças fóra do caminho coberto em tôrno da primeira chamada zona de defesa,

dentro da qual ninguem poderá edificar ou construir casas, muros, etc.

Com a permanencia da muralha era sacrificado o orçamento da Camara, que não poderia aforar terrenos de suas sesmarias, comprehendidos no vasto espaço livre, que deveria existir além da fortificação.

Ferida em seus interesses, a Edilidade por vezes representou ao Govêrno contra o procedimento de Vahia, o qual, reconhecendo a imprestabilidade do muro, teimava em manter as determinações da supracitada ordenança.

Era Vahia Monteiro militar de merecimento, conhecedor de sua arte, energico administrador e acerrimo perseguidor dos muitos contrabandistas e delapidadores da Fazenda Real.

Para se avaliar a independencia de character do governador e franqueza com que defendia os actos de sua administração, muitas vezes mal apreciados pelo Govêrno, basta citar o trecho de uma de suas chartas, em que elle, em assomo de desespero, dizia ao rei: «Senhor — Nesta terra todos roubam — só eu não roubo!» Valeu-lhe isto a animosidade de todos seus subordinados, com quem teve de luctar a todos os momentos, inclusive a propria Camara, que por todos os meios procurava desgostar o activo Vahia.

A analyse do govêrno de Vahia Monteiro levar-nos-hia muito longe.

Em um bello dia perdeu o juizo, e tem vindo atravessando os tempos, com o triste epitheto de — *Onça* — por que é conhecido, apezar dos importantes serviços que prestou.

Felizmente, nos archivos estão bem conservados os documentos que, até certo poncto, justificam Monteiro, o qual no dizer dos entendidos foi um dos melhores governadores do Rio de Janeiro.

Em charta de 8 de Outubro de 1732, e a proposito dos protestos da Camara, escrevia ao rei Vahia Monteiro: «Senhor. Aos officiaes da Camara desta cidade não vy atégora algũa acção que direita ou indirectamente se encaminha a utilidade publica do povo e todas as suas representações são dirigidas a algum fim particular e muito particularmente do Escrivão que se quer utilisar dos ditos chãos, *que pretende aforar por dez réis para sy e seus sequazes*... Se o canal ou poço de

agoa se abrir, d'elle para dentro, se podem edificar casas, sem a licença que pede a Camara, mas antes d'isso, não se pode fazer outra defensa por terra senão no mesmo Muro, para o que se eu me achasse na defensa d'ella havia de demolir tudo quanto estivesse do muro para fóra... eu posso affirmar que do muro para dentro ha duzentos chãos dados para casas que estão marcados mas ninguem as levanta».

Do meio dos numerosos documentos dessa questão, em que de um lado a Camara sustentava seus direitos, e o governador o que era proprio da tactica militar do tempo, destacaremos uma petição, cujo favoravel deferimento mostra quanto era Vahia Monteiro inimigo dos que, em todos os tempos, querem ser mais realistas que o rei.

Manuel Gonçalves dos Santos principiou a fazer umas casas em uns chãos comprados na rua do Piolho, que faziam testada para o outeiro de Sancto Antonio, de um lado, e do outro para o Campo do Rosario, para cuja parte principiara a dicta obra, com quatro pilares de pedra, para nelles formar um sobradinho, afim de viver com sua familia, por *ser homem casado e com obrigações*. Andava Santos feitorizando as obras *que são extra muros da cidade, em distancia de mais de duzentas braças do mesmo muro*, quando foi notificado pelo tenente-general da Armada para não continuar.

Em respeitoso requerimento dirige-se a Vahia, que manda informar o tenente-general, o qual disse:

«Mandei impedir a obra do supplicante, vindo de Nossa Senhora do Rosario em occasião *que acompanhava a Vossa Senhoria*, por me parecer que ficava com prejuizo a fortificação da cidade, mas *examinando agora* com realidade acho ficar em maior distancia *por se recolher a muralha n'aquella parte para o monte de S. Sebastião*, por cuja causa não é justo padeça o supplicante.»

Eis o despacho final de Vahia Monteiro: — «O tenente-general engenheiro se não intrometta mais em impedir edificios, com pretexto de que offendem ás fortificações; visto que em o buscando, cessam os impedimentos, porque depois que lhe encarreguei, a seu requerimento, desse cuidado, a desordem cresceu de sorte *que se tem povoado todo o Campo, condemnando a fortificação*; e o supplicante não edifique sem

licença minha, que a concederei, não havendo inconveniente, depois de examinar *ocularmente; visto não ter de quem me fiar!*»

Com a retirada do govêrno de Luiz Vahia Monteiro tudo ficou como d'antes: nem foi construido o canal, nem progrediram as obras do muro.

Tambem este havia desapparecido em parte, não só pelo arrancamento das pedras, como pelos successivos aterros. Demais para desmoralizar a utilidade da muralha o povo se habituara a fazer das proximidades depósito do lixo e immundicies.

Um dos successores de Monteiro foi, como sabemos, Gomes Freire de Andrade. Este não deu importancia ao celebrado muro. Infere-se isto de diversas chartas régias, sobretudo a de 18 de Julho de 1733.

Aproveitando-se a Camara da escolha do local para a nova Sé (hoje Eschola Polytechnica), dirigiu a d. João V respeitosa súpplica — «allegando haver a cidade crescido pelo commercio e com a frequencia das Minas, e não podendo ir em augmento por causa do muro e não haver ordem para edificações nas proximidades d'elle, *ainda quando* o edificio da nova Sé, que Vossa Magestade pela Sua Real Grandeza manda erigir, pode ficar no meio d'ella *por ser tudo um campo sem montes e com muita extensão para se faser a maior cidade*, que possa haver n'esta America pela grande concurrencia do povo e de negocio, fazendo-se o *muro desnecessario* da sorte que hoje existe, por estar em partes demolido, em outras subterrado, não tendo *de fórma* mais que o *nome*; por cujo motivo pedimos a Vossa Magestade queira dignar-se manda-lo de todo *extinguir* para a Cidade se poder augmentar».

Houve ainda muito papelório em informações e pareceres; mas é certo que afinal foi-se o muro por agua abaixo.

Data d'ahi a expansão do Rio de Janeiro, abertura de novas ruas e outros melhoramentos.

Do plano de Massé só ficou a lembrança.

Devem causar admiração a muita gente estas notas sôbre a edificação da muralha, que si existisse daria á cidade aspecto medieval; mas seria verdadeiro *trambolho*, além dos muitos que ahi existem, dos tempos coloniaes.

A destruição do muro trouxe a vantagem de ser o Rio de Janeiro considerado pelas leis de guerra — *cidade aberta*.

Valeu-lhe isto de muito, em tempos bem proximos de nós...

25 de Novembro de 1902.

---

# ORPHÃOS DE S. PEDRO

Em affectuoso e significativo festim celebram os bachareis em letras o sexagesimo quinto anniversario da conversão em Collegio Dom Pedro Segundo do antigo Seminario de S. Joaquim, primitivamente Collegio dos Meninos Orphãos de S. Pedro.

Tal acontecimento realizou-se, como é sabido, sendo regente do Imperio Pedro de Araujo Lima, mais tarde marquez de Olinda, e ministro o inolvidavel Bernardo Pereira de Vasconcellos, os quaes em 2 de Dezembro de 1837 assignaram o decreto dando nova organização a essa casa de estudos, conhecida hoje pelo nome de Gymnasio Nacional.

O historico dessa instituição desde seu modesto inicio em um sobradinho da então rua do Licenciado Antonio Carneiro (hoje de S. Pedro) até nossos dias tem sido feito por eximios e illustrados escriptores.

Seria temerario arrôjo tentar fazê-lo em algumas tiras de papel, sobretudo quando na commemoração de hoje será ouvido com maximo interesse um distincto filho dessa academia de letras incumbida de tão util quão importante missão.

Em homenagem, porém, á data dêste dia procuraremos estudar a veracidade da opinião do auctor dos *Annaes do Rio de Janeiro*, o dr. Balthasar da Silva Lisboa, que em contrario do geralmente escripto dá como fundador do Seminario de S. Joaquim o dr. Ignacio Manuel da Costa Mascarenhas.

De facto, á página 119 do 5º volume da supracitada obra assim se exprimiu esse mui conhecido escriptor:

«Por occasião do abandono dos infelizes orphãos, o dr. Ignacio Manuel da Costa Mascarenhas, vigario collado da freguezia da Candelaria, pediu licença para principiar um Recolhimento de meninos orphãos, debaixo da inspecção do Diocesano.

Por provisão de 16 de Dezembro de 1734 mandou-se ouvir a Camara; esta em charta de 16 de Abril de 1735 informou que aquelle digno parocho com esmolas adquiridas com o seu zêlo queria dar principio áquelle recolhimento, *perto da egreja de Sancta Rita,* obra que era muito util ao serviço de Deus, e ao bem commum; *tal foi a origem do Seminario de S. Joaquim,* destinado para os meninos orphãos, aos quaes se dava a educação, que era conveniente aos que buscavam ter ingresso no estado Ecclesiastico.»

O illustrado e operoso dr. Moreira de Azevedo em sua obra *Pequeno Panorama,* descrevendo o Collegio D. Pedro II seguiu as opiniões dos auctores que o antecederam; porém mais tarde refundindo aquelle trabalho e dando-lhe novo titulo, cita sem commentarios a opinião do dr. Balthasar Lisboa.

Na impossibilidade de analysar esse asserto, recorrendo aos livros da Municipalidade, os quaes, como sabemos, foram destruidos pelo incendio de 1790, lançámos as vistas para as *Publicações do Archivo Publico.*

Com effeito á página 407 do 1° volume das referidas *Publicações,* lemos a provisão de 16 de Dezembro de 1734 mandando o governador informar o requerimento de Ignacio Manuel da Costa Mascarenhas, vigario collado da freguezia de Nossa Senhora da Candelaria, para que se lhe concedesse licença para principiar um recolhimento, nesta cidade, dirigido pelo bispo.

Não dispondo de tempo para consultar os velhos codices do Archivo Publico, confiámos essa incumbencia ao intelligente sr. Eduardo Marques Peixoto, digno funccionario daquella repartição. Com a maior prestesa encontrou elle o requerimento do vigario da Candelaria e mais documentos annexos sôbre a questão, enviando-nos, com toda a gentileza, bem acabado resumo.

Na petição inicial o dr. Mascarenhas declara que, desc-

jando obviar o grande damno espiritual em que caïam muitas mulheres donzellas e orphãs, obrigadas da necessidade, pois, *conforme o estylo da terra*, ás que caïam em pobreza regularmente lhes não restava outro *caminho mais que o da mendicidade ou serem más*, com repetidas offensas de Deus, descredito seu e de seus parentes, dos quaes, por isso desamparadas se viam muitas vezes obrigadas a perseverar nas mesmas culpas, e para desviar estes incommodos e perigos, de que a larga experiencia de dez annos de parocho o tinha informado, perigos que tinham movido o rei d. Pedro conceder a licença aos officiaes da Camara desta cidade, pelo alvará de 9 de Janeiro de 1695, do qual a Camara se tinha usado, e, confiado nas promessas de Deus e nas das esmolas, determinara erigir *juncto e contiguo á egreja de Sancta Rita* um recolhimento para 30 orphãs e mulheres pobres, onde vivessem em clausura até tomarem seu estado, e tendo o beneplacito do bispo, por quem devia ser dirigido, e não pelo governador, como ordenava o alvará, por ser a obra fundada, delineada e principiada pelo supplicante, pessoa ecclesiastica, por isso pedia licença para principiar o recolhimento de que tractava na fórma requerida.

A Camara, em 16 de Abril de 1735, informava que não offerecia dúvida áquella corporação, nem aos moradores da cidade, por ser a obra do serviço de Deus e bem commum.

Em 4 de Maio do mesmo anno enviou mais o Senado ao governador a cópia do alvará de 9 de Janeiro de 1695.

Em 8 de Maio, ainda de 1735, dava ao Govêrno da metropole o brigadeiro José da Silva Paes, substituto de Gomes Freire de Andrade, a seguinte e curiosa informação ao intento do parocho da Candelaria: «que o requerimento daquelle Vigario era tão justo e de tanta utilidade para as orfãs desamparadas deste povo, *em que os vicios eram mais frequentes que nos mais*, que por si trazia approvação, não tendo a Camara desta cidade até então obrado cousa alguma áquelle respeito, do qual se não offerecia dúvida pela sua representação juncta, porém não devia eximir-se da protecção real, como lhe foi concedido no alvará, pois era sem dúvida que nestas conquistas se não devia innovar estabelecimento algum que Sua Magestade não protegesse pelos

seus governadores, sem que aquella permissão pudesse embaraçar que o Reverendissimo Bispo visitasse e encaminhasse para o bem espiritual tudo quanto julgasse mais conveniente para sua creação. Nesta conformidade devia deferir não derrogando a sua resolução».

De tudo resulta: tractar-se de um recolhimento para orphãs e não meninos orphãos; o sitio designado *juncto a Sancta Rita* exclue a idéa do Collegio dos Meninos Orphãos de S. Pedro que, como sabemos, foi erecto juncto ao templo dessa invocação. A exigencia de ser essa casa sujeita á fiscalização do governador e não do prelado, esfriou o zêlo do caridoso vigario, que deu de mão ao projecto, dispensando seus parochianos das esmolas promettidas.

Póde bem ser que tal instituto não fôsse levado a effeito, á vista da deliberação da Misericordia de fundar um recolhimento de orphãs, cujas obras, iniciadas na provedoria do dr. Manuel Corrêa Vasques, estavam paralysadas. Havia-se recorrido a uma subscripção pública, diz Felix Ferreira, que nada produzira, e o conde de Bobadella, que tudo podia, nada fazia em bem de uma obra tão digna de seu valimento como a construcção de um modesto asylo para orphãs desamparadas: e, si não fôssem dous benemeritos e modestissimos ermãos, Francisco dos Santos e Marçal de Magalhães Lima, essa obra ficaria inacabada, Deus sabe por quantos annos.

Em todo o caso, fica provado que nada tem com o Collegio dos Orphãos de S. Pedro e Seminario de S. Joaquim o dr. Ignacio Mascarenhas, como erradamente pretendeu o dr. Balthasar Lisboa.

Eis como provecto escriptor descreve a origem do Collegio dos Meninos Orphãos de S. Pedro:

«Ha mais de um seculo, naquelles tempos em que a nossa terra se achava sujeita ao arbitrio dos vice-reis e á vontade da corôa portugueza, existia em um pequeno sobrado proximo á egreja de S. Pedro, um misero proletario, cujo nome se perdeu, e que exercia o cargo de sacristão-mór, ao ser inaugurado o templo que hoje se ostenta á esquina da rua dos Ourives. Era o pobre ostiario uma destas almas não enregeladas pela penuria. Luctando pela vida, repartia

pelos bairros da miseria o pão que apenas lhe chegava, e nunca malsinante de seu fado accolhia com carinho os seus companheiros de adversidade, os seus amigos de desventura. Um dia, o caridoso sacristão correu ao catre de um inditoso viuvo e o viu cercado de seus dous filhos, infelizes meninos que, extaticos, assistiam ao consumir da existencia de seu pae, quasi nos estertores da agonia e nos paroxismos da morte.

O sacristão protegia aquelle lar, havia muito desfalcado, e previu que dentro em pouco ficariam os dous menores na mais completa orphandade. No meio das dôres e dos prantos, no seio da pobreza, que geme calcinada pela escassez de recursos, encontram-se muitas vezes espiritos fortes, a quem os embates da sorte não fazem succumbir. Desta tempera era o sacristão; e quando o viuvo exhalou o seu último suspiro, não trepidou em trazer para seu tugurio os infelizes orphãos, sopezando o grande encargo de dirigir aquelles dous entesinhos quasi abandonados. Cumprido estava um acto de nobreza, mas aos dous meninos era mistér não só alimentar-lhes o corpo, era tambem necessario esclarecer-lhes a intelligencia, illustrar-lhes o cerebro, e torná-los prestimosos para o trabalho. Grande problema para ser resolvido por quem tinha a bolsa como um tonel das Danaides sempre a exvasiar-se em beneficio dos desvalidos. Decorreu pouco tempo; uma manhã um grupo original, exquisito mesmo, era visto a percorrer as ruas desta cidade ainda não emancipada; dous meninos de vestes talares de baeta branca, ostentando no peito uma cruz de baeta encarnada, eram accompanhados por um homem respeitavel, que tomava o caminho do paço do governador.

Era o sacristão com seus dous orphãos, que se dirigia para a casa do chefe da cidade; e ahi chegando narrou-lhe a triste historia dos dous infelizes, contou-lhe a impossibilidade de dar-lhes instrucção, porque os seus haveres não o permittiam, e apresentou-lhe uma folha de papel para que abrisse a subscripção em favor dos dous menores. O governador assignou a quantia de 400$, no que foi imitado pelo bispo d. frei Antonio de Guadalupe, a cuja porta tambem bateu o sacristão.

Percorrendo em longa peregrinação as residencias das abastadas familias dessa epocha, o sacristão formou o mealheiro dos orphãos, já conhecidos por orphãos de S. Pedro; e em sua morada iniciou com elles uma casa de caridade, onde foi crescente o número de soccorridos.

Vivendo sempre a expensas do público, constituindo um pequeno peculio á custa de esmolas e donativos, saïram os orphãos do sobradinho, residencia do sacristão, e então o bispo d. Antonio de Guadalupe instituiu o Seminario dos Orphãos de S. Pedro em uma casa proxima á primeira, porém de maior largueza, erecta em terrenos do padre Marques Esteves.» Tal é a tradição conservada. Póde bem ser tivesse o sacristão a idéa e o bispo a ampliasse.

Deu-lhe este organização e existencia legal; como bem diz o dr. Moreira de Azevedo, «devemos saudar, pois, o nome do prelado. Sem a sua protecção, sem a sua mão poderosa, teria sobrevivido o Collegio dos Orphãos de S. Pedro? Poderia o sacristão-mór sustentá-lo? Não morreria com o seu fundador um estabelecimento tão util e caritativo? Si o bispo não foi o iniciador da idéa da creação do collegio, foi quem lhe deu vida; não foi o pae, mas foi o poderoso tutor, que instituiu regularmente o seminario».

A personalidade, pois, de Guadalupe, não póde, nem deve ser exquecida na solennidade de hoje. Em seu favor fallam bem alto a provisão de 8 de Junho de 1739 e os estatutos do Seminario dados em 20 de Outubro do mesmo anno.

Benemerito protector da modesta instituição foi sem dúvida Ignacio da Silva Medella, que em testamento legou certo número de predios, que por muitos annos enriqueceram o patrimonio do Collegio D. Pedro II. O retrato dêsse caridoso negociante existe em S. Francisco da Penitencia e na galeria dos benfeitores da Misericordia.

Cumpriram-se as previsões do virtuoso Guadalupe, quando, no prologo dos estatutos, mostrava a necessidade e vantagens da educação da mocidade e quanto della a patria devia esperar.

Por notavel coincidencia assistirá á festa o sr. arcebispo, que se sentirá contente, vendo em tôrno de si os successores dos meninos de S. Pedro, representados pelo que o Brasil

tem de mais illustre nas letras, nas sciencias e nas posições sociaes, inclusive o proprio chefe do Estado, cujo nome figura nas brilhantes tradições daquella casa de instrucção, que tem a gloria de haver, como disse alguem, com largo contingente de bem preparados operarios collaborado na obra da mentalidade nacional.

2 de Dezembro de 1902.

---

## PARTO

A porção plana da cidade, limitada pelos morros de São Sebastião (Castello), de Manuel de Brito (S. Bento), da Conceição e do Carmo (actual Sancto Antonio), era conhecida pelo nome de Vargem ou Varzea de Nossa Senhora; porque juncto á praia e no sitio, em que está a Archi-cathedral, existia desde muito tempo pequena ermida dedicada a Nossa Senhora do O', da Expectação ou do Parto.

A primeira dessas denominações provém da circunstancia de cantar a Egreja catholica, na semana anterior á festa do Natal, septe antiphonas que começam todas pela interjeição latina — O'.

Perto do sanctuario foi levantado modesto hospicio, em tempo de Salvador Corrêa de Sá, onde por algum tempo residiram os frades de S. Bento, chegados ao Rio de Janeiro em 1589.

Annos depois, alli tambem estiveram e fixaram definitiva residencia os Carmelitas, que edificaram, em substituição da ermida do O', templo maior tendo ao lado convento de mais amplas proporções.

Passando a ermida a novos donos, perdeu o antigo nome, e a Senhora do Parto ficaria no exquecimento, si não fôra a piedade religiosa de um certo João Fernandes, mulato, filho da ilha da Madeira, o qual resolveu levantar uma capella onde alojasse a imagem que trouxera.

Para tal fim fez acquisição de terrenos pertencentes a uma antiga sesmaria, que comprehendia a área entre as

actuaes ruas dos Ourives, Assembléa (de S. Francisco), Cadeia (Bento Cardoso), S. José e largo da Carioca a entestar com a antiga lagôa de Sancto Antonio.

No angulo correspondente á rua da Assembléa levantou casa de morada, e no outro (rua de S. José), em frente ao caminho de Nossa Senhora da Ajuda, lançou os alicerces da capella.

No *Sanctuario Marianno* frei Agostinho de Sancta Maria, guiando-se pelas informações do franciscano frei Miguel de S. Francisco, assignala o anno de 1653 como o da fundação da ermida do Parto, cuja porta principal abria para a actual rua dos Ourives, havendo, ahi, um pequeno adro. Todos os historiographos, que têm copiado o supradicto auctor, acceitam a opinião de frei Sancta Maria. Ha, entretanto, no archivo do Instituto Historico um documento, pelo qual se prova que antes de 1653 já existia a capella do Parto: é um quaderno pertencente a monsenhor Pizarro, em que este escriptor tomara nota de documentos dos cartorios dos tabelliães e de muitas escripturas que serviram de base ao seu trabalho, as mui conhecidas e citadas *Memorias historicas*.

Por escriptura, lavrada em 19 de Janeiro de 1649 pelo tabellião Antonio de Andrade, consta o seguinte: «Francisco Frazão e sua esposa Maria Barbosa venderam a João Fernandes carpinteiro tres braças de chãos, na rua que ia para Sancto Antonio a saber: braça e meia *venderam por dez mil réis* e a outra braça e meia deram de esmola *para a ermida de Nossa Senhora do Bom Parto*».

De que esse sitio da cidade já era povoado temos prova no archivo da Sancta Casa, onde, no 2º livro de Accórdãos, encontramos a venda feita pela Misericordia, em 1680, a um certo Leonardo de Ornellas, de umas casas *já muito velhas*, situadas juncto ao Parto.

Em 1699, diz o dr. Mello Moraes pae, «creando-se a Irmandade de Nossa Senhora das Mercês, pelos homens pretos e pardos, com licença do Cabido, *séde vacante*, por fallecimento do bispo, d. José de Barros Alarcão, e provisão do governador do bispado, padre Thomé de Freitas da Fonseca, com consentimento e grande regosijo do proprietario e padroeiro João Fernandes, foi installar na egreja do Parto,

com altar proprio para o culto da Senhora das Mercês. João Fernandes, achando-se adeantado em annos e muito alquebrado pelas infermidades, não podendo administrar a egreja e o seu patrimonio, cedeu tudo á Irmandade das Mercês, *com obrigações escriptas*».

Entretanto, nas *Publicações do Archivo Publico* encontramos a noticia da charta régia de 14 de Outubro de 1693, mandando o governador do Rio de Janeiro informar sôbre a petição, por cópia, dos ermãos de Nossa Senhora do Rosario, na egreja da Sé (Castello) para se lhes dar a egreja de Nossa Senhora do Parto, onde queriam situar a sua irmandade.

Faltou-nos inteiramente o tempo para ir ao Archivo e recorrer á amabilidade de Eduardo Peixoto, que nos mostraria o contexto da informação. E' evidente porém não ter sido attendida a pretensão da Irmandade do Rosario, a qual, annos depois, obtinha licença para edificar templo, em terrenos doados por d. Francisca de Pontes.

De 1705 a 1732 esteve na egreja do Parto, vindo de São José, a Irmandade dos Clerigos de S. Pedro, reedificando á sua custa o sanctuario.

«Enquanto pôde soffrer, diz monsenhor Pizarro, as sem razões com qua a tractou a Irmandade de S. José, senhora da casa, subsistiu na sua egreja, mas enjoada de tantos procedimentos e maneiras indiscretas, premeditou mudar-se para o templo de Nossa Senhora do Parto, como executou por termo de 23 de Septembro de 1705, sendo a elle presente o bispo d. frei Francisco de S. Jeronymo, que promoveu a deliberação. Não consta com certeza o dia da passagem; mas sabe-se que o padre José de Carvalho Dias, fallecido em 1 de Outubro de 1706, legara á irmandade de S. Pedro a esmola de duzentos mil réis para as obras que ella estava a fazer na egreja do Parto, cujo edificio renovou a irmandade.»

Esta última parte está de accôrdo com frei Agostinho de Sancta Maria, que, tractando do estabelecimento dos clerigos de S. Pedro na egreja do Parto e dos melhoramentos nella introduzidos, não se refere á Irmandade das Mercês e

só menciona a existencia de um ermitão encarregado de receber esmolas e zêlar o patrimonio do Parto.

Tudo isto poderia ser facilmente esclarecido, si pudessemos examinar os antigos livros do Parto, os quaes estão trancados a septe chaves para evitar o exame de curiosos e profanos imprudentes.

Ha cêrca de um anno, sabendo nós estarem elles guardados em uma burra de certa casa da rua da Ajuda, manifestámos desejo de examinar esses velhos documentos; mas deante da hesitação dos membros da hoje Veneravel Ordem Terceira das Mercês tivemos de recuar, contentando-nos nestas notas com dar vagas informações colhidas aqui e acolá.

Diz, por exemplo, a tradição que a imagem das Mercês fôra trazida por um Hispanhol companheiro de viagem de João Fernandes e mais tarde seu socio e meieiro nos terrenos da ermida. Nada de positivo podemos adeantar a este respeito.

Na egreja do Parto esteve tambem por muito tempo a Irmandade de S. Jorge, como detalhadamente provámos em anteriores artigos.

«Correram os tempos, refere o dr. Mello Moraes pae, e achando-se no bispado do Rio de Janeiro d. frei Antonio do Desterro, julgou bem empregar os quarenta mil cruzados, que em 1742 Estevão Dias de Oliveira deixára em testamento para obras pias, em um asylo para mulheres de vida deshonesta, que estivessem arrependidas, á similhança do de S. Raimundo da cidade da Bahia, que Raimundo Maciel Soares tinha fundado *em 1753* com patrimonio para receber 12 mulheres regeneradas; e pondo as vistas na egreja do Parto, e no terreno que estava devoluto contiguo á egreja, dirigiu-se á Irmandade das Mercês e accordou com ella levantar no terreno o Recolhimento, alargar a egreja pelo lado direito, que ainda era terreno proprio, deitar a frente do templo abaixo para correr com o Recolhimento pela frente do corpo da egreja, afim das recolhidas melhor assistirem aos actos religiosos, e mudar a porta principal para o lado da rua do Parto; e para que a Irmandade não perdesse o direito que tinha á sua egreja velha, passou uma provisão, obrigando a Mitra para todo o sempre a conservar o

direito de posse, que a Irmandade das Mercês tinha á egreja nova, que substituia a egreja velha; obrigando-se por si e seus successores, em todo o tempo, a pôr a porta principal do templo para a rua dos Ourives, quando a Irmandade das Mercês o exigisse. Esta reduziu a concordata e obrigação a escriptura publica, nas notas do tabellião Antonio Teixeira de Carvalho, cujo cartorio é hoje do tabellião Pedro José de Castro, e della existe uma publica-fórma no archivo da Irmandade.»

Da correspondencia dos bispos do Rio de Janeiro (archivo do Instituto Historico) consta, em 21 de Julho de 1756, a charta de d. frei Antonio do Desterro, que tractando do assassinato de uma adultera pelo marido, que por sua vez foi morto, mostrava a necessidade da creação de um recolhimento para 50 mulheres, e pedia ao Govêrno a competente licença; pois para tão util instituição *contava com a piedade de algumas pessoas ricas, que queriam contribuir com grossas esmolas*. Esse recolhimento serviria não só para receber mulheres convertidas, como *as casadas, a que estivesse obrigado a acudir, ou para as livrar da morte ou para seus maridos as livrarem de que continuem em offendê-los*.

Do principio dessa mesma charta se deprehende já existir, no Rio de Janeiro, o ensaio de um pequeno recolhimento, que ia dando bons fructos e servia de estimulo ao estabelecimento de uma casa maior e apropriada; «o desejo que tenho, dizia o prelado, de remediar tantos damnos, em que Deus é tão gravemente offendido, foi sempre em mim e é muito grande, mas sem ter meios de o poder pôr em execução; até que me resolvi a mandar recolher algumas mulheres, de quem, por seguras informações, tinha a certeza de que verdadeiramente se querem livrar da recordação das suas culpas, *em uma casa contigua á egreja de Nossa Senhora do Parto,* onde se acham 12 vivendo com grande recolhimento, honestidade e virtude, dando com o seu bom exemplo, que edifica, um grande estimulo; porque outras muitas pretendem fazer-lhes companhia, mas não podem ser admittidas por ser a casa pequena e sem commodos para mais, e vivem de esmolas, saïndo para a confissão com o habito de terceiros».

Segundo é fama, o Recolhimento do Parto só ficou prompto em 1759.

A moda pegou, e pouco depois certo Manuel da Rocha levantou em Itaipú outro recolhimento.

Ameaçavam ruina a egreja e recolhimento. Resolveu o vice-rei Luiz de Vasconcellos, em 1787, reedificar, á custa do Estado, os dous edificios. Dêsse facto nos dá noticia um escudo em marmore, existente do lado da rua da Assembléa por cima da entrada do actual Archivo Publico.

E' de todos bem conhecido o incendio, que devorou o recolhimento e parte da egreja, occorrido na madrugada de 23 para 24 de Agosto de 1789. De tão funesto acontecimento occuparam-se o dr. Joaquim Manuel de Macedo e o literato Antonio Gonçalves Teixeira e Sousa. Existem em um dos corredores da egreja dous quadros, pintados por Leandro Joaquim, os quaes têm o merecimento de mostrar o vice-rei, seus ajudantes e pessoas notaveis da epocha, inclusive o mestre Valentim, e os meios rudimentares por que eram circunscriptos os incendios daquelles tempos, em que não haviam apparecido ainda as *liquidações forçadas* e as companhias de seguros.

No segundo dêsses paineis está, dizem, o juiz da Irmandade das Mercês, Sebastião Gomes de Freitas, apresentando ao vice-rei os titulos de posse da confraria.

Salva a imagem da Senhora do Parto, a qual é a mesma que deve saïr em procissão solenne no dia 25 do corrente, foram as recolhidas hospedadas no edificio do Hospital da Penitencia, onde permaneceram por tres mezes e 17 dias.

Na tarde de 8 de Dezembro de 1789 voltaram ellas para sua antiga residencia, completamente reconstruida, graças á energia e actividade de Vasconcellos.

Diz o dr. Mellos Moraes pae, que o vice-rei, tendo despendido certa quantia do Erario Régio nos reparos da egreja e do recolhimento, fez della doação á Mitra, em proveito do Recolhimento do Parto, como administradora delle. Com isto concorda o dr. Macedo. Desde então ficou uma (a capella) e outro (o recolhimento) debaixo da guarda e *como proprie-*

*dade episcopal,* o que ainda mais confirmou a portaria dos Negocios do Reino, datada de 30 de Septembro de 1812.

Mais tarde outra portaria, de 13 de Novembro de 1829, do bispo d. José Caetano, passou a capella e casa do Recolhimento do Parto para o dominio do Seminario de S. José, como parte *do seu patrimonio com a obrigação de sustentar o mesmo seminario o culto religioso na capella.*

Com a chegada da Familia Real houve necessidade de alojar a Bibliotheca Real no edificio occupado pelo Hospital do Carmo, na rua do mesmo nome. Os doentes foram removidos para o edificio do antigo recolhimento, e as recolhidas tiveram entrada no Recolhimento da Misericordia, onde está hoje a Eschola de Medicina. No Parto funccionou o Hospital do Carmo até 1870. Hoje lá se acham, no andar terreo a Policlinica, e no superior o Archivo Publico, mal accommodado, estabelecido perto de casas particulares e correndo o risco de incendio.

Ao antigo recolhimento julgam-se com direito a hoje Ordem das Mercês, a Mitra e o Govêrno.

Pende dos tribunaes o julgamento dessa causa, em cuja analyse não entraremos.

Segundo frei Agostinho de Sancta Maria «houve sempre grande devoção para a imagem da Senhora do Parto, principalmente das mulheres, que a buscam continuamente e lhe fazem novenas e romarias para que lhes conceda em seus partos muito felizes successos.

E os homens que são bem casados têm tambem muita devoção com a Senhora para que a suas mulheres dê bom successo e para que os conserve em uma grande paz».

Hoje, como outr'ora, isso succede, e o Parto é uma das egrejas mais concorridas, sendo alli com pompa celebradas as festividades *sem musica de pancadaria,* como dizia frei Fidelis, graças ao concurso de um grupo de meninos que só cantam *musicas apropriadas.*

23 de Dezembro de 1902.

# PALACIO DA CONCEIÇÃO

Como e porque, no pequeno hospicio occupado pelos Capuchinhos francezes, no morro da Conceição, estabeleceram residencia os nossos diocesanos, — tal o assumpto das presentes notas.

Creada a prelasia do Rio de Janeiro por bulla do papa Gregorio XII, occuparam esse importante cargo varios sacerdotes, que gosaram de attribuições quasi episcopaes. Esses delegados do então bispo da Bahia, não tiveram moradia fixa, occupando, segundo suas conveniencias, várias casas desta cidade.

Para provar esta asserção bastará citar apenas dous factos. No livro 1° do Tombo da Misericordia vemos a escriptura, lavrada em 14 de Maio de 1627, pela qual a Irmandade aforava ao prelado ecclesiastico Matheus da Costa Aboim duas casas de pedra e cal, assobradadas, e mais tres braças de chãos, legadas por Gonçalo Gonçalves — o velho — mediante o aluguel de dezoito mil réis annuaes. Nesse local, hoje rua da Misericordia, residiu Aboim até o tempo de seu fallecimento. Por esse motivo o hoje becco da Musica, conhecido pelo *Corredor da muralha da cidade*, teve tambem a denominação de travessa do Administrador.

E' bem conhecido o desacato soffrido pelo prelado Manuel de Sousa e Almada: em certa noite os inimigos dêsse sacerdote assestaram uma peça carregada com bala, que mediante longo rastilho devia disparar, dando aos aggressores tempo de se evadirem. O projectil arremessado alvejara a frontaria da residencia de Almada, sita *entre a capella de S. José e a Cadeia*, deixando por muitos annos, segundo referem chronistas, indeleveis vestigios. E' porém curioso que, intentando o prelado processar os causadores do maleficio, conseguiram estes, com testimunhas falsas, provar que tudo havia sido adrede preparado pelo proprio queixoso, que afinal perdeu a causa e teve de pagar as custas!

Elevada á categoria de bispado a prelasia ecclesiastica do Rio de Janeiro por bulla do pontifice Innocencio XI, foi

escolhido para occupar o solio d. frei Manuel Pereira, que renunciou tão alta missão.

Escolhido, em seguida, d. José de Barros e Alarcão dirigiu-se ao Rio de Janeiro e, com toda a solennidade, tomou posse do *munus episcopal*.

No pouco tempo que residiu nesta cidade, pois andou sempre em visitas pastoraes, demorando-se em S. Paulo por mais de tres annos, habitou um predio situado na esquina das ruas da Candelaria e Alfandega, no local em que mais tarde foi edificado o Banco do Brasil.

Essa casa, defronte do então canto de Ignacio Rodrigues, fez parte do grande patrimonio mais tarde legado por d. Antonia de Abreu, viuva de Antonio Duarte Velho e de Manuel Pinto Duarte para instituição do côro da Candelaria, como consta dos documentos annexos á Memoria do illustrado dr. Marques Pinheiro.

Prova isto não ter tido resultado a charta régia de 23 de Dezembro de 1683, mandando informasse o governador si na capitania do Rio de Janeiro havia alguma casa *capaz para comprar-se, afim de estabelecer-se a residencia do bispo d. José Alarcão.*

Havendo fallecido o provedor da Fazenda, Pedro de Sousa Pereira, e deixado importante propriedade na rua Direita, no sitio em que está hoje a nova Praça do Commercio, ordenou o Govêrno informações: si seria conveniente a compra do referido predio para a residencia do bispo, deixando a Fazenda Real de contribuir com cento e vinte mil réis para aluguel de casa para o diocesano.

O novo provedor, Luiz Lopes Pegado, cumpriu as ordens da metropole, sustando a venda das casas de Pereira, as quaes haviam sido avaliadas pelos officiaes pedreiros e carpinteiros em 3:700$000.

Submettido o negocio ao Conselho Ultramarino, foi approvada a opinião do procurador da Fazenda, que opinára ser mais conveniente a compra da casa para residencia dos governadores, com cuja aposentadoria eram gastos cento e cincoenta mil réis annuaes.

Isto foi levado a effeito, e é por tal razão que até ao tempo de Gomes Freire de Andrade os governadores do Rio de

Janeiro, desde 1699, residiram no grande casarão, onde em nossos dias funccionaram a Caixa da Amortização e o Correio. Dessa feita bem podia o bispo repetir o *sic vos non vobis,* ou antes *o bom boccado não é para quem o faz, mas para quem o come* !

Ainda, em 4 de Fevereiro de 1702, ordenava charta régia se facultassem ao bispo da capitania (então d. Francisco de S. Jeronymo) para sua moradia as casas do capitão-mór Francisco Gomes Ribeiro. Estas, segundo podemos conjecturar e salvo êrro, estavam situadas em frente ao canto de Pedro Domingues, na esquina das ruas da Alfandega e Quitanda. Antes de referir como o prelado cortou *o nó gordio da questão,* seja-nos licito lembrar que o capitão Ribeiro era pae do rico padre Marcos Ribeiro, cujo retrato figura na galeria dos benfeitores da Misericordia. Legou elle á Sancta Casa e á Irmandade do Sacramento da Candelaria o grande sobrado de dous andares situado na esquina das ruas Primeiro de Março e S. Pedro, extendendo-se até á rua Visconde de Itaborahi, anteriormente praia de Braz de Pina e praia dos Mineiros.

Em sua correspondencia com a metropole o governador Luiz Vahia Monteiro não poupa o padre Marcos, explicando a origem de sua fortuna, devida ao contrabando do ouro.

Contam os antigos que o padre Ribeiro residia em uma das ilhas da nossa bahia. Surprehendido uma vez por cinco ladrões, estes fizeram-n'o despir, e um delles, pegando em certa parte do corpo do padre, a puzera em leilão, tendo chegado o último lanço a quatro contos. Vendo Ribeiro que eram cinco os gatunos, para abreviar o susto offereceu elle proprio cinco contos, os quaes sendo acceitos foram promptamente pagos, retirando-se em paz os salteadores. Para que não lhe acontecesse outra, Marcos Ribeiro abandonou a ilha, começando a edificar a casa da rua Direita, na qual despendeu para cima de cincoenta mil cruzados ou vinte contos de réis.

Como já referimos, no morro da Conceição existia uma pequena ermida, construida em 1654, segundo frei Agostinho de Sancta Maria, por d. Maria Dantas, viuva de Miguel Carvalho de Souto.

Por escriptura de 6 de Junho de 1655, d. Maria legou a capella aos religiosos Carmelitas, para a fundação de um con-

vento de *Recoletos*, com a clausula de dar-se sepultura na capella-mór a seus filhos, herdeiros e successores, e com a pensão de cincoenta missas por sua alma e da de seu marido.

Em casa contigua á ermida levantaram modesto convento os Capuchinhos francezes, que, chegando ao Rio de Janeiro em 1668, foram alli accommodados por ordem do prelado ecclesiastico Almada.

Esses religiosos entregaram-se á catechese dos Indios, *conduzindo-se com grande virtude e exemplo por espaço de quarenta annos, até que, por desconfianças reaes* (segundo diz frei Sancta Maria) *a que, parece, deram alguns delles bastantes motivos, por ordem tambem real, foram mandados recolher de todas as conquistas* !

Por escriptura passada no cartorio do tabellião João Alvares de Sousa, frei Matheus fez de tudo entrega á Mitra.

O proprio monsenhor Pizarro confessa ignorar o motivo por que os Carmelitas desistiram da doação, e a capella e hospicio passaram a ser propriedade diocesana.

Antes, em 1697, intentou a Camara estabelecer, na Conceição, o Hospital dos Lazaros. Ouvido, o governador Arthur Sá e Meneses deu boa informação pela charta de 28 de Maio de 1698. O Govêrno, em data de 20 de Outubro do mesmo anno, ordena ao governador soubesse *dos officiaes da Camara a renda que hão de dar para o sustento deste hospital e a fórma como se obrigão a faze-la sempre certa.*

A Edilidade respondeu nada poder dar, pois estava a dever cinco mil cruzados para pagamento da guarnição, e que o proprio edificio da Camara estava a caïr e não havia dinheiro para o reedificar. A' vista da falta de metal sonante fracassou o projecto, e só muito mais tarde tiveram os morpheticos melhor sorte !

Tomando posse do bispado d. frei Francisco de S. Jeronymo, não em 1702, como erradamente, inclusive Pizarro, referem os historiadores, mas em 1701, resolveu morar no hospicio dos Capuchos francezes. Tendo gasto 8.000 cruzados que tomara por emprestimo, requereu o pagamento dessa quantia pelos cofres do Estado. Depois de várias consultas do Conselho Ultramarino, foi attendido pela charta régia de 26

de Fevereiro de 1707. Desde então cessou o pagamento dos 120$, que a Fazenda Real dava para aposentadoria dos bispos.

Fallecendo S. Jeronymo, pretenderam os Capuchinhos italianos residir no Hospicio da Conceição, já então transformado em palacio episcopal. Não foram satisfeitos. E' esta uma historia muito comprida, que ficará para quando tractarmos dos Barbonos, os quaes andaram sempre, nesta cidade, de Herodes para Pilatos, até 1739, recomeçando em 1808 o triste fadario.

Em 1747 caïa em ruinas o palacio dos bispos, e o diocesano pediu ao Govêrno uma subvenção para as novas obras. Foram estas orçadas em vinte contos de réis. Ouvidos o provedor da Fazenda do Rio de Janeiro, o procurador da mesma, o governador Gomes Freire de Andrade, houve diversos alvitres: derribar o palacio e construir outro juncto ao projectado edificio da Sé Nova; conservar o antigo, fazendo nelle os reparos necessarios; foram assumptos de estudo tão demorado, que a antiga casa da Conceição teve tempo de desabar, sendo como fôra construida de páo a pique. Afinal manteve-se o *statu quo*, e depois de informações, avaliações, conferencias e consultas foi dada a suspirada quantia.

Todo esse assumpto póde bem ser apreciado por quem quizer ter o trabalho de ler as *Consultas do Conselho Ultramarino* (1747-1752).

No tempo do Bispo d. Antonio do Desterro, pretendeu este, sem resultado, transferir a residencia episcopal para o então Convento dos Carmelitas (hoje edificio occupado pela Estatistica e Instituto Historico) e estabelecer a Cathedral, que estava no Rosario, no templo mais tarde Capella Imperial, pertencente tambem aos Carmelitas. Estes seriam transferidos para o collegio sito no morro do Castello, e que se achava desoccupado pela expulsão, em 1759, dos padres da Companhia de Jesús.

Quando falleceu, em 1° de Janeiro de 1763, o conde de Bobadella, foi o bispo Desterro encarregado do govêrno interino, tendo como companheiros o chanceller Castello Branco e o brigadeiro Alpoim: deixou então temporariamente a residencia do palacio da Conceição.

Habitou até a chegada do conde da Cunha a Casa dos Governadores (hoje Repartição dos Telegraphos).

Tomou essa resolução, dizia elle em charta, porque muito adoentado era-lhe impossivel estar todos os dias a subir e descer a ladeira da Conceição. Demais, accrescentava, tinha mais possibilidade de attender ás partes e melhor servir a causa pública conferenciando quotidianamente com seus collegas de govêrno.

Seria enfadonho nestes simples apponctamentos citar todas as modificações por que tem passado o palacio, hoje archiepiscopal.

Nelle têm residido nove bispos: d. frei Francisco de S. Jeronymo, d. frei Antonio de Guadalupe, d. frei João da Cruz, d. frei Antonio do Desterro, d. José Joaquim Justiniano Mascarenhas Castello Branco, d. José Caetano da Silva Coutinho, d. Manuel do Monte Rodrigues de Araujo, d. Pedro Maria de Lacerda, d. José de Sousa Barros e dous arcebispos: d. João Esberard e o actual prelado o venerando sr. d. Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti.

Em 1714 era o morro da Conceição considerado *arrabalde da cidade* pelo auctor do *Sanctuario Marianno.* Frei Agostinho não cessa de tecer elogios á posição da casa episcopal, á amenidade dos ares, á belleza do panorama que d'alli se gosava, e á grande chacara dos Capuchinhos francezes com cêrca feita toda de limoeiros.

Da longa estadia dêsses religiosos era conservada como lembrança, ainda ha annos, juncto a um poço, grossa pedra em plano inclinado. Era sôbre ella que os catechistas, expulsos pelo rei d. Pedro II, lavavam a propria roupa.

30 de Dezembro de 1902.

## BARBONOS

Lograram, por quarenta annos, os Capuchos francezes o gôso de moradia certa.

Não assim os Capuchinhos italianos, Barbonos ou vulgarmente Barbadinhos, os quaes reputados pela Camara e povo,

protegidos pelos governadores, não puderam conseguir durante muitos annos casa propria, de onde pudessem partir em cumprimento de sua ardua missão de catechistas.

Mal se comprehende hoje, como tão cioso de suas possessões de ultramar permittisse o Govêrno portuguez, sobretudo no Brasil, o ingresso de religiosos extrangeiros. Cheios os nossos conventos de regulares e confiadas principalmente aos Jesuitas as missões dos selvicolas, entendeu a metropole entregar tambem essa difficil tarefa aos Capuchinhos francezes e italianos. Seria porque sanctos de casa não fazem milagres ?

Que já em 1675 eram aproveitados os serviços dos Barbonos no aldeiamento dos indios dos campos dos Goitacás, vê-se pela leitura da importante monographia do dr. Augusto de Carvalho — *A Capitania de S. Thomé* — em a qual vêm detidamente narrados os serviços dêsses missionarios, em beneficio dos Guarulhos.

Em 1681, e pelo alvará de 9 de Dezembro, obtinham os Barbonos a ordinaria de oitenta mil réis annuaes, pagos pela Fazenda Real, como remuneração do muito que iam practicando em favor da catechese.

Parecerá, á primeira vista, de máo gôsto entreter a attenção dos leitores com a noticia das mudanças dos frades Barbadinhos; mas dessa censura nos defenderemos allegando: ficará *in albis* quem ler a obra de Balthasar Lisboa, que fez verdadeiro *embroglio*, seguido por todos quantos o imitaram, por não se quererem dar ao trabalho de manusear documentos ineditos, que não só lançam luz sôbre o assumpto, mas fornecem dados seguros sôbre a topologia desta nossa cidade.

Na lista dos bons governadores do Rio de Janeiro se numera Aires de Saldanha de Albuquerque Coutinho Mattos Noronha, do qual não podemos dizer fôsse maior o nome que a pessoa. Entre os seus muitos serviços prestados, deu grande incremento aos encanamentos da Carioca, construindo o antigo chafariz, menor, mas muito mais elegante que o actual. Devoto de Nossa Senhora do Terço, de cuja irmandade, erecta na egreja de S. José, foi juiz, era pelo menos homem de probidade. No tempo de sua governação tomou por emprestimo grande quantia ao ricaço José de Sousa Barros. Falle-

cendo este e instituindo a Misericordia sua testamenteira e herdeira, Saldanha apresentou-se voluntariamente á Mesa da Irmandade, em 26 de Maio de 1725, declarando ir hypothecar seus bens para saldar o debito, do qual não havia documentos ou provas.

No tempo dêste governador chegaram ao Rio de Janeiro os Capuchinhos italianos frei Antonio de Perusia e frei Jeronymo de Monte Real, saïdos de Italia com destino á missão de S. Thomé e que por fôrça de tempestades aqui arribaram. *Negando-se-lhes agasalho no Convento de Sancto Antonio*, Saldanha, de accôrdo com o Cabido, os accommodou no Palacio Episcopal da Conceição, vago por morte do bispo d. frei Francisco de S. Jeronymo. Os frades, parece, gostaram do logar, e o superior delles representou ao rei que os Capuchinhos francezes tiveram alli um hospicio e egreja, os quaes, depois de sua partida, foram *occupados pelo Bispo que se obrigava a agasalhar nelle os ditos Capuchinhos italianos* todas as vezes que fôsse necessario. Requeria mais lhes concedesse, *para permanencia nessa mesma terra, na mesma fórma que o possuiam os ditos Padres Francezes, para cujo effeito se lhes devia entregar a Egreja e Hospicio, que foi dos ditos Francezes*, para que, com melhor commodo, pudessem usar das suas missões.

Em data de 12 de Julho de 1723 ordenou d. João V informasse a respeito o governador, ouvidos a Camara e Cabido, os quaes declararam não ser exacta a allegação, apezar de reconhecerem o procedimento exemplar e digno dos referidos religiosos.

Narrando o que já sabemos sôbre o palacio episcopal negaram, *in limine*, houvesse o bispo tomado tal compromisso, e que si os Barbadinhos tinham sido alli hospedados fôra por simples favor e por estar desoccupada a residencia diocesana, por fallecimento do Ordinario.

Chegando, em 1725, o novo bispo, d. frei Antonio de Guadalupe, foram os Capuchinhos despedidos da Conceição e, em falta de casa melhor, aboletaram-se nas dependencias de uma pequena ermida (hoje egreja da Conceição e Boa Morte), erguida por Francisco Seixas da Fonseca. E' por esta razão

que, ainda hoje, uma das nossas ruas conserva o nome de *Hospicio*.

Por antigas questões entre os religiosos de Sancto Antonio e a Ordem da Penitencia teve logar, em 1720, um verdadeiro schisma. Os terceiros do partido dos frades permaneceram na antiga séde, no morro; outros, porém, tendo á sua frente o ministro Francisco Seixas da Fonseca foram estabelecer-se em uma capella feita de páo a pique em terrenos comprados pela Ordem a João Machado Pereira por 3.000 cruzados em 6 de Dezembro de 1719. Não entraremos em minudencias sôbre essa divisão ou briga, na qual interveio até o Govêrno da metropole, censurando o governador Luiz Vahia Monteiro que, affecto ao partido dos ermãos do morro, chegára até a desterrar para Pernambuco o ministro Seixas da Fonseca. Este protestou e foi attendido, regressando ao Rio de Janeiro. Afinal serenaram os animos, houve a reconciliação e tudo voltou ao estado anterior.

Não tendo mais a Ordem da Penitencia necessidade da capella, vendeu-a por 3:160$ á Irmandade de Nossa Senhora dos Homens Pardos, em Janeiro de 1729.

Em presença dos novos donos tiveram os Capuchinhos de abandonar o hospicio e buscar nova pousada. Lá se foram em busca de umas velhas casinhas, emprestadas pelo bispo e situadas nas proximidades da antiga capella, fundada por Antonio Gomes do Desterro (hoje Convento de Sancta Tereza).

Foi nesse tempo que, tendo de assistir aos actos religiosos celebrados alli pelos Barbadinhos, e passando pelo caminho de Matacavallos, teve Jacintha de S. José a idéa de comprar a chacara da *Bica* e nella levantar o Recolhimento do Menino Deus, origem do actual Convento dos Carmelitas.

Nas taes casinhas, porém, chovia como na rua, e os frades supplicaram de Gomes Freire o favor de construir morada conveniente, mesmo juncto á capella do Desterro.

O governador, que era o primeiro a fazer justiça ao zêlo dêsses missionarios e a aquilatar seus bons serviços, *conferenciou* com o Govêrno da metropole.

De Lisboa veio a ordem régia de 16 de Abril de 1738, declarando não ser possivel satisfazer ao pedido dos religiosos,

porque o rei havia feito mercê da capella do Desterro e terras vizinhas ao bispo, para patrimonio de um seminario em via de construir-se. Que, entretanto, puzesse á disposição dos Capuchinhos o recolhimento então *deshabitado*, juncto á ermida da Ajuda; porém, fôsse isto feito, ouvidos os officiaes da Camara, Nobreza e Povo, e com a condição de não apresentarem elles *duvida attendivel.*

As pessoas consultadas responderam ser inconveniente a estadia dos Capuchinhos na Ajuda, cujo recolhimento era destinado a ser convento de freiras, como era desejo de todo o povo, e que passando os religiosos para tal logar *cessaria o fervor e o zelo de se continuarem as obras do projectado convento,* cuja licença era *anciosamente* esperada.

No meio de tantas delongas appareceu, enfim, a ordem régia de 23 de Outubro de 1739, ordenando ao governador a compra de um terreno para construcção do Hospicio dos Barbonos : « desde o quintal do capitão João Antunes até a ultima columna de pedra, que está no caminho, que vai para o Desterro, façaes tomar, por avaliação, tres casas terreas que occupam um pedaço de morro baldio, e neste sitio mandareis edificar para os dictos padres Barbadinhos um *pequeno* e *humilde hospicio* com sua *capellinha,* mas sem fórma de convento, que *na pobreza da fabrica,* corresponda á humildade e pobreza com que tanto edificaram os dictos padres».

Concluidas as obras em 1742, o provedor da Fazenda Real, Francisco Cordovil de Siqueira e Mello, deu posse aos frades, achando-se presente o governador Gomes Freire de Andrade e muitas pessoas gradas, como hoje se diria.

Desde então a actual rua de Evaristo da Veiga, antigamente Caminho dos Arcos da Caricca, foi conhecida *pela rua* DOS BARBONOS.

Quanto aos terrenos supra mencionados refere o dr. Mello Moraes pae, o seguinte : « Contou-me o conselheiro Antonio de Meneses Vasconcellos de Drummond, que sendo seu avò senhor e possuidor da maior parte dos terrenos da rua dos Barbonos, que se tomaram para se erigir o hospicio dêsses frades, e não se *achando bem com o governador,* este lhe offereceu pelos dictos terrenos uma quantia insignificante. Não se podendo resistir á ordem régia, cedeu de seu direito

e propoz á Fazenda Real uma acção de lesão enorme; mas, fallecendo antes de concluida a demanda, o filho não continuou; depois que a Côrte portugueza se transferiu para o Rio de Janeiro, seu pae, entendendo não haver prescripção de direito, reviveu a questão e teve sentença contra, dada pelo juiz da Corôa Amorim, fundando-a em se achar prescripta a acção. O chanceller Thomaz Antonio, vendo os autos em particular, achou haver razão no pleito por parte de Drummond, porém disse que elle perdera o direito; e que, pelo prejuizo soffrido, pedisse ao principe regente uma indemnização honorifica, ao que não annuiu Drummond, por entender que nem prescreve e nem perde o direito aquelle que tem a sua acção intentada com citação, e, julgando que não devia fazer mais questão por similhante objecto, ficou tudo nisso».

Até nisto foram caiporas os Barbadinhos; annos depois a fatalidade desencadeou-se sôbre elles, privando-os do eremiterio de que eram senhores e possuidores.

Com a chegada da Familia Real, em 1808, tiveram de abandonar o hospicio para cedê-lo aos Carmelitas, cujo convento devia ser aproveitado para accommodar a comitiva régia. Foram os Barbonos aboletados nas casas dos romeiros pertencentes á Irmandade da Gloria do Outeiro. Dous annos occuparam os Carmelitas o Hospicio dos Barbonos, sendo transferidos para o extincto Seminario da Lapa. Mas nem por isso voltaram os Capuchinhos italianos á sua antiga residencia. Esta foi dada aos frades de Jesus da Terceira Ordem da Penitencia, que deram ao hospicio o titulo de Convento de Nossa Senhora do Patrocinio, convertido mais tarde em quartel de granadeiros, dos permanentes, e hoje da Brigada Policial.

«No Hospicio dos Barbonos, refere o dr. Moreira de Azevedo, existiu um pardo muito religioso, conhecido pelo nome de ermão Manuel. Era donato, cosia batinas e pedia esmolas para os sanctos. Gosava de tão boa fama que, quando falleceu, muitos individuos foram ao hospicio pedir um pedacinho do habito, que envolvia o cadaver do ermão Manuel.»

Dizem que na chacara dos Barbonos foram plantados os dous primeiros pés de café, trazidos do Pará pelo desembargador João Alberto Castello Branco. Este assumpto está sendo

objecto de aprofundadas averiguações, por parte do dr. Caldas Britto, que em breve trará a público o resultado de seus estudos.

Mas accompanhemos ainda os Barbadinhos em suas peregrinações: por desavenças com a Irmandade da Gloria foram elles residir em um predio, juncto á egreja de Sancto Antonio dos Pobres, reconstruido á custa do Estado, por ordem do imperador d. Pedro I.

Alli permaneceram até 1831, segundo inferimos de um aviso firmado por Diogo Antonio Feijó, mandando entregar á Irmandade a capella de Sancto Antonio dos Pobres, que os frades Barbadinhos haviam deixado. D'ahi se retiraram para a Europa os Barbonos, *havendo-se* invectivado contra *elles*, diz Balthasar Lisboa, *de serem Jesuitas disfarçados* !

Convidados pelo Govêrno em 1840, entraram de novo no Rio de Janeiro os Capuchinhos italianos e occuparam, por escolha propria, a egreja da antiga Sé, no morro do Castello. Dêsses factos já nos occupámos em dias do anno passado.

Desde 1842 alli vivem contentes e socegados, tendo obtido, após tantas mudanças, o seu « *habitat* » *definitivo*.

Cercados do respeito e consideração de todos procuram manter os creditos de sua Ordem, a quem o Brasil tanto deveu nos tempos coloniaes. Seria longo enumerar os nomes dêsses sanctos missionarios, illustres por letras, trabalhos, sciencia e virtudes.

E' de justiça lembrar : foi um Capuchinho italiano quem primeiro, nos sertões da Bahia, advogou a causa da emancipação dos escravos.

Como verdadeiro apostolo soffreu perseguições e destêrro.

Em 1794 — era muito cedo ainda para a definitiva victoria, felizmente ganha em 13 de Maio de 1888 !

6 de Janeiro de 1903.

# "REVISTA" DO INSTITUTO

**Numeração adoptada pelo Instituto, em Assembléa Geral de 30 de Junho de 1917, e organizada pela Directoria**

---

| | | | |
|---|---|---|---|
| Os 4 trimestres do Tomo I........ | (1839) — Vol. | 1 | |
| Os 4 trimestres do Tomo II........ | (1840) — Vol. | 2 | |
| Os 4 trimestres do Tomo III...... | (1841) — Vol. | 3 | |
| Os 4 trimestres do Tomo IV...... | (1842) — Vol. | 4 | |
| Os 4 trimestres do Tomo V....... | (1843) — Vol. | 5 | |
| Os 4 trimestres do Tomo VI...... | (1844) — Vol. | 6 | |
| Os 4 trimestres do Tomo VII...... | (1845) — Vol. | 7 | exgot. |
| Os 4 trimestres do Tomo VIII..... | (1846) — Vol. | 8 | exgot. |
| Os 4 trimestres do Tomo IX....... | (1847) — Vol. | 9 | |
| Os 4 trimestres do Tomo X... ... | (1848) — Vol. | 10 | |
| O Tomo XI, suppl. ao Tomo X — que appareceu sob a designação de Tomo 4º, da 2ª série, relativo a......... | (1848) — Vol. | 11 | |
| Os 4 trimestres do Tomo XII...... | (1849) — Vol. | 12 | |
| Os 4 trimestres do Tomo XIII..... | (1850) — Vol. | 13 | |
| O Tomo XIV..................... | (1851) — Vol. | 14 | exgot. |
| Os 4 trimestres do Tomo XV...... | (1852) — Vol. | 15 | |
| Os 4 trimestres do Tomo XVI..... | (1853) — Vol. | 16 | |
| Os 4 trimestres do Tomo XVII.... | (1854) — Vol. | 17 | |
| Os 4 trimestres do Tomo XVIII... | (1855) — Vol. | 18 | |
| Os 4 trimestres do Tomo XIX..... | (1856) — Vol. | 19 | |
| Os 4 trimestres do Tomo XX...... | (1857) — Vol. | 20 | exgot. |
| Os 4 trimestres do Tomo XXI..... | (1858) — Vol. | 21 | exgot. |
| Os 4 trimestres do Tomo XXII ... | (1859) — Vol. | 22 | exgot. |
| Os 4 trimestres do Tomo XXIII... | (1860) — Vol. | 23 | exgot. |
| Os 4 trimestres do Tomo XXIV... | (1861) — Vol. | 24 | |
| Os 4 trimestres do Tomo XV...... | (1862) — Vol. | 25 | |
| Os 2 primeiros trimestres do Tomo XXVI ...................... | (1863) — Vol. | 26 | exgot. |
| Os 2 segundos trimestres do Tomo XXVI.... ...... .......... | (1863) — Vol. | 27 | exgot. |
| A 1ª parte do Tomo XXVII....... | (1864) — Vol. | 28 | |
| A 2ª parte do Tomo XXVII....... | (1864) — Vol. | 29 | |
| A 1ª parte do Tomo XXVIII....... | (1865) — Vol. | 30 | |
| A 2ª parte do Tomo XXVIII....... | (1865) — Vol. | 31 | |
| A 1ª parte do Tomo XXIX........ | (1866) — Vol. | 32 | |
| A 2ª parte do Tomo XXIX........ | (1866) — Vol. | 33 | |
| A 1ª parte do Tomo XXX......... | (1867) — Vol. | 34 | |
| A 2ª parte do Tomo XXX......... | (1867) — Vol. | 35 | |
| A 1ª parte do Tomo XXXI........ | (1868) — Vol. | 36 | |

| | | | |
|---|---|---|---|
| A 2ª parte do Tomo XXXI | (1868) | — Vol. 37 | |
| A 1ª parte do Tomo XXXII | (1869) | — Vol. 38 | exgot. |
| A 2ª parte do Tomo XXXII | (1869) | — Vol. 39 | exgot. |
| A 1ª parte do Tomo XXXIII | (1870) | — Vol. 40 | exgot. |
| A 2ª parte do Tomo XXXIII | (1870) | — Vol. 41 | exgot. |
| A 1ª parte do Tomo XXXIV | (1871) | — Vol. 42 | |
| A 2ª parte do Tomo XXXIV | (1871) | — Vol. 43 | |
| A 1ª parte do Tomo XXXV | (1872) | — Vol. 44 | |
| A 2ª parte do Tomo XXXV | (1872) | — Vol. 45 | |
| A 1ª parte do Tomo XXXVI | (1873) | — Vol. 46 | |
| A 2ª parte do Tomo XXXVI | (1873) | — Vol. 47 | |
| A 1ª parte do Tomo XXXVII | (1874) | — Vol. 48 | |
| A 2ª parte do Tomo XXXVII | (1874) | — Vol. 49 | |
| A 1ª parte do Tomo XXXVIII | (1875) | — Vol. 50 | |
| A 2ª parte do Tomo XXXVIII | (1875) | — Vol. 51 | |
| A 1ª parte do Tomo XXXIX | (1876) | — Vol. 52 | |
| A 2ª parte do Tomo XXXIX | (1876) | — Vol. 53 | |
| A 1ª parte do Tomo XL | (1877) | — Vol. 54 | |
| A 2ª parte do Tomo XL | (1877) | — Vol. 55 | |
| A 1ª parte do Tomo XLI | (1878) | — Vol. 56 | |
| A 2ª parte do Tomo XLI | (1878) | — Vol. 57 | |
| A 1ª parte do Tomo XLII | (1879) | — Vol. 58 | |
| A 2ª parte do Tomo XLII | (1879) | — Vol. 59 | |
| A 1ª parte do Tomo XLIII | (1880) | — Vol. 60 | |
| A 2ª parte do Tomo XLIII | (1880) | — Vol. 61 | |
| A 1ª parte do Tomo XLIV | (1881) | — Vol. 62 | exgot. |
| A 2ª parte do Tomo XLIV | (1881) | — Vol. 63 | exgot. |
| A 1ª parte do Tomo XLV | (1882) | — Vol. 64 | |
| A 2ª parte do Tomo XLV | (1882) | — Vol. 65 | |
| A 1ª parte do Tomo XLVI | (1883) | — Vol. 66 | |
| A 2ª parte do Tomo XLVI | (1883) | — Vol. 67 | |
| A 1ª parte do Tomo XLVII | (1884) | — Vol. 68 | |
| A 2ª parte do Tomo XLVII | (1884) | — Vol. 69 | |
| A 1ª parte do Tomo XLVIII | (1885) | — Vol. 70 | |
| A 2ª parte do Tomo XLVIII | (1885) | — Vol. 71 | |
| A 1ª parte do Tomo XLIX | (1886) | — Vol. 72 | |
| A 2ª parte do Tomo XLIX | (1886) | — Vol. 73 | |
| A 1ª parte do Tomo L | (1887) | — Vol. 74 | |
| A 2ª parte do Tomo L | (1887) | — Vol. 75 | |
| A 1ª parte do Tomo LI | (1888) | — Vol. 76 | |
| A 2ª parte do Tomo LI | (1888) | — Vol. 77 | |
| O supp. do Tomo LI | (1888) | — Vol. 78 | |
| A 1ª parte do Tomo LII | (1889) | — Vol. 79 | |
| A 2ª parte do Tomo LII | (1889) | — Vol. 80 | |
| A 1ª parte do Tomo LIII | (1890) | — Vol. 81 | |
| A 2ª parte do Tomo LIII | (1890) | — Vol. 82 | |
| A 1ª parte do Tomo LIV | (1891) | — Vol. 83 | |
| A 2ª parte do Tomo LIV | (1891) | — Vol. 84 | |
| A 1ª parte do Tomo LV | (1892) | — Vol. 85 | |
| A 2ª parte do Tomo LV | (1892) | — Vol. 86 | |
| A 1ª parte do Tomo LVI | (1893) | — Vol. 87 | |
| A 2ª parte do Tomo LVI | (1893) | — Vol. 88 | |
| A 1ª parte do Tomo LVII | (1894) | — Vol. 89 | |
| A 2ª parte do Tomo LVII | (1894) | — Vol. 90 | |
| A 1ª parte do Tomo LVIII | (1895) | — Vol. 91 | |
| A 2ª parte do Tomo LVIII | (1895) | — Vol. 92 | |
| A 1ª parte do Tomo LIX | (1896) | — Vol. 93 | |

A 2ª parte do Tomo LIX........ (1896) — Vol. 94

A 1ª parte do Tomo LX.......... (1897) — Vol. 95

A 2ª parte do Tomo LX.......... (1897) — Vol. 96

A 1ª parte do Tomo LXI......... (1898) — Vol. 97

A 2ª parte do Tomo LXI......... (1898) — Vol. 98

A 1ª parte do Tomo LXII........ (1899) — Vol. 99

A 2ª parte do Tomo LXII........ (1899) — Vol. 100

A 1ª parte do Tomo LXIII........ (1900) — Vol. 101

A 2ª parte do Tomo LXIII........ (1900) — Vol. 102

A 1ª parte do Tomo LXIV........ (1901) — Vol. 103

A 2ª parte do Tomo LXIV........ (1901) — Vol. 104

A 1ª parte do Tomo LXV........ (1902) — Vol. 105

A 2ª parte do Tomo LXV........ (1902) — Vol. 106

A 1ª parte do Tomo LXVI........ (1903) — Vol. 107

A 2ª parte do Tomo LXVI........ (1903) — Vol. 108

A 1ª parte do Tomo LXVII....... (1904) — Vol. 109

A 2ª parte do Tomo LXVII....... (1904) — Vol. 110

A 1ª parte do Tomo LXVIII....... (1905) — Vol. 111

A 2ª parte do Tomo LXVIII...... (1905) — Vol. 112

A 1ª parte do Tomo LXIX........ (1906) — Vol. 113

A 2ª parte do Tomo LXIX........ (1906) — Vol. 114

A 1ª parte do Tomo LXX........ (1907) — Vol. 115

A 2ª parte do Tomo LXX........ (1907) — Vol. 116

A 1ª parte do Tomo LXXI....... (1908) — Vol. 117

A 2ª parte do Tomo LXXI....... (1908) — Vol. 118

A 1ª parte do Tomo LXXII....... (1909) — Vol. 119

A 2ª parte do Tomo LXXII....... (1909) — Vol. 120

A 1ª parte do Tomo LXXIII...... (1910) — Vol. 121

A 2ª parte do Tomo LXXIII...... (1910) — Vol. 122

A 1ª parte do Tomo LXXIV...... (1911) — Vol. 123

A 2ª parte do Tomo LXXIV...... (1911) — Vol. 124

A 1ª parte do Tomo LXXV....... (1912) — Vol. 125

A 2ª parte do Tomo LXXV....... (1912) — Vol. 126

A 1ª parte do Tomo LXXVI...... (1913) — Vol. 127

A 2ª parte do Tomo LXXVI...... (1913) — Vol. 128

A 1ª parte do Tomo LXXVII...... (1914) — Vol. 129

A 2ª parte do Tomo LXXVII...... (1914) — Vol. 130

A 1ª parte do Tomo LXXVIII..... (1915) — Vol. 131

A 2ª parte do Tomo LXXVIII..... (1915) — Vol. 132

A 1ª parte do Tomo LXXIX...... (1916) — Vol. 133

O tomo 80 que devia ser a 2ª parte do Tomo LXXIX............. (1916) — Vol. 134

O Tomo 81.................... (1917) — Vol. 135

O Tomo 82.................... (1917) — Vol. 136

O Tomo 83.................... (1918) — Vol. 137

O Tomo 84.................... (1918) — Vol. 138

O Tomo 85.................... (1919) — Vol. 139

O Tomo 86.................... (1919) — Vol. 140

A partir do Tomo LXXIX, todos os outros têm número distincto, não havendo as antigas designações de parte I e parte II.

Total dos volumes publicados até o Tomo 85: — 139.

Não comprehendidos nesse número os dous volumes do Tomo especial, consagrado ao centenario da Imprensa no Brasil, e os cinco volumes do Tomo especial, consagrado ao Primeiro Congresso de Historia Nacional (1914).

# INDICE

DAS

## MATERIAS CONTIDAS NO TOMO 86 (1919) — VOL. 140 DA "REVISTA"